GUSTAVO MARTINELI MASSOLA

**A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre
as políticas penais públicas: um estudo na Cadeia Pública
de Bragança Paulista**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para obtenção do título de Doutor
em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Eda Terezinha de Oliveira
Tassara

São Paulo

2005

FOLHA DE APROVAÇÃO

Gustavo Martineli Massola

A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: um estudo na Cadeia Pública de Bragança Paulista

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Para o Luigi, meu anjo de cabelos
enrolados, e para a Dani, mãe dele.*

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela concessão da bolsa de doutorado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Ao parecerista da FAPESP, que, com suas precisas considerações, permitiu o aprofundamento dos problemas de pesquisa com os quais nos defrontávamos.

À APAC e seus integrantes que, pelo apoio e permissão para a realização desta pesquisa, demonstraram a existência de verdadeiras instâncias democráticas na combalida sociedade brasileira.

À Profa. Dra. Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras, que foi minha primeira orientadora, guiando-me firmemente nos passos iniciais como pesquisador, permitindo uma proximidade que me fez perceber a ciência, mais humana. Também me auxiliou sobremaneira durante o mestrado e o doutorado. Não bastasse isso, é um espírito vivaz e inquieto que exigiu muito de mim, e por isso lhe agradeço acima de qualquer coisa.

Ao Prof. Dr. José Moura Gonçalves Filho, por ter me auxiliado durante o mestrado e o doutorado e por ser um modelo de professor brilhante e humilde que levarei para o resto da vida.

Ao Prof. Dr. Lídio de Souza, que enfrentou a redobrada tarefa de ler meus trabalhos no mestrado e no doutorado com zelo e competência.

A minha orientadora, Eda Tassara, que sabe esperar o momento certo para as idéias florescerem. A paciência não é uma virtude: é uma certa relação com o tempo, através da qual não tentamos comprimi-lo em busca de produção, mas esperamos que o fruto amadureça, pois reconhecemos que ele tem seu próprio tempo; uma relação em que as máscaras não impedem o equilíbrio entre a virtú e a mimese. E não há nada mais revolucionário que isso.

A meus pais, Pedro e Conceição, que jamais deixaram de me auxiliar e que me acolheram incondicionalmente todo o tempo, como eu sabia que fariam. Talvez seja uma crueldade com os pais que os filhos jamais deixem de possuir as chaves de sua casa, mas foi este vínculo que em muitos momentos deu-me forças para continuar o trabalho.

A Fernando Braga da Costa, o “gari”, que me ensinou a escrever o diário de campo e a amar as pessoas que ali são retratadas. A amizade, meu grande amigo, é a verdadeira militância, a “recusa de servir”.

A Reginaldo e Maria Lúcia, que ajudaram a tomar conta um pouco de meu filho, um pouco de minha esposa e um pouco de mim mesmo, auxiliando-me a jamais esquecer que o distanciamento necessário para a escrita não deve se converter em um distanciamento da vida.

Aos voluntários do grupo de Valorização Humana, que se tornaram meus amigos, como eram dos presos.

Aos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista, que eu aprendi a admirar em sua firmeza, sua simplicidade e seu acolhimento, e que toleraram as intromissões do pesquisador/voluntário em suas vidas com grande generosidade. Um “salve” para todos os “manos” espalhados pelo Brasil que dormem do “outro lado do muro”.

À Dani, minha esposa. Agradecer-lhe é tarefa das mais difíceis. Como agradecer a quem entregou tudo de si durante tanto tempo e com tamanha compreensão? Como agradecer pelas tardes perdidas, pelas noites perdidas, pelos finais de semana perdidos? Pelo tempo em que eu deveria ter ficado ao lado dela com nosso filho e não pude? Além disso, agradecer-lhe pela

inteligência precisa, cortante, profunda, que foi minha luz quando me perdia? Talvez, com um chavão: obrigado por tudo.

RESUMO

MASSOLA, Gustavo Martineli. **A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: um estudo na Cadeia Pública de Bragança Paulista.** 2005. numero de paginas. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

A Cadeia Pública de Bragança Paulista (São Paulo) passou a ser administrada, desde primeiro de janeiro de 1996, através de um convênio com o Governo do Estado de São Paulo, por uma Associação Civil sem fins lucrativos chamada Associação de Proteção e Assistência Carcerária (APAC), que conseguiu reduzir os custos de administração prisional e investir o dinheiro excedente na melhoria das condições físicas e na contratação de profissionais técnicos (como psicólogos e assistentes sociais). Os voluntários desta Associação, organizados em grupos de trabalho, passaram a conviver intimamente com os presos. Esta Cadeia passou a ser vista como um exemplo bem-sucedido de administração prisional conjunta entre Estado e comunidade, capaz de promover a ressocialização dos presos, e foi escolhida como modelo para a construção dos Centros de Ressocialização – unidades de segurança mínima – pela Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, apresentando-se como um exemplo de concretização da moderna utopia penitenciária. No presente trabalho, de cunho exploratório e descritivo, esta unidade prisional foi estudada por método etnográfico e documental (visitas semanais durante aproximadamente três anos) com o pesquisador adotando o papel de voluntário. Buscou-se caracterizar as relações estabelecidas entre os agentes institucionais (voluntários, presos, carcereiros, funcionários da APAC) e entre a Cadeia Pública de Bragança Paulista e o sistema penal como um todo. Defende-se que a existência desta experiência não constitui um caso isolado, tanto porque é possível encontrar outros exemplos de unidades prisionais reformadas quanto devido à relação intrínseca entre esta unidade e o restante do sistema penal. A ordem era mantida a partir de uma aliança entre voluntários e galerias (líderes prisionais) que impedia os presos comuns de exercerem os valores prisionais. A transferência para outra unidade era usada como cerimônia punitiva máxima. A dependência da transferência implicava na necessidade de um sistema penitenciário “falido” usado como ameaça para os presos menos obedientes. As principais características de seu funcionamento – isolamento administrativo, preponderância econômica, ênfase gerencial, participação comunitária, regime de legalidade, limitação da subcultura carcerária e diminuição da violência física – trouxeram como consequência uma maior capacidade crítica para os presos, desvinculada, porém, de maior autonomia de escolha, o que impedia a concretização de seus objetivos ressocializadores. A função social desta experiência era a reposição dos ideais penitenciários (pena de prisão como elemento ressocializador), o que a inseria preferencialmente na instância ideológica do funcionamento social. A dependência frente à transferência mostrava que esta experiência havia se inserido estrategicamente no sistema penal auxiliando sua reprodução ao justificar sua existência como necessária para presos mais perigosos. A conversão da Cadeia Pública em Centro de Ressocialização implicou em uma reapropriação desta experiência pelo Estado, que havia cedido ‘para a APAC parte de seu poder de polícia. A maior formalização do cotidiano prisional decorrente desta transferência deixou claro que anteriormente os contatos com os voluntários traziam conotações transformadoras e, assim, contraditórias com o sistema penal. Defende-se, enfim, a impossibilidade de que uma intervenção técnica no sistema penitenciário possa produzir transformações nas relações sociais ali estabelecidas, sendo imperativo resgatar o aspecto político destas intervenções.

Palavras chave: psicologia social; detentos; controle social; disciplina na prisão.

ABSTRACT

MASSOLA, Gustavo Martineli. **Prison subculture and the limits of APAC action on public penal policies: a study at Bragança Paulista jail**. 2005. 388p. Thesis (Doctoral) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

The jail located at Bragança Paulista (São Paulo, Brazil) started been administered, from January first, 1996, by a non-governmental organization in accordance with the government of the state of São Paulo. The Association for the Protection and Assistance of Prisoners (APAC) reduced the prison budget, improved the jail conditions and hired professionals like psychologists and social servers to work with prisoners. The volunteers from this association developed a close relationship with the prisoners. This jail has been seen as a successful example of prison joint administration between the community and the state, capable of rehabilitating prisoners, and was chosen as model for the building of the Centers of Rehabilitation – minimum-security unities – by the state government, thus presenting itself as the realization of the modern penitentiary utopia. This present research – of an exploratory and descriptive type – uses the ethnographic method to study this jail. The researcher visited the jail once a week during three years, and took the role of volunteer. The aim of this study was to describe and analyze the relationship established between the institutional agents (volunteers, prisoners, prison guards), and to understand the links between this prison experience and the penal system as a whole. The study concludes that APAC was not a unique experience (it is possible to find other similar experiences). Order inside was sustained by an alliance between volunteers and prisoners' leaders that stopped prisoners from making use of prison values. The transfer of prisoners to other prisons was seen as the most important punitive ceremony in the institution. It implied necessarily the existence of a failed penitentiary system used as a threat to disobedient prisoners. The main characteristics of this experience were: administrative isolation, economic preponderancy, management emphasis, community participation, legality regime, limitation of prison subculture, and reduction of physical violence. They led to an improvement of prisoners' judgment capacity, but they didn't produce more autonomy, thus failing in the aim of rehabilitation. The social function of this experience was the re-establishment of the penitentiary ideal (imprisonment as rehabilitation), thus serving an ideological function. Transfer as punishment showed that this experience strategically helped the reproduction of the penal system, justifying its existence as necessary for dangerous prisoners. The transformation of the jail into a Center of Rehabilitation implied a re-appropriation of this experience by the state, which had assigned its police power to the association. The formalization of the relationship between prisoners and volunteers that followed the transformation made clear the prior revolutionary characteristics of this relationship, showing its contradictions in face of the penal system. This research states that a technical intervention is not capable of changing social relations within the penitentiary system, being necessary to restate the politic aspect in these interventions.

Key words: social psychology; prisoners; social control; prison discipline.

RÉSUMÉ

MASSOLA, Gustavo Martineli. **La sous-culture carcérale et les limites de l'action d'APAC sur les politiques pénales publiques : une étude dans la Prison Public de Bragança Paulista**. 2005. 388p. Thèse (Doctorat) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

La prison située à Bragança Paulista (São Paulo, Brésil) a passé à être administrée, dès le premier janvier 1996, à cause d'un pacte avec le gouvernement de l'état de São Paulo, par une « ONG » qui s'appelle Association pour la Protection et l'Assistance Carcérale (APAC). Cette association a réduit les coûts administratifs de la prison et a investi de l'argent excédant pour l'amélioration des conditions physiques et le recrutement des fonctionnaires. Les volontaires de cette association ont développé une relation étroite (amicale) avec les détenus. Cette prison est devenue un modèle de bonne administration carcérale réalisée par l'état et la société civile, capable de réhabiliter les détenus, donc étant choisie comme modèle par les Centres de Réhabilitation construits par le gouvernement de l'état de São Paulo. Elle se présente comme la concrétisation de la moderne utopie pénitentiaire. Cette recherche a été basée sur la méthode ethnographique et l'enquêteur a joué le rôle de volontaire de cette association. Il l'a visitée une fois par semaine pendant trois ans. L'objet de cette recherche a été de caractériser les relations entre les agents institutionnels (volontaires, détenus, geôliers) et entre la prison et le système pénal. L'ordre dans la prison a été maintenu à travers une alliance faite entre les volontaires et les leaders carcéraux. Cette alliance a empêché les détenus communs d'agir en conformité avec les valeurs carcérales. Le transfert d'un détenu pour une autre prison a été utilisé comme la plus importante cérémonie punitive. Cela impliquait dans la nécessité d'un système pénitentiaire détérioré utilisé comme menace pour les détenus désobéissants. Les principales caractéristiques de cette prison – l'isolement administratif, la prépondérance économique, l'emphasis administrative, la participation communautaire, le régime de légalité, la limitation de la sous-culture carcérale et la réduction de la violence physique – ont apporté par conséquent une plus grande capacité critique aux détenus. Cependant, cela n'a pas impliqué dans une plus grande autonomie pour les détenus, ce qui montre la fêlure des objectifs de réhabilitation. La fonction sociale de cette expérience a été la remise des idéals pénitentiaires (la peine de prison comme élément de réhabilitation). Cette fonction la met socialement à l'instance idéologique. L'expérience à cette prison a été insérée stratégiquement au système pénal, favorisant sa reproduction par le fait de justifier son existence comme nécessaire pour les détenus les plus dangereux. La conversion de la prison en Centre de Réhabilitation a occasionné une plus grande formalisation du quotidien carcéral et de la relation entre volontaires et détenus. Cela a montré qu'avant la conversion, la relation entre volontaires et détenus était contradictoire au système pénal et que la conversion indiquait une reprise de l'expérience par l'état, qui avait cédé partiellement son pouvoir de police à l'association. On conclut par l'impossibilité d'une transformation des relations carcérales à partir d'une intervention simplement technique et par la nécessité de reprendre l'aspect politique de ces interventions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1 – Organograma da APAC de Bragança Paulista: o Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo, a Assembléia Geral e a Diretoria Executiva	68
Organograma 2 – A estrutura organizacional da gerência da APAC	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Horários e número de presos que freqüentavam atividades de educação formal por nível escolar	73
Tabela 2 - Designação, número de participante, atividades e objetivos dos grupos voluntários da Cadeia Pública de Bragança Paulista (São Paulo).....	91
Tabela 3 - Setores, cargos e horários de trabalho para os funcionários contratados pela APAC de Bragança Paulista	103
Tabela 4 - Distribuição segundo a faixa etária dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista	128
Tabela 5 - Distribuição segundo a forma de prisão dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista	129
Tabela 6 - Distribuição segundo a profissão dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista	130
Tabela 7 - Distribuição segundo o artigo infringido dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista	131
Tabela 8 - Distribuição segundo a escolaridade dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista	132
Tabela 9 - Distribuição segundo a cor dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista	132
Tabela 10 - Distribuição segundo o estado civil dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista	133
Tabela 11 - Distribuição segundo tempo de prisão dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista	133
Tabela 12 - Levantamento das vagas oferecidas, horário e dias de trabalho por semana, por setor de trabalho na Cadeia Pública de Bragança Paulista	159
Tabela 13 - Levantamento do número de presos ocupados por setor na Cadeia Pública de Bragança Paulista	161

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 2. MÉTODO	32
CAPÍTULO 3. OS PRIMEIROS CONTATOS COM A APAC DE BRAGANÇA PAULISTA	43
CAPÍTULO 4. UMA NARRATIVA HISTÓRICA	56
CAPÍTULO 5. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E A ESTRUTURA FÍSICA	66
5.1. A estrutura organizacional e a prestação de serviços pela APAC de Bragança Paulista	66
5.2. A estrutura física da Cadeia Pública de Bragança Paulista	74
CAPÍTULO 6. OS VOLUNTÁRIOS, ENTRE OUTROS PERSONAGENS	78
CAPÍTULO 7. OS FUNCIONÁRIOS	102
CAPÍTULO 8. PRESOS	121
8.1. Os presos e os outros agentes institucionais: uma primeira aproximação	121
8.2. Os “reeducandos”	124
8.3. O perfil sócio-demográfico dos presos	127
8.4. A organização da população prisional: o Conselho de Sinceridade e Solidariedade.....	134
8.5. O código de conduta e a hierarquia prisional	139
CAPÍTULO 9. A ROTINA	151
9.1. O ingresso e a trajetória dos presos de Bragança Paulista	153
9.2. O trabalho	158
9.2.1. As oficinas	164
9.2.2. Os trabalhos internos	165
9.2.3. Os trabalhos artesanais	173
9.2.4. Outras atividades	177
9.2.4.1. As atividades artísticas	177
9.2.4.2. As atividades físicas	179
9.3. As visitas	180
CAPÍTULO 10. O ISOLAMENTO ADMINISTRATIVO	186
10. 1. O controle do Estado	187
10. 2. O controle da APAC	190
CAPÍTULO 11. A PREPONDERÂNCIA ECONÔMICA	196
CAPÍTULO 12. A ÊNFASE GERENCIAL	204

CAPÍTULO 13. APAC E CONTROLE SOCIAL	215
CAPÍTULO 14. FORMAS DO EXERCÍCIO DO CONTROLE	220
14.1. Voluntários e controle social: o caráter normativo da ação comunitária	221
14.2. O controle exercido pelos funcionários: o regime de legalidade	236
14.3. Galerias e a limitação da subcultura carcerária	245
CAPÍTULO 15. A DIMINUIÇÃO DA VIOLÊNCIA FÍSICA	260
CAPÍTULO 16. A TRANSFERÊNCIA	274
CAPÍTULO 17. CONTROLE E CONSCIÊNCIA	295
CAPÍTULO 18. PRELIMINARES: A TRANSFERÊNCIA PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	303
CAPÍTULO 19. A POSSE DA NOVA DIRETORIA	310
CAPÍTULO 20. AS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS PELA NOVA DIRETORIA DO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO	319
20.1. A estratégia adotada pela COESPE	320
20.2. Algumas alterações no cotidiano institucional	322
20.2.1. Uma primeira alteração	322
20.2.2. As visitas	323
20.2.3. A entrada de materiais para os presos	327
20.2.4. As restrições aos horários dos grupos voluntários	329
20.2.5. A assinatura do termo de compromisso	331
20.2.6. A circulação dos voluntários pelos corredores	332
20. 2.7. O almoço	335
20.2.8. A entrada dos voluntários	336
20. 2.9. A circulação de dinheiro	340
20. 2.10. A circulação dos presos	341
20. 2.11. O controle sobre o portão 2 pela APAC	342
20. 2.12. A violência contra os presos	342
CAPÍTULO 21. A OPOSIÇÃO DA APAC AO TRABALHO DA COESPE	346
CAPÍTULO 22. INGERÊNCIA E VOLUNTARIADO	351
CAPÍTULO 23. A INTENÇÃO DA NOVA DIRETORIA	356
CAPÍTULO 24. CONCLUSÕES	370
REFERÊNCIAS	381
1. Fontes primárias	381
2. Fontes secundárias	384

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO¹

No dia 16 de abril de 2004, teve início uma sangrenta rebelião na Casa de Detenção José Mário Alves, em Porto Velho, Rondônia. Como é usual nesses casos, as razões que a desencadearam permaneceram incertas. Sabe-se que a rebelião foi antecedida por uma briga entre os internos e pelo assassinato de duas pessoas, mas os presos já rebelados passaram a fazer exigências como a melhoria da qualidade das refeições e a troca da Diretoria do presídio. Era comum não haver comida para todos os presos e eventualmente apenas uma refeição era servida por dia. O “Urso Branco”, como era conhecida a unidade prisional, tinha capacidade para 350 pessoas, mas abrigava na ocasião cerca de 1.300 (ORNAGHI, 20 abr. 2004). Destas, 850 estavam envolvidas na rebelião. Aproximadamente 160 presos ameaçados de morte pelos companheiros foram isolados pela polícia numa área segura da unidade. Os familiares dos presos, que realizavam visita à Casa de Detenção naquele momento, foram mantidos ali durante todo o período de negociação, que se estendeu por seis dias (DANTAS, 23 abr. 2004). Não havia entre os presos uma liderança central com quem a polícia pudesse negociar o fim da rebelião, o que ajuda a explicar a longa duração do episódio.

Como parte da estratégia para conter a rebelião, o fornecimento de luz, água e comida para a Casa de Detenção foi cortado. Os presos, prevendo o que viria, procuraram armazenar comida desde o início, o que lhes permitiu suportar algum tempo de privação. Quando, porém, o estoque de comida terminou, os presos e os familiares passaram a se alimentar de gatos que encontravam no telhado ou no interior do presídio e que eram assados em fogueiras no pátio (DANTAS, 23 abr. 2004). Também conseguiram furar um poço no pátio principal, mitigando a falta d’água.

Pelo menos nove presos foram mortos durante a rebelião (DANTAS, 23 abr. 2004). Depois de mortos, eles eram jogados através do telhado para fora do presídio numa demonstração por parte dos rebelados de sua determinação em manter a rebelião até que suas exigências fossem atendidas. Os presos foram mortos pelos colegas “a golpes de armas

¹ Este trabalho foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo n. 01/09742-2).

artesanais, fabricadas dentro da Cadeia, barras de ferro e pedaços de madeira” (ORNAGHI, 20 abr. 2004). Explicando o motivo das mortes, um preso afirmou por telefone: “Nós reclamamos da comida que nos servem e da falta de medicamentos. Existe gente com HIV aqui dentro que não recebe medicação. Se o governo [estadual] não resolver a situação, podemos continuar matando gente” (ORNAGHI, 20 abr. 2004). Algumas das mortes ocorreram em público, sobre o telhado (COMISSÃO..., 23 abr. 2004). Um dos presos foi decapitado e sua cabeça arremessada. Outro foi esquartejado antes que seus restos fossem atirados. Três corpos foram exibidos pendurados pelos pés no topo da caixa d’água (DANTAS, 23 abr. 2004). Quando a comida acabou, os líderes prisionais ameaçaram matar os “corrós”, ou presos novatos, para se alimentarem de carne humana. A ameaça não foi, enfim, cumprida. A esposa de um preso, mantida como refém, contou que alguns haviam perdido a vida em brigas entre grupos rivais ocorridas durante a rebelião. Os assassinatos eram cometidos em frente às famílias (É MUITO..., 22 de abril de 2004).

A rebelião foi enfim encerrada quando os presos aceitaram um acordo com o governo estadual no dia 22 de abril de 2004. Dois anos antes, e após 27 presos serem mortos durante uma briga entre facções, a Corte Interamericana da OEA (Organização dos Estados Americanos) havia exigido providências do governo estadual para a proteção da integridade física dos presos da unidade. Após a nova rebelião, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos divulgou comunicado em que avaliava que as medidas exigidas não haviam sido cumpridas (DANTAS, 23 abr. 2004).

Quase um mês depois, uma briga ocorrida na Casa de Custódia de Benfica, no Rio de Janeiro, resultou na morte de aproximadamente 30 presos. Integrantes da facção Comando Vermelho, numericamente superior e mais bem armada, invadiram o andar onde se encontravam os membros da facção Terceiro Comando. Muitos presos foram mutilados. Um dos presos foi decapitado e sua cabeça foi chutada pelos assassinos numa partida de futebol. Os corpos foram levados para várias unidades do Instituto Médico Legal (IML). O IML do centro recebeu “14 corpos, duas cabeças e dois braços”. O de Nova Iguaçu recebeu “seis corpos, sendo um sem a cabeça”. O Presidente do Conselho da Comunidade local, que conversou com alguns presos, relatou que eles estavam “apavorados com a barbárie” (MONKEN; TORRES; FIGUEIREDO, 2 jun. 2004).

“Verdadeiros depósitos onde se acotovelam infratores de todas as espécies, os presídios brasileiros são uma versão terceiro-mundista do inferno”, afirma Gonçalves (2 jun. 2004). “A carnificina na casa de custódia de Benfica, no Rio, que se seguiu à barbárie do presídio Urso Branco, em Rondônia, é apenas um novo capítulo dessa novela macabra”,

complementa. Clóvis Rossi (21 abr. 2004) usa um conceito talvez mais preciso para se referir aos eventos, quando discorre sobre a “selvageria absoluta dos principais atores”, sobre o “grau de primitivismo do país” e quando arremata: “Em que diabólico filme noir dos anos 40 ou 50 ficou preso o Brasil, meu Deus?”.

*

Instituições bárbaras, selvagens, diabólicas, infernais. São bem conhecidos os adjetivos com que se costuma designar o sistema penitenciário. Wolfmann (2000: 21), ex-Diretor da Casa de Detenção de São Paulo, dá a seu livro autobiográfico o sugestivo nome de Portal do inferno e recomenda como epígrafe para o sistema penitenciário brasileiro a conhecida frase que Dante Alighieri após à entrada do inferno: “deixai qualquer esperança vós que entraís”. Longe de ser uma característica local, esta percepção depreciativa do sistema penitenciário é largamente difundida na sociedade e constitui uma característica compartilhada internacionalmente (mas com cores locais) pelas instituições prisionais. Fala-se em “crise” do sistema penitenciário em diversos países do mundo (FOUCAULT, 1991: 32 e 234; GARLAND, 2001b: 53-73; HESTER; EGLIN, 1996; ROTMAN, 1998). As origens e as razões para esta crise são assunto de intensa discussão, que não cabe no exíguo espaço deste trabalho. Foucault (1991), porém, nos adverte para o fato de que esta crise é contemporânea da própria origem da prisão: já em 1820 ficam evidentes as diferenças entre os efeitos esperados da pena de prisão (contenção, punição e reeducação do homem preso) e seus efeitos reais. Sabe-se, desde aquela época, que a prisão não reduz a criminalidade; que ela pune, talvez inadvertidamente, a família do infrator; que ela favorece, enfim, direta ou indiretamente, a organização de um meio delinqüencial hierarquizado e solidário. Na década de 1850, as mazelas prisionais já eram amplamente reconhecidas na Inglaterra (MCGOWEN, 1998) e nos Estados Unidos (ROTHMAN, 1998: 111-14). As sociedades ocidentais, de modo geral, representam a pena de prisão através da idéia da “falência” (como exemplo desta representação, ver Bitencourt, 2001).

Até que ponto esta representação se aplica ao caso real – até que ponto corresponde às relações sociais efetivamente estabelecidas nas unidades prisionais – pode ser algo bastante variável e que talvez deva ser determinado caso a caso. Mas, seja como for, esta imagem de uma instituição brutal e ineficaz certamente não corresponde ao ideal pelo qual a prisão foi erigida. “Pena das sociedades civilizadas”, como lembra Foucault (1991: 207), a prisão veio para substituir o “espetáculo grotesco” do suplício, que entre os séculos XVII e XVIII vai lentamente desaparecendo na Europa: não se executam mais em público os condenados à morte; já não mais se os marca com ferro quente; já não se ataca seu corpo, mas sua “alma”.

A punição vai lentamente migrando para espaços reservados, longe dos olhos do público (FOUCAULT, 1991: 11-32) e esta mudança está relacionada às atitudes da audiência popular e da elite política, que passaram a não tolerar mais da mesma forma a existência dos suplícios (SPIRENBURG, 1998). Rothman (1998: 114-116) nos lembra: se isso não explica todo o processo, não podemos, porém, nos esquecer dos motivos humanitários para a origem da prisão, que realmente existiram. Adorno e Horkheimer (1985: 212) não deixam de conceder-lhe um caráter civilizatório:

A incapacidade de dizer ‘não’ que arrasta a adolescente à prostituição determina igualmente a carreira do criminoso. (...) É contra essa fluidez, que, sem consciência determinada, tímida e impotente (mesmo em sua forma mais brutal), imita e ao mesmo tempo destrói a civilização impiedosa, que esta eleva as sólidas muralhas das casas de detenção e de correção, que é seu ideal fixado em pedra.

Esta pretensão civilizatória aparece claramente em textos das primeiras décadas do século XIX, quando se defende a reforma do sistema penitenciário com a finalidade de melhorar a espécie, em oposição ao resto das punições, que seriam “expressão de uma sociedade ainda bárbara” (*Gazette de Sait-Pélagie*, 21 mar. 1833, citado por FOUCAULT, 1991: 270, nota 9).

O ideal civilizatório representado pela pena de prisão em sua origem contrasta tristemente com a imagem de barbárie que ela passa a encarnar. O esforço civilizatório reaparece, então, no interior da própria prisão: trata-se agora de “humanizar” a prisão, adequá-la ao ideal por que foi erigida, minimizar seus efeitos danosos e inaugurar uma prisão verdadeiramente “ressocializadora”.

Mas haverá algum caminho para isso? O sistema penitenciário não nos dá mostras a cada dia de seu caráter intrinsecamente falho? Não são a barbárie, a rotina massacrante e a desumanização características inerentes à pena de prisão? Será possível tornar o ambiente prisional um locus de transformação ressocializadora, de aprendizagem das regras de um harmonioso convívio social?

“Isto é possível”, exclama uma conhecida revista nacional (AZEVEDO; MUZI, 1999). Como a apontar uma vereda segura, uma pequena unidade prisional do interior paulista dá mostras de que empenho e capacidade administrativa são capazes de transformar o macabro cenário prisional. Frente ao que se costuma ver sobre o sistema penitenciário, a unidade prisional em questão pode parecer uma ilusão. Mas a reportagem publicada adverte: “você está vendo cenas de um presídio de verdade, no Brasil”. E continua:

Em Bragança Paulista, a 100 quilômetros de São Paulo, há uma cadeia com 250 presos onde não ocorrem mais fugas nem rebeliões. Deixou de haver superlotação, os direitos dos presos são respeitados. Tratados como cidadãos, eles trabalham, estudam, organizam a disciplina e ajudam a administração. (...) Fora as chaves da primeira porta, as chaves de todas as outras, incluindo as das celas e corredores, estavam sob responsabilidade dos próprios presos. Isso é cadeia? (AZEVEDO; MUZI, 1999).

Outra reportagem classifica esta unidade prisional como uma “iniciativa exemplar” e afirma: “À primeira vista, quem entra na Cadeia Pública de Bragança Paulista, a 89 quilômetros de São Paulo, não imagina estar numa prisão”. Em seguida, tece elogios à experiência ali desenvolvida: os presos trabalham em indústrias instaladas dentro da Cadeia Pública, fabricam peças de artesanato, recebem aulas de alfabetização e também em regime supletivo, dormem – todos – em camas e possuem uma bem equipada biblioteca (NASCIMENTO, 1997). ‘Realmente, o empreendimento é um sucesso em vários ângulos de avaliação’, afirma um relatório da OAB (KADUBA; PAULA; NUNES, 1996). Em outro lugar, lê-se que “em Bragança Paulista, há numa Cadeia Pública, a realização de um sonho de cidadania” (NUNES, 14 jan. 1997). Após uma descrição encomiástica, a autora completa: “quem sabe, se ainda existirem mais homens de boa vontade, possamos testemunhar o tempo em que se verão outros homens se reabilitarem no cárcere, até que não sejam mais necessárias as grades que os separam de nossa visão” (NUNES, 14 jan. 1997). Estas palavras devem seguir-nos por toda a presente discussão. Poderíamos aqui estender indefinidamente citações como estas. A Cadeia Pública de Bragança Paulista recebeu, entre janeiro e agosto de 1997, 45 grupos de visitantes interessados em conhecer suas dependências, compostos por Delegados de polícia, deputados, repórteres, membros de grupos de pastorais carcerárias, estudantes, entre outros (INFORME APAC, 1998) O fato é que a percepção quase unânime sobre a Cadeia Pública de Bragança Paulista é a de que ela é um sucesso. As raríssimas críticas diziam respeito a problemas pontuais – há que se estruturar melhor a laborterapia, há que se estender a alfabetização para todos os presos – ou a sua limitada aplicabilidade: algo assim só seria aplicável a pequenas unidades prisionais do interior, e jamais a grandes complexos penitenciários centrais. Mas esta segunda objeção tem sido ignorada, e o governo estadual propôs que a forma de trabalho desenvolvida ali fosse levada para todos os estabelecimentos penais do Estado. É quase impossível encontrar entre os membros da instituição – incluindo os presos – ou entre agentes que lhe são externos alguém que não

conceda imediatamente a superioridade incontestável à experiência desenvolvida ali frente ao quadro penitenciário brasileiro.

Que instituição é esta capaz de alterar tão drasticamente problemas seculares, globais e aparentemente insolúveis, dando-lhes uma resposta tão bem-sucedida? Para adotar uma atitude mais distanciada – afinal, trata-se ainda de uma primeira aproximação – talvez seja mais adequado perguntar: como foi possível a existência de uma unidade prisional que, frente ao quadro desanimador do sistema penitenciário, conseguisse produzir tal unanimidade no reconhecimento de seu sucesso?

O presente trabalho parte de uma constatação empírica inicial e procura investigar suas condições de existência. A constatação que está na base da presente pesquisa é a de que, sobre o pano de fundo geral de um sistema penitenciário representado socialmente como “falido”, delineia-se um outro tipo de instituição que projeta uma imagem diametralmente oposta a esta: a imagem de sucesso. Sem querer antecipar generalizações, é importante ressaltar que a Cadeia Pública de Bragança Paulista não é um caso único. Ao contrário, tive a oportunidade de estudar, durante o Mestrado, a experiência desenvolvida em São José dos Campos por uma Associação Civil que obteve resultados muito semelhantes à experiência desenvolvida em Bragança Paulista. Até que ponto estas unidades prisionais eram semelhantes em outros aspectos – como os organizacionais – é um problema que será deixado em aberto. Outras unidades produzem esta mesma percepção de sucesso (para um estudo aprofundado de outro exemplo prisional, ver Paixão, 1991).

A forma como este tipo de instituição é representado difere substancialmente do caso geral. Enquanto a representação de fracasso é compartilhada socialmente ao menos desde a década de 1970 (GARLAND, 2001a:4²), as unidades prisionais vistas como bem-sucedidas costumam ser conhecidas por um público menor, seu trabalho raramente é divulgado para setores mais amplos da sociedade. Desta forma, apenas os segmentos da sociedade diretamente envolvidos com a questão penitenciária – Promotores, Juízes, Secretários municipais ou estaduais, policiais, carcereiros, Delegados – ou os segmentos da sociedade que estabelecem algum tipo de contato direto com a instituição – visitantes ocasionais, trabalhadores voluntários, funcionários, presos e seus familiares – costumam conhecer estas unidades prisionais. Os membros da Diretoria da prisão-modelo de São José dos Campos afirmavam frequentemente que um dos problemas que enfrentavam para conseguirem

² Garland mostra que esta percepção sofreu alterações e na Inglaterra e nos EUA surgiu uma crença enfática de que a “prisão funciona” (GARLAND, 2001a: 1). Esta alteração, com algumas exceções, parece não ter chegado da mesma forma ao Brasil.

voluntários junto à população local para trabalharem com os presos era o amplo desconhecimento sobre a experiência ali desenvolvida (MASSOLA, 2001). Um levantamento realizado pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo em 2002 mostrou que a população local pouco conhecia sobre esta experiência: 88% da população sabiam da existência de um “presídio” na cidade, mas apenas 15% diferenciavam “presídio” e “Centro de Ressocialização” (o nome dado à unidade prisional a partir do final de 2000; a pesquisa indicava por estes termos a oposição entre unidades prisionais “tradicionais” e unidades prisionais geridas pela comunidade de forma “alternativa”, como ocorreu em São José dos Campos e Bragança Paulista), e ainda assim, indicando-se desta forma muito genericamente aqueles que “afirmam saber da presença de Centros de Ressocialização e reconhecem a presença de apenas um CR na cidade”, o que não permite definir o grau de conhecimento que esses indivíduos possuíam sobre a experiência ali desenvolvida. Em outras cidades onde havia propostas semelhantes (Itapetininga, Lins e Presidente Prudente), o grau de conhecimento variou de 9% a 28% (SÃO PAULO, 2004f).

Mas nos segmentos populacionais que conhecem tais unidades prisionais, a percepção quase unânime é a de que elas são muito superiores às unidades prisionais “típicas” do sistema penitenciário. Os segmentos aqui considerados não se confundem com estratos ou classes sociais. Englobam desde Juízes de direito, Secretários de Estado e Ministros, até agentes religiosos, familiares dos presos e também os próprios presos. Em minha Dissertação de Mestrado (MASSOLA, 2001) tive a oportunidade de investigar mais detidamente, através de registros documentais internos e externos à instituição, os segmentos que apoiavam ou manifestavam aprovação à experiência ali desenvolvida e, enfim, não havia qualquer regra geral que pudesse ser aplicada para caracterizá-los. Não importava a denominação religiosa, a filiação partidária (mesmo em se tratando de partidos de esquerda) ou a existência ou não-existência de experiência prévia com o mundo prisional. A impressão, ou a percepção de sucesso, era geral. Alguns presos de outras unidades prisionais tinham conhecimento do sistema de trabalho ali implementado. Um egresso de outra Comarca, tendo tomado conhecimento da experiência através de um livro escrito pelo fundador da entidade, Mário Ottoboni, dirigiu-se até lá para obter apoio e trabalho. Ele explicou para a reportagem do jornal local que o entrevistou:

Eu conheci o ‘seu’ Mário e contei a verdade pra ele. Disse que estava saindo da penitenciária e era sozinho e não tinha pra onde ir. Ele me olhou e disse: ‘Bem-vindo seja a essa casa, você não está sozinho, está com Deus’. Aí ele me perguntou se eu queria me regenerar. Eu disse que não prometia que ia

regenerar, mas que estava cansado de tanta cadeia, de ser lixo da sociedade. Hoje, depois de ler muito e adquirir algum conhecimento, eu sei que não quero mais viver como vivia. Na APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, associação que geria a unidade prisional) eu encontrei apoio. Aqui eu tô amparado. (23 ANOS NUMA CELA, 09 ago. 1984).

O censo realizado em 2002 (SÃO PAULO, 2004f) também traz indicações a este respeito. Em primeiro lugar, afirma que, nas cidades com maior tradição em trabalhos deste tipo (como em Bragança Paulista), a sensibilidade da população à questão penitenciária é maior, havendo maior concordância com afirmações como “não deveria haver presos em distritos policiais” e “a sociedade trata o ex-presidiário como se ele ainda fosse presidiário”, e menor com afirmações como “o preso tem que ser mal-tratado, porque também maltratou”. Quanto à opinião dos familiares dos presos sobre os Centros de Ressocialização – um dos itens pesquisados – os resultados foram também significativos: 63% dos familiares indicavam que o comportamento dos presos havia melhorado, 80% avaliavam como “ideal” o nível de disciplina praticado ali (apenas 2% consideravam-no abaixo do ideal) e apenas 2% a 3% dos familiares em cada cidade avaliaram os Centros de Ressocialização como “regulares”. O restante da amostra avaliou como “bom”, “muito bom” ou “excelente”, havendo mais avaliações de “excelente” em cidades onde havia outra unidade prisional, considerada de tipo “comum”, o que favorecia a comparação com unidades mais “tradicionais”.

No caso específico de São José dos Campos, as únicas exceções a esta aprovação quase unânime que encontrei estavam ligadas a setores da sociedade que uniam a crítica à experiência joseense a uma crítica social mais ampla ao próprio sistema penitenciário. Entre aqueles que não se incluíam neste grupo, a aprovação a estas experiências era muito ampla. Os segmentos sociais aqui considerados, portanto, eram bastante heterogêneos em sua composição. A esta percepção quase homogênea produzida por certas instituições em segmentos sociais heterogêneos, chamaremos percepção segmentar. Pelo caráter de generalidade social que implicam, não cabem aqui os conceitos de representação social ou de representações coletivas.

A percepção segmentar destas instituições relacionava-se com o ideal penal contemporâneo, que estimula a participação comunitária ao mesmo tempo em que propõe um recrudescimento do rigor penal. Desta forma, a percepção de sucesso ou fracasso relaciona-se com o “elemento de desdobramento utópico” do sistema carcerário do qual nos fala Foucault (1991: 239). As instituições-modelo aqui consideradas, ao serem vistas como instituições bem-sucedidas, aparecem como locais em que o ideal penal se realizou. Estas instituições

aparecem como locais em que os “princípios da boa administração penitenciária” (FOUCAULT, 1991) foram aplicados adequadamente. Desta forma, aparecem como locais em que se efetivou a reforma penitenciária. Por homenagem a Foucault, as unidades prisionais que produzem uma percepção segmentar de sucesso penitenciário serão chamadas de unidades prisionais reformadas.

Definidas assim, torna-se possível colocar aqui em segundo plano o problema de saber quantas destas unidades existem em dada sociedade e se sua participação no sistema penitenciário é tal que o caracterize como um todo ou não, quer dizer, até que ponto estas instituições estão presentes no sistema penitenciário. Apenas se procurou estabelecer a existência do fenômeno das unidades prisionais reformadas na sociedade brasileira (mesmo que haja indícios de sua existência em outras sociedades) e a oposição entre a percepção segmentar destas instituições e a percepção mais geral de fracasso ou crise do sistema penitenciário. Pela forma como foram definidas, é um caráter necessário de sua existência a oposição ao sistema “falido”, razão pela qual optamos pela palavra “reformada”, que indica esta relação. Isto não é um a priori lógico mas decorre da observação empírica: ambas as unidades prisionais reformadas que tive a oportunidade de estudar apresentavam como característica marcante um desprezo pelo restante do sistema penitenciário e uma afirmação de seu caráter alternativo – ambas se apresentavam como um outro frente ao sistema penitenciário (MASSOLA, 2001).

O presente trabalho, enfim, procurará estudar uma unidade prisional reformada. Ele não se deterá no estudo sistemático da percepção segmentar de sucesso prisional, o que obrigaria a desviar a atenção do universo prisional e remeteria a um estudo sobre as representações sociais a respeito deste universo. Antes, todo o esforço será voltado para a tarefa de estudar detidamente o funcionamento de uma unidade prisional reformada, ligando-o a esta percepção. Será estudado aqui o substrato institucional que dá suporte à percepção segmentar de sucesso. O presente trabalho, portanto, configura-se como um estudo de uma unidade prisional reformada.

*

A transformação da Cadeia Pública de Bragança Paulista em uma unidade prisional reformada está ligada ao trabalho desenvolvido por uma Associação Civil local. Trata-se da APAC – Associação de Proteção e Assistência *Carcerária* – uma organização não-governamental inspirada no modelo criado pela APAC (Associação de Proteção e Assistência *aos Condenados*) de São José dos Campos e que se organizou legalmente, contando com o apoio do Juiz Corregedor da comarca de Bragança Paulista, de forma a conseguir interferir

diretamente no funcionamento da Cadeia Pública local. O trabalho que a APAC de Bragança Paulista desenvolveu a partir de sua reativação, em 1994, na então Cadeia Pública da cidade – hoje chamada de Centro de Ressocialização – voltou-se para a melhoria das condições físicas do prédio e para o aprimoramento dos serviços desenvolvidos na Cadeia, buscando promover a ressocialização dos presos sob sua guarda. Em 1993, quando a então Cadeia Pública ainda estava ligada à Secretaria de Segurança Pública, um grupo de cidadãos ligados aos Poderes Judiciário e Legislativo, assim como ao Ministério Público, à Ordem dos Advogados do Brasil, à Polícia Civil e ao Conselho da Comunidade³, mobilizou-se para arrecadar fundos para a reforma da Cadeia Pública, conseguindo o montante de 40 mil reais, suficientes para algumas alterações estruturais no edifício. Em 1994, este grupo, que havia permanecido mobilizado atuando junto aos presos da Comarca, reativou uma entidade local que havia sido criada com os mesmos objetivos em 1974, a APAC – Associação de Proteção e Assistência Carcerária – para organizar o trabalho dos voluntários. O Conselho da Comunidade foi transformado em Conselho Deliberativo da APAC, o que tornou a entidade apta a intervir nos assuntos relacionados ao cumprimento de pena na Comarca. Em janeiro de 1996, a entidade firmou acordo com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Segurança Pública, pelo qual esta passou a efetuar um repasse mensal de 45 mil reais para a entidade, valor este correspondente ao gasto mensal com alimentação dos presos. Com este valor, a APAC conseguiu, além de manter a alimentação dos presos, contratar uma série de funcionários técnicos e da área da saúde (administradores, psicólogos, médicos, etc.), promovendo, ainda, uma poupança com a qual reformou o edifício, ampliando sua capacidade de 60 presos para 230 presos.

Meu interesse por esta instituição surgiu de forma indireta durante o Mestrado. No ano de 1998, eu realizava visitas regulares a uma instituição penitenciária da região do Grande ABC paulista. Soube, por intermédio de uma pessoa envolvida com a questão penitenciária nesta região, que havia, na cidade de São José dos Campos, no interior de São Paulo, uma experiência de administração comunitária de uma unidade prisional, uma Associação Civil

³ Os Conselhos da Comunidade foram instituídos pela Lei de Execução Penal em seus artigos 80 e 81. A lei prevê que haja um conselho em cada comarca, e que eles sejam compostos no mínimo, por um representante de associação comercial ou industrial, um advogado indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil e um assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais, mas sua composição pode ser definida diferentemente pelo Juiz da execução. Aos Conselhos da Comunidade incumbe visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca; entrevistar presos; apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário; diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento. É uma forma de organizar a participação comunitária na administração penitenciária.

sem fins lucrativos chamada APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Ao visitá-la, surpreendi-me com a organização de seu trabalho, que em muitos aspectos parecia romper com as formas tradicionais de funcionamento de uma unidade prisional. Esta Associação administrava quase inteiramente a Cadeia Pública da cidade. Não havia policiais – toda a segurança do prédio era feita pelos próprios voluntários ligados à APAC. As escoltas de presos para participarem de audiências no Fórum eram feitas pelos próprios presos: dois presos de confiança escoltando um terceiro ao Fórum. Os presos se alimentavam usando talheres de metal. Desde 1982, quando a Associação passou a administrar o presídio, não se registrava um homicídio na instituição. Os próprios policiais da região, quando eram presos, permaneciam na APAC, pois havia uma enorme confiança na disciplina dos presos – eles não iriam atacar os policiais. Em vista dessas características inusitadas, resolvi estudar esta instituição. A pesquisa resultante foi relatada em Dissertação de Mestrado (MASSOLA, 2001).

No ano de 1999, enquanto eu realizava uma pesquisa documental sobre a entidade, ela foi desativada pelo Poder Judiciário sob alegação de não oferecer condições de segurança adequadas para a guarda de presos. Foi então que recebi a informação da existência de uma instituição semelhante localizada na cidade de Bragança Paulista, cujo trabalho havia se inspirado diretamente na APAC de São José dos Campos, e para a qual fui encaminhado pelos voluntários joseenses a fim de poder continuar minha pesquisa. As visitas à instituição se iniciaram neste ano. A APAC de Bragança Paulista, mesmo tendo se inspirado na experiência de São José dos Campos, era bastante diferente para que optasse por analisá-la em um trabalho separado.

*

Esta pesquisa apresenta dois objetivos principais: estudar as relações sociais entre os presos nesta unidade prisional reformada, ou seja, aquilo que se costuma denominar “subcultura carcerária”; e estudar as relações entre APAC e Estado, relação intermediada pela instância do sistema penal, segmento do funcionamento estatal que é tradicionalmente visto como uma unidade e que abrange as instituições penitenciárias ou carcerárias, as instituições judiciárias e as policiais (BATISTA, 1999: 25) e, tomado em conjunto, é responsável pela realização do direito penal, entendido como “o conjunto de normas jurídicas que prevêm os crimes e lhes cominam sanções, bem como disciplinam a incidência e validade de tais normas, a estrutura geral do crime, e a aplicação e execução das sanções cominadas.” (BATISTA, 1999: 24).

Especificamente, essa pesquisa pretende responder a algumas perguntas: como se dão as relações entre os presos no Centro de Ressocialização de Bragança Paulista? Como os presos se relacionam com os voluntários, funcionários da APAC e agentes penitenciários? Qual a relação entre o Estado e a APAC de Bragança Paulista? De que forma o Centro de Ressocialização de Bragança Paulista se insere no sistema penal? Em que pontos seu funcionamento pode ser considerado contraditório com o restante do sistema penal?

O presente trabalho pode ser dividido em quatro partes. A primeira parte estende-se do Capítulo 3 ao Capítulo 9 e apresenta-se como uma descrição introdutória ao funcionamento da Cadeia Pública de Bragança Paulista. A segunda parte, que compreende os Capítulos 10, 11 e 12, apresenta três características institucionais fundamentais para a compreensão de seu funcionamento: o isolamento administrativo, a preponderância econômica e a ênfase gerencial. A terceira parte (Capítulos 13 a 17) discute o problema do controle social no interior da Cadeia Pública de Bragança Paulista e sua relação com a percepção de sucesso prisional. Na quarta parte (Capítulos 18 a 23) discute-se a relação entre APAC e Estado a partir da transformação da Cadeia Pública de Bragança Paulista em Centro de Ressocialização, transformação que evidenciou o papel modelar desta experiência para o sistema penitenciário paulista, num movimento que podemos descrever como uma reapropriação daquela experiência prisional pelo Estado.

*

As mudanças promovidas pela Associação na Cadeia Pública de Bragança Paulista fizeram com que seu trabalho se tornasse um modelo de política pública penitenciária e alçaram seu idealizador, o então Juiz Corregedor Nagashi Furukawa, à condição de Secretário da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Sua chegada ao governo se deu sob a expectativa de que o modelo penitenciário de Bragança Paulista fosse expandido para outras cidades do interior do Estado e, finalmente, fosse tomado como modelo para certa parte do sistema penitenciário paulista.

Por si só, a existência da APAC traz importantes questões para os estudiosos do sistema penitenciário e para os estudiosos das relações prisionais. Em primeiro lugar, no capítulo sobre as relações entre Estado e sociedade civil, este modelo prescreve a existência de uma separação entre o Estado e a iniciativa privada, de forma que à segunda cabe a administração efetiva da instituição, cabendo à primeira exclusivamente o papel de direcionar os recursos necessários para que isso seja possível. Este fenômeno já era observado, de forma mais intensa, na APAC de São José dos Campos, em que até mesmo a segurança ficava a

cargo de voluntários ou funcionários contratados pela Associação. Mas também em Bragança Paulista isso se verificava.

Que características do Estado brasileiro permitem compreender a outorga de parte de seu poder de polícia para uma Associação Civil? De que maneira isso se relaciona com o caráter pretensamente republicano do Estado?

Em segundo lugar, no que tange à questão administrativa, uma das ênfases do trabalho da APAC foi a redução das despesas com a manutenção do presídio. Ou seja, a mudança administrativa tinha como objetivo uma redução dos gastos públicos. O sucesso do modelo APAC deve ser creditado em parte ao fato de ter correspondido plenamente à expectativa de redução depositada sobre ele. A ênfase econômica, ou melhor, financeira, deve ser considerada essencial para a compreensão do modelo, distinguindo-o de outras instituições penais administradas diretamente pelo Estado. Esta ênfase financeira representa uma alteração no sistema penal, em que tradicionalmente esta questão assume um caráter secundário?

Em terceiro lugar, a APAC investiu todo o excedente conseguido com a economia de recursos nas reformas do prédio e na contratação de funcionários especializados. A APAC, em grande parte, conseguiu realizar o sonho penitenciário de construir uma instituição com uma excelente infra-estrutura física, administrativa e de serviços. Ao mesmo tempo, quanto àquilo que tradicionalmente constitui a subcultura carcerária (BITENCOURT, 2001: 169), ou seja, os valores e padrões de relacionamento estabelecidos pelos presos, a APAC alega ter melhorado alguns indicadores associados à violência entre os presos. Esses indicadores são de difícil quantificação. O mais evidente de todos é o número de homicídios. A APAC reduziu para zero o número de homicídios no interior do presídio. Ao lado disso, a APAC alega ser capaz de reduzir a taxa de reincidência entre os egressos do sistema. Uma das questões a serem feitas é: a presença maciça de voluntários e funcionários técnicos cujo trabalho tem ênfase reabilitadora (como psicólogos, assistentes sociais, médicos, enfermeiros) repercutiu favoravelmente nos indicadores de violência penitenciária? Após o trabalho de Zimbardo (1971, citado por MYERS, 2000: 74), tornou-se evidente a importância da pesquisa sobre os papéis sociais prisionais, principalmente o de preso e de carcereiro. Em parte, as expectativas ligadas a estes papéis podem ser consideradas fatores responsáveis pela existência da violência na instituição penitenciária. A presença maciça destes outros personagens pode ter alterado a maneira como estes papéis são desempenhados?

Em quarto lugar, ainda no que se refere às relações entre os presos, a APAC constituiu um modelo em que os presos são responsáveis diretos pela segurança do presídio. Internamente, dividiu-se a população carcerária em dois grupos: o dos presos comuns e o dos

“galerias”, presos de confiança, responsáveis pela manutenção da ordem. Mesmo com a presença dos voluntários, também esta oficialização do regulamento interno dos presos – já que na prática muitas instituições penais adotam esta divisão, apenas não assumida oficialmente – esta oficialização, enfim, conforme alega a APAC, ensina-lhes valores como o da responsabilidade, ao mesmo tempo em que se torna um meio mais eficiente de controle, por ser exercido de forma mais constante. Esta alteração institucional pode ser considerada importante na redução dos indicadores de violência? Como esta alteração repercutiu nas relações entre os presos?

Estes quatro pontos ilustram a importância de considerarmos a APAC como um estudo de caso, capaz de lançar luz sobre o funcionamento do sistema penitenciário como um todo. Mesmo que a APAC tivesse se restringido a uma alternativa penitenciária em nível local, sem repercutir em outras regiões, o estudo desta Associação levantaria questões que diriam respeito a todo o sistema penitenciário. O enfoque clínico do trabalho antropológico (GEERTZ, 1989), conforme tem sido apropriado pela Psicologia Social, encontra aqui uma aplicação importante. A compreensão detalhada do funcionamento institucional da APAC e, de forma mais ampla, do Centro de Ressocialização de Bragança Paulista, permite abordar em nível microscópico problemas que a Sociologia aborda usando palavras altissonantes (como Poder, por exemplo). Além disso, é típico do sistema penitenciário moderno constituir-se, em diversos países, a partir de uma fragmentação institucional que remete a uma divisão de trabalho penal. Há instituições destinadas a diversos tipos específicos de populações prisionais, divididas principalmente a partir de uma avaliação de seu grau de periculosidade. Um exemplo desta diversidade é dado por Morris (1998: 202) a respeito do sistema penitenciário nos EUA:

Há ‘prisões abertas’ indistinguíveis de fazendas e ‘prisioneiros’ que passam seus dias trabalhando sem escolta e sem supervisão na comunidade; há ‘prisões de final de semana’ e ‘prisões-dia’; há ‘prisões coeducacionais’; e há prisões de uma gritante e monótona rotina, interrompida por ‘flashes’ ocasionais de violência e brutalidade. Há prisões com quadras de tênis e prisões em que o único exercício fora da cela é uma hora caminhando numa gaiola ao ar livre três vezes por semana; há prisões excessivamente superlotadas e prisões com total isolamento. Há centros de preparação para a liberdade baseados na comunidade, indistinguíveis de pensões para trabalhadores, e há ‘prisioneiros’ cumprindo pena em suas próprias casas, que para este propósito são legalmente classificadas como prisões⁴.

⁴ No original, em inglês: “There are ‘open prisons’ indistinguishable from farms and ‘prisoners’ who spend their days working unescorted and unsupervised in the community; there are ‘weekend prisons’ and ‘day prisons’; there are ‘coeducational prisons’; and there are prisons of grindingly dull routine interrupted by occasional flashes of violence and brutality. There are prisons with tennis courts and prisons where the only out of cell

Em que pesem as evidentes diferenças, uma fragmentação também se impõe sobre o sistema penitenciário brasileiro. No Estado de São Paulo, a fragmentação já pode ser evidenciada pela divisão entre a Secretaria de Segurança Pública, que custodia os presos que aguardam julgamento, e a Secretaria de Administração Penitenciária, responsável pelos presos condenados. A chamada “literatura marginal” parece indicar esta fragmentação. No Diário de um Detento, Jocenir (2001: 80) relata como se deu sua transferência de uma Cadeia Pública para a Casa de Detenção de São Paulo. Ao sair do ônibus que o transportava, antes de ingressar na nova Penitenciária, policiais militares o fizeram passar por um “corredor polonês” (técnica de tortura em que o preso passa por um corredor formado por duas fileiras de policiais, sendo agredido de ambos os lados). Tendo saído quase ileso, e já dentro da Casa de Detenção, os policiais começaram a discutir com um funcionário daquela instituição.

Os policiais não concordaram com a nossa astúcia, ordenavam que voltássemos para passar novamente pelo corredor. (...) Surpreso, presenciei um funcionário da Detenção discutir com os PMs, ele dizia que os policiais não tinham autoridade para entrar no presídio, que se tocassem dali, e que eu, meu companheiro e os demais presos que haviam entrado já eram responsabilidade da administração do presídio.

Desta forma, o estudo fragmentado de instituições penais, se não é suficiente para construir um quadro geral do funcionamento do sistema penal, é o ponto de partida necessário de um estudo. Empiricamente, é assim que o sistema se apresenta. Pode-se fazer a crítica de que esta separação na prática não se verifica, que entre os diversos âmbitos custodiais não há diferenças reais, apenas formais, e que em São Paulo, por exemplo, há presos condenados cumprindo pena em Cadeias Públicas e pessoas detidas aguardando julgamento em instituições ligadas à Secretaria de Administração Penitenciária. Mas esta constatação deve ser separada do dado empírico, deve ser vista como construção do objeto concreto. As diferenças entre uma Cadeia Pública e uma Penitenciária, começando pela razão de presos por vaga e chegando às relações sociais estabelecidas entre os presos, são bastante evidentes para que justifiquem o estudo de caso como método de pesquisa válido para o sistema penitenciário.

exercise is an hour of pacing an outdoor cage three times a week; there are prisons of excessively crowded congregation and prisons of utter isolation. There are community based prerelease centers, called ‘prisons’, indistinguishable from worker’s hostels; and there are ‘prisoners’ doing time in their own homes, which for this purpose are legally classified as prisons”.

Mas, além da importância local do Centro de Ressocialização de Bragança Paulista, sua importância expande-se para outros domínios. Com a ascensão de Nagashi Furukawa, iniciador da experiência, à condição de Secretário da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, o trabalho da APAC assumiu dimensões estaduais e, em consequência da importância do sistema penitenciário paulista, nacionais. Esta importância pode ser evidenciada – mas não só – pelo número de presos do Estado de São Paulo. Para uma população prisional nacional de aproximadamente 310 mil pessoas, São Paulo abriga aproximadamente 130 mil presos. A experiência do Centro de Ressocialização de Bragança Paulista começou a ser adotada como modelo para o trabalho com presos de baixa periculosidade. Por alguma razão, o Estado considerou importante apropriar-se da experiência bragantina e torná-la um padrão de instituição penal. É lícito questionar que função este modelo está desempenhando na organização do sistema penal brasileiro. E é lícito perguntar a que alteração do sistema penal e, portanto, social (pois o sistema penal corresponde a uma parte importante do Estado) corresponde este movimento de apropriação. Estudar a APAC pode ser uma forma privilegiada de acessar importantes fenômenos sociais que, sob outro enfoque, permaneceriam obscuros. E, de forma geral, as instituições penitenciárias apresentam-se como objetos importantes de estudo, capazes de lançar luz sobre o funcionamento social como um todo.

*

Os estudiosos do sistema penitenciário hoje costumam concordar de maneira geral a respeito dos acontecimentos basilares da história das prisões. Entre os séculos XVIII e XIX ocorreram mudanças fundamentais na aplicação da pena que tornaram a prisão a forma predominante de punição nas sociedades ocidentais. Entre estas mudanças, podemos destacar: aumento do envolvimento do Estado no “negócio” do controle do crime, com o desenvolvimento de um aparato centralizado e burocrático para o controle do desvio e sua punição; a diferenciação entre tipos de desviantes, sua categorização em tipos separados e a criação de um corpo particular de conhecimento científico para cada tipo; a segregação dos desviantes em asilos (asylums), como as prisões e as instituições para doentes mentais; o deslocamento do “objeto” de punição do corpo para a mente, com uma diminuição gradual das penas públicas de suplício corporal (Cohen, 1985, citado por HESTER; EGLIN, 1996: 231-2).

Se os pesquisadores estão de acordo em relação às datas, a interpretação dos acontecimentos ainda é motivo de muita controvérsia. Cohen (1985, citado por HESTER; EGLIN, 1996: 232) afirma a existência de três modelos para entender o desenvolvimento das

instituições penitenciárias. O primeiro é um modelo idealista que concebe o desenvolvimento da prisão em termos de “idéias” penais, especialmente aquelas dos reformadores influenciados pelo Iluminismo do século XVIII que buscavam a humanização das penas. As mudanças penais são caracterizadas por mudanças desiguais na aplicação das idéias para o aprimoramento da prática penal. O segundo modelo é funcionalista e vê a prisão e, de forma geral, os “asilos”, como soluções funcionais para problemas de desintegração social. Segundo este modelo, pode-se dizer que eles foram estabelecidos com “boas” intenções, apesar de “complicadas”, e tiveram conseqüências desastrosas. De acordo com estes dois modelos, a prisão fracassou em sua missão histórica. Ao invés de promover a desejada reintegração dos homens presos à sociedade, ela fortaleceu o surgimento de uma subcultura carcerária que coloca a própria existência social em xeque. O terceiro modelo é o da disciplina e mistificação, e defende o ponto de vista de que a prisão não fracassou em seu desenvolvimento histórico, cumprindo o papel para o qual foi criada. Sob este ângulo, o papel da prisão pode ser tanto o de disciplinar a mão-de-obra quanto de criar uma classe delinqüencial que justifique o aumento de repressão contra a classe proletária. Sob este último ponto de vista, Foucault (1996d: 132) afirma:

A prisão fabrica delinqüentes, mas os delinqüentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Por exemplo, no proveito que se pode tirar da exploração do prazer sexual (...). Outro exemplo: todos sabem que Napoleão III tomou o poder graças a um grupo constituído, ao menos em seu nível mais baixo, por delinqüentes de direito comum.

A importância dos estudos penitenciários para a compreensão do funcionamento social está largamente evidenciada desde os trabalhos de Foucault. Desde sua aula inaugural no Collège de France em 1970 (FOUCAULT, 1996a: 19 e 63), quando ele lança o projeto de estudar a relação entre os discursos com pretensão de verdade (discursos produzidos sob o âmbito da vontade de verdade) e o sistema penitenciário, até o estudo sistemático encontrado em Vigiar e Punir (FOUCAULT, 1991), delineia-se um trabalho que torna evidente o papel que o sistema penitenciário desempenhou na construção e manutenção da ordem burguesa. Mesmo fundamental, seu trabalho não é pioneiro.

O livro que inaugurou um tipo de análise sistemática sobre a história das prisões, comparando-a com o desenvolvimento social, político e econômico europeu foi o “grande livro” (segundo expressão de Foucault) Punição e Estrutura Social (Punishment and social structure), de Rusche e Kirchheimer (2003). Neste livro os autores afirmam que a existência das prisões tem relação direta com o momento vivido pelo capitalismo em cada país. De fato,

sua análise se inicia muito antes do capitalismo. Eles analisam um período histórico que dividem em três fases: a Baixa Idade Média, a Alta Idade Média e o período Moderno, datado do início do século XIX. Ao considerar estes períodos, eles estão interessados em analisar a relação entre três coisas: as formas de punição; mudanças sociais, políticas e econômicas; e a ideologia penal (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 1939 citado por HESTER; EGLIN, 1996: 233). Sua tese é de que mudanças nos modos de produção criam novos interesses de classe que então produzem mudanças nas formas e ideologias de punição para apoiar estes interesses. No início da Idade Média na Europa, a população era pequena e havia uma alta demanda por trabalho. Os senhores feudais, que dependiam de seus servos, muitos dos quais fugiam para os burgos em rápido crescimento, tinham de tratar os trabalhadores com cuidado. As punições, por isso, eram relativamente brandas. A ordem era mantida grandemente através da autoridade tradicional e religiosa. No século XV algumas mudanças econômicas ocorreram, provocando transformações nas formas de punição. A população começou a crescer, o que levou à exaustão da terra. Os proprietários expulsaram os camponeses de suas terras para aumentar seus lucros, provocando um aumento no desemprego e reduzindo o nível salarial. Os pobres migravam para as cidades em busca de emprego e eram surpreendidos por leis contra suas atividades ou sua mera presença. Eles voltaram-se, então, para o crime como forma de sobrevivência e as autoridades responderam com leis mais duras contra o que era percebido como ameaça contra a estabilidade social e contra os interesses da nova classe comercial. As execuções e mutilações tornaram-se métodos rotineiros de punição. O século dezesseis presenciou mudanças econômicas entre as quais: aumento das cidades, aumento da demanda por bens de consumo, crescimento do sistema financeiro, expansão do comércio e dos mercados e a conquista de territórios estrangeiros, desembocando no período mercantilista. Em contrapartida, a população começou a declinar, significando uma redução na força de trabalho. Isso provocou um aumento nos salários e um conseqüente declínio nos lucros, levando os comerciantes a apelarem para a ajuda do Estado. Foram feitas tentativas para aumentar a taxa de natalidade através de redução nos impostos para casamentos precoces e grandes famílias, leis proibindo o clero de discriminar mães solteiras, tentativas de controlar o infanticídio, etc. A falha dessas tentativas levou à proibição da emigração, fixação de níveis salariais máximos e de jornadas de trabalho entre doze e dezesseis horas diárias, proibição das associações trabalhistas e das greves e o encorajamento do trabalho infantil. Mais importante, porém, foi a introdução de sistemas de trabalho forçado controlados pelo Estado. Os violadores da lei eram colocados em Casas de Correção que, ao fim do século XVII e em resposta às exigências econômicas, eram parte significativa das políticas penais. Nelas, os

presos eram obrigados a trabalhar e desenvolver os hábitos da indústria. O processo de colonização, ao lado disso, fez com que surgissem as penas de deportação, até que o tráfico de escravos, economicamente mais rentável, a substituísse. A Revolução Industrial, em seguida, significou uma diminuição na necessidade por mão-de-obra conforme aumentava a mecanização da produção. A população europeia, por outro lado, começou a crescer, tornando o desemprego alto e fazendo com que os pobres novamente se voltassem para o crime como forma de sobrevivência. Houve um retorno das punições severas e foram instaurados procedimentos disciplinares que privilegiavam a rotina como forma de inculcar a obediência à autoridade. O trabalho prisional, dado o exército de reserva, não era mais economicamente necessário. Por isso, os trabalhos executados pelos presos eram inúteis, como carregar pedras de um lugar para outro, bombear água que vazava de volta para sua fonte, entre outros. Em suma, para os autores a prisão serviu a diversas funções na ordem social do capitalismo industrial, tornando dóceis os membros recalcitrantes da classe proletária, detendo criminosos em potencial, ensinando hábitos de disciplina e ordem e reproduzindo a hierarquia tão necessária ao capitalismo.

Apesar das críticas possíveis sobre esta correlação estrita entre idéias punitivas e estrutura social e econômica, este trabalho teve o grande mérito de mostrar que os “sistemas punitivos concretos” não podem ser explicados unicamente pela armadura jurídica da sociedade nem por suas opções éticas fundamentais e que as medidas punitivas não são simplesmente mecanismos negativos “mas que elas estão ligadas a toda uma série de efeitos positivos e úteis que elas têm por encargo sustentar” (FOUCAULT, 1991: 27). Tornou-se claro, a partir desse trabalho, que a prisão está *na* história e que sua criação é relativamente recente. Esta afirmação torna-se necessária em virtude da aparente inevitabilidade da pena de prisão, que leva modernamente a uma crença de senso comum de que a prisão sempre existiu.

É contra esta aparente inevitabilidade da pena de prisão que Foucault (1991) escreve, e desta forma ele mostra as características e funções implícitas de um sistema punitivo dado como auto-evidente. Um sistema crivado de problemas que se mantém operante há quase duzentos anos apesar de suas evidentes mazelas merece, sem dúvida alguma, reflexão, especialmente num momento em que, em alguns países desenvolvidos, ele ensaia uma “volta triunfal” embalada pelas políticas conservadoras iniciadas na década de 1980 pelos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Mas a crítica à ineficácia do sistema penitenciário já está feita. A crítica à superlotação, à violência, à desordem já é de conhecimento público e não produziu a transformação social que se esperaria frente à constatação de seus problemas. Enfim, torna-se evidente que “nada funciona” (Martinson, 1974, citado por GARLAND,

2001a: 7). Como, então, é possível a existência de instituições “bem-sucedidas” no seio deste sistema condenado? Como operam estas unidades prisionais reformadas?

Ao pesquisar uma instituição que se apresenta como o inverso do sistema penitenciário – sua imagem em espelho – o presente trabalho procura investigar as relações sociais concretas que permitem sustentar o discurso de que há saída para o sistema penitenciário, de que ele pode produzir os resultados desejados, de que ele ainda pode se apresentar como solução para alguns graves problemas sociais, de que ainda é possível, para usarmos as palavras de Nunes (14 jan. 1997), reabilitar homens no cárcere.

Em um contexto bastante diferente mas tangenciando a mesma área de interesse, Malinowski (2003) afirmou, sobre a nascente ciência da Antropologia, que se tratava de um campo marcado pelo desenvolvimento típico da ciência, que começa se ocupando do maravilhoso para apenas posteriormente ocupar-se do rotineiro: primeiro a exceção, depois a regra. O presente trabalho segue o caminho inverso: depois de identificados alguns elementos que parecem explicar adequadamente o funcionamento do sistema penitenciário, e que são encontrados em diversos autores de grande envergadura da sociologia da punição, trata-se agora de voltar nossos olhos para o extraordinário, para o maravilhoso, e descobrir as relações entre ambos os campos de fenômenos. Trata-se de explicar o mistério desta convivência entre coisas tão antagônicas, mistério ainda mais importante porque se adivinha que, de alguma forma, é ainda a existência do maravilhoso que permite a continuidade do cotidiano.

CAPÍTULO 2. MÉTODO

Esta é uma pesquisa descritiva e exploratória: volta-se para a descrição do funcionamento institucional do Centro de Ressocialização de Bragança Paulista e para o levantamento e aprofundamento de problemas científicos ligados à questão da reforma penitenciária e do papel do sistema penitenciário no todo social. Mas tem a pretensão de avançar algumas respostas para as questões levantadas, o que a torna também uma pesquisa explicativa. Tanto quanto possível, a observação empírica está ligada a um esforço de crítica social sem o qual se tornaria ideológica, o que atrela seu caráter explicativo às observações feitas e às conclusões daí advindas, mas procura não desembocar num “culto ao fato” empirista que ignore as determinações sociais existentes na própria escolha do objeto de pesquisa.

O presente trabalho desenvolveu-se sob o regime de pesquisa etnográfica, método escolhido por permitir uma maior inserção do pesquisador na cultura da organização. Nossa pesquisa procurará se deter nos aspectos propriamente institucionais do funcionamento do Centro de Ressocialização de Bragança Paulista. Neste ponto, não há novidades em nossa pesquisa. Indicações a respeito desta metodologia podem ser obtidas, com relação a estudos na área da educação, no trabalho de Ezpeleta & Rockwell (1989), onde encontramos a defesa do método etnográfico não sob a perspectiva de estudos de uma “totalidade”, como tradicionalmente alguns antropólogos fizeram, mas a partir da perspectiva do fenômeno observado como parte de “uma totalidade maior que o determina, em alguma medida e com o qual mantém determinadas formas de relacionamento” (EZPELETA; ROCKWELL, 1989: 47). Esta posição metodológica indica a necessidade de que o fenômeno estudado etnograficamente seja interpretado a partir de suas relações com o contexto social mais amplo e não apenas em função de suas relações internas. Para as autoras, esta ponte pode ser feita trabalhando-se com o fenômeno estudado a partir de um ponto de vista institucional que

questione a articulação do fenômeno com o Estado e com a sociedade civil. O método etnográfico permite um contato com os valores ou os elementos culturais próprios da instituição que estamos estudando, evitando que apliquemos erroneamente categorias explicativas a ambientes onde elas não possuem o mesmo sentido, e permite que pensemos a teia de relações sociais sob observação como parte de um conjunto maior do qual faz parte e com o qual interage de forma complexa. Este método se mostrou posteriormente valioso para a Psicologia Social (como, por exemplo, o trabalho de Costa, 2004).

Este método tem sido utilizado em pesquisas sobre instituições penitenciárias há algumas décadas. É justificado muitas vezes pela necessidade de flexibilidade decorrente da ausência de um corpo teórico sistematizado sobre a área (GIALLOMBARDO, 1966), e costuma ser aplicado principalmente no estudo do que se convencionou chamar de “subcultura carcerária”. A subcultura carcerária é um conceito criado para dar conta da percepção desde logo compartilhada por inúmeros pesquisadores de que os valores, comportamentos e até mesmo o linguajar utilizado por certos grupos sociais, entre eles o dos presos, se diferenciavam daqueles observados em ambientes externos. Os presos se organizavam no interior das penitenciárias a partir de valores culturais próprios e que eram sentidos por eles mesmos como diferentes dos existentes fora das prisões. Por isso, alguns autores passaram a estudar os valores compartilhados pelos internos como constituindo uma cultura diferenciada dentro da cultura mais ampla da qual faziam parte (como, por exemplo, Clemmer, 1958). Para compreender melhor os valores pertinentes a esta subcultura, os pesquisadores utilizaram os procedimentos etnográficos que já haviam produzido resultados importantes no estudo de outras culturas. Devido a esta preocupação em estudar os relacionamentos estabelecidos entre os presos a partir do conceito de subcultura carcerária, alguns estudos etnográficos em prisões são considerados hoje verdadeiros clássicos e a série de pesquisadores que se preocupou em utilizar este método acabou fazendo com que ele, em alguns países, seja uma forma quase tradicional de pesquisa em instituições prisionais. Por isso, nossa escolha não deixa de ser pouco inovadora.

O trabalho do etnógrafo que procura entrar em contato com uma outra cultura vai sempre no sentido de buscar o que Geertz (1989), citando Gilbert Ryle, chamou de “descrição densa”. As considerações metodológicas e teóricas daquele autor podem ser aqui de grande valia. A descrição densa procura, não compilar meramente os comportamentos observados, mas inseri-los nas estruturas de significação das quais faz parte. Assim, ao etnógrafo não cabe dizer que um determinado sujeito “contraiu as pálpebras”, mas sim qual foi sua intenção ao

fazê-lo. Ele pode tê-lo feito num sentido conspiratório ou pode tê-lo feito para imitar um colega com tique nervoso. Mas é a distinção entre uma e outra que a insere em

[...] uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são produzidos, percebidos e interpretados, e sem as quais eles de fato não existiriam (nem mesmo as formas zero de tiques nervosos as quais, como categoria cultural, são tanto não-piscadelas como as piscadelas são não-tiques), não importa o que alguém fizesse ou não com sua própria pálpebra. (GEERTZ, 1989:17).

A pesquisa etnográfica, para ele, possui quatro características fundamentais: 1) é interpretativa, ou seja, prende-se à interpretação de uma hierarquia estratificada de significados: o pesquisador interpreta o discurso dos indivíduos que pesquisa, mas estes indivíduos, por sua vez, exibem uma interpretação particular da cultura em que vivem; 2) o que ela interpreta é o fluxo do discurso social, que pode ser realizado com palavras ou ações. As ações são marcos do sentido do discurso social; 3) a interpretação consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso, ou seja, o sentido do discurso, mesmo com a perda da enunciação, que é seu ato material, por assim dizer; 4) ela é microscópica, ou seja, realiza-se de forma a que o pesquisador aborde questões amplas através do conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente restritos. A riqueza dos estudos etnográficos está em permitir à mente sociológica ter acesso a um material minuciosamente descrito, sua “especificidade complexa, sua circunstancialidade” (GEERTZ, 1989: 33). O método etnográfico exige do pesquisador que esmiúce detalhes do local em que realiza sua pesquisa, o que torna sua replicação impossível. Por isso, o autor acaba por abordar o problema da “objetividade” deste tipo de pesquisa: é possível estabelecer padrões objetivos de julgamento dos resultados da pesquisa etnográfica?

Sua resposta a esta questão aproxima as pesquisas etnográficas do método clínico. O problema das abordagens interpretativas é que elas resistem à articulação conceitual e a formas de avaliação sistemáticas. Ou concordamos com uma interpretação, ou não. Dificilmente se pode negá-la. Mas isso não serve a um campo que procura se afirmar como ciência. Como a interpretação da cultura deve servir para permitir um diálogo com os sujeitos estudados, deve se manter próxima do terreno, sem grandes vôos de raciocínio. Há, assim, uma tensão entre a necessidade de ganharmos acesso ao universo simbólico dos sujeitos e as exigências do avanço técnico na teoria da cultura, entre a necessidade de apreender e a necessidade de analisar. Esta tensão é basicamente irremovível. A teoria cultural não é seu próprio dono. “Qualquer generalidade que consegue alcançar surge da delicadeza de suas

distinções, não da amplidão das suas abstrações” (GEERTZ, 1989: 35). Cada estudo retoma os anteriores não do ponto em que pararam, mas do ponto de partida, só que de forma mais profunda. É difícil abstrair os estudos específicos integrando-os numa teoria cultural geral. A tarefa da construção teórica aqui não é generalizar a partir dos casos mas generalizar dentro dos casos. Isso se chama em geral de inferência clínica. Este procedimento começa com um conjunto de significantes (os sintomas) e tenta enquadrá-los de maneira inteligível (doença) com o objetivo da terapia. Aqui, o significante é o ato simbólico, que é enquadrado com o objetivo de analisar o discurso social. Uma condição fundamental da teoria cultural é que ela não é profética. Ninguém antecipa se uma doença vai ocorrer. O mesmo ocorre na cultura. Mesmo assim, a pesquisa não é apenas *post facto*. A teoria não tem apenas que se ajustar a eventos passados, mas tem que sobreviver às realidades que estão por vir. “Se deixam de ser úteis com referência a tais problemas, deixam também de ser usadas e são mais ou menos abandonadas. Se continuam a ser úteis, dando à luz novas compreensões, são posteriormente elaboradas e continuam a ser usadas” (GEERTZ, 1989: 37). O estudo de caso aparece como forma privilegiada de pesquisa, sob este ponto de vista.

Talvez possamos, porém, entender as dificuldades de generalização apresentadas pelo método sob outro ponto de vista. No caso dos estudos em que a delimitação do campo de observação não é o da totalidade social, como ocorria nos estudos etnográficos clássicos (MALINOWSKI, 2003 e 1978), impõe-se compreender a relação entre o segmento social estudado e o todo social, como já apontado por Ezpeleta e Rockwell (1989). Isso obriga a entender as razões para a escolha de determinado segmento social e as regras de generalização possíveis dentro do estudo. A adoção da perspectiva do todo social é típica da vertente marxista do pensamento, e é a ela que devemos nos reportar. A crítica conhecida de Lúkacs (2003), que deslocou a ênfase econômica do marxismo ortodoxo para a perspectiva da totalidade como método de pesquisa pode ser retomada aqui, tal qual entendida por Adorno e Horkheimer (1973) numa discussão muito próxima da que interessa diretamente ao presente trabalho.

O problema que se coloca é o da “investigação social empírica” (ADORNO; HORKHEIMER, 1973: 120-131). Ao se propor a realizar um estudo empírico, o pesquisador percebe desde logo que a sociedade parece suficientemente complexa para impedir um conhecimento direto de seu funcionamento total, obrigando à realização de estudos de caso ou, pelo menos, de uma segmentação deste objeto. Por outro lado, estes autores alertam para que a pretensa complexidade da sociedade talvez deva ser entendida à luz da relação entre aparência e essência. Os indivíduos, limitados a suas atividades particulares e técnico-

práticas, vêm obstruído, pela própria divisão do trabalho, o caminho para a compreensão do todo (ADORNO; HORKHEIMER, 1973: 151). Ao mesmo tempo, na ciência, a pesquisa da parte, do caso, aparece como a única possibilidade de compreensão relativamente segura, em que se possui algum grau de controle sobre os dados da realidade. Desta forma, a própria ciência opera sob o signo da alienação social (ADORNO; HORKHEIMER, 1973: 152). Mas a alienação não é algo que possa ser vencido por decreto. Exige o reconhecimento de sua existência e a tentativa de superação na própria prática de pesquisa. Os estudos das comunidades, que se apresentam como estudos de caso, representam para os autores “uma das tentativas mais enérgicas que se fizeram para eliminar a diferença que existe entre ciência e sociedade, o que plenamente os justifica” (ADORNO; HORKHEIMER, 1973: 152). Ao estudarem comunidades definidas, limitadas espacialmente, os sociólogos e antropólogos apresentaram um modelo de pesquisa que aliava “a riqueza dos materiais coletados a um método de investigação que combinou disciplinas complementares, ainda que divergentes, para se obter resultados esclarecedores que, de outro modo, não teriam sido conseguidos pela investigação social” (ADORNO; HORKHEIMER, 1973: 164). Os primeiros estudos de comunidades mostraram que a explicação da parte só era possível através do recurso ao todo social. Explicar a parte exigia um esforço de teorização sobre o todo social sem o qual a própria pesquisa empírica perdia seu sentido e passava a apresentar “o perigo de uma acumulação mecânica de materiais” (ADORNO; HORKHEIMER, 1973: 124). Sob o signo da alienação social, cabe ao pesquisador iniciar seu trabalho reconhecendo a impossibilidade do acesso imediato ao todo. Mas, ao pesquisar a parte, ao pesquisar o fenômeno concreto, o pesquisador já se depara com uma expressão do todo social. A pesquisa da parte – o estudo de caso – aponta dialeticamente para a superação deste nível de análise e indica a possibilidade de se abarcar o todo. A pesquisa exploratória pode ser mais bem desenvolvida na forma de estudos de caso ou, como afirmam Adorno e Horkheimer (1973: 124), “as concepções verdadeiramente produtivas nascem, em geral, do estudo profundo de casos particulares”. Se as duas condições dos estudos culturais, de acordo com Geertz (1989), são seu atrelamento a análises específicas e seu caráter não-profético, ao menos nos estudos sobre sociedades “complexas” eles devem permitir uma saída para a reflexão sobre a vida social como um todo. O presente estudo tem como um de seus objetivos aliar a uma descrição minuciosa da vida na unidade prisional, a indicação de análises que permitam, futuramente, conceber a inserção social deste tipo de instituição.

Para a Psicologia Social, mais especificamente, a importância dos estudos etnográficos vem do fato de que, ao permitir conjugar a observação individual e as determinações

institucionais do comportamento, ajudam o psicólogo a entender a maneira pela qual a subjetividade é socialmente constituída e como reage às determinações institucionais, uma vez tendo se formado como uma instância que pode oferecer resistência à própria sociedade que a criou. A instituição é um objeto de estudo privilegiado sob o ponto de vista da psicossociologia. Na instituição, encontram-se ao mesmo tempo as determinações sociais que conformam a ação do indivíduo e seus desejos e aspirações individuais: na instituição se manifestam ao mesmo tempo fenômenos de natureza psicológica e social, inter-relacionados (NASCIUTTI, 1998: 102).

*

A partir das visitas realizadas ao Centro de Ressocialização de Bragança Paulista e de outros contatos com seus agentes institucionais, foi confeccionado um diário de campo retrospectivo. O diário de campo era escrito logo após o término de cada visita. Os eventos podiam também ser registrados logo após sua ocorrência, se houvesse oportunidade para isso. No diário de campo, foi dada especial atenção aos episódios de interação entre mim e os agentes institucionais ligados à APAC de Bragança Paulista. Também foram recolhidos 68 documentos relativos à instituição, como listas com a relação dos presos, agrupados por crime e data de chegada, organogramas das diversas funções desempenhadas pelos setores da instituição, relatórios produzidos por voluntários e funcionários e relatórios produzidos por membros do Ministério Público que vistoriaram as dependências da unidade prisional. Desta forma, esta pesquisa é tanto um trabalho etnográfico quanto documental.

São participantes desta pesquisa os agentes institucionais do Centro de Ressocialização de Bragança Paulista, tanto presos quanto voluntários, funcionários da APAC, carcereiros, membros com função administrativa ligados à Secretaria de Segurança Pública ou à Secretaria de Administração Penitenciária, e agentes de segurança. Também incluímos nesta denominação os familiares e visitantes dos presos, na medida em que suas ações estivessem vinculadas ao funcionamento da instituição. A opção pela palavra “agentes” explica-se pelo enfoque deste trabalho: ocupado em estudar a ação social destes indivíduos ligados à instituição, este trabalho preocupou-se com o caráter ao mesmo tempo visível e significativo do comportamento, com o sentido que as ações possuíam para aqueles que as desempenhavam, com o “discurso social” de que fala Geertz (1989). Mas cabe uma ressalva: o discurso, aqui, é considerado não como o determinante da vida social, nem como um mero epifenômeno fruto de determinações econômicas. Também não é uma engrenagem em um grande mecanismo de dominação, de poder, e de produção de saber. As produções discursivas, ao mesmo tempo em que refletem as condições econômicas e sociais de uma

época – podendo mesmo sofrer uma inclinação no sentido da dominação direta – trazem elementos novos ao processo histórico e, portanto, possuem um certo grau de independência. Os discursos refletem as contradições existentes nas sociedades em que ocorrem. Ao mesmo tempo em que podem permitir a reprodução das relações de dominação, podem apontar para a superação das desigualdades de classe, da divisão do trabalho, da reificação e da alienação do homem do produto de seu trabalho. Tanto podem ser instrumentos de dominação quanto de superação desta dominação. São elementos intrínsecos a uma realidade social que se move tanto dialeticamente no sentido da superação das condições objetivas da desigualdade, quanto no sentido do aprofundamento dessas desigualdades.

As visitas ao Centro de Ressocialização de Bragança Paulista foram realizadas do dia 12 de fevereiro de 2000 ao dia 12 de abril de 2003, em frequência semanal, com duração, em geral, de três horas, mas podendo se estender além deste tempo (chegando a uma duração de oito horas) em virtude de necessidades pontuais. As visitas realizaram-se em geral aos sábados pela manhã, havendo situações específicas em que ocorriam em dias diferentes. Exemplos destas situações eram as reuniões entre funcionários da APAC e voluntários, que ocorriam esporadicamente, preferencialmente às terças-feiras à noite. Outro exemplo se refere às festas de Natal ou Dia das Crianças, que ocorriam aos domingos.

Estes episódios de interação foram analisados a partir de derivação empírica de categorias de análise. Neste trabalho, as categorias de análise foram utilizadas em dois níveis diferentes: em primeiro lugar, serviram para identificar aspectos das próprias interações observadas que permitissem analisá-las; em segundo lugar, a análise destas interações deu origem a categorias de análise da instituição como um todo, que serviram para pensarmos sobre os problemas levantados pelo trabalho.

As categorias criadas para analisar as interações, ou categorias de análise interacional, foram: 1) Papel social dos agentes institucionais: esta primeira categoria se refere à posição social específica ocupada pelo agente em suas interações com outros agentes institucionais. Os papéis identificados foram os seguintes: Voluntários: refere-se aos voluntários ligados à APAC, que se dividiam em grupos (Grupo de Valorização Humana, grupo espírita, grupo da Igreja da Assembléia de Deus, etc.); Famíliares dos presos; Presos (reeducandos); Representantes de cela: presos com funções institucionais específicas, ligadas à resolução de problemas internos à instituição; Galerias: presos com responsabilidade de cuidar da segurança e funcionamento do Centro de Ressocialização, e ligados ao CSS (Comissão de

Sinceridade e Solidariedade), mais tarde denominado CTI (Comissão de Trabalho Interna), que era o órgão representativo dos presos frente à Diretoria da APAC; Funcionários da APAC: Advogados, Psicólogas, Enfermeira, Gerente, Médico; Diretoria da APAC: voluntários ligados aos Poderes Públicos municipais e a outras agências representativas, como a OAB, que formavam anteriormente o Conselho de Comunidade local; Carcereiros (Secretaria de Segurança Pública); Agentes de segurança (Secretaria de Administração Penitenciária); Diretoria do Centro de Ressocialização (Secretaria de Administração Penitenciária); Promotor; Juiz; Delegado; Nagashi Furukawa: o fundador da APAC exerceu um papel especial, típico das organizações de pequeno porte ainda sem formação de tradições administrativas, que em geral se baseiam na figura de um grande líder para se organizarem. Mesmo após se tornar Secretário da Administração Penitenciária, ele continuou exercendo simbolicamente este papel; Egressos; “Menores”: adolescentes mantidos provisoriamente nas dependências da Cadeia Pública de Bragança Paulista. 2) Tipo de interação. As interações podiam ser verbais ou não-verbais. 3) Tema da interação verbal. As interações verbais ~~discorriam~~-se davam em torno de ~~sobre~~-temas, que foram catalogados, totalizando 314 itens. 4) Contexto da interação. São as situações em que as interações ocorreram. Refere-se, por exemplo, às situações de almoço entre os presos, de solicitação e prestação de favores aos presos, de realização de trabalhos artesanais, etc.

Estas categorias de interação orientaram o trabalho da seguinte forma: dentre os temas, foram selecionados aqueles que, por sua frequência ou pelo papel que desempenhavam no discurso dos agentes institucionais, pareceram mais relevantes para elucidar as questões propostas por este trabalho. As falas a respeito dos temas foram consideradas produtos de indivíduos portadores de determinados papéis sociais e que falavam a partir de certos contextos de interação. Assim, procurou-se situar as falas tanto a partir de determinações institucionais mais amplas, advindas dos papéis sociais, quanto de situações de interação mais específicas.

As categorias surgidas da análise dos episódios de interação foram estudadas a partir de sua importância para a compreensão dos dois problemas propostos por este trabalho. Após o processo de derivação empírica, as categorias foram chamadas a elucidar questões psicossociais mais amplas relativas aos problemas classicamente abordados pelo penitenciarismo. Isso exigiu que o trabalho adotasse o método dedutivo para posicionar essas categorias. Foi necessária, neste momento, uma aproximação maior da discussão propriamente teórica e um afastamento do dado empírico. O método adotado por esta pesquisa, portanto, foi indutivo e dedutivo.

Assim, a partir dos temas criados e selecionados por sua importância teórica, por seu contexto de interação e pelo papel social do agente que os levantou, foram criadas categorias de análise institucional, tanto derivadas empiricamente do elenco de temas e das categorias de interação quanto deduzidas de trabalhos anteriores sobre o sistema penitenciário. As categorias de análise institucional são as seguintes: Isolamento institucional: categoria inspirada nos trabalhos de Goffman (1974), de Clemmer (1958) e Sykes (1999), indica o grau de cisão percebida entre o ambiente interno e externo à Cadeia Pública de Bragança Paulista; Preponderância econômica: refere-se à dependência de resultados econômico para a percepção de sucesso prisional da APAC; Caráter normativo da participação comunitária: refere-se ao tipo de controle social exercido pelos voluntários sobre os presos; Regime de legalidade: trata do mesmo problema anterior, mas quanto aos funcionários contratados pela APAC; Limitação da subcultura carcerária: refere-se ao tipo de controle exercido por um grupo destacado de presos sobre os demais; Diminuição da violência percebida: um dos elementos fundamentais para o funcionamento adequado da APAC; Transferência: cerimônia punitiva máxima da instituição e elemento aglutinador do mecanismo institucional de seleção, avaliação e disciplinamento instituído por ela; Reapropriação da experiência da APAC pelo Estado: refere-se às condições de continuidade dessa experiência no tempo, implicando em uma discussão sobre a cessão por parte do Estado de seu poder de polícia para a APAC e posterior retomada do controle sobre a Cadeia Pública de Bragança Paulista.

Estas categorias foram estabelecidas com o objetivo de orientar o trabalho de análise das interações observadas. Sua importância é definida a partir da relação que existe entre o Centro de Ressocialização de Bragança Paulista, o sistema penal e a sociedade como um todo, como apropriada e refletida pelos agentes institucionais do Centro de Ressocialização.

*

É necessário, agora, qualificar o papel desempenhado por mim na instituição. Inicialmente, tentei aproximar-me da instituição de forma direta. Foi encaminhado um pedido de autorização à Diretoria da APAC para que eu pudesse conviver com os presos, assumindo a condição de voluntário, papel bem conhecido na instituição. Solicitei que a Diretoria autorizasse a minha entrada em horários variáveis e que fosse permitida, dentro da instituição, uma maior liberdade de movimento. Devido a inúmeros problemas, os pedidos foram negados inicialmente. Posteriormente, recebi a informação de que poderia ingressar na instituição desde que me filiasse a algum dos grupos voluntários que já atuavam ali. Isso implicava em que eu entrasse em contato com o coordenador de um dos grupos e que fosse por ele autorizado a fazer parte de sua equipe. Todos os grupos que desenvolviam atividades na

instituição tinham cunho religioso, com exceção de um, denominado Grupo de Valorização Humana. Os contatos com a coordenadora deste grupo foram bastante satisfatórios e fui quase imediatamente aceito. Logo após este contato, solicitei autorização do Presidente da Diretoria Executiva da entidade, que permitiu a realização da pesquisa, enquanto desempenhasse o papel de voluntário.

O grupo de Valorização Humana realizava visitas semanais à instituição, preferencialmente aos sábados pela manhã. A composição do grupo mudou muito ao longo da pesquisa. Inicialmente, alguns meses antes de meu ingresso, este grupo já havia contado com até 30 membros. Quando de meu ingresso, contava com cinco pessoas, e jamais, posteriormente, ultrapassou sete integrantes. Não houve mudança na coordenação do grupo ao longo deste tempo, tendo esta função sido exercida pela mesma pessoa. As atividades desenvolvidas pelo grupo correspondiam em geral à discussão com os presos de problemas do cotidiano prisional, com o fito de promover a resolução dos mesmos ou encaminhar os problemas para que os funcionários responsáveis providenciassem uma solução. Muitas vezes, os voluntários do grupo definiam seu trabalho como o de estabelecer “contatos” com os presos. A forma geral de entender o trabalho era considerar que o contato não tinha um objetivo imediato de promover melhorias, mas tinha objetivos quase terapêuticos, possibilitando aos presos expressarem seus problemas e conversarem com pessoas de fora do ambiente prisional. O contato era visto pelos membros do grupo como um fim em si mesmo, que tinha uma justificativa apenas marginal nessas melhorias. A intenção do grupo de Valorização Humana era criar laços de amizade e afeto com os presos, procurando vinculá-los de forma positiva a membros da comunidade, criando referências afetivas desvinculadas do “mundo do crime” e, assim, diminuindo a chance de que voltassem a delinquir. Especificamente, os membros do grupo de Valorização Humana enviavam recados urgentes para familiares dos presos, arrecadavam materiais para a confecção de peças artesanais, organizavam campeonatos de futebol entre os presos, ou entre esses e equipes de fora do presídio, participavam como ajudantes na organização de festas e comemorações, procuravam agilizar a administração ou obtenção de algum medicamento pelos funcionários da área de saúde, entre outras atividades. Mas de fato apenas uma parte reduzida dos presos aproximava-se do grupo para conversar. Muitas vezes os presos se aproximavam para pedir favores ou fazer reclamações. Mesmo assim, os voluntários eram uma referência para os presos, que faziam questão de nos convidar para tomar café em suas celas, ou para nos aquecermos junto com eles ao sol, ou para acompanhá-los em seus exercícios matinais de caminhada pelos pátios. Este papel específico assumido por mim foi considerado no momento de realizar a

análise do material empírico como parte do próprio funcionamento da instituição e como posição específica que qualificava de uma forma determinada as observações realizadas.

CAPÍTULO 3. OS PRIMEIROS CONTATOS COM A APAC DE BRAGANÇA PAULISTA

Durante o Mestrado, vi-me às voltas com um problema de difícil solução: repentinamente meu objeto de pesquisa foi-me retirado, numa guinada inesperada mas, como entendi posteriormente, típica do sistema penitenciário. À imobilidade de seu funcionamento, visto em nível macrossocial, corresponde um fluxo frenético de acontecimentos, em nível microscópico. É comum que o pesquisador sinta “fugirem” seus apoios simbólicos. A APAC de São José dos Campos, que eu então estudava, era, apesar de suas reduzidas dimensões, um marco da administração penitenciária. Havia levado muito longe a idéia de que cada comunidade deve ser responsável por seus presos, e havia afastado da Cadeia Pública que administrava quase toda a participação do Estado, ao qual fazia oposição explícita. Ele reagiu, por assim dizer, em determinado momento, tirando-lhe todos os presos e esvaziando-a completamente. Foi um golpe terrível para todos: presos, familiares, voluntários. Para mim, representou o fim de um esforço ao qual havia dedicado alguns anos.

Decidi procurar uma outra Associação que pudesse assemelhar-se à primeira e oferecesse condições de pesquisa comparáveis à anterior. Por fim, pareceu-me haver encontrado esta Associação na cidade de Bragança Paulista. A APAC de Bragança Paulista era, de longe, a mais ativa e importante do Estado de São Paulo. Certa vez, ao comentar com a Presidente da APAC de São José dos Campos que certa revista de grande circulação havia publicado uma reportagem sobre a experiência da APAC (AZEVEDO; MUZI, 1999), ela perguntou-me:

- De qual APAC eles falavam? Desta?
- Não, da APAC de Bragança Paulista.

Com um ar contrariado, ela resmungou:

- É, só podia ser. Precisamos fazer alguma coisa para a mídia prestar atenção em nós também.

Depois que havia decidido mudar a instituição a ser estudada, pedi ajuda para os voluntários que conhecia a fim de estabelecer contato com Bragança Paulista. Obtive facilmente telefones de contato e os nomes das pessoas com quem deveria conversar na nova instituição. Quando de meus primeiros contatos com a APAC de São José dos Campos, a recepção que tive foi surpreendentemente acolhedora. Os voluntários, agora, me garantiam que eu seria tão bem recebido em Bragança Paulista quanto havia sido por eles mesmos. Meus contatos com a nova instituição eram dois de seus funcionários.

Não foi isto o que ocorreu. Todo tipo de obstáculo parecia interpor-se à realização da pesquisa. O mais importante de todos, possivelmente, era o ineditismo de meu pedido: não havia ali experiência prévia com pesquisadores e ninguém sabia bem o que fazer comigo, nem para onde me encaminhar. Fui de um lado para outro seguindo recomendações de funcionários que pareciam não ter como me ajudar. Em uma dessas ocasiões tive a oportunidade de conhecer o prédio da Cadeia Pública de Bragança Paulista. Não pude deixar de admirá-lo. O lugar dirigido pela Associação era muito mais bonito do que eu esperava. As Cadeias Públicas costumam ser lugares barbarizados por um furor institucional destrutivo que se pode ver nas paredes mal pintadas e descascadas deixando tijolos à mostra, nos tetos vazados por água que corre pelo chão e torna ainda mais infernal o mundo dos presos, por uma arquitetura de masmorra que transmite a sensação de fechamento completo em si mesma, não passível de ser vista diretamente, mas que se pode sentir perfeitamente ao entrar nesses lugares, por um odor sufocante de isolamento e sujeira, que persiste mesmo que os presos tentem desesperadamente resistir a isso e que é intolerável a quem vem de fora. As Cadeias Públicas podem ser vistas como depósitos, no sentido em que se costuma fazer, mas depósitos cuidadosamente desenhados para enterrar profundamente suas mercadorias. Afinal, o homem é um tipo curioso de mercadoria. Seus corpos não podem ser armazenados a esmo. Há que se cuidar para que não apodreçam mas, ao mesmo tempo, para que não tomem muito ar. Há que se cuidar para que os corpos não enlouqueçam mas, ao mesmo tempo, para que não se libertem. Muitas cadeias, paradoxalmente, ao invés de serem panopticamente iluminadas, remetem a um mundo pré-disciplinar onde o acusado era escondido e torturado por um poder esmagador.

Pois bem, o prédio dirigido pela APAC de Bragança Paulista parecia uma escola. Ou uma fábrica. Ou um grande armazém. Não era - não podia ser - um cárcere. Teria por fora a

aparência de um retiro... não fossem aquelas grades! Mas grades bem pintadas. A cor escolhida: azul, a cor que indica liberdade. Usa-se azul, além do verde, em ambientes muito fechados, pois ele remete à visão do céu, e algo em nós acalma-se frente a esta visão. Ou bem, por outro lado, as cores tradicionais das APACs no Brasil. O prédio em azul e branco não deixava dúvidas: tratava-se de um empreendimento apaqueano. O azul e branco escolhido pelos cursilhistas iniciadores do movimento apaqueano em São José dos Campos indicavam o manto de Nossa Senhora, padroeira da Associação. Tratava-se agora, porém, de um resquício, como vim a saber depois. A APAC de Bragança Paulista não era um empreendimento eminentemente religioso, como outras que adotavam a mesma sigla. As cores eram mantidas por tradição, por uma referência a suas origens. Em Bragança Paulista, elas eram um simples adorno, que produzia uma agradável impressão. Ao contrário do que ocorria com as Cadeias Públicas que eu conhecia, a arquitetura do prédio de Bragança Paulista havia sido cuidadosamente planejada para tornar o ambiente aprazível ao olhar. Era notório, mesmo para mim, um observador recente, que o prédio se dividia em dois blocos: o primeiro, mais bonito e cuidado, ficava próximo à calçada. O segundo tinha início com uma construção em cuja parte superior ~~na qual~~ estava ~~inscrito~~ “Polícia Civil” e que, aparentemente, comportava a porta de entrada para o presídio, continuando em direção a um galpão fechado por grandes portões gradeados que deixavam entrever uma série de caixas empilhadas. Ambos os blocos, porém, bem cuidados, e com aparência externa incomparavelmente superior à de qualquer Cadeia Pública. Como estavam unidos, os blocos podiam dar a impressão de serem uma coisa só. Não eram. Ao redor de tudo aquilo, as grades azuis.

Para um pedestre que se aproximava, o prédio parecia ser muito alto. Devido a um desnível entre a calçada e a entrada do prédio, alguém que, dentro do perímetro do presídio, se postasse junto à grade, estaria aproximadamente 3 metros acima do transeunte. Isso fazia o prédio parecer estar sempre distante e suas grades parecerem intransponíveis. À medida que avançamos em direção ao portão de entrada e nos nivelamos com o prédio, esta impressão desaparece. Quando podemos observá-lo frente a frente percebemos que se trata de uma edificação pequena, na verdade, e com poucos indícios de um aparato de segurança. Apenas algumas grades nas janelas e portas, algo que não causaria estranheza nenhuma a um morador de cidade grande no Brasil. De perto, o prédio perdia em magnitude mas ganhava em primor. Tudo parecia em perfeita ordem e limpeza. Tudo denotava zelo pelas condições físicas do lugar.

A cerca azul em volta do prédio abria-se em dois portões que permitiam a passagem para o interior da Cadeia. Um deles era bastante grande para dar passagem a carros e

caminhões. O outro, menor, servia visivelmente para dar passagem a pessoas a pé. Para dentro das grades, algumas pessoas trajando roupas simples e visivelmente gastas iam e vinham num passo lento mas decidido, trabalhadores braçais sem dúvida, ocupados com alguma coisa importante, mas não urgente. Eram os presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

As dificuldades que encontrei para desenvolver o trabalho pareciam, às vezes, não terem origem certa, o que impossibilitava qualquer esforço de tentar superá-las. Estas barreiras institucionais me espantaram sobremaneira. Pareciam insuperáveis. Decidi abandonar estes meus esforços e dedicar-me a alguma outra unidade prisional.

Após um interregno de quatro meses, decidi tentar novamente. De início, meus esforços foram igualmente decepcionantes. Indicaram-me em certo momento que falasse com o “gerente” da APAC. Dirigi-me ao escritório localizado no interior da Cadeia Pública, onde se encontravam alguns funcionários. Perguntei pelo gerente, mas ele não se encontrava. Após um instante de silêncio, solicitaram que aguardasse no corredor. Durante meia hora, fiquei observando o aparelho de TV no corredor, onde se vêem imagens das 16 câmaras distribuídas pelo prédio que ajudam a fazer a vigilância. Uma senhora, neste meio tempo, entrou pedindo para conversar com a advogada. Foi atendida eficientemente por uma mulher muito jovem que a tranqüilizou e instruiu com relação aos procedimentos para que seu filho pudesse responder ao processo em liberdade. A própria advogada garantiu que faria a petição ao Juiz e pediu para que ela não se preocupasse. A decisão, porém, dependeria do Juiz. A senhora saiu dali aparentando estar mais calma. Espantei-me pela gentileza no trato e pela segurança da postura daquela jovem advogada. Percebi estar tendo contato com uma situação de preocupação institucional com a família do preso. Isso era algo que, de fato, eu só conhecia da experiência que tive com a primeira APAC.

Quando eu já pensava em desistir de esperar, um funcionário que até então eu não havia visto aproximou-se de mim. Era um belo dia de sol e ele estava com a pele vermelha por andar desprotegido ao ar livre. Compadecido da minha espera, perguntou-me qual seria meu trabalho. Após uma breve explicação, ele coçou o queixo:

— É, seria mais fácil se fosse um trabalho de valorização humana ou religioso. Deste jeito, não adianta nem você falar com o gerente. Tem que falar é com o Presidente mesmo. — Era a primeira informação dada para mim de bom grado e sem que eu a tivesse solicitado.

Ele entrou no escritório e perguntou para as três pessoas lá dentro se eu deveria ou não falar diretamente com o Presidente. Todas concordaram em uníssono. Ele voltou e me alertou de que o Presidente era um homem muito ocupado. As chances eram remotas. Melhor seria que eu me ligasse a algum grupo voluntário já formado. Se eu tivesse um “cabeça” a quem

pudesse me ligar, não haveria nenhum transtorno na minha entrada. Os problemas burocráticos seriam todos resolvidos desde que eu pudesse entrar em contato com o coordenador de algum grupo já atuante.

- Olha, pra ser bem honesto com você, desse jeito que você está querendo aí, eu acho que não vai dar não. Agora, se você entrasse em algum grupo, aí não teria problema. Minha esposa ~~mesma~~ trabalha em um desses grupos e ela até conseguiu trazer um professor de desenho mecânico para dar aulas aos presos.

Perguntei-lhe quais eram os grupos que atuavam na APAC. Só havia grupos religiosos, com exceção do grupo de Valorização Humana, cujas práticas eram bastante variadas. Preferi pensar. Esperei mais algum tempo e o gerente da APAC não apareceu. Fui embora meditando sobre o assunto. Depois, entendi o quanto ~~esta~~ aquela dica simples me foi útil.

Na manhã seguinte, liguei para a APAC e informei à secretária que me atendeu que eu gostaria de trabalhar no grupo de Valorização Humana. Ela me respondeu, alegre:

— Ah, que sorte você ter ligado! O Presidente está aqui agora mesmo! Um minutinho que você fala com ele.

Um senhor simpático falou apressadamente comigo. Expliquei meu plano de ingressar no grupo de valorização humana e utilizar minha experiência em um trabalho acadêmico. Ele autorizou-me imediatamente a fazê-lo mas informou-me que o trabalho voluntário estava sob responsabilidade de sua secretária. Era com ela que eu deveria falar. Ela, por sua vez, encaminhou-me para a coordenadora do grupo de Valorização Humana.

A conversa por telefone com a coordenadora não poderia ser melhor. Fui imediatamente aceito. Era uma mulher muito receptiva e parecia ansiosa com a idéia do ingresso de um novo voluntário. Disse-me que seu grupo já havia sido muito grande. Quase trinta pessoas trabalhavam ~~só~~ neste grupo. Com o tempo, porém, muitas pessoas desistiram e, naquele momento, o grupo estava reduzido a seis integrantes. Mesmo assim, o grupo trabalhava muito. Ele havia acabado de conseguir implementar um curso de desenho técnico a ser iniciado no sábado seguinte. Então, compreendi que falava com a esposa do funcionário que me ajudara.

Este talvez tenha sido o episódio mais significativo destes meus primeiros contatos. A forma como ingressei mostrou o quanto o papel de voluntário era definido e importante. Assim que fui reconhecido como membro de um grupo voluntário, todas as barreiras anteriormente tão intransponíveis pareceram erguer-se para permitir minha passagem. Se é possível usar esta expressão no caso das instituições, posso dizer que o aparentemente casual

contato com o funcionário representou uma alteração significativa em minha posição institucional, marcando o momento em que fui aceito – representou, rigorosamente falando, minha prova de ingresso na instituição.

Após este contato, eu sentia algo bastante curioso. Sentia que havia sido acolhido pela instituição. Antes de conversar com o grupo de Valorização Humana, eu sentia que minha presença na APAC despertava hostilidade das pessoas. Elas não queriam me receber, não se importavam em dar-me atenção, a instituição era refratária à minha presença. Depois de conversar algumas poucas vezes com a coordenadora do grupo de Valorização Humana, meu espírito transformou-se. Eu me sentia parte da instituição. Poderia dizer, caso alguém me perguntasse, que eu era um membro da APAC!

Em minha primeira visita à instituição na condição de voluntário, pude começar a entender o que significava esta minha nova posição. À frente do prédio, dois homens descuidadamente tomavam sol sentados em cadeiras simples de madeira. Conversavam sobre suas vidas entre um e outro espreguiçamento, enquanto perdiam suas vistas na amplidão de matos dos vales que se espriam ao longe nos arredores da cidade. Ambos utilizavam coletes que os identificavam como membros da Polícia Civil. Eram os carcereiros. Quando me aproximei, cumprimentei-os e eles responderam amigavelmente. Um deles, meio a contragosto, dignou-se a deixar a modorra e perguntar-me se eu era do grupo de Valorização Humana. Depois, quis saber se eu havia levado meu crachá. Respondi que ele logo seria levado pela coordenadora do grupo. Ambos aceitaram minha explicação com uma naturalidade desconcertante para mim. Pareciam mais interessados em deixar-me em paz. Nada de ares de preocupação, nada de ameaças veladas de que eu seria barrado à entrada pela falta do documento, como eu esperava. Apenas uma plácida aceitação. Em minha experiência como voluntário, estava acostumado a uma relação de hostilidade com os carcereiros ou agentes de segurança. Eles pareciam pensar que nós éramos empecilhos ao bom funcionamento do presídio. Naquele momento, não só não fui mal recebido, como fui recebido com muita amabilidade.

Índice desta diferença foi o fato de que passei todo o tempo de espera na companhia destes homens, conversando animadamente com eles. Em alguns momentos eu cismava que eles queriam me amedrontar. Principalmente quando falavam mal dos presos, eu sentia que havia uma censura velada ao meu trabalho como voluntário. Mas se de fato havia uma tentativa deste tipo, era tão indireta que eu só podia vislumbrá-la. E isso, por si só, já indicava respeito. Caso contrário, como os agentes de outras penitenciárias, eles se sentiriam à vontade

para despejar à minha frente uma enxurrada de insultos mais ou menos diretos e de ameaças mal disfarçadas à minha vida.

— Vocês vão acabar sendo pegos como reféns e nenhum carcereiro vai tirar vocês de lá! — chegaram a bradar os responsáveis pela guarda dos presos do DACAR-7, em Santo André, quando ingressei como voluntário de um grupo da Pastoral Carcerária que visitava o lugar.

Minha conversa com os carcereiros girou em torno dos infortúnios de se trabalhar em uma prisão. A tônica dada por eles à conversa foi a da necessidade de deixarem daquele serviço, sob pena de verem ameaçada sua sanidade mental. Um deles ressaltou, obtendo a concordância do outro:

— Não é fácil ficar o dia inteiro no meio dos vagabundos. Eu estou querendo sair deste emprego o mais rápido possível.

Apesar de desejarem sair daquele emprego, ressaltaram que a APAC era mais tranquila que as cadeias normais. Havia prisões, disseram, onde o carcereiro tinha que passar pelos corredores enquanto os presos sussurravam: “Vai morrer, vai morrer”. Em cadeias tradicionais, era o carcereiro quem tinha que buscar o preso em sua cela quando ele era chamado para uma visita, uma consulta com o advogado ou qualquer outra obrigação. Já na APAC, eles apenas gritavam o nome do preso de fora da Cadeia e algum dos internos mandava buscá-lo. Não havia necessidade de misturar-se aos “vagabundos”.

Os carcereiros, que no início da conversa pareciam “tatear” as palavras, ao final falavam comigo mais abertamente, expondo suas opiniões como se eu já conhecesse o sistema de trabalho da APAC. Eu tive a impressão naquele momento de que havia sido incluído no rol dos voluntários por aqueles carcereiros. Fosse qual fosse o papel que eles desempenhassem no imaginário desses funcionários, eu agora era visto como um deles.

A chegada dos voluntários foi um momento de muita satisfação para mim. Em primeiro lugar, porque a postura de suspensão que eu havia me obrigado a levar até ali por medo da reação dos carcereiros pôde ser finalmente relaxada. Eu sentia que estava, enfim, entre iguais, mesmo sem conhecê-los. Em segundo lugar, pela maneira como fui recebido. As primeiras voluntárias a chegarem me cumprimentaram efusivamente. A todo o momento, senti que minha presença ali era desejada e reforçada.

A entrada no interior do prédio requeria um pequeno ritual. Havia dois portões que separavam alguém de fora do interior da Cadeia. O carcereiro abriu o primeiro e nos encaminhou para um pequeno corredor antes do segundo portão. Neste pequeno corredor havia uma cela onde ficavam guardados presos especiais, como os doentes mentais e aqueles

abaixo da maioria penal, que ficavam esperando transferência, ou “bonde”, para outros presídios. Enquanto ficávamos neste espaço bastante exíguo, o carcereiro chamava um preso responsável que, após o primeiro portão já ter sido fechado, abria para nós o segundo, dando passagem para o corredor de celas.

Nos encontrávamos então no Anexo 1 do prédio. O Anexo 1 era a parte mais velha do prédio e assemelhava-se a uma Cadeia Pública qualquer.

Naquele dia, muitos presos ocupavam o pátio e o ambiente do Anexo 1 estava bastante alegre. A disposição dos presos para saírem de suas celas aos sábados pela manhã, naquela época, dependia de haver ou não sol. Como estava um dia bastante ensolarado, muitos presos levantaram de suas “jegas” para se exercitarem um pouco. Havia todo tipo de atividades ali. Alguns presos faziam musculação com pesos improvisados, feitos de garrafas de refrigerantes cheias de água. Os presos mais treinados usavam um cabo de vassoura no qual amarravam dezenas de garrafas para exercitarem seus bíceps. Outros presos estavam apenas em pé, conversando e rindo. Alguns faziam embaixadas com uma bola de futebol. A grande maioria apenas caminhava de um lado para outro do exíguo pátio, num ir e vir que parecia não ter fim.

Eu não sabia como me portar frente aos presos. Ao atravessar o pátio, por exemplo, fiz acenos de cabeça para todos os presos que cruzavam meu olhar, algo que percebi não ocorrer com a coordenadora ou os voluntários mais velhos. Eles cumprimentavam alguns presos, mas de forma bastante aberta, efusiva mesmo. Os presos que eu cumprimentava assim nem sempre respondiam. Para os outros voluntários, havia respostas o tempo todo. A coordenadora, um dia, brincou com minha forma de proceder:

— Quando eu comecei aqui, eu era que nem você. Eu queria cumprimentar todo mundo que passava por mim. Depois a gente começa a cumprimentar só os presos que a gente já conhece.

Esta foi uma mudança que de fato pude observar em mim ao longo do tempo.

Que faziam, porém, os voluntários ali entre os presos? O que ocupava o grupo de Valorização Humana?

Suas preocupações pareciam, na verdade, bastante prosaicas. Eles passavam de cela em cela perguntando aos presos como eles estavam, como estavam suas famílias e se havia algo que pudesse ser feito por eles. Em geral, cada cela era ocupada por quinze presos. Um ou dois levantavam-se de suas “jegas” para conversarem com os voluntários na porta da cela e pedirem algum pequeno favor. Como muitos presos faziam trabalhos manuais, às vezes os voluntários recebiam pedidos de material de artesanato, como cola ou papel. Muitas vezes, os presos pediam aos voluntários que levassem algum recado para suas famílias ou fizessem

alguma ligação telefônica. Nada mais do que isso. Afora esses favores, todo o resto do trabalho voluntário era constituído por conversas nos corredores ou nos pátios, e não conversas sérias. Eram conversas descontraídas, em que os presos contavam piadas, falavam de maneira irônica sobre a prisão e suas dores, enfim, conversas que aparentemente não tinham qualquer objetivo imediato. Isso para mim representou uma leve decepção. Eu esperava algo mais do trabalho voluntário, algo talvez mais heróico. Não me decepcionei tanto porque não havia ainda me dado conta de que aquele era todo o trabalho do grupo. Eu ainda não sabia de fato o que o grupo fazia e supunha que aquilo fosse apenas a ponta do *iceberg*. E, como logo descobri, não estava sozinho na minha decepção. Outros membros do grupo mostraram o mesmo desapontamento que eu frente às limitações da atuação do grupo.

Passamos do Anexo 1 diretamente para o Anexo 2, onde ficava a sala de aula que serviria para o curso de desenho industrial. A passagem de um anexo para o outro se dava através do refeitório. E o que encontramos ao transitar de um lado para outro do presídio não foi simplesmente a passagem de um prédio para outro – foi a mudança de um mundo para outro. O Anexo 2 não lembrava em nada o primeiro. As paredes eram todas pintadas em azul e branco, e muito bem pintadas. Havia dois pátios neste anexo, ao contrário do outro, que possuía apenas um. O ambiente era mais claro que o do primeiro Anexo. Entrava mais luz ali. As portas das celas ficavam situadas num corredor separado, oculto, o que tirava do ambiente a impressão de estarmos em um presídio. Alguns presos diziam que “APAC mesmo” era apenas o Anexo 2.

Nossa primeira tarefa foi organizar uma sala de aula improvisada no refeitório, localizada naquele Anexo, para que um dos voluntários, professor de desenho técnico, pudesse ministrar aulas para os presos. Da mesma maneira que os alunos, também nós, os voluntários, sentamo-nos às mesas do refeitório. Não estávamos, porém, assistindo à aula. Esperávamos. Eu não havia entendido ainda o que é que esperávamos. Aguardávamos que algum preso viesse nos procurar, informou-me a coordenadora. Os presos, quando estavam com algum problema, iam até às mesas para procurarem os voluntários. Foi uma longa e infrutífera espera.

— Isso de ficar sentado esperando algum preso para conversar não dá certo. — pontuou um dos voluntários. — Só conversar com eles não adianta nada.

Era isso, de fato, o que o grupo fazia com mais intensidade. Conversar.

O grupo de Valorização Humana parecia estar vivendo um impasse. Todos os voluntários pareciam insatisfeitos com o desempenho do grupo e desejavam fazer algo mais em benefício dos presos. Um dos voluntários chegou a afirmar que o grupo estava perdendo

um tempo precioso ao ficar sentado ali, esperando que os presos se interessassem por conversar. Sugeriu que visitássemos as celas. Uma outra voluntária discordou desta estratégia:

— Assim não dá para ter uma conversa particular com algum preso que precise!

A coordenadora do grupo apoiou a idéia da visita, afirmando que era isso que o grupo fazia até a ocorrência da última fuga. Depois, parece ter havido uma proibição de que o grupo circulasse pelas celas, pelo menos enquanto o clima no presídio fosse considerado problemático pelas autoridades policiais. A coordenadora da Valorização Humana ressaltou qual era o principal problema da simples espera: os galerias. Os galerias, presos de confiança da Diretoria da APAC e dos funcionários do aparato estatal, eram responsáveis pela segurança interna do presídio. Para circular pelo presídio, um preso tinha que pedir autorização dos galerias que, em geral, tinham autonomia para decidir pela aceitação ou não do pedido, ficando com o ônus da responsabilidade pelas eventuais transgressões disciplinares. Em situações mais delicadas, os galerias pediam o respaldo da autorização de algum carcereiro. Para conversar conosco no refeitório, os presos do Anexo 1, separado do refeitório por um portão, tinham que pedir autorização dos galerias para saírem. Os galerias, porém, adotavam como critério para dar a permissão a confiança que depositavam no preso. No cálculo desta confiança entravam elementos como o comportamento cotidiano do preso frente aos carcereiros, aos outros presos e aos galerias, mas entravam também outros elementos menos admissíveis. Como exemplo: estupradores nunca recebiam permissão para conversar com os voluntários. Mais ainda, eles não tinham o direito de dirigir a palavra a um voluntário, mesmo que estivessem ambos lado a lado no pátio. Um estuprador tinha o direito apenas de responder quando um voluntário lhe dirigisse a palavra, mas nunca, em praticamente nenhuma circunstância, poderia iniciar uma interação com um voluntário. Como consequência da necessidade de permissão, raramente um preso que tivesse entrado em desavença com um galeria poderia falar conosco e, por isso, dificilmente receberíamos reclamações contra os próprios galerias, algo que acontecia anteriormente e chegava a constituir assunto para as reuniões da Diretoria da APAC, quando comunicado por um voluntário. Foi para evitar o monopólio dos galerias que os voluntários da Valorização Humana haviam decidido visitar cada uma das celas e conversar com os presos, mesmo à custa da privacidade no contato com eles. Por isso, a coordenadora apoiava veementemente as visitas às celas.

O poder dos galerias, alicerce do controle disciplinar sobre os presos na APAC de Bragança Paulista, não era visto sem desconfiança pelos voluntários da APAC. Havia casos de presos desobedientes que apanhavam tanto dos galerias que precisavam ficar de cama durante vários dias. A coordenadora relatou, visivelmente horrorizada, o caso de um preso

que teve todos os seus dentes quebrados pelos galerias, além de ter também quebrados os braços e pernas.

— Isso nunca poderia acontecer, ainda mais num lugar como aqui! — ela exclamou, contando que depois foi conversar com o galeria responsável para pedir-lhe moderação no trato com os presos.

Depois de ficarmos sentados discutindo durante algum tempo, a coordenadora da Valorização Humana decidiu que já era hora de apresentar-me as dependências da APAC. Em primeiro lugar visitamos as celas, não muitas, do Anexo 2 da APAC. Estas celas pareceram-me mais bonitas e melhor planejadas do que as do Anexo 1. Eram mais arejadas, como todo o Anexo 2, eram menores e comportavam um número também menor de presos.

Visitamos a seguir a cela Especial, onde estavam dois “recuperandos”. Era lá que ficavam os presos que precisavam de atendimento médico. Um dos “recuperandos” havia quebrado a perna numa tentativa de fuga. Ele a quebrou em três lugares enquanto tentava pular o muro do presídio para fugir e aparentava estar sentindo muita dor. Sua voz era baixa e sofrida, cada palavra que ele pronunciava parecia conter um lamento. Quando a coordenadora perguntou-lhe se ele estava sendo medicado contra a dor, ele respondeu que não.

O outro recuperando que ocupava a cela estava num estado de saúde que para nós era indefinível. Ele encontrava-se coberto com uma grossa peça de lã. A temperatura na sala parecia-me baixa e ventava muito naquele dia mas o frio não estava tão intenso que merecesse todo aquele cuidado. O preso tremia de frio por debaixo da coberta, o que me fez crer que ele tinha febre. Ele mal conseguia falar. Balbuciava algumas palavras de vez em quando, respondendo às perguntas da coordenadora. Mesmo antes de entrarmos na sala, ela já havia me contado a história deste recuperando. Ele foi recuperando da APAC durante algum tempo até ser posto em liberdade. Pouquíssimo tempo depois de ser solto, ele assaltou um táxi, assassinou o motorista e ao fugir, acabou por bater o carro. De acordo com a coordenadora, este recuperando apanhou muito da polícia. Saí da sala com uma certa má impressão que atribuo a esta última história. A sala em si pareceu-me muito apropriada. Dava uma impressão de limpeza. Era iluminada e, se havia excesso de vento, ao menos era bastante arejada.

Visitamos as fábricas, onde os presos fabricavam peças de carro e antenas para rádio e tudo parecia muito bem organizado; e a enfermaria, onde a coordenadora lembrou-se de perguntar ao responsável, um jovem recuperando de atitude muito segura e simpática, prestes a sair da APAC (faltava-lhe um mês), porque o recuperando que estava na sala Especial não estava recebendo seu medicamento. O recuperando afirmou que ele estava recebendo o medicamento sim. Citou o nome do remédio e o intervalo em que estava sendo ministrado,

além de dizer qual havia sido a última vez em que o recuperando havia tomado o remédio. A coordenadora deu-se por satisfeita com a explicação, apesar de eu achar que isso merecia maiores investigações. Fomos depois para uma sala onde havia um grupo de pessoas conversando sobre artesanato. Um dos presos estava confeccionando um vaso através de um processo semelhante ao do vime trançado, realizado, porém, com tiras de jornal enroladas firmemente.

Depois disso fomos almoçar. Comemos junto com os recuperandos. A comida foi preparada na bem montada cozinha industrial do presídio. Entramos na fila como todos os outros. Pegamos a comida da mesma maneira. Fomos servidos pelos recuperandos responsáveis. Sentamo-nos e comemos calmamente arroz com feijão, polenta e frango, que estavam muito bem preparados. Os presos limpam as bandejas batendo-as na parte interna de um grande cesto de lixo que fica no refeitório. Os voluntários preferem usar o garfo para limpar as bandejas, como são limpos os pratos, tradicionalmente. Eu usei o método dos presos.

Após o almoço, decidimos ir embora pois já estava tarde. Nos dirigimos até a porta de saída. Algumas voluntárias detiveram-se a conversar com dois ou três presos. Enquanto esperávamos por elas, um preso perguntou-me se eu já estava saindo. Respondi que sim. Ele então pediu-me para levar para fora três caixas de mantimentos que a coordenadora havia prometido entregar em sua casa. Os presos da APAC recebiam uma ajuda de custo na forma de salário (em geral, meio salário mínimo por mês) em troca de seu trabalho nas fábricas. Com esse dinheiro eles compravam sabonetes, pasta-de-dente, refrigerantes, doces, bolachas ou o que mais desejassem. A aquisição era feita a partir de uma cantina instalada nas dependências do presídio e controlada pelos próprios presos. Devido ao pequeno estoque da cantina, a variedade de produtos não era muito grande, mas procurava obedecer à preferência dos presos por produtos e marcas. Neste caso, o preso havia guardado dinheiro para comprar mantimentos e enviá-los para sua família. Ele só precisava de alguém que se dispusesse a ir até sua casa com os produtos e entregá-los para ela. Eu aceitei o pedido e, para não perder mais tempo, chamei o carcereiro que imediatamente abriu o portão. Quando um voluntário entrava com algum produto no presídio, ele era invariavelmente revistado pelos carcereiros, mesmo sendo esta revista bastante superficial. Quando saíamos do presídio com algum produto, não era necessário revistá-lo pois os carcereiros supunham que o controle já estava feito. Os únicos itens que os carcereiros faziam questão de revistar eram as cartas que os presos enviavam para seus amigos e familiares de fora, pois havia sempre a suspeita de que pudesse haver planos para fugas ou rebeliões nas correspondências.

Percebi desde logo a íntima relação existente entre os voluntários e os demais agentes da Cadeia Pública de Bragança Paulista. Nosso papel específico ainda me parecia misterioso, mas era evidente que ocupávamos uma posição privilegiada naquela unidade prisional. Tínhamos liberdade ampla de movimento – limitada ocasionalmente por decisões ad hoc da Diretoria da APAC – e exercíamos uma importante função de vigilância sobre o funcionamento da Cadeia. Signo desta posição era o respeito freqüente com que éramos tratados. Nem mesmo os carcereiros se opunham a nosso trabalho. Com o passar do tempo, isso foi ficando mais evidente. Ser voluntário em Bragança Paulista não era, como em outros lugares, desempenhar um papel secundário institucionalmente (mesmo que importante para os presos). A presença dos voluntários marcava fortemente o funcionamento daquela unidade. Era, dentre todos os papéis, o que melhor a definia.

CAPÍTULO 4. UMA NARRATIVA HISTÓRICA

Neste capítulo, a história da APAC de Bragança Paulista será mostrada da forma como a própria instituição costumava contá-la. O que vai dito aqui foi retirado de documentos escritos por membros da própria instituição em momentos nos quais ocupavam posições de destaque. Portanto, é uma espécie de discurso institucional oficial. Isso quer dizer que neste capítulo tomam-se por base as percepções de sucessos e fracassos dos membros da própria instituição, a maneira como eles mesmos percebiam as conexões entre os fatos históricos, enfim, a maneira oficial de apresentar a APAC. Isso será feito com um propósito específico, que é o de explicar o surgimento da percepção de que esta instituição era um modelo bem-sucedido de administração prisional. Tal percepção não surgiu espontânea ou casualmente, mas foi fruto de um processo relativamente lento através do qual a APAC pôde impor uma certa forma de fazer o cumprimento de pena. E, além disso, a história oficial da APAC aponta para os elementos que posteriormente serão decisivos para relacionar esta percepção de sucesso com o todo social, deixando mais clara a importância desta pequena instituição prisional para o sistema penitenciário brasileiro.

A Associação de Proteção e Assistência Carcerária de Bragança Paulista foi fundada em 20 de abril de 1978, sendo o Juiz Corregedor o Dr. Pedro Oscar (ENTREVISTA COM NAGASHI FURUKAWA, 1997; SÃO PAULO, 1978). Seu surgimento neste momento não é casual, mas relaciona-se com o surgimento de inúmeras instituições assemelhadas em todo o Estado de São Paulo e em todo o Brasil, inspiradas pelo trabalho desenvolvido pela assim chamada “APAC-mãe”, a APAC de São José dos Campos. Para entendermos o surgimento da APAC de Bragança Paulista, devemos, portanto, retomar brevemente o surgimento da APAC de São José dos Campos.

Esta entidade surgiu do empenho de um morador de São José dos Campos que, após participar de um cursilho de cristandade em 1969, optou por dedicar-se ao trabalho com os presos. Os cursilhos são um movimento da Igreja Católica surgido em 1948 na Espanha e que consiste numa reunião que pode durar até três dias em que se realizam vivências espirituais cujo objetivo é

orientar os católicos adultos leigos no sentido da reflexão acerca dos fatos fundamentais da fé cristã e das conseqüências práticas que dela decorrem para o comportamento do indivíduo e suas relações com a comunidade (FERREIRA, 1986).

Os cursilhos foram bastante comuns no Brasil na década de 1970. Esta opção por um trabalho de cunho evangelizador era comum aos cursilhistas e apresentava-se como um dos resultados almejados pelos organizadores destes encontros religiosos.

Mário Ottoboni, que posteriormente se formaria em Direito, animado pela possibilidade de atuar junto aos presos, solicitou ao Delegado responsável pela Cadeia Pública localizada à rua Humaitá a autorização para uma visita à instituição. Encontrou um quadro lastimável de degradação física do prédio, de maus-tratos e humilhação que o mobilizaram ainda mais para sua tarefa. Tendo reunido um grupo de cursilhistas e um padre que aceitou participar do ofício, organizou uma missa naquela Cadeia Pública no dia 18 de novembro de 1972. A cerimônia toda não durou mais do que bravos 15 minutos. A confraternização planejada para mais tarde acabou reduzindo-se a um rápido deglutir de salgadinhos após o qual os presos foram apressadamente encaminhados para suas celas. A experiência foi frustrante para Mário Ottoboni, que viu seu sonho de apostolado ser desmanchado de um só golpe. Houve oito desistências no grupo de quinze pessoas.

Ele, porém, não desanimou. Organizou nova cerimônia com doze pessoas. Esta cerimônia, por receio dos policiais, acabou acontecendo num local ao qual os presos praticamente não tinham acesso, sequer visual. Isso não impediu que, dali por diante, o trabalho fosse empreendido com maior constância. Os voluntários deste grupo preocupavam-se basicamente em estabelecer contato com os presos, atender seus pedidos (de roupas e artigos de higiene, entre outras coisas) e realizar o trabalho evangélico. Para sistematizar seu contato com os presos, os voluntários orientaram cada cela a escolher um representante, que era responsável por organizar a lista dos pedidos.

Em 1974, um egresso estava tendo grandes dificuldades em conseguir emprego, e isso estava colocando o trabalho dos voluntários em xeque: afinal de contas, se eles não pudessem

obter êxito na reinserção profissional dos egressos, seu trabalho estaria condenado ao fracasso. Por uma coincidência, Mário Ottoboni conheceu nesta época Sílvio Marques Netto, que substituíra um de seus professores do curso de Direito. Também cursilista, Marques Netto havia acabado de chegar à cidade como Juiz Corregedor dos Presídios da 2ª Vara da Comarca. Ao saber do caso, sugeriu que Ottoboni e os outros voluntários fundassem uma Associação Civil voltada para o trabalho com os presos e que se encarregasse de fornecer o atestado de bom comportamento do egresso, facilitando a obtenção do emprego. Assim, no dia 15 de junho do mesmo ano, foi realizada a Assembléia Geral de Fundação da Associação de Proteção e Assistência Carcerária – APAC. Pelo Provimento 02/1975, de 30 de setembro de 1975, o Juiz Sílvio Marques Netto estabeleceu que a APAC era um órgão auxiliar da Corregedoria dos Presídios e que as normas e regras estabelecidas nos estatutos da entidade eram partes integrantes daquele Provimento, devendo, como tal, ser obedecidas.

A experiência da APAC tornou-se conhecida em outros lugares. Inúmeras associações semelhantes começaram a ser fundadas na mesma época. A APAC de Santo André, por exemplo, foi fundada ainda em 1974. Em pouco tempo a APAC de São José dos Campos ganhava poder sobre a administração da Cadeia Pública. Em 1973 ela administrava metade das celas da Cadeia e em 1974 a Associação começou a tentar a experiência da prisão albergue, em que os presos saem para trabalhar durante o dia, e que ainda não tinha previsão legal. Além disso, a Associação começou a fiscalizar o comportamento dos presos, exigindo certas normas de conduta que passaram a ser fundamentais para que os presos conseguissem o apoio dos voluntários.

A APAC adaptou o modelo dos cursilhos de cristandade e criou as Jornadas Carcerárias com Cristo. Nessas jornadas, que procuravam reproduzir fielmente o clima dos cursilhos, os presos participavam de reuniões com duração de três dias em que havia palestras, debates e orações. O objetivo dessas palestras era colocar o detento “perante si mesmo, perante a sociedade, perante sua consciência, perante Deus, perante a escolha do bem e do mal” (VERONESE, 1988: 9). Isso denunciava o caráter fortemente religioso da experiência, que de qualquer forma já era explicitamente admitida pela APAC. Os voluntários entendiam a Associação como, ao mesmo tempo, Pastoral Carcerária e órgão auxiliar da Justiça para a execução penal.

A expansão do modelo de trabalho da APAC parece ter sido bem-sucedida. Carrara (1998: 11) afirma que a APAC, no final da década de 1990, estava presente em 19 Estados do Brasil e, possivelmente, tinha inspirado a criação de experiências parecidas em mais trinta países. A razão para essa expansão no Brasil, de acordo com Camargo (1984: 17), foi a

“intensa rede de comunicações entre os cursilhistas”, que levou católicos de várias partes a copiarem o modelo de trabalho de São José dos Campos. Mas mesmo dentro da Igreja, a APAC encontrava resistência por parte de outras formas de Pastoral Carcerária mais ligadas aos movimentos de base. Os próprios clérigos católicos prestavam apoio à entidade de forma apenas vacilante.

A APAC, afirmando ter desenvolvido o melhor método de ressocialização do mundo, ignorava esses sinais e procurava tornar-se referência oficial para o penitenciarismo no Brasil. Para isso, fundou a COBRAPAC – Confederação Brasileira das APACs – mais tarde rebatizada de FBAC – Federação Brasileira das APACs. O objetivo destas entidades era centralizar e homogeneizar os trabalhos desenvolvidos pelas várias APACs ao redor do país.

Um evento marcante na história da APAC de São José dos Campos foi a assunção pela entidade da administração total da Cadeia Pública do Humaitá, em 1984. As informações sobre esse evento são divergentes, mas, em linhas gerais, sabe-se que a carceragem realizou uma paralisação em 1979, alegando condições insalubres de trabalho, e que a Cadeia ficou desativada até 1982, quando o Juiz Nilo Cardoso Perpétuo entrou em contato com a APAC propondo que ela administrasse a Cadeia desativada. Os voluntários realizaram uma campanha na cidade e arrecadaram dinheiro para a reforma do prédio. Após a concretização da reforma, a APAC assumiu a direção da instituição. A cerimônia de posse, que ocorreu no dia 11 de agosto de 1984, contou com a presença do bispo D. Eusébio, que benzeu as dependências, e com a presença de inúmeras autoridades e repórteres locais, curiosos com a novidade – a administração de uma unidade prisional por uma Associação Comunitária, afinal de contas, não era algo que se via todos os dias. Ao fazê-lo, a APAC dispensou a presença de policiais e os próprios voluntários passaram a realizar as funções de segurança. Outras inovações foram a ausência de escolta policial para presos que iam ao Fórum ou ao médico (e que eram escoltados apenas por presos do regime semi-aberto) e a ausência do uso de algemas. É provável que essa novidade – uma unidade prisional ser administrada por uma Associação Comunitária – se relacionasse com o clima que as políticas penitenciárias viviam no país, recém ingressado na democracia formal após o período de ditadura militar, marcado pela idéia dos direitos humanos dos presos, uma iniciativa que, expressa por uma verdadeira contradição em termos, procurava legalizar o cumprimento de penas no país adequando-o às propostas da Carta das Nações Unidas que indica as Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros⁵.

⁵ Para maiores detalhes sobre a APAC, consultar Massola (2001).

*

Ao contrário da APAC de São José dos Campos, que passou a contar com uma estrutura organizacional cada vez mais complexa ao longo do tempo, a APAC de Bragança Paulista, fundada em 1978 e formada por apenas cinco casais de voluntários, teve um início tímido e um fim rápido. Já em 1982 dissolvia-se a Associação por força de dois acontecimentos (BRAGANÇA PAULISTA, [199-]). O primeiro foi a morte de Franz de Castro Holzwarth em 1981. Franz de Castro era um sacerdote intimamente ligado à criação e fortalecimento da APAC de São José dos Campos. Durante uma rebelião, Holzwarth foi chamado pela polícia para dialogar com os presos, tendo em vista seu bom relacionamento com os mesmos e a confiança que os presos depositavam nele. Em vista de um impasse, Holzwarth ofereceu-se para se colocar no lugar dos reféns e assim facilitar as negociações com os policiais. Tendo sido conseguido o acordo, ele entrou no presídio, colocando-se nas mãos dos rebelados. As negociações com a polícia continuaram até que os policiais aceitaram que os presos saíssem do presídio e entrassem no automóvel para lá alocado, sempre com Franz de Castro sob a mira dos revólveres dos presos. Assim que saíram da unidade prisional, os policiais abriram fogo contra os presos, crivando de balas os corpos de todos os envolvidos, inclusive de Franz de Castro, que se tornou assim uma espécie de mártir do movimento apaqueano de defesa dos presos. Para muitos voluntários, o acontecimento, que a polícia justificou como retaliação contra tiros disparados pelos presos, foi uma vingança contra o próprio sacerdote, que em diversos momentos havia se colocado contra os policiais em favor dos presos. Este acontecimento parece ter abalado os ânimos dos voluntários apaqueanos em todo o Estado, tendo repercutido negativamente na atuação dos casais de Bragança Paulista.

O segundo acontecimento foi a evasão de um recluso que, sob a tutela dos casais voluntários, havia conseguido autorização para trabalhar em área externa da unidade prisional, prestando serviços de pintura. Com esta evasão, o incipiente trabalho do grupo, estruturado de modo que cada casal ficasse responsável por fornecer algum conforto material a uma das cinco celas da Cadeia Pública, parece ter se enfraquecido, provocando, na prática, a extinção da experiência apaqueana na cidade. Nunca houve, porém, uma dissolução formal da Associação, que legalmente continuou em funcionamento, apesar de, na prática, já não existir mais. A situação perdurou até a década de 1990.

Já nesta década, Nagashi Furukawa, então Juiz da Vara da infância e adolescência, assumiu a Corregedoria dos Presídios e das Execuções Penais. Tendo realizado um trabalho marcado pela valorização ética frente às instituições para crianças e adolescentes da cidade,

imprimiu a mesma ênfase ao seu trabalho junto aos presos. Logo que assumiu, procurou vistoriar a Cadeia Pública da Comarca. Deparou-se com um estado de coisas lastimável. “Superlotação, mal cheiro (sic), desumanidade nas condições de vida, ausência de atividades laborterápicas e recreativas, falta de assistência médica, odontológica, psicológica, social e jurídica, tudo sob o absoluto arrepio da lei” (BRAGANÇA PAULISTA, [199-]). A partir daí, Furukawa encetou esforços no sentido de evitar uma necessária interdição da Cadeia Pública. Furukawa conseguiu promover uma reunião na Câmara dos Vereadores da qual participaram advogados da OAB, representantes das polícias Civil e Militar, Promotores, pessoas vinculadas à Igreja e várias pessoas da sociedade civil. Formou-se um grupo de trabalho que promoveu a criação do Conselho da Comunidade na Comarca.

Este grupo reunia-se sistematicamente para realizar visitas à Cadeia e a discussão dos problemas encontrados. Uma das conquistas mais expressivas deste grupo inicial de trabalho foi a coleta de recursos na comunidade para a reforma da Cadeia. Os membros do Conselho passaram entre os cidadãos de Bragança Paulista o que ficou conhecido como Livro de Ouro, através do qual realizavam-se doações para melhorias na Cadeia. A quantia arrecadada chegou a quarenta mil reais. Este dinheiro foi utilizado para a construção de um local de trabalho e para a reforma do prédio da Cadeia. Foram construídos triliches de cimento para os presos. A Cadeia, que fora projetada para 60 presos, passou a comportar em condições dignas 126 pessoas (AZEVEDO, MUZI, 1999; BRAGANÇA PAULISTA, [199-]; KADUBA, PAULA, NUNES, 1996; MARQUES, [199-]).

Os membros deste Conselho da Comunidade estavam interessados em ampliar e intensificar seu trabalho, estando já insatisfeitos com os resultados que estavam alcançando. Por acaso, tiveram notícias do trabalho que estava sendo desenvolvido em São José dos Campos desde 1974 e resolveram conhecê-lo mais de perto. Participaram de uma Jornada Carcerária e tiveram a oportunidade de estudar a estrutura do trabalho apaqueano. Nem tudo o que viram os agradou. Mesmo assim, os membros do Conselho resolveram seguir em linhas gerais aquele modelo de trabalho apaqueano. Reativaram a APAC que juridicamente ainda existia na Comarca e transformaram o Conselho da Comunidade em Conselho Deliberativo da APAC (BRAGANÇA PAULISTA, [199-]; KADUBA; PAULA; NUNES, 1996).

A reativação da APAC aconteceu em 1994, juntamente com a criação de diversos grupos de trabalho voluntário nas áreas de assistência social, psicológica, de valorização humana, assistência às famílias, espiritualidade, trabalho, entre outras. A reativação teve por objetivo possibilitar uma ampliação do leque de atividades dos voluntários. A influência da APAC de São José dos Campos deve ter sido sentida em muitos aspectos da atuação dos

voluntários. Até aquele momento, a APAC de São José dos Campos era uma importante referência nos trabalhos comunitários em presídios no Estado, exercendo influência sobre diversos grupos voluntários (BRAGANÇA PAULISTA, [199-]; ENTREVISTA COM NAGASHI FURUKAWA, 1997; MARQUES, abr. 1997; MARQUES, [199-]).

Ainda em 1994, o Juiz Nagashi Furukawa solicitou uma audiência com o governador Mario Covas. O Juiz estava convencido de que era possível levar o trabalho da APAC de Bragança Paulista para um novo patamar. Ele chegou à reunião com uma proposta ousada: gostaria de assumir todo o funcionamento da Cadeia Pública da cidade, contando para isso apenas com o dinheiro que o Estado gastava com o fornecimento de alimentos aos presos. A proposta era ainda mais ousada pelo fato de que o Juiz – e a APAC toda com ele – se comprometia não apenas a continuar gerenciando o funcionamento da Cadeia tal qual estava, mas também a aplicar os recursos em bem-feitorias e ampliações da Cadeia, bem como em melhorias nas condições de vida dos presos. Em suma, com apenas o dinheiro da alimentação a APAC iria gerenciar toda a Cadeia cumprindo as determinações da Lei de Execução Penal (AZEVEDO; MUZI, 1999: 14.; BRAGANÇA PAULISTA, [199-]; KADUBA; PAULA; NUNES, 1996; CORRÊA, 18 dez. 1999a e b; MARQUES, abr. 1997; MARQUES, [199-]). O Governador analisou os progressos já obtidos pela Associação e sensibilizou-se com o pedido. Parecia-lhe digno de confiança aquele homem ousado. Sua ousadia, porém, parecia-lhe um tanto temerária. O governador aceitou na hora a idéia da comunidade representada por aquele Juiz, mas desafiou-o:

— Quero ver se vocês conseguem!

Mais tarde, quando Furukawa já havia deixado a cidade de Bragança Paulista para abraçar sonhos mais grandiosos, o governador admitiu:

— Mas tinha certeza de que o projeto duraria pouco e que teria que ter verba suplementada.

E qual a situação encontrada pela APAC? Em primeiro de janeiro de 1996, data de início da vigência do contrato, o custo da alimentação era de dez reais por preso por dia. Parecia pouco. Frente às pretensões da APAC, isso parecia irrisório, o que justificava as desconfianças do governador. A APAC era uma Cadeia que abrigava cento e cinquenta pessoas. Mesmo já tendo iniciado as reformas da unidade a partir exclusivamente das doações da comunidade, ainda havia muito que fazer. Boa parte dos presos da cidade, por falta de vagas, tinha que cumprir pena em outras Cadeias superlotadas de outras cidades do Estado.

Pelo acordo firmado entre as partes, a Secretaria de Segurança Pública destinaria mensalmente à APAC um total de 45 mil reais por mês, ou 540 mil reais por ano. Este era o

custo total da alimentação dos presos. Além desta verba, a APAC contava com poucas contribuições de seus associados. Mais tarde, passou a contar também com 25% do salário obtido pelos presos na realização de trabalhos para indústrias da região. Além disso, contava com a ajuda de voluntários que podiam contribuir com seu trabalho na realização dos objetivos da Associação. Mas essas contribuições marginais sempre foram uma parte menor dos recursos da Associação, que contou sempre, desde esta época, apenas com os recursos provenientes do Estado.

Frente à grandiosidade do desafio, a APAC pôs-se logo a trabalhar. De imediato, a APAC trocou o fornecedor do alimento. Realizando acordos com fornecedores locais, conseguiu reduzir o custo para 5,30 reais por dia, uma economia de quase cinquenta por cento. De quebra, os presos já puderam notar uma sensível melhoria na qualidade da alimentação. A partir de primeiro de abril de 1996, o café-da-manhã e o lanche nos dias de visita, antes também fornecidos por empresa externa, começaram a ser elaborados na própria Cadeia, sendo para isso utilizada mão-de-obra dos presos. O custo da alimentação caiu para 4,30 reais por preso por dia. No dia 1º de setembro de 1996, outra modificação: para o fornecimento da alimentação, contratou-se uma entidade assistencial voltada para o cuidado a crianças pobres. A bem-sucedida experiência fez o custo da alimentação cair para 4,08 reais. Pão, leite e verduras passaram a ser fornecidos da mesma forma por duas entidades assistenciais. A APAC também fornecia alimentação aos carcereiros e aos policiais militares. Em 1997, Mario Covas foi sortear casas na cidade. Ao encontrar-se com Nagashi Furukawa, este o informou de que havia dinheiro sobrando na entidade. Em breve, afirmou, o Estado receberia o troco. Em outro momento, foi Mario Covas quem fez a bravata: o custo dos alimentos fornecidos às unidades penais do Estado havia caído para 7,50 reais por preso/dia. Furukawa respondeu no mesmo tom: a APAC podia ter sua verba diminuída.

— Não precisamos mais de tanto dinheiro. Ainda assim, vai sobrar para construirmos um outro prédio, para os presos em regime semi-aberto.

Frente a este despojamento, cabe perguntar se a APAC de fato conseguiu dar conta das responsabilidades que assumiu. Pois bem: a APAC assumiu responsabilidade pela execução de todos os benefícios previstos na Lei de Execução Penal: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, psicológica e ao trabalho, bem como responsabilidade integral pela manutenção, adaptação e ampliação do prédio, além de aquisição dos equipamentos necessários. Com a sobra do dinheiro, a APAC contratou um gerente, uma advogada, uma psicóloga, uma assistente social, um médico, um auxiliar para serviços internos e externos, uma professora de alfabetização, um professor de educação física e sete

profissionais da área da construção civil. Como, ainda assim, sobrassem 12 mil reais por mês, a APAC decidiu construir um novo prédio na Cadeia, que ficou conhecido como Anexo 2 e que totalizava 230m². O novo prédio demorou três anos para ser construído. Contava com 120 vagas e custou 360 mil reais, ou 3 mil reais por vaga. No governo Quéricia, cada vaga prisional construída no Estado custou em média 40 mil dólares. No governo Fleury, 30 mil dólares. No governo Covas, gastava-se em média 10 mil reais. Além disso, a APAC, através de seu Clube da Família, passou a fornecer cestas básicas para as famílias dos presos e oferecer-lhes cursos, como o de pintura e de alfabetização. O número de fugas entre 1994 (retomada da APAC) e 1999 foi de sete, o mesmo registrado apenas no ano de 1993.

A experiência de Bragança Paulista trouxe reconhecimento nacional para seu idealizador. Nagashi Furukawa, então Juiz de Direito da 3ª Vara Judicial de Bragança Paulista, foi convidado a fazer parte, em setembro de 1997, de um grupo de trabalho instituído pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo para apresentar alternativas ao sistema penitenciário brasileiro (CRIADO..., 3 set. 1997). Quando se aposentou, em maio de 1999, foi imediatamente recrutado por Mario Covas para trabalhar como assessor na Secretaria de Segurança Pública. Três meses depois, foi convidado por José Carlos Dias, então Ministro da Justiça, para chefiar o Departamento Penitenciário. Ao final de 1999, ele foi recontratado por Mario Covas com a tarefa explícita de estender a experiência de Bragança Paulista para outras cidades do Estado e tornou-se Secretário da Administração Penitenciária do Estado. Já havia uma rede de APACs no Estado. Kaduba, Paula e Nunes (1996) afirmam que havia à época uma APAC em Atibaia, uma em General Salgado e uma em Bom Jesus dos Perdões. Araras também já contava com uma APAC no ano de 2000 e a APAC de São José dos Campos, embora enfrentando graves percalços, existia legalmente e de fato. O número de APACs existentes é assunto sempre controverso. Como elas têm independência estatutária frente a qualquer outra entidade, sua constituição e dissolução é assunto privativo de seus sócios. Em geral, a existência de uma APAC pode ser explicada pela relação de forças na localidade onde é criada. Muitas vezes, como aconteceu em Bragança Paulista e em Caraguatatuba, uma APAC pode ser criada e em seguida abandonada. Apesar de existir legalmente, inexistir de fato. Cabia, portanto, conhecer e estender esta rede e promover a realização de contratos semelhantes aos de Bragança Paulista com estas outras associações.

Já no ano 2000, através do Decreto 45.403/2000 (SÃO PAULO, 2004a), que propiciou a utilização de termos de convênio para efetivação de parcerias com entidades privadas, que primassem em sua finalidade pela reinserção do preso à sociedade, a Secretaria de Administração Penitenciária começou a mobilizar-se para implementar parcerias semelhantes

à de Bragança Paulista em outras unidades prisionais. O primeiro passo concreto neste sentido foi a transferência da Cadeia Pública de Bragança Paulista para a Secretaria de Administração Penitenciária, ocorrida em novembro de 2000. A unidade prisional passou a se chamar Centro de Ressocialização de Bragança Paulista. A partir da experiência de Bragança Paulista, foram criados outros Centros de Ressocialização em todo o Estado. Este programa recebeu o nome de Cidadania no Cárcere, e no ano de 2003 já havia 16 Centros de Ressocialização em São Paulo, além de uma Penitenciária gerida em convênio com uma organização não-governamental.

A transferência para a Secretaria de Administração Penitenciária acarretou enormes transformações na rotina da Cadeia Pública de Bragança Paulista. Ao invés do Delegado responsável, o Centro de Ressocialização passou a ser administrado por um Diretor designado pela Secretaria de Administração Penitenciária exclusivamente para esta tarefa. A nova Diretoria do presídio estava muito mais próxima do cotidiano prisional do que anteriormente havia estado o Delegado, e isso implicou em transformações importantes no poder de que gozavam os membros da APAC. A APAC continuou a existir, mas sua atuação já não se caracterizava pelo mesmo tipo de liberdade. Os voluntários passaram a ser vigiados de perto por agentes penitenciários e parte das regalias a que os presos tinham direito passou a ser vedada. Alguns agentes sociais começaram a dizer que a APAC havia acabado, frase que ouvi mesmo de alguns presos. A transformação repentina da Cadeia Pública de Bragança Paulista em Centro de Ressocialização e o deslocamento produzido sobre o funcionamento da APAC mostrou-me novamente o dinamismo do sistema penitenciário e tornou patente que qualquer pesquisador que se dedique ao tema deve estar preparado para conciliar o estudo das perenes mazelas deste sistema e seu caráter centenário a sua repentina e violenta tendência à mobilidade, que faz com que o pesquisador sinta-se o tempo todo sobre chão movediço enquanto se pergunta se algum dia as sólidas muralhas das prisões haverão de desaparecer.

CAPÍTULO 5. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E A ESTRUTURA FÍSICA

5.1. A estrutura organizacional e a prestação de serviços pela APAC de Bragança Paulista.

A APAC é uma sociedade sem fins lucrativos com patrimônio e personalidade jurídica próprios (BRAGANÇA PAULISTA, 1978). Ela é formada por um quadro social cujos membros são classificados em quatro tipos: sócios fundadores – aqueles que assinaram a ata de fundação da Associação; sócios natos – o Juiz Corregedor dos presídios, o Promotor Público que prestar serviço na mesma Vara, o Diretor do presídio e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção local; sócios beneméritos – aqueles que por iniciativa do Conselho Deliberativo ou da Diretoria se tornem dignos desse título; e sócios contribuintes – todos aqueles que concorram com as mensalidades estabelecidas pela Diretoria.

Os órgãos que constituem a APAC são a Assembléia Geral, o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. A Assembléia Geral refere-se às reuniões ordinárias ou extraordinárias convocadas sempre por ordem do Presidente do Conselho Deliberativo e formada pelos sócios da APAC. A função da Assembléia Geral é exclusivamente a de eleger e empossar os membros do Conselho Deliberativo. Para tanto, reúne-se ordinariamente a cada quatro anos ou extraordinariamente, sempre que houver renúncia ou vacância, se os suplentes já tiverem sido chamados.

O Conselho Deliberativo é o órgão soberano da APAC. É composto por onze membros mais três suplentes. Seu mandato é de quatro anos e sua mesa Diretora é composta por um Presidente, que será sempre o Juiz Corregedor da Comarca, por um Vice-Presidente, primeiro e segundo Secretários, eleitos pelo próprio Conselho Deliberativo, também com mandato de quatro anos. O Conselho Deliberativo elege, a cada dois anos, o Presidente da Diretoria Executiva da APAC, dando-lhe posse na época legal. Além disso, julga as contas anualmente prestadas pela Diretoria, concede título de sócio benemérito, licencia o Presidente da APAC, cassa seu mandato, vota a reforma do Estatuto da entidade e julga os atos da Diretoria.

A Diretoria Executiva administra e dirige a APAC. Tem mandato de dois anos e é composta por um Presidente, Vice-Presidente, primeiro e segundo Secretários, primeiro e segundo tesoureiros, Diretor de patrimônio e consultor jurídico. O Presidente é o responsável perante o Conselho pela administração e orientação geral da APAC, tendo poder para exonerar qualquer outro Diretor. A renúncia, morte ou demissão do Presidente implica na renúncia automática de toda a Diretoria. É atribuição do Presidente a contratação ou dispensa de empregados da APAC, a escolha, dentro do quadro social, dos membros da Diretoria, a assinatura de contratos e convênios, diplomas honoríficos, cheques, duplicatas e outros documentos de ordem financeira e a autorização de despesas previstas e seus respectivos pagamentos. O Vice-Presidente o substitui em faltas ou impedimentos legais. O primeiro Secretário deve superintender os trabalhos da secretaria, redigir as atas das sessões da Diretoria e assinar carteiras de identidade social. O segundo Secretário o substitui em caso de falta ou impedimento e o auxilia em suas funções. O primeiro tesoureiro gerencia todos os serviços de tesouraria, sendo responsável pela manipulação dos fundos e valores financeiros movimentados pela APAC, sendo substituído, em caso de falta, pelo segundo tesoureiro. O Diretor de patrimônio zela pela guarda de todos os bens da Associação, mantendo sua escrituração. O consultor jurídico presta assessoria jurídica à Associação.

O Conselho Fiscal é composto por três membros: o Promotor Público da mesma Vara do Juiz Corregedor, o Delegado de Polícia ou quem ocupe a função de Diretor do presídio, e um membro da Ordem dos Advogados do Brasil. Sua função é a de examinar as contas e balancetes da entidade, dando seu parecer sobre os mesmos.

O organograma da APAC (Organograma 1) pode ser esquematicamente representado como se segue:

Organograma 1 - Organograma da APAC de Bragança Paulista: o Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo, a Assembléia Geral e a Diretoria Executiva.

Apesar da preponderância dada ao Conselho Deliberativo, nota-se a tentativa de compor as diversas instâncias da organização como partes interdependentes de um todo. A Diretoria Executiva, subordinada organizacionalmente às outras instâncias, tem, por outro lado, o papel principal de dirigir o funcionamento da Cadeia Pública de Bragança Paulista. Desta forma, o Órgão Executivo encontra-se sob estreita vigilância dos órgãos consultivo, fiscal e deliberativo, o que restringe seu poder decisório e o liga intrinsecamente a toda a APAC. Conforme relatório produzido no ano 2000 (BRAGANÇA PAULISTA, 2000c), as funções da Diretoria Executiva eram

Além do estabelecido no Estatuto, realizar reuniões mensais da diretoria executiva para deliberar sobre atividades dos diversos grupos voluntários existentes, bem como, dos profissionais contratados, sanar problemas e falhas do sistema, resolver sobre arrecadação de fundos, em fim (sic),

deliberar e administrar todas as atividades da APAC, dentro das normas estabelecidas no convênio (com o governo do Estado de São Paulo).

Além disso, note-se que algumas posições-chave são ocupadas por pessoas designadas de antemão: o Juiz Corregedor, o Diretor do presídio, o Promotor e um membro designado da OAB. As decisões tomadas no âmbito da APAC – esta talvez seja a principal intenção desta distribuição – estão intimamente vinculadas aos poderes responsáveis pelo funcionamento do presídio, de modo a tornar secundário tudo o que ocorra fora do âmbito da Associação. Dito de outra forma, a negociação entre os poderes passa a ser feita no próprio âmbito da APAC, transformada em uma espécie de lócus privado para o exercício do poder público. Essa função se exerce sem prejuízo das prerrogativas oficiais de cada um de seus membros, que continuam atuando normalmente em seus cargos oficiais. Por outro lado, a intenção original desta distribuição – como se deduz das afirmações de Mário Ottoboni, que elaborou este organograma para São José dos Campos – era aproximar do cotidiano prisional os poderes públicos, sentidos muitas vezes como distantes e apáticos. É comum que Juízes Corregedores – responsáveis pelo bom funcionamento das unidades prisionais sob sua jurisdição – jamais tenham sequer posto os pés em um destes estabelecimentos. Neste sentido, a constituição de uma Associação como esta não resolve o problema. Caso haja, por parte do Juiz Corregedor, indisposição na participação e assunção de suas funções, toda a experiência pode redundar num amplo fracasso, como ocorreu em diversas cidades onde ela foi tentada. Mas da forma como a APAC se constitui, a função do Juiz pode ser tão pouco exigente (já que ele poderia, displicentemente, ocupar-se da Associação apenas a cada dois anos, para escolher o Presidente da Diretoria Executiva) que o funcionamento da Associação seria pouco prejudicado por uma atitude como esta. Muitas vezes, o próprio Presidente da Diretoria Executiva exercia suas funções displicentemente, outorgando aos funcionários contratados toda a regulação da vida prisional. Assim, o cotidiano prisional podia ser mais ou menos afetado pelas altas instâncias institucionais, de acordo com a disposição de seus membros. Mas, como regra geral, as figuras que realmente importavam para o funcionamento da APAC e da Cadeia Pública de Bragança Paulista eram seus agentes menos graduados: voluntários, funcionários da APAC, carcereiros e presos.

Após a assinatura do convênio com a Secretaria de Segurança Pública, a APAC pôde contratar uma série de funcionários. Estes funcionários estavam subordinados a uma gerência que os contratava ou despedia de acordo com as determinações da Diretoria Executiva. A gerência respondia por todo o setor administrativo da APAC: financeiro, contas a pagar,

compras, processamento de dados, recursos humanos, coordenação de trabalhos dos presos, setores técnicos de forma indireta e direta, setor de produção, relacionamento entre empresa (fornecedora de trabalho para os presos) e a prestadora APAC. A estrutura da gerência da APAC configurava-se como se mostra a seguir (Organograma 2):

Organograma 2 - A estrutura organizacional da gerência da APAC.

A gerência responsabilizava-se pelo controle de todas as atividades que ocorriam no interior da Cadeia Pública de Bragança Paulista e que envolvessem pessoas de fora do

ambiente prisional, com exceção das atividades de segurança desempenhadas pelos carcereiros. Assim, ocupava-se da produção de alimentos para os presos, de serviços de manutenção do prédio, dos serviços de escritório, do controle dos setores produtivos e inclusive, da segurança de algumas partes do prédio, para as quais havia sido contratado um encarregado pela própria APAC. Em alguns setores sob responsabilidade da gerência, os principais envolvidos eram os presos. O exemplo mais importante era o setor da produção, que podia empregar mais de cem presos. Mas mesmo na realização de trabalhos de escritório podia haver a participação dos presos, que assim tinham o direito de ganhar remissão de pena pelos serviços prestados.

Os serviços disponibilizados para os presos também ficavam sob responsabilidade da gerência. Se considerarmos apenas os serviços especializados (excluindo, por exemplo, o fornecimento de alimentação para os presos), teremos os seguintes serviços prestados aos presos: serviços de saúde, assistência social, jurídica, psicológica, educacional e a coordenação dos voluntários. Esses serviços eram também chamados de serviços “técnicos” (a própria gerência da APAC o fazia), com exceção da coordenação dos voluntários.

Cada um desses setores tinha atribuições específicas. O setor de Coordenação dos Voluntários, que ficava sob a responsabilidade de um coordenador geralmente contratado pela APAC para trabalhar em alguma outra função (como psicóloga ou assistente social), tinha como função “coordenar, organizar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos grupos de voluntários que atuam na APAC de Bragança Paulista” (BARBIERI, 2000) devendo ainda criar condições para a realização dos trabalhos voluntários, organizando horários e autorizações; encaminhar aos setores técnicos e administrativos os projetos encaminhados pelos voluntários; atender os coordenadores dos grupos voluntários; elaborar regras de atuação para os voluntários; integrar os voluntários e os demais setores da APAC; dirimir conflitos entre os grupos voluntários e entre estes e outros setores da APAC.

O setor jurídico tinha por funções atender aos presos condenados, prestando-lhes informações sobre Execução Penal, encaminhando planilhas de remissão, acompanhando os prazos relativos aos benefícios a que os presos tinham direito; e atender aos presos da triagem (recém ingressados), verificando no Fórum os motivos da prisão e tomando as medidas cabíveis para tentar a soltura do detento. Caso o preso optasse por contratar um advogado próprio (advogado constituído), o setor jurídico da APAC restringia-se a acompanhar o processo do preso e prestar-lhe informações adicionais caso solicitadas, sempre em consonância com o responsável pelo processo.

O setor de serviço social tinha por objetivos, entre outros, estabelecer vínculos de confiança com os presos e promover atividades de valorização dos presos. Para isso, realizava triagens com todos os presos recém-ingressados, encaminhando-os, caso necessário, para o atendimento aos outros setores da APAC (jurídico, psicológico, entre outros) e prestando apoio à família do preso; fornecia auxílio material, quando necessário (como vestuário, “kit” de higiene com sabonete, pasta e escova de dente, entre outros produtos); fornecia uma cesta básica mensal às famílias dos presos; acompanhava os presos em todas as fases do cumprimento da pena, dando apoio e orientação e buscava estabelecer vínculos com a comunidade para o fornecimento de serviços complementares, como pedidos de documentação profissional. Além disso, o setor social participava da Comissão Técnica de Classificação (CTC) que elaborava pareceres, entre outras coisas, sobre as progressões de pena do regime fechado para o semi-aberto e para o aberto.

O setor psicológico realizava atividades como reuniões com representantes dos presos, com outros funcionários da APAC, com as famílias dos presos e com o Juiz responsável. Os psicólogos contratados pela APAC atendiam os presos individual ou coletivamente em sessões psicoterápicas cujos objetivos podiam ser bastante gerais ou voltados, em formato de terapia breve, para algum problema específico, como o uso de drogas. Além disso, o setor psicológico também realizava pareceres, participando da CTC da unidade.

O setor de saúde, em sua divisão médica, realizava atendimentos em nível preventivo e diagnosticando doenças como verminose, diabetes, doenças venéreas, tuberculose; realizava atendimento ambulatorial; e realizava atendimentos de urgência, com o objetivo de evitar que o preso tivesse de deixar a Cadeia para ir ao hospital, reservando as saídas médicas apenas para os casos mais graves. Para isso, contava com o auxílio de uma enfermeira contratada pela APAC. O setor odontológico realizava exames clínicos e diagnósticos, fazia restaurações, extrações, próteses e prestava atendimento de urgência em casos específicos.

Por fim, a APAC contava com um setor de educação, responsável por ministrar aulas em caráter supletivo para os presos. As atividades de educação iniciaram-se em julho de 1996 com aulas de alfabetização dadas para 37 presos (MARQUES, abr. 1997). No ano 2000, havia 69 presos participando das atividades do setor. Apesar da iniciativa positiva, a frequência de alunos aos cursos chegou, em alguns momentos, a ser considerada tão baixa que a Diretoria da APAC ameaçou fechar os cursos. A razão para esta baixa frequência era um tanto misteriosa, e aventou-se a possibilidade de que os presos em posição de liderança estivessem cobrando de seus colegas para permitir-lhes frequentar as aulas. Os horários, números e níveis

escolares, conforme informados num comunicado afixado na Cadeia Pública de Bragança Paulista no ano 2000, encontram-se na tabela 1:

Tabela 1 Horários e número de presos que freqüentavam atividades de educação formal por nível escolar.

<i>Nível escolar</i>	<i>n</i>	<i>Horários</i>
<i>Alfabetização (1ª e 2ª séries)</i>	14	20h30 às 22h00 (5ª e 6ª feira)
<i>3ª e 4ª séries</i>	9	20h30 às 22h00 (2ª e 4ª feira)
<i>Ensino fundamental (5ª a 8ª séries)</i>	33	19h00 às 21h00 (2ª e 6ª feira)
<i>Ensino médio</i>	13	18h30 às 20h30 (2ª e 6ª feira)

Também era considerado um serviço educacional a biblioteca de quase três mil volumes localizada no Anexo 2 e de livre acesso para os presos. A biblioteca, doada em parte pela Prefeitura municipal, em parte por moradores da cidade (NASCIMENTO, 1997), continha obras de vulgarização, como manuais, obras literárias, obras científicas e filosóficas e obras religiosas. Era uma biblioteca constituída ao acaso, sem grande preocupação com seu conteúdo e que apresentava obras de todo tipo. Havia mesmo enciclopédias antigas, que alguns presos consultavam esporadicamente.

Os serviços técnicos eram serviços auxiliares e secundários no funcionamento da Cadeia. Ao lado dos serviços essenciais, como limpeza e alimentação, pareciam ter menor importância ou serem inócuos. Mas vista sob a perspectiva utópica da boa administração prisional, sua existência era significativa do esforço despendido pela APAC para transformar uma unidade prisional problemática em uma prisão reformada. Não se deve compreender a importância desses serviços apenas sob o ponto de vista de seus efeitos imediatos e específicos. Assim, a importância da assistência psicológica, por exemplo, ia além dos efeitos terapêuticos produzidos imediatamente por sua ação. É fundamental compreender sua inserção na própria instituição e o sentido que sua existência tinha para os agentes sociais envolvidos. Estes serviços técnicos eram o atestado de sucesso prisional, uma das marcas da eficiência da atuação da APAC. Por isso, serviam, em parte, para justificar a crença de que a prisão podia, se bem administrada, produzir resultados positivos sobre os homens confinados. Era parte de um amplo mecanismo social pelo qual se produzia a percepção de que o sistema prisional não era problemático por si mesmo, mas que seus problemas advinham de fatores externos que podiam ser contornados. Era, enfim, uma forma de defender a tese segundo a qual o sistema penitenciário pode servir aos interesses sociais, desde que submetido a um amplo processo de reforma.

5.2. A estrutura física da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

Kaduba, Paula e Nunes (1996) fizeram o seguinte relato sobre as condições físicas do prédio encontradas numa visita realizada em 22 de abril de 1996:

As pessoas são asseadas, as celas limpas e o aroma predominante é agradável, diverso do característico cheiro de medo e sujeira das prisões comuns.

As paredes são todas pintadas metade de azul e a outra metade de branco, o que, sem dúvida, reflete no comportamento dos presos.

O sol adentra quase todo o espaço, fato deveras importante em se tratando de sistema de prisões, em geral (Delegacias, estabelecimentos penitenciários, Cadeias Públicas, etc...)

Bem, após a visita ao interior do estabelecimento, fomos convidados a examinar a planta e conhecer o local no qual estão construindo o prédio de ampliação.

Neste espaço, engenhosamente calçado por um muro de pedras artisticamente construído (verdadeiro orgulho dos administradores), serão edificadas novas celas, novas alas de laborterapia e a cozinha.

O prédio velho ganhará cobertura em um pátio frontal, onde também serão instaladas oficinas de laborterapia.

A impressão geral de qualquer visitante não era diversa desta: frente ao que se espera de uma Cadeia Pública, os resultados do trabalho da APAC de Bragança Paulista eram surpreendentes. Não havia ali os indícios de sujeira e descuido que costumam caracterizar estas unidades prisionais. Também não havia sinais de improvisado na construção do prédio. O visitante se deparava com um local projetado adequadamente para o tipo de atividade ali desenvolvida e para o número de presos efetivamente encontrado no local.

A Cadeia Pública de Bragança Paulista, em sua estrutura física, podia ser dividida em três partes: corredor central, Anexo 1 e Anexo 2.

O corredor central era a parte mais antiga da Cadeia Pública, existente muito tempo antes da APAC começar a atuar no local. Contava com cinco celas, sendo uma destinada aos presos recém-ingressados (cela da triagem). Era ali também que se localizava a cela de castigo, a cela dos galerias e a cela de trânsito (presos aguardando transferência para outros presídios). Ao iniciarem-se os trabalhos de reforma do presídio, com o dinheiro arrecadado pelos primeiros voluntários, ainda no ano de 1994, começou a ser construído um Anexo destinado à realização de trabalhos pelos presos. Este Anexo passou a contar com duas

oficinas, uma com 60 m² e outra, mais externa, com 90 m². A construção deste Anexo foi finalizada em novembro daquele ano, e após algumas reformas, expandiu a capacidade do presídio inicialmente para 126 presos. O corredor central e o Anexo 1 totalizavam 10 celas, sendo uma destinada à triagem de presos, uma destinada aos galerias, uma destinada aos presos em isolamento disciplinar e uma destinada a presos em trânsito. Este Anexo era a parte menos nobre da unidade prisional. Quando iniciei minhas visitas, ele era freqüentemente alvo de inundações, pois o telhado não suportava a força de uma chuva mais intensa. Andávamos tomando cuidado para não molharmos as roupas. Apesar dos corredores serem também inundados, as celas sofriam muito mais. Este problema foi resolvido com uma grande reforma no telhado, executada pelos presos, e que substituiu a estrutura mais antiga de telhas por uma laje inclinada, mais moderna e resistente. No ano 2000, o Anexo 1, além das oficinas, contava com uma cantina e um mezanino, que servia como sala de aula e sala de vídeo. As celas no corredor central e no Anexo 1 contavam com banheiros internos. Isso significava que os presos não saíam das celas para usarem os banheiros. A ocupação das celas nesta parte da Cadeia (excetuando-se as celas especiais) podia variar entre 10 e 16 presos. A capacidade das celas também variava, algumas chegando a comportar 15 presos.

O Anexo 2 era a parte nobre da Cadeia. Sua construção havia sido iniciada em 1996 e ele foi entregue em 1998. Tinha capacidade para 120 presos, num total de 10 celas (ocupação de 12 presos por cela). Sua ocupação por cela raramente ultrapassava a lotação máxima, podendo às vezes abrigar até dois presos além de sua capacidade. Ao contrário do Anexo 1, o Anexo 2 tinha banheiros coletivos localizados externamente às celas, o que evitava o mau-cheiro e os incômodos da utilização noturna, quando os outros presos estão dormindo e acabam sendo acordados pelo barulho. Havia um boxe para cada cela nos banheiros, e a chave para o boxe ficava dependurada à parede de cada cela. Quando um preso queira usar o banheiro, tomava a chave e dirigia-se até ele. Os banheiros eram asseados e espaçosos. Alguns presos utilizavam uma mesa de concreto localizada em seu interior para jogar baralho nos momentos de folga, o que demonstrava o asseio do local. Fruto planejado do convênio com o governo do Estado de São Paulo, o Anexo 2 foi desenhado por Mário Spelta, arquiteto que posteriormente foi o responsável pela elaboração da planta padrão para os Centros de Ressocialização de todo o Estado. Além de contar com celas arejadas e iluminadas por sol, no Anexo 2 localizava-se a cozinha industrial, que possuía uma despensa e câmara fria industrial, além de fogões e exaustores industriais. A cozinha estava equipada para servir a mais de 300 pessoas por refeição. Ao lado da cozinha localizava-se o refeitório, que chegava a abrigar 100 pessoas. Durante as refeições, cada Anexo se servia separadamente, respeitando o limite de

espaço. No Anexo 2 também havia uma oficina, que contava com um banheiro próprio para que os presos não precisassem se deslocar durante o trabalho. Também neste Anexo se localizava o escritório da gerência da APAC, numa área externa que contava com outras salas (usadas às vezes pelo Delegado e pelas coordenadoras dos voluntários) e um banheiro para uso dos funcionários do escritório. Também havia uma barbearia e um pequeno escritório, equipado com computador. No lado externo do Anexo localizava-se a lavanderia industrial. Havia dois pátios bastante ensolarados, cobertos com uma tela firme de metal. Ao final de um deles, localizava-se a cela especial (para presos com nível superior de escolaridade). No segundo andar, localizava-se a sala de aula do Anexo, que também era utilizada como sala de reuniões pelos funcionários da APAC e pelos voluntários, e onde ficava a biblioteca. Também havia salas para atendimento aos presos pelos serviços social e psicológico. Os documentos da época da construção do Anexo indicavam que a intenção original da APAC era transformá-lo num local para presos em regime semi-aberto (e que podem deixar o presídio para trabalhar). Há um problema importante envolvendo esses presos, que é o risco de que, por terem liberdade para deixarem o presídio, sejam pressionados pelos colegas em regime fechado a levarem produtos ilícitos para o interior da unidade prisional. Ao criar o Anexo, a APAC, isolando estes presos em novo local, acabaria com o contato entre eles e os presos fechados, minimizando este problema. Mas como o número de presos no regime semi-aberto tendia a ser reduzido, e o número de presos em regime fechado podia aumentar significativamente, o Anexo 2 sempre foi usado para abrigar presos neste regime, o que podia comprometer sua função original. O que se costumava fazer era utilizar o Anexo 1 para presos provisórios (não condenados) e o Anexo 2 para presos condenados ou em regime semi-aberto. Mesmo assim, podia acontecer de presos condenados terem de permanecer no Anexo 1 por falta de vagas.

A estrutura física do prédio da Cadeia Pública de Bragança Paulista era sentida por todos os que a visitavam como muito superior à de outras Cadeias Públicas paulistas. Isso era o reflexo da atuação intensiva da APAC no local, que havia transformado um lugar fétido e precário em um exemplo prisional. Entre os dois Anexos, havia diferenças evidentes. Mas estas diferenças não implicavam em uma refutação da superioridade daquela Cadeia, mesmo em se tratando do Anexo 1. Apesar de mais frio e escuro, trazendo-me arrepios em minha primeira visita à unidade, não foi preciso muito tempo para que eu percebesse que o Anexo 1 era, ainda que inferior, habitável, e que seus problemas eram estruturais, e não de manutenção. Ele foi construído num momento diferente, no início dos trabalhos da APAC, sem grandes pretensões e com verbas menores, e por isso não apresentava o mesmo brilho do

Anexo 2. Mesmo assim, não havia preso que discordasse de que aquele era um lugar melhor. Os presos do Anexo 2 costumavam criticar muito o Anexo 1. Um preso chamou-o, certa vez, de “cemitério”, devido ao seu cheiro. Mas qualquer um que tenha visitado uma outra Cadeia Pública percebe que se isso acontecia, não era por demérito do prédio: o Anexo 2 já não lembrava mais uma Cadeia, e por isso as menções ao outro lado, que lembrava uma Cadeia, eram ouvidas pelos presos dali com calafrios. Se havia um desprestígio interno do Anexo 1 não era por sua precariedade mas, ao contrário, porque a APAC havia criado dentro da própria Cadeia algo que já não lembrava uma unidade prisional, e que talvez lembrasse, quando muito, uma escola. Era porque o processo civilizatório empreendido pela APAC havia atingido um tal grau de desenvolvimento que qualquer menção à barbárie podia ser temida como a morte pelos presos.

CAPÍTULO 6. VOLUNTÁRIOS

Dentre os papéis sociais desempenhados na Cadeia Pública de Bragança Paulista – preso, carcereiro (posteriormente, agente de segurança penitenciária), voluntário, funcionário, Diretoria da APAC e familiar de preso – talvez o mais distintivo em relação a outras unidades prisionais fosse o de voluntário. A forma como a experiência da APAC se justificava e os efeitos reais que ela produzia em termos de controle social dependiam fundamentalmente da figura do voluntário. Isso não quer dizer que os voluntários estejam ausentes do cotidiano de outras unidades prisionais. Ao contrário, sua existência parece ser muito comum. Em 1998, quando realizei visitas semanais a uma unidade prisional do ABC paulista considerada problemática, o DACAR-7 (ela seria desativada alguns anos depois), havia grupos de voluntários todos os dias da semana, tanto pela manhã quanto à tarde. Jocenir (2001: 125) afirma:

Um fato que chama atenção na Casa de Detenção é o trabalho voluntário de algumas pessoas. Gente que deixa de estar com a família, ou ganhar dinheiro, para estar numa prisão prestando solidariedade e ajuda aos presos.

Mas a forma como o voluntariado atuava na APAC de Bragança Paulista, o poder de que gozava, o prestígio junto aos presos, marcavam de forma tão profunda o cotidiano da instituição que considero difícil poder compará-lo a qualquer outra unidade, com exceção de outras prisões-modelo. Por isso, dentre os papéis sociais existentes na APAC, o papel de voluntário será o primeiro a ser analisado.

*

Os voluntários eram pessoas que, por motivações de cunho pessoal não relacionadas diretamente a interesses financeiros, dispunham de um tempo ao longo da semana para

acompanhar os presos em determinadas atividades. Segundo a cartilha Cidadania no Cárcere (SÃO PAULO, 1997: 17):

Mais ou menos quarenta voluntários das mais diversas profissões (empresários, médicos, professores, aposentados, engenheiros, donas de casa, publicitários, advogados, comerciantes etc.) participam das atividades da ONG, sem nenhuma finalidade lucrativa ou de promoção pessoal, demonstrando que a sociedade brasileira, quando encontra um projeto sério, não se omite na parte que lhe cabe.

As atividades dos voluntários marcavam profundamente o funcionamento da Cadeia Pública. O fato de a Cadeia Pública ser considerada um modelo de administração prisional estava ligado, de forma geral, ao trabalho voluntário desempenhado na Comarca de Bragança Paulista a partir da iniciativa de Nagashi Furukawa. Os voluntários, desde a formação do primeiro grupo de trabalho em Bragança Paulista, transformaram aquela Cadeia num modelo de administração prisional.

Os presos pareciam aproximar-se dos voluntários com bastante confiança. Contavam detalhes de suas prisões, compartilhavam problemas pessoais, faziam pedidos. Isso não implicava numa relação de igualdade, mas dava um caráter diferente para a unidade prisional. Certa vez, um preso aproximou-se da coordenadora da Valorização Humana e de mim no pátio e começou a nos detalhar sua prisão e as atividades ilícitas em que estava envolvido. Depois, arrematou:

? Tem coisa que a gente não fala pra qualquer um, só pra quem consegue entender.

Pode-se afirmar que os presos ligavam ao trabalho voluntário uma parte significativa de sua percepção de que a Cadeia Pública de Bragança Paulista era um “lugar melhor” para “tirar” (cumprir) a pena. Muitas vezes ouvi presos dizerem, ao se aproximarem do grupo de Valorização Humana, que eram os voluntários que faziam a APAC funcionar, ao levarem para os presos “uma palavra de conforto e amizade”. A recepção calorosa que os presos costumavam dar aos voluntários mais conhecidos e próximos pareceu-me sempre evidência suficiente da importância que eles atribuíam a este trabalho. Quando uma das voluntárias de nosso grupo voltou a frequentar a APAC após muito tempo de ausência, os presos a receberam com exclamações de entusiasmo:

? Quem é vivo sempre aparece! ? diziam, enquanto a cumprimentavam, perguntavam por sua família e contavam, eles também, suas próprias novidades.

O mesmo ocorreu quando outra voluntária, na mesma situação, percorria os corredores da Cadeia Pública. Os presos a paravam a todo o instante, conversavam, riam. Um dos presos

fez questão de convidá-la – e aos outros voluntários – para irmos à biblioteca ouvi-lo tocar violão. Como as primeiras experiências desse tipo que observei envolveram voluntárias, fiquei inicialmente com a impressão de se tratar de algo cujo principal componente fosse sexual. Alguns meses mais tarde, porém, ocorreu o retorno de um antigo voluntário da Valorização Humana. As reações foram as mesmas, mostrando que as razões para isso independiam do sexo do voluntário (mesmo havendo, sem dúvida, uma preferência dos presos pelas voluntárias).

Os presos atribuíam tamanha importância aos voluntários que podiam associar sua obediência às normas da prisão ao simples contato conosco. Houve um momento, por exemplo, em que os presos estavam bastante irritados com a atitude assumida pelo novo Juiz da Comarca. Ao contrário de Nagashi Furukawa, ele não visitava o presídio e parecia (aos olhos dos presos) estar decidido a atrasar julgamentos e negar pedidos de saída a que alguns presos tinham direito. Vale lembrar que, como Presidente nato do Conselho Deliberativo da APAC, seu descaso era muito sentido pelos membros da instituição. Um dos presos explicava para mim a irritação que eles sentiam e depois concluiu dizendo que os presos andavam pensando em “virar a casa” (fazer uma rebelião). Ele continuou:

? Só não aconteceu o pior ainda porque tem os voluntários que estão sempre ajudando a gente e trazendo conforto para nós. Quando tem reunião dos presos e algum deles começa a acender os outros (defender uma rebelião), os mais calmos sempre dizem que tem que manter a ordem, e que a gente deve isso pros voluntários, que sempre estão aqui para ajudar a gente. Não tem polícia no mundo que segure uma rebelião. A gente mesmo não tem medo de polícia. O que segura a gente, impede a gente de se rebelar, é o trabalho dos voluntários.

Sob uma perspectiva diferente, mas que reflete a mesma proximidade, um preso que freqüentava assiduamente os cultos evangélicos ministrados no interior da Cadeia Pública afirmou, sobre o mesmo assunto:

? Olha, a APAC só não virou porque tem muita oração aqui dentro. ? E começou a listar os dias em que os grupos voluntários religiosos iam até à APAC para promover encontros de oração.

O comportamento dos voluntários – apesar de haver variações significativas entre eles – fundamentava-se em expectativas mais ou menos homogêneas, ou seja, os voluntários justificavam seu trabalho de forma mais ou menos uniforme. Além disso, tendiam a se entender como um grupo separado de outros grupos e assim eram vistos pelos outros. Consideravam-se um exogrupo em relação aos funcionários da APAC, aos presos e aos

servidores do Estado ligados ao funcionamento da instituição (servidores da Secretaria de Segurança Pública ou da Secretaria de Administração Penitenciária). Por isso, o voluntariado pode ser considerado como um papel social, ou seja, um conjunto de comportamentos que são alvo de uma certa expectativa social e que são desempenhados numa certa conformidade com essas expectativas. Quando um funcionário mostrou-me o caminho para ingressar na instituição (a assimilação a um grupo voluntário), senti um enorme alívio, antes ainda de saber o que era um grupo voluntário ou como funcionava naquela instituição, ou se eu seria aceito. Esse alívio era um indício de que eu havia assumido, naquele momento, uma nova posição, desta vez aceita pela instituição. Esta é a força do papel social: ele define nossa identidade, nossa auto-percepção e nossa auto-apresentação. E, devido à relação intrínseca entre os fenômenos de grupo e a definição dos papéis sociais na Cadeia Pública de Bragança Paulista, vamos considerar ambos os fenômenos de forma concomitante.

Quando os voluntários falavam sobre o seu trabalho, tendiam a se considerar promotores da ressocialização dos presos. Neste sentido, diferenciavam-se dos carcereiros – que chamavam os presos de vez em quando de “vagabundos” – e aproximavam-se dos funcionários da APAC. Quanto aos carcereiros ou aos agentes penitenciários, a separação era bastante evidente. Os voluntários podiam ter verdadeiro ódio daquilo que, a seus olhos, os carcereiros representavam. Os carcereiros eram concebidos como pessoas violentas, provavelmente corruptas, que se aliavam aos líderes prisionais e tiravam vantagens disso, principalmente vantagens econômicas. Estes, por seu lado, podiam considerar os voluntários como pessoas ingênuas que eram ludibriadas o tempo todo pelos presos. Às vezes, quando recomendavam que nós não enviássemos as correspondências que os presos nos entregavam – uma das tarefas da Valorização Humana – eles afirmavam que os voluntários não tinham treino ou “traquejo” para reconhecer, nas entrelinhas das correspondências, aquilo que podia ser um acordo para uma fuga, ou mesmo o plano de um assalto. Era necessário, sempre, que as correspondências fossem avaliadas pelos carcereiros antes de serem enviadas. Apesar da oposição explícita, ambos os grupos mantinham uma distância respeitosa. Talvez eu jamais tenha sido tratado com tanta educação por um funcionário prisional quanto fui, naquele tempo, pelos carcereiros de Bragança Paulista. Alguns me tratavam por “senhor”, apesar de serem às vezes bem mais velhos que eu. Nenhum deles jamais se opôs a que eu entrasse na Cadeia Pública, desde que eu me identificasse como voluntário, mesmo em horários não reservados ao meu grupo. Quando eu estava esperando pelos outros membros do grupo, nos dias em que eu chegava mais cedo, eles faziam questão de conversar comigo sobre os assuntos mais variados, como se me distraíssem para que eu não me sentisse só, mas não sem

antes se oferecerem para abrirem os portões um pouco antes e permitirem minha entrada. É bem verdade que também neste caso havia variações. Alguns carcereiros eram mais rígidos. Alertavam-me sobre o horário de entrada ou me faziam esperar para não terem que abrir o portão duas vezes. Mas, de forma geral, eles mostravam um respeito que, por vezes, soava como temeroso.

Os carcereiros pareciam considerar como algo bom que os voluntários ficassem junto dos presos. Certa vez, ouvi um deles dizer:

— Quando tem voluntário aí dentro a gente sabe que os presos vão ficar tudo sossegado. Não ficam chamando a gente toda hora pra pedir favor, nem tem briga.

Apesar da oposição entre voluntários e carcereiros (e posteriormente agentes penitenciários), em nenhum momento esta oposição evoluiu para o surgimento de pressões pela eliminação dos carcereiros do funcionamento institucional, fenômeno que logo cedo ocorreu na APAC de São José dos Campos. Raramente os voluntários de Bragança Paulista questionavam a necessidade de sua presença. Uma das razões para isso é que ela era, na realidade, inócua. Os carcereiros pareciam se intrometer pouco no funcionamento institucional e essa distância permitia uma convivência respeitosa com os voluntários. Os voluntários, porém, se arrogavam o direito de fiscalizá-los e eles aos voluntários, impondo algumas poucas restrições mútuas através das quais marcavam suas posições institucionais específicas.

Algumas críticas que os voluntários dirigiam aos carcereiros encontravam correspondência nos funcionários da APAC. Médico, enfermeira, psicólogas, assistentes sociais podiam também considerar os carcereiros como pessoas mal-intencionadas, despreparadas ou lenientes com a violência prisional. Neste sentido, voluntários e funcionários da APAC se aproximavam. Mas a aproximação não passava desta percepção de uma espécie de adversário em comum. Entre os grupos havia um abismo. Sob o ponto de vista dos voluntários, enquanto o grupo dos voluntários trabalhava “por amor” aos presos, os funcionários trabalhavam “por interesse” financeiro. A cisão entre funcionários e voluntários não era algo que eu pudesse esperar. Ao contrário, vindo do contato com a experiência de São José dos Campos, em que havia um grande controle sobre as atividades voluntárias e era muito comum o trânsito entre os papéis de voluntário e funcionário, eu jamais poderia esperar que entre ambas as funções pudesse existir uma oposição tão ferrenha como aquela que às vezes observei em Bragança Paulista. Esta oposição era especialmente interessante por se tratar de pessoas vinculadas – de forma diferente, sem dúvida – à mesma organização não-

governamental, que possuía, assim, uma divisão estrutural em seu funcionamento. Um voluntário disse certa vez:

? Os voluntários vêm pra APAC porque gostam dos presos. Os funcionários só vêm aqui porque precisam. Tem muito funcionário que pensa que preso é vagabundo.

Sob o ponto de vista dos voluntários, mais do que a recuperação dos presos, em princípio, o interesse dos funcionários era o salário e a garantia de emprego. Isso aparecia como uma diferença essencial e como fonte de eterna desconfiança. Os voluntários tendiam a pensar nos funcionários como pessoas que deveriam estar sob constante vigilância. Esta era, em verdade, uma característica do trabalho voluntário, a expectativa de executarem uma vigilância sobre o funcionamento institucional que garantisse seu bom funcionamento. Mas a oposição entre voluntários e funcionários da APAC ia além da simples vigilância. Pelo lado dos funcionários, os voluntários apareciam como pessoas distantes do cotidiano prisional e que por isso deveriam apenas assessorar o trabalho dos funcionários. Ao lado disso, havia uma percepção de que os voluntários eram pessoas ingênuas e despreparadas e, sob este ponto de vista, funcionários da APAC e carcereiros se irmanavam.

Mais importante do que investigar as diferenças existentes entre os membros destes grupos, considerados individualmente, é notar a produção institucional desta cisão grupal e suas conseqüências. Havia entre voluntários e funcionários uma especialização funcional que era mantida e reforçada pela APAC. A utilidade desta cisão está ligada ao tipo de vínculo diferenciado mantido por estes grupos com os presos, e que será discutido mais adiante. A oposição entre funcionários e voluntários tinha no salário e no vínculo empregatício um modo de expressão, mas de forma alguma deve ser reduzida a este elemento. O trabalho dos funcionários indicava um movimento da instituição em direção à burocratização. Eles tendiam a defender propostas que incluíssem maior formalização do cotidiano prisional e reduzissem as possibilidades de imprevistos. Os voluntários, por outro lado, defendiam um trabalho mais espontâneo e informal em relação aos presos. Ambas as tendências eram fundamentais para efeitos institucionais produzidos pela APAC.

A oposição às vezes virulenta entre voluntários e funcionários da APAC parecia estar calcada principalmente em fenômenos de ingroup e outgroup. Isto quer dizer que a forma por vezes preconceituosa pela qual os grupos se viam podia estar vinculada ao simples pertencimento a um deles, o que ressalta a importância de considerarmos o funcionamento institucional na produção deste efeito. Ambos os grupos, de fato, se encontravam intimamente imbricados. A existência dos funcionários só se justificava pela existência dos voluntários, já que os funcionários estavam submetidos à chefia de voluntários – a Diretoria Executiva da

APAC. Por outro lado, os voluntários pertencentes aos grupos de trabalho (ou seja, aqueles que não faziam parte das Diretorias da APAC) tinham um desejo não oculto de se tornarem funcionários assalariados. Numa das primeiras conversas que tive com Nancy, a coordenadora do grupo de Valorização Humana, ela logo me sugeriu a possibilidade de me tornar um funcionário. Após identificar-me como psicólogo (ela ainda não conhecia minha profissão), ela comentou:

? Você sabia que a psicóloga da APAC saiu? Quem sabe você não pode ser contratado pela APAC?

Logo que ingressei na APAC, um voluntário do grupo de Valorização Humana foi informalmente expulso pela coordenadora, sob a alegação de que ele não se adequava à ideologia do grupo. Entre outras razões, foi apontado o fato de que ele havia se aproximado do grupo apenas para conseguir um cargo remunerado na APAC, usando o grupo de Valorização Humana como plataforma para suas intenções profissionais.

Uma implicação disso é que, talvez, os dois grupos fossem mais parecidos do que gostariam de admitir e que, enfim, as disputas que travavam fossem reflexo desta semelhança. Em muitos aspectos, a existência de funcionários e voluntários parecia uma duplicação de estrutura organizacional, sendo tarefa dos dois grupos fazerem exatamente a mesma coisa. Os presos, por exemplo, utilizavam sucata para realizarem trabalhos manuais com os quais ocupavam o tempo e com cuja venda obtinham um rendimento extra, que era consumido na própria cantina da APAC ou enviado para as famílias (quando não destinado a fins ilícitos). Essas sucatas deveriam ser fornecidas pela APAC. Mas não havia muito interesse por parte dos funcionários em fazê-lo. A Diretoria Executiva não liberava a verba para sua compra, ou os funcionários não se dispunham a comprá-las. Enfim, as sucatas não chegavam até os presos. Por isso, o grupo de Valorização Humana (eventualmente outros grupos também o faziam) se encarregava de comprar materiais como palitos de madeira, ou de conseguir vidro (que podia ser utilizado na Cadeia Pública) para os presos. Sinal das semelhanças entre voluntários e funcionários era o fato de que, em parte, as disputas entre ambos se davam em torno do direito dos voluntários de exercerem as atividades para as quais já havia funcionários contratados.

Na primeira reunião entre voluntários e funcionários da qual participei (essas reuniões deveriam ocorrer com regularidade mas, na realidade, eram raras), uma assistente social advertiu:

— Eu quero avisar a todos, principalmente aos voluntários e especialmente aos voluntários novatos para não tomarem nenhuma atitude em relação aos reeducandos sem

antes consultarem as assistentes sociais e as psicólogas. Caso contrário, poderíamos cometer “gafes” que prejudicariam o trabalho dos profissionais da instituição. Ela citou um exemplo de atitude a ser evitada. Houve um caso em que um voluntário impressionou-se com o estado de abandono em que se encontrava um preso na APAC. Ele sofria de fortes dores no estômago e, aos olhos do voluntário, estava abandonado e sem cuidados – “largado”, conforme a expressão usada pela assistente social. Este voluntário contatou a família, pintando a situação daquele preso com cores fortes, nas quais tinha-se a impressão de um profundo descaso por parte da instituição. A família telefonou para a assistente social, que imediatamente dirigiu-se ao preso, acompanhada por sua família. Chegando ao local onde ele se encontrava, constatou-se que as fortes dores de estômago eram simples “queimações”, resultado de uma gastrite já conhecida e que estava recebendo medicação apropriada. O próprio preso estranhou o tumulto que havia ocorrido por sua causa. A primeira recomendação que ela fez, portanto, foi a de que em hipótese nenhuma contatássemos a família do preso sem antes falar com algum dos funcionários. A segunda recomendação foi que não levássemos informações da família do preso para o preso. Muitas vezes, a família do preso passa por dificuldades e saber disso sem poder agir de forma alguma para melhorar esta situação apenas tornava mais difícil o tempo que o preso tinha que passar na prisão. Após a assistente social ter falado desses dois casos, a coordenadora da Valorização Humana, irritada, perguntou-lhe se a pessoa referida no exemplo pertencia ao nosso grupo. A assistente social alegou que já havia se esquecido de quem era a pessoa, esquivando-se, assim, da situação desagradável criada pela coordenadora. Completou dizendo que não importava quem era a pessoa, que a história havia sido contada apenas para que ficássemos alertados quanto aos perigos da afobação. A coordenadora, porém, não se deu por satisfeita. Após o término da reunião, foi falar com a assistente social e conseguiu informações adicionais sobre o caso. Contou-me, depois, que realmente a pessoa pertencia ao nosso grupo.

Em toda aquela situação, não havia qualquer palavra emitida por acidente ou descuido. A intenção da funcionária havia sido, evidentemente, atingir o grupo de voluntários, e fazê-lo de forma velada, com “luva de pelica”. E a intenção da coordenadora havia sido trazer à tona de forma escancarada a oposição entre funcionários e voluntários, mostrar de forma acintosa a pretensão da assistente para, assim, poder defender abertamente a posição dos voluntários.

Entre as razões para sua atitude – que continha uma forma difusa de compreender o trabalho voluntário como moralmente superior ao trabalho assalariado, argumento bastante comum na APAC – estava a opinião anteriormente enunciada de que os funcionários precisavam ser vigiados pelos voluntários para executarem adequadamente suas funções. A

coordenadora, em outra ocasião, deu-me dois exemplos impressionantes desta necessidade: no primeiro, toda uma família foi presa por causa do marido. “Caíram” ele, sua esposa, que estava grávida, e sua sogra. A esposa deu à luz enquanto estava presa e a criança foi entregue a uma vizinha. Certo dia, o rapaz pediu para ver a criança e registrá-la. A coordenadora da Valorização Humana dirigiu o pedido ao funcionário responsável, que o recusou, dizendo que o rapaz não merecia ver o filho pois havia sido o culpado pela prisão da esposa e da sogra. Alguns dias depois, houve uma reunião fechada para funcionários e Diretoria da APAC. A coordenadora foi à reunião. Indagada por Nagashi Furukawa, à época Presidente do Conselho Deliberativo, sobre sua inesperada presença, ela levantou o caso novamente. Furukawa aconselhou-a a levar o problema para o setor responsável e ela respondeu que já o havia feito. Ele, voltando-se para o funcionário responsável, fez uma careta de descontentamento e encaminhou o caso ali mesmo. Aquela vizinha, algum tempo depois, foi à seção que cuidava das famílias dos presos receber uma quota de leite à qual tinha direito por cuidar da criança. Um funcionário atendeu-a e chamou-a de “vagabunda”, ameaçando tirar dela a guarda, não só da criança, mas também de seus outros filhos, já que ela era mãe solteira. A coordenadora da Valorização Humana levou o caso novamente ao conhecimento de Furukawa, que obrigou o funcionário em questão a se retratar.

O segundo caso é o de um preso que, três dias antes de morrer de tuberculose dentro da APAC, foi encontrado abandonado no chão da cela pela Pastoral Carcerária, acusando um funcionário de negar-lhe os remédios que pedia, pois seus pedidos eram considerados “frescura”.

Por isso, os voluntários reafirmavam constantemente a necessidade de continuar a executar trabalhos já destinados a funcionários. Enquanto esses trabalhos não fossem executados a contento, a presença dos voluntários duplicando a estrutura organizacional seria essencial.

Em consonância com esta percepção, uma voluntária que, após um período de afastamento, se reaproximou da APAC, explicou-me:

— Eu preferi me afastar daqui porque eu acho que os funcionários acabaram se apropriando dos frutos do trabalho voluntário. Eu não admito essa institucionalização da APAC. Eu acho que agora que eu voltei, vou ter que enfrentar mais resistência dos funcionários.

Esta oposição se manifestava na opinião que funcionários e voluntários tinham sobre a Diretoria da APAC. Quando ingressei na instituição, um funcionário explicou-me que o Presidente era péssimo, quase não permanecia na instituição e realizava seu trabalho de forma

muito precária. Já a coordenadora da Valorização Humana ponderou, a respeito do mesmo Presidente, que ele era muito diligente, cuidava dos voluntários com carinho e se preocupava com o bom andamento da instituição. Mais tarde, quando a Cadeia Pública de Bragança Paulista foi transferida para a Secretaria de Administração Penitenciária, a nova Diretoria que assumiu suscitou enormes resistências por parte dos voluntários. Ao discutir o assunto com duas funcionárias, porém, elas elogiaram profusamente o trabalho da nova Diretoria, dizendo que ela trouxe mais “ordem e segurança” para a unidade e que a nova Diretora era “uma luz” que guiava seus passos.

Havia também um certo ciúme entre voluntários e funcionários. Entendo por isso a disputa pelo mérito da realização de trabalhos e pela aprovação dos presos. O grupo de Valorização Humana, certa vez, organizou um campeonato de truco entre os presos. Os voluntários tiveram a idéia, elaboraram o projeto, discutiram-no com membros de outros grupos voluntários envolvidos (já que o campeonato ocuparia o horário de trabalho desses outros grupos), enviaram o projeto para a Diretoria Executiva, providenciaram a compra dos baralhos e auxiliaram os galerias e os representantes de cela a escolherem e organizarem as duplas que iriam participar. No dia do campeonato, o regulamento, redigido pelos funcionários da APAC, foi lido em voz alta por um dos presos responsáveis pela organização do evento. O último item do regulamento era uma frase de apoio a todos os participantes, algo como: “A Diretoria da APAC, o Conselho de Sinceridade e Solidariedade e os funcionários, desejam a todos Boa Sorte!” Quando chegou a este item, ele passou o regulamento para que a coordenadora de meu grupo o lesse. Ela leu a frase em voz baixa e reclamou por não constar o nome do Grupo de Valorização Humana nos cumprimentos. O preso tomou o papel e corrigiu a frase, acrescentando “e o grupo de Valorização Humana”. Ela, então, leu a frase. Todos aplaudiram e o torneio foi iniciado.

*

O papel dos voluntários foi sistematizado num documento produzido pelo Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista e publicado em 1997 (BRAGANÇA PAULISTA, 1997). Neste documento, percebe-se que o papel do voluntário é definido a partir de seus limites em relação aos outros papéis existentes, como o de funcionário, de advogado ou de familiar dos presos. Ele estabelece que os objetivos gerais acompanhamento aos presos são:

- 1) propiciar o cumprimento da pena com caráter reeducativo e de reinserção social;
- 2) mostrar que existem valores impostos pela sociedade e que todos devem seguir;
- 3) buscar conscientização de que o crime é a forma mais grave de violação desses valores e por isso desperta reações de marginalização e preconceitos.

Quanto aos objetivos específicos, afirma que são:

- 1) estabelecer vínculos de confiança que possibilitem reconhecer, preservar e fortalecer as potencialidades positivas dos presos;
- 2) prevenir contra os vícios e riscos da vida carcerária;
- 3) preparar para o retorno progressivo ao convívio social;
- 4) solicitar providências para o atendimento das necessidades do preso dentro da Cadeia, de seus familiares e orientá-lo sobre os recursos da APAC e da comunidade, os quais poderá utilizar quando de sua progressão.

Quanto ao modo de atuação do voluntário, afirma:

- 1) o atendimento será realizado através de contatos informais na própria Cadeia para grupos de presos da mesma cela.
- 2) o Voluntário deve preferencialmente acompanhar sempre os mesmos sentenciados, objetivando criar vínculos de confiança (é importante chamá-lo pelo nome, saber os nomes de seus filhos e da mulher, evitando o uso de apelidos);
- 3) sugere-se que o contato seja individualizado (falar com um preso por vez);
- 4) os contatos iniciais devem ser utilizados para travar conhecimento pessoal entre o voluntário e o preso.
- 5) deve-se esclarecer que não cabe ao voluntário dar encaminhamento ou esclarecer dúvidas sobre questões processuais, que deverão ser feitas pelos profissionais do Direito (Juiz, Promotor ou Advogado).
- 6) não deve o voluntário impressionar-se quando o preso diz ser inocente ou que está cumprindo pena já vencida. Essas questões são examinadas pelos profissionais;
- 7) não deve o voluntário realizar doações materiais (dinheiro, cigarros, medicamentos, alimentação, etc.). Estes pedidos deverão ser encaminhados ao gerente ou à Diretoria da APAC;
- 8) o voluntário deverá registrar as queixas e providências pertinentes, encaminhando ao coordenador do grupo, que apresentará relatório mensal ao Presidente da APAC e Diretor da Cadeia, contendo o resumo das atividades desenvolvidas e eventuais irregularidades observadas, inclusive da parte de funcionários;
- 9) quando houver casos de dependência de drogas ou bebida alcoólica, procurar orientar e sensibilizar o preso para um futuro tratamento (indicar recursos);
- 10) tendo em vista o ambiente prisional, local onde as pessoas estão privadas de contatos pessoais, afetivos e sexuais, lembramos a todos a importância da adequação quanto à apresentação pessoal (vestimenta e discrição de comportamento);

11) sempre que houver envolvimento pessoal e afetivo (namoro) entre voluntário e preso, a credencial como voluntário será cassada, podendo o interessado pleitear autorização ao Diretor da Cadeia para visitas nos dias estipulados.

Quanto às normas a serem observadas pelos voluntários, faz constar:

- 1) ninguém será autorizado a entrar na Cadeia a não ser com autorização do Diretor, devidamente credenciado (crachás);
- 2) é proibida a permanência além do horário da autorização, assim como contatos e entrevistas com presos fora do local e das atividades previamente determinadas;
- 3) é vedada a introdução de objetos, sacolas ou material de serviço sem conhecimento da APAC e do Diretor da Cadeia.

Tendo em vista as inúmeras restrições previstas para os voluntários, este documento faz parecer que esta posição era verdadeiramente inócua no funcionamento institucional. Os voluntários, oficialmente, tinham como função travar contatos pessoais com os presos, buscar conhecê-los mais ou menos intimamente, mostrar para os presos que o crime era um erro que devia ser reparado de alguma forma e que os presos não deveriam se revoltar contra o encarceramento. Era um papel nitidamente disciplinar. Além disso, os voluntários jamais deveriam intrometer-se em qualquer função que lhes escapasse ao papel definido. Deveriam respeitar religiosamente as determinações institucionais impostas. Qualquer desvio poderia ser punido com a expulsão. Aparentemente, a posição do voluntário era bastante precária. Curiosamente, o sentido da ação concreta dos voluntários não poderia ser mais diferente. Eles gozavam de enorme prestígio entre os presos e de preponderância sobre os funcionários na maior parte das vezes. Não eram alvos de restrições sequer da parte dos carcereiros. Detinham, de forma geral, uma posição privilegiada na instituição, que nenhum documento oficial poderia fazer supor.

*

Mesmo sendo um papel definido, não era executado igualmente por todos os voluntários. De forma geral, os voluntários estavam submetidos a um poder único – o coordenador dos trabalhos voluntários, um funcionário contratado pela APAC – ao qual tinham que se reportar. Mas uma característica definidora do trabalho voluntário ali, desde a criação da APAC, foi sua divisão em grupos. Os voluntários não ingressavam individualmente na instituição, mas como membros de um determinado grupo. Cada um desses grupos contava com um coordenador que, ele sim, se reportava ao coordenador geral dos voluntários. A entrada ou saída de voluntários dos grupos era responsabilidade do próprio coordenador de cada grupo, exceto em casos de violação das normas de ação definidas pela

APAC, quando então a expulsão do voluntário poderia ser decidida diretamente pelo coordenador geral, não sem a consulta ao coordenador do grupo. As decisões dos coordenadores de cada grupo tinham que ser ratificadas pelo Delegado e pelo Presidente da APAC, além do próprio coordenador dos trabalhos voluntários. De forma geral, ficava garantida ampla independência aos grupos voluntários para decidirem sobre sua composição. Suas atividades deveriam ser previstas num plano anual submetido à Diretoria Executiva da APAC. Não havia fiscalização direta sobre essas atividades, que eram reportadas em relatórios periódicos enviados pelos coordenadores dos grupos ao coordenador geral dos trabalhos voluntários. A entrada de um novo grupo voluntário na APAC era decidida pelo coordenador geral e pela Diretoria Executiva. Os grupos já atuantes podiam propor trabalhos novos, desde que esses trabalhos fossem apoiados pelo coordenador geral e não invadissem o horário reservado para outro grupo. O grupo de Valorização Humana, por exemplo, pôde propor a realização de partidas de truco, de aulas de desenho técnico, de aulas de teatro e de dança de rua, a exibição de filmes e a realização de um campeonato de futebol, entre outras atividades. Com raras exceções, essas atividades ocorriam aos sábados, entre as 9h e as 12h. Às vezes, eram admitidos novos voluntários no grupo, exclusivamente para essas atividades. O grupo da Assembléia de Deus, que ministrava cultos na Cadeia Pública duas vezes por semana, pôde, em certo momento, propor a criação de uma cooperativa de trabalho para os egressos da instituição. Em suma, o grupo voluntário era o núcleo, a unidade do trabalho voluntário da APAC, a base sobre a qual os indivíduos necessariamente se apoiavam para desenvolverem seu trabalho.

Um relatório (BRAGANÇA PAULISTA, 2000c) informa a existência dos seguintes grupos voluntários, com respectivo número de membros, atividades e objetivos (tabela 2):

Tabela 2 Designação, número de participante, atividades e objetivos dos grupos voluntários da Cadeia Pública de Bragança Paulista (continua).

<i>Designação Do Grupo</i>	<i>Número de membros</i>	<i>Atividades</i>	<i>Objetivos</i>
<i>Pastoral Carcerária</i>	23	Visitas aos presos para levar-lhes espiritualidade cristã, noções sobre religião, catequese, missas, confissões, ensaios para missa, conhecimento da palavra de Deus, conforto espiritual. Outras atividades que não descritas neste, somente com autorização prévia do Diretor do Estabelecimento.	Tem como objetivo auxiliar o reeducando a se encontrar diante de Deus, reencontrando o valor espiritual, moral e social que ele perdeu. A reabilitação do reeducando abre caminho para que o mesmo interaja com a família e com o meio social.
<i>Grupo de Orações da Renovação Carismática</i>	12	Reuniões do grupo com os reeducandos para orar, cantar, ler a palavra de Deus, conversar com os reeducandos sobre suas necessidades espirituais. Contato com familiares, evangelização, etc.	Estreitar os contatos pessoais com os reeducandos e através da evangelização nos princípios da fé cristã auxiliar na ressocialização do homem encarcerado.
<i>Grupo de Orações Assembléia de Deus</i>	39	Reuniões do grupo com os reeducandos para orar, cantar, ler a palavra de Deus, e pregar segundo a doutrina da igreja.	Estreitar os contatos pessoais com os reeducandos e através da evangelização nos princípios da fé cristã auxiliar na ressocialização do homem encarcerado.
<i>Designação Do Grupo</i>	<i>Número de membros</i>	<i>Atividades</i>	<i>Objetivos</i>
<i>Grupo de Orações da Congregação Cristã</i>	11	Reuniões do grupo com os reeducandos para orar, cantar, ler a palavra de Deus, e pregar segundo a doutrina da igreja.	Estreitar os contatos pessoais com os reeducandos e através da evangelização nos princípios da fé cristã na doutrina evangélica e nos princípios da Igreja Congregação Cristã do Brasil como auxiliar na ressocialização do homem encarcerado.
<i>Grupo de Orações Espírita</i>	29	Reunião do grupo com os reeducandos para difusão do Evangelho segundo o espiritismo, para os que professam essa fé.	Oferecer uma formação integral aos reeducandos da APAC, auxiliando-os quanto ao seu abrandamento comportamental e sua reintegração na comunidade, proporcionando um desenvolvimento humano, religioso, moral e social.
<i>Valorização Humana</i>	9	Diversas atividades no sentido de proporcionar aos reeducandos condições para reinserção social.	Ressocialização como meio de resgate à liberdade. Estabelecer vínculos de confiança que possibilitem reconhecer, preservar e fortalecer as potencialidades positivas individuais. Proporcionar meios e oportunidades, através da educação, cultura e lazer, onde possa identificar as oportunidades de progredir como pessoa humana.
<i>Artesanato</i>	6	Ensinar diversas técnicas de trabalho artesanal, escultura, pintura, manuais, etc., visando estabelecer vínculo de confiança e amor à arte, bem como utilizar tais técnicas como laborterapia.	Criar condições para que através do trabalho artesanal, bem como aqueles que se destaquem possam quando em liberdade trabalhar como artesãos.

Tabela 2 Designação, número de participante, atividades e objetivos dos grupos voluntários da Cadeia Pública de Bragança Paulista (conclusão).

<i>Designação Do Grupo</i>	<i>Número de membros</i>	<i>Atividades</i>	<i>Objetivos</i>
<i>Narcóticos Anônimos</i>	10	Reuniões de grupos para difundir os princípios dos 12 Passos de N.A. no sentido de auto ajuda e ajuda mútua ao adicto em recuperação. Aprendemos com nossa experiência coletiva que aqueles que continuam vindo regularmente às nossas reuniões mantêm-se limpos. “Atualmente inativo”	Reunir-se regularmente para ajudarmos uns aos outros a nos mantermos limpos. Sendo este um programa de total abstinência todas as drogas (sic), há somente um requisito para ser membro, o desejo de deixar de usar.
<i>Alcoólicos Anônimos Grupo da Casa Dia</i>		(Não há informações)	
<i>Professores Voluntários</i>	2	Desenho técnico (professor é membro do grupo de Valorização Humana). Música (professor é membro do grupo da Congregação Cristã).	
<i>Totais: 10 grupos. 141 membros.</i>			

Fonte: Associação de Proteção e Assistência Carcerária de Bragança Paulista (BRAGANÇA PAULISTA, 2000c).

Havia, de forma geral, pouca variação nos tipos de grupos que ocorriam à APAC. Os grupos podiam ser divididos em dois grandes tipos: os grupos religiosos e os não-religiosos. Entre os grupos não-religiosos, podemos citar o próprio grupo de Valorização Humana, os grupos de recuperação de drogadictos (como o NA e o NarAnom, dois dos grupos mais tradicionais neste tipo de atividade, e que chegaram a atuar de maneira bastante estável naquela instituição), o grupo de teatro e de pintura, entre outros. A enumeração exaustiva dos grupos é dificultada pelo caráter muitas vezes intermitente de sua atividade, fazendo com que alguns tivessem uma duração efêmera. A imensa maioria dos voluntários da APAC, porém, desenvolvia trabalhos de cunho religioso em suas dependências. Quando ingressei na instituição, por exemplo, o único grupo não-religioso era a própria Valorização Humana. Todas as noites, com exceção dos domingos, grupos religiosos realizavam encontros de oração com os presos. Um quadro de horários afixado no Anexo 1 pode ajudar a visualizar esta intensa atividade religiosa:

Segunda-feira: Congregação Cristã do Brasil de quinze em quinze dias

20:00 – 21:30h

Terça-feira - Oração católica: 20:00 às 21:45h

Quarta-feira – Oração católica das senhoras da catequese 20:00 às 21:30h

Quinta-feira – Oração da Assembléia de Deus 20:00 às 21:45h

Sexta-feira – Oração da Igreja Batista de quinze em quinze dias. Observação: todas com início às 20:00hs

Sábado – Todos os primeiros sábados do mês missa católica às 9:00h da manhã

Sábado – Oração católica das senhoras da catequese 15:00h da tarde

Sábado – Grupo de espiritismo horário 16:00hs

Sábado – Oração da Assembléia de Deus horário 19:00 às 21:00hs

Apesar disso, a APAC procurava manter uma distância entre as atividades específicas dos grupos voluntários e a sua própria atividade. A APAC não queria confundir seus objetivos com os dos grupos voluntários específicos, especialmente os grupos religiosos. Provavelmente, esta preocupação da instituição com a separação entre sua própria imagem e a dos grupos religiosos tenha vindo das críticas amplamente conhecidas dirigidas contra a APAC de São José dos Campos que, por sua origem pastoral, considerava-se um órgão da pastoral carcerária e, portanto, estava intimamente ligada à Igreja Católica. Em suas atividades cotidianas, a APAC de São José dos Campos estimulava por todos os meios a participação dos presos nas atividades religiosas, participação esta que era considerada condição essencial para que os voluntários recomendassem, em seus relatórios, a progressão de regime (de fechado para semi-aberto ou aberto) para o preso. Apesar de, também em Bragança Paulista, haver um estímulo à participação nessas atividades, em nenhum momento presenciei qualquer pressão especial para que os presos freqüentassem os ofícios religiosos. Havia uma pressão explícita para que os presos freqüentassem os trabalhos dos grupos voluntários, mas essa pressão era igual, não importando muito se era um grupo para ensino de técnicas de pintura ou um grupo de orações da Assembléia de Deus. Ao contrário, havia, por parte da instituição, um movimento importante para tentar reduzir a participação dos grupos religiosos na vida dos presos, movimento que era oposto ao que pude ver em São José dos Campos. Numa das primeiras interações que tive com um funcionário da APAC de Bragança Paulista, este me disse:

? Aqui a gente conseguiu mudar bastante em relação à APAC de São José dos Campos. Uma coisa importante foi que nós conseguimos afastar as “comadres” da igreja que tinham aqui.

Bem mais tarde, a coordenadora geral dos trabalhos voluntários comunicou expressamente sua intenção de reduzir o número de atividades religiosas dos presos para introduzir atividades mais diversificadas.

Kaduba, Paula e Nunes (1996) afirmam:

O APAC [sic] de Bragança Paulista não utiliza a religião para fins de controle dos presos, mas para atendimento dos fins legais, sem imposição. Ademais, além de discordarem de tal método, aplicam a liberdade religiosa prevista constitucionalmente.

Esta parece ser uma referência explícita ao problema religioso e à crítica constantemente dirigida à APAC-mãe de São José dos Campos.

Talvez esta preponderância numérica dos grupos voluntários religiosos possa ser explicada pela própria história da APAC. Ao ser fundada uma entidade civil para auxiliar a administração da Cadeia Pública local, o impulso veio de um Juiz Corregedor, em princípio desvinculado de movimentos religiosos, cujo interesse fundamental era legalizar a situação da Cadeia Pública da Comarca, oferecendo minimamente as condições previstas nas regras para tratamento dos presos. Este impulso obedeceu, em sua origem, a uma preocupação de caráter republicano e estava diretamente ligado ao Poder Judiciário. A APAC de São José dos Campos, que teve intenção bastante semelhante, por outro lado, teve seu impulso imediatamente vinculado à iniciativa de um grupo religioso. Talvez por isso, ao se institucionalizarem, ambas tenham diferido tanto, refletindo suas origens políticas. A APAC de Bragança Paulista, ao contrário de sua congênere de São José dos Campos, manteve uma atitude laica.

Além disso, é interessante refletir sobre a afirmação de um voluntário do grupo de Valorização Humana, segundo o qual uma parte importante das atividades desenvolvidas pelos funcionários da APAC tinha origem em propostas da Valorização Humana. O exemplo dado por ocasião desta afirmação foram as aulas de alfabetização, mantidas com verba da APAC, que haviam sido propostas inicialmente pelo grupo de Valorização Humana e eram dadas originalmente por voluntários do grupo. Apenas posteriormente a APAC decidiu incluir esses professores como funcionários da instituição. Num relatório (BRAGANÇA PAULISTA, 1996) pode-se ler:

Mantém-se o curso de alfabetização, com três aulas por semana, ministradas pela professora [...], como voluntária, tendo sido contratada pela APAC a partir de maio. Implantado a partir de junho de 1996, um curso supletivo,

coordenado pelo Grupo de Valorização Humana, com aulas ministradas semanalmente por voluntários do grupo [...].

Muitas inovações deste tipo surgiram do mesmo grupo. A Valorização Humana ocupava no funcionamento institucional um papel sui generis. Na origem do trabalho voluntário em Bragança Paulista, todos trabalhavam mais ou menos como os voluntários deste grupo, passando de cela em cela e recolhendo pedidos e sugestões. Aos poucos, conforme foi se consolidando a institucionalização da experiência, formou-se o Conselho de Comunidade, posteriormente transformado em Conselho Deliberativo, e parte das atividades do grupo passou a ser desempenhada por funcionários. Isso significa que a Valorização Humana não era um grupo surgido dentro da APAC, mas sim que a APAC era uma instituição que surgiu de dentro do grupo de Valorização Humana. O que mostra, ao mesmo tempo, que o grupo de Valorização Humana, na época de meu ingresso, era um resquício e que, por outro lado, era um resquício necessário: as inovações, o potencial de transformação da APAC, estava ainda vinculado ao grupo de Valorização Humana, que propunha novidades e fiscalizava de forma geral o funcionamento da instituição. Neste grupo (mas não exclusivamente nele) estava projetado aquilo que na APAC ainda podia implicar inovação e mudança. Símbolo disso foi o fato de que o grupo de Valorização Humana desapareceu na medida em que o governo estadual se apropriou da experiência da APAC e passou a administrá-la de forma centralizada: havendo uma redução nas possibilidades de mudança empreendidas por iniciativa da APAC (uma decorrência da transferência da Cadeia Pública para a Secretaria de Administração Penitenciária), não havia mais sentido na existência do grupo de Valorização Humana. Assim, os grupos religiosos, tendo uma participação não muito expressiva na direção geral do empreendimento apaqueano, tiveram que se recolher à execução de atividades voluntárias pontuais. Sendo o poder central na APAC (formado pelas Diretorias e pelo Conselho) refratário à participação religiosa, não restou a esses grupos outro lugar de atuação que não os grupos voluntários. A existência de tantos grupos religiosos mostrava, não uma preponderância religiosa na instituição, mas sim o lugar reservado para eles na APAC. As atividades não-religiosas tinham uma tendência a se institucionalizarem através da contratação de profissionais treinados e, assim, passavam a fazer parte do corpo institucional da APAC. Dentre os grupos voluntários não-religiosos, portanto, o grupo de Valorização Humana parecia ter uma importância central.

Um indício desta ligação intrínseca da Valorização Humana com a APAC era o fato de que todos os outros grupos mantinham sua existência fora do ambiente da prisão. Os grupos

religiosos ou não-religiosos mantinham encontros freqüentes e promoviam reuniões regulares para debaterem os rumos de suas atividades. O grupo de Valorização Humana, porém, desmanchava-se assim que acabava o horário de visita e não sobrava nada dele no resto da semana. Ele só existia dentro da prisão. Inicialmente, ouvindo relatos de voluntários de outros grupos, eu supus que nosso grupo também realizasse reuniões de planejamento, e que apenas momentaneamente elas não estivessem ocorrendo devido à redução no número de voluntários. Porém, eu jamais participei de uma reunião do grupo, elas jamais ocorreram. Quando o horário da visita acabava, acabava ao mesmo tempo o grupo de Valorização Humana. E, na semana seguinte, ele se recompunha no início da visita, apenas para findar novamente ao meio-dia. A cada visita, eu esperava ansiosamente para saber quais voluntários iriam entrar comigo. Às vezes, eu entrava sozinho, e nesses dias eu vagava pelos corredores, conversando ora com um, ora com outro preso, sentindo que minha presença ali era inútil. Eu não me sentia parte de um grupo. Isso era algo que chamava a atenção. Os grupos religiosos ou os grupos de drogadictos representavam forças sociais que tentavam colonizar a prisão. Esses grupos iam buscar adeptos dentro do sistema penitenciário, como poderiam buscar em qualquer outro lugar. Tinham existência fora da prisão pois representavam forças sociais independentes da prisão. O grupo de Valorização Humana, porém, não tinha existência externa à APAC. Ele parecia representar uma força social inerente à prisão e que só podia existir em seu interior. Ele parecia ser um complemento da prisão, um agregado ao funcionamento da APAC. Eu pude notar na APAC de São José dos Campos a enorme dificuldade em definir o que ali era chamado de Valorização Humana: um conjunto de propostas de melhoria da auto-estima dos presos e de cumprimento das exigências legais relativas ao funcionamento prisional e que era colocado pela instituição numa posição central de seu funcionamento. Em Bragança Paulista, o grupo de Valorização Humana tinha igual dificuldade em definir-se e explicar o objetivo de sua existência. Talvez a dificuldade em defini-lo estivesse aí: por ser a origem da APAC, ele parecia não ter mais função após sua constituição. Era como se a APAC, sua filha, o tivesse esvaziado.

Em íntima consonância com a divisão do trabalho voluntário entre grupos, era notável a existência de uma rivalidade entre eles. Um primeiro sinal dessas rivalidades era a divisão rigorosa do horário de trabalho entre os grupos. A existência desta divisão foi uma das primeiras informações seguras que tive sobre o funcionamento da entidade, dada pelo próprio Presidente da Diretoria Executiva. Em meu primeiro contato telefônico, ele informou-me:

? Os horários são todos divididos para não acontecer de dois grupos se encontrarem lá dentro.

Mais de uma vez ouvi voluntários reclamando pelas “invasões”, intencionais ou não, perpetradas por outros grupos em seus horários de trabalho. O coordenador do grupo de Narcóticos Anônimos, alegou, bastante aborrecido, durante uma reunião entre os coordenadores voluntários e a coordenadora geral dos trabalhos voluntários:

? No último sábado a gente nem pôde fazer a reunião por causa do barulho lá em baixo. Não dá para trabalhar se está acontecendo outra coisa ao mesmo tempo.

Durante algum tempo, o grupo de Valorização Humana levou filmes para que os presos assistissem. Certa vez, o espaço destinado à exibição estava sendo ocupado por um curso de música e por isso foi necessário improvisar a colocação de um aparelho de TV no refeitório. A coordenadora do grupo pareceu extremamente irritada e disse que faria uma reclamação à coordenadora geral.

Quando o grupo de Valorização Humana resolveu criar novas atividades para os presos, a fim de preencher mais intensamente seu tempo livre, fomos conversar com os presos responsáveis pela ordem interna de cada Anexo (1 e 2) e que eram chamados de “Presidentes”. De fato, ocupavam a posição de Presidentes do Conselho de Sinceridade e Solidariedade que era responsável por intermediar a relação entre a APAC e os presos. Quando propusemos novas atividades e lhes perguntamos quais eram as necessidades dos presos, eles titubearam. Não queriam dar uma resposta.

? Vocês já falaram com a coordenadora geral?

? Já. Nós só viemos conversar para saber o que os presos querem.

? Bem, conversar nós podemos. Agora, para dar uma resposta, não dá pra ser agora, viu. Primeiro a gente tem que pensar. É que pra colocar mais atividades aqui, precisa mudar o horário dos outros grupos que já estão trabalhando.

Além do problema do horário, havia, por parte dos grupos religiosos, uma evidente disputa pela preferência dos presos, de tal modo que parte dos objetivos de alguns grupos era esvaziar outros grupos. Uma manhã, um preso contou-me que os hinos evangélicos que ele compunha (no que não era uma exceção, havendo outros presos que se dedicavam intensamente à produção de canções religiosas) estavam sendo cantados durante alguns cultos evangélicos e missas católicas. Um pouco desapontado, porém, ele me confessou jamais ter ouvido seus hinos cantados durante a missa católica (que era a reunião mais concorrida da Cadeia Pública, contando com a presença de mais ou menos oitenta presos):

? Minha igreja proíbe que eu assista às missas.

Um voluntário católico sugeriu-me, certa vez, que conversasse com os presos a respeito de algumas posturas problemáticas das igrejas evangélicas.

? Essas igrejas pregam a submissão total do preso como forma de alcançar a graça de Deus e a liberdade. Eu acho que isso é um problema. Nós devemos mostrar ao preso que o poder de Deus se expressa através do crescimento do homem. Eles têm que ter uma postura mais ativa. Você (na condição de psicólogo) poderia tentar mostrar para eles a necessidade de serem mais ativos na conquista da liberdade.

Durante as missas católicas, era comum que o padre (que ocupava a função de Diretor Espiritual da APAC e era responsável pelo setor de orientação religiosa da entidade e, nessa condição, tinha voz ativa nas decisões sobre as práticas religiosas da APAC) fizesse alusões aos cultos evangélicos ressaltando a mesma questão levantada pelo voluntário. Numa das missas, ele deu uma interpretação simbolista para a transfiguração de Cristo: ela seria um símbolo de que Cristo é a continuação da Lei (pois Moisés aparece para ele sobre o monte) e de que nós não devemos simplesmente esperar a contemplação de Deus. Depois, o padre continuou seu sermão afirmando que muitas pessoas pregavam a postura de esperar de Deus os bens na vida, sem que fossem feitos sacrifícios para obtê-los.

? O que esta passagem nos ensina ? disse o padre ? é que devemos lutar para conseguir o que queremos.

Em outra reunião, o padre criticou aqueles que tinham uma visão mágica de Deus, dizendo que o exorcismo não resolvia nenhum problema e que a maior manifestação de Deus era justamente a reunião de homens em Seu nome, como estava acontecendo naquele momento. Ele afirmou aos presentes que não deveriam se deixar levar por aqueles que pregavam que Deus resolvia magicamente os problemas, e principalmente, que não se deixassem levar por quem usava a palavra de Deus para ganhar dinheiro. Foram claras alusões aos outros grupos religiosos.

No entanto, como Diretor Espiritual, ou seja, como ocupante de uma determinada função na administração da APAC, ele permitia, de fato, ampla liberdade de realização dos cultos. O grupo da Assembléia de Deus havia recebido uma inédita autorização para realizar dois cultos por semana. A coordenadora do grupo explicou-me esta novidade:

? A Diretoria viu como nosso trabalho era importante para os presos e deixou a gente fazer dois cultos por semana. ? indicando que o padre não havia objetado contra a decisão.

Esta divisão em grupos tornava o trabalho voluntário diversificado e numeroso. O controle exercido sobre ele pelos funcionários administrativos da APAC era sempre incompleto, outorgando liberdade de movimentação e decisão dentro de limites previamente estabelecidos. Desde que as atividades voluntárias não violassem algumas regras

institucionais, não havia objeções a elas. Alguns casos raros de violação das regras eram punidos com a expulsão do voluntário ou a proibição da atividade.

Um escândalo deste tipo ocorreu quando os presos tinham aulas de teatro e foram liberados para representarem uma peça fora da Cadeia Pública. Depois da peça, a voluntária responsável levou-os para passear, o que contrariava as normas da instituição. A voluntária foi afastada (mas depois foi readmitida). As aulas de teatro foram suspensas e nunca mais foram retomadas.

De forma geral, porém, não havia para os voluntários um controle rígido sobre suas atividades ou horários (a não ser talvez da parte dos outros grupos). Os voluntários eram bem recebidos tanto pelos carcereiros quanto pelos presos. Não havia no exercício do trabalho voluntário qualquer tensão especial comumente associada às atividades prisionais. Não havia ameaças de rebelião, não havia ameaças de retaliação por parte dos carcereiros, não havia especial preocupação no contato com os presos. Ao contrário, raramente um preso se dirigia a um voluntário de forma desrespeitosa (sob o ponto de vista dos presos, desrespeito poderia significar apresentar-se com o torso desnudo, por exemplo). Ao sentirem que haviam desrespeitado um voluntário, os presos se encolhiam, emudeciam, ruborizavam. Quando uma voluntária nova ingressou em nosso grupo, um preso jovem lhe disse:

? Nossa, uma voluntária bonita como você vai dar trabalho aqui dentro.

Ela respondeu:

? Eu vim aqui para ajudar os presos. Se você não precisa de ajuda, por favor não se dirija a mim.

O preso acabrunhou-se, pediu desculpas, diminuiu-se. Foi enfim desculpado pela voluntária e prometeu que isso jamais se repetiria.

A APAC oferecia um ambiente muito favorável à atividade voluntária. Os voluntários reinavam sobre seus horários, que guardavam para si como uma espécie de reserva de mercado medida em minutos. Entre os voluntários e a Diretoria da APAC havia uma perceptível integração. Os funcionários procuravam não se intrometer nos negócios voluntários. Quando ocorriam desavenças sérias que não podiam ser resolvidas pelo diálogo, eram em geral os funcionários que deixavam a instituição. Na reunião em que a assistente social censurou os voluntários pela intromissão no trabalho dos funcionários, sua fala foi sucedida pela de um representante da Diretoria Executiva que afirmou categoricamente:

? Os voluntários são a base da APAC.

A coordenadora da Valorização Humana analisou esta fala, posteriormente, como um contraponto à censura anterior.

Atitudes de apoio como esta não eram incomuns e faziam pender para o lado dos voluntários o poder na instituição. Havia ao menos um coordenador de grupo voluntário que era também membro da Diretoria da APAC. Nesta condição, ele estava situado hierarquicamente acima dos funcionários da APAC. Mas mesmo os outros coordenadores tinham uma grande estabilidade em suas posições. Já os funcionários, estavam submetidos a um constante vai-e-vem, e eram sujeitos à demissão por várias razões, dentre as quais não era a menos importante a constante mudança de poder nos Conselhos e na Diretoria. Pude presenciar, em dois anos, a demissão de quatro gerentes da APAC. Isso fazia com que os personagens principais e determinantes do cotidiano institucional fossem os voluntários, a Diretoria da APAC e os presos.

A atividade voluntária era o coroamento dos esforços da APAC. Era a realização de uma utopia penal longamente gestada pela qual a recuperação dos presos deveria vir de seu contato íntimo com a comunidade. Esta utopia pode ser colocada como a origem das inúmeras experiências européias e norte-americanas de redução do grau de institucionalização das prisões, incluindo aí a experiência mais radical conhecida como “prisão aberta” e desenvolvida mais intensamente na Inglaterra, na qual são retirados do presídio os indícios mais visíveis do aparato de segurança (substituindo-se, por exemplo, o muro por uma simples cerca) e no qual a rigidez dos horários e das atividades é reduzida para permitir maior flexibilidade ao cotidiano prisional. Esta utopia comunitária é típica dos movimentos prisionais da Era Progressiva nos Estados Unidos. A Era Progressiva, que data das primeiras décadas do século XX, propunha um modelo terapêutico para as prisões (foi aí que os profissionais de saúde se envolveram mais decisivamente com a criminologia) e, em termos da organização cotidiana da vida prisional, propunha o modelo da comunidade. Veio para substituir: 1) o ideal do isolamento, pelo qual se acreditava que o isolamento dos presos em relação à sociedade e uns em relação aos outros poderia livrá-los de influências contaminadoras, corrigindo seu comportamento – ideal que está na origem do sistema penitenciário e que data do início do século XIX –, e 2) o modelo do reformatório, que surge ainda no século XVIII mas se torna mais importante a partir de 1865, quando se constata a derrota do modelo isolacionista. Pelo modelo do reformatório, o preso deveria receber incentivos e punições de acordo com seu comportamento, ganhando regalias quando exibisse bom comportamento e perdendo-as ao cometer infrações disciplinares. Este modelo está na origem da prática dos regimes penais, que propõe a existência (na legislação penal brasileira) de três estágios: o fechado, em que o preso cumpre pena dentro de unidades prisionais; o semi-aberto, em que o preso ganha o direito de sair do presídio para trabalhar, passando a

noite no presídio; e o aberto, em que o preso cumpre pena fora do presídio, devendo obedecer a algumas regras (como assinar diária ou semanalmente um livro de presença frente a uma autoridade responsável).

Os reformadores da Era Progressiva (ROTMAN, 1998) queriam reforçar os laços dos presos com a comunidade e, ao mesmo tempo, instalar neles um senso de responsabilidade pela sua conduta. O lema da Era Progressiva – “apenas a liberdade prepara os homens para a liberdade” – adotado por um de seus grandes idealizadores, Thomas Mott Osborne, expressa bem o espírito daquele momento e, em linhas gerais, a intenção do trabalho da APAC: ao privilegiar os voluntários, era o próprio ideal comunitário que estava sendo defendido. Um documento produzido pela APAC afirma a ligação estreita entre o trabalho voluntário e o ideal de participação comunitária. Após explicar quem são os voluntários da APAC, conclui:

Enquanto a comunidade não se conscientizar de que a ressocialização só pode ser obtida com treinamento – convívio do preso com as pessoas livres – não poderá continuar a afirmar que as prisões são universidades do crime e que o Estado nada faz para melhorar a situação. (SÃO PAULO, 1997: 17).

Em Bragança Paulista, que em linhas gerais defendia os ideais progressistas da reabilitação, os voluntários contavam com um poder muito maior que o dos funcionários contratados ou mesmo dos carcereiros. Esse era o segredo do sucesso administrativo da APAC. O sistema de controle sobre o comportamento dos presos (a respeito do qual falaremos posteriormente) era baseado num acordo mútuo entre voluntários e presos, pelo qual a condição básica para a manutenção das boas condições físicas do prédio e dos serviços prestados estava intimamente vinculada à manutenção da ordem no interior da unidade prisional. Em linhas gerais, o trabalho voluntário ditava as normas da “casa” e conduzia a dinâmica de seu funcionamento.

CAPÍTULO 7. FUNCIONÁRIOS

Uma das características que captavam rapidamente a atenção do observador no trabalho da APAC era a maciça presença de profissionais técnicos no cotidiano prisional. Psicólogos, assistentes sociais, advogados, gerentes, médicos, enfermeiros, pululavam na APAC e preenchiam boa parte de seu cotidiano com atividades impensáveis em qualquer Cadeia Pública tradicional. Reuniões de grupo de drogadictos, distribuição de alimentos para os familiares, assistência jurídica gratuita e freqüente, compra de materiais de segurança para a realização de trabalhos industriais (como óculos de segurança para a montagem de equipamentos eletrônicos) ou mais corriqueiros (como luvas de borracha para a limpeza das paredes e corredores) estavam entre as atividades cotidianas realizadas pelos funcionários da APAC sem despesas adicionais por parte do Estado. Esses profissionais estavam em constante contato com os presos e interagiam intensamente com eles, numa relação que, como se verá, podia ser bastante diferente daquela observada em outras instituições prisionais. Os funcionários contratados pela APAC eram empregados da instituição – podiam ser demitidos a qualquer momento. Ao contrário das instituições penais totalmente gerenciadas pelo Estado, a maioria dos funcionários na Cadeia Pública de Bragança Paulista não era constituída por funcionários públicos. Não possuía, portanto, estabilidade empregatícia.

O número de funcionários da APAC era variável. A tabela 3 apresenta o quadro de funcionários da APAC no ano 2000:

Tabela 3 Setores, cargos e horários de trabalho para os funcionários contratados pela APAC de Bragança Paulista.

<i>Setor</i>	<i>Cargo</i>	<i>Horário</i>
<i>Gerência</i>	Gerente	8:00 às 13:00/ 14:30 às 18:00
	Auxiliar administrativo	8:00 às 13:00/ 14:00 às 18:00
	Motorista	8:00 às 11:00/ 12:30 às 18:00
	Segurança do portão do anexo ii	8:00 às 11:00/ 12:30 às 18:00
	Serviços gerais	8:00 às 12:00/ 13:30 às 18:00
	Cozinheiras (duas, variando em turnos)	7:00 às 15:00/ 13:00 às 21:00
<i>Técnico</i>	Advogados (dois)	9:00 às 13:00 13:00 às 17:00
	Assistentes Sociais (três)	13:00 às 17:00 8:00 às 12:00 13:40 às 18:15
	Auxiliar de assistente social	13:00 às 17:00
	Psicólogas (duas)	não consta
	Médico	40 horas semanais, horário liberado
	Auxiliar de enfermagem	8:00 às 12:00/ 14:00 às 18:00
	Dentista	40 horas semanais, horário liberado
	Coordenadora de educação	19:00 às 22:00
	Coordenadora de voluntários	7:30 às 11:30
<i>Total:</i>		<i>20 funcionários</i>

Fonte: Associação de Proteção e Assistência Carcerária (BRAGANÇA PAULISTA, 2000b).

A minha inserção na APAC de Bragança Paulista se deu como voluntário. Foi nesta condição que travei meus primeiros contatos com todos os outros agentes prisionais e foi por este prisma que os conheci. Por isso, para descrever os outros papéis sociais, me reportarei necessariamente àquilo que pude ver como voluntário. Os funcionários não serão exceção.

Algumas observações importantes foram feitas durante as reuniões entre voluntários e funcionários. Essas eram situações criadas institucionalmente para vencer o abismo existente entre esses dois grupos. Eram as principais situações de interação entre nós, mas de forma alguma eram as únicas. A sua importância, mais que sua frequência, explicam porque as utilizarei. Eram situações formais em que esses agentes podiam interagir, e era possível observar seu comportamento com mais atenção.

Como se viu anteriormente, os voluntários tinham uma impressão bastante negativa dos funcionários. Esta impressão não era destituída de fundamentos. Alguns eventos pareciam corroborar a impressão dos voluntários de que os funcionários apenas queriam afastá-los para poder ficar mais livres e controlar melhor o cotidiano prisional. Um exemplo disso era o boato corrente de que um voluntário bastante atuante havia sido afastado da APAC por ciúme de um funcionário. Este relato, que me foi contado sem detalhes, atribuía a este funcionário a

realização de manobras junto à Diretoria da APAC para denegrir a imagem do voluntário e poder justificar a expulsão.

Também podia acontecer dos funcionários tratarem os voluntários com uma certa arrogância, o que justificava para os últimos a impressão de uma disputa pelo poder. Durante uma reunião entre voluntários e funcionários, um professor voluntário do grupo de Valorização Humana, foi solicitado por alguns funcionários a explicar como seriam as aulas que ele ministraria aos presos. Ele era um homem magro, de estatura média, que usava óculos pesados sobre o nariz e tinha a figura de um velho professor. Parecia, naquele momento, um aluno de Física explicando um complicado teorema para uma platéia de leigos. O professor foi bastante minucioso na explicação, ocupando uma parte significativa da reunião. Parecia entusiasmado com as aulas a serem ministradas. Estava concentrado na explicação. Queria nos convencer de que suas aulas fariam muita diferença na vida dos presos. E – não custa ressaltar – não receberia um centavo por elas. Ao final de sua exposição, uma funcionária perguntou-lhe, em tom de desafio, mas quase com enfado:

? Você vai dar certificado para os presos no final do curso?

Ele engasgou. Explicou, de forma muito complicada, que não poderia oferecer certificados.

? Sem os certificados, talvez não haja muito interesse dos presos em freqüentar o curso. ? completou, acidamente, a funcionária.

Uma outra funcionária, em tom aparentemente conciliatório, perguntou:

? Que condições um egresso terá para trabalhar por conta própria com desenho técnico? ? O professor pôs-se vermelho. A funcionária continuou, em tom professoral: ? Os presos, quando saem da prisão, têm muita dificuldade em conseguir vínculo empregatício. Por isso, eles têm em geral que trabalhar por conta própria. Seria interessante que eles pudessem trabalhar por conta própria.

O conteúdo da fala era aparentemente encorajador, mas a forma como isso foi dito era quase ofensiva. A funcionária parecia propositalmente estar deixando de lado palavras mais complicadas, parecia se esforçar por falar de uma forma muito simples, como em geral os adultos que se dirigem a crianças para explicar-lhes algo. Como a primeira funcionária, ela mantinha o tempo todo um sorriso enfiado nos lábios. O professor foi posto na condição de um tolo voluntário idealista que não conhecia os fatos básicos da vida carcerária.

Parecendo faltar-lhe o espírito, ele respondeu, já sem muita vontade, que na área mecânica seria realmente difícil para um egresso trabalhar por conta própria, mas que na área

civil talvez houvesse condições para isso... Com um menear de cabeça, foi interrompido pela coordenadora da reunião, que passou a palavra a outra pessoa.

Dias depois, a coordenadora de meu grupo comentou a indelicadeza das duas funcionárias (especialmente da primeira), ressaltando que este era um dos traços típicos de alguns funcionários: o desprezo pelo trabalho voluntário.

Nesta mesma reunião, havia sido decidido que, após a apresentação do professor, eu, como voluntário ingressante, deveria me apresentar. A coordenadora da reunião, porém, ao interrompê-lo, deu a palavra a outra pessoa. A coordenadora da Valorização Humana corrigiu-a, lembrando-a de mim. A coordenadora da reunião respondeu secamente:

? Nós estamos sem tempo para todas as apresentações.

? Mas eu tenho certeza de que ele será breve ? retrucou aquela, visivelmente irritada.

Tentei ser o mais ligeiro que pude para explicar quem eu era e o que fazia ali.

Nessas reuniões, os funcionários pareciam ter como ocupação principal chamar a atenção dos voluntários para não duplicarem suas funções. Parecia-lhes intolerável a idéia de que os voluntários estivessem desempenhando funções para as quais já havia funcionários contratados, ou que estivessem sendo realizados, em grupos diferentes, trabalhos semelhantes. A explicação para essa restrição era sempre a mesma: os voluntários não tinham a competência para desempenhar determinadas funções (como o aconselhamento jurídico e médico, entre outros). Curiosamente, na primeira reunião de que participei, em fevereiro de 2000, este foi o tema central. Na última reunião de que participei, em janeiro de 2003, este também foi o tema central. Como voluntário, sentia-me incomodado toda vez que esse tema era abordado. Parecia-me que os funcionários desconfiavam de nós, que nos consideravam suspeitos. Os funcionários – isso é digno de nota – também nos vigiavam, tanto quanto nós a eles, e era isso que me incomodava. Mas ao contrário de nossa percepção, que tendia a aproximá-los dos carcereiros ou agentes de vigilância (em seu desrespeito aos homens presos), em sua desconfiança os funcionários pareciam nos aproximar dos presos. O que eles censuravam era nossa excessiva proximidade dos presos, nossa indiscriminação em relação a eles, o fato de nos procurarmos nos amalgamar àqueles homens que mereciam disciplina. Este era um traço do funcionamento da APAC, o de existir, entre ambos os grupos, mútua vigilância e aproximação diferenciada em relação a presos e agentes de segurança.

Também a crítica comum dos voluntários sobre a preocupação salarial dos funcionários não era destituída de sentido. Os funcionários, que em geral mantinham uma postura profissional e não reclamavam de seu serviço, eventualmente emitiam notas sobre

esse assunto. O gerente da APAC, que havia começado a trabalhar aos sábados por escolha própria, como forma de adiantar seu serviço para a semana, reclamou, após um acidente com o computador que o fez perder importantes informações:

? Eu não sei por que eu vim perder tempo aqui com isso, ainda mais sem conseguir produzir nada! Eu não venho mais trabalhar de sábado. Eu não recebo o suficiente para isso!

Uma funcionária também me disse, certa vez, ao explicar-me por que gostaria de fazer seu Mestrado sobre a APAC:

? Eu já dei muito de mim a esse lugar sem receber nada em troca. Agora eu quero pelo menos ter uma compensação.

Ao lado da preocupação salarial, havia um ímpeto disciplinar evidente nas atitudes dos funcionários. Enquanto uma voluntária da Valorização Humana podia defender para a APAC um caráter anárquico (conhecendo muito bem o sentido desta palavra), os funcionários tendiam a preferir que a APAC desenvolvesse seu trabalho com maior “ordem”. Vinha dos funcionários – instruídos pela Diretoria da APAC – a prática de tratar os presos apenas por seus nomes e não por seus apelidos. Isso era feito com um sentido de naturalidade que parecia prescindir de explicações, mas essa prática trazia embutida uma série de preconceitos sobre a cultura carcerária. Entre outras coisas, os padrões de relacionamento social dos presos eram vistos como problemáticos no geral e passíveis de correção, havendo uma espécie de contágio pelo qual todos os aspectos culturais da vida prisional eram desprezados pelo fato de se relacionarem a homens condenados. Uma funcionária do setor psicossocial, para citarmos outro exemplo, relatou que, quando conversava com presos ligados ao tráfico de drogas, tentava mostrar para eles como aquela prática era errada e prejudicial à sociedade:

? Eu tento mostrar para eles que o tráfico é uma coisa terrível, mas eles não entendem. Eles falam assim: “Ah, senhora, aquilo é o meu trabalho”. Aí eu pergunto: “Você gostaria que alguém vendesse drogas para o seu filho?” Eles respondem: “Não, não senhora.” “Então”, eu completo, “é a mesma coisa.” “Mas eu tenho que fazer isso, isso é o meu trabalho.” Eu fico horrorizada ? completou a funcionária ? quando eles não entendem que tráfico não é trabalho.

Nada mais oposto à forma de atuar dos voluntários. Os voluntários sequer perguntavam os artigos infringidos pelos presos. Não nos fazia diferença. De forma geral, bastava-nos a informação de que o preso estava tentando se recuperar (no que, evidentemente, tínhamos que confiar na palavra do preso).

Os presos podiam considerar a os funcionários como pessoas arrogantes que estavam empenhadas em humilhá-los. Isso de forma nenhuma era a regra geral, mas as exceções eram

significativas do tipo de comportamento que o papel de funcionário podia permitir. Neste sentido, nada mais oposto ao relacionamento estabelecido entre funcionários e presos que aquele estabelecido entre estes e os voluntários.

O funcionário ao qual fizemos alusão no capítulo anterior e que havia proibido um pai preso de registrar seu filho era visto tipicamente como alguém arrogante, que maltratava os familiares dos presos e os próprios presos por considerá-los desprezíveis. Uma consequência disso foi a proibição de sua entrada na Cadeia Pública. Os presos o ameaçaram, caso ele entrasse ali, de agredi-lo. Por isso, ele tinha que trabalhar fora do prédio da Cadeia Pública.

Um preso também me contou que seus colegas não gostavam da psicóloga da APAC. Ao entrarem em seu consultório para conversar, invariavelmente eles o faziam de cabeça baixa, com as mãos para trás, em sinal de respeito e submissão. Esta psicóloga, em tom arrogante (segundo o preso), ordenava:

? Erga a cabeça pra falar comigo!

Ninguém ia mais ao seu consultório, pois os presos temiam serem maltratados. Isso durou até que um dos presos tomou coragem para conversar com ela.

— Agora ela se emendou. Hoje, todos os presos gostam de falar com ela. Ela respeita os reeducandos, não fica mais falando de nariz empinado.

Esse relato mostra que a definição que os presos davam de comportamento “arrogante” podia ser bastante flexível e variável, entrando em seu cálculo não tanto o comportamento em si, mas a intenção adivinhada do comportamento. Um voluntário que pedisse a um preso para levantar a cabeça provavelmente seria interpretado de outra forma. Por diversas vezes eu pedi aos presos que deixassem de me tratar por “senhor”. Mesmo presos muito mais velhos do que eu o faziam quando se dirigiam a mim:

— O senhor pode fazer o favor de ligar para este número e pedir para minha esposa me visitar?

Meu pedido era, em essência, semelhante ao da psicóloga, mas nossas posições institucionais induziam reações bastante diferentes nos presos.

Em vários aspectos, porém, a percepção de que os funcionários eram pessoas frias, distantes, corruptas, preocupadas exclusivamente com seu salário estava longe de ser aplicável à totalidade dos funcionários. Em muitos casos, a proximidade entre funcionários e presos ficou patente tanto pelos relatos dos presos quanto pelo que eu pude observar diretamente. Eu ouvi de muitos presos elogios aos funcionários. Uma funcionária bastante elogiada pelos presos era uma antiga psicóloga da APAC (posteriormente demitida após uma

troca de Diretorias) e que era considerada por eles como uma pessoa atenciosa, carinhosa e competente.

Enquanto ocorria um campeonato de truco que havíamos ajudado a organizar, a coordenadora da Valorização Humana e eu estávamos na oficina reservada às partidas quando notamos um preso nos olhando fixamente. Sua atitude pareceu-nos uma afronta. Ele formava dupla com um outro preso, e de vez em quando gritava a plenos pulmões, subindo na mesa e inclinando-se sobre seus adversários:

? Truco, ladrão! Seis! Toma aqui, seu mentiroso! ? E repetidamente fixava em nós seu olhar.

Ele se misturava à balbúrdia reinante no local, com presos gritando e rindo. Mas eu me sentia constrangido e conjecturava sobre essa sua atitude, quando fomos informados de que se tratava, na verdade, de um médico recém-contratado, e que ainda não conhecíamos. A coordenadora reproduziu minha má impressão, confessando-me ter pensado em determinado momento:

? Nossa, que reeducando mal-encarado!

Então pude entender melhor um evento que me havia chamado a atenção: no início do torneio, os presos disputavam em absoluto silêncio, quase como se jogassem xadrez. Esta disposição de espírito era em tudo contrária às disputas de truco, jogo comumente travado aos berros e com grande animação. Quem quebrou o silêncio, logo após o início do campeonato, foi o próprio médico, que, num rompante, gritou em euforia:

? Truco, ladrão!

Só então os presos se sentiram à vontade para copiá-lo. E é digno de nota o uso da palavra “ladrão”: os presos não gostam muito que outras pessoas a utilizem, apesar de a usarem freqüentemente. Porém, não se importaram que o médico a utilizasse.

Pouco tempo após a contratação deste médico, eu conversava com um preso que me explicava, encabulado, ter sido recentemente submetido a uma cirurgia. Após titubear um pouco, explicou que havia extraído um testículo. Perguntei-lhe, surpreso, quem havia realizado o procedimento e ele explicou-me que o próprio médico da APAC o havia feito. Completou:

? Esse é um cara firmeza!

Um outro preso que estava ao nosso lado comentou, em seguida:

— O doutor só tem que ficar aqui 40 horas, mas ele fica mais do que isso.

— Mais de 40 horas? — espantei-me.

— Ih, ele fica até de noite aqui. Tem vez que ele fica jogando futebol, jogando vôlei aí com o pessoal de sábado até tarde.

Em outra ocasião, algumas voluntárias, convidadas pelos presos para disputarem uma partida de voleibol, mas receosas de fazê-lo, foram incentivadas por este médico a participarem, mostrando que os voluntários muitas vezes podiam ser mais distantes dos presos que os funcionários.

O caráter enfático com que os presos elogiavam esses funcionários não deve surpreender. Mais do que a competência profissional, a obediência rigorosa ao horário, os presos apreciavam a postura de respeito dos funcionários. Para os presos, talvez não fosse tão importante o acerto na escolha do remédio quanto saberem que o médico, por exemplo, os ouvia com respeito, considerava suas queixas e parecia importar-se com elas. Jocenir (2001: 127), em seu relato sobre a Casa de Detenção de São Paulo, elogia exatamente esta postura adotada pelo médico Dráuzio Varella: ele o olhava nos olhos, “como médico de verdade”:

Ele não rabiscava nada no papel, tinha a cabeça erguida, e me olhava com muita atenção. Senti um nó na garganta, me veio uma vontade de chorar. Sei que não é normal, era apenas uma consulta médica, mas ser bem tratado na cadeia por gente que não está preso é algo que não ocorre todos os dias, é diferente. Ainda mais quando se está doente e se foi maltratado por outro médico como eu fui.

Para uma população submetida às mais constantes humilhações, a simples atenção a suas necessidades, mesmo que não pudessem ser satisfeitas, tinha um profundo efeito. Talvez isso explique em parte o respeito com que os presos tratavam sempre os voluntários.

Infelizmente, esta disposição do médico da APAC parece não ter durado muito tempo. Alguns meses após sua contratação, especulava-se sobre sua possível demissão. Entre as razões para isso, estavam o descumprimento dos horários (ele costumava faltar alguns dias durante a semana e saía sistematicamente mais cedo) e o descaso com que passou a tratar os presos. Essas denúncias refletiam não uma disposição pessoal – era evidente a boa vontade do profissional – mas uma disposição institucional específica. Havia sido criada uma separação entre funcionários, agentes de segurança e voluntários. O ritmo de trabalho, as obrigações, o tipo de contato com os presos e o vínculo com a instituição eram diferentes para cada uma dessas funções. Da mesma forma que não se admitia um voluntário que agisse como funcionário (o que explica a expulsão de um dos membros do grupo de Valorização Humana, suspeito de querer se tornar funcionário), não se podia admitir um funcionário que agisse

como voluntário. A psicóloga que era constantemente elogiada pelos presos relatou-me certa vez seu desapontamento:

? Olha, aqui não dá para trabalhar, fazer terapia. Primeiro, a gente não tem muita estrutura. Segundo, a rotatividade dos presos é muito grande. Eu já estou farta deste trabalho.

Mesmo com as restrições ao desempenho de suas funções, era comum que voluntários e presos reconhecessem no trabalho dos funcionários da APAC um grau de profissionalismo e atenção raros no sistema penitenciário. Um voluntário que se tornou funcionário da APAC relatou de forma geral como via a relação entre funcionários e presos. Seu relato foi feito num momento em que a Cadeia Pública havia sido transferida para a Secretaria de Administração Penitenciária, sendo então denominada de Centro de Ressocialização. Aqui, o funcionário engloba num mesmo relato a relação dos presos tanto com os funcionários da APAC, quanto com os Diretores (então, recém-ingressados) da Secretaria de Administração Penitenciária, e com os voluntários, deixando claro o papel da instituição no estabelecimento dessas relações:

— Nessas Cadeias (que não possuem o concurso da APAC), funcionário nem sabe qual é a cara do preso. Eles nem se falam. O Diretor era funcionário de outra Cadeia. Quando ele chegou aqui, ele também demorou pra se adaptar. Devagarzinho ele foi percebendo que aqui não funcionava que nem Cadeia normal, que era bem mais tranqüilo, que os presos aqui são bem calmos, que não tem violência. Mas ele chegou agindo que nem funcionário de Cadeia normal. Os agentes (de segurança) que chegam aqui também são assim. Tem muitos que acabam sendo transferidos porque não conseguem se adaptar nesse sistema daqui. Aqui, preso brinca com funcionário e funcionário brinca com preso. E os voluntários então... voluntário é um paizão pros presos, não é?

Como esses casos mostram, os funcionários podiam ser bastante dedicados, muito além do exigido por suas funções. Uma das primeiras cenas que presenciei naquela Cadeia foi a interação entre uma estagiária do setor jurídico da APAC e uma senhora que havia se dirigido até ali para obter informações processuais sobre seu filho. Eu ainda não havia sido aceito pela instituição e estava no corredor de entrada aguardando a chegada do gerente da APAC. Enquanto observava as câmaras de vigilância que transmitiam constantemente imagens para um monitor de TV, vi aproximar-se uma senhora alquebrada e com semblante carregado. Dirigiu-se ao escritório e perguntou alguma coisa. Logo em seguida, surgiu do final do corredor uma jovem muito lépida, que se apresentou para ela como responsável pelo setor jurídico. A senhora perguntou, de forma confusa, como estava a situação de seu filho. A estagiária respondeu com firmeza, explicando brevemente, mas de forma abrangente, a situação processual do detento. Perguntou em seguida se havia advogado constituído (ou seja,

contratado pelo réu ou pela família) e, após a resposta negativa, informou-a de que tomaria as providências para que seu filho respondesse ao processo em liberdade.

? Eu vou fazer a petição para o Juiz para ver se conseguimos liberá-lo o mais rápido possível. Mas a liberação mesmo não depende da gente, depende da decisão do Juiz. Então, não há garantias de que o pedido seja aceito.

Após mais algumas palavras trocadas, a senhora foi embora, agradecendo sinceramente, com o semblante transformado. Foi a primeira impressão positiva que tive da instituição que, até aquele momento, me havia sempre provocado sombrias cogitações.

A impressão de distância entre funcionários e voluntários podia às vezes ceder lugar a uma estreita cooperação e um respeito mútuo bastante pronunciado. Pessoalmente, em nenhuma ocasião eu me considerei ofendido por qualquer funcionário. Mas alguns funcionários me tratavam com distância, enquanto outros se aproximavam de mim, pediam minha opinião, solicitavam sugestões. Um dos gerentes da APAC constantemente me mostrava os trabalhos que desenvolvia. Uma manhã, ele criava gráficos para enviar à Secretaria de Administração Penitenciária quando eu entrei em seu escritório. Imediatamente, puxou os gráficos e me mostrou, pedindo minha opinião. Eu elogiei seus gráficos, que me parecerem bem feitos. Satisfeito, e vendo-me ainda em pé, puxou uma cadeira:

? Senta aqui e me ajuda a terminar esse trabalho! ? exclamou, com um grande sorriso.

Posteriormente, quando solicitei alguns documentos sobre a instituição, ele demonstrou uma grande prontidão em me atender. A maior parte dos documentos que consegui obter foi fornecida por ele, sem necessidade de insistir e com grande diligência.

Os funcionários também expressavam um movimento de aproximação em relação aos voluntários através das reuniões que eram marcadas periodicamente. A realização dessas reuniões era uma incumbência dos coordenadores gerais dos trabalhos voluntários, que através delas procuravam integrar voluntários e funcionários. Nas reuniões das quais participei em que havia presença maciça de funcionários, eles pareciam realmente ansiosos para explicar o que faziam, a importância de seu trabalho e como isso se relacionava à tentativa de ressocializar os presos, buscando pontos de contato com os voluntários. Os coordenadores gerais (que eram também funcionários) comumente iniciavam as reuniões explicando que seu objetivo era integrar os trabalhos dos voluntários e dos funcionários. Apesar da distância existente entre as práticas dos funcionários e dos voluntários, não se pode dizer que os primeiros desrespeitassem os voluntários ou não lhes dessem voz. Ao contrário,

os voluntários costumavam ser constantemente solicitados a falar nas reuniões e expressar seus pontos de vista. De forma geral, apesar de uma percepção mútua hostil, havia suficiente espaço para a cooperação entre ambos. Além disso, essa percepção mútua não era geral, sendo comum que os voluntários identificassem a origem dos problemas em um ou outro funcionário, o mesmo ocorrendo com os funcionários, que pareciam entender alguns voluntários como “agitadores” contumazes.

E, por fim, vale dizer que vários funcionários eram ex-voluntários. Conheci pessoalmente quatro voluntários que se tornaram funcionários da APAC em momentos diferentes. Alguns, enquanto voluntários, criticavam os funcionários, mas não se abstiveram de assumir esta função quando houve a oportunidade. Isso porque as críticas eram fruto de uma posição institucional específica. Quando a posição foi alterada, alterou-se a percepção. Após essas contratações, os novos funcionários raramente criticavam os outros, de maneira geral, por serem “funcionários”. Podiam, eventualmente, expressar críticas à forma como trabalhavam ou relatar algum descontentamento pessoal. Mas, tendo mudado de grupo, já não generalizavam mais suas críticas a todos os membros de seu novo endogrupo.

Isso tudo implica em uma conclusão: as condições de trabalho de funcionários e voluntários, junto com a relação diferenciada que eles estabeleciam com a instituição, deveriam ser elementos intimamente relacionados a sua mútua percepção hostil. Não se sustentava a idéia dos voluntários segundo a qual os funcionários eram individualmente portadores de determinadas características que os tornavam frios e distantes. Isso parecia, na verdade, ser resultado de uma disposição institucional específica, que os levava a se oporem aos voluntários, por um lado, a cooperarem com eles, por outro, e, ainda, a se relacionarem com os presos de uma forma determinada. Entre as características do trabalho desses funcionários que podem explicar sua relação com presos e voluntários, entram as condições de trabalho específicas do ambiente prisional (com suas dificuldades próprias), sua dependência frente aos presos, a pressuposição de que deveriam se distanciar dos presos e sua dependência frente à Diretoria da APAC.

Num ambiente prisional, o exercício de atividades profissionais corriqueiras pode encontrar obstáculos insuspeitados. Às vezes, esses obstáculos podem inviabilizar o trabalho. O cuidado com a saúde dos presos, por exemplo, era especialmente dificultado pela falta de acesso a alguns recursos essenciais. Um preso que sofria de insuficiência cardíaca e tinha de ser constantemente submetido a internações hospitalares, reclamava certa vez:

? Toda vez que eu tenho falta de ar e preciso da bomba de oxigênio eles têm que me levar pro hospital. Podia ter uma aqui!

Alguns presos relataram que uma noite, quando ele sofreu um infarto cardíaco (o terceiro ou quarto desde sua prisão) não havia viatura para levá-lo ao hospital. Teve de ser utilizado o veículo de um dos funcionários, que foi chamado às pressas à Cadeia Pública.

Em outras ocasiões, as dificuldades exigiam adaptações por parte dos profissionais. O preso cujo testículo foi extraído pelo médico avaliou, satisfeito, a rapidez com que foi submetido ao procedimento. Ele não teve de esperar muito tempo, o que me causou estranheza. Em geral – exceto em casos de emergência –, as solicitações de escolta médica (o grupo de policiais que acompanha os presos ao atendimento médico) demoram a serem atendidas e testam a paciência de médicos e presos. Perguntei-lhe, então, onde havia sido realizada a cirurgia. Ele respondeu, contente:

? Foi aqui mesmo na APAC, na sala do médico!

O atendimento psicológico na Cadeia Pública também sofria por problemas específicos. Um funcionário contou-me que os presos tinham receio de procurar as psicólogas e que preferiam conversar com os voluntários ou com outros funcionários. Ao explicar-me porque isso acontecia, ele afirmou:

? É que as psicólogas também fazem os laudos para progressão de regime dos presos. Eles têm medo de contarem alguma coisa para elas e depois elas usarem isso no laudo.

As condições de trabalho no ambiente prisional da Cadeia Pública de Bragança Paulista não eram as ideais. Mas os presos reclamavam destes profissionais apenas esporadicamente. Pareciam perceber que os funcionários desempenhavam suas funções da melhor forma possível. Além disso, as condições de trabalho na Cadeia Pública – mesmo com as dificuldades inerentes a uma instituição penal – eram muito superiores à da imensa maioria das congêneres no Estado de São Paulo.

Era evidente também a dependência dos funcionários frente aos presos. Há, a este respeito, uma copiosa literatura científica. É bem conhecido o fato de que o exercício do poder nas instituições penais depende da relação dos funcionários estatais e de segurança com os próprios presos. Sem a colaboração dos presos, torna-se impossível manter a ordem em qualquer instituição penal. Muitas vezes, há um acordo tácito ou explícito entre as lideranças prisionais e os agentes estatais que garante a estabilidade prisional. Por um lado, os líderes prisionais garantem que não ocorrerão rebeliões ou outras manifestações que tornem mais difícil a administração da unidade. Por outro, os agentes estatais se comprometem a não usar violência física excessiva e não interferir nos negócios dos presos. O resultado é um delicado equilíbrio político que pode ser rompido a qualquer momento, podendo ter graves consequências. Na Cadeia Pública de Bragança Paulista a situação parecia ser semelhante. Os

funcionários sabiam que não podiam se opor frontalmente aos presos, sob pena de terem seu trabalho prejudicado. Apesar da ameaça de rebelião ser algo distante do cotidiano da APAC, sempre poderia haver uma exceção em um caso mais grave. A referência que fizemos acima é emblemática: o funcionário identificado pelos presos como cruel e desrespeitoso foi proibido de entrar na Cadeia Pública, sob ameaça a sua integridade física. Um preso, ao relatar-me os problemas que ele e os outros presos tinham com a psicóloga da APAC, concluiu:

? Se ela não se corrigir, não vai ficar muito tempo aqui. Ninguém fica aqui se a gente não quiser. O pessoal que foi demitido há pouco tempo, foi por causa dos problemas que tinham com os presos.

É importante lembrar ainda o exemplo citado no capítulo anterior de alguns funcionários que eram admirados pelos presos mas estavam ameaçados de demissão pela Diretoria. O recurso do qual eles tencionavam lançar mão era a promoção de uma rebelião para se manterem no emprego. Isso mostrava o quanto podia pesar a opinião dos presos na definição das políticas da APAC.

Em outra situação, uma cozinheira contratada pela APAC estava tendo problemas com os ajudantes de cozinha, que eram presos designados pela Diretoria da APAC para auxiliá-la. A cozinheira dirigiu uma reclamação formal ao gerente da APAC. Ele perguntou-lhe o que ela desejava que ele fizesse, e ela respondeu que ele deveria substituir seus ajudantes. O gerente argumentou que isso criaria um clima de mal-estar entre os presos, sendo, portanto, pouco recomendável fazê-lo. Depois, ao explicar para mim a situação, ele afirmou:

? É mais fácil tirá-la da equipe do que mexer com um de seus ajudantes. Mexer com os ajudantes pode provocar um mal-estar entre os presos, de tal forma que seria difícil até mesmo colocar novos ajudantes na cozinha. Pode acontecer até uma rebelião.

Esse exemplo é também significativo do papel gerencial na APAC, e por isso será retomado mais à frente. No que diz respeito à relação com os presos, deixa claro o quanto a posição dos funcionários era instável e o quanto uma de suas atribuições principais era não entrar em conflito com os presos.

Também, da parte dos funcionários, parecia ser esperado um distanciamento em relação aos presos e uma frieza no contato com eles. Parecia haver uma pressão, vinda de diversos âmbitos institucionais, para que os funcionários não se aproximassem demais dos presos, para que executassem apenas seu trabalho e não se envolvessem com a vida particular dos presos, a não ser quando necessário. Isso não era uma tendência que se relacionasse diretamente com as disposições de caráter dos funcionários, mas os acometia no exercício de suas funções, como membros da instituição. Os funcionários pareciam ver com maus olhos

aqueles seus colegas que se relacionavam de forma muito íntima com os presos. Quando se tratava de mulheres, era comum que a suspeita desembocasse em acusações de inapropriada aproximação sexual. De forma geral, a aproximação em relação aos presos não era esperada por parte deles. Havia um preso na APAC cuja esposa também se encontrava detida. Um de seus três filhos, uma menina que nasceu após a prisão da mãe, foi destinada pelo juizado de menores para um casal de Bragança Paulista que lhe faria a guarda provisória, até que a avó materna da criança, que morava em outro Estado, pudesse buscá-la. O casal tinha a obrigação de levar a criança para visitar os pais na prisão, mas raramente o fazia. O preso, angustiado entre outras coisas com a possibilidade de que o casal requeresse guarda definitiva, enviava-lhes sistematicamente correspondências, mas o casal jamais as respondia. Sua angústia só foi diminuída após ele descobrir que a cozinheira da APAC era vizinha do casal. Ele tinha longas conversas com ela, perguntando-lhe sobre sua filha, sobre a maneira como estava sendo cuidada, sobre seu tamanho, se já balbuciava. Transmitia e recebia recados do casal. Mas logo ele teve que parar de falar com ela. Sua proximidade começou a levantar suspeitas. Os agentes penitenciários e os outros presos começaram a perguntar-lhe por que ele passava tanto tempo na área da cozinha. Isso se justificava porque a cozinha guardava a maior parte dos objetos perfuro-cortantes existentes na Cadeia Pública, como as facas, e que eram sujeitos a restrições de circulação. Mas, por sobre as dúvidas mais diretas, pairava uma desconfiança vaga sobre a sua proximidade com a funcionária. Isso se relacionava, na opinião do preso, a desconfianças sobre tráfico de drogas (crime cometido pelo preso) ou de outros artigos para a prisão.

? Eu parei de conversar com ela ? contou-me o preso. ? Agora, eu prefiro pedir pros voluntários ligarem lá para mim. O problema é que antes eu podia ter as informações no mesmo dia. Agora, tenho que esperar uma semana (já que esta era a frequência típica dos voluntários).

Por fim, uma característica definidora da atuação dos funcionários era sua dependência frente à Diretoria da APAC. Parecia um consenso que os funcionários eram demitidos dependendo do resultado das eleições para a Diretoria Executiva. Quando ingressei na instituição, duas funcionárias tinham seus empregos garantidos exclusivamente por sua relação com o Presidente da Diretoria Executiva (ou, ao menos, foi assim que sua situação chegou aos meus ouvidos). Um outro funcionário só assumiu seu emprego, apesar da oposição de parte da Diretoria, porque uma outra parte da Diretoria lhe era favorável. O gerente da APAC tinha importância estratégica. Como ele era responsável por gerenciar a aplicação dos recursos da APAC, tinha voz ativa na contratação de funcionários. Foi por isso que, em determinado momento, um voluntário pôde se referir ao corpo de funcionários da

APAC como “cabide de empregos” para os familiares do gerente. Mas a própria situação do gerente não era estável, podendo ser alterada conforme as disposições da Diretoria Executiva. Felizmente, os Presidentes costumavam ser conhecidos por seu distanciamento do dia-a-dia da APAC. As informações só chegavam até eles filtradas pelos escalões mais baixos da instituição, principalmente... os funcionários. Certa vez, um voluntário contou-me que o Presidente dava muito crédito a dois funcionários que ele considerava de confiança, e que esses funcionários eram os responsáveis por uma série de problemas na instituição. Mas não havia como dirigir reclamações a esse respeito ao Presidente, pois ele só mantinha contato com esses funcionários. O próprio gerente, que poderia ser um elo de comunicação, não conseguia falar-lhe. Em uma situação dramática, o gerente havia dado uma ordem a esses funcionários, que a desobedeceram. Quando foram chamados para conversar com o gerente, insultaram-no na frente de outros funcionários e mesmo de alguns presos, o que era considerado uma humilhação suplementar. Sua posterior reclamação, dirigida ao Presidente, não foi ouvida. Por isso, não lhe restou alternativa senão pedir demissão.

Como a Diretoria Executiva era a responsável, em última instância, pela contratação dos funcionários, era a ela que os funcionários se reportavam. Quando o gerente detinha maior poder de contratação e demissão, ele também se tornava um objeto constante de atenção pelos funcionários. Mas a posição do gerente também podia ser instável, de forma que a atenção dos funcionários tinha de estar constantemente dirigida para a Diretoria. E a Diretoria, de forma geral, se preocupava de fato com o sucesso do empreendimento apaqueano, e era esperado que ela afastasse todos aqueles percebidos como incompetentes ou indesejados por qualquer motivo. O contato da Diretoria com o cotidiano institucional, porém, era escasso. As informações que lhe chegavam eram filtradas pelos funcionários. A manutenção do emprego pelos funcionários, assim, parecia ser, em grande parte, um jogo de controle de informações. E, por outro lado, para manterem seus empregos, os funcionários tinham de agradar a todas as potenciais fontes de informação para a Diretoria: os carcereiros (em menor grau), os próprios presos e os voluntários.

Algumas conseqüências dessas condições de trabalho eram visíveis na postura assumida pelos funcionários, que muitas vezes passava despercebida aos voluntários. Uma dessas posturas logo me chamou a atenção nas reuniões que realizávamos com os funcionários: eles sempre se apresentavam como um corpo coeso em meio a uma pluralidade de trabalhos voluntários. Os coordenadores das reuniões (em geral funcionários) costumavam defender a necessidade dessas reuniões alegando que era necessário integrar os trabalhos dos voluntários ao trabalho dos funcionários. O singular e o plural descrevem bem a postura dos

funcionários. Pode ser que essa imagem fosse usada apenas ad hoc, como forma de marcar presença frente aos voluntários. Mas era bastante frequente e relacionava-se com a imagem que os funcionários faziam deles mesmos. Uma das prerrogativas que os funcionários se arrogavam era a de transformar os voluntários num grupo homogêneo e coeso de trabalho. Numa das reuniões, a coordenadora geral dos trabalhos voluntários explicou seu ponto de vista sobre o assunto. Após informar que o índice de reincidência entre os egressos da APAC era muito alto, ligou este fato à falta de união entre os voluntários:

? É necessário que haja união e trocas entre os voluntários. Nós, os profissionais, vivemos o dia-a-dia da instituição mas vocês, voluntários, têm muitos anos de experiência, muitas vezes, mais experiência que os próprios funcionários. Todos nós devemos aprender uns com os outros. É importante os grupos voluntários se unirem, trabalharem em conjunto. Os presos têm que sentir que há união no trabalho do voluntariado, para que eles sintam confiança neste trabalho. O que vocês pensariam se vocês me perguntassem alguma coisa a respeito do trabalho das assistentes sociais e eu respondesse que eu não me encontro com elas e por isso eu não soubesse responder? Os presos precisam sentir apoio no trabalho que nós desenvolvemos. E, afinal de contas, nós todos temos os mesmos objetivos.

Esta afirmação, verificável empiricamente, era usada estrategicamente para estabelecer uma distribuição hierárquica entre funcionários e voluntários. A pluralidade de trabalhos voluntários indicava um afastamento dos objetivos centrais, compartilhados por todos, que eram os objetivos prisionais ligados à ressocialização. Ao mesmo tempo, dava-se preponderância a este objetivo frente aos objetivos particulares de cada grupo (sensibilização artística, educação formal, conversão religiosa) e atribuía-se aos funcionários uma maior capacidade ou disposição para operá-los. Os bordões conciliadores repetidos pela coordenadora apenas deixavam mais claro o enorme espaço que separava os diversos grupos voluntários, cada qual com seu objetivo, seu método, sua ideologia (em sentido amplo). A postura que ela adotava como funcionária era bastante clara: a união era uma característica dos funcionários que não se encontrava nos trabalhos voluntários.

A tendência conciliadora ligada a esta distinção pode ser relacionada a três características da posição dos funcionários. A primeira, sua oposição aos voluntários. A segunda, sua dependência frente à Diretoria. Isso dava aos funcionários a percepção de um inimigo em comum, que permitia o estabelecimento de coesão em suas auto-percepções. Era necessário que se unissem para vencer o inimigo em comum representado pela Diretoria e pelos voluntários. E coerentemente, ao contrário dos voluntários, raramente ouvi notícias de funcionários demitidos devido a conflitos com outros funcionários. A terceira, sua

dependência frente aos voluntários. Raramente os funcionários saíam em campanha aberta contra algum voluntário, ou criticavam-nos explicitamente. Na maioria das vezes, quando eram criticados pelos voluntários, desviavam-se do assunto, faziam como se a crítica não se referisse a eles. Isso era comum nas reuniões. A coordenadora da Valorização Humana, numa delas, dirigiu uma reclamação sobre o comportamento dos funcionários para a coordenadora geral dos voluntários, M. Esta respondeu:

? Nós temos que procurar criar união entre os voluntários.

Como se M. não a tivesse entendido, a coordenadora da Valorização Humana retomou:

? Tem que ter união entre os voluntários sim, mas também tem que ter união entre os funcionários e os voluntários.

? É verdade ? concordou M. ? Bem, e os voluntários precisam ter consciência de que não podem levar correspondências para os familiares dos presos.

? Por que você fica insistindo tanto nesta tecla? ? perguntou-lhe a voluntária. ? Foi alguém do nosso grupo que fez isso?

? Não ? respondeu a funcionária. ? Eu só insisto para que os voluntários mais novos, como o sr. O., saibam disso, porque eu sei que aqui há voluntários muito mais experientes que eu mesma e que para vocês isso não é novidade.

Os funcionários, ao tatearem as respostas, reconheciam a influência que os voluntários exerciam no funcionamento da APAC.

Podia acontecer dos funcionários nos tratarem (aos voluntários) como visitantes. Isso sempre me surpreendeu um pouco, já que em princípio os voluntários mais experientes tinham mais trânsito na Cadeia Pública do que alguns funcionários. Uma vez, após uma aula de desenho, o faxina (preso responsável pela limpeza) recolhia as cadeiras do refeitório para prepará-lo para o almoço. Eu decidi ajudá-lo e comecei a empilhar algumas cadeiras. Do fundo da sala, uma funcionária gritou para o preso, como se estivesse irritada com ele por sua displicência:

? Oh, não deixa ele pegar as cadeiras não!

O preso, meio sem graça, insistiu para que eu largasse as cadeiras. Eu me recusei e travamos uma pequena contenda. O preso, então, deixou-me ajudá-lo e terminamos juntos o trabalho. Um visitante não possui qualquer direito sobre o local que visita. Ele não tem as responsabilidades pelo lugar, mas não faz parte dele. Não compartilha sua construção, não experimenta comunidade com aqueles que lá estão. Era assim, possivelmente, que queriam que fôssemos vistos.

Havia, porém, apesar dos funcionários aparentarem muito esprit de corps, desavenças entre eles. Algumas vezes essas desavenças chegavam ao conhecimento dos voluntários. Um funcionário reclamou comigo, certa vez, pelo fato de outros funcionários, dos quais ele dependia, não compartilharem informações sobre os presos. Quando este funcionário tentava fazê-lo, os outros funcionários pareciam ficar ofendidos:

? Eles acham que quando a gente vai conversar, está invadindo o trabalho deles. Não dá para conversar com eles.

Como consequência das disposições institucionais da APAC, os funcionários entendiam de forma bastante diferente seu vínculo com a instituição, mesmo quando desempenhavam as mesmas funções ou tarefas que os voluntários. Ao final de uma festa de Natal feita para os presos, que funcionários e voluntários haviam ajudado a organizar e da qual haviam participado, estávamos apenas uma voluntária da Valorização Humana, algumas funcionárias e eu no refeitório, ajudando os faxinas a limpá-lo. Havia sido uma festa muito agradável. Os preparativos imediatos haviam tomado toda a tarde e uma equipe de voluntários e funcionários havia gastado várias horas para arrumar e enfeitar o refeitório, preparar comida junto com os presos responsáveis, preparar o bolo e arrumá-lo sobre a mesa. Durante a festa, após um momento de retraimento em que os presos permaneceram encostados às paredes com medo de ocupar o centro do refeitório, todos se lançaram à comida e conversaram animadamente. Os presos reuniam-se a grupos voluntários ou de funcionários para conversarem, e estes se reuniam a grupos de presos. Os presos riam animadamente e pareciam não se preocupar mais conosco. No final, os organizadores consideraram que a festa havia sido um sucesso.

As funcionárias no refeitório começaram a reclamar de uma funcionária que não estava presente:

? Ela deveria ter participado.

A voluntária a defendeu:

? Mas ela disse que não foi convidada para a festa.

A funcionária que fez a crítica respondeu:

? Funcionário não é convidado: é convocado!

Ser convocado para uma festa como aquela parecia aos meus ouvidos voluntários um contra-senso. Não se pode ser convocado para uma reunião com os amigos. Não se pode ser convocado para uma boa conversa. Se o objetivo da festa era permitir aos presos um final de ano digno (de fato, este era seu objetivo), ela não podia ser feita com o espírito de obrigação expresso pela funcionária. Deveria ser um ato espontâneo, feito por sentimento de amizade

aos homens presos. A festa era um momento de igualdade. Os funcionários, ao contrário, estavam ali para servir aos presos. Ao mesmo tempo, isso só era possível porque consideravam os presos objetos sobre os quais deveriam intervir. Para os funcionários, sua submissão aos outros grupos (presos, voluntários, Diretoria) estava ligada diretamente a uma recusa em serem iguais, recusa que não provinha deles mas da ação de uma poderosa força institucional que os obrigava a isso. Os voluntários, quando se ligavam aos presos, passavam a dedicar-lhes amizade. Os funcionários, quando serviam aos presos, tentavam, mais que tudo, garantir seu emprego. Serviam ao salário, ao empregador, à instituição, ou seja, a tudo aquilo que os oprimia e que eles entendiam como condição para sua subsistência.

CAPÍTULO 8. PRESOS

8.1. Os presos e os outros agentes institucionais: uma primeira aproximação.

É necessário discorrer agora sobre algumas características da população prisional da Cadeia Pública de Bragança Paulista. Como objetos da ação institucional, há mais informações sobre os presos do que sobre qualquer outro agente institucional. Conhece-se sua idade média, a frequência de seus crimes, sua profissão, renda média, local de procedência, taxa de reincidência. Mesmo assim, quanto mais eu travava contato com eles, mais ficava convencido de que formavam um mundo à parte, separados do restante dos agentes da instituição. Pareciam deter códigos próprios de conduta e formas próprias de ver o mundo, diferentes do restante de nós, e pareciam receosos em compartilhar conosco suas opiniões. Pareciam constituir de fato aquilo que alguns autores chamam de subcultura carcerária. Eu, inicialmente, suspeitava muito deles. Eles pareciam querer nos enganar a todo o instante. Quando vinham falar conosco, quando nos pediam favores, mesmo quando nos faziam favores, eu parecia querer adivinhar neles qualquer coisa de oculto, de manipulador.

Depois, descobri não ser o único a se sentir assim. De forma geral, os voluntários desconfiavam bastante dos presos. Faziam favores, mas não o faziam de forma absolutamente espontânea. Muitas vezes lhes passava pela cabeça (como muitos voluntários me disseram) que os presos deviam estar apenas querendo tirar vantagem da proximidade com os voluntários. Isso fez com que eu admirasse ainda mais essas pessoas que apostavam assim na humanidade sem qualquer garantia. Os funcionários, ainda mais que os voluntários, não

acreditavam que os presos fossem dignos de crédito. Defendiam abertamente a necessidade de manter distância dos presos, sob alegação de que estes usariam qualquer brecha que déssemos em benefício próprio. Acreditavam, no geral, que os presos fossem portadores de uma “estrutura psicológica manipuladora” (nas palavras de uma funcionária), termos que, em geral, seriam bem aceitos pelos próprios voluntários. Não se devia confiar nos presos – estas eram as palavras de ordem. Isso me espantou bastante. A imagem do voluntário ingênuo que confia plenamente nos presos não correspondia à realidade. Muito menos a do assistente social ou psicólogo que tenta “salvar” pessoas irrecuperáveis. O que mais me espantava era que, apesar de não acreditarem nos presos, os voluntários e funcionários continuavam a tratá-los (de forma geral) com respeito. Apesar de suspeitarem que os presos deviam estar querendo manipulá-los, os voluntários continuavam a conviver com eles.

Alguns, não tolerando esta ambigüidade, desistiam do voluntariado. Um antigo coordenador da Valorização Humana, por exemplo, expressou isso ao dizer que os presos só queriam receber dos voluntários, sem dar nada em troca. Quis dizer com isso que os presos não se esforçavam para sair da “vida do crime”, não se preocupavam em corresponder às expectativas dos voluntários. Além disso, ligou essa característica a uma “infantilidade” dos presos, que eram, em sua opinião, incapazes de assumir responsabilidades. Por isso, ele afirmou possuir apenas duas alternativas: desenvolver um trabalho mais estruturado que o da Valorização Humana (que consistia em travar contatos informais com os presos e conversar com eles sobre os mais diversos assuntos) ou desistir do presídio. Inicialmente, optou pela primeira: desistiu do grupo de Valorização Humana e passou a dar aulas de educação sexual para os presos. Depois, quando a frequência das aulas começou a cair, sentiu-se obrigado a adotar a segunda. O desenvolvimento de uma atividade mais estruturada parecia-me uma forma de se distanciar dos presos, de poder se proteger da perplexidade que o contato direto com eles produzia. Neste sentido, ambas as opções tinham o mesmo objetivo.

Mesmo com esses casos, que eram freqüentes, de pessoas que não toleravam a ambigüidade, os voluntários continuavam a existir. Os funcionários continuavam a lidar respeitosamente com os presos. A exceção mais importante eram os carcereiros, que pareciam ter assumido inteiramente a crença de que os presos não mereciam confiança. Podiam até se aliar aos presos, mas mesmo um contato superficial com os carcereiros bastava para mostrar o quanto os odiavam. Ao jogarem um estuprador para dentro da Cadeia e gritarem para que todos ouvissem sua condição, a fim de que os outros presos o maltratassem (essa foi uma situação real relatada por um carcereiro), eles aparentemente se aliavam aos presos. Mas, na verdade, estavam jogando um cachorro doente para ser comido por outros sadios.

Tive de conviver muito tempo com esta impressão. Na condição de voluntário, e sofrendo as mesmas vicissitudes que eles, eu também partilhava deste sentimento. Talvez as referências a este sentimento de ambigüidade tenham sido as mais freqüentes em meu diário de campo. A todo o momento eu me questionava se devia ou não prestar tal ou qual favor para um preso, se devia ou não me aproximar deles. Foi só após muito tempo de voluntariado que eu me dei conta do absurdo dessas crenças. Homens submetidos às mais duras privações certamente solicitariam daqueles mais próximos e com acesso ao mundo externo que lhes diminuíssem o sofrimento. Como minha postura era, no geral, a de não realizar favores que escapassem ao papel de voluntário definido pela instituição, não havia muito que eu pudesse fazer por eles. Mesmo assim, eles continuavam se aproximando de mim. Certa vez, um preso desconhecido aproximou-se de mim, cumprimentou-me e perguntou:

? Como estão as coisas lá fora?

Ficamos muito tempo conversando sobre as “coisas lá de fora”. E foi só. Nenhum pedido. Este tipo de situação era muito freqüente.

Vários presos aproximavam-se de mim por uma habilidade que eu possuía e que lhes era muito grata: eu sabia jogar xadrez. Cansados de disputar entre eles, parecia-lhes muito agradável ter um novo adversário. Alguns de meus adversários não possuíam sequer o primeiro grau completo e me derrotavam todas as vezes que disputávamos.

Em certo momento, adotei a prática de levar o jornal do dia para a Cadeia Pública toda vez que lá entrava. Isso aconteceu por acaso, num dia em que eu levei para devolvê-lo um exemplar do jornal local que me havia sido emprestado. Um preso viu-o debaixo de meu braço e o pediu. Logo mais, devolveu-o. Em seguida, um outro preso o pediu. E isso continuou durante todo o dia. Pensei, então, em levar para lá um jornal de grande circulação da capital. Um dos presos, porém, me disse que eles preferiam ler as notícias da cidade. Quando comecei a comprar o jornal local e levá-lo, espantei-me com a procura dos presos. Alguns, após se acostumarem, já nem me cumprimentavam: ao me verem na Cadeia, perguntavam logo pelo jornal. A privação de informações era sentida como uma importante mutilação simbólica e os presos gostavam de conversar conosco para suprirem, mesmo de forma incompleta, esta lacuna.

Os presos nos procuravam pelos mais variados motivos. Em geral, não eram motivos ilícitos. Com raras exceções, os presos apenas nos procuravam para satisfazer aquilo que lhes devia ser garantido sempre. Jamais um preso me pediu algo que não estivesse garantido pelas Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros.

Certamente, a maioria dos presos nos via como pessoas capazes de lhes realizar favores. Muitos se aproximavam de mim para pedir que ligasse para suas famílias, que lhes levasse roupas, que lhes levasse material para trabalhos artesanais. Os voluntários que desconfiavam dos presos haviam feito uma opção pela humanidade mas não estavam plenamente convencidos desta opção. Havia, sem dúvida, um ímpeto disciplinar nesta desconfiança que refletia as pressões da instituição. A maior parte dos voluntários sequer poderia explicar exatamente por que estava lá. Aqueles que continuavam, porém, descobriam na frequência periódica ao presídio razões de enriquecimento pessoal. Aqueles que permaneciam ali por muito tempo pareciam não pensar mais em desistir.

8.2. Os “reeducandos”.

Os presos eram designados na instituição pelo termo “reeducandos”. Este foi o termo utilizado pela APAC-mãe de São José dos Campos até que seu idealizador, Mário Ottoboni, identificasse nele um equívoco e o preterisse por “recuperando”:

Vê-se, desde logo, que o uso dos termos reeducando, interno e educando para designar os presos é impróprio. Reeducando significa, em última análise, aquele a quem se reeduca. Ora, somente se reeduca quem foi educado e que, por qualquer motivo, se esqueceu das normas da boa convivência. Na verdade, o condenado não teve uma educação conveniente, adequada para conviver na sociedade. A experiência nos tem ensinado que o condenado não esqueceu as normas dos bons costumes, simplesmente não as conheceu. O meio ambiente familiar e as imagens deformadas não o levaram a descobrir as regras da sociabilidade, da educação relacionada com o respeito, os bons princípios, a moral, a religião, a profissão etc. (OTTOBONI, 1997: 100).

Mesmo assim, na APAC de Bragança Paulista o termo utilizado ainda era “reeducando”. Este termo era utilizado pelos voluntários, pelos funcionários, às vezes pelos carcereiros e também pelos próprios presos. Era comum que os presos utilizassem esta palavra para se referirem a eles mesmos e a seus companheiros. Neste caso, a palavra portava conotações institucionais específicas e que serão discutidas apenas posteriormente. Mas desde já podemos afirmar que os presos a utilizavam para se diferenciarem do restante do sistema penitenciário. Assim, consideravam a designação de reeducando algo a ser utilizado em

relação a eles e não a todo e qualquer preso. Era uma palavra especial, que detinha conotações específicas. Em Bragança Paulista havia reeducandos; em outras unidades prisionais, havia presos.

Em sentido preciso, portanto, o que se produzia naquela instituição era um projeto de reeducação. A idéia de reeducar os presos confunde-se com a própria origem histórica da instituição penitenciária, no final do século XVIII. Mas o ideal da educação se fortalece na Era Progressiva, junto com o ideal da participação comunitária, criando aquilo que ficou conhecido como modelo da “aprendizagem social” (social learning model). É neste momento, no início do século XX, que se começa a falar mais freqüentemente na necessidade dos presos aprenderem os padrões de conduta da vida social através do contato com pessoas de fora do ambiente prisional e na necessidade de aprenderem profissões que lhes garantissem um emprego digno e honesto após saírem da prisão. O termo preferido pela instituição de São José dos Campos, recuperando, implicava em uma concepção diferente de trabalho, que considerava o homem preso como um doente que precisava de tratamento. Também esta concepção médica sobre o homem preso ganha nova vida na Era Progressiva, e os administradores e profissionais prisionais começam a adotar técnicas de trabalho oriundas da medicina e das ciências humanas para lidar com os presos, como o estudo de caso. É perfeitamente conhecido o resultado das práticas adotadas neste período: a criação das Big Houses, grandes prisões que abrigavam até 2.500 homens e que, apesar de algumas amenidades, como salas decoradas para os presos, mantinham boa parte das mazelas presentes no sistema penitenciário, principalmente a inadequação das condições físicas e a brutal institucionalização da vida dos presos. Estas instituições chamaram a atenção dos sociólogos, sendo o ambiente em que foram produzidos alguns dos mais importantes estudos penitenciários.

Talvez os ideais penais não precisem ser corroborados para permanecerem existindo. Na APAC de Bragança Paulista, permanecia intacto o ideal de que a maciça presença de profissionais especializados e o contato com voluntários da comunidade formariam o ambiente ideal para a recuperação dos presos.

Mas, no geral, a utilização desse termo para designar os presos não passava de um eufemismo. Podemos vê-lo ser utilizado por presos dos lugares mais diversos, desde aqueles submetidos aos rigores do Regime Disciplinar Diferenciado, existente em algumas penitenciárias paulistas e considerado um dos mais rígidos do país, até os presos da extinta Casa de Detenção de São Paulo, sobre a qual não pairava a mais leve suspeita de ser capaz de

recuperar os presos. A forma “reeducando” é uma maneira de evitar a humilhante designação de “presos”.

Numa proposta de valorização humana, é admissível o eufemismo recuperando para evitar o uso dos termos preso, interno, condenado ou sentenciado, os quais, embora verdadeiros, não deixam de chocar e depreciar o ser humano. (OTTOBONI, 1997: 99).

Por isso, a palavra “reeducando” era utilizada nos documentos produzidos pela instituição e nos diálogos travados entre os membros da APAC. Como eufemismo, porém, ela servia mais para ocultar as reais condições de vida daqueles homens do que para torná-los mais aptos a viverem dignamente. Podemos argumentar que, ao contrário da opinião comum, o termo “reeducando” seja, ele sim, humilhante. Um “preso” não deixa de possuir as características anteriores à prisão, conquanto agora esteja preso. O complemento “preso” – homem “preso” – indica mais um estado do que uma característica inerente à pessoa, e é sempre possível pensar que um homem “preso” seja ainda um homem. A palavra “reeducando” indica imediatamente uma condição inerente à pessoa que a torna diferente das demais. Como alguém que necessita de reeducação, ela é inferior, diferente das demais. Enquanto qualquer pessoa pode estar “presa”, só os deficientes podem ser “reeducandos”. Fique claro que, com esta discussão, não pretendo justificar qualquer destes termos. É justamente necessário apontar que a linguagem vem se tornando meramente instrumental, de tal forma que gradualmente se perdem os sentidos conotativos que portam as palavras. Isso se verifica na utilização dessas palavras. A rigor, não importa que termo seja utilizado. Tanto um quanto o outro se refere àquelas pessoas submetidas à prisão, consideradas portadoras de um mal que as torna perniciosas para a vida social e condenadas a jamais poderem deixar esta posição. Além disso, a raiz social do crime é a tal ponto conhecida que mesmo os mais aguerridos defensores de programas rigorosos de vigilância e punição a identificam imediatamente. Da mesma maneira, a clientela atendida é descrita pela instituição como formada por homens que

[...] provêm de uma camada social que está à margem de todos os direitos inerentes a simples condição de seres humanos. Assim, excluídos e sem acesso ao elementar (moradia, alimentação, saúde e educação) para uma digna formação e desenvolvimento enquanto indivíduos, emaranham-se nas fendas do crime, de onde quase nunca conseguem se desvencilhar. (BRAGANÇA PAULISTA, [199-]).

Em outro documento lê-se que:

Geralmente são indivíduos de baixo poder aquisitivo, lares desestruturados, exclusão social, baixo nível de instrução, desqualificação profissional, vínculo conjugal instável, dependência química, expectativas de vida não condizentes com a realidade, descompromisso no papel como chefe de família, ausência de amor fraterno originado na infância. (Mazzuchelli, 1999).

Esse reconhecimento não impedia que a instituição promovesse trabalhos que enfocassem, por exemplo, terapias individuais ou em grupo para os presos, em nítido contraste com a percepção do problema como tendo origem social. As imagens que a instituição produzia sobre o reeducando eram muito variadas, constituindo um conjunto sincrético de concepções que não permitiam a identificação de um ideário penal muito preciso. Havia – como em geral, em todo o sistema penitenciário – um conjunto de crenças de senso comum sobre a melhor forma de tratá-los para promover sua reinserção social. Por isso, não cabe realizar a crítica a este ideário penal, que não possui as condições de racionalidade que justifiquem o trabalho de crítica. É mais profícuo que um trabalho de investigação sobre o sistema penitenciário se debruce sobre as relações sociais concretas estabelecidas por seus agentes. As idéias que eles produzem podem ser mais do que meros reflexos dessas relações, mas é necessário conhecer estas relações para poder julgar seu valor. Conquanto a discussão tenha sido iniciada neste nível ao se descrever o sentido que a palavra possuía para os próprios presos, há ainda algumas características desta unidade prisional a serem conhecidas antes que possamos considerar o sentido adequado desta palavra.

8.3. O perfil sócio-demográfico dos presos.

A seguir, serão apresentados os dados demográficos e criminais dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista, considerando uma população total de 266 presos. Mensalmente, a APAC produzia relatórios sobre o perfil de sua população. Os dados a seguir referem-se ao mês de setembro de 2000 e são provenientes de um desses relatórios, o único deste tipo a que tive acesso (MICHELAN, 2000). Posteriormente, os funcionários que me auxiliaram na obtenção deste e de outros documentos se tornaram inacessíveis, o que explica a restrição nos dados obtidos. A ausência de controle sobre a escolha do mês pode implicar em um viés de

amostra, pois se sabe que pode haver variação sazonal na população prisional e o mês de setembro não é necessariamente representativo do ano todo. Um exemplo desta variação é a que ocorre ao final de cada ano quando uma parte da população deixa o sistema penitenciário em virtude do indulto de Natal, que atinge fundamentalmente os presos condenados por crimes menos graves, tornando este tipo de crime menos comum no sistema. Apesar da escolha desse mês ter sido casual, o que pode indicar aleatoriedade na constituição da amostra, isso implica em que o perfil traçado a seguir deve ser entendido como provisório. Vale mencionar, porém, que o censo penitenciário de 2002 realizado no Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2004e) adotou uma técnica de seleção amostral que também se restringiu a alguns meses do ano (da segunda quinzena de julho à segunda quinzena de setembro) em virtude do grande dinamismo da população carcerária, o que torna a seleção realizada na presente pesquisa próxima do procedimento adotado pelo próprio Estado. Apesar de seu caráter descritivo, os dados sobre Bragança Paulista serão comparados de forma preliminar (sem preocupação estatística) àqueles encontrados pelo censo de 2002. A ausência de controle amostral sobre a origem dos dados impediu a realização de inferências seguras sobre a representatividade da amostra apaqueana frente à população prisional do Estado. Além disso, do Censo realizado estão excluídos os presos sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública, o que pode comprometer a comparação.

Quanto à faixa etária, temos, de acordo com a tabela 4, uma concentração na faixa dos 18 aos 34 anos, contemplando 73,31% da população. A população de Bragança Paulista segue a tendência geralmente apresentada pela população prisional do Estado de São Paulo de se concentrar nas faixas de idade mais jovens. O censo penitenciário realizado em 2002 em São Paulo (SÃO PAULO, 2004e) mostrou que 76,1% dos presos se concentravam nestas faixas etárias.

Tabela 4 Distribuição segundo a faixa etária dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

<i>Faixa etária</i>	<i>n</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem acumulada</i>
<i>18-24 anos</i>	97	36,46617	36,46617
<i>25-34 anos</i>	98	36,84211	73,30827
<i>35-44 anos</i>	43	16,16541	89,47368
<i>45-54 anos</i>	11	4,135338	93,60902
<i>55 ou mais anos</i>	7	2,631579	96,2406
<i>Não consta</i>	10	3,759398	100
<i>Total</i>	266		

Fonte: Michelan (2000).

Na tabela 5, temos a forma de prisão, que pode ser por flagrante, por mandado de prisão, recaptura ou transferência. A maior parte da população (85%) foi presa em flagrante ou através de mandado de prisão.

Tabela 5 Distribuição segundo a forma de prisão dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

<i>Forma de prisão</i>	<i>n</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem acumulada</i>
<i>Flagrante</i>	123	46,41509	46,41509434
<i>Mandado de prisão</i>	102	38,49057	84,90566038
<i>Recapturado</i>	8	3,018868	87,9245283
<i>Transferido</i>	32	12,07547	100
<i>Total geral</i>	265		

Fonte: Michelan (2000).

Quanto à profissão, a situação da população prisional de Bragança Paulista é apresentada na tabela 6. Nota-se um grande predomínio de profissões que não exigem qualificação, como a de “ajudante geral”, que corresponde a 24,43% da população. Não há qualquer referência a profissões liberais ou que exijam nível de escolarização superior, apesar de algumas referências a profissões que podem exigir especialização técnica, como “operador de máquinas” e “estoquista”. Apenas 2 pessoas (0,75% da população) alegam estarem desocupadas, ou seja, admitem não terem profissão anterior à prisão.

Tabela 6 Distribuição segundo a profissão dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

<i>Profissão</i>	<i>n</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem acumulada</i>	<i>Profissão</i>	<i>n</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem acumulada</i>
<i>Outros</i>	66	24,81203	24,81203008	<i>Marceneiro</i>	2	0,75188	93,60902256
<i>Ajudante geral</i>	65	24,43609	49,2481203	<i>Montador</i>	2	0,75188	94,36090226
<i>Pedreiro</i>	31	11,65414	60,90225564	<i>Servente de pedreiro</i>	2	0,75188	95,11278195
<i>Lavrador</i>	17	6,390977	67,29323308	<i>Auxiliar de escritório</i>	1	0,37594	95,4887218
<i>Pintor</i>	15	5,639098	72,93233083	<i>Auxiliar de montagem</i>	1	0,37594	95,86466165
<i>Comerciante</i>	12	4,511278	77,44360902	<i>Auxiliar de produção</i>	1	0,37594	96,2406015
<i>Motorista</i>	9	3,383459	80,82706767	<i>Caseiro</i>	1	0,37594	96,61654135
<i>Vendedor</i>	7	2,631579	83,45864662	<i>Estoquista</i>	1	0,37594	96,9924812
<i>Balconista</i>	5	1,879699	85,33834586	<i>Madeireiro</i>	1	0,37594	97,36842105
<i>Funileiro</i>	4	1,503759	86,84210526	<i>Não consta</i>	1	0,37594	97,7443609
<i>Borracheiro</i>	3	1,12782	87,96992481	<i>Operador de máquinas</i>	1	0,37594	98,12030075
<i>Eletricista</i>	3	1,12782	89,09774436	<i>Raspador de tacho</i>	1	0,37594	98,4962406
<i>Jardineiro</i>	3	1,12782	90,22556391	<i>Retilínista</i>	1	0,37594	98,87218045
<i>Mecânico</i>	3	1,12782	91,35338346	<i>Secretario</i>	1	0,37594	99,2481203
<i>Desocupado</i>	2	0,75188	92,10526316	<i>Soldador</i>	1	0,37594	99,62406015
<i>Encanador</i>	2	0,75188	92,85714286	<i>Sucateiro</i>	1	0,37594	100
<i>Total parcial</i>	247			<i>Total parcial</i>	19		
<i>Total geral: 266 presos</i>							

Fonte: Michelan (2000).

Temos a seguir (tabela 7) o perfil criminal dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista. O *n* total é de 273. Como já vimos, a população prisional era constituída por 266 homens. Alguns deles, porém, estavam presos por mais de um crime. Para computarmos a proporção de cada tipo de crime, somamos todas as acusações, constituindo um total de 273 (havia 7 presos com duas acusações diferentes computadas). Note-se a grande quantidade de presos para os quais não consta o artigo infringido (*n*= 45, ou 16,48%), o que pode comprometer a análise desta variável. Mas a ordem em que aparecem os crimes pela tipologia, se desconsiderarmos este grupo, é semelhante àquela apresentada pelo censo de 2002, no qual temos: roubo (47,3%), tráfico de drogas (11,4%), furto (12,1%) e homicídio (8,4%), totalizando 79,2% da população total. Há que se notar a grande incidência do que podemos chamar de “crimes contra a propriedade” (roubo e furto, que totalizam 31,2%), e do

tráfico de drogas (20,51%), o que corresponde à tendência observada em geral no Estado de São Paulo⁶.

Tabela 7 Distribuição segundo o artigo infringido dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

<i>Artigo infringido</i>	<i>n</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem acumulada</i>
<i>Roubo (art. 157 do Código Penal)</i>	61	22,34432234	22,34432234
<i>Tráfico de drogas (art. 12)</i>	56	20,51282051	42,85714286
<i>Furto (art. 155)</i>	32	11,72161172	54,57875458
<i>Homicídio (art. 121)</i>	26	9,523809524	64,1025641
<i>Estupro (art. 213)</i>	12	4,395604396	68,4981685
<i>Pensão alimentícia (art. 733)</i>	7	2,564102564	71,06227106
<i>Porte de arma (art. 10)</i>	6	2,197802198	73,26007326
<i>Estelionato (art. 171)</i>	9	3,296703297	76,55677656
<i>Receptação (art. 180)</i>	5	1,831501832	78,38827839
<i>Atentado violento ao pudor (art. 214)</i>	3	1,098901099	79,48717949
<i>Consumo de drogas (art. 16)</i>	2	0,732600733	80,21978022
<i>Desacato (art. 331)</i>	2	0,732600733	80,95238095
<i>Lesão corporal (art. 129)</i>	2	0,732600733	81,68498168
<i>Seqüestro (art. 148)</i>	1	0,366300366	82,05128205
<i>Dano (art. 163)</i>	1	0,366300366	82,41758242
<i>Presunção de violência (art. 224)</i>	1	0,366300366	82,78388278
<i>Falsidade ideológica (art. 301)</i>	1	0,366300366	83,15018315
<i>Uso de documento falso (art. 304)</i>	1	0,366300366	83,51648352
<i>Não consta</i>	45	16,48351648	100
<i>Total geral</i>	273	100	

Fonte: Michelin (2000).

Temos, na tabela 8, a distribuição dos presos de acordo com sua escolaridade. A imensa maioria dos presos (92,48%) possui até o ensino fundamental (que consta no levantamento como “primeiro grau”) completo. Há uma grande concentração (78,57%) na faixa que possui apenas o ensino fundamental incompleto. A mesma concentração se encontra no censo penitenciário de 2002: 73,8% dos presos do Estado estão na faixa do ensino fundamental incompleto.

⁶ Para esta classificação, adotou-se o mesmo critério do Censo Penitenciário de 2002 (SÃO PAULO, 2004a): tomou-se a classificação geral dos crimes (contra a vida, contra a paz pública, etc.) e deles foram separados os tipos mais comuns (estupro, roubo). “Outros” inclui tudo o que não entrou nas classificações anteriores.

Tabela 8 Distribuição segundo a escolaridade dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

<i>Escolaridade</i>	<i>n</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem acumulada</i>
<i>Analfabeto</i>	11	4,135338	4,135338346
<i>1º grau incompleto</i>	209	78,57143	82,70676692
<i>1º grau completo</i>	26	9,774436	92,48120301
<i>2º grau incompleto</i>	5	1,879699	94,36090226
<i>2º grau completo</i>	14	5,263158	99,62406015
<i>Não consta</i>	1	0,37594	100
<i>Total geral</i>	266	100	

Fonte: Michelin (2000).

Quanto à cor, observamos uma predominância de brancos na população (72,93%), seguidos por pardos e negros. Esse resultado segue uma tendência também encontrada no restante da população prisional do Estado, havendo uma predominância de brancos (45,8%), seguidos por mulatos (17,3%), negros (16%), índios (1,9%) e orientais/asiáticos (0,5%). Esses dados, porém, devem ser questionados a partir da constatação de uma tendência existente no Brasil de negros que se declaram pardos ou brancos devido ao tipo de preconceito envolvido com a imagem do negro (BRASIL É..., 18 de maio de 2003).

Tabela 9 Distribuição segundo a cor dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

<i>Cor</i>	<i>n</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem acumulada</i>
<i>Branco</i>	194	72,93233	72,93233083
<i>Pardo</i>	58	21,80451	94,73684211
<i>Negro</i>	11	4,135338	98,87218045
<i>Não consta</i>	3	1,12782	100
<i>Total geral</i>	266	100	

Fonte: Michelin (2000).

Quanto ao estado civil, a maior parte dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista se declara solteiro (76,69%). No Estado de São Paulo, a maior parte dos presos se declara casada ou amasiada (54,9%), enquanto os solteiros constituem 38,5% da população.

Tabela 10 Distribuição segundo o estado civil dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

<i>Estado civil</i>	<i>n</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem acumulada</i>
<i>Solteiro</i>	204	76,69173	76,69172932
<i>Casado</i>	40	15,03759	91,72932331
<i>Divorciado</i>	13	4,887218	96,61654135
<i>Separado</i>	3	1,12782	97,7443609
<i>Viúvo</i>	3	1,12782	98,87218045
<i>Não consta</i>	3	1,12782	100
<i>Total geral</i>	266	100	

Fonte: Michelin (2000).

Foi possível estabelecer também o tempo de cumprimento de pena de cada preso, contando os dias desde a prisão até a data final do levantamento (30 de setembro de 2000), com exceção dos presos que deixaram a prisão durante o mês de setembro, para os quais foi computado o tempo até a referida data. Temos, assim, que a maioria da população da Cadeia Pública de Bragança Paulista estava presa há um ano ou menos (74,44%) e que 91,7% da população estava presa há até dois anos. Apenas 4 presos (1,5%) estavam presos há mais de 4 anos.

Tabela 11 Distribuição segundo tempo de prisão dos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

<i>Tempo</i>	<i>n</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Porcentagem acumulada</i>
<i>Até 1 ano</i>	198	74,43609	74,43609
<i>Mais de 1 ano até 2 anos</i>	46	17,29323	91,72932
<i>Mais de 2 anos até 3 anos</i>	10	3,759398	95,48872
<i>Mais de 3 anos até 4 anos</i>	8	3,007519	98,49624
<i>Mais de 4 anos até 5 anos</i>	2	0,75188	99,24812
<i>Mais de 5 anos</i>	2	0,75188	100
<i>Total</i>	266	100	

Fonte: Michelin (2000).

Os dados mostram, no geral, uma população jovem, sem especialização profissional, condenada por roubo, tráfico de drogas, furto ou homicídio, cuja escolaridade restringe-se ao ensino fundamental incompleto, branca, solteira e presa há um ano ou menos. Os dados parecem indicar uma população que se encontrava no estrato sócio-econômico mais baixo⁷, o

⁷ Adorno, Lima e Bordini (1999: 67) inferem a classe social – conceito que não se presta facilmente a estudos empíricos – a partir da escolaridade e da atividade ocupacional.

que justifica a imagem que a instituição possuía sobre seus presos como pessoas provenientes de camadas sociais à margem dos benefícios providos pela sociedade.

8.4. A organização da população prisional: o Conselho de Sinceridade e Solidariedade.

O Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS) era um órgão formado pelos presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista cujo objetivo era estabelecer contato entre eles e os membros da APAC, servindo de intermediários. Parecem ter havido modificações substanciais na composição e nas funções exercidas por este Conselho ao longo do tempo. Em princípio, seu trabalho deveria consistir em levar informações dos presos para a APAC e vice-versa, auxiliando este intercâmbio. Um documento de 1997 (SÃO PAULO, 1997) explica que quando um preso necessitava de atendimento (médico, jurídico, psicológico, entre outros), devia dirigir-se aos conselheiros de sua cela que, então encaminhavam seu pedido. Quando, ao contrário, os profissionais é que solicitavam o preso, os conselheiros também se incumbiam de fazê-lo chegar ao profissional. O Conselho de Sinceridade e Solidariedade desempenhava constantemente esta função. Um carcereiro, por exemplo, disse que apreciava trabalhar ali porque não precisava entrar no presídio: era só chamar o preso pelo nome “ali de fora mesmo” que o pessoal do Conselho de Sinceridade e Solidariedade se incumbia de trazê-lo até o portão. Isso se aplicava a qualquer caso, como, por exemplo, para consultas com o advogado.

Havia um CSS para cada anexo da Cadeia Pública de Bragança Paulista (havia, portanto, dois CSS). Cada CSS era liderado por um Presidente pertencente ao respectivo anexo e escolhido pela Diretoria da APAC entre os presos de bom comportamento. Além do Presidente, faziam parte do CSS dois presos por cela, que eram chamados de “representantes de cela”.

A existência do CSS vinha diretamente da influência exercida em Bragança Paulista pela experiência de São José dos Campos. Lá também havia o CSS, que exercia atividades semelhantes. Infelizmente, devido a sua desativação, não pude observar o CSS em funcionamento na APAC-mãe.

Inicialmente planejado para ser um Conselho, o CSS tornou-se rapidamente, em Bragança Paulista, uma estrutura hierárquica centrada na figura do Presidente e que deixava em segundo plano o princípio da representação por cela, expresso no remoto documento de 1997. Na época em que eu comecei a fazer a pesquisa, o princípio de formação do CSS era: a Diretoria Executiva da APAC escolhia o Presidente de cada CSS e este, por sua vez, escolhia quatro auxiliares, que podiam, também eles, escolher quatro auxiliares. Apesar de haver uma certa organização na escolha, o traço fundamental do CSS era sua dependência frente ao Presidente que, contando com o apoio da APAC, tinha liberdade para formar seu corpo de auxiliares. Era comum ouvir relatos de grande rotatividade entre os membros do CSS. Muitos desistiam do trabalho que executavam em virtude da sistemática oposição que tinham de fazer aos outros presos e das funções de controle e vigilância que os membros do Conselho executavam. Por isso, o Presidente podia escolher outros ajudantes conforme a situação exigisse.

As incumbências do CSS parecem ter, desde cedo, ultrapassado aquelas descritas na parte já citada do documento de 1997 pois mais à frente, neste mesmo documento, lê-se que o CSS, com anuência do “Presidente e da Diretoria” [da APAC] pode “...entre outras providências, efetuar, por exemplo, a transferência do preso de uma cela para outra, caso ocorra algum tipo de desinteligência entre eles” (SÃO PAULO, 1999). Isso quer dizer que, havendo alguma desavença entre colegas de cela, era dado ao Conselho de Sinceridade e Solidariedade o poder de transferir um dos presos para outra cela. O poder de transferir o preso de uma cela para outra não era incólume. Implicava no poder de decidir pela organização dos grupos no interior da Cadeia Pública, já que os presos de uma mesma cela tendiam a formar grupos coesos em oposição aos outros (através do fenômeno de ingroup e outgroup). O Conselho de Sinceridade e Solidariedade parece ter desde cedo recebido mais poder do que aquele suposto por sua descrição como simples intermediário.

No ano 2000, o Conselho de Sinceridade e Solidariedade era marcado por uma divisão de tarefas entre os presos que o tornava uma organização relativamente complexa. Para o Anexo 1, por exemplo, a estrutura do Conselho de Sinceridade e Solidariedade era a seguinte:

1. Presidente do CSS
2. Supervisor de Disciplina
3. Responsável pelo encaminhamento Social, Psicológico e Jurídico
4. Responsável pelas galerias e chave das mesmas (5 presos, que se revezam em turnos nas três alas do anexo 1)
5. Responsável pela faxina (dois presos)
6. Responsável pelo setor de trabalho AMP, externa e interna
7. Responsável pela confecção
8. Responsável pela Cantina
9. Responsável pela Farmácia (dois presos)

10. Responsável pela Manutenção interna
11. Responsável pelo livro de pontos/remissão, listas de compras e entregas
12. Responsável pela entrega de café em todos os setores
13. Responsável pela chave da gaiola (Setor AMP interna, externa, farmácia, dentista, CSS e mezanino: dois presos que se revezam).
14. Responsável pela chave do portão interno, do carga e descarga e a chave do portão de acesso ao corredor da enfermaria (dois presos)

Esta lista merece alguns comentários. Em primeiro lugar, note-se a existência de um “Supervisor de Disciplina”, responsável pela manutenção da ordem no interior da Cadeia Pública. Sua função era impedir que houvesse desavenças graves entre os presos. Algumas vezes, presos me disseram que uma de suas funções era promover a reconciliação entre colegas que houvessem brigado. Outro ponto digno de nota é que o encaminhamento profissional do preso passou a ser Delegado a um dos membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade, mostrando uma especialização das funções inicialmente propostas para todos. Outro membro do Conselho, como se pode ver, ficava responsável pelo livro ponto e cuidava da distribuição do salário mensal entre os presos de acordo com o trabalho que executassem. Note-se, também, a existência dos “responsáveis pelas galerias”. Os “galerias”, como eram chamados, controlavam basicamente toda a movimentação no interior do presídio. Se algum preso quisesse cortar o cabelo, deveria chamar um galeria, explicar-lhe o que queria, esperar por sua autorização, e só então poderia, ultrapassando o portão controlado pelo galeria, dirigir-se à barbearia. Função semelhante era executada pelos responsáveis pela “chave da gaiola” (“gaiola” era uma parte da Cadeia Pública cercada por tela de arame, lembrando uma gaiola) e pela chave do “portão interno”. Este último controlava alguns portões, entre eles o externo, que dava passagem às peças produzidas pelos presos e que eram carregadas em caminhões para serem enviadas à empresa contratada. As funções básicas eram as mesmas no Anexo 2, mas havia variações decorrentes da estrutura física do prédio (havia menos galerias no Anexo 2) e dos serviços existentes (havia apenas uma oficina no Anexo 2).

Os galerias eram a tal ponto presentes no cotidiano dos presos que todos os membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade eram indiscriminadamente chamados pelos voluntários e por diversos presos de “galerias”. Esta contaminação verbal não deixava de corresponder à realidade. Uma boa parte do trabalho dos membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade (com exceção daqueles cujos trabalhos eram mais específicos, como o preso responsável pelo livro ponto) era cuidar da segurança do prédio, sendo esta uma responsabilidade inclusive por parte do Presidente do Conselho. Como a segurança era uma preocupação central dos galerias e de outros membros do Conselho, boa parte do que faziam

tinha relação com este problema. Gostaria de apresentar dois exemplos destas funções. São comunicados afixados à parede do Anexo 1 e que se dirigiam a todos os presos do Anexo.

Conselho de Sinceridade e Solidariedade (Anexo 1)

Setor Disciplina – Comunicado

O Conselho de Sinceridade e Solidariedade, ora representado pelo Sr. X, vem através deste, comunicar todos os reeducandos, que a partir desta data, 28 DE JUNHO DE 2000, que em caso de agressão e mal comportamento em qualquer setor desta cadeia, os reeducandos envolvidos serão severamente punidos.

Por tanto a partir desta data, fica proibido qualquer tipo de desavença, por isso, contamos com a colaboração de todos, para o nosso próprio bem estar.

Desde já agradecemos a colaboração de todos.

O poder de punir severamente os reeducandos envolvidos significava, oficialmente, que os galerias podiam transferir um preso para a cela de segurança, da qual o preso ficava proibido de sair para os habituais banhos de sol e para a alimentação no refeitório. Os presos pareciam temer bastante esta cela que, fisicamente, era semelhante às outras. Uma vez, brincando com a cozinheira responsável, um auxiliar de cozinha disse, alegando que sua chefe era muito rigorosa com seus ajudantes:

? Desse jeito eu vou preferir pedir transferência pro “seguro” do que continuar aqui.

Essa brincadeira refletia a opinião partilhada por todos de que não havia pior lugar na Cadeia do que a “cela do seguro”.

Um grupo da OAB que visitou o local em 1996 já havia notado a influência do Conselho, e tinha uma opinião bastante positiva sobre sua função disciplinar:

Assim, a advertência não parte da Diretoria, mas do representante da organização dos presos, eleito para tal mister. De fato, parece notório o caráter reabilitador de tal medida. (KADUBA; PAULA; NUNES, 1996).

Um outro exemplo da atuação do Conselho de Sinceridade e Solidariedade se encontra no seguinte comunicado, também afixado no Anexo 1:

O presidente do CSS, ora representado pelo Sr. Reeduando X, vem gentilmente pedir a todos os reeducandos a colaboração de todos em todas as atividades, pois todos trazem para nós momentos de paz e de fé.

Desde já, os agradecimentos do Conselho do C.S.S. e de todo o pessoal da diretoria da APAC.

Bragança Paulista/SP, 01 de agosto de 2000.

A redação complicada queria expressar o seguinte: o Presidente do Conselho de Sinceridade e Solidariedade solicitava a todos os “reeducandos” que colaborassem com as atividades propostas pelos voluntários e funcionários a fim de que o presídio continuasse operando em ordem, em “paz”. Havia por parte dos membros do Conselho uma proximidade muito grande com os voluntários e funcionários, proximidade que já era esperada e que eu, como voluntário, pude sentir desde o primeiro dia. Eram os galerias que mais se aproximavam de nós para conversar, que mais pareciam ficar à vontade conosco, enquanto os outros presos aproximavam-se com um respeito temeroso (até se tornarem íntimos dos voluntários). Isso era visto como um problema pela coordenadora do meu grupo, que procurava por todos os meios ampliar o leque de contatos dos voluntários. Apesar do grupo de Valorização Humana ter desde o início tentado superar esta limitação, porém, jamais foi inteiramente bem-sucedido. O Conselho de Sinceridade e Solidariedade tinha como uma de suas incumbências estimular os presos a participarem das atividades voluntárias. Isso fazia com que algumas atividades só fossem freqüentadas por causa da insistência do Conselho de Sinceridade e Solidariedade. É importante destacar que isso implicava na existência de um vínculo entre o Conselho de Sinceridade e Solidariedade – que representava o poder oficial no seio da população prisional – e os voluntários e funcionários. O contato dos presos com os voluntários e funcionários, portanto, era filtrado pelos galerias, que, assim, davam um novo sentido a sua incumbência de servirem como “intermediários”.

No ano de 2001, após a transferência da Cadeia Pública de Bragança Paulista para a Secretaria de Administração Penitenciária, o nome do Conselho de Sinceridade e Solidariedade foi alterado para Comissão de Trabalhos Internos – CTI. O novo nome, de acordo com a então Diretora do Centro de Ressocialização, permitia que os seus membros auferissem remissão de pena pelos trabalhos ali executados⁸, o que o nome anterior não garantia. Uma voluntária, comentando a alteração, avaliou:

? Eles resolveram mudar. “Conselho de Sinceridade e Solidariedade” era um nome muito hipócrita, mesmo.

Um Conselho de “sinceridade” e “solidariedade” responsável pela vigilância e punição dos presos: os presídios brasileiros podem muitas vezes remeter-nos à obra de George Orwell.

⁸ Remissão é o instrumento jurídico pelo qual se permite ao preso que, a cada três dias trabalhados, seja diminuído um dia de sua pena.

8.5. O código de conduta e a hierarquia prisional.

Os presos na Cadeia Pública de Bragança Paulista tinham, como toda a população prisional brasileira, normas específicas que regulavam seu comportamento e eram determinadas internamente. Esse código normativo ditava o que era considerado certo e errado e a gravidade das faltas eventualmente cometidas pelos presos. O código carcerário é um conjunto de normas de conduta, que podem ser implícitas (ou seja, não ser verbalizadas), mas que determinam o comportamento dos presos e guiam sua vida prisional. Um preso novato pode aprender o código carcerário das formas mais variadas: através da observação e imitação dos comportamentos de seus companheiros, através dos conselhos ou orientações dos presos mais velhos ou sofrendo na pele as consequências de uma eventual violação a suas normas. A função e a origem do código carcerário são assuntos de amplas discussões. No presente trabalho, o código carcerário será considerado uma forma de manter controle social sobre a população prisional com o objetivo de fixá-la na “vida do crime” a fim de que os presos sejam mantidos como bodes expiatórios e continuem promovendo uma cisão estratégica na classe trabalhadora, cisão que opõe uma parcela desta classe a outra (considerada “criminosa”), permitindo assim a manutenção da hierarquia social típica das sociedades capitalistas, ao desviar a atenção da classe trabalhadora da própria luta de classes para um problema secundário que é a violência criminal. Essa definição, apesar de seu caráter generalista, não implica em que o código carcerário seja homogêneo. Há especificidades institucionais e regionais. Aqui, vamos tratar deste tema de modo geral para introduzir o problema das relações prisionais sob o controle da APAC. Esse assunto será retomado mais tarde, mas é necessário pontuar a existência dessas regras e descrever as características gerais que possuíam em Bragança Paulista.

Havia ali, como em todo o sistema penal, um conjunto de ações consideradas inapropriadas para os presos. Essas ações podiam variar em sua gravidade, indo desde faltas muito leves até faltas imperdoáveis. Este código guiava os aspectos mais variados do comportamento dos presos. Como é impossível descrever completamente este – como

qualquer outro – código moral, procurarei me ater a alguns pontos que sejam ilustrativos de seu funcionamento.

O código entre os presos da APAC previa regras mais ou menos rigorosas para o vestuário. Por exemplo, era proibido ao preso entrar no refeitório sem camisa ou usando boné. Aparentemente, eles consideravam ambas as formas de se vestir como um desrespeito ao ambiente do refeitório (em geral, o preso tira a camisa quando está praticando algum esporte, ficando com o corpo suado. E o refeitório, afinal de contas, é um lugar de higiene “e não um chiqueiro”, como me explicou um preso). Um relato que ouvi dava conta de um preso do Anexo 2 que estava jogando futebol quando começou a escurecer. O interruptor para as luzes do pátio ficava no interior do refeitório. Tomou a camisa, que estava no pátio, mas optou por não vesti-la pois, após olhar para ambos os lados do corredor, entendeu que não haveria risco de ser visto, pois não era horário de refeição e o local estava vazio. Seus companheiros de partida apenas o viram sair do pátio segurando-a. Correu até o refeitório, que ficava a uns dez passos do pátio, sem pisar dentro do refeitório bateu a mão no interruptor, que se encontrava próximo à porta e, mais relaxado, voltou ao pátio para terminar a partida. À noite, quando funcionários e voluntários já haviam partido, ele foi chamado por um preso que o confrontou:

? Quer dizer que você foi sem camisa para o refeitório?

O preso que me contou o caso comentou:

? Parece que é o próprio diabo que vigia a gente aqui dentro. Como é que eles ficaram sabendo disso?

A punição do infrator foi “tomar uns tapas” para que aquilo não voltasse a acontecer. Meu interlocutor revelou-se surpreso. Disse que no início, logo que foi preso, espantou-se com esta prática e só depois pôde se acostumar a ela. Segundo ele, a forma de se punir este tipo de comportamento era assim: quando o preso estava desavisado, no meio do pátio, por exemplo, formava-se um grupo de três ou quatro presos ao seu redor. Eles desferiam pequenos golpes (davam-lhe uns “safanões”, uns tapas, alguns socos) e o grupo imediatamente se desfazia, como se nada tivesse acontecido. Este tipo de punição era tão natural, segundo meu interlocutor, que preso algum se espantava com ela. Após algumas bordoadas, tudo se dissipava, cada um ia tomar conta de seus afazeres.

O mesmo rigor se dava em relação aos voluntários. O preso que fosse visto sem camisa em presença de um voluntário incorria em falta. Observava-se a mesma regra com relação aos funcionários. Caso se tratasse de alguém do sexo masculino, havia alguma tolerância a esta infração. Mas os presos consideravam, no geral, uma ofensa importante ser visto sem camisa em presença de uma mulher. Quando a Diretora do Centro de

Ressocialização (ou seja, após sua transferência para a Secretaria de Administração Penitenciária) resolveu fazer uma vistoria de surpresa no interior do prédio, provocou um enorme corre-corre entre os presos. Mesmo aqueles que jogavam bola no pátio tiveram que se dirigir às pressas para suas celas e vestir camiseta, caso contrário poderiam atrair para si problemas junto aos outros presos. Discutindo este assunto com um preso, uma voluntária sugeriu que a regra talvez fosse mais rígida do que o necessário – a Diretora, ou qualquer voluntária, não iriam se ofender caso pegassem de surpresa um preso despido. O preso concordou com ela:

? Eu falo pra eles: se a gente vai lá pra falar com ela, é uma coisa. Agora, se ela vem aqui dentro, a gente não devia ter que se vestir assim. Mas não adianta falar pra eles.

O linguajar utilizado pelos presos também podia ser alvo de censura. Não estarei exagerando se afirmar que jamais encontrei pessoas tão polidas quanto os presos de Bragança Paulista (outras instituições prisionais que visitei tinham característica semelhante). Os presos falavam sempre em tom de voz baixo, jamais utilizavam palavras de baixo calão, raramente nos dirigiam perguntas pessoais (mas respondiam a quase todas as perguntas que lhes dirigíamos), não usavam gíria, eram expansivos quando nos encontravam ou se despediam e sempre que a situação o permitisse procuravam se oferecer para nos fazer algum favor. Usar linguajar inadequado em frente a um voluntário, funcionário ou carcereiro podia ter a mesma consequência que se apresentar sem camisa: eram ambas faltas leves, mas puníveis fisicamente. Jamais, porém, seria permitido ao preso dirigir-se de maneira desrespeitosa ao voluntário, xingando-o, por exemplo.

As regras de conduta internas às celas eram parecidas com as observadas em outras unidades prisionais de São Paulo. Não era permitido entrar na cela calçando sapatos sujos para não sujar o chão (os presos, nesta situação, deixavam seus calçados na entrada da cela). Não era permitido usar o banheiro da cela enquanto outro preso estivesse se alimentando (as principais refeições, porém, aconteciam no refeitório). Não era permitido fazer barulho quando outro preso estivesse dormindo (o sono era visto pelos presos como o único momento em que estavam “livres”) . Comentando esse assunto, um “galeria” reclamou, mal-humorado:

? O único momento em que eu fico em paz é quando eu durmo, porque aí não tem diferença se eu estou aqui dentro ou lá fora. O problema é que eu não consigo lembrar dos meus sonhos. Nem para sonhar eu presto.

Este conjunto de pequenas regras de convivência foi criticado por um preso que afirmou ser preciso “se encolher” na cela a fim de não perturbar os outros. Mas ele discordou desta atitude dos presos:

? Aqui a gente tem que ocupar o menor espaço possível. Só que nós não estamos mais numa Cadeia: aqui é a APAC. Aqui a gente tem muito mais espaço. A gente tinha que ocupar mais espaço, e não menos. ? Esta comparação com uma Cadeia Pública normal será importante futuramente.

Em oposição a estas infrações mais leves, o roubo no interior da Cadeia era considerado uma falta grave. Um preso fez um relato rico em detalhes que pode mostrar ao mesmo tempo o funcionamento do código carcerário e sua relação com a hierarquia prisional. Meu interlocutor era um preso jovem e responsável por uma função pouco nobre na Cadeia. Sua destinação para essa função tinha relação com sua entrada no ambiente prisional. Ele havia sido acusado de tráfico de drogas, mas na verdade era um usuário que, por azar, foi encontrado após comprar uma quantidade relativamente grande de drogas. Como não era “do crime”, mas não havia nada em sua conduta que o desabonasse, era respeitado pelos outros presos, mas condenado a executar os trabalhos que presos mais “considerados” rejeitavam. Por várias vezes eu ouvi presos se referirem a esta como uma situação de “humildade”, ou seja, de uma digna subordinação a presos hierarquicamente superiores. Ele (o chamarei de A.) relatou que dormia profundamente um dia, quando teve um pesadelo (falávamos sobre sonhos premonitórios) no qual um dos rapazes de sua cela o atacava com uma faca e um companheiro de serviço desse rapaz ocultava tudo com uma toalha, para que ninguém visse. A. acordou assustado e olhou em volta – tudo em silêncio, todos dormindo. Esse rapaz que no sonho o atacava era a única pessoa da cela que não era confiável. Alguns dos outros moradores do “xis” às vezes não pareciam gostar muito dele. A., porém, não tinha nada contra o colega. Eu perguntei-lhe como estava o “clima” entre os dois naqueles dias, e ele contou-me que, no dia anterior, o relacionamento dos dois parecia ir muito bem. Na manhã seguinte ao sonho, A. entrou repentinamente na cela e viu o rapaz roubando algo de seu armário. Houve uma altercação verbal entre os dois. Meu interlocutor perguntou se ele havia cometido o roubo. O rapaz, por sua vez, fazendo ares de ofendido, perguntou em tom de ameaça:

? Você tá me chamando de ladrão?

O acusador respondeu:

? Você pode ser ladrão lá fora, mas aqui dentro você tem regras para seguir.

O rapaz então puxou uma faca para ele e perguntou se ele ia entregá-lo. A. contou que se lembrou imediatamente do sonho. O rapaz trabalhava na cozinha e a faca que ele lhe apontava havia sido roubada de lá. Isso era considerado um desvio grave, já que a escolha para trabalhar na cozinha significava uma grande confiança depositada no preso tanto por seus companheiros quanto pela APAC, justamente pelo acesso a estes apetrechos.

? Depositaram confiança nele e ele traiu esta confiança.

A., que já havia trabalhado na cozinha, reconheceu imediatamente a faca. Disse para o rapaz que não queria brigar ali dentro, que “ali não era lugar disso” (essa colocação será discutida oportunamente). O rapaz respondeu que quando saíssem da prisão, eles iam se ver “lá fora”. A. respondeu que não tinha medo:

? O que você quer para mim, eu quero também pra você.

Mas completou que ali dentro ele só queria “tirar a cadeia” (cumprir sua pena) em paz. Nesse momento, um outro rapaz, que trabalhava na cozinha junto com o primeiro, apareceu na cela carregando uma toalha. Novamente, isso o remeteu ao sonho que tivera. A. olhou detidamente para o rapaz que entrava e este lhe perguntou, irritado, porque é que ele o estava “encarando”. A. respondeu:

? Eu sei que você entrou aqui só pra esconder o que ele tá fazendo ? e mandou que o suposto cúmplice saísse logo da cela.

A. chamou os outros moradores da cela, contando-lhes o que havia acontecido, mas disse que não ia “acender”, ou seja, fazer qualquer denúncia. O líder da cela concordou – se ele não quisesse “acender”, não precisava. A. não era “do crime”, podia continuar “na sua humildade”. Mas o ladrão teria que mudar de cela. Isso foi providenciado sem que se explicasse exatamente aos outros presos o motivo da mudança, para não haver problemas para o rapaz.

É interessante que A. não tenha decidido acusar seu companheiro por roubo. Como era um preso “humilde”, ocupando uma posição hierárquica relativamente baixa, não tinha o mesmo direito de pronunciar uma acusação que teria um grande assaltante ou um grande traficante. Um acusador hierarquicamente inferior pode ter de apresentar mais evidências numa acusação como esta do que um preso respeitado. O roubo, porém, e o flagrante, o autorizariam a acusar mesmo um preso respeitado, que assim ficaria desonrado.

? Lá fora vocês falam que ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão. Mas aqui dentro não é assim não. Ladrão que rouba ladrão não dura muito na Cadeia.

A razão para não acusá-lo foi a preferência por “tirar a Cadeia em paz”. A acusação formal lhe daria um inimigo, alguém dentro da prisão com real interesse em prejudicá-lo e, possivelmente, com condições para fazê-lo (já que possuía cúmplices em suas atividades). Mas é possível que a razão principal para sua retração tenha sido a opção por não se envolver mais diretamente nas relações criminais dos presos da APAC. A. certamente encontraria apoio nos outros presos para punir o infrator. Mas, então, estaria estabelecendo ele mesmo cumplicidade com os presos dominantes, que poderiam exigir-lhe reciprocidade, entrando

numa teia de relações criminais que passariam a marcar sua vida dali em diante (ao menos no interior da instituição). A opção por não acusar foi uma opção por não entrar na vida do crime, por “continuar em sua humildade”. Ao estabelecer vínculos criminais mais fortes, ele deixaria a condição de “humilde”. Isso lhe garantiria algumas regalias, mas exigiria compensações, compensações estas que ele não estava disposto a oferecer. Um preso que optasse por permanecer “humilde” podia, portanto, viver em relativa tranquilidade na Cadeia Pública de Bragança Paulista. Um preso que já estivesse inserido na cultura criminal, por outro lado, não poderia deixar de acusar o infrator, sob pena de ser desmoralizado frente a seus companheiros. Um preso “considerado”, que já ocupasse uma posição de comando, provavelmente formalizaria uma acusação para não ser considerado um “vagabundo”, alguém que simpatizasse ou não se importasse com a atitude do infrator. A situação de “humilde” permitia que o preso se recolhesse dos valores criminais, desde que ele mesmo não cometesse algum deslize.

Numa outra situação de roubo, o acusado foi flagrado com os objetos de várias pessoas da cela em sua mala. Havia muitos presos ao seu lado e estes presos foram imediatamente reconhecendo seus objetos. O acusado defendeu-se alegando que aqueles objetos – como CDs e revistas – eram dele mesmo. Meu informante lamentou esta forma de defesa:

? Ele podia ter se defendido dizendo qualquer coisa, menos isso. Podia até ter dito que era cleptomaníaco. Mas ele não podia negar o que fez. As evidências estavam todas contra ele.

Apesar da punição merecida ser a morte, o acusado apenas apanhou e foi relegado a um duro ostracismo. Era como “um fantasma” vagando pelos corredores da Cadeia. Eu havia notado que ele aparentava estar mais triste (era um preso com quem eu conversava bastante) e começou a falar muito mal dos outros presos (dizia, por exemplo, que não queria mais ver ninguém dali após sair da Cadeia).

Como se vê, apesar da rigidez das regras, não havia um procedimento único a ser adotado em cada caso. As sanções, os perdões, as soluções para os impasses dependiam da forma como os presos entendiam os acontecimentos, dependiam das explicações dadas pelas partes envolvidas, dependiam das negociações e dos acordos firmados. Isso possivelmente se aplica a qualquer instituição prisional. Alguns estudiosos exageram o poder das regras prisionais e transformam os presos em autômatos obrigados a seguir as regras sem desvios. Essa explicação está muito longe do que se verifica. As situações mais embaraçosas podem

encontrar saídas inesperadas dependendo da habilidade das pessoas envolvidas em manipular os códigos prisionais.

Alguns tipos de crimes também eram considerados “desonrosos”. Como em todo o sistema penitenciário, havia, por exemplo, um ódio disseminado contra presos acusados de estupro. Não era raro que os presos expressassem este sentimento e discutissem as razões pelas quais um estuprador merecia um tratamento mais duro. Os voluntários sabiam que havia algumas proibições aos estupradores. Um estuprador – era o que se dizia – não podia dirigir a palavra a um voluntário sem que tivesse antes sido solicitado a isso. As interações com os estupradores (os chamados “duque treze”, em referência ao artigo 213 do Código Penal – o “duque” vem da forma como se costuma chamar a carta de número “dois” em alguns jogos de baralho) deveriam sempre ser iniciadas pelos voluntários. Um preso deixou clara sua opinião sobre estupradores em uma conversa comigo que ocorreu sem a participação, mas na frente, de um preso acusado de estupro. Meu interlocutor – um senhor de cabelos grisalhos, baixo, gordo, que falava com uma ênfase raivosa – dizia que os estupradores tinham que morrer, que se uma filha sua tivesse sido violentada o responsável por aquilo seria um homem morto. A presença do estuprador tornou claro que na Cadeia Pública de Bragança Paulista eles não contavam com o mesmo respeito que outros presos. Mesmo assim, os estupradores ali não eram mortos, como ocorre em outros lugares, e a razão para isso será discutida oportunamente.

Além disso, é interessante definir o que os presos entendiam por “estuprador”. Para eles, esta palavra era aplicável exclusivamente aos presos que houvessem forçado uma mulher à conjunção carnal através da violência, ou ameaça de violência, física. Alguns presos argumentavam que se uma mulher estivesse em condições de oferecer resistência mas não o fizesse, não se podia considerar o caso como um estupro. Da mesma forma, não se considerava o sexo com menores de idade, caso houvesse consentimento, como um estupro. Isso dava abertura para que os presos acusados de estupro ou abuso sexual negociassem sua relação com os outros presos. Um preso muito próximo de mim (E.) foi acusado, entre outras coisas, de cometer abuso sexual contra uma jovem menor de quinze anos. O preso, porém, argumentava que ela era sua namorada e não a havia forçado a relacionar-se com ele. Um dia, enquanto eu conversava sobre o código carcerário com um grupo de presos, E. passou por nós. O preso que estava com a palavra apontou para E. e disse:

? Aquele ali, por exemplo. Quando ele chegou aqui, foi acusado de estupro, mas falou que a menina era namorada dele. A gente continuou tratando ele igual os outros e ficou

esperando o resultado do processo. Ele foi inocentado. A própria menina falou que ele não forçou nada. Então, a gente não tem nada contra ele.

Este tempo de espera entre a prisão e a definição da situação do preso era comum. Um informante comparou a situação interna do preso a sua situação externa:

? Da mesma forma que o preso sumaria⁹ lá fora, ele sumaria aqui dentro. Só que lá fora ele demora alguns meses pra sumariar. Aqui dentro não: demora no máximo uns dez dias. E nem adianta mentir na Cadeia, porque a pessoa sempre vai ser descoberta.

Quando a pessoa “cai” (é presa), os outros presos vão querer saber porque ela “caiu” e quem ela era lá fora. Certa vez, por exemplo, um preso foi confundido com um policial por um de seus companheiros. “Sumariar a pena”, nesse caso, significou para ele o processo de confirmação a respeito de sua identidade.

Aliás, se ele realmente fosse um policial, teria que ser morto: era uma questão de honra. O ódio contra a polícia entre os presos era profundo e geral. A pior ofensa que podia ser dirigida contra qualquer daqueles homens era chamá-lo de “policial”, conforme me contou um preso. Dizer: “Você tá parecendo um policial” era uma forma gravíssima de ofender um companheiro, que podia resultar em desavenças mais sérias. Permitir a presença de um policial entre eles seria inaceitável. Um preso, certa vez, após contar-me que sua esposa trabalhava na delegacia de polícia, pediu-me segredo absoluto sobre isso:

? Se eles ficarem sabendo aqui dentro, eu vou ter problema.

Havia outras razões para “sumariar” a pena. Se o preso recém-ingressado estiver com alguma dívida, ele pode ser cobrado logo. Por outro lado, se ele for um “bom ladrão”, ele vai ser logo respeitado. Quando uma pessoa “cai” mas é inocente, os presos vão querer saber quem foi que “armou para ela cair”, ou quem foi que cometeu o crime e não assumiu, deixando o outro cumprir a pena em seu lugar. Este que cometeu o crime e não o assumiu já estará marcado, pois o que se espera de um preso, de alguém que infringiu a lei, é que ele “honre o nome do crime”. Se ele transgrediu, tem que ser “pra valer”. Não adianta cruzar a linha e depois querer voltar atrás. Essa pessoa é desprezada na Cadeia. Por isso, me ensinou um informante, podem-se ver pessoas que antes de serem presas trocam tiros com a polícia, às vezes arriscando a própria vida; matam policiais, armam uma grande confusão, às vezes não dá nem para entender por quê. A razão é simples: há pessoas que têm medo de voltar para a Cadeia pois sabem que infringiram o código, “pisaram na bola”, “vacilaram”, “deram mancada”, e podem ser mortas ao voltarem. Entretanto, se elas voltarem com honra, trocando

⁹ “Sumarização da culpa” refere-se à formação de culpa no processo jurídico no qual o acusado está envolvido. Ao invés de “sumarizar”, o preso utilizou “sumariar”.

tiros com a polícia, matando policiais, enfim, “honrando o nome do crime”, elas podem ser perdoadas por suas faltas e deixadas em paz.

Após “sumariar”, o preso é reconhecido em sua posição hierárquica específica. Há algumas palavras usadas para designar o status de um preso. Os presos mais respeitados, aqueles que por seus crimes ou suas ações mostraram-se capazes de “honrar o crime”, podiam ser chamados de “ladrões” (não no sentido usado anteriormente, quando o crime foi cometido contra colegas de cela) ou “malandros”. Os maiores “malandros” assumiam posição de comando no presídio, e os líderes máximos podiam ser chamados de “cabeças”. Por informações esparsas que recebi, cada Anexo da Cadeia Pública tinha um “cabeça”. Além dos “malandros”, havia os “humildes”, sobre os quais já discorri. Os presos também se referiam a alguns de seus pares como “nóias” (contração de “paranóia”), ligando este termo fundamentalmente aos drogadictos. Os “nóias” eram os presos que, para comprar drogas, faziam pequenos furtos, roubavam dinheiro dos próprios pais ou entravam em dívidas com traficantes (esses foram alguns exemplos que me foram dados pelos presos), as quais não tinham dinheiro para pagar. Entre os “nóias” e os traficantes havia diferenças imensas:

? Lá fora o pessoal acha que os dois são iguais. Mas aqui, os nóias são parte da rale.

Um traficante importante, por outro lado, era visto como um “malandro”.

No momento de “sumariar”, um “nóia” poderia ser tentado a mentir. Ser preso por porte de drogas não era um grande problema, mas alguns presos, por medo ou por arrogância (na opinião dos próprios presos), poderiam anunciar-se como traficantes, o que os autorizaria a terem regalias especiais na prisão. Após a declaração, o preso seria tratado com toda a deferência cabível. Se fosse posteriormente comprovado, porém, que ele não era um traficante, mas apenas um usuário, seria submetido a penas duras durante toda sua estadia. Os presos chamavam a estes colegas que mentiam para se beneficiarem ou, em outro caso, que ameaçavam colegas e depois, por medo, não cumpriam a ameaça, de “comédias”.

Outra categoria era a dos “ursos”, ou traidores. Os delatores podiam ser designados por este termo. Um preso que conheci (G.) foi liberado e, um mês depois, foi novamente preso. Ao ser recolhido, foi acusado pelos companheiros de cela de ter se insinuado para a esposa de um dos presos, enquanto ainda estava em liberdade. A fantasia de que as esposas não conseguiam tolerar a ausência dos maridos e procuravam consolo nos braços de outros homens era comum entre os presos. Por isso, quando G. concretizou esta fantasia, os presos

manifestaram contra ele uma enorme animosidade. Ele foi relegado ao isolamento. O termo utilizado para o designarem também era “urso”¹⁰.

“Ursos”, “nóias”, “comédias”, “duques-treze” formavam a “ralé” da Cadeia. “Malandros” ou “ladrões” formavam seu estrato superior. Os “humildes” se encontravam numa situação intermediária. Apesar de aparentemente a hierarquia prisional ser bem definida, essas palavras eram apenas alguns dos termos utilizados pelos presos. Havia outros, cada qual com uma conotação diferente (“dedo de seta”, por exemplo, refere-se aos delatores entre algumas populações prisionais). A catalogação completa desses termos é tão impossível quanto desnecessária. A posição dos presos não era inflexível, havia possibilidades de alteração, e dois presos poderiam discordar quanto à classificação de um mesmo colega. Exceto nas infrações graves, que pareciam marcar definitivamente a opinião dos presos, todo o resto era passível de mudanças *ad hoc*. Alguns autores tenderam a considerar estas palavras como indicativas de uma posição quase estamental, da assunção de uma situação hierárquica fixa e quase imutável. Isso parece não se verificar. O que cumpre deixar estabelecido é que os presos reconheciam a existência de uma hierarquia marcada pela adesão aos valores do “mundo do crime” e pelo cumprimento das exigências contidas no código prisional, e que havia uma certa estabilidade nesta hierarquia, que não era, porém, absoluta.

*

Algumas vezes, os voluntários reuniam-se em círculo para conversar com os presos. Passávamos muito tempo falando sobre suas famílias, sobre nossas famílias ou sobre as mazelas da vida prisional. Numa dessas ocasiões, havia entre nós um preso bastante jovem, de cabelos e olhos claros, cuja aparência, assim, diferia bastante da aparência do restante dos presos. Ele conversava animadamente conosco. Frequentemente, porém, era abordado por outros presos que passavam pelo pátio e gritavam-lhe ironias, cujo sentido eu não conseguia entender.

? E aí, rapaz? ? gritavam alguns presos, rindo, e continuavam seu caminho.

Nesses momentos, ele fechava o semblante e emudecia. Logo, porém, voltava a conversar conosco. Quando descíamos para o almoço, convidei-o para nos acompanhar. Ele respondeu com uma evasiva, acompanhou-nos até o portão do pátio e esgueirou-se para sua cela. Não mais o vi naquele dia.

Esta situação se repetiu em outra ocasião, quando ele conversava comigo. Alguns presos passavam por ele, tocavam-lhe ligeiramente e exclamavam:

¹⁰ Em referência à expressão “abraço de urso”, que indica um gesto aparente de amizade cujo objetivo final é prejudicar o objeto da ação.

? Tudo bem, Rosinha?

Ele fechava o semblante e nada respondia. Numa dessas vezes, ousou retrucar à provocação. O preso que passava esboçou um gesto de raiva e ameaçou:

? Ó, Rosinha! Cuidado!

Fiquei perplexo. Aquele comportamento por parte dos presos era para mim incompreensível e inédito. Parecia-me um enorme desrespeito e supus, temeroso, que meu interlocutor fosse um “duque-treze”, um estuprador. Isso pareceu se confirmar quando um preso passou e deu-lhe um beliscão nas nádegas. Era evidente que aquele comportamento não poderia ser tolerado no ambiente prisional por qualquer um que não fosse obrigado a isso.

Passadas várias semanas, levei uma máquina fotográfica para registrar alguns ambientes da Cadeia. Um galeria com quem eu nunca havia conversado, vendo-me com o aparelho, pediu-me que tirasse uma fotografia dele. Ao postar-me, ele solicitou que eu aguardasse um pouco: desejava ser fotografado fazendo um movimento de capoeira. Não podia, porém, fazê-lo sozinho. Saiu rapidamente e voltou com um companheiro para auxiliá-lo: era o preso que havia sido chamado de “Rosinha”. Ambos começaram a conversar, assumindo, como treino, a posição em que seriam fotografados. Após acertarem os detalhes, pediram-me que os fotografasse. Neste momento, surgiu do corredor um preso muito antigo com quem eu tinha contato freqüentemente e, vendo o que se passava, parou, por brincadeira, entre os dois, impedindo que assumissem as posições. O galeria pediu-lhe que não atrapalhasse, pois o “senhor” que ia tirar a foto estava esperando. C., o preso brincalhão, respondeu:

? Então eu vou ficar na frente dele pra ele não poder tirar a foto ? e posicionou-se na minha frente.

O galeria pareceu ficar assustado inicialmente, talvez por achar que eu fosse me irritar com isso, mas se acalmou ao me ver sorrir para C. e trocamos brincadeiras sobre a situação. “Rosinha” e o galeria voltaram a buscar uma posição e C. encostou-se à parede ao meu lado:

? São uns moleques esses dois ? ele disse, apontando para as discussões que eles travavam para acharem a melhor posição. Depois, C. afirmou:

? Esse aí tá virando malandro aqui na Cadeia ? e apontou para “Rosinha”. Aí, completou: ? É viadinho esse aí.

Eu me surpreendi:

? Como?

? É viadinho esse aí, o Rosinha.

Eu fiquei chocado com a frase, dita, ainda por cima, perto dos dois. Não sei se eles puderam ouvir. Eu sorri meio sem graça para C.:

? É mesmo?

? É. Você não sabia? Ele era garoto de programa.

? Ah, é?

? É, ele ficava na rua.

Nesse momento, eu entendi porque toda vez que “Rosinha” estava no pátio, era provocado pelos outros presos, que passavam por ele e o tocavam ou diziam coisas das quais ele não gostava. Também pude entender por que ele fazia o possível para ignorar as brincadeiras, ficando sempre sério e jamais respondendo de forma ameaçadora, e por que, quando ele o fazia, era solenemente ignorado ou ameaçado pelos outros. Também pude entender, obviamente, por que seu apelido era “Rosinha”. Mas minha atenção se dirigiu para outro ponto:

? E quer dizer que ele tá virando malandro aqui dentro?

? Pois é. Tá virando malandro depois que entrou na Cadeia ? respondeu C., com um ar meio de desdém, meio de aprovação. ? Agora ele só anda com os galerias e tá até aprendendo capoeira.

Deve-se notar, em primeiro lugar, que os homossexuais (e, por extensão, os garotos de programa) eram vistos com desdém e desrespeito pelos outros presos, e que eles não tinham pudor em mostrar este desrespeito mesmo em frente aos voluntários (dos quais muitas coisas se escondiam). Em segundo lugar, é importante notar que a atitude assumida pelo preso não foi a de se opor, mas de ignorar as ofensas, e que quando respondia a elas, o fazia de forma tímida. Mesmo assim, nessas ocasiões podia ser ameaçado, mostrando que a violência física possivelmente lhe estaria reservada caso não se submetesse. Em terceiro lugar, que mesmo nesta situação ele encontrou meios de ascender na hierarquia prisional e tornar-se, a pouco e pouco, um “malandro”. Seu caso parece mais uma exceção do que a regra, mas é uma exceção significativa. Mostra que é possível haver alterações na hierarquia prisional e que mesmo no mundo prisional é necessário entender as interações individuais com as regras de conduta. Mostra que as instâncias individuais permanecem ativas, que, enfim, há espaço no mundo prisional para além da sociologia das instituições: ainda há ali espaço para uma psicologia social.

CAPÍTULO 9. A ROTINA

No clássico The society of captives, Gresham M. Sykes (1999), ao escrever sobre a rotina do New Jersey State Maximum Security Prison afirmou que ali havia pouca variação de uma ala para outra, de um dia para outro, de uma estação do ano para outra. A rotina da instituição, como narrada pelos guardas, expressava para o autor o “sabor” do aprisionamento como poucos relatos conseguiam. O que se vê naquela obra, em seguida, é um relatório minucioso que detalha em intervalos que chegam a cinco minutos as atividades dos presos e dos guardas durante dias normais, finais de semana e feriados. Essa rotina massacrante que acomete aos presos e aos guardas é típica de uma instituição cujo objetivo é manter sobre os presos um poder total, controlando cada detalhe de suas vidas. Tal projeto, que com algumas exceções foi à bancarrota já em 1840, de produzir uma perfeita máquina institucional de controle, não se aplicava à Cadeia Pública de Bragança Paulista e ao trabalho da APAC. O projeto ali era outro: produzir um cotidiano que pudesse dar aos presos oportunidade de se expressar e de criar, de tal forma que, ao deixar a vida prisional, estivessem mais aptos a viver em liberdade. Mas na Cadeia Pública de Bragança Paulista a rotina podia ser bastante exaustiva, deixando passar ao largo, muitas vezes, as tentativas de variar os estímulos ambientais como previa o projeto apaqueano.

Num relatório produzido ao final do ano 2000 na Cadeia Pública de Bragança Paulista sobre a ocupação dos presos na unidade prisional (ver tabela 12), consta que, de um total de aproximadamente 226 presos, 190 (ou 84%¹¹) trabalhavam em alguma atividade designada pela APAC (BRAGANÇA PAULISTA, 2000a). O trabalho penal se iniciou em seu formato mais recente na Cadeia Pública de Bragança Paulista em novembro de 1994, quando um grupo de 16 presos passou a trabalhar para empresas da região. Já em abril de 1997, pouco

¹¹ Com a exclusão de oito presos relacionados entre os ocupados, mas dispensados do trabalho por falta disciplinar, falta no trabalho ou afastamento médico.

tempo após o início dos trabalhos da APAC, a proporção de presos ocupados era alta, atingindo 64,7% da população (ENTREVISTA COM ADOLFO ROCCO, abr. 1997). Os horários dessas atividades podiam variar, mas em geral ocupavam todo o dia, indo aproximadamente das 7:00h às 17:00h. Havia um intervalo para o almoço, que ia, em geral, das 12:00h às 14:00h. O trabalho penal só era relaxado às quintas-feiras após o meio-dia, quando os presos recebiam visitas, e aos sábados e domingos. Aos domingos também ocorriam visitas. Isso significava que o cotidiano dos presos daquela unidade era marcado por uma longa jornada de trabalho que tomava todos os dias da semana, e que apenas era entrecortada pelos dias dedicados às visitas de amigos e familiares. A exceção era o sábado, dedicado ao descanso. Para compreendermos a rotina dos presos, devemos, assim, compreender essas duas grandes áreas da vida prisional, o trabalho e as visitas.

Qualquer leitor familiarizado com relatos da vida prisional brasileira pode estranhar que em uma unidade prisional uma proporção tão grande dos presos dedique tanto tempo ao trabalho. Isso merece um comentário. No ano de 2002, nas unidades prisionais ligadas à Secretaria de Administração Penitenciária, 59,9% do total dos presos trabalhava (SÃO PAULO, 2004e). Este percentual era maior no regime semi-aberto, em que o preso tinha o direito de sair durante o dia para trabalhar, chegando a 74,7%. Os presos em regime semi-aberto, porém, representavam apenas 13,8% do contingente do Estado de São Paulo, e a maior parte dos presos cumpria pena em regime fechado. Neste caso, uma proporção menor, de 57,9% dos presos, trabalhava. A Cadeia Pública de Bragança Paulista não era uma exceção ao mobilizar um grande contingente de presos para o trabalho. Ela era uma exceção, possivelmente (já que não foram realizados censos equivalentes nesses lugares e não há certeza quanto aos números), considerando-se as unidades prisionais sob administração da Secretaria de Segurança Pública (principalmente as Cadeias Públicas e os Distritos Policiais), locais em que não há previsão de trabalho por serem destinados à guarda de presos provisórios (ou seja, não condenados). Para esses presos, “o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento” (Lei de Execução Penal, art. 31, parágrafo único). A existência de presos condenados nestas unidades compromete nesta, como em muitas outras áreas, o cumprimento dos direitos garantidos legalmente para os presos. A APAC, de qualquer forma, conseguiu operar uma mudança importante ao transformar uma Cadeia Pública num estabelecimento prisional com porcentagem de ocupação no trabalho em média superior à dos estabelecimentos ligados à Secretaria de Administração Penitenciária.

Em vista de sua importância, iremos descrever a principal atividade dos presos de Bragança Paulista – o trabalho remunerado – e o principal momento de sua suspensão, as visitas. Antes, porém, iremos descrever brevemente como se dava o ingresso e qual era a trajetória típica, ou esperada, de um preso no interior daquela unidade. Isso porque além da rotina diária de trabalho e outras atividades, havia uma rotina seguida pelos presos ao longo de seu encarceramento e que indicava mudanças de sua posição na instituição. O encarceramento na Cadeia Pública de Bragança Paulista seguia alguns passos típicos que devem ser descritos para compreendermos sua dinâmica institucional.

9.1. O ingresso e a trajetória dos presos de Bragança Paulista.

Ao chegar à Cadeia Pública de Bragança Paulista, um preso típico era enviado para a cela de triagem, o “xis” 10, que ficava na ala mais antiga da unidade, o corredor central do Anexo 1. Este corredor já existia antes da APAC atuar no local. A cela 10 era a mais ocupada de todas, sendo a primeira a sofrer os efeitos de eventuais superlotações da unidade. Sua capacidade era para 30 presos, mas às vezes este número era excedido. Quando isso ocorria, os presos tinham de dormir em colchões jogados ao chão. Era o que eles chamavam de “dormir na praia”. Sinal das precárias condições das unidades prisionais do Estado era o fato de os presos darem-se por satisfeitos em terem colchões, o que representava uma melhoria significativa em relação a outras Cadeias Públicas. Um preso antigo contou-me que antes das reformas implementadas pela APAC, a ocupação do “xis” 10 podia chegar a 80 presos. Jamais presenciei uma ocupação tão densa que obrigasse os presos a dormirem próximos ao banheiro, o que costuma representar uma humilhação adicional perpetrada contra os presos mais novos em várias Cadeias Públicas, onde a posição ocupada pelo preso na cela depende de sua posição hierárquica.

Os presos da cela de triagem tinham um banho de sol mais controlado. Na época em que todas as celas do Anexo 1 eram abertas ao mesmo tempo aos sábados para o banho de sol, apenas a cela 10 permanecia fechada. Era aberta posteriormente, quando o pátio já estava vazio. Não se confiava, em geral, nos presos da “triagem” que, por serem novatos, não conheciam a rotina do local. Além disso, este era o período em que os galerias avaliavam o

risco potencial representado por aqueles homens. Os outros presos aproveitavam este período para “sumariar” o colega (conforme visto anteriormente).

O banho de sol era o único momento em que um preso da “triagem” deixava a cela, com algumas exceções. As refeições, que eram feitas por todos os presos no refeitório, eram servidas para os novatos em sua própria cela. Deste modo, eles tinham poucas oportunidades de abandonar o local e causar algum problema para os galerias ou os carcereiros. Apenas em algumas festas especiais e nos dias de visita eles podiam deixar a cela.

Um preso passava trinta dias na triagem antes de ser deslocado para outra cela. Tradicionalmente, deslocava-se para outra cela do Anexo 1. Como eram presos recém-ingressados, eram os que mais sofriam com a falta de atividades, já que a designação das atividades remuneradas privilegiava os presos em regime semi-aberto, deixando os presos provisórios – em geral os mais recentes – em último lugar.

A decisão sobre a cela a ser ocupada pelo novato dependia de uma negociação entre os “moradores” das celas e os galerias. Em geral, optava-se pela cela mais vazia. Caso houvesse razões para supor o surgimento de problemas de segurança a partir da convivência entre o novato e presos de uma determinada cela (como presos desafetos ou antigos cúmplices que poderiam conspirar para uma fuga), ele era deslocado para uma outra cela que garantisse maior segurança. Em geral, o processo sofria a interferência dos galerias. Nunca ouvi falar em presos que “alugassem” a cela, como ocorria na Casa de Detenção de São Paulo. Obtive a informação de que alguns presos da “ralé” podiam ser obrigados a pagarem para seus colegas de cela não os maltratarem, numa espécie de “seguro de vida”. Mas isso estava desvinculado da ocupação do espaço, que parecia ter uma destinação mais igualitária entre os presos (dentro de certas condições, como a antiguidade do preso na instituição).

A saída da “triagem” não implicava em um relaxamento da vigilância. Esses presos novos e pouco conhecidos continuavam sob o olhar atento dos galerias até que ficasse evidente não terem a intenção de fugir ou “acender” os colegas (incitar-lhes para atos de infração ou rebelião). Mas neste caso havia exceções. Conheci um caso em que o preso deixou a cela de triagem para ingressar, poucas semanas depois, no Conselho de Sinceridade e Solidariedade. Quando lhe perguntei a razão para esta ascensão tão rápida, ele respondeu que os galerias perceberam que ele era “de confiança”, sem explicar o que isso queria dizer.

Presos reincidentes também passavam trinta dias na “triagem”, não importando sua trajetória pregressa. Isso podia ser um elemento de preocupação para os galerias, já que um preso experiente poderia tentar mobilizar os colegas mais novos de cela para se oporem ao trabalho do Conselho de Sinceridade e Solidariedade. Um antigo Presidente do CSS e que foi

readmitido a Bragança Paulista após uma transferência contou-me ter enfrentado oposição dos galerias, que temiam que ele quisesse usar sua influência para liderar os presos.

Em geral, os presos da “triagem” não conheciam os voluntários e se surpreendiam mesmo ao terem notícia de sua existência. A rotina da unidade podia espantar um novato. Possivelmente, as diferenças entre o que se espera de uma Cadeia e o que se encontrava na Cadeia Pública de Bragança Paulista explicavam esta surpresa. Em uma festa de Natal realizada após a transferência para a Secretaria de Administração Penitenciária, um agente que tomava conta de uma oficina do Anexo 1 mostrou-me um senhor de bermudas e óculos que olhava abismado enquanto os presos, ao redor de uma grande mesa enfeitada, se atiravam aos salgados, doces e bebidas levados por funcionários e voluntários.

? Aquele já chegou aqui hoje. Já pensou o que está passando pela cabeça dele? Acabou de chegar e já tem festa com bolo, refrigerante e tudo mais.

No Anexo 1 os presos tinham menos liberdade para deixarem as celas. Por isso, desejavam a transferência para o Anexo 2, em que havia maior possibilidade de movimentação e um ambiente mais agradável. A transferência para o Anexo 2 era decidida a partir do número de vagas disponível. Ao final do ano, após o indulto de Natal, o Anexo 2 costumava esvaziar-se, liberando vagas esperadas ansiosamente pelos presos do Anexo 1. A prioridade era dada para os presos que já haviam progredido para o regime semi-aberto, já que o Anexo 2 havia sido construído com a finalidade de abrigá-los. Em seguida, vinham os presos condenados. Os presos provisórios tendiam a ocupar apenas o Anexo 1.

Tipicamente, os presos do Anexo 1 não conheciam o Anexo 2. Alguns me contaram que fantasiavam o dia da transferência, imaginando como seria “do outro lado”. No Anexo 2 as celas eram abertas pela manhã e só eram fechadas à noite, ainda assim havendo a possibilidade do preso sair para o banheiro a qualquer momento, o que não ocorria no Anexo 1. Nos dias de visita, o Anexo 2 apresentava mais espaço para a circulação dos visitantes. Suas paredes eram mais bem pintadas. Os banheiros localizavam-se fora das celas, o que dava ao ambiente uma aparência de maior higiene. Os presos do Anexo 1 às vezes expressavam desagrado frente ao que percebiam como um tratamento diferencial dado aos presos de ambos os Anexos. Quando surgiu uma proposta de criar uma sala para a realização de trabalhos manuais, o que permitiria que os presos que fabricassem peças de artesanato obtivessem remissão de pena, alguns presos do Anexo 1 fizeram uma denúncia de que esta proposta havia sido anunciada para todos os presos, mas apenas os do Anexo 2 haviam sido convidados para discutí-la em reunião. Talvez isso se devesse à constituição diferencial das populações de ambos os Anexos: os presos do Anexo 2 tendiam a ser presos já condenados ou mesmo

cumprindo pena em regime semi-aberto, e por isso tinham preferência na escolha dos trabalhos. Símbolo deste tratamento diferencial era o fato de os presos do Anexo 1 serem admitidos ao refeitório apenas depois que os presos do Anexo 2 já tivessem terminado de almoçar. Alegava-se a necessidade de não misturar ambas as populações, evitando-se assim problemas de segurança, mas esta explicação não contemplava a prioridade dada ao Anexo 2. Além disso, quando o Centro de Ressocialização passou por um período de superlotação, no início de 2002, em que sua ocupação chegou a mais de 260 presos (para uma capacidade de 230) podendo, segundo alguns relatos, chegar a picos de mais de 280 presos, o Anexo 2 continuou sendo ocupado na medida de sua capacidade. No Anexo 2 não havia superlotação. Os presos do Anexo 2 evitavam dirigir-se ao Anexo 1. Um preso contou-me que só ia até lá para medir sua pressão arterial (a enfermaria ficava no Anexo 1) pois detestava aquele lugar.

Alguns funcionários e voluntários tinham uma forma bastante sintética de explicar as diferenças entre os Anexos. Após a transferência para a Secretaria de Administração Penitenciária, a Cadeia Pública recebeu a denominação de Centro de Ressocialização de Bragança Paulista. Apesar dos Centros de Ressocialização serem destinados a presos condenados com baixo potencial de ameaça à sociedade, o Centro de Ressocialização de Bragança Paulista continuou recebendo presos provisórios, sendo uma exceção entre todas as unidades congêneres. A partir deste momento, tornou-se comum dizer que a unidade de Bragança Paulista era uma instituição híbrida: por um lado, devido ao Anexo 1, era uma Cadeia Pública. Por outro, devido ao Anexo 2, era um Centro de Ressocialização. Apenas no Anexo 2, dizia-se, era possível aplicar integralmente os princípios de trabalho da APAC.

Um preso transferido para o Anexo 2 raramente era transferido de volta para o Anexo 1, exceto como punição. Neste caso, o preso era colocado no “castigo”, a cela destinada aos presos infratores. A cela do “castigo” localizava-se no Anexo 1, no corredor central, e era uma cela acanhada que ficava logo na entrada da Cadeia Pública. A localização desta cela variou ao longo do tempo. Após algumas reformas, foi destinado para o “castigo”, o “xis” 7, localizado próximo a uma janela que deixava ver a rua. Antes de ser destinada aos infratores, o “xis” 7 tinha sido ocupado pelos galerias, que por sua ampla liberdade de movimentação (sua cela era a única do Anexo 1 que permanecia aberta o dia todo) pareciam não ser importar muito com suas dimensões ou sua localização. Dentre as celas do corredor central ou do Anexo 1, apenas as celas de triagem e de castigo recebiam iluminação solar, o que representava uma grande vantagem.

Havia inúmeras razões pelas quais um preso podia ser levado para a cela do castigo: por desavenças com colegas, por atos de agressão, por tentativa de fuga, por desrespeitar os

galerias e até mesmo por faltar ao serviço. Era em geral a cela mais temida pelos presos. Quem encaminhava os colegas para a cela do castigo eram os próprios membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade, com anuência da Diretoria da APAC e dos carcereiros. Um preso explicou-me:

? Pra nós, dói muito ter que levar um companheiro pro castigo.

Uma pessoa encaminhada para a cela do “castigo” podia ser condenada a trinta dias sem receber visitas e sem banho de sol.

Um preso disse-me certa vez que alguns colegas temiam a transferência para o Anexo 2. Vendo minha surpresa diante da informação insólita, ele explicou:

? Eles acham que aqui tem muita briga. Mas não é verdade. Se você ficar tranquilo aqui, não acontece nada.

Talvez o aumento das agressões no Anexo 2 tivesse relação com a maior liberdade de movimentação. Mas o problema não era exatamente a briga:

? Eles têm medo de acabarem brigando e serem transferidos para o xis 7, do castigo. Sair daqui, que tem bastante espaço, as paredes bem pintadas, bastante luz, para ir para o xis 7 não é fácil, não. Por isso, alguns preferem nem sair de lá de cima. Para não ter decepção.

A cela do castigo podia tanto estar vazia (o que ocorria com frequência) quanto estar completamente cheia. Numa ocasião em que a encontrei surpreendentemente lotada, com presos dormindo ao chão, fui informado de que, devido ao aumento no número de presos da triagem, alguns, por falta de espaço, haviam sido transferidos para o “castigo”. Outro preso afirmou que também havia muitos transferidos do Anexo 2 por atos de indisciplina.

A trajetória esperada de um preso da Cadeia Pública de Bragança Paulista – da “triagem” para o Anexo 1 e daí para o Anexo 2 – podia ser interrompida pela liberdade, pela fuga (um evento raro) ou por uma infração que levasse o preso a ser transferido para o “castigo” ou para outra unidade prisional. Esta trajetória podia também ser submetida a deformações decorrentes de inúmeros fatores – recusa em ser transferido para o Anexo 2 por medo das brigas, por exemplo – que não podem ser completamente contabilizados. A divisão entre os Anexos produziu uma diferenciação entre os presos no interior da própria Cadeia, simbolizada pelos privilégios possuídos pelos presos do Anexo 2. A Cadeia Pública de Bragança Paulista era uma instituição híbrida, em que havia uma parte mais assemelhada a uma Cadeia Pública normal e outra parte diferenciada em que se procuravam aplicar de forma mais completa os princípios de ressocialização. Nenhum desses Anexos, porém, lembrava realmente a imagem comum das Cadeias Públicas: superlotação constante, mau cheiro, deficiências na infra-estrutura. Ao contrário, como já foi ressaltado, o fato do Anexo 1 ser

considerado um lugar “ruim” mostrava os progressos obtidos pela APAC na administração daquela unidade e simbolizados pelo Anexo 2: um investimento maciço nas melhorias infra-estruturais e na prestação de serviços que tornava aquele lugar um ambiente diferenciado em relação às demais unidades prisionais.

9.2. O trabalho.

Um dia típico na APAC era marcado pela intensa movimentação de presos. Do lado de fora da Cadeia já se podia ouvir o barulho ininterrupto das atividades desenvolvidas pelos presos. Deslocando-se para lá e para cá, os presos mostravam-se atarefados, às vezes preocupados, não podiam parar. O trabalho era visto por muitos presos como a atividade mais importante do cotidiano da APAC.

Podemos dividir os trabalhos executados na Cadeia Pública de Bragança Paulista em três grandes tipos: os trabalhos de manutenção e organização da própria Cadeia, os trabalhos executados em oficinas industriais e os trabalhos artesanais, chamados pelos presos de “manuais”¹². Cada tipo de trabalho obedecia a critérios diferentes, o que os tornava significativamente diferentes. Os trabalhos industriais e os trabalhos internos à Cadeia Pública obedeciam a diretrizes da APAC, que os controlava quanto ao horário e ao tipo de atividade executada. Os trabalhos artesanais eram realizados individualmente pelo preso sem qualquer interferência importante da APAC, que se restringia eventualmente a facilitar a posse das matérias-primas necessárias. A única ligação organizacional do trabalho artesanal com a

¹² Tem originado uma discussão árdua, quase abandonada a partir de meados do século XX, a função do trabalho prisional. No século XIX, o trabalho executado em prisões foi considerado por diversos agentes sociais como uma forma desleal de rebaixar o valor e a oferta de trabalho para os homens livres e como uma forma desleal de concorrência pelos empresários excluídos deste mercado, já que a utilização de homens presos exigia dos patrões menos despesas com manutenção e salário (O'BRIEN, 1998. Também ver a este respeito o trabalho de SALLA, 1991). Outra fonte de discussão era a questão de saber se os presos deveriam produzir bens para consumo no mercado ou apenas fornecer bens essenciais para o Estado (o que reduziria o problema da concorrência com outras empresas). Mas a questão essencial – ao menos sob a ótica dos penitenciários – sempre foi saber se o trabalho prisional contribuía para a ressocialização dos homens presos e qual a melhor forma de adequar o trabalho à função “ressocializadora” da prisão. Esta questão tornou-se cada vez menos premente à medida que os problemas de administração carcerária deixavam evidente a impossibilidade de empregar todos os homens presos, invertendo o problema surgido no século XIX: se naquela época o problema com que se defrontavam os administradores era o de saber como melhor obrigar os homens ao trabalho, o problema agora é saber como oferecer vagas suficientes para todos os presos que querem trabalhar. A divisão comum entre as formas de trabalho penal obedece a essas discussões.

Cadeia Pública de Bragança Paulista era a proibição ou restrição da entrada de alguns materiais vistos como potencialmente perigosos. Por essas diferenças, o trabalho artesanal será deixado de lado em algumas descrições que englobam os trabalhos internos e industriais.

Os horários de trabalho e o número de dias trabalhados por semana na Cadeia Pública de Bragança Paulista dependiam do tipo de trabalho executado. Os trabalhos em oficinas industriais contavam com um horário semelhante ao observado em ambientes fora do presídio: 5 horas de trabalho pela manhã, seguidas pelo almoço e por 4 horas de trabalho à tarde. A diferença mais importante relacionava-se ao horário do almoço, com duas horas de duração, ao contrário da costumeira duração de uma hora. Trabalhava-se, nestas oficinas, cinco dias por semana. Os trabalhos internos tinham horários variados, dependentes do tipo de atividade executada. Trabalhos corriqueiros, como de barbearia, tendiam a acompanhar o horário dos trabalhos industriais (a maior parte dos serviços internos seguia aproximadamente este horário). A farmácia tinha um horário que se estendia até às 22h00, devido à necessidade de fornecimento de medicamentos durante a noite. A cozinha funcionava até às 20h00, quando terminava a arrumação e limpeza de bandejas e talheres.

Tabela 12 Levantamento das vagas oferecidas, horário e dias de trabalho por semana, por setor de trabalho na Cadeia Pública de Bragança Paulista.

<i>Setor</i>	<i>Local</i>	<i>Vagas</i>	<i>Horário</i>	<i>Dias por semana</i>
<i>Industrial</i>	AMP externo	20 vagas	7-12 14-18	5
	AMP interno	90 vagas	7-12 14-18	5
	Castelo	16 vagas	7-12 14-18	5
	Confecção	8 vagas	7:30-11:30 13:30-17:30	5
	Guarilux	5 vagas	7-12 14-18	5
<i>Interno</i>	Barbearia	1 vaga	8-17:30	5
	Cantina	1 vaga	8 ÀS 20	7
	Cozinha	12 vagas	7-14 13-20	7
	Farmácia	1 vaga	8 as 22	7
	Lavanderia	2 vagas	7-12 14-18	6
	Manutenção interna			
	Anexo 1	2 vagas	7-12 14-18	7
	Manutenção interna			
	Anexo 2	2 vagas	7-12 14-18	7
	Faxina Anexo 1	2 vagas	7 as 18	6
	Faxina Anexo 2	4 vagas	7 as 18	6
	Faxina externa	2 vagas	7 as 18	7
<i>Totais</i>	<i>15 setores</i>	<i>168 vagas</i>		

Fonte: Associação de Proteção e Assistência Carcerária (BRAGANÇA PAULISTA [199-?]).

A maior parte dos presos estava empregada em trabalhos industriais. O trabalho industrial era baseado em contratos firmados entre a APAC e empresas da região pelos quais

estas deslocavam uma parte de seu processo produtivo para a Cadeia Pública de Bragança Paulista em troca de um pagamento que podia variar segundo o tipo de atividade executada. Num levantamento não datado de vagas oferecidas para trabalho (tabela 12), a maior parte destas, 73,2%, era oferecida pelas oficinas industriais. Verifica-se o mesmo num levantamento do número de presos efetivamente ocupados, recolhida no final de 2000 (tabela 13): 65,6% dos presos trabalhavam em oficinas industriais (BRAGANÇA PAULISTA, 2000a). Esta preponderância explicava-se por serem os trabalhos industriais a principal fonte geradora de renda para os presos e porque muitos empregadores pagavam-nos por produção: quanto maior a produção (implicando num maior número de presos empregados) maior o pagamento ao final do mês.

Tabela 13 Levantamento do número de presos ocupados por setor na Cadeia Pública de Bragança Paulista.

<i>Setor</i>	<i>Local</i>	<i>Contagem de presos por local</i>	<i>Contagem de presos por setor</i>
<i>Industrial</i>	AMP Externo	18	
	AMP Interno	80	
	Austin	8	
	Castelo	19	
	Guarilux	5	130
<i>Interno</i>	Cabeleireiro	1	
	Cantina	1	
	Cozinha	12	
	CSS I	14	
	CSS II	13	
	Farmácia	1	
	Faxina 1	2	
	Faxina 2	4	
	Lavanderia	1	
	Manutenção Anexo 1	1	
	Manutenção Anexo 2	1	
	Pintura	2	
	Representação	1	
	Serviços externos	6	60
	<i>Dispensados</i>	8	8
<i>Totais</i>	<i>19 setores</i>	<i>198</i>	<i>198</i>

Fonte: Associação de Proteção e Assistência Carcerária (BRAGANÇA PAULISTA, 2000a).

Os rendimentos provenientes da execução destes trabalhos eram distribuídos entre os presos seguindo um procedimento peculiar. Legalmente, os presos não estão protegidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas e a principal orientação constante da Lei de Execução Penal quanto ao pagamento pelo trabalho é de que ele não deve ser inferior a $\frac{3}{4}$ de salário mínimo. As empresas que contratavam o serviço dos presos podiam, assim, efetuar o pagamento de variadas formas. Podiam tanto estabelecer um salário fixo para os presos quanto lhes pagar pela produção final. Ao mesmo tempo, estas variações eram acompanhadas pelo problema adicional de que os trabalhos internos não geravam renda para a APAC: a faxina, a cozinha, os trabalhos de reforma e manutenção do prédio não eram gratificados com salários pagos pelas empresas contratadas. Essas diferenças podiam tornar-se graves na medida em que criariam distinções entre os presos, separando-os por tipo de trabalho e

criando o problema de escolher quais presos deveriam ser privilegiados com os trabalhos mais bem remunerados. Para evitar este inconveniente, a APAC, “ante a absoluta e grave ausência de regulamentação a respeito do contrato de trabalho do trabalhador preso” (SÃO PAULO, 1997: 26) decidiu adotar o seguinte procedimento: os pagamentos efetuados pelas empresas eram somados, formando uma única conta geral dos rendimentos obtidos pela APAC, sendo então dividido igualmente entre todos os presos de acordo com o tempo efetivamente trabalhado por cada um. O tempo de trabalho na APAC tinha o mesmo valor para cada preso e assim evitavam-se as diferenças advindas do tipo de trabalho executado. Deste rendimento geral eram descontados 25%, que eram destinados a um fundo de manutenção do prédio (SÃO PAULO, 1997: 26) e mais 15% que iam para um fundo de amparo às vítimas dos presos. No caso dos traficantes, cujas vítimas não eram identificáveis, o dinheiro era destinado a entidades da região que lutavam contra a drogadição. No ano 2000, o rendimento médio de um preso da APAC por nove horas de trabalho diário era de R\$60,00 por mês. “O estímulo à busca do desenvolvimento da atividade”, afirma um relatório da OAB (KADUBA; PAULA; NUNES, 1996), “é evidente, assim como se torna evidente a ausência de sentimento de menos valia por parte dos trabalhadores, que não se sentem diferenciados no que tange ao recebimento de remuneração”.

Quem cuidava dessas contas era um preso. Sua tarefa era de grande responsabilidade. Certa vez, ao encontrá-lo junto do computador às voltas com uma enorme planilha, pedi para que ele me explicasse o que estava fazendo:

? Eu tô contabilizando as faltas dos presos. Não pode deixar passar nenhuma falta senão algum preso pode receber mais do que deve e aí prejudica os outros.

? Por quê?

? No final do mês, a gente faz um bolão e divide entre os presos de acordo com o tempo que ele trabalhou. Por isso a gente não pode deixar passar nenhuma falta.

A divisão igualitária explica a resposta que recebi ao descrever para um preso o funcionamento de uma cooperativa de trabalho: cada um recebe de acordo com o tempo trabalhado, sem distinções entre os trabalhadores.

? Então a APAC é uma cooperativa! ? ele exclamou, espantado.

Apesar desta meticulosidade, havia exceções no processo de divisão dos rendimentos. Quando a Cadeia Pública estava sendo pintada, os “faxinas” – presos responsáveis pela limpeza – passaram a ser solicitados com maior frequência para limpar as manchas de tinta que ficavam no chão. Num final de semana em que ocorreria um evento especial na Cadeia

Pública, os faxinas foram solicitados a limparem o chão pela manhã antes do evento para que o prédio fosse apresentado impecável. O faxineiro contou-me:

? Só que eu tava tão cansado que falei que não ia dar. Eles até me ofereceram mais vinte reais para fazer o serviço, mas eu falei que não tinha jeito.

Quando perguntei quem eram “eles”, o preso respondeu:

? Os galerias lá.

Alguns presos podiam ser afastados de seu trabalho por problemas disciplinares, por faltas, por atrasos ou por problemas de saúde. Um comunicado de julho de 2000 alertava que três faltas no setor de trabalho implicavam no regresso do preso para a cela de triagem e na proibição de freqüentar todas as atividades “da casa” por um período de trinta dias. Podia ocorrer que o afastamento estivesse vinculado à transferência do preso para a cela de castigo, de onde ele não podia sair para a oficina. O afastamento implicava em que o preso deixava de receber seu salário. Numa ocasião, enquanto eu conversava com uma das advogadas da APAC, um preso aproximou-se pedindo-lhe que intercedesse junto ao setor de trabalho a fim de ser readmitido nas oficinas. Sua expulsão era devida a seus freqüentes atrasos. Justificou-se para a advogada, alegando que os dias de atraso foram consecutivos às finais de um campeonato de futebol, o que o obrigou a permanecer acordado até tarde.

? Eu acho que a emenda vai ser pior que o soneto ? comentou a advogada ? e isso vai te comprometer ainda mais.

Um preso, após uma parada cardíaca, recebeu recomendações médicas para se afastar do trabalho industrial. Seu salário era de R\$ 60,00 mensais (igual, em média, ao salário de todos os outros presos). Como, porém, este era o seu único rendimento, ignorou as recomendações e continuou a trabalhar. Por conta disso, entrava em freqüentes choques com o médico da APAC e com a enfermeira. Apesar da APAC entregar uma cesta básica todo mês para sua família, havia muita gente morando em sua casa e os suprimentos não eram suficientes para um mês inteiro. Após uma nova parada cardíaca, ele foi proibido pela APAC de trabalhar nas oficinas. Ele passou a reclamar para os voluntários dizendo que aquela situação era injusta e feria seus direitos trabalhistas. Sem aquele dinheiro, ele alegava, ficaria sem condições de comprar pasta-de-dente, sabonete e sabão. A assistente social da APAC garantiu que ele não ficaria sem esses produtos de higiene, pois ela providenciaria para que ele os recebesse. Mas ele, afetando dignidade, alegou que não queria esses produtos como um favor da APAC: ele os queria como obrigação da APAC em fornecer-lhe o salário que ganhava anteriormente.

9.2.1. As oficinas.

O trabalho nas oficinas industriais dependia do tipo de atividade desenvolvido pela empresa. Havia espaço para cinco oficinas diferentes no prédio. Nem sempre esses espaços eram ocupados, mas era raro que houvesse duas ou três oficinas desocupadas. Algumas empresas contratavam muitos presos, outras criavam menos vagas de trabalho. Mas de forma geral a APAC pressionava as empresas para manterem um nível mínimo de atividade. Algumas empresas chegaram a ser descartadas por não manterem continuidade no oferecimento de trabalho para os presos. No ano 2000 (tabela 13) pode-se ver que há quatro empresas em parceria com a APAC, ocupando os cinco cômodos disponíveis. O ritmo mais acelerado ou mais lento de trabalho dependia da empresa. Algumas empresas eram consideradas mais fáceis para trabalhar (como no caso de uma lavanderia), enquanto em outras o trabalho era visto como mais desgastante.

Quanto ao tipo de fábrica, não parecia haver restrição prévia. Os tipos mais variados de empresas já ocuparam o espaço da APAC: lavanderia, fábrica de talheres (os presos fabricavam garfos, objetos que em outras unidades eles sequer podem possuir), fábrica de produtos eletrônicos, fábrica de capacetes, fábrica de faixas para gesso, confecção de fantasias para Carnaval, montagem de brinquedos plásticos, rebarbação de utensílios domésticos, montagem de cadeiras e carteiras escolares. Em geral, apenas uma parte restrita do processo produtivo era deslocada para lá. No caso da lavanderia, os presos passavam roupas previamente lavadas. No caso dos produtos eletrônicos, eles engraxavam, dobravam e ensacavam um conduíte de alumínio. A produção na Cadeia Pública de Bragança Paulista era condicionada pelos limites espaciais e de segurança, impedindo, em geral, que parcelas mais amplas da produção fossem deslocadas para lá.

O trabalho seguia, em geral, ritmo industrial. No setor de conduítes produziam-se na APAC cerca de sessenta mil peças por dia. Um preso contou-me que às vezes era necessário produzir oitenta ou noventa mil peças em um dia.

As oficinas podiam contar com um preso designado para trabalhar como encarregado. A função do encarregado era não permitir que o ritmo da produção caísse. Quando entrei em uma das oficinas, encontrei um preso de pé, observando seus colegas que trabalhavam lenta, mas continuamente. Perguntei-lhe se ele era o encarregado.

? Não... Eu já fui o encarregado aqui, mas dá muita dor de cabeça. A gente tem que ficar falando pra eles, “anda, mais rápido”. Só que eles não colaboram. Eles falam: “Pô, você é preso que nem a gente e fica aí apressando!” Aí eu saí e fui pra “galeria”. Só que não adiantou muito. Lá eles ficam falando: “Pô, você é preso que nem a gente e fica aí vigiando”.

Outro encarregado fez um relato em tudo igual a este, mostrando que as desavenças entre os encarregados e os outros presos não eram casuais mas constantes.

O trabalho nas oficinas e o trabalho interno apresentavam a vantagem adicional – além do salário – de facultar ao preso a remissão de sua pena. Para cada três dias de trabalho, o preso tinha um dia diminuído em sua sentença. Isso aumentava o desejo dos presos pelo trabalho e os fazia disputarem as vagas. Quando uma das empresas que mais empregavam decidiu abandonar a parceria com a APAC, os presos mostraram-se irritados. Ao perguntar para um dos presos qual era o motivo da irritação, ele respondeu: a remissão. Sem o trabalho, diminuía o tempo de remissão de pena, o que tornava as sentenças mais longas. Um outro preso, contando-me que, ao chegar à Cadeia Pública, encontrou desconfiança dos galerias que o impediram de trabalhar, lastimou que os vários meses de ociosidade haviam diminuído seu tempo de remissão.

Mesmo com a intenção de igualdade, os vários serviços disponíveis pareciam apresentar também níveis hierárquicos. Um preso contou-me que trabalhava como “galeria”, mas não havia chegado a esta posição sem esforço:

? Eu já fiz de tudo na APAC, até serviço de faxina. É por isso que hoje eu tô assim, sossegadinho.

9.2.2. Os trabalhos internos.

A realização dos trabalhos internos estava submetida às regras de funcionamento estabelecidas no âmbito da Cadeia Pública de Bragança Paulista pela APAC (voluntários e funcionários), pelos carcereiros e pelos próprios presos. Uma descrição desses trabalhos pode servir, assim, tanto para definir as atividades sentidas como necessárias para a manutenção da vida prisional quanto para explicitar as normas a que os presos estavam submetidos e a forma pela qual elas eram administradas.

Os trabalhos internos podiam ser divididos nos seguintes grupos: 1) trabalhos de manutenção do prédio (manutenção, pintura, serviços externos); 2) faxina; 3) cozinha; 4) trabalhos de prestação de serviços regulares (lavanderia, farmácia, cabeleireiro, cantina); 5) Conselho de Sinceridade e Solidariedade. Desses, apenas o último grupo não será exposto aqui, por já ter sido considerado em capítulo anterior.

1) Os trabalhos de manutenção do prédio se referiam àquelas atividades como pintura, reforma de encanamento, construção e derrubada de paredes, que afetavam diretamente a infra-estrutura física da Cadeia Pública. Essas atividades podiam ser executadas interna ou externamente ao prédio. A principal diferença entre essas duas áreas de trabalho era que os trabalhos externos eram executados ao ar livre, dentro do perímetro de segurança da Cadeia Pública.

Os presos que ganhavam esta posição sofriam mudanças visíveis sentidas como altamente positivas: ficavam mais corados, pelo trabalho realizado sob o sol, mostravam-se mais animados, alegres e ativos. Passavam o dia todo contemplando a rua e a paisagem que do estacionamento se descortinava, abrindo-se em céu claro e muitas montanhas.

? Só de estar aqui fora eu já me sinto melhor ? disse-me um preso.

Por outro lado, passavam a enfrentar problemas que antes não lhes aborreciam. A tentação da fuga – contavam os presos – era muito maior para os que trabalhavam naquela posição, razão pela qual os carcereiros e o Delegado diligenciavam muito antes de escolherem alguém para ocupá-la. Pesava também sobre os presos da área externa uma constante desconfiança a respeito de sua idoneidade. Eram geralmente revistados ao entrarem no presídio, como forma de garantir que não estivessem levando para lá artigos ilícitos, como drogas, já que a proximidade do muro tornava mais fácil que eventuais cúmplices atirassem secretamente para eles este tipo de artigo. Mais de uma vez esta desconfiança acabou por prejudicar o envolvido. Uma advogada contou-me que seu cliente havia deixado de receber autorização para visitar a família em virtude de informações extra-processuais de que ele estava levando drogas ilícitas para dentro da Cadeia Pública. Em outra ocasião, um preso, preocupado, contou que seus colegas o haviam alertado contra boatos semelhantes que o estavam pondo sob risco de ser transferido para outra cidade como punição. Por conta desses problemas, o trabalho externo, almejado com paixão pelos presos de Bragança Paulista, podia ser rejeitado por alguns deles, temerosos das conseqüências de uma transferência. Ouvi relatos, por parte de outros agentes, de que podia haver pressão dos presos para que seus colegas da área externa lhes trouxessem os artigos desejados. A desobediência podia custar ao

preso sanções, que variavam com a situação (quanto maior a facilidade de obtenção do artigo e maior o desejo por ele, maior a sanção).

Observei os presos responsáveis pela manutenção executarem os tipos mais diversos de atividades, geralmente ligadas, porém, a serviços de construção civil. Eles tapavam buracos no chão, pintavam o prédio, reformavam e afixavam grades e portões, erguiam paredes e reformavam o telhado. Foram os presos os responsáveis pela construção de parte importante da estrutura do presídio. Faziam também pequenos favores, como a lavagem das viaturas da polícia e dos automóveis pessoais dos carcereiros, funcionários e voluntários da APAC. Em geral, não reclamavam do serviço. Raramente demonstravam qualquer irritação contra o que faziam. Isso se devia, em parte, à percepção geral de que essas reformas eram feitas em seu próprio benefício. Ao reformarem o telhado do Anexo 1, por exemplo, estavam evitando as constantes inundações a que aquela ala estava submetida quando chovia. Ao construírem um muro baixo na sala de vídeo, estavam protegendo as crianças que circulavam por ali durante as visitas e que se arriscavam sempre a cair daquela parte elevada e desprotegida da Cadeia. Um dos fundamentos da ação da APAC era justamente a melhoria física da estrutura da Cadeia. O primor da construção era um motivo de orgulho para os membros da APAC e uma das razões pelas quais os presos confiavam em seu trabalho. A motivação para o trabalho por parte dos presos vinha do salário, da remissão e, para o trabalho externo, do prazer de estar ao ar livre. Mas também parecia haver orgulho ao verem o resultado perene de seu trabalho, edificado em tijolo e cimento e destinado a durar, tornando menos árdua a vida deles e de seus companheiros.

2) Os trabalhos de faxina do prédio tinham características bastante diferentes. Ligados ao fluxo inarredável da natureza, seus resultados tendiam a desaparecer tão logo se fizessem notar. Ao mesmo tempo, o orgulho pelo resultado era mais efêmero e tinha que ser defendido contra os ataques de seus colegas. Os “faxinas” trabalhavam todos os dias, desde manhã até o fim da tarde. Seu trabalho consistia em manter limpos os espaços comuns da Cadeia Pública, como oficinas, corredores e banheiros coletivos do Anexo 2. Também era sua função limpar o refeitório, dispor mesas e cadeiras para o café da manhã, o almoço e o jantar, e retirá-las, guardando-as ao término das refeições. Após o almoço, disse-me um “faxina”, o trabalho mudava. Tendo terminado a arrumação e limpeza do ambiente, restava cuidar para que ela não fosse desfeita. Os “faxinas” não aceitavam que seus colegas jogassem sujeira no chão ou deixassem os ambientes desarrumados. Por isso, o resto do dia era despendido na fiscalização do comportamento de seus companheiros. Mesmo com sua insistência, os “faxinas” entendiam que os outros não se importavam:

? Ninguém colabora com o faxina ? disse-me um deles, numa época em que Cadeia Pública estava sendo pintada. ? Por causa da chuva, a tinta escorreu pro chão. A gente pede pro pessoal tomar cuidado, mas eles pisam na tinta e depois entram aqui com o tênis sujo e a gente tem que limpar tudo de novo.

Na Cadeia Pública de Bragança Paulista, os “faxinas” eram freqüentemente presos “humildes”. Seu comportamento expressava as marcas de sua posição. Estavam sempre solícitos e prontos a arrumar o que estivesse fora de lugar. Esforçavam-se ao máximo para que os voluntários não fizessem o que quer que fosse. Pouco antes de jogar uma partida de xadrez, meu adversário foi até o refeitório e trouxe uma mesa de plástico para a disputa. Como estava molhada, deixou-a provisoriamente no corredor, enquanto foi buscar um pano para enxugá-la. Eu estava ao lado da mesa. Aproximou-se um “faxina” e, sem dizer palavra, começou a limpar a mesa. Tentei impedi-lo, mas ele se mostrou quase ofendido. Puxou a mesa para si e terminou o serviço. Muitos dos contatos que tive com os “faxinas” foram assim: compulsivamente limpando alguma coisa enquanto as pessoas ao redor os observavam. Às vezes pareciam mal-educados, praticamente enxotando todos para fora do cômodo. Numa visita à Cadeia Pública, dois deles fizeram questão de me mostrar algumas dependências que eu não conhecia. Sintomaticamente, mostraram-me primeiro o banheiro e ficaram muito tempo ressaltando a limpeza do local.

3) O trabalho na cozinha começava às sete horas da manhã e envolvia duas equipes de seis presos, cada equipe coordenada por uma cozinheira contratada pela APAC. As equipes se revezavam, trabalhando uma no turno da manhã e outra no turno tarde-noite. Entre as tarefas desses presos estavam: servir os presos durante as refeições, preparar toda a alimentação dos presos, incluindo dezenas de garrafas térmicas com café que eram enviadas para as celas e serviam aos presos durante todo o dia, a lavagem de talheres e bandejas de alumínio (usadas como pratos) e a limpeza e arrumação da cozinha industrial. A cozinha contava com refrigeradores e fogões industriais e sua produção variava, atingindo geralmente 250 refeições. Além dos presos, voluntários, funcionários e carcereiros se beneficiavam da cozinha. Todo dia, os presos calculavam o número de pessoas que fariam a refeição para poderem ajustar a quantidade de comida preparada. Às nove horas da manhã, a preparação do almoço já devia estar em processo adiantado, para poder ser concluída às onze horas, quando ele era servido.

Em dias de festa, quando a quantidade de comida necessária era maior, o pessoal da cozinha podia ser ainda mais solicitado. Numa festa em comemoração ao Dia das Crianças, o

responsável contou-me que estava trabalhando desde a uma hora da manhã para poder preparar toda a comida.

Havia um preso responsável pela segurança da cozinha, cujas atribuições incluíam verificar se os talheres haviam sido devolvidos e cuidar do fechamento da cozinha à noite. Era um trabalho que implicava em muita responsabilidade, por isso era destinado a presos considerados “de confiança” pela Diretoria Executiva. A cozinha era considerada uma área perigosa devido à presença de facas e outros objetos pérfuro-cortantes. As facas maiores eram guardadas no freezer, que ficava trancado com cadeado. Um dos responsáveis contou-me que já trabalhava naquela função durante uma famosa rebelião ocorrida alguns anos antes. Assim que notou a movimentação dos presos, jogou todas as facas maiores pela janela, entregando as menores aos carcereiros quando estes se aproximaram da cozinha. Depois, junto com os galerias (alvos preferenciais durante aquela rebelião), escapou pela janela da cozinha.

Para o almoço, os presos postavam-se em filas e tomavam uma bandeja de duas pilhas colocadas cada uma sobre uma mesa no refeitório. À direita ficavam as bandejas dos presos do Anexo 2 (que se alimentavam primeiro) e à esquerda ficavam as bandejas dos presos do Anexo 1. Depois, os presos caminhavam ao longo de uma bancada em que alguns colegas, postados ao lado de grandes caldeirões ou travessas, os serviam a largas proporções. Tudo parecia exagerado naquele ritual. As conchas para servir o feijão eram enormes, e os presos recebiam às vezes duas delas completamente cheias. Ocorria o mesmo com as colheres usadas para servir arroz. Havia comedimento apenas no momento de servir a carne. Em algumas ocasiões, a restrição chegava ao cálculo do número exato de pedaços por preso: em uma ocasião, por exemplo, cada pessoa teve direito a apenas dois bifes. Também havia exagero no desperdício de alimentos, pois se muitos presos consumiam tudo o que pegavam (e isso explica porque alguns deles engordavam tanto durante o cumprimento da sentença), outros jogavam fora quase todo o conteúdo das bandejas. Isso motivou uma campanha com cartazes afixados por todo o refeitório, em que se pedia aos presos que se servissem apenas do alimento que pudessem consumir.

Quando eu disputava uma partida de xadrez com um preso, notei que um rapaz, em alguns momentos, aproximava-se do portão da oficina onde estávamos jogando, olhava para meu adversário e ia embora. Ele fez isso duas ou três vezes. Às 11h50 (horário já adiantado para o almoço, servido às 11h00), meu adversário perguntou-me se eu não queria almoçar. Aceitei o convite e fomos ao refeitório. Ao chegarmos lá, havia um preso sentado a uma cadeira perto das bandejas (um outro preso situava-se na posição simetricamente oposta e tomava conta da outra pilha de bandejas). Meu adversário aproximou-se do primeiro e

começou a desculpar-se com enorme humildade por algo que eu não havia compreendido. Depois entendi. Ao lado da pilha de bandejas postava-se um preso responsável por tomar-lhe conta. Meu adversário era responsável por ocupar aquela posição a partir das 11:30h e o outro preso foi obrigado a permanecer no posto por mais tempo do que o previsto. Aí então ficou claro porque meu adversário olhava tanto para o relógio da oficina enquanto jogávamos, como se estivesse com pressa. Naquele momento, achei que ele estava com fome. De qualquer forma, o preso prejudicado respondeu que não havia problema, que meu adversário estava com os voluntários e, portanto, estava ajudando no trabalho da APAC.

? O problema são alguns presos que dormem até muito tarde e atrapalham o funcionamento do serviço.

Eu notei minha participação no problema e comentei:

? Esses voluntários só atrapalham o serviço de vocês, não é?

O preso respondeu:

? De jeito nenhum! Vocês voluntários só ajudam a gente, vocês não atrapalham em nada aqui. São vocês que fazem a gente se sentir um pouco melhor aqui dentro.

Logo que iniciei meu trabalho, fiquei vivamente surpreso com a qualidade da comida. Parecia-me muito bem preparada. Aos poucos, percebi que meu entusiasmo não era compartilhado pelos presos, que esporadicamente manifestavam desagrado. Em princípio, não pude compreender este comportamento. Certa vez, um preso reclamou abertamente, numa conversa particular, da comida. Outro preso que nos ouvia censurou-o:

? Pelo menos a gente tem o que comer. Tem muito pai de família trabalhando o mês inteiro e que não consegue pôr comida em casa pros filhos.

Alguns presos tinham preferência pela comida da manhã ou da noite, que variava em conformidade com a mudança de equipe e de cozinheira. Em geral, preparava-se arroz, feijão, salada e carne. O tipo de carne podia variar. Algumas vezes foram servidas feijoada – muito apreciada pelos presos – e polenta. Muitos presos reclamavam pelo tempero da comida. Eu, em geral, almoçava no refeitório da Cadeia Pública uma ou duas vezes por semana. Em raras ocasiões jantei ali. Mesmo assim, após alguns meses de trabalho, comecei a sentir a comida de maneira diferente. Se inicialmente a aguardava com alguma ansiedade (pois o horário de visita me obrigava a passar várias horas sem comer), posteriormente a simples idéia de almoçar no refeitório me irritava. Passei a tomar um café-da-manhã reforçado para poder agüentar mais tempo sem comer, de forma a evitar aquela comida. É difícil explicar o efeito desta constante repetição forçada. Isso não tinha relação com a qualidade da comida que, ao contrário, permanecia impecável. Os presos relatavam a mesma coisa: num momento inicial,

apreciavam a comida. Mas após meses e meses consumindo a mesma refeição, dia após dia, passavam a considerá-la insuportável. Por isso, faziam questão de usar molho de pimenta, tempero caseiro ou qualquer outra coisa que pudesse fazê-las parecerem um pouco diferentes a cada dia.

4) Os serviços regulares eram atividades de suporte menos essenciais que as anteriores ou que eram utilizadas de forma intermitente pelos presos, apresentando um caráter secundário no funcionamento da Cadeia Pública. Eram atividades de regulação da vida prisional, servindo para suprir algumas lacunas do ambiente carcerário.

A lavanderia era o setor de serviços responsável pelas vestimentas dos presos que, por eles mesmos, seriam incapazes de mantê-las asseadas. Os funcionários responsáveis pelo setor trabalhavam na área externa da Cadeia, juntos de grandes máquinas de lavar industriais. Pela localização das máquinas, este era um serviço apreciado pelos presos, que podiam passar a maior parte do dia ao ar livre. Às segundas-feiras, às quintas-feiras e aos sábados, cada cela enviava para o setor um grande saco com roupas, marcado com um papel de identificação onde constava o número da cela (“X-5”, por exemplo). As roupas de cada cela eram lavadas separadamente. Enquanto as roupas de uma determinada cela eram lavadas, a identificação era colocada à frente da máquina. Depois, as roupas eram postas em uma secadora industrial (algumas eram penduradas em um varal que ficava ao lado das máquinas), dobradas, postas novamente nos sacos e enviadas para as celas. A tarefa de passar as roupas era de responsabilidade de cada preso. Era vedado o envio de peças íntimas para o setor da lavanderia. Essas roupas eram lavadas pelos próprios presos nos banheiros. Todos os presos tinham em suas celas pedaços de sabão para este fim.

A farmácia ficava sob responsabilidade de um preso que era subordinado ao médico e à enfermeira. Seu trabalho consistia em administrar os medicamentos prescritos aos presos conforme orientação do médico. Devia permanecer atento aos horários e aos tipos exatos de medicamento. Como trabalhava com substâncias que poderiam ser perigosas naquele ambiente (já que algum preso poderia tentar utilizá-las sem conhecimento médico ou vendê-las para presos drogadictos), o responsável pela farmácia era necessariamente um preso em quem se depositava muita confiança. Não tomei conhecimento de qualquer denúncia de desvio de medicamentos perpetradas pelos presos durante a pesquisa. Mas, com alguma recorrência, ouvia reclamações de presos cujos remédios haviam deixado de ser ministrados.

A barbearia da APAC contava com equipamento básico: espelho de parede, cadeira, tesouras, pentes, escovas e bancada. Havia apenas uma vaga para esta função. O preso que ingressava neste trabalho era em geral ensinado pelo preso que havia acabado de deixá-la, isso

quando já não trouxesse da rua os conhecimentos específicos sobre o trabalho. Havia uma grande frequência de presos aos finais de semana, haja vista que o salão permanecia ocupado quase todo o tempo. O trabalho parecia consistir, na maior parte, em aparar os cabelos já bastante curtos dos presos. Não se pagava por este serviço, que já era remunerado pela APAC.

Um dos cabeleireiros insistiu durante muito tempo para que eu lhe permitisse cortar meus cabelos. Inicialmente, estranhei aquela insistência. Como, em geral, não me restava tempo para sentar-me calmamente, demorei algumas semanas para aquiescer ao seu pedido. Numa ocasião, após alguma insistência, reservei um horário com ele. Após alguns breves compromissos, fui até seu salão e sentei-me à cadeira. Ele me pediu então que aguardasse um pouco e deixou o recinto. Instantes depois, voltou acompanhado por dois colegas. Explicou-me que eles o sucederiam após o cumprimento de sua pena e que ele gostaria de ensinar-lhes como cortar cabelos como os meus.

? Como os meus? ? perguntei, espantado.

? É. Cabelo igual ao seu, liso assim, é difícil de encontrar aqui na Cadeia. — E eu enfrentei meia hora de explicações sobre a arte de cortar cabelos, tempo no qual o cabeleireiro descuidadamente virava minha cabeça de um lado para o outro buscando os melhores ângulos para instruir seus alunos.

Quanto à cantina, era, até 2002, um serviço complementar ao da cozinha, fornecendo refrigerantes, bolachas, doces e outras iguarias, bem como sabonetes, xampus, géis para cabelo e outros produtos de higiene e cosméticos. Os presos compravam os produtos da cantina com o dinheiro que recebiam de seus trabalhos, do artesanato que vendiam, ou mesmo da ajuda da família. Este serviço era mais solicitado nos dias de visita, quando muitos presos compravam doces, iogurtes ou refrigerantes para seus filhos e para seus familiares. A cantina era administrada por dois presos, que cuidavam de entregar os produtos e recolher o dinheiro¹³. Situava-se no Anexo 1, ao lado de duas oficinas. Era considerada também uma área relativamente perigosa, não sendo acessível exceto aos responsáveis e aos funcionários das oficinas adjacentes. Temia-se que um acesso mais livre pudesse levar os presos a tomarem ilicitamente os produtos ali existentes. Sua proteção também era devida a sua localização, já que as próprias oficinas adjacentes eram áreas de circulação restrita. Além dos dois presos responsáveis, havia um outro que se encarregava de recolher os pedidos, encaminhá-los à cantina e depois entregar os produtos aos presos. Essa operação de recolhimento de pedidos e entrega de produtos era feita através de uma abertura na tela de metal que protegia uma das

¹³ Posteriormente, passou a ser administrada por uma funcionária da APAC.

oficinas. Os presos encaminhavam-se até ali, chamavam um dos responsáveis, entregavam-lhe o dinheiro, comunicavam-lhe os pedidos e aguardavam os produtos e, eventualmente, o troco. Havia pouco espaço naquele local, e por isso os presos tinham de se amontoar em frente à abertura. Era muito comum, especialmente nos dias de visita, que os pedidos fossem trocados e o preso recebesse um produto diferente do que havia solicitado. Um preso, numa dessas ocasiões, ficou visivelmente transtornado ao comprar um iogurte para sua filha e, após ela tê-lo aberto, descobrir que era de um sabor diferente do pedido. Não havia devolução possível e o dinheiro foi perdido. Também era comum que os presos reclamassem pela má qualidade dos produtos. Houve uma movimentação organizada dos presos, em determinado momento, para que a cantina começasse a adquirir produtos melhores. A lista de produtos a serem adquiridos era elaborada pela APAC, que preferia sempre os produtos mais baratos, pensando no poder aquisitivo dos presos. A APAC não auferia lucro da venda dos produtos, revendendo-os aos presos pelo preço de compra. Numa das reuniões em que os presos demandaram a mudança, alguém protestou, dizendo que não conseguia sequer engolir as bolachas. Outro preso retrucou:

? Mas eu não vou ter dinheiro pra comprar bolachas mais caras.

? Quem trabalha tem dinheiro ? foi a resposta que obtive.

? Quero só ver quando neguinho tiver que pagar 3 reais por um pacote de bolacha ?

comentou outro preso, veladamente.

Em parte, esse dilema – produtos bons versus produtos acessíveis – era fruto do salário irrisório pago aos presos por seu trabalho, sendo este talvez o maior atrativo para as empresas que se associavam ao programa. Ganhando R\$60,00 por mês, quase todo o dinheiro era gasto com produtos de higiene e o pouco que restava era reservado para a família. Não havia excedente para as regalias mais básicas e não restava opção a não ser consumir os piores produtos existentes.

9.2.3. Os trabalhos artesanais.

Dos trabalhos realizados pelos presos, as atividades artesanais (os “manuais”) eram as únicas a não contarem com um tipo de organização centralizada pela APAC. A fabricação dos

“manuais” servia como fonte de renda para muitos presos, que tiravam dali seu único sustento ou um complemento para o salário que recebiam nos trabalhos organizados pela APAC. Por seu caráter informal, era um tipo de trabalho diferente dos realizados na manutenção e funcionamento do prédio e na produção industrial.

Dentre as peças produzidas pelos presos, havia vasos feitos com folhas de jornais velhos, que eram enroladas em canos finíssimos, envernizadas, pintadas e depois trançadas; barcos e casas de madeira, feitos com palitos de sorvete, espetos ou tocos de madeira que eram colados e depois envernizados; telas pintadas pelos presos; toalhas de mesa; esculturas feitas dentro de lâmpadas queimadas ou de garrafas vazias, entre outras coisas.

Os presos tinham orgulho de seu trabalho, freqüentemente nos chamando para mostrarem suas obras. Era evidente seu contentamento ao verem nosso espanto ante a beleza das peças. Um dos presos, por exemplo, quando eu já deixava o presídio após uma visita, pediu-me que esperasse um pouco pois queria mostrar-me uma maquete da casa que ele iria construir quando saísse da prisão, maquete que ele mesmo havia feito. Trouxe-me uma bela peça de artesanato, representando uma casa simples de dois andares e com uma pequena área gramada ao seu redor, rodeada por uma cerca. Tudo feito com palitos de sorvete, papel aveludado e casca de madeira. Em outra ocasião, quando eu havia levado uma máquina fotográfica, um preso pediu-me que tirasse uma fotografia da casa que havia feito: lembrava uma casa de praia – térrea, com terraço e gramado em volta. No quintal, o artesão fez uma piscina com papel celofane e estacionou um automóvel em miniatura. Tudo muito bem planejado e executado. Ele pediu para que eu o acompanhasse até o pátio, local onde havia mais sol, e tirasse uma foto dele ao lado da casa. Depois, fez questão de tirar uma foto minha ao lado da casa, para guardar de recordação. Neste mesmo dia, pedi autorização aos presos que fabricavam cestos de jornal para tirar uma foto de suas obras. Imediatamente eles se puseram a arrumar todas sobre uma mesa, numa posição em que a oficina pudesse também ser vista, e organizaram os cestos num contínuo que ia da obra em seu estágio mais rudimentar até uma cesta acabada. Outro preso chamou-me para mostrar a lancha que havia feito com palitos de madeira. Na traseira do barco, um pequeno motor elétrico movia uma hélice.

Na confecção destas peças, os presos mostravam uma enorme habilidade manual. O desenvolvimento desta habilidade podia se dar de várias formas. A própria APAC contratava, de maneira intermitente, professores de artesanato ou de pintura que ensinavam aos presos as habilidades que depois eram utilizadas na realização desses trabalhos. Alguns haviam adquirido sua habilidade utilizando-a profissionalmente antes da prisão. Por exemplo, um dos presos que utilizava a técnica do jornal trançado para fazer vasos disse tê-la aprendido em

Minas Gerais, utilizando-a na construção de forros para casas. Um preso que construía pequenos barcos de madeira dentro de lâmpadas queimadas ou de garrafas também trabalhava com este tipo de artesanato já muito tempo antes de ser preso. Outro preso, quando lhe perguntei pela origem de suas habilidades, respondeu-me:

? É que eu já fui preso em todas as Cadeias da região. Só faltava essa ? indicando que o ambiente carcerário era uma das possíveis fontes de aprendizagem destas técnicas.

Neste sentido, a APAC procurava organizar algo que talvez já acontecesse inevitavelmente. Um dos presos, bastante habilidoso, contou-me certa vez, orgulhoso, que a psicóloga havia sugerido que ele gravasse um vídeo com aulas sobre como fazer cestas. Isso não seria novidade para ele, que já ministrava aulas para um grupo de doze presos. Os presos também transmitiam conhecimento informalmente para seus colegas. Uma dos presos costumava trabalhar em sua cela todo sábado. Inicialmente, víamo-lo sempre solitário, sentado ao chão em silêncio para não acordar seus companheiros. Com o passar do tempo, mais e mais presos passaram a trabalhar com ele, fabricando casas de madeira ou abajures com palitos de sorvete. A fabricação de peças bem feitas podia demandar do artesão muito treino. As dificuldades envolvidas na fabricação das peças de jornal, por exemplo, ficaram evidentes quando os voluntários, por brincadeira, resolveram ajudar alguns presos a enrolarem os jornais. Apesar de termos gasto quase vinte minutos, nenhum de nós conseguiu enrolar corretamente sequer uma folha de jornal, tarefa que consumia 2 ou 3 minutos de trabalho para um preso treinado.

Os presos, devido às dificuldades inerentes a sua limitação de movimentos, dependiam de outras pessoas para poderem trabalhar. O material para a confecção dos trabalhos manuais era fornecido basicamente pelos familiares, pela própria instituição e pelos voluntários. O grupo de Valorização Humana continuamente fornecia cola, madeira, lâmpadas, garrafas e todo tipo de material. Certa vez, a coordenadora do grupo forneceu duas lâmpadas para um preso que construía barquinhos. Depois, ele me contou que uma delas estava em boas condições de uso, então ele a “desviou” para iluminar sua “jega” (cama) e utilizou a outra, que estava queimada, para a fabricação da peça. Eu mesmo, por algumas vezes, comprei ou consegui material para alguns presos trabalharem. Muitas vezes, o próprio cliente tinha que levar o material para a confecção da peça. Um preso deu-me uma casinha de presente. A condição para isso era que eu comprasse o material necessário para fabricá-la. Como tive dificuldade em encontrar o material, porém, ele pediu para que um visitante o conseguisse e pôde, então, fabricar a peça.

Os voluntários costumavam comprar o artesanato produzido pelos presos. A coordenadora da Valorização Humana era uma cliente frequente, adquirindo peças de vários presos. Os visitantes também adquiriam peças dos presos em dias de visita. Os funcionários também o faziam. Muitas vezes, os presos entregavam seus trabalhos manuais para que seus familiares os vendessem a amigos ou conhecidos ou mesmo nas ruas ou em feiras. A destinação destas peças era muito variada e os presos costumavam produzi-las conforme houvesse demanda.

Geralmente, os presos do Anexo 1 fabricavam artesanato em suas celas. Era comum, aos sábados pela manhã, quando passávamos pelo corredor, vermos, frequentemente sob parca iluminação, alguns presos fabricando peças artesanais dos mais variados tipos. Aos poucos, eles faziam adaptações para facilitar seu trabalho. Um dos presos instalou uma lâmpada de 100 watts em sua cama para poder trabalhar sem ter de acender a luz do teto da cela, o que acordaria os outros presos. Assim, podia começar a trabalhar bem cedo aos sábados. Em outro momento, quando mais presos desta mesma cela começaram a trabalhar com artesanato, eles passaram a forrar o chão com um cobertor, sobre o qual se posicionavam, para poderem trabalhar com mais espaço. No Anexo 2, por outro lado, era comum que os presos utilizassem a oficina, vazia aos sábados, para fazerem cestos ou vasos de jornal. Esta atividade era realizada na oficina, e não na cela, pois tomava um espaço superior àquele existente entre as camas de cimento.

Alguns presos utilizavam seu horário livre para trabalharem. Muitos dos presos que trabalhavam em oficinas também se dedicavam de maneira intermitente à produção de artesanato. Certa vez, um preso que trabalhava nas oficinas contou-me num sábado que havia acordado às cinco horas da manhã para fabricar barquinhos de madeira. Alguns galerias usavam o horário livre, quando havia menor movimento entre os corredores, para se dedicarem às peças.

Quando eu passava em frente a uma cela, um preso chamou-me para conversar. Era cedo, as celas ainda não haviam sido abertas e ficamos conversando pelas grades, sentados ao chão. O preso fabricava uma toalha com barbante e começou a me explicar como aquele trabalho era feito. Os outros presos ainda estavam deitados. Um velho, deitado à cama, desdenhou daquele tipo de trabalho:

? Isso aí é perda de tempo. Nêgo gasta um tempão pra fazer o trabalho. Depois, vai vender pra quem?

Os presos que já estavam acordados discordaram dele, dizendo de suas camas:

? Outro dia, um rapaz conseguiu vender uma casa por cinquenta reais pra um voluntário.

? Mas isso é difícil. E tem o seguinte ? continuou o senhor ? : “manual” o cara só faz aqui dentro. Lá fora, é outra coisa que o pessoal faz ? insinuando que os trabalhos manuais não eximiam o preso de continuar cometendo crimes.

Seus colegas de cela começaram a caçoar dele, rindo alto e dirigindo-lhe ofensas. Um jovem brincou:

? Vai ver que o A. (um dos presos da cela) não tá fazendo aquela casinha pra vender. Vai ver que é uma maquete e ele tá estudando pra roubar uma casa.

9.2.4. Outras atividades.

9.2.4.1. As atividades artísticas.

Dentre as atividades que não serviam como fonte de rendas, algumas merecem ser mencionadas por serem representativas do ambiente na Cadeia Pública. Um preso, por exemplo, costumava utilizar uma filmadora de propriedade da APAC para realizar filmes. Um desses filmes era uma exortação contra as drogas, filmada amadoristicamente resultando num trabalho hilário em que nenhum dos três atores, que representavam doze papéis no total, tinha decorado o texto, e ficavam lendo da forma mais mecânica as folhas de papel. Em certo momento, os voluntários presentes puderam observar um dos atores virando uma folha de papel para ler o texto, tentando disfarçar inutilmente sua ação. Quando começou a exhibir o filme, havia um preso na sala junto conosco. R., o Diretor da obra, adiantava o filme, pulando algumas partes longas, como para nos poupar o trabalho de ver o filme inteiro. Logo depois, porém, o outro preso saiu da sala e R. nos disse que não gostava de mostrar seu filme para os outros presos por causa do tema abordado. Muitos presos ali não gostariam de saber que ele fez um vídeo contra as drogas. Assim que o rapaz saiu da sala, ele voltou a nos mostrar as cenas inteiras. Por essa razão ele escolheu apenas três presos para atuarem, quando havia doze papéis: é que apenas os presos de confiança foram chamados para participarem. Deduzi que

ele estivesse com medo dos traficantes da APAC, daqueles que lucravam com a venda de drogas. Depois de algum tempo, aquele preso voltou à sala e R. começou a adiantar alguns trechos da fita novamente, principalmente aqueles em que apareciam discursos contra as drogas.

Depois de seu filme, R. mostrou-me um trecho do clipe musical que havia feito para outro preso, um músico que costumava divertir as voluntárias cantando antes do almoço. Em frente a um cenário fixo, o músico cantava e tocava ao violão uma composição sua. Ao mostrar-nos o vídeo, R. aumentou o volume do som para que eu o ouvisse melhor, o que chamou a atenção dos presos que se encontravam no corredor. Aos poucos, os presos foram se amontoando na barbearia (onde estava o vídeo-cassete), observando com ar de aprovação o resultado da filmagem. Sucederam-se as canções de autoria própria do músico, sempre acompanhadas atentamente por todos. Quando se iniciou a última canção filmada, todos os presos se puseram a cantar baixinho, acompanhando a televisão. Seguiam palavra por palavra a canção para mim inédita, como se a conhecessem há muito tempo. Ante meu espanto, R. confirmou:

? Essa música é o maior hit da Cadeia.

Alguns presos ligados a denominações evangélicas também despendiam seu tempo livre compondo hinos religiosos. Muitos o faziam de forma intermitente, mas alguns levavam esta atividade a sério. Um dos presos, que se orgulhava por suas músicas serem cantadas na missa realizada na APAC, tinha todas elas digitadas em computador e acondicionadas em pastas com proteção plástica para não se deteriorarem. Já estavam cifradas e prontas para serem executadas. Perguntei-lhe, quando ele as mostrava com orgulho, quem as havia digitado.

? Um rapaz que faz de boa vontade, quando tem tempo livre ? ele respondeu. ? Se ele não pode fazer de boa vontade, eu pago pra ele digitar. Vale a pena investir na obra do Senhor ? refletiu.

Além da composição de canções, os presos dedicavam-se a outras atividades artísticas em seu tempo livre. Uma delas era decorar as paredes da Cadeia com afrescos que representavam, em geral, imagens religiosas. Ao contrário de algumas unidades prisionais, em que a decoração das paredes ocorre por conta dos presos, na Cadeia Pública de Bragança Paulista era um trabalho organizado pela APAC, geralmente feito com a ajuda de professores de educação artística. Não se pintavam desta forma as paredes das celas, que eram mantida com aparência impecável. Isso era feito nos lugares públicos, como oficinas ou refeitório, lugares onde todos poderiam apreciar a beleza da obra. Um dos presos enfeitou a parede de

uma oficina do Anexo 1 com uma imagem que retratava Jesus Cristo carregando uma ovelha. Outro preso enfeitou as paredes do refeitório com uma série de imagens, entre elas uma belíssima reprodução da Santa Ceia. Também havia quadros pendurados às paredes do refeitório, confeccionados pelos próprios presos, com mais ou menos engenho.

Os presos de Bragança Paulista também se dedicavam à composição de redações e poemas, tanto espontaneamente quanto induzidos pelos funcionários da APAC, geralmente através da realização de concursos que premiavam as melhores composições.

9.2.4.2. As atividades físicas.

Era comum que os presos realizassem atividades físicas nos horários reservados ao banho de sol. Alguns faziam exercícios de musculação, outros pulavam corda, outros jogavam futebol. Outros, ainda, lutavam boxe. As lutas eram acirradas. Certa vez, vi dois presos lutando como se defendessem a vida. Em outra ocasião, a luta se desenrolou enquanto eu estava sentado ao chão conversando com alguns presos. Os dois oponentes ficaram ao nosso redor, de modo que eu temi ser atingido. Muitos presos apenas caminhavam, mas o faziam como se estivessem se dirigindo a uma reunião importante: caminhavam apressados, olhos cravados no chão, paravam bruscamente quando chegavam ao fim do exíguo pátio e, virando-se na direção contrária, caminhavam até a outra extremidade. Os presos que faziam musculação, sem possuírem equipamento adequado, improvisavam pesos usando garrafas de plástico cheias d'água. Para treinarem os bíceps bastava uma garrafa cheia. Para treinarem os músculos peitorais, juntavam dezenas de garrafas, amarrando-as nas duas extremidades de um cabo de vassoura, e deitavam-se em bancos improvisados no meio do pátio. Um preso treinava o abdômen com enorme dificuldade soerguendo as pernas, enquanto apoiava-se segurando as grades do pátio. Os presos brincavam com ele, gritando: “Como ele é forte!”, ou “Olha só que musculoso!”, até que o preso, desconcentrado, resolveu desistir de realizar o exercício.

A atividade física preferida, porém, era o futebol. As particularidades do jogo, que exigem exclusividade no espaço, impediam que as partidas fossem disputadas durante os banhos de sol regulares, quando havia muitos presos transitando pelos pátios. Os presos

tinham que conseguir outros horários para a atividade. Quando eu jogava xadrez com um dos galerias, os presos da cela de triagem pediram-lhe que lhes deixasse jogar uma partida de futebol (o pátio já estava vazio, o banho de sol já havia acabado). O galeria consultou o relógio e, após um momento de hesitação, concordou, alertando-lhes:

? Só que o horário de vocês é curto.

Abriu a porta da cela e os presos se dirigiram para o pátio. Assim que eles se reuniram, o galeria avisou:

? Já comecei a contar o tempo.

Os presos então passaram a chutar a bola para todas as direções, gritando e rindo, disputando a bola com energia, mas sem agressividade. Esta energia lhes parecia natural. Alguns encontrões que me pareciam excessivos não lhes causavam qualquer reação.

9.3. As visitas.

As visitas ocorriam às quintas-feiras e aos domingos. Às quintas-feiras, as visitas ocorriam entre as 12:00h e as 17:00h. Aos domingos, começavam aproximadamente duas horas mais cedo, às 9:30h e terminavam no mesmo horário. De acordo com os próprios presos, mais ou menos a metade deles recebia visitas regularmente. O número de visitantes no Anexo 1, por exemplo, que abrigava em torno de 145 presos, girava entre 65 e 75 pessoas. Os visitantes eram preferencialmente membros do núcleo familiar, como esposas e filhos.

O horário das visitas podia ser usado como punição para os presos indisciplinados. Um aviso afixado em 15 de junho de 2000 informava que “qualquer ato de indisciplina de qualquer setor, como faltas excessivas no trabalho, uso de drogas, ou brigas os reeducandos perderão 2 horas do horário concedido a mais [no domingo]”.

As visitas ocorriam tanto para os presos do Anexo 1 quanto para os presos do Anexo 2, com exceção daqueles sob restrição por falta disciplinar. Durante as visitas e antes da transferência da Cadeia Pública de Bragança Paulista para a COESPE, os familiares permaneciam aguardando os procedimentos de entrada em um barracão, onde depositavam as bolsas. Depois, dirigiam-se até as mesas em que funcionários averiguavam

os documentos necessários e permitiam a entrada do visitante. Os familiares dos presos de Bragança Paulista possuíam carteiras de identificação fornecidas pela APAC que tornavam o procedimento de verificação mais fácil e menos demorado. Mesmo assim, formavam-se longas filas de visitantes impacientes. O principal motivo para eventuais demoras era a revista aos “jumbos”, as sacolas e pacotes com presentes ou mantimentos que os visitantes entregavam para os presos. Os “jumbos” podiam conter todo tipo de produto, desde bolos caseiros até roupas, e isso exigia da parte dos carcereiros atenção redobrada. Havia algumas restrições de produtos, como alguns tipos de frutas, arroz cozido e café, que podiam ser usados para fins ilícitos (frutas e arroz podem servir para a produção artesanal de bebidas alcoólicas e o café pode disfarçar a presença de maconha). Não se realizavam nos visitantes revistas íntimas, que consistem em obrigar o visitante a se despir para que tenha suas partes íntimas revistadas. Por acordo da APAC com os carcereiros, este procedimento era evitado exceto em última instância.

O entorno da Cadeia Pública se transformava nesses dias. As ruas quietas e pouco movimentadas enchiam-se e ganhavam um ar de peregrinação, tornando clara a grande quantidade de pessoas mobilizada indiretamente pela presença de uma unidade prisional numa determinada região. Pequenos grupos de pessoas subiam e desciam a rua em direção à instituição. A maioria dos grupos que chegavam à APAC era composta por mulheres e crianças.

Como a entrada de pessoas era controlada, os visitantes entravam aos poucos. O movimento de entrada aos domingos, por exemplo, durava até o meio-dia. Às quintas-feiras, quando havia menos visitantes, a entrada era mais rápida. Alguns presos impacientes reclamavam pela demora que lhes tomava minutos preciosos de contato com seus entes queridos. Os dias de visita, para os presos que as recebiam, eram os dias mais alegres da semana. Os presos acordavam mais bem dispostos, arrumavam-se e se preparavam, comprando refrigerantes e doces para as crianças. Alguns vestiam calça e camisa social, arrumavam o cabelo, usavam perfume. Cumprimentavam-nos de forma expansiva. Faziam questão de conversar conosco.

Esse bom humor estava relacionado à falta de problemas durante os dias de visita. Nesses dias é raro que aconteçam atos de violência. Os presos parecem não estar com disposição de espírito para isso, e a alegria pelo encontro com os amigos e a família torna todo o resto menos importante. Além disso, iniciar um movimento durante as visitas – uma rebelião, por exemplo – é sentido como uma grave ofensa pelos presos, já que põe em risco suas pessoas mais queridas e pode desencadear a punição do responsável ou

responsáveis após o fim da turbulência. A rebelião ocorrida em 29 presídios de São Paulo em fevereiro de 2001, e que ficou conhecida como "mega-rebelião", foi surpreendente porque, além de sua magnitude, ocorreu em um domingo, dia de visita. Só foi tolerada por ter sido organizada pelo Primeiro Comando da Capital, grupo que exercia forte liderança nos presídios que aderiram ao movimento.

Mesmo com essa garantia, durante as visitas os galerias permaneciam atentos:

? A gente nunca sabe o que passa na cabeça de ladrão ? contou-me um deles. ? Agora tá tudo bem, com as visitas aí. Mais tarde, quando as visitas vão embora, a gente pode ter problemas.

Nos dias de visita aconteciam, concomitantemente, as visitas conjugais, ou visitas íntimas. As visitas íntimas ocorrem entre o preso e sua companheira, numa situação de relativo isolamento dos demais agentes da instituição, e têm como objetivo criar um espaço para a intimidade e, também, para a atividade sexual dos presos.

Historicamente, todo o debate sobre a realização das visitas íntimas se deu em torno da questão da repressão sexual nas prisões, que tem conseqüências consideradas funestas para o indivíduo preso, entre as quais a perturbação de sua identidade sexual e a adoção de práticas homossexuais na prisão. O homossexualismo parece ser um problema universal nas prisões. Os relatos de Charles Perrier no final do século XIX na prisão francesa de Nîmes mostram a antiguidade do problema. Para alguns autores, o homossexualismo é uma das características essenciais da subcultura prisional e traz conseqüências importantes para a vida do preso. O preso que adota práticas homossexuais pode sentir uma culpa dilacerante ao deixar a prisão. Aqueles que, posteriormente, retomam uma união conjugal, tendem a apresentar problemas de relacionamento. Muitos apresentam problemas sexuais como disfunção erétil e ejaculação precoce. O número de divórcios, em conseqüência, entre outras coisas, da restrição sexual, é alto nos primeiros anos após a prisão. Muitos casos de violência na prisão estão ligados à coerção sexual sobre os presos mais jovens, que é fruto, entre outras coisas, da restrição sexual (BITENCOURT, 2001: 201-226). Para todos esses problemas, tentaram-se várias soluções. As mais abrangentes são, sem dúvida, aquelas ligadas a um relaxamento na restrição à liberdade do preso, que permitam que ele tenha uma convivência mais próxima com a família. Um exemplo disso são as prisões abertas suecas, em que o preso tem ampla liberdade de locomoção. Na década de 1970, o governo sueco construiu hotéis contíguos a prisões em que os presos podiam realizar visitas conjugais. Como as prisões abertas constituem uma experiência rara na América Latina, a alternativa mais utilizada para

evitar os problemas advindos da restrição sexual é a visita íntima. Ela foi implementada, assim, entre outras coisas, com o objetivo de fortalecer os laços familiares e permitir que o preso tivesse meios de se reinserir socialmente após sua saída.

As visitas íntimas não eram regulamentadas legalmente, e podiam ocorrer ou não de acordo com a administração local da unidade prisional. A Lei de Execução Penal, em seu artigo 40, inciso X, afirma tratar-se de direito do preso a “visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados”. A forma como ocorriam essas visitas podia ser alterada de acordo com situações específicas. Podiam, por exemplo, ser temporariamente suspensas motivadas por atos de indisciplina ou rebelião. Em Bragança Paulista, as visitas íntimas ocorriam nos dois dias, e se davam nos pátios centrais. Os presos, nesses dias, montavam ali barracas de lona, para onde levavam suas companheiras. Muitas vezes, as esposas levavam consigo acompanhantes, como irmãs ou amigas, para olharem as crianças durante esses momentos. Em boa parte das vezes, porém, as crianças eram deixadas sem cuidado, livres para correr e brincar por todos os lados da Cadeia. Uma criança descuidada que, ouvindo as vozes de seus pais, entrou em uma das barracas, motivou a prática de fechar os portões dos pátios com chave e mantê-los sob vigilância de um galeria.

Durante a “íntima”, podia ocorrer do pátio, descoberto, ser inundado por uma chuva torrencial ou castigado por um sol forte. Em ambos os casos, ela se transformava num martírio ou era simplesmente impedida de acontecer. Contava-se que uma visitante havia desmaiado em uma ocasião por causa do calor.

Cada cela possuía duas barracas no pátio, cuja ocupação era dividida entre os presos da cela. Uma voluntária perguntou para um preso o que aconteceria se algum deles ocupasse a barraca durante toda a visita:

? Ô louco, ficar o dia inteiro dentro da barraca! Não dá não.

Durante as visitas, os corredores podiam ficar repletos de casais que namoravam abraçados. Presenciar estas cenas produziu-me espanto, que um preso interpretou corretamente:

? Você tá acostumado a ver só homem aqui dentro e hoje tá cheio de mulher...

A primeira impressão que tive ao ver todos aqueles presos com suas esposas ou namoradas foi de um certo relaxamento no pudor. Comportamentos tipicamente reservados para ambientes íntimos podiam ser vistos ali, em público. Mas, na verdade, os presos se esforçavam tanto quanto possível para criar um clima de intimidade. Grande parte dos presos, principalmente os mais jovens, pelo que percebi, pareciam querer estar a sós com suas

companheiras, mesmo em meio à movimentação. Eles não olhavam para os lados, não falavam com ninguém, apenas ficavam encostados às paredes, abraçados a suas companheiras e conversando em tom de voz baixo, como se mais ninguém estivesse ali. Essa impressão de despudor é enganosa por outra razão: conhece-se bem o tipo de confusão que acontece quando um preso se aproxima da companheira de outro, mesmo que isso signifique apenas cumprimentar ou dirigir-lhe alguma palavra ou um olhar. Um simples convite feito à namorada de um preso por um colega para ver os trabalhos artesanais que ele possuía em sua cela já produziu conseqüências mais graves numa ocasião. Eu tinha a impressão de que alguns presos não gostavam da minha presença quando eu passava pelo corredor. Quando eu passava, eles abraçavam suas companheiras com mais força, ou procuravam se “ocultar” mais. Por outro lado, aqueles presos mais próximos de mim tinham uma reação absolutamente contrária a essa. Faziam questão de me cumprimentarem festivamente e me apresentarem suas esposas e filhos.

Alguns visitantes começavam a deixar a Cadeia a partir das 15:00h. Isso era visto em geral como sinal de descaso com o amigo ou parente preso, já que o visitante optava por abandoná-lo antes mesmo do fim do horário de visita. O encerramento das visitas ocorria lentamente, já que não era possível que todos os visitantes deixassem a Cadeia ao mesmo tempo. No Anexo 1, todos os presos e visitantes eram chamados para uma das oficinas. Os presos então eram chamados de acordo com a cela em que moravam. Os presos se despediam brevemente de suas famílias e entravam nas celas. Depois de todos os presos terem sido recolhidos, os familiares deixavam a oficina e formavam uma fila no portão de saída, sendo liberados em grupos de cinco. Era este o momento temido pelos galerias, já que os presos tendiam a se isolar deprimidos e mostravam-se mais irritadiços, sendo menos tolerantes com brincadeiras ou provocações de companheiros.

Durante as visitas, as celas permaneciam trancadas, e muitas conservavam as grades cobertas por lençóis, impedindo que fossem vistas por dentro. Quando os visitantes iam embora, as celas eram descobertas. Algumas celas permaneciam cobertas o dia todo. Uma delas era a cela 10, da triagem. Perguntei a um galeria se os presos da cela 10 podiam sair em dia de visita. Ele respondeu que apenas aqueles que tinham visita podiam sair. Os que ficavam não gostavam de ser observados.

A visita era o momento mais alegre da semana. Alguns presos diziam passar a semana toda esperando por esses dias e nutrindo-se, após o seu término, com as lembranças do que ocorrera. Muitos passavam as horas numa solitária rememoração de rostos e palavras, sonhando com o momento em que esse estado poderia durar mais. Por ser o momento mais

esperado, podia ser também o mais frustrante. Os presos que ficavam em suas celas não estavam apenas se protegendo contra o olhar dos visitantes, mas também contra o seu próprio, já que a visão dos companheiros recebendo visitas tornava ainda mais doloroso seu isolamento. Alguns podiam minimizar sua dor compartilhando a visita de um companheiro, mas isso parecia ser mais raro. A prisão mostrava-se em toda a sua crueldade exatamente nesses momentos em que ela poderia ser temporariamente suspensa. Nessas ocasiões ela exibia seu efeito talvez mais importante, em todo o caso mais evidente: o isolamento dos presos e sua constituição como um grupo posto sob os holofotes da lei, isolamento que atingia não só a parcela pública da vida do preso, mas que estenderia seus tentáculos para sua vida privada, tirando-lhe os amigos, tirando-lhe a família e deixando restar apenas algo que lembrava vagamente sua vida.

Capítulo 10. O isolamento administrativo

No dia três de novembro de 2000 a Cadeia Pública de Bragança Paulista foi transferida da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria de Administração Penitenciária. Essa mudança trouxe alterações importantes no funcionamento da instituição. Enquanto estava sob a Secretaria de Segurança Pública, a Cadeia Pública tinha seu funcionamento cotidiano determinado quase integralmente pela APAC. O Delegado, autoridade local máxima, habitava longe da Cadeia Pública, tanto geográfica quanto institucionalmente. Os poderes públicos só eram sentidos com plena força em situações especiais, como nos momentos de ameaça de rebelião ou fuga de presos. O Estado havia cedido parte de seu poder de polícia para a APAC, e só o retomava quando se anunciava alguma emergência. Ao ser transferida para a Secretaria de Administração Penitenciária, a Cadeia Pública de Bragança Paulista passou a ser controlada de forma estreita por agentes estatais. O poder público passou a habitar o interior da prisão. Sua presença tornou-se constante, e sua ação se dava, em geral, no sentido de reforçar a coerção sobre os presos e todos os outros agentes institucionais. Além dos presos, os familiares, os voluntários e até mesmo a Diretoria da APAC ressentiram-se de sua presença tão próxima. Esta mudança fez ressaltar o isolamento administrativo a que anteriormente a Cadeia Pública estava submetida, uma característica que contrastava com o caráter público deste tipo de instituição.

10. 1. O controle do Estado.

Era comum que os presos e os voluntários se referissem à Cadeia Pública de Bragança Paulista como “APAC”. Tratava-se, porém, de um erro de expressão. A APAC era apenas uma Associação Civil – uma Organização Não-Governamental – responsável pela administração financeira da instituição. A própria Cadeia ia muito além da APAC, e era parte da Secretaria de Segurança Pública, ficando sob responsabilidade direta de um Delegado. Contava, por exemplo, com a presença de carcereiros que faziam a guarda dos presos e não eram diretamente ligados à APAC.

Neste caso, porém, o lapso verbal refletia a realidade concreta. Se organizacionalmente a APAC era apenas parte da Cadeia Pública de Bragança Paulista, na prática sua atuação dava-lhe um papel muito maior que o de simples órgão auxiliar da Justiça. A APAC geria toda a instituição, sobrando pouco espaço para a atuação do Estado. O próprio Delegado Diretor da Cadeia Pública ocupava uma função determinada na APAC, sendo sócio nato da instituição e ocupando o cargo de Vice-Presidente do Conselho Fiscal. A coincidência expressa na fala entre a unidade prisional e a Associação concretizava-se na realidade vivida pelos agentes institucionais.

Não se tratava, porém, de uma cessão total de poder. O Estado permanecia atuante. Sua presença tornava-se evidente através dos carcereiros. Eles postavam-se à entrada da Cadeia Pública e eram os responsáveis pelo controle do perímetro externo do prédio e por tomar providências, em última instância, contra as transgressões que ocorriam no interior da Cadeia Pública.

Cotidianamente, os carcereiros exerciam a tarefa de fiscalizar a entrada de voluntários no prédio. O ritual de entrada consistia na entrega ao carcereiro responsável da carteirinha de voluntário, que era analisada e depois devolvida ao voluntário. Um carcereiro observou uma vez, gracejando:

? Se você não levar a carteirinha, como é que a gente vai saber se você é preso ou voluntário na hora de sair?

Também dinheiro e objetos de valor eram levados para dentro da Cadeia Pública. A principal razão para isso era o temor dos carcereiros em assumir responsabilidade pessoal por esses objetos. O mesmo carcereiro alertou-me certa vez:

? Mas fica de olho no seu dinheiro, porque você está entrando no lugar com a maior concentração de ladrão por metro quadrado de toda a Bragança Paulista.

Outra função dos carcereiros era intermediar a comunicação e a circulação dos presos com o mundo exterior. Quando algum recado tinha que ser transmitido aos presos, quando eles eram visitados pelo advogado, quando, enfim, era necessário que os presos tivessem contato direto com pessoas do mundo de fora em dias diferentes daqueles permitidos para as visitas, os carcereiros respondiam por isso.

O controle do comportamento dos presos era exercido, em última instância, também pelos carcereiros. Quando havia alguma suspeita contra um preso, os carcereiros averiguavam e cuidavam, caso fosse constatada a violação, de formalizar a denúncia. No exercício desta sua função, os carcereiros expressavam a oposição específica entre o Estado, com seu aparato repressivo, e a APAC, com sua ênfase reabilitadora. O trabalho voluntário, com tudo o que possuía de aceitação pela condição do preso, não poderia ser mais contrário à forma como os carcereiros os entendiam.

Certa vez, um preso muito jovem aproximou-se do grupo de Valorização Humana em postura servil. Dirigindo-se à coordenadora do grupo, pediu para que entrássemos em contato com sua mãe orientando-a a não o visitar no domingo. Aproximando-se um pouco mais, pediu-lhe para falar em particular. Ambos se afastaram do resto do grupo e cochicharam durante alguns minutos. Ela então, com ar carregado, voltou-se para mim e explicou a situação:

? Ele tá falando que o carcereiro pegou ele ontem à noite fumando uma ponta de maconha. Aí, eles levaram ele pra sala da carceragem e um dos carcereiros bateu nele e obrigou a assinar um 16 (artigo do Código Penal para tráfico de drogas). Você acha que tá certo isso? Não pode acontecer isso.

O preso emendou:

? Eu sei que eu errei, mas eu não acho certo assinar um 16 por causa de um toco de maconha.

A voluntária anuiu com um gesto:

? Não, isso não tá certo não. Olha, eu vou falar com o Presidente da APAC e a gente vai ver o que dá pra fazer, tá? ? O rapaz afastou-se agradecendo e ela pôs-se a se queixar. ? Isso não pode acontecer aqui na APAC. Se fosse em outro lugar, a gente até entendia. Mas aqui na APAC, bater no preso assim, não está certo. Aqui é um lugar pra recuperar o preso. ? E como se me confidenciasse, continuou: ? Os carcereiros tratam os presos de um jeito diferente dependendo da posição social deles. Faz alguns dias, o carcereiro pegou dois presos

fumando maconha às três horas da tarde ? o que, aparentemente, constituía uma falta mais grave do que fumar maconha no escondido da noite. ? Mas como eles eram de família rica, não eram pés-rapados, o carcereiro deu uma advertência e ficou por isso mesmo.

Este discurso casava bem com a postura oficial dos voluntários do grupo de Valorização Humana: não há que se fazer distinções entre os presos. Mais que um simples costume, este princípio estava expresso no projeto de trabalho do grupo apresentado à Diretoria da APAC: era oficial. Por isso, aos voluntários, por determinação interna do grupo, era vedado consultar os prontuários dos presos e conhecer seus crimes. Não se sabia, a não ser que o preso decidisse contar, o que cada um havia feito. E havia uma recomendação expressa da Diretoria da APAC para que os voluntários não se pusessem a fazer tais perguntas incômodas. Quando, contrariando essas limitações, o grupo propôs à Diretoria da APAC a consulta aos prontuários como forma de estruturar um trabalho mais individualizado, mais próximo das necessidades de cada preso, a própria Diretoria, retomando os argumentos do projeto, lembrou ao grupo que esta não era sua vocação – a vocação do grupo de Valorização Humana era universalista.

Os carcereiros, que não tinham a preocupação teórica ou política de produzir ressocialização, podiam se dar ao luxo de reproduzir e justificar a desigualdade nas relações entre os presos. Os voluntários, promotores da igualdade, tinham que se esquecer de que eram visitados apenas por uma dúzia de presos, em geral de maior escolaridade, em geral com razoável reputação no presídio.

Uma outra função dos carcereiros era fiscalizar a realização das visitas às quintas-feiras e domingos. Eles eram os responsáveis pela realização das revistas nos familiares e amigos dos presos. De forma geral, controlavam a entrada e saída dos visitantes.

Os carcereiros também exerciam um controle parcial sobre as atividades dos voluntários. Era uma regra bastante prezada na APAC a proibição de relacionamentos amorosos entre voluntárias ou funcionárias da APAC e presos. Os poucos casos sobre os quais tive conhecimento de violação desta regra haviam sido punidos informalmente com o afastamento das transgressoras. Havia uma preocupação em averiguar a veracidade das denúncias, mas, depois de constatado o ocorrido, a saída adotada costumava ser o silêncio: expulsava-se a culpada, sob algum pretexto, e não havia mais pronunciamentos – esquecia-se. Talvez por isso, a transgressão perpetuava-se sob a forma de boato. Os carcereiros, preocupados em manter a respeitabilidade da casa, ficavam atentos a qualquer sinal de relacionamentos inesperados. O carcereiro de plantão comentava um dia o fato comum de

mulheres apaixonarem-se por presos. Espantado, pedia-me uma explicação “psicológica”. E depois contou que havia ali um preso dos mais freqüentados:

? Esse preso já teve mais de dez mulheres desde que chegou aqui. Já namorou até mulher de policial ? fez uma pausa e continuou. ? Inclusive, tem uma voluntária da Valorização Humana que está namorando com ele. Se hoje eu pegar essa moça sozinha com ele, eu vou fazer uma reclamação com a Diretoria, ela não entra mais aqui.

Esse fato, posteriormente, teve repercussões decisivas para o grupo de Valorização Humana e seu apoio à COESPE.

10. 2. O controle da APAC.

Os carcereiros, assim, não eram ausentes do funcionamento da Cadeia Pública. Havia, porém, uma espécie de consenso de que sua presença era apenas simbólica. Certa vez, conversando com um galeria, foi possível obter uma confirmação desta impressão:

? Quem mantém a ordem aqui são os galerias. Sem os galerias, isso aqui “virava” na hora. Se a gente quisesse, a gente podia soltar esses presos todos e ninguém ia poder fazer nada. Esses dois carcereiros que têm aí até trabalham, mas são só dois ? aqui dentro tem mais de duzentos homens. E até chegar o reforço da polícia, os presos iam ter feito o que quisessem.

Os próprios carcereiros concordavam com essas afirmações. Houve, em fevereiro de 1999, uma fuga de três presos da Cadeia Pública. Alguns dias depois, ouvi dois carcereiros comentarem:

? Mas como que não vai ter fuga? Eles põem como galeria uns presos com mais de vinte anos pra tirar. Eles põem pra tomar conta uns presos que não têm a cabeça boa. Aí não dá certo ? afirmação que, em linhas gerais, significava a concordância plena com o papel central dos galerias na segurança do presídio.

O outro ressaltou a importância da arquitetura:

? Eles tinham que chapear a cerca. Nunca vi presídio com cerca de tela. Aqui não é chiqueiro, não é lugar de criação. ? “Eles”, em ambas as falas, referia-se à Diretoria da APAC.

Os carcereiros reconheciam sem hesitar o papel fundamental da APAC, sem cuja presença seria impossível exercer a manutenção da ordem na Cadeia Pública. Isso trazia alívio para os carcereiros, que assim não precisavam entrar em contato muito íntimo com os presos. A APAC afrouxava o peso daquele trabalho:

? A APAC é bem mais tranqüila que as Cadeias por aí — confirmou-me um carcereiro. Tem Cadeia em que o carcereiro passa pelo corredor enquanto os presos sussurram: “Vai morrer, vai morrer”. O carcereiro é que tem que buscar o preso na cela quando chamam ele para alguma coisa. Aqui não — a gente chama o preso pelo nome aqui do portão e algum dos presos vai lá buscar ele.

O controle sobre os presos, que deveria ser uma das prioridades do trabalho carcerário, era em grande parte Delegado aos próprios presos. Um carcereiro reclamava de seu trabalho para os voluntários do grupo de Valorização Humana:

? Trabalhar na Cadeia não é fácil, tem problema demais. ? E depois corrigiu-se: ? Mas até que os presos não dão muito trabalho, só tem uma meia dúzia que agita a Cadeia, o resto se comporta bem.

? Preso só tem o direito de ficar quieto ? emendou o outro carcereiro.

? Não é bem assim ? retrucou o primeiro, em tom professoral. ? Preso tem direito, mas também tem deveres ? e olhou constrangido para os voluntários.

? Esses que dão trabalho devem ser os novatos. ? arrisquei, mudando de assunto. ? Aqueles que não conhecem o sistema, ou que vêm de penitenciárias maiores...

? É isso mesmo. E a maioria dos problemas os presos mesmos resolvem. O neguinho começa a agitar muito aí dentro, eles já dão uma surra nele que é pra ele entender onde ele tá. Chegou um preso aqui faz pouco tempo e começou a falar aí que tinha passado 15 anos na Penitenciária (do Estado) e que o lugar dele não era ali, no meio de ladrão pé-de-chinelo. Ele espalhou pra todo mundo que era um-cinco-sete “nervoso” (havia cometido um roubo grande). Ele repetiu tanto isso que os presos resolveram averiguar. Descobriram que ele não era um-cinco-sete nada: era só um-cinco-cinco (furto) — tinha roubado duas toalhas. Aí eles deram uma surra nele que ele até perdeu o caminho de casa.

O papel dos carcereiros era o de limitar as ações dos presos para que não fugissem ao perímetro da Cadeia Pública. No mais, eles apenas observavam o desenrolar dos acontecimentos. E entre voluntários e funcionários corria a suspeita de que se beneficiavam dos acontecimentos, ou que pelo menos exerciam suas funções de maneira inapropriada. Entre outras coisas, essa foi uma das razões pelas quais eles não permaneceram após a transferência para a COESPE. Certa vez, após a concretização da transferência, a nova Diretora do Centro

de Ressocialização conversava com o grupo de Valorização Humana a respeito da falta de agentes penitenciários para ajudá-la. Explicando porque seu quadro era tão reduzido – era composto apenas por três agentes, que se revezavam continuamente à exaustão, tendo inclusive diminuído suas folgas –, ela afirmou enigmática, dirigindo-se à coordenadora:

? Eu não podia ficar com aqueles agentes e nem com os carcereiros. Você sabe como é que eles trabalhavam.

Em alguns momentos, o funcionamento da Cadeia Pública parecia escapar completamente ao controle dos carcereiros. Eles, por exemplo, podiam não ter controle sobre o número de presos que se encontravam efetivamente sob sua guarda. Ao passar com o carro pelo portão, certa vez, vi esperando do lado de fora um senhor bastante idoso, de cabelos grisalhos e corpo encurvado, que me cumprimentou com um ligeiro sorriso. Quando me aproximei do carcereiro para proceder à entrada no prédio, ele informou-me que aquele senhor estava procurando informações sobre um parente. A informação não podia ser mais simples: seu parente estava preso na Cadeia Pública de Bragança Paulista ou não? O carcereiro pediu-me para esperar um momento antes de abrir o portão, pois queria dar a informação primeiro. Examinou cuidadosamente os livros de registro. Ali constava que o sujeito havia sido recolhido à APAC e depois transferido para a Casa de Detenção. Não havia qualquer outra informação. O carcereiro suspirou com impaciência, aquilo não era suficiente. Disse-me que ia perguntar para algum preso. Sumiu em direção às celas, voltando em seguida. Posicionou-se perto da porta e gritou a plenos pulmões para o homem que ainda esperava: o tal parente estava preso ali mesmo. O homem foi embora. Dirigindo-se a mim, o carcereiro lamentou-se:

? Como é que a gente pode trabalhar assim? Os registros estão todos desorganizados!

O controle sobre o comportamento dos voluntários, que constituía uma ocupação dos carcereiros, era também bastante limitado. Os carcereiros praticamente não opunham resistência à movimentação dos voluntários, restringindo-se a aspectos marginais da atuação e dependendo sempre, para qualquer ação efetiva de controle, da APAC. O horário dos voluntários era um exemplo disso. Uma vez por mês, o sábado de manhã era ocupado com a missa. Os voluntários eram amplamente admitidos na cerimônia, mas deviam sair assim que acabasse, em geral às dez horas da manhã. Em princípio, não deveria haver trabalho voluntário neste dia, o que não nos impedia de continuar na Cadeia Pública após o término da missa.

Eu saía da Cadeia Pública mais ou menos ao meio-dia em um destes sábados. Após os cumprimentos de praxe, um carcereiro pegou meus pertences e, ao entregá-los, comentou sobre o meu atraso:

? Em dia de missa não devia ter trabalho voluntário. Mas a gente não liga pra isso não. A própria coordenadora geral dos voluntários, que inventou essa regra, não cumpre. Ela fica até de noite aqui de sábado.

Os carcereiros tinham razões importantes para não se preocuparem com essas regras. Seu desrespeito facilitava seu trabalho. Eles sabiam que quando os voluntários estavam lá, dificilmente acontecia algo inesperado. Os voluntários tranquilizavam os presos. Da mesma forma, as cartas e o jogo em geral:

? Eu não concordo com esse negócio de proibir os presos de jogar baralho. O baralho não atrapalha ninguém. Depois, eles ficam bem calmos quando estão jogando. Não fica aquele negócio de chamar o carcereiro toda hora. Quando eles estão se divertindo, eles não causam problemas. Hoje mesmo, não podia, mas vai ter um campeonato de futebol deles aí.

O mesmo ocorria em relação à posse de determinados objetos. Os voluntários tinham o direito de levar para dentro da Cadeia Pública praticamente qualquer objeto que quisessem, no momento em que desejassem. Apesar de não ser permitido, os voluntários podiam entrar várias vezes na Cadeia Pública sem serem incomodados. Muitas vezes, eu obrigava os carcereiros a olharem o que eu carregava, pois eu temia que aquele procedimento flexível pudesse gerar contra mim acusação de levar para o interior da Cadeia Pública artigos proibidos. Houve uma ocasião em que um preso pediu-me que, ao sair, fosse até o Centro de Bragança Paulista para comprar-lhe algumas peças eletrônicas para consertar seu rádio. Após realizar seu pedido, voltei à Cadeia Pública e comuniquei ao carcereiro a razão da minha volta. Ele, sem sequer vistoriar o pacote, autorizou-me a chamar o preso pelas grades e entregar-lhe as peças. Dirigi-me até o portão de entrada e comuniquei ao galeria que precisava entregar as peças para o preso. O galeria gritou para algum preso pedindo que o chamasse. Enquanto o destinatário das peças não chegava, um outro preso aproximou-se e, entregando-me uma soma em dinheiro, pediu a mim e a outra voluntária que lhe comprássemos carne no açougue mais próximo. O carcereiro autorizou o pedido com a cabeça e, assim que entreguei as peças, fui até o açougue. Ao voltar, tendo espontaneamente mostrado o que carregava ao carcereiro, que pareceu não se importar, e recebendo um aceno desdenhoso com a cabeça, entreguei a carne e o troco para o preso. Um outro preso, nesse ínterim, pediu-me que lhe comprasse filme para máquina fotográfica. Tive que me recusar, porém, a realizar-lhe o pedido devido ao avançado da hora.

Os carcereiros pareciam não se importar com esta intensa movimentação. Eles preocupavam-se apenas em evitar que pessoas estranhas ao trabalho voluntário entrassem na Cadeia Pública. Sempre que eu encontrava algum carcereiro novo, que não me conhecia, eu tinha que mostrar minha identificação para entrar. Uma vez reconhecido como voluntário, a liberdade de movimentação de que eu gozava era quase ilimitada. Eu era um membro da APAC. Desta forma, eles não se atreviam a controlar meus movimentos.

Isso não era uma regra oficial, mas valia extra-oficialmente. Em alguns poucos momentos havia um questionamento deste procedimento, questionamento que, no fim, não alterava a maneira como as coisas ocorriam. Havia na APAC uma funcionária que exercia a função de secretária do Presidente da APAC. Devido a problemas administrativos, ela foi demitida, contra a vontade do Presidente. Na época, raramente o Presidente visitava a Cadeia Pública. Em uma de minhas visitas, encontrei-o lá. Ele a havia levado com ele, o que contrariava as normas da APAC. Pelo regulamento da APAC, não podia ocupar a posição de voluntário qualquer pessoa que fosse parente de presos, estivesse se relacionando com algum preso (como namoradas ou esposas) ou fosse ex-funcionário da APAC. Mas como o próprio Presidente da APAC a estava acompanhando, o carcereiro sentiu-se inibido em impedir sua entrada. Um pouco mais tarde, o Delegado seccional – um dos fundadores da APAC de Bragança Paulista – foi até a Cadeia Pública e ouviu de alguém um comentário sobre o que estava ocorrendo. Ele chamou o carcereiro e deu-lhe uma bronca por não ter impedido a entrada da ex-funcionária. Cabia em parte ao carcereiro fiscalizar para que fosse cumprido o regulamento da APAC.

Esses exemplos servem para ilustrar o enorme poder de que gozavam os membros da APAC quando a Cadeia Pública ainda era ligado à Secretaria de Segurança Pública. A única presença do Estado no cotidiano da instituição eram os carcereiros. Mas todas as vezes que os ouvi questionarem os procedimentos adotados, a fonte fiscalizadora de que lançavam mão era a própria APAC. Nas suas ações cotidianas, sua referência não era mais o poder público. No dia-a-dia, parecia bastar-lhes reportar-se à APAC.

A única vez que um carcereiro impediu minha entrada na Cadeia Pública foi quando houve uma ameaça de fuga. Neste dia, parei meu carro em frente ao portão esperando que fosse aberto. Um carcereiro que eu não conhecia surgiu e comunicou-me o ocorrido. Eu, intrigado pela novidade, perguntei-lhe se alguma voluntária não havia entrado. Ele respondeu à altura:

? Hoje, nem a Diretoria tem permissão para entrar.

Um dos objetivos dos reformadores penais da era progressiva havia sido instaurado na APAC. Ali, quem controlava a instituição era a comunidade, representada pela APAC. Mesmo com as ressalvas à efetiva implementação do outro aspecto da proposta reformista – transformar a própria Cadeia em uma comunidade – e ao que significa exatamente este termo na presente situação, é importante notar que esta mudança institucional efetivou-se com amplo poder para a comunidade. Entender esta forma de gerir o sistema penitenciário pode ser um teste importante para as teorias que pregam a administração comunitária como forma de acentuar o potencial regenerador do ambiente carcerário.

CAPÍTULO 11. A PREPONDERÂNCIA ECONÔMICA

O isolamento a que foi submetida a Cadeia Pública de Bragança Paulista teve relação com uma outra característica da atuação da APAC nesta instituição: dentre todos os aspectos do funcionamento institucional, tornou-se prioritário o aspecto econômico. A preponderância econômica deste empreendimento fica clara quando se consideram as razões pelas quais ele foi levado adiante e pôde se manter ao longo dos anos. O impulso inicial da criação da APAC foi voltado para o aprimoramento das condições penais na Comarca de Bragança Paulista. Neste sentido, não havia uma evidente preocupação econômica nesta iniciativa. Esta preocupação surgiu por exigência da situação. Em determinado momento, o progresso do trabalho voluntário passou a depender da reforma da Cadeia Pública. Aí então, foram necessários esforços diretamente concentrados na arrecadação de dinheiro. Mesmo assim, esta primeira ação econômica dizia ainda muito pouco a respeito do que se procurava fazer. Foi uma mobilização *ad hoc*, sem a preocupação de se institucionalizar, ou seja, cristalizar-se, repetir-se ao longo do tempo. Como fonte de renda, a contribuição da comunidade servia apenas momentaneamente. Os voluntários de Bragança Paulista sabiam das limitações desta fonte, pois conheciam a experiência de São José dos Campos. Nesta cidade, a experiência prisional sempre esteve diretamente atrelada à contribuição de empresários, munícipes ou mesmo de egressos da instituição. A cada cheque mais vultoso que recebiam, os voluntários joseenses comemoravam com alegria: cada centavo recebido era parcimoniosamente armazenado para que se pudesse pagar os salários dos funcionários ao final do mês, ou para que se pudesse enfim rebocar uma parede com tijolos ainda à mostra. Desde cedo os

voluntários de Bragança Paulista parecem ter percebido que esta forma de financiamento apresentava graves limitações. Isso se torna mais evidente quando se considera que a reativação da APAC de Bragança Paulista ocorreu em 1994 e que neste mesmo ano Nagashi Furukawa propôs a reunião com Mário Covas na qual foi estabelecido o convênio com o Estado. Apesar disso, não se pode dizer que o impulso para a existência da APAC tenha sido econômico. Ao contrário, mesmo o estabelecimento do contrato foi fruto da intenção de tornar a experiência auto-sustentável financeiramente e garantir-lhe alguma estabilidade. Não se tratava, portanto, inicialmente, de um empreendimento com objetivos econômicos. Aos poucos, porém, parece ter havido uma transformação nesta situação. Ao mesmo tempo em que a APAC modernizava e saneava a Cadeia Pública, começou a produzir economia de recursos para o Estado. Isso marcou decisivamente aquela experiência. Mais do que seus méritos administrativos e repressivos (ou ressocializadores), parece ter pesado na aceitação do convênio pelo Estado seu aspecto econômico. Mesmo que outros elementos tenham entrado em jogo, esse aspecto do trabalho apaqueano tornou-se tão importante que passou, por si só, a produzir a percepção social de sucesso. A partir deste acontecimento, a APAC tornou-se um modelo de administração penitenciária não por suas qualidades relativas ao funcionamento penal, mas por suas qualidades econômicas: a APAC tornou-se uma forma barata e eficiente de administrar o sistema penitenciário.

Desde o estabelecimento do convênio, a eficiência econômica da APAC tem sido exaustivamente repisada por diversos observadores. Às vezes, são comentários aparentemente marginais. Mas, tomados em conjunto, revelam uma preocupação recorrente com os detalhes contábeis desta experiência prisional. Num texto que comenta o sucesso da APAC, o então Presidente da entidade conclui que é

possível a construção de novos estabelecimentos prisionais, com custo baixíssimo para o Estado, desde que exista vontade política dos poderes públicos, participação comunitária e seriedade. (MARQUES, [199-]).

Kaduba, Paula e Nunes (1996) afirmam:

Segundo consta, a APAC local assumiu responsabilidade pela assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, psicológica e laboral aos presos que lá se encontram.

Para tanto, mensalmente, o Governo do Estado repassa R\$ 45.000,00 ao APAC, exclusivamente para a alimentação. Contudo, com a forma de gerenciamento das pessoas envolvidas no projeto, tal verba duplicou-se e outros investimentos puderam ser realizados, os quais estão sendo levados

a cabo, como, por exemplo, a ampliação das dependências e a construção de futura cozinha, o que acarretará mais economia ainda com alimentação.

Em outro exemplo da percepção sobre a instituição bragantina, podemos ler:

Logo de início, a APAC conseguiu duas coisas: reduzir o custo para 5, 80 reais por preso, e melhorar a qualidade da comida. Com a sobra, contratou doze funcionários, um médico, um dentista, dois advogados, psicóloga, assistentes sociais, funcionários de administração. Mas ainda sobravam 12.000 reais todo mês. A APAC reuniu-se e decidiu construir um novo prédio. Três anos depois, o prédio está pronto. Esse que vi: bonito, confortável, com toldos azuis nas janelas, nem parece uma prisão. E mais 120 novas vagas. Foram gastos 360.000 reais nas obras. Cada vaga custou cerca de 3.000 reais. (AZEVEDO; MUZI, 1999).

Duas reportagens publicadas pelo jornal Folha de São Paulo apresentam títulos bastante sugestivos. A primeira: “Juiz assumiu presídio e devolveu troco” (CORRÊA, 18 dez. 1999b). A segunda: “Cadeia de Bragança deu ‘lucro’” (CORRÊA, 18 dez. 1999a). Seria possível aumentar a lista de documentos expressivamente. Mas não é necessário ir mais longe para afirmar que a percepção de sucesso produzida pela APAC está permeada pela questão econômica e financeira. Em alguns textos esta questão aparece como a característica central da experiência. Em outros apresenta um caráter aparentemente marginal. Mas é raro o documento que comente a eficiência do trabalho apaqueano sem ligá-la a sua eficiência econômica.

Esses exemplos podem servir para mostrar a importância do aspecto econômico na administração da unidade bragantina. O próprio Estado parece se ocupar em qualificar o empreendimento por seus méritos econômicos. Ao defender a necessidade de expandir as experiências desenvolvidas nos Centros de Ressocialização (instituições derivadas da experiência de Bragança Paulista) para outras unidades prisionais, a Secretaria de Administração Penitenciária afirma que:

Tal evolução está embasada nos resultados atingidos pela administração mista, entre representantes do governo e da sociedade civil, que vêm minimizando a margem de gastos imediatos com a manutenção de toda a estrutura, e ainda, propiciando ações de caráter social, que além do intuito humanístico traz consigo a redução de gastos mediatos, já que todas as ações convergem para a não reincidência do homem preso. (SÃO PAULO, 2004g).

Segue-se a isso um demonstrativo dos recursos gastos por cada Centro de Ressocialização desde a elaboração de seus respectivos convênios com o Estado, mostrando

que todas as unidades em questão conseguiram reduzir os custos da administração prisional com a ajuda da comunidade.

Tem-se, assim, razões mais fortes para crer que a relação entre a APAC e o sistema penal passe fundamentalmente pelo nível econômico. Ao dizê-lo, não se está defendendo a idéia de que a questão econômica por si só explique a criação da APAC e a percepção de seu sucesso. Ao contrário, veremos adiante que o problema econômico é só parte da questão. Mas é necessário reconhecer que os aspectos econômicos do empreendimento apaqueano tornaram-se centrais no discurso estatal sobre esta experiência. Se for adotada a tripartição clássica da sociedade nas instâncias econômicas, ideológicas e político-jurídicas, o problema pode se tornar mais claro. É necessário compreender qual a relevância do aspecto econômico nesta experiência prisional. Há uma forma particular de conceber esta tripartição segundo a qual as instituições sociais podem ser ligadas predominantemente a uma destas instâncias. Segundo esta forma de ver o problema, qualquer instituição se encontra inserida numa formação social que se apresenta como a articulação entre vários modos de produção. O modo de produção não se limita ao nível econômico da sociedade. Ao contrário, o modo de produção é a articulação estruturada das várias instâncias sociais. Em qualquer modo de produção, a instância econômica é constituída pela produção, pela distribuição e pelo consumo de bens. Desses três, o processo fundamental é o da produção, que determina os outros dois. Quanto à instância ideológica, é constituída pelas idéias, representações, atitudes e comportamentos do modo de produção. A instância jurídico-política diz respeito ao sistema de poder que mantém a unidade do todo social, comprometida pelas contradições inerentes ao modo de produção e que o ameaçam constantemente.

Althusser (1989) deu uma contribuição decisiva a esta discussão ao afirmar que o Estado, visto como um aparelho ligado à instância jurídico-política (fundamentalmente repressiva) também operava ideologicamente através dos Aparelhos Ideológicos do Estado (entre os quais encontramos a escola). Mas ao considerar a escola como, essencialmente, um Aparelho Ideológico do Estado ele comete um erro, segundo Guilhaon de Albuquerque (1980). Segundo este autor, a terminologia essencialista pode impedir o trabalho de análise do real, confundindo esta operação com o próprio real. “A totalidade concreta”, como afirma Guirado (1987: 50), “não se confunde com o objeto teórico ou o objeto do pensamento”. Uma instituição não é um aparelho repressivo ou ideológico, mas produz efeitos repressivos, econômicos e ideológicos, e a relação entre as diversas práticas e seus diversos efeitos deve ser pensada em termos da produção de um efeito dominante por determinadas instituições. Desta forma, ele mostra que, por exemplo, a análise da escola deve ser reformulada para dar

conta dos efeitos políticos, ideológicos e econômicos de determinadas práticas escolares e essas práticas devem ser pensadas em termos de seus efeitos dominantes que, tradicionalmente, no caso das escolas, compreendem os efeitos ideológicos. Uma instituição concreta pode produzir (e em geral produz) efeitos nas três instâncias do modo de produção: econômica, política e ideológica. A articulação desses efeitos não pode ser feita sem uma consulta às condições reais de existência da instituição. Em alguns casos, os efeitos predominantes são políticos, ou repressivos – como no caso das prisões, de modo geral. Em outros, são ideológicos ou econômicos.

O que chama a atenção no caso da APAC é justamente o fato de que uma instituição geralmente ligada a efeitos repressivos ou políticos tenha sido justificada a partir de seus efeitos econômicos. A prisão é uma instituição que tem três objetivos manifestos: a contenção dos prisioneiros, a punição dos prisioneiros e a reforma dos prisioneiros. A prisão justifica-se em geral pela sua capacidade de impedir a livre circulação, de produzir transformações e de produzir sofrimento. São objetivos repressivos. A produção de economia para o Estado, isso aparece como um objetivo insólito.

A ênfase econômica, porém, não é nova na história prisional. Seus efeitos repressivos articulam-se a seus efeitos econômicos de três formas distintas: operando a própria prisão como uma unidade de produção; operando como garantia sistêmica do fornecimento e manutenção da obediência da mão-de-obra; e operando como unidade de consumo. A primeira forma de articulação pode ser observada desde a origem da prisão como pena, que começa a tomar a forma atual no século XVI, quando mudam as idéias sobre a ociosidade e o trabalho. Nesta época, os mendigos e vagabundos, que na Idade Média representavam a imagem de Cristo, passam a ser vistos com suspeitas. A ociosidade passa a ser tolerada exclusivamente para os doentes, deficientes e velhos. Nos hospitais, a figura indistinta do pobre-doente sofre um processo de esquadramento que produz distinções entre tipos de pobres que merecem ou não o recebimento de auxílios (FOUCAULT, 1996b). A partir disso, surgem medidas de restrição de liberdade associadas à imposição de trabalho para essas pessoas e são criadas as houses of correction (ou bridewells), na Inglaterra, e as rasphuis e spinhuis, na Holanda, que eram instituições destinadas a garantir trabalho para os pobres (Spierenburg, 1998). Desta forma, a prisão moderna tem sua origem associada não ao âmbito da justiça criminal, ou seja, não a pessoas que tivessem cometido ações designadas como crimes, mas a um âmbito punitivo mais geral intimamente vinculado ao trabalho e à produção econômica. Ao fim do século XIX, muitos sistemas penitenciários europeus ingressaram no processo de manufatura, produzindo para mercados externos ou para demandas internas à

instituição. Alguns visavam lucro e pagavam salários aos presos. Outros empregavam presos na manutenção do prédio. A Penitenciária francesa de Clairvaux foi descrita pelo anarquista russo Peter Kropotkin como lembrando uma pequena cidade industrial, com chaminés e turbinas que eram aparentes já de fora (O'BRIEN, 1998). Foucault (1996c: 107-10), num exemplo que se tornou célebre, mostra que inúmeras fábricas no início do século XIX tinham funcionamento muito parecido com o das prisões: os operários moravam nas fábricas, não tinham autorização para sair, seu horário era rigidamente controlado e seu salário só era pago anualmente ou quando deixavam a fábrica. A relação entre produção econômica e aprisionamento aparecia de forma bastante evidente nesta época.

Mas a partir de 1820, quando as instituições penais se tornam modernas, ou seja, caracterizadas por superlotação, brutalidade e desordem, o aspecto econômico do empreendimento prisional perde importância e se torna evidente a segunda forma de articulação entre os efeitos econômicos e repressivos. Devemos lembrar que para Rusche e Kirchheimer (2003), com o recrudescimento da Revolução Industrial, houve uma diminuição na necessidade de mão-de-obra devida a um aumento na mecanização da produção e os trabalhos executados pelos presos tornaram-se intencionalmente inúteis, como carregar pedras de um lugar para outro ou bombear água que vazava de volta para sua fonte. Foucault (1991 e 1996d) também defende que o trabalho penal a partir da Revolução Industrial adquire um caráter de inutilidade. Mas ele propõe a existência de dois momentos distintos neste sentido. Num primeiro momento, no início da Revolução Industrial, o trabalho penal inútil tinha a função definida de dar ao trabalhador não a habilidade em uma determinada tarefa, mas a “forma geral” do trabalhador honesto. O programa segundo o qual se dava esta função ao trabalho penal foi definido pelos *quakers* na América, a partir das *workhouses*, e pelos holandeses. Logo, porém, a partir de 1835-40, se percebeu o fracasso desta tentativa. Mas como a produção de delinquentes tornou-se útil tanto pela sua utilização imediata com fins políticos como na manutenção da ordem social, a prática do trabalho inútil foi reapropriada agora com outro fim. Cabe de fato nada ensinar aos presos a fim de que eles não saibam nem queiram trabalhar “honestamente” ao deixarem a prisão. O fracasso do trabalho penal torna-se instrumento político de dominação.

Devemos notar que o deslocamento da centralidade do trabalho prisional (de recrutamento forçado de mão-de-obra a produtor de delinquentes) serviu a propósitos bastante específicos relacionados diretamente ao mundo do trabalho. O trabalho executado dentro das prisões atualmente já não é mais concorrência para os trabalhadores, nem é mais necessário para produzir cisões nas classes populares. Continua a ser executado como um resquício,

como uma segurança ideológica de justificação da existência das prisões. A perda da importância do trabalho prisional ocorreu por razões estruturais.

Ao contrário dessas primeiras instituições penais, em que o trabalho do preso aparecia como um fator essencial, nas prisões modernas não há a possibilidade de oferecer trabalho para a maior parte dos presos. Como afirma Morris (1998: 219):

[...] prisioneiros eram tradicionalmente sentenciados ao ‘trabalho forçado’, que era frequentemente um trabalho muito duro e inútil. O problema moderno é bem diferente: encontrar trabalho suficiente para manter o prisioneiro ocupado. A oposição tanto dos empregadores quanto dos sindicatos impediu grandemente a viabilidade do emprego produtivo em prisões e Cadeias¹⁴.

Desta forma, hoje já não é mais comum que os presos se envolvam diretamente na produção industrial. Indiretamente, porém, eles estão envolvidos com a atividade produtiva na medida em que a constituição de uma classe delinqüencial leva os trabalhadores a reconhecerem nela um adversário a ser combatido. Politicamente, isso significa que o verdadeiro adversário, a classe dominante, é deixado em segundo plano. Os presos servem para garantir que os trabalhadores continuarão a produzir de forma disciplinada sem questionarem a exploração econômica à qual estão submetidos, um efeito que ainda hoje persiste.

A terceira forma de articulação entre os efeitos econômicos e repressivos da prisão a insere socialmente como uma unidade de consumo. A produção de seus efeitos de contenção e punição demanda o consumo de recursos por parte do Estado ou de outras instituições sociais, fazendo pesar no cálculo de sua eficiência o custo de sua operação. A construção de uma unidade prisional e sua posterior manutenção podem ser muito dispendiosas, obrigando o Estado a encontrar formas mais baratas de operar o sistema penitenciário. Este problema está atrelado ao fracasso percebido da pena de prisão. Já na primeira metade do século XIX, a escolha entre o sistema de Auburn, ou congregate, pelo qual os presos trabalhavam e comiam juntos, mantendo estrito silêncio, e o sistema da Pensilvânia, ou separate, pelo qual os presos permaneciam quase o tempo todo em isolamento, era uma escolha econômica (ROTHMAN, 1998: 107-111). O sistema congregado, sendo mais barato, era adotado com maior frequência que o sistema de isolamento completo, que exigia a construção de penitenciárias muito caras.

¹⁴ No original, em inglês: “prisoners were traditionally sentenced to ‘hard labor’, which was often very hard and useless labor indeed. The modern problem is quite different: to find sufficient work to keep the prisoner occupied. Opposition by both employer and labor interests has gravely impeded the availability of productive employment in prisons and jails”.

A partir da segunda metade do século XIX, quando os vultosos recursos destinados ao sistema penitenciário nos EUA começaram a escassear, as opções tornaram-se mais restritas. A existência de unidades prisionais depauperadas, violentas e superlotadas indicava o colapso econômico do sistema penitenciário. Foucault (1991) indica nesta época o surgimento da percepção de falência do sistema, o que pode sugerir uma alteração na produção de seus efeitos ideológicos relacionada a esta alteração econômica.

Os efeitos da prisão se refletem nos três processos envolvidos na instância econômica – produção, distribuição e consumo – com pesos diferentes no decorrer do processo histórico. Conquanto a APAC tenha aumentado o peso produtivo da Cadeia Pública de Bragança Paulista, a produção interna era insuficiente para garantir toda a operação da unidade e bastava para reduzir a carência econômica dos presos e garantir um pequeno excedente para o consumo da unidade prisional. Toda a sua atuação se voltava para o processo de consumo e era neste aspecto que ela desempenhava um papel fundamental. Longe de atingir a auto-suficiência econômica, a Cadeia Pública de Bragança Paulista presenciou uma mudança no tipo de consumo dos recursos estatais que serviu para garantir para a unidade condições infra-estruturais mínimas para seu funcionamento. A produção era subordinada a este objetivo e jamais se cogitou a hipótese de estendê-lo para um escopo maior, o que as próprias restrições do ambiente prisional (como as limitações de espaço) impediriam. Cabe agora avançar mais um passo nesta direção e considerar as consequências da preponderância econômica no funcionamento desta unidade prisional reformada. Para isso, será discutido, no próximo capítulo, o papel desempenhado pelo gerente da APAC, papel intimamente relacionado aos efeitos econômicos aqui discutidos.

CAPÍTULO 12. A ÊNFASE GERENCIAL

O organograma da APAC colocava em posição central o setor gerencial. A gerência, na APAC, era responsável por administrar os recursos gerados pelo convênio com o Estado. Este convênio era o alicerce material do trabalho da APAC. Isso torna o entendimento do funcionamento da gerência extremamente importante para a compreensão do funcionamento da própria APAC. Neste capítulo, discutiremos o papel da gerência na APAC a fim de localizar melhor a discussão sobre a preponderância econômica do trabalho da Associação. Nosso foco, aqui, não é comparativo – quer dizer, não iremos discutir a APAC em comparação com outras unidades prisionais – mas sim local. Tentaremos entender melhor o papel local da gerência na APAC.

Ao instituir o convênio com o Estado, a APAC fez mais do que aumentar seu poder fiscalizador: ela passou a centralizar a administração da unidade prisional. Isso quer dizer que as decisões sobre as ações a serem tomadas na Cadeia Pública passavam em geral pelas mãos da APAC.

Ao fazê-lo, a APAC tornou mais complexo seu funcionamento. Ela deixou de ser um órgão fiscalizador como os Conselhos da Comunidade e passou a exercer funções diretamente repressivas por intermédio dos galerias (como se verá mais tarde). Mas, além disso, seu funcionamento passou a ser atrelado a efeitos econômicos que adquiriram uma importância evidente e combinaram-se aos efeitos ideológicos e repressivos que ela já exercia.

Podemos avançar nesta discussão: a partir do convênio com o Estado, os efeitos econômicos destacaram-se dos efeitos repressivos, preponderantes em unidades prisionais, de tal forma que a centralidade repressiva deslocou-se para o terreno econômico. E uma prova disso era a posição assumida pela gerência: ao mesmo tempo a gerência tornou-se independente do resto do funcionamento da unidade penal e, a partir dali, contribuía para a

existência de efeitos repressivos típicos daquela unidade. Neste capítulo não iremos discutir em profundidade este efeito repressivo, que será abordado mais adiante. Mas o apontaremos desde já: ao contribuir para a percepção de que a Cadeia Pública de Bragança Paulista era um “lugar melhor”, a gerência reforçava o caráter punitivo das transferências prisionais – os chamados “bondes” – que eram considerados uma punição gravíssima em Bragança Paulista.

O setor gerencial na APAC estava diretamente submetido à Diretoria Executiva que era responsável pela administração da APAC. Após o convênio, isso significava, em certo grau, a responsabilidade de administrar toda a Cadeia Pública. O Presidente da Diretoria Executiva, porém, podia ser mais ou menos atuante em decorrência de inúmeros fatores. Um exemplo foi a convocação feita por Nagashi Furukawa, quando se tornou Secretário da Administração Penitenciária do Estado, do então Presidente da APAC, para auxiliá-lo na elaboração de um projeto arquitetônico para os Centros de Ressocialização que começariam a ser construídos no Estado. Isso lhe deixava pouco tempo para se dedicar às atividades da presidência. Após sua substituição, o novo Presidente, em menor grau, era também visto pelos funcionários e alguns voluntários como ausente do funcionamento da instituição. O Presidente Executivo delegava aos gerentes a responsabilidade pela administração direta da unidade. Isso implicava a assunção, por parte do gerente, de uma relativa autonomia nas decisões administrativas. O gerente era o funcionário diretamente envolvido com o cotidiano administrativo da Cadeia Pública e era o responsável direto pelo bom andamento dos diversos serviços prestados pela APAC, como a produção de alimentos, o fornecimento de materiais de trabalho e os serviços de saúde (fornecimento de medicamentos, cumprimento dos horários por médico, dentista e auxiliar de enfermagem, entre outras coisas).

Isso implicava em que a administração dos recursos aplicados a partir do convênio com o Estado ficava centralizada nas mãos do gerente da APAC. Como o sucesso econômico era um dos grandes trunfos do trabalho da APAC, isso significava que o gerente detinha grande poder de decisão e uma importância estratégica na criação da percepção de sucesso do empreendimento apaqueano. O gerente fazia a ponte entre as Diretorias e o restante do pessoal da APAC, inclusive os voluntários. Se observarmos o organograma 2, veremos que todos os serviços estão diretamente subordinados ao gerente, inclusive a coordenação do voluntariado. A gerência, portanto, era o vínculo entre as instâncias decisórias da APAC (Conselhos, Assembléia e Diretoria) e os funcionários e voluntários responsáveis pelo cumprimento das determinações dessas instâncias. Ao gerente cabia contratar funcionários e mesmo designar presos para servirem de auxiliares nos serviços executados pelos funcionários, como mostrou o exemplo dado anteriormente da cozinheira que desejava a

substituição de seus ajudantes de cozinha, que eram presos designados pela APAC. Ao se dirigir ao gerente, ela afirmou que havia se sentido desrespeitada por eles e que não agüentava mais trabalhar com aquela equipe. O gerente perguntou-lhe o que ela gostaria que ele fizesse. Ela respondeu que ele deveria trocar seus ajudantes.

? Todos?

? É.

Ele, então, ponderou com ela sobre as dificuldades de fazê-lo. Ressaltou que trocar os ajudantes provocaria um clima de mal-estar entre os presos, e que isso era algo a se evitar a todo custo. Depois de contar o caso, disse-me:

? O problema foi que a cozinheira pensou em si mesma como sendo uma chefe de cozinha, posição que definitivamente ela não ocupa. Numa empresa, um chefe de cozinha não trabalha meio período e depois vai embora para casa. Ele verifica toda a produção, desde os primeiros preparativos pela manhã até os últimos procedimentos à noite. É o primeiro a chegar e o último a sair. Ela, portanto, não é chefe de cozinha; é uma simples cozinheira. Além disso, numa empresa, quando há desacordo entre o chefe e o funcionário, o funcionário é mandado embora e acabou o problema. Na APAC, não é possível mandar os presos embora. Eles continuam na instituição, aconteça o que acontecer. Foi isso que a cozinheira não conseguiu perceber. Ela não percebeu que está trabalhando num lugar especial, em que as regras de conduta são diferenciadas e os problemas merecem um cuidado especial. Deve-se procurar esfriar os ânimos a todo custo.

? Em uma empresa ? comentei ? quando os funcionários estão descontentes com o patrão, eles se manifestam, fazem greve... na APAC, se eles se manifestarem...

? É rebelião ? completou. ? Se alguém fosse mudar na equipe da cozinha, seria a cozinheira. É mais fácil tirá-la da equipe do que mexer com um de seus ajudantes. Mexer com os ajudantes pode provocar um mal-estar entre os presos, de tal forma que seria difícil até mesmo colocar novos ajudantes na cozinha. Pode acontecer até uma rebelião.

Desta forma, o gerente era o responsável por admitir ou demitir funcionários e alocar ou realocar os presos. Ele era o responsável pela organização da produção industrial, pela administração dos serviços de saúde, psicológicos e de assistência social. Também podia fiscalizar o trabalho dos presos. Uma vez vi um gerente chamar a atenção de um preso que lavava o corredor:

? Cadê as luvas de borracha? Se eu comprei as luvas de borracha foi para usar!

Vale lembrar que quando me candidatei inicialmente para desenvolver a pesquisa, quem me recebeu foi o gerente da APAC: foi ele quem enviou meu pedido para ser analisado pelo Conselho Deliberativo, tendo sido indicado por outros funcionários como a pessoa responsável pelo seu recebimento e encaminhamento. Nessas situações extraordinárias, ele deveria sempre se reportar ao Presidente da Diretoria Executiva, mas em situações cotidianas ele possuía uma certa autonomia.

Esse papel organizacional do gerente não significava que ele detinha poder irrestrito de controle sobre o cotidiano da instituição. Ao contrário, o gerente podia se queixar continuamente justamente do contrário, de sua falta de liberdade. Nem sempre o gerente podia decidir livremente onde gastar o dinheiro ou quais funcionários contratar. Suas decisões podiam ser influenciadas diretamente pelos próprios membros da Diretoria Executiva ou pelos Conselheiros. Eram amplamente conhecidos casos de funcionários, às vezes diretamente subordinados aos gerentes, que se mantinham em seus empregos, a despeito de uma ampla insatisfação com seu trabalho, exclusivamente por suas ligações com conselheiros ou Diretores. Houve ao menos um caso em que a contratação de um funcionário foi decidida pela Diretoria por razões políticas, ficando o gerente de fora de todo o processo. A respeito desta usurpação de funções de gerenciamento dos recursos, um gerente da APAC, certa vez, queixou-se:

? A APAC tem dinheiro para comprar vários computadores por mês. Mas nós continuamos tendo que usar essas máquinas ultrapassadas que estão no escritório. Enquanto isso, a APAC gastou 4 mil reais em lençóis para os presos.

Por outro lado, o cumprimento do convênio exigia que a verba restante ao final do mês fosse restituída aos cofres públicos. Neste ponto, o gerente parecia ter uma certa liberdade para decidir sobre com quê gastar esse dinheiro, a fim de não ter que devolvê-lo.

O episódio da cozinheira reflete ainda uma outra característica do trabalho gerencial na APAC: a administração de desavenças entre os presos e os funcionários, ou mesmo de desavenças com pessoas de fora da alçada da APAC, passava também pelo gerente. O gerente podia ser procurado como um intermediário na resolução de conflitos desse tipo. Ao entrar na sala da gerência, encontrei um preso angustiado conversando com o gerente. O preso explicava sua situação de maneira afoita e o gerente o escutava pacientemente, entremeando sua fala com comentários animadores. O preso trabalhava do lado de fora da Cadeia Pública, em algum dos vários serviços que eram executados na parte externa da instituição. Ele já havia trabalhado na construção do barracão do semi-aberto anteriormente. O motivo da conversa entre eles era que ele estava se sentindo ameaçado pela circulação de boatos relativos a sua lisura de

comportamento, boatos ocasionados por sua presença fora da APAC. Ele descreveu o que havia acontecido da seguinte forma (ele já havia feito uma descrição para o gerente, mas voltou a explicar o problema para que eu o entendesse):

? Ontem, quando eu entrei na APAC depois do serviço, eles chegaram e falaram pra mim que os hómi tão de olho em mim porque eu tô trazendo droga aqui pra dentro. Eles falaram pra eu me apiá que os hómi tão armando meu bonde.

? Quem falou isso: os presos ou os carcereiros? ? perguntei.

? Foi eles lá dentro ? respondeu, reticente. ? Agora, vai que os hómi leva essa conversa a sério. Eles acabam me dando um bonde.

Seu medo se justificava pelo fato da transferência ser vista, na APAC, como uma severa punição. As razões para essa crença serão discutidas adiante.

O gerente tentava acalmar o preso:

? Calma, que ninguém vai fazer nada com base em boataria. Boato sempre tem, mas enquanto não provarem nada, ninguém vai mexer com o senhor.

? Mas eles tão falando que eu tô trazendo droga e bebida aqui pra dentro e eu não tô. ? Depois comentou, com humor: ? Não vou dizer que não tomo umas pinga de vez em quando, mas eu nunca tive nada que ver com droga.

? O senhor sabe que não pode tomar pinga nem bebida nenhuma lá fora. ? recriminou-o o gerente, em tom paternal ? Isso vai acabar por prejudicar o senhor.

? Mas como é que os carcereiros podem me acusar sem prova? Se eles quiserem ter certeza de alguma coisa, é só me revistar na hora que eu entro, que eles vão ver que eu não trago nada escondido nas roupas. Por que os carcereiros não revistam as visitas? As visitas que trazem droga aqui pra dentro.

? Os carcereiros não podem fazer revista íntima em ninguém sem autorização judicial ? respondeu ele.

? Então, eles que pelo menos não fiquem me acusando sem prova.

O preso deixou-nos a sós e voltou para o trabalho. O gerente comentou:

? A administração tem que lidar com todo tipo de problema, até com coisas que não têm relação nenhuma com administração. Esse caso que você viu agora é só um exemplo. A gente tem que agir pras pessoas esfriarem a cabeça e não acontecer alguma coisa mais grave.

Apesar do gerente não ter oficialmente poder para resolver este tipo de caso, ele parecia uma figura freqüentemente consultada em situações de impasse ou conflito. Talvez isso não deva ser surpreendente, pois o gerente representava diretamente o poder da APAC e seus Diretores, que lhe delegavam a administração da Cadeia.

Essas preocupações, porém, apareciam para o gerente como “aborrecimentos”. Ao comentá-las, ele mostrou um tom evidente de enfado. Ele também afirmou que esses problemas não eram “da sua alçada” mas que ele tinha que atuar “também” sobre eles. Isso quer dizer que o gerente, apesar de estar ligado a questões mais gerais de administração da Cadeia, não as considerava como funções suas, e sim como trabalhos adicionais que escapavam a sua área de atuação.

Se o gerente podia considerar esses fatos como aborrecimentos, era porque sua ação estava voltada fundamentalmente para outro tipo de problemas. As preocupações gerenciais pareciam estar ligadas de maneira bastante específica aos problemas financeiros e produtivos da APAC. Ou seja, a visão e a atuação do gerente tendiam a priorizar os aspectos técnicos de seu trabalho gerencial em detrimento de todo o aspecto repressivo ou disciplinar envolvido no funcionamento de uma unidade prisional. O gerente da APAC podia ter uma visão bastante sofisticada da organização que administrava, mas esta visão era restrita a sua área de atuação. Ao discutir os problemas da APAC, um gerente costumava compará-la a uma empresa. Se a cozinheira estava insatisfeita, era porque não entendia como sua situação seria caso trabalhasse em uma empresa. Se o setor gerencial da APAC estava prejudicado, era porque a APAC havia preferido comprar lençóis ao invés de computadores. Ele comparou, certa vez:

? Um setor administrativo bem-estruturado, que tivesse um comprador/estoquista, um auxiliar administrativo, gerente com formação universitária, um funcionário para o acompanhamento da movimentação bancária da APAC e um controlador de entrada/saída de peças da produção, além de um supervisor de produção, sairia por R\$4.500,00 por mês em Bragança Paulista. Hoje, o setor administrativo conta com uma folha de R\$1.300,00 por mês. Eu já comecei a perceber que estou fazendo milagre com a verba da APAC.

A ênfase do gerente nos aspectos financeiros e produtivos não era casual. Ela se repetia em outras situações. Quando a COESPE (Coordenadoria dos Estabelecimentos Penais do Estado de São Paulo), um órgão da Secretaria de Administração Penitenciária, estava prestes a assumir o controle da Cadeia Pública de Bragança Paulista, o gerente mostrou-se preocupado. Eu tentei entender melhor sua aflição. Na época, todos estavam apreensivos com as mudanças. Os presos temiam perder alguns benefícios duramente conquistados ao longo do tempo. Os funcionários temiam perder seus empregos. Os voluntários temiam pelo fim da participação comunitária. Todos temiam que os presos, assustados, decidissem promover uma rebelião. O gerente, porém, temia a concorrência.

? Eu não tenho medo da COESPE. Eu não estou com medo da COESPE vir para a APAC ? garantiu. ? Mas a COESPE logo vai estar chegando aqui trazendo um *kit* básico

para instalar na APAC. ? Abriu a gaveta e pegou dois folders. Leu um deles para mim. O folheto descrevia uma série de programas para acompanhamento on-line dos processos dos presos a partir da Internet, vídeo-conferência, acesso remoto aos arquivos da Secretaria de Administração Penitenciária, entre outras coisas. Ele parecia assustado. ? O que eu vou ter a oferecer para eles quando eles chegarem? A COESPE vai chegar aqui com tudo e a APAC não se preparou para eles. Desde que a COESPE foi fundada, ela só tem crescido. E a APAC? Será que a APAC tem crescido? Eu sinto como se a COESPE estivesse chegando com uma Ferrari e eu só tivesse um Vectra para oferecer. A APAC investiu erradamente. Ela parou de tentar melhorar as condições de trabalho da gerência.

Na fala do gerente, a preocupação não estava ligada à possibilidade de que a experiência da APAC fosse aniquilada (como acontecia aos outros membros da instituição). Sua preocupação estava ligada à percepção de que a APAC era menos competente que a COESPE. Temos aqui uma comparação absurda: o gerente media o desempenho de uma pequena Cadeia do Interior paulista pelo desempenho de um órgão importantíssimo da Secretaria de Administração Penitenciária. Por outro lado, temos uma comparação reveladora: mesmo quando pensava no Estado, ele via uma empresa. Isso era ainda mais revelador quando comparado ao clima geral que reinava à época. Todos os demais membros da instituição pareciam apreensivos com os efeitos prisionais ou disciplinares das mudanças. Estariam os presos preparados para serem transferidos para a COESPE? Isso implicaria em uma diminuição da eficácia ressocializadora do trabalho? Isso aumentaria os índices de reincidência? Enquanto toda a Cadeia reverberava preocupações com a política penitenciária, ele só conseguia ver os problemas financeiros e produtivos.

Mais do que uma idiossincrasia, esta visão do gerente refletia uma disposição institucional específica. O discurso do gerente, suas ações, a maneira como se referia aos presos e à Cadeia mostravam que ele se distanciava da forma de pensar e trabalhar dos outros membros da APAC. Este distanciamento referia-se especificamente a uma predominância das preocupações econômicas sobre as preocupações repressivas ou disciplinares. O gerente administrava a Cadeia como se esta fosse uma empresa. Para que ele pudesse agir assim, necessitava antes de tudo de condições que lhe permitissem liberar-se das preocupações disciplinares ou de segurança. As preocupações disciplinares e com a segurança estavam delegadas aos carcereiros e aos galerias, aos voluntários e aos funcionários técnicos. Eram eles os responsáveis pela manutenção da ordem na Cadeia. O gerente, quando agia neste sentido, o fazia como uma obrigação marginal, lateral, secundária. O gerente da APAC estava livre para se ocupar exclusivamente dos aspectos econômicos da instituição. O discurso do

gerente só era possível porque a APAC havia criado um setor cuja função específica era cuidar dos aspectos econômicos do empreendimento penal. O discurso do gerente entrava em consonância com a estratégia organizacional da APAC. A maneira como a APAC se organizou produziu um discurso econômico destacado do restante do discurso institucional, cuja ênfase era repressiva. Por isso, o gerente pôde escrever num relatório (por questão de sigilo, a referência será omitida).

Os problemas enfrentados pela gerência, são de ordem de organização e de conhecimento prisional (APAC), sendo que parte desses problemas poderá ser resolvido (sic) com a implantação de um novo sistema de processamento de dados e qualificar melhor a mão de obra operacional (setor técnico e Administrativo), promovendo cursos de aperfeiçoamento.

A Cadeia Pública de Bragança Paulista foi assumida por uma Associação Comunitária que instituiu um setor separado para a administração financeira. O destaque econômico numa instituição como essa é digno de nota se considerarmos que sua inserção social, como pensada por Guilhaon de Albuquerque (1980), é eminentemente repressiva. Portanto, para compreendermos o funcionamento institucional da Cadeia Pública de Bragança Paulista, devemos compreender o papel que os efeitos econômicos desempenham localmente.

Como vimos no capítulo anterior, a preponderância econômica deu a tônica da percepção social da experiência apaqueana. Ao lado dos efeitos repressivos, como a diminuição no número de rebeliões e fugas, a APAC produziu uma redução nas despesas com a Cadeia Pública que foi a principal razão para a firmação do contrato com o Estado. Esta redução permitiu o investimento na contratação de funcionários, a construção de novas alas e a reforma do prédio antigo. O fato de a APAC atrelar toda a sua história à redução de despesas e melhor utilização dos recursos financeiros mostra bem isso. O grande mérito da APAC parecia ser o de ter administrado a Cadeia Pública de forma mais eficiente que o Estado. A criação de um setor gerencial entrava em consonância com esta anterior preponderância econômica.

A preponderância econômica traduzia-se em dois aspectos fundamentais: redução de despesas e aumento da produção, principalmente industrial. Mas, como já visto, o impacto econômico da experiência apaqueana não se dava no sentido de um aumento da produtividade. A Cadeia não foi transformada em uma indústria, no sentido de se tornar uma organização voltada para a produção, mas continuou sendo fundamentalmente uma unidade de consumo.

Desta forma, o efeito econômico produzido pela APAC não repercutiu no funcionamento estatal como um fator de aumento das receitas do Estado. Talvez não tenha mesmo reduzido as despesas do Estado, já que a Cadeia Pública continuou a necessitar dos mesmos recursos (raramente a APAC devolvia para o Estado sobras de recursos ao final do mês; ao contrário, o gerente tinha às vezes que se esforçar para gastar tudo antes deste período). O impacto econômico se deu ao nível dos investimentos realizados na instituição. A experiência apaqueana foi bem-sucedida ao potencializar os investimentos de recursos na ampliação e melhoria da unidade prisional da cidade de Bragança Paulista. Seu interesse para o Estado parece estar ligado a esta característica: num momento de expansão do sistema penitenciário, como ocorre atualmente no Brasil, a APAC aparece como uma forma barata e eficiente de aumentar a oferta de vagas no sistema (a APAC ampliou a capacidade da Cadeia Pública de 60 para 230 presos num intervalo de 6 anos a um custo considerado bastante baixo).

Mas esta explicação ainda é insatisfatória. Não há dúvidas de que a redução das despesas com as unidades prisionais é uma forma de lidar, ao mesmo tempo, com o déficit fiscal público e com as pressões de setores da sociedade pela ampliação do número de vagas do sistema penitenciário e pelo aumento na população carcerária. Mas também é bastante conhecido o fato de que a construção de novas unidades prisionais é encarecida pela opção do Estado por construir unidades de segurança máxima ou média ao invés de unidades de segurança mínima. Neste sentido, é interessante notar que o projeto dos Centros de Ressocialização tem como um de seus objetivos “quebrar o tabu de que presos condenados a penal altas precisam ficar em penitenciárias de segurança máxima” (SÃO PAULO, 2005). As unidades de segurança máxima, cuja estrutura física exige investimentos vultosos, poderiam ser, muitas vezes, substituídas por unidades mais baratas. A opção do Poder Executivo encontra ressonância na prática do Poder Judiciário de condenar réus à reclusão mesmo quando seria possível aplicar substitutivos penais, como o pagamento de multas e a prestação de serviços à comunidade. O que temos à frente é uma prática do Estado de aumentar o rigor penal e aprisionar uma parcela crescente da população em unidades penais de alto nível de segurança. Isso traz como consequência o encarecimento do sistema. O Estado poderia gastar menos com o sistema penitenciário (aqui incluo Cadeias Públicas, Penitenciárias e outras unidades prisionais) se tornasse mais flexível o cumprimento de pena. A questão que devemos propor é: por que o Estado permitiu a existência de uma unidade prisional cujos meios físicos de contenção são mais precários (um preso fugiu da Cadeia Pública de Bragança Paulista, certa vez, simplesmente puxando a grade externa, que não estava fixada à parede, apenas

encaixada) e transferiu sua administração a uma Associação Comunitária? Por que, no caso específico da APAC, o Estado optou por diminuir o rigor penal? A opção do Estado, portanto, não pode ser explicada em termos exclusivamente econômicos. Se fosse este o caso, deveríamos observar uma tendência geral à redução dos gastos com o sistema penitenciário, que seria possível a partir de uma flexibilização no cumprimento de pena ou da construção de unidades prisionais mais baratas. Como isso não ocorre, os efeitos econômicos da experiência apaqueana parecem não ser fins em si mesmos, mas meios para atingir algum outro fim. A opção por uma maior eficiência econômica não é uma tendência geral das políticas públicas penitenciárias e aplica-se apenas a alguns casos isolados, como a APAC. Esta opção deve ser considerada no quadro mais amplo do recrudescimento do rigor penal no Brasil.

Por isso, o princípio analítico estabelecido por Guilhon de Albuquerque (1980) segundo o qual é necessário estabelecer uma hierarquia em que efeitos secundários sejam subordinados aos efeitos principais produzidos pela instituição concreta estudada encontra aqui uma ocasião importante de aplicação. É necessário, contudo, fazer uma ressalva: neste trabalho, não se considera que haja uma cisão entre a atividade do pensamento que ordena a realidade e a própria realidade. O fluxo histórico que produz as instituições estudadas produz o pensamento que se relaciona com esta realidade. Entre pensamento e realidade existe uma relação necessária. Além disso, estudar as instituições que condicionam a ação social não implica na assunção da premissa de que a atividade humana seja causada por estruturas econômicas ou estruturas culturais. Os papéis sociais estabelecidos podem levar à sua cristalização, e passam a ser vistos como exteriores aos indivíduos que os executam. ‘Esta incorporação dos papéis pelos indivíduos realiza-se sob a forma de crenças e valores que mantêm a diferenciação social, visto estar fundamentada na distribuição social do conhecimento e na divisão social do trabalho’ (LANE, 1991). Mas isso não significa que sejam de fato exteriores: a ação dos indivíduos é fruto da maneira pela qual os homens fazem sua própria história em condições determinadas cuja escolha não depende deles.

Mas considerar exatamente como os efeitos econômicos se combinavam com os efeitos repressivos é tarefa que exigirá considerar ainda uma outra ordem de fatores: a forma como a coerção social se relacionava à estrutura de poder na Cadeia Pública de Bragança Paulista e a forma como ela se refletia no relacionamento entre os presos. A cultura (ou subcultura) carcerária desempenhava um papel fundamental nas práticas coercitivas desta instituição. O poder dado aos galerias fazia com que sua atuação fosse decisiva na produção da ordem interna à instituição. Mesmo assim, não era o elemento principal: a atuação dos voluntários, dos funcionários técnicos, dos carcereiros e a ênfase econômica dada pela APAC

a seu trabalho faziam parte de um amplo mecanismo que transformou a Cadeia Pública de Bragança Paulista numa instituição *sui generis* do sistema penitenciário: uma unidade prisional reformada. Considerar as implicações da existência de uma instituição reformada no seio de um sistema penitenciário percebido como “falido” é a tarefa de nosso trabalho. Para isso, deveremos considerar a estrutura de poder existente naquela Cadeia Pública.

CAPÍTULO 13. APAC E CONTROLE SOCIAL

A relação entre os presos e os outros agentes prisionais (voluntários, carcereiros e funcionários) mostrava ao mesmo tempo a complexidade do fenômeno prisional e as formas pelas quais este fenômeno podia exercer controle sobre o ambiente, o pensamento e o comportamento dos presos. A obediência dos presos era mediada pela instância cultural, que tornava prescindível, na maior parte das vezes, a efetiva ameaça física por agentes externos ou internos ao grupo dos presos. Por outro lado, a obediência não era uma reação automática, conseguida sem esforço ou conflito. Tratava-se sempre de obter um equilíbrio sutil entre as necessidades dos presos e as exigências de ordem e segurança da instituição prisional. Na medida, porém, em que essas necessidades tinham origem na própria instituição, este equilíbrio mostrava-se, não como um meio-termo neutro entre os pólos do conflito, mas como o resultado da própria ação institucional.

O conceito de controle social tem uma utilização dúbia, mas central, em ciências sociais. Pode ser considerado sob dois pontos de vista (SILVA, 1987:265). Para os autores que defendem a tônica da unidade social e do estudo dos sistemas normativos comuns, controle social denota a existência de limitações no comportamento individual advindos do grupo ou da sociedade a que a pessoa pertence, limitações estas que desempenham funções latentes ou manifestas tanto nos grupos e sociedades quanto no próprio indivíduo. Tal qual definido por autores como George Herbert Mead nos anos 1920 e 1930, o controle social implica na idéia de que certos valores compartilhados, e não a imposição pela força, moldam a ordem social (ROTHMAN, 1998). Esta concepção se aproxima da teoria do consenso social, ou seja, da idéia de que a ordem social é obtida pelo consenso social a respeito de valores fundamentais largamente compartilhados (HESTER; EGLIN, 1996: 28). A perspectiva do consenso é comumente atribuída aos positivistas em geral e a Durkheim em particular, principalmente devido à forma como ele entende a sociedade a partir do conceito

de consciência coletiva, ou seja, de um sistema autônomo determinado de crenças, de sentimentos, de ideais e de valores próprios a uma sociedade, compartilhada por seus membros e que, na verdade, se impõe sobre as consciências individuais, sendo delas independente.

Sob o ponto de vista oposto, chamado de perspectiva do conflito, ou perspectiva do conflito estrutural, a sociedade não é marcada pelo consenso entre seus membros a respeito de valores socialmente compartilhados mas sim pelo conflito entre indivíduos e grupos lutando por recursos e recompensas. Tendo origem na obra de Karl Marx, esta perspectiva abrange uma série de correntes diferentes de pensamento, que podem mesmo discordar em pontos essenciais, como as instâncias em que ocorre e a abrangência do conflito. Mas essas correntes apresentam, no geral, uma tendência a concordarem em quatro pontos centrais: 1) qualquer fato da sociedade deve ser entendido em relação à estrutura social como um todo; 2) a estrutura social é mais bem descrita, em última instância, em termos de um conflito de interesse, ao invés de um consenso de valores; 3) dentre as várias dimensões do conflito – classe, partido, gênero, “raça” – a dimensão da classe social, no sentido marxista, é essencial; 4) a análise sociológica é intencionalmente crítica em relação aos arranjos sociais e dirigida para a mudança social e política (HESTER; EGLIN, 1996: 18). Os autores que partilham desta perspectiva tendem a propor, para a expressão controle social, um sentido diferente daquele visto acima. Neste caso, o controle social é entendido como produto de mecanismos de controle também sociais e que não necessariamente beneficiarão todos os membros da sociedade igualmente. Em versões extremas, nega-se totalmente a possibilidade de um consenso genuíno em todas as sociedades; em versões mais moderadas, admite-se um controle desempenhando funções sociais, mas deixa-se em aberto a questão de saber a quem este controle beneficia. De forma geral, a partir dos anos 1950, passou a ser entendido como a imposição da ordem social pela força, em benefício de grupos específicos dentro da sociedade. Neste sentido, ele desempenhou um papel importante nos estudos criminológicos ao mostrar que, ao lado da perspectiva tradicional da evolução penal como um processo de “humanização” (a prisão seria uma instituição mais “humana” do que as punições físicas anteriores, como o chicoteamento e a força), era possível pensar nas mudanças prisionais como um longo processo ligado à opressão e à dominação. A visão “humanizadora”, de qualquer forma, deixava de responder a alguns problemas essenciais: por que a prisão continuava existindo, apesar de seu evidente fracasso? Ou então: pode-se considerar a prisão, de forma geral como uma pena mais humana? Afinal, como afirma Rothman (1998), muitas

pessoas que anteriormente seriam simplesmente expostas em público e depois liberadas acabaram passando anos trancadas em uma cela solitária por causa da prisão.

Entre as duas visões extremas, o tema do controle social foi abordado de maneira intermediária – ou seja, ligado a uma certa coesão social e, ao mesmo tempo, como reflexo do conflito social – por diversos autores, que pretenderam examinar as formas pelas quais a ordem social poderia ser produzida tanto às custas do poder direto quanto por um consenso entre dominados e dominantes. De qualquer forma, a defesa extrema de algum desses pontos de vista é rara, e o problema se apresenta em geral de maneira integrada: como é possível entender que a violência possa ser freqüentemente dispensada na maior parte das sociedades, mesmo naquelas que apresentam grande desigualdade entre seus membros?

Sendo tradicionalmente situada como representante das tendências do conflito estrutural – o que mostra que o didatismo desta classificação pode ocultar diferenças internas importantes entre estas correntes –, é notório de a obra de Max Weber estabeleceu uma distinção atualmente fundamental para a discussão sobre este tema. Weber (2002: 56) distingue inicialmente o simples uso da força física do uso legítimo (ou sentido como legítimo) da força física ou da “violência”. Nenhuma relação contínua de dominação, como a que existe atualmente sob o Estado moderno, pode ser mantida sem a legitimação da violência. Esta legitimação pode se dar a partir de três tipos “puros”: a autoridade tradicional fundamentada na obediência a preceitos tradicionais, que podem ser baseados no direito divino ou na herança, por exemplo; a autoridade carismática, em que os líderes cooptam seguidores apenas pela força de sua personalidade, que possuiria algum traço irresistível para eles, e que portanto se fundamenta nas qualidades da liderança individual, como nos casos dos profetas, dos senhores de guerra eleitos ou do governante plebiscitário; e a autoridade legal (às vezes chamada de “racional-legal”) sustentada pela fé na validade do estatuto legal e da competência funcional baseada em regras racionalmente criadas, ou seja, uma vez havido consenso na elaboração das leis, todos as irão seguir, o que levaria a uma maior racionalidade das leis, no sentido de produzirem o bem de todos e um governo baseado na competência (SCHEIN, 1982). Este último tipo está na base da maioria dos códigos legais das sociedades modernas. O próprio autor nos alerta para o fato de que raramente estes tipos de autoridade são encontrados em estado puro.

Tais distinções podem ser empregadas de maneira proveitosa no estudo da APAC de Bragança Paulista. Conquanto a ordem institucional ocorra ali aparentemente sem esforço, há atritos importantes entre os papéis sociais desempenhados e, por uma relação complexa de forças, mesmo entre os diversos agentes sociais que ocupam a mesma posição institucional.

Nem sempre estes atritos ocorrem por razões internas à instituição, mas de forma geral a configuração institucional é responsável por parte importante deles. E apesar disso, o resultado final é sempre uma obediência mais ou menos estável dos presos à ordem institucional que é responsável, no final, pela percepção segmentar de sucesso prisional associada a esta unidade prisional.

Deve-se estudar agora a forma como o controle social se exercia no interior do Centro de Ressocialização de Bragança Paulista. A hipótese implícita aqui é a de que o controle social (entendido em seus efeitos sobre a sociedade como um todo) pode depender grandemente das instituições punitivas, especialmente das instituições prisionais, mas de que também ocorre no interior destas instituições. Hester e Eglin (1996: 240-1) enumeram três tipos de controle social exercidos no interior das prisões: 1) a rotina diária, que abole a autonomia dos presos quanto a refeições, trabalho, recreação e visitas; 2) punições especiais adicionais para aqueles que resistem às leis autoritárias: celas solitárias, unidades especiais de alta segurança, drogas para modificação do comportamento; 3) ausência de proteção legal para seus direitos durante audiências em comitês de liberação condicional ou audiências judiciais. No Brasil, os presos são também submetidos a controles sociais específicos, entre os quais podemos citar a tortura sistemática, a ausência de adequada proteção legal, as humilhações provenientes do não-acesso a bens essenciais, como produtos de higiene pessoal, a ausência de proteção contra a violência prisional e as revistas repentinas e violentas às celas dos presídios, em que muitas vezes os poucos bens ali presentes são destruídos. O controle social, neste caso, pode não se exercer no sentido de disciplinar os presos para o comportamento ordeiro e socialmente aceito, mas se exercer no sentido da degradação do “eu” e da formação de uma identidade prisional que mantenha os egressos do sistema penitenciário atrelados a uma subcultura prisional ou criminal em que eles acabam posicionados como inimigos da sociedade. Trata-se de uma posição construída sobre uma violência sofrida ao longo da vida, mesmo antes do encarceramento propriamente dito. Isso quer dizer que o controle social pode produzir, também, comportamentos “anti-sociais”, entendidos neste sentido específico: podem inicialmente parecer comportamentos fora de controle, mas percebe-se, numa análise mais minuciosa, que se trata de comportamentos produzidos estrategicamente para a manutenção do status quo. Além disso, mais especificamente, o comportamento dos presos pode ser controlado através de padrões culturais presentes no interior das prisões e que orientam grandemente suas ações. A subcultura carcerária ou o “código prisional” são elementos estratégicos importantes para entender as ações dos presos. Para estudarmos como o controle social se exercia sobre os

presos de Bragança Paulista, iremos analisar os papéis desempenhados naquela instituição, principalmente os de voluntários, funcionários da APAC e galerias. O estudo das diferenças entre as formas pelas quais estes diversos papéis exerciam o controle social servirá para desenharmos um quadro complexo de controle que permitirá entender por que, dadas as precárias condições das unidades prisionais, foi possível existir uma instituição que aparentava ser em tudo oposta à forma comum do sistema penitenciário.

CAPÍTULO 14. FORMAS DO EXERCÍCIO DO CONTROLE

Como o objeto da atuação da APAC era a população prisional, o controle social se exercia principalmente sobre ela. Era necessário disciplinar seu comportamento e esta disciplina era uma das características que definiam a APAC como um experimento bem-sucedido, isto é, como uma unidade prisional reformada. Isto não significa que todas as unidades prisionais exerçam um controle social semelhante sobre os presos, mas como isto ocorria em Bragança Paulista, é a este fenômeno que devemos nos ater, buscando sua ligação com a atuação dos diversos agentes sociais e seus papéis específicos.

Em primeiro lugar, vamos examinar o papel desempenhado pelos voluntários no controle social dos presos. Dentre todos os papéis, o de voluntário era aquele cuja ligação com fenômenos de controle era menos evidente, devido à postura dos voluntários de aproximar-se dos presos e apoiá-los de forma quase incondicional. Na verdade, o papel dos voluntários era essencial para a manutenção do controle e da disciplina no interior da Cadeia Pública de Bragança Paulista. Isto é mais evidente para algumas atividades, que serão aqui priorizadas. Não iremos analisar especificamente as atividades religiosas, já que a relação entre práticas e discursos religiosos e controle social escapa aos limites do presente trabalho. Analisaremos principalmente uma prática específica que se relaciona diretamente com o funcionamento institucional e pode ser explicada sem necessidade imediata de recorrer a discussões teóricas mais amplas: a prestação de favores aos presos pelos voluntários. Ao final, voltaremos a discutir os trabalhos voluntários em geral.

Porém, é necessário antes explicar a razão para a escolha dos papéis sociais aqui analisados. Poderíamos ter optado por incluir nesta análise muitos outros personagens ligados à Cadeia Pública de Bragança Paulista: carcereiros, Diretores da APAC, Juízes, Delegados e

mesmo familiares dos presos. Optamos, ao invés disso, por analisar um grupo pequeno de papéis: o papel dos voluntários, dos funcionários e dos galerias. Esta escolha prende-se a dois fatores: primeiro, a extensão da escolha deve ser necessariamente restrita, pois o controle social se exerce ao longo de toda a sociedade, e é impossível levar a cabo uma análise exaustiva deste fenômeno no presente trabalho. Ao escolhermos estes papéis, cremos ter selecionado os mais significativos para uma compreensão do funcionamento da Cadeia Pública de Bragança Paulista. Em segundo lugar, isto possibilita realizar uma análise mais profunda de cada papel. A ampliação deste grupo tornaria a análise excessivamente esquemática.

14.1. Voluntários e controle social: o caráter normativo da ação comunitária.

O principal obstáculo para entender como o papel desempenhado pelos voluntários apresentava como consequência o controle sobre os presos talvez não seja a postura pessoal dos voluntários, mas sua posição institucional. Os voluntários quase não tinham poder decisório na APAC. Isto quer dizer que, oficialmente, os voluntários representavam o estrato mais desqualificado do funcionamento institucional. As restrições ao trabalho voluntário, como mostrado anteriormente, eram numerosas, e sempre postuladas tendo como limite a atuação dos funcionários. Assim, ao ler os documentos produzidos pela APAC, pode-se ter a impressão de que a posição de voluntário fosse muito incerta e de que a fiscalização sobre seu trabalho fosse ferrenha. Sem dúvida havia grande interesse dos funcionários em fiscalizar o trabalho voluntário, e isso me pareceu evidente desde a primeira reunião entre voluntários e funcionários. A consequência disso seria a de que o trabalho voluntário tinha um caráter secundário no funcionamento institucional: se ele é tão fiscalizado e rebaixado, possivelmente se trate de uma interferência externa sentida como prejudicial ao funcionamento institucional. Os voluntários, nos documentos oficiais da instituição, aparecem como agentes secundários que trabalhavam ali por uma espécie de favor especial e que poderiam ser removidos a qualquer momento, por qualquer motivo. Se, assim, os voluntários são sentidos como agentes externos de menor importância e cuja ação deve ser constantemente fiscalizada, é possível que eles tenham uma importância menor no resultado final da ação institucional. É justamente

esta a barreira explicativa a ser vencida. Pois os voluntários eram formalmente vistos como partes extrínsecas da instituição, e em princípio sua atuação era incerta e frágil. Mesmo assim, era comum que as desavenças entre funcionários da APAC e voluntários fossem decididas em favor dos voluntários, fazendo com que estes sentissem sua posição como menos insegura que a dos funcionários. Além disso, a afirmação de que “os voluntários são a base da APAC” era repetida à exaustão pela Diretoria da APAC, para desagrado dos funcionários. Também os presos, como já foi visto, pareciam atrelar o sucesso do modelo apaqueano à atuação dos voluntários. “Mas a grande novidade na prisão de Bragança é a participação da população”, afirma Nascimento (1997). Nagashi Furukawa (FURUKAWA, 1998) também atrela a participação comunitária ao sucesso da experiência: “A prática em outras cidades desta experiência tão óbvia está contando com o apoio das autoridades. Resta saber se as comunidades estão dispostas a também assumir seu papel. Este é o grande desafio”.

Como explicar este aparente paradoxo? Como é possível que fosse dada tamanha importância cotidiana a pessoas que oficialmente não detinham qualquer poder institucional?

Os voluntários eram vistos como elos entre os presos e o mundo externo, e sua presença era vista pelos próprios presos como sinal de alguma verdadeira aliança entre eles e determinados agentes institucionais. Como o trabalho voluntário não comportava qualquer expectativa de fiscalização sistemática sobre os presos, eles podiam confiar plenamente nos voluntários, a quem confidenciavam crimes do passado e idéias para o futuro. Os presos contavam-nos histórias sobre as emboscadas que haviam sofrido, sobre as formas de ludibriar o trabalho da polícia, sobre as mazelas observadas em outras unidades prisionais, sobre suas dificuldades familiares, enfim, sobre todo e qualquer aspecto de suas vidas que sentissem vontade de compartilhar. Como éramos exteriores à prisão, nossa fala não sofria com a estereotipia do discurso penitenciário. Alguns presos diziam que gostavam de conversar conosco pois já estavam enfadados das “conversas de Cadeia”. Assim, além da confiança de que gozávamos, tínhamos algo a lhes oferecer: um ponto de vista diferente sobre seus problemas, uma forma de compreensão que eles não encontravam entre seus pares, enredados nas mesmas teias de significação e nos mesmos limites simbólicos. Alguns presos aproximavam-se de mim para saberem como estava o “mundo lá fora”. Passávamos muito tempo conversando sobre isso. Deve ser ressaltado que raramente os presos com quem eu conversava sistematicamente me pediam favores. Isso sempre me pareceu uma evidência de que a opinião de suspeita contra os presos tinha um caráter quase persecutório. Muitas vezes eles conversavam conosco porque queriam apenas conversar.

Os voluntários faziam questão de reforçar esta ligação com os presos. Era muito comum que os diversos grupos voluntários incluíssem em sua agenda de atividades a realização de refeições junto com os presos. O sentido original da palavra “companheirismo” está ligado exatamente à partilha do alimento, do pão. Era isso que os grupos queriam produzir. No caso da Valorização Humana, quando se aproximava o horário do almoço, os voluntários dirigiam-se ao refeitório junto com os presos. Geralmente, tomávamos a fila para o almoço, mas era comum que os presos, mesmo ansiosos para comer, fizessem questão de que pegássemos o alimento antes deles, como uma deferência especial. Era comum também que os presos levassem copos extras para nos oferecerem bebidas, como sucos ou refrigerantes. A refeição era um momento de troca entre voluntários e presos e era comum que transcorresse em clima festivo. Um dia, quando eu estava na fila, senti alguém me tocando o ombro. Olhei para trás mas ninguém se manifestou. Os presos atrás de mim me olhavam sorrindo. Eu fiquei momentaneamente desconcertado até que um preso, oculto quase ao final da fila, mostrou-se: era um rapaz com quem eu conversava muito, e que então, após minha surpresa, cumprimentou-me efusivamente. Este tipo de interação era bastante comum.

Os voluntários também se envolviam diretamente na organização das festas para os presos. Numa festa em comemoração ao Dia das Crianças, vestimo-nos de palhaços – usamos roupas típicas e pintamo-nos – e passamos o dia todo brincando com as crianças presentes à festa. Os presos ironizavam nossa situação, brincando conosco, e mostravam-se surpresos por nos verem vestidos daquela forma.

Apesar da APAC estabelecer explicitamente restrições aos favores que os voluntários podiam prestar aos presos, isto constituía boa parte do que alguns grupos voluntários faziam ali, e esta também era uma forma de reforçar os vínculos dos voluntários com os presos. O grupo de Valorização Humana gastava seu tempo com duas atividades principais: conversar com os presos sobre suas vidas e anotar pedidos de favores. O grupo da Pastoral Carcerária – de cunho religioso e, assim, ocupando uma posição institucional diferente daquela do grupo de Valorização Humana – também desenvolvia sistematicamente uma atividade semelhante, visitando cada cela para conversar com seus moradores, anotando suas reclamações e pedidos e encaminhando-os para a Diretoria da APAC. Os presos sabiam disso, e preparavam listas de pedidos nos dias em que os visitávamos.

Como já foi visto, a realização destes pedidos era uma das razões de suspeitas contra os voluntários. Também era, aos olhos dos funcionários, um indício da “ingenuidade” dos voluntários. Uma funcionária da APAC chegou a ligar estes pedidos a uma “estrutura de personalidade manipuladora” dos presos. Os limites desta interpretação já foram discutidos

anteriormente. Eu jamais recebi um pedido dos presos para realizar algo que fosse contrário às regras da instituição. Na maior parte das vezes, eles pediam artigos simples, como roupas ou produtos para trabalhos manuais. Também costumavam pedir para que transmitíssemos informações para seus familiares. Em ambos os casos, os pedidos se justificavam pela excessiva limitação dos presos. Eles enfrentavam enormes dificuldades para obterem artigos muito simples, como papelão ou cola, e também informações corriqueiras do ambiente externo à prisão. Assim, não se tratava de obter, pela intervenção dos voluntários, vantagens ilícitas, mas sim de garantir que eles obteriam aquilo que lhes era devido.

Um exemplo do tipo de restrição a que os presos podiam ser submetidos (e do papel dos voluntários nestes casos) ocorreu logo ao início de uma visita. Um preso aproximou-se de mim visivelmente perturbado e perguntou-me se eu poderia ajudá-lo. Sua filha, uma criança de não mais que dez anos de idade, havia morrido e o enterro ocorreria dentro de meia-hora. Devido à falta da certidão de óbito, os agentes penitenciários (a Cadeia Pública já havia sido transferida para a Secretaria de Administração Penitenciária) não estavam autorizando sua saída. Pediu-me que fosse até o Velório Municipal (próximo da Cadeia Pública) conversar com sua esposa e saber a causa da demora no envio dos papéis. Dirigi-me à entrada do prédio e conversei com os agentes de plantão. Soube, então, que o verdadeiro problema era a falta de escolta, e não de papéis. Como não havia policiais civis ou militares disponíveis para escoltar o preso ao Velório, ele não poderia sair e não havia o que fazer quanto a isso. Resolvi ir ao Velório comunicar o ocorrido à esposa do preso. No caminho, encontrei duas voluntárias de meu grupo que iam fazer o mesmo, após terem sido comunicadas do ocorrido pelos agentes (que mostraram uma preocupação sincera com a situação do preso). Ao chegarmos ao Velório, perguntamos pela esposa do preso. Ela aparentava tristeza, mas não do tipo que eu imaginei encontrar. Estava triste, mas parecia bastante tranqüila. Contamos a situação de seu marido e ela, espantada, nos informou que sua filha não havia morrido. Pelo contrário, gozava de boa saúde. Quem havia morrido era sua sobrinha. Os três voluntários mostramo-nos aliviados, numa reação pouco condizente com a sobriedade da situação. Ao transmitirmos a informação para o preso, este também se mostrou contente, apesar de garantir estar triste por sua sobrinha. Os agentes penitenciários, desconfiados, alegraram-se por não terem permitido a saída. Poderiam incorrer num crime de facilitação de fuga. Ao final, conjecturaram que talvez tudo não tivesse passado de um engodo planejado pelo preso para fugir. Lembrando-me das reações do preso em questão, tive que discordar desta avaliação. Os presos recebiam poucas informações sobre as pessoas que haviam deixado fora da prisão, o que produzia para eles uma série de problemas e de sofrimentos que, em outras circunstâncias, poderiam ser

facilmente evitados. Esta era uma das razões pelas quais eles contavam com – e confiavam nos – voluntários. Éramos muitas vezes os únicos capazes de ajudá-los a resolver problemas visivelmente simples mas para cuja solução eles não tinham mais ninguém com quem contar.

O que deve ser ressaltado é que os voluntários, exatamente naquilo em que eram acusados pela instituição, trabalhavam nas lacunas da própria instituição. A APAC havia produzido um sistema de cuidados com os presos que supria boa parte do que lhes faltava. Em parte por isso, não havia na unidade grande preocupação com a formação ou infiltração de facções criminais. As facções criminais são grupos criminais organizados que surgem geralmente em íntima relação com a vida prisional e apresentam uma hierarquia definida, atuando muitas vezes também fora dos presídios. Um preso vindo de outra unidade prisional comentou, sobre este assunto:

? Por que na APAC não tem nenhuma facção? Porque a APAC dá as coisas que os presos precisam. Os presos entram nas facções porque, se ele não tem sabonete, os companheiros dão sabonete; se ele não tem xampu, os companheiros dão xampu. A APAC foi muito esperta. Ela já dá essas coisas pros presos. Então eles não têm por que entrar numa facção.

Junte-se a isso a estreita vigilância sobre os presos e a transferência imediata daqueles suspeitos de participação em um desses grupos e teremos uma explicação completa para sua inexistência na APAC.

Mesmo assim, havia problemas importantes com a estrutura da instituição que eram dirimidos pelos voluntários. A ausência de funcionários aos sábados, véspera das visitas, era uma delas, pois era comum que nesses dias os presos sentissem urgência em transmitir alguma informação importante para o dia seguinte e não contassem com ajuda para isso. Além disso, o simples fato de levar o jornal local para os presos era muito importante para alguns deles. A Cadeia Pública de Bragança Paulista recebia diariamente o jornal, mas este não era repassado para os presos. Mesmo sendo este um serviço dos mais simples, dependeu de uma atitude dos voluntários para ser prestado. Quando deixei de levar o jornal, eles deixaram de recebê-lo. Também não havia qualquer setor da instituição realmente responsável por providenciar aos presos materiais para a realização de trabalhos artesanais. Em princípio, esta era uma incumbência do setor de serviço social, que ocasionalmente o realizava. Mas eram os voluntários e os visitantes que se responsabilizavam por isso. A coordenadora da Valorização Humana afirmou em determinado momento que o número de presos que a procuravam para transmitir recados aos familiares havia diminuído em virtude da melhoria do trabalho das assistentes sociais. Os voluntários constituíam um mecanismo essencial de regulação do

funcionamento institucional, e pululavam nos interstícios das várias esferas de serviços já prestados.

Se os voluntários permaneciam tendo trabalho, isso acontecia precisamente porque a instituição falhava em certos pontos. Uma explicação seria a de que era impossível para ela aprimorar todos os pontos falhos de seu trabalho. Essa explicação não se sustenta se considerarmos todas as alterações que a instituição já havia produzido no ambiente prisional. Se em certo momento de sua história seu funcionamento havia sido baseado quase inteiramente no voluntariado, este momento já havia passado. As partes essenciais de seu trabalho eram desempenhadas por um corpo de funcionários contratados de forma permanente. Um trabalho exclusivamente voluntário provavelmente seria inconstante e não produziria os resultados desejados. Os voluntários faltavam quando estavam doentes. Faltavam quando estavam cansados. Os voluntários faltavam quando seu trabalho trazia inconvenientes pessoais (um voluntário aconselhou-me certa vez: “Não faça como eu, que briguei com minha esposa por causa das visitas aos presos”). A burocratização do trabalho da APAC de Bragança Paulista foi uma das razões determinantes de seu sucesso. Se a consolidação de um trabalho regular e constante foi conseguida em âmbitos quase inimagináveis – como a realização de cirurgias na própria unidade prisional – por que não seria possível que se estendesse também a aspectos mais prosaicos do funcionamento institucional? Rigorosamente, a APAC poderia atuar tão bem a ponto de não oferecer mais espaço para o trabalho voluntário, exceto talvez no âmbito religioso. Por que ela não o fazia?

É possível que a manutenção do trabalho voluntário apresentasse vantagens estratégicas das quais a APAC não quisesse abrir mão. Desta forma, manter os voluntários era uma forma de obter benefícios secundários importantes e que não poderiam ser atingidos por outros meios. Já foi dito que os presos justificavam seu bom comportamento através do respeito que sentiam pelos voluntários. Cabe entender exatamente o que isso queria dizer e as conseqüências disso para o funcionamento da instituição.

Os voluntários eram vistos pelos presos como aliados, e portanto como pessoas dignas de confiança. A razão para isso era o próprio fato de serem voluntários. Não havia aos olhos dos presos justificativa para a presença ali dos voluntários, exceto a atitude de ajuda abnegada de cuja veracidade eles tinham provas todos os dias. Isso outorgava uma enorme força moral para os voluntários. Os presos nos respeitavam de maneira quase irrefletida e raramente questionavam a motivação dos voluntários. Numa rara demonstração de desconfiança, um galeria que vigiava presos no pátio enquanto conversava comigo perguntou-me, após saber que eu era psicólogo:

— E você pretende ser funcionário na prisão, trabalhar na parte de classificação dos presos?

Procurei mostrar-lhe que aquela não era minha intenção e expliquei-lhe meu trabalho. Ele, então, perguntou-me, procurando tomar muito cuidado com as palavras:

— Então, na verdade, você não é uma espécie de espião?

Muito mais freqüentes que as demonstrações de suspeita, porém, eram as ocasiões em que os presos mostravam confiança em nossa disposição para ajudá-los. Um preso solicitou-me certa vez que eu lhe levasse um berimbau. Esta não foi uma tarefa fácil para mim. Enfim, após muito trabalho, consegui um instrumento e entreguei para ele. Olhando com desaprovação, ele pediu-me para que trocasse a corda, em sua opinião excessivamente gasta. Ante meu ar de desânimo, ele começou a me elogiar, como se quisesse me animar e diminuir a importância da crítica anterior. Enfim, arrematou:

— Seu coração já está ganho para os presos.

Aos olhos dos presos, a presença dos voluntários indicava que na instituição havia pessoas interessadas em ajudá-los sem obterem qualquer recompensa, o que servia para garantir a boa reputação da APAC junto aos presos. Sob o ponto de vista dos voluntários, isso era verdade também. Os voluntários costumavam pensar neles mesmos como pessoas abnegadas e eram vistos assim por todos, mesmo pelos funcionários da APAC e pelos carcereiros. Vale destacar: logo que ingressei no grupo de Valorização Humana, um membro do grupo foi expulso por afastar-se deste modelo. Havia, naquela época, alguns adolescentes detidos em uma cela da unidade prisional que se localizava perto do portão de saída. No momento de deixarmos a unidade, notamos que o integrante de nosso grupo estava envolvido em uma altercação verbal com alguns dos jovens. Ele havia se posicionado ao lado do portão, aguardando que o restante do grupo se aproximasse, e notou que um dos garotos o observava atentamente.

? Tá olhando o quê ? ? perguntou o voluntário, em tom agressivo. O adolescente permaneceu mudo. ? Tá querendo me pegar? ? continuou o voluntário. Ante a ausência de resposta, o voluntário começou a ofender o rapaz, que em nenhum momento ousou retrucar.

Por esta razão, o voluntário – por decisão do próprio grupo de Valorização Humana – acabou sendo desvinculado e sua entrada na APAC, proibida. Era unanimemente aceito que os voluntários deveriam se posicionar ao lado dos presos – apesar das eventuais críticas a respeito desta aliança – e os voluntários prezavam muito esta imagem.

Signo desta aceitação pelos presos: eu jamais percebi ter sido submetido por eles a provas de ingresso em seu grupo, isto é, testes que contam como rituais de ingresso e

aceitação pelo grupo. Este tipo de ritual é bastante comum em grupos marginalizados que procuram avaliar o forasteiro antes de permitir aproximação. A verdadeira prova de ingresso aconteceu quando eu aguardava ansiosamente por uma resposta da instituição a minha proposta de trabalhar como pesquisador e um funcionário aproximou-se e me informou da existência do grupo de Valorização Humana. Foi neste momento que eu senti uma verdadeira passagem para outra condição, para outro papel. A aceitação do voluntário pelos presos, depois, foi quase imediata. Em pouco tempo eu já estava ouvindo confissões e segredos. E isto serve para entender melhor o papel dos voluntários: nesta condição, estávamos atrelados à instituição prisional mas, ao mesmo tempo, éramos vistos como parceiros, companheiros ou aliados dos presos. A APAC criou uma espécie de fissura entre os presos, através da figura do voluntário, fissura controlada institucionalmente que lhe permitia jogar diretamente no seio deste grupo alguém que, sob um aspecto, era um agente prisional. Quando o preso, suspeitando de algo, perguntou-me se eu era um espião, talvez ele tenha errado por pouco: como voluntários, estávamos ligados aos mecanismos de controle da instituição.

O discurso dos voluntários – com algumas exceções – refletia isso. Era comum que alguns presos se aproximassem de nós mais do que outros, e deste modo nosso relacionamento com eles era desigual. Um dos presos que se aproximou muito do grupo – e especialmente de mim – tinha dois filhos e sua esposa morava em outro Estado. Para permanecer perto dele, ela decidiu morar em Bragança Paulista e trouxe consigo os filhos. Desempregada, morava, como favor, na casa da família de outro preso e dependia para seu sustento das cestas básicas mensais distribuídas gratuitamente pela APAC. Às vezes, ela tomava os filhos e viajava de carona para seu Estado natal a fim de deixá-los com a avó. Assim, quando voltava, ficava mais livre para cuidar de si e do marido. Depois, ela ia novamente buscá-los para mantê-los próximos de si por algum tempo. Durante a prisão do marido, ela engravidou, o que tornou ainda mais delicada sua situação. O preso, a contragosto, começou a sugerir que ela voltasse para seu Estado, proposta que ela sempre rechaçava. Confiávamos bastante nele. Ele sempre nos ajudava e passava várias horas conversando conosco. Durante uma visita, quando sua esposa aguardava na fila para entrar, uma agente penitenciária apontou para ela e disse:

? Deixa que aquela morena eu mesma revisto.

Ela foi chamada para uma sala reservada. A agente solicitou que ela se despisse e ela foi então submetida ao procedimento padrão para detectar a posse de drogas: nua, teve de ficar de cócoras enquanto a agente ordenava que ela se levantasse e voltasse a se agachar repetidamente. Ao mesmo tempo, a agente posicionou um espelho abaixo de sua vagina, com

o qual a observava. De fato, após alguns instantes, a agente encontrou uma camisinha cheia de maconha. A visitante foi presa imediatamente. Seus filhos, que neste momento estavam na cidade, foram mandados para um abrigo municipal. Depois, foram enviados para um lar substituto e apenas alguns meses após a prisão, a avó das crianças pôde reavê-las e levá-las para casa. O preso foi acusado por mais um crime, o que poderia aumentar seu tempo de condenação. Este evento provocou reações intensas em toda a unidade prisional. Os presos, que pleiteavam relaxamento nos procedimentos de revista e tiveram suas pretensões ameaçadas pelo episódio, ameaçaram agredi-lo. O grupo de Valorização Humana descobriu, assim, que o preso e sua esposa haviam começado a contrabandear drogas para a unidade prisional. Até hoje não há certeza sobre como a informação chegou aos agentes penitenciários, mas eles já tinham sido avisados do que estava acontecendo, e por isso a atenção da agente penitenciária foi dirigida de forma certa para a visitante.

Para nós, o episódio também foi chocante. Jamais havíamos desconfiado do preso e sua atitude nos surpreendeu. Os integrantes do grupo reagiram a isso de forma significativa. Em algumas conversas, o grupo passou a discutir a possibilidade de que nós não falássemos mais com ele, como forma de mostrar nossa “indignação”. Sua esposa foi acusada pelos voluntários de forma duplamente qualificada: era uma criminosa e, além disso, uma péssima mãe, pois havia arriscado seus filhos através do crime e através de sua insistência em permanecer na cidade ao lado do marido, ao invés de voltar para sua terra natal onde as crianças estariam melhores. Além disso, diziam alguns voluntários, ela não deveria ter contrabandeado droga daquela forma, principalmente estando grávida, pois qualquer erro poderia prejudicar a saúde de seu filho. Durante algumas semanas, de fato, os integrantes do grupo quase não falavam com o preso. Aos poucos isso foi mudando. Mas alguns voluntários continuaram a afirmar que jamais confiariam nele novamente. Isso mostra que, em algum grau, os voluntários estavam ao lado dos presos com a expectativa de que eles se emendassem, de que eles cumprissem as exigências institucionais.

Os voluntários podiam expor abertamente sua discordância frente aos valores prisionais. A proibição de ser visto sem camisa perto das voluntárias era importante para os presos. Isso não impediu que uma voluntária questionasse abertamente este valor. Em diversas ocasiões, quando os presos nos contavam sua aversão aos estupradores, alguns voluntários os questionavam diretamente: que direito têm os presos de discriminarem seus companheiros? Não são todos criminosos aos olhos da lei? E se os voluntários, adotando esta mesma atitude, decidissem julgar os presos e parassem de prestar-lhes auxílio? O que estava em jogo, aqui, era a discordância dos voluntários frente aos valores da subcultura carcerária,

que eles não se intimidavam em questionar, procurando obter justamente um distanciamento por parte dos presos frente àqueles valores. Se os valores da subcultura carcerária servem para a reprodução das relações sociais, servem também contraditoriamente como forma de se opor a elas. Quando os voluntários questionavam estes valores, ao mesmo tempo podiam produzir um ganho de consciência para os presos e uma fragilização de sua identidade, já que os valores prisionais conformam a identidade prisional de uma forma específica. Desta forma, o caráter de resistência implicado pela subcultura prisional perde-se frente à ação do voluntariado, que, assim, pode desempenhar precisamente um papel ideológico de reprodução das relações sociais.

Os voluntários, assim, podiam ser muito rígidos quanto a certos valores e à forma de transmiti-los aos presos. Neste sentido, apoiavam uma posição disciplinadora por parte da instituição. Muitas vezes, apesar de sua proximidade com os presos, podiam repetir o anátema já lançado socialmente sobre o criminoso. Os voluntários esperavam que seu trabalho permitisse aos presos se ressocializarem. Não importava muito aos voluntários o que ele havia feito antes de ser preso, mas não havia muita tolerância a deslizes cometidos após a prisão. Os voluntários deveriam ser amigos, mas amigos firmes e combativos: não deveriam ignorar os erros cometidos pelos presos. Num documento produzido pela APAC de São José dos Campos nota-se uma interessante inversão. Lá, onde havia uma grande ênfase religiosa, os voluntários eram instruídos a transmitir aos presos a mensagem de que Deus não é chato, mas que exige de nós lealdade. Cobra de nós um comportamento adequado, apesar de estar sempre ao nosso lado. Forma curiosa de dar credibilidade e concretude ao ideal voluntário.

Após alguns meses de pesquisa, tive contato com uma outra forma dos voluntários exercerem controle sobre os presos, neste caso, mais diretamente coercitivo. Como uma das tarefas dos grupos voluntários era propor atividades para os presos – reuniões, torneios, cursos – havia uma pressão, tanto direta quanto indireta, para que os presos participassem destas atividades. Eu já havia tido contato com uma prática semelhante da APAC, que era a de obrigar a participação dos presos que se inscrevessem em determinada atividade. Se o preso se inscrevesse em um curso de desenho, por exemplo, ele deveria participar. Caso contrário, constaria em seu prontuário uma nota informativa, que poderia pesar desfavoravelmente para ele quando pedisse progressão de regime ou saída temporária para passar um feriado com a família. Havia, porém, uma outra forma de obrigar a participação dos presos, que eu só descobri por acaso. Numa ocasião em que a Diretoria da APAC realizou uma reunião com os presos, após solicitação da Diretoria para que os presos apontassem os pontos negativos da administração da unidade prisional, alguns presos começaram a reclamar pela atitude de seus

companheiros que não “colaboravam” com a “casa”. Um dos galerias lembrou do trabalho dos voluntários, que de forma abnegada contribuía para o bom funcionamento da casa, e ressaltou que os presos não ajudavam os voluntários:

? Quando tem atividade dos voluntários, a gente tem que sair pelos corredores chamando o pessoal para participar.

Isto era algo desconhecido para mim, e finalmente eu pude entender porque alguns presos reclamavam por haver tantas atividades na APAC. Quando um grupo voluntário propunha qualquer atividade e destinava-se um horário para ela, era tarefa de alguns galerias garantirem seu quorum. A forma de fazê-lo era pressionando os companheiros para participarem. Era como se, desta forma, os presos pudessem garantir a motivação para o trabalho dos voluntários, tão essencial para a “paz” na “casa”. Trata-se de uma espécie de coerção direta, pois o poder dos voluntários estava atrelado à possibilidade de punição do preso pelos galerias e pelo Poder Judiciário.

*

Devemos ainda analisar mais um problema. De que forma a participação institucionalizada dos voluntários na vida prisional se relacionava com o impulso para o trabalho voluntário? De que forma o desejo de estar junto aos presos se relacionava com este papel dúbio desempenhado pelos voluntários?

Os voluntários devem ser inicialmente considerados a partir de uma dupla inserção: por um lado, quando se decidem a aproximar-se dos presos, trazem consigo aspirações as mais variadas, desde aquelas ligadas a uma (em geral) incipiente crítica social até às aspirações mais ou menos explicitamente religiosas que propõem a salvação da alma do homem preso através de sua conversão. Ambas as formas de aspiração podiam ser observadas em qualquer grupo voluntário na APAC, havendo preponderância do segundo nos grupos de denominação evangélica e do primeiro no grupo de Valorização Humana. Por outro lado, quando os voluntários chegavam à APAC, inevitavelmente se deparavam com os limites institucionais impostos pelo funcionamento prisional e sua atuação devia, de forma mais ou menos evidente, conformar-se aos ditames institucionais. Assim, era vedado o relacionamento sexual entre voluntária e preso; era desencorajado o estabelecimento de comunicação entre voluntário e amigos ou familiares dos presos; era desencorajada a discussão da situação processual do preso, etc. Muitos voluntários jamais tinham visitado outra unidade prisional, e tais restrições podiam aparecer-lhes como uma surpresa.

Esta dupla inserção nos mostra que a situação social que produzia a motivação para o trabalho voluntário não explicitava todos os determinantes deste trabalho. Isso se torna

evidente quando se considera o fato de que muitas vezes este trabalho era assumido pelos voluntários – em geral apenas inicialmente – como um risco. Era comum que os voluntários expressassem sua inicial apreensão frente ao contato com os presos, substituída em geral brevemente por um certo conforto nesta interação, que os voluntários explicavam para si como produzidas pela afabilidade e pela “receptividade” dos presos. Pessoalmente, fui acometido pelo mesmo temor quando entrei pela primeira vez em uma delegacia de polícia, mesmo após já alguns meses de trabalho voluntário em uma unidade prisional próxima à delegacia: ao ver todos aqueles homens aglutinados num pátio exíguo e nos olhando – a mim e ao grupo da Pastoral Carcerária com quem eu estava – com uma expressão que eu classifiquei de ameaçadora, encolhi-me e passei a apenas repetir os gestos dos outros membros do grupo, dirigindo-me às mesmas pessoas que eram abordadas pelo grupo e fazendo-o identicamente. Após alguns cumprimentos cordiais por parte dos presos, fui capaz de me desfazer de meu medo e transitar tranqüilamente entre eles.

Sendo o impulso voluntário produzido externamente à instituição, de modo geral, ele apresentava-se como um impulso heterogêneo em suas origens e em seus objetivos. Cada grupo voluntário podia justificar diferentemente sua atuação e almejar resultados ligeiramente diferentes. Mesmo com estas diferenças, quando os voluntários ingressavam em algum grupo, eles apresentavam em comum o interesse pelo bem-estar dos presos. Alguns imaginavam inicialmente que os presos deviam ser pessoas perigosas, mas isto não bloqueava o impulso de aproximação. Isto significa que muitos voluntários sentiam algo muito parecido com o que sente o restante da população e que, no sentido de uma atitude negativa em relação a uma pessoa ou a um grupo, os voluntários expressavam claramente uma posição preconceituosa frente aos presos. A diferença era que isto não os impedia de se aproximarem do objeto temido. O temor não impedia que os voluntários tomassem um tempo importante de suas vidas para saberem se de fato a imagem socialmente compartilhada dos presos correspondia à realidade. E neste sentido, os voluntários não eram pessoas rigorosamente preconceituosas: seu temor não os impedia de se abrirem para a realidade e observarem-na, comparando-a com suas idéias anteriores. Uma voluntária bastante jovem que ingressou na Valorização Humana, após a primeira visita, elogiou os presos:

— Eles são tão legais com a gente! — e confessou que inicialmente havia se sentido um pouco intimidada por sua presença.

Uma voluntária da Pastoral Carcerária com quem eu realizava visitas a uma unidade prisional no município de Santo André explicou-me:

— Antes, quando eu via as rebeliões na TV, eu pensava: “Esse povo tem que morrer-”. Depois que eu conheci a situação deles, eu comecei a entender por que eles faziam isso.

Talvez seja possível aqui fazer uma ressalva. Numa sociedade com características totalitárias, o preconceito tende a ser uma característica geral, pois a força das condições sociais é muito superior à força do indivíduo para resistir a elas (ADORNO; HORKHEIMER, 1973: 182). Ao mesmo tempo, é amplamente reconhecido que o preconceito tem relação intrínseca com a desigualdade social (MYERS, 1999: 401) e com a constituição de uma sociedade de classes. Assim, não se pode dizer que os voluntários fossem pessoas livres de preconceito. Viviam, portanto, uma contradição entre o preconceito originado socialmente e uma disposição pessoal para vencê-lo através da práxis social. Esta contradição pode explicar em parte as atitudes conflitantes dos voluntários, que às vezes se opunham a uma postura disciplinadora mais estrita mas às vezes a apoiavam. As diferenças entre os voluntários refletiam diferenças na trajetória pessoal de cada um e na forma como cada um lidava com esta contradição.

A brecha para que isto pudesse acontecer tem contornos históricos precisos. Giddens (1997: 144), aponta para uma característica da modernidade que pode nos auxiliar a compreender o impulso voluntário: aquilo que ele chama de seqüestro da experiência. O seqüestro da experiência pode ser entendido como a separação da vida cotidiana do contato com experiências que trazem questões existenciais potencialmente perturbadoras (GIDDENS, 1997: 244). Experiências cotidianas como a morte e o crime foram seqüestradas por sistemas peritos que fazem com que elas se desenvolvam longe dos olhos do cidadão comum. A morte, por exemplo, começa a ser um processo interno aos hospitais e que é operado tecnicamente por uma equipe de especialistas, destituindo-a assim de sentidos presentes anteriormente à modernidade. O mesmo ocorre com o crime, cuja punição deixou de transcorrer no interior da comunidade e passou a ser operada por especialistas: juristas, penologistas, policiais. A partir do final da década de 1960, porém – como nos adverte Garland (2001a:7) – este projeto de engenharia social foi posto em dúvida e a eficácia da prisão tecnicamente administrada deixou de parecer evidente. Houve um crescimento da participação comunitária como forma de evitar esta ênfase estritamente pericial do processo punitivo. Mas este processo está marcado por algo que Foucault (1991) chama de “arquipélago carcerário”: um conjunto de instituições disciplinares (escolas, prisões, manicômios) surge por toda a sociedade, funcionando de forma análoga e servindo aos mecanismos de poder disciplinar que se consolidam com a ascensão da burguesia. A participação comunitária pode ser vista por este prisma como uma forma do poder disciplinar se exercer. Isto fica evidente se compararmos os procedimentos

comunitários de punição anteriores ao surgimento do sistema penitenciário e a atuação posterior da comunidade: agora, a comunidade age reproduzindo os mecanismos de poder estatais, mesmo quando supõe questioná-los (ver, sobre este processo no século XIX, O'Brien (1998: 190)). Mas a atuação dos voluntários na APAC não deve, por isso, ser considerada monoliticamente: os voluntários podem não ter conseguido separar-se do Estado, mas em sua atuação havia um tom crítico que jamais escapou aos olhares de funcionários e carcereiros e que era responsável por boa parte das suspeitas que recaíam sobre nós.

Ao se tornarem parte da instituição, porém, os grupos voluntários passavam a sofrer uma pressão específica para se adequarem a suas normas e, em certa medida, homogeneizarem sua atuação. A já citada concorrência entre os grupos voluntários deve também ser ressaltada para entendermos esta questão. A disputa por almas ou por espaço refletia uma luta política que ocorria no interior da prisão e que tinha como agentes os diversos grupos voluntários. Grupos de combate às drogas, grupos religiosos, grupos ligados a atividades culturais (música, teatro, dança) e grupo de Valorização Humana lutavam pelo tempo e pela atenção dos presos. A distinção milimétrica entre os horários servia para marcar esta disputa. Os grupos orgulhavam-se de suas diferenças e não apresentavam a intenção de dirimi-las. Assim, a constituição de cada grupo voluntário mostrava diferenças políticas específicas, além das questões políticas mais amplas ressaltadas anteriormente, e que opunham os grupos. Não se pode separar estes dois níveis: era através dos objetivos políticos específicos de cada grupo que o fenômeno macro-social do preconceito e de sua superação era abordado por cada voluntário.

Mas além das disputas entre os grupos, havia conflitos também entre os grupos e a própria APAC. A APAC, com seu corpo estável de funcionários, procurava pressionar os diversos grupos com o intuito de promover uma homogeneidade maior entre seus trabalhos. As reuniões entre grupos voluntários, promovidas pela coordenação geral, tinham este objetivo explícito. Numa dessas reuniões, a coordenadora geral expressou esta postura institucional. Como já visto, a razão alegada pela coordenadora foi a de que os presos deveriam sentir confiança no trabalho voluntário. O resultado era que, enquanto a APAC dependia dos grupos voluntários e por isso não podia aniquilar o elemento formador dos grupos, pois correria o risco de aniquilar os próprios grupos, pressionava-os para se assemelharem cada vez mais. A própria APAC, portanto, exibia um funcionamento contraditório em relação aos grupos voluntários.

A razão para isto pode ser encontrada na própria contradição que origina o trabalho voluntário: ao mesmo tempo em que os voluntários permanecem atrelados a uma imagem

preconceituosa dos presos, contra a qual se ergueu o sistema penitenciário no século XIX, também responsável pela própria criação desta imagem, apresentam um impulso de superação desta imagem. Conquanto este impulso seja utilizado estrategicamente pela APAC, não deve ultrapassar os limites que transformariam os voluntários em agentes revolucionários. Ou seja, o impulso de aproximação frente aos presos deve ser mantido dentro de limites que não permitam o questionamento da própria instituição penitenciária.

Os voluntários funcionavam na APAC como um elemento estratégico na desagregação da subcultura carcerária. Os padrões culturais exibidos pelos presos mostram uma tendência bastante clara de opô-los a outros grupos sociais e de separá-los da população em geral. Os presos – inclusive os da APAC – se referiam pejorativamente ao “cidadão ordeiro”, “trabalhador”, como “Zé povinho”. Conquanto seja uma diferenciação estrategicamente constituída (se considerarmos o trabalho de Foucault, 1991), na Cadeia Pública de Bragança Paulista ela devia ser eliminada para que os próprios presos passassem a constituir um grupo “ordeiro”. Os voluntários, portanto, atuavam ao nível ideológico ou cultural. É coerente com esta atuação a sua ausência de poder efetivo, que poderia impedir a consecução deste objetivo maior. Assim, era parte do discurso dos presos a aceitação de que a APAC era um “lugar melhor”, e este elemento era fundamental para a obtenção de obediência. Os voluntários, ao aparecerem como agentes institucionais sem qualquer interesse exceto o de auxiliar os presos, permitiam a consecução deste objetivo.

Em suma, os voluntários se prestavam ao controle dos presos pois, ao se apresentarem como aliados, inseriam-se como elementos de desagregação da subcultura carcerária. Sua atuação, portanto, se dava fundamentalmente ao nível ideológico. Originalmente, a motivação para este trabalho podia ser inserida em dois níveis: num nível mais específico, havia motivações diferentes para cada grupo voluntário e que desembocavam em uma disputa política no interior da instituição pela atenção e pelo tempo dos presos; num nível mais geral, o trabalho voluntário lidava com as contradições de uma sociedade de classes em que alguns setores devem ser postos na posição de bode expiatório sobre o qual é projetada a culpa pelas mazelas sociais. A origem da prisão coincide com a origem desta imagem projetada sobre os presos, e foi para dar conta desta imagem, ou mesmo para perpetuá-la, que a prisão foi criada. Enquanto o trabalho voluntário originava-se deste fenômeno social, ele apresentava as contradições que lhe são típicas, e que apontam para sua reprodução. Por outro lado, também apontam para sua superação, na medida em que o objetivo da ressocialização exige a aproximação e pode permitir a reelaboração dos preconceitos contra os presos. Como uma instituição dependente do trabalho voluntário, a APAC apresentava, por seu lado, um

funcionamento também contraditório: era apenas através destes trabalhadores que ela poderia existir como unidade prisional reformada, mas a aproximação entre estes e os presos poderia colocar em xeque a própria existência da APAC como unidade prisional. Os voluntários deveriam, portanto, ser mantidos dentro de estreitos limites de atuação e para isso a instituição exercia considerável pressão sobre os grupos voluntários. Como consequência, o papel social potencialmente mais renovador era utilizado precisamente como o elemento estrategicamente mais importante na manutenção da ordem institucional e na perpetuação da condição social do preso.

*

Esta posição dúbia dos voluntários provavelmente não passava despercebida aos presos. Em uma ocasião, eu havia recebido a solicitação de um preso muito próximo de mim para levar-lhe revistas com músicas populares cifradas, a fim de que ele pudesse ter material novo para treinar suas habilidades em violão. Após algumas semanas, ele, numa manhã, contou-me um sonho que tivera comigo. O sonho me pareceu uma alegoria de nossa relação. Reproduzo-o como aparece em meu diário de campo.

Eu estava conversando com S. (uma voluntária) quando ele cumprimentou-me e começou a contar um sonho que tivera comigo naquela noite. Ele havia sonhado que eu levava para ele as revistas de música que eu prometi há tanto tempo e até agora não levei. No início eu pensei que ele estivesse brincando comigo por minha falta, ou mesmo me cobrando, mas ele me certificou de que não era isso. Ele sonhou que eu havia levado revistas com símbolos muito complicados e que ele não conseguia compreender; por isso, no sonho, ele me devolvia as revistas e dizia-me para levá-las de volta. Ele contou-me que estavam todas numa língua parecida com o “japonês, ou chinês, ou alguma coisa assim”; lembrava-se perfeitamente de um símbolo cujo desenho assemelhava-se a uma igreja. Ele dizia para mim no sonho que aquilo era “muito avançado” para ele.

Deixo ao leitor a interpretação deste sonho.

14.2. O controle exercido pelos funcionários: o regime de legalidade.

O papel dos funcionários no controle exercido sobre os presos era mais imediatamente perceptível que o dos voluntários. Ligava-se, inicialmente, a um efeito ideológico de

“legalidade” que permitia à instituição uma ampla margem de manobra, aumentando a tolerância dos presos à espera e à frustração. Em segundo lugar, referia-se a um papel punitivo e disciplinar importante, na medida em que os funcionários eram responsáveis parcialmente pela duração efetiva do tempo de internação do preso. Em terceiro lugar, exercia-se a partir de acordos tácitos com benefício mútuo para presos e funcionários e que apresentavam características francamente ilegais, assemelhando-se, neste caso, ao que se observa em geral no sistema penitenciário.

Os funcionários estavam diretamente ligados à percepção socialmente compartilhada de que a APAC de Bragança Paulista cumpria “todos os benefícios previstos pela Lei de Execução Penal: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, psicológica e ao trabalho” (MARQUES, [199-]) e que garantem direitos fundamentais, respeitando as regras mínimas internacionais para o tratamento de presos. Neste sentido, a criação da APAC foi uma tentativa de inserir o sistema penitenciário brasileiro num regime de legalidade que, é bem sabido, jamais foi adequadamente cumprido. A percepção da APAC como unidade prisional reformada ligava-se a este regime de legalidade concretizado no papel dos funcionários. Eles eram responsáveis por todo tipo de assistência institucionalmente organizada oferecida pela APAC. Nagashi Furukawa (ENTREVISTA COM NAGASHI FURUKAWA, 1997), neste sentido, considerava a principal atividade da Associação o “atendimento integral ao homem preso” previsto pela LEP. Talvez a relação entre legalidade e controle social, no aspecto específico da experiência estudada, fique mais evidente se lançarmos mão de textos produzidos pela APAC de São José dos Campos. Discorrendo sobre esta experiência, a penitenciarista Armida Bergamini Miotto afirmou que os voluntários da APAC, na condição de auxiliares da justiça, sempre respeitavam os direitos humanos dos presos, o que fazia com que esses tomassem “equilibradamente consciência desses direitos e correspondentes deveres” (MIOTTO, [199?]). Por isso, o respeito aos direitos humanos no início dos trabalhos da APAC de São José dos Campos, quando seus voluntários se defrontaram com um verdadeiro “cárcere”, teria feito com que os presos se sentissem “filhos de Deus”, amados por Deus, apesar do crime cometido, e fossem “readquirindo a autoconfiança e a auto-estima” (MIOTTO, [199?]). Todo este processo de respeito aos direitos dos presos fez com que eles “sentissem” que sua dignidade humana era respeitada, novamente, apesar do crime cometido, e eles se sentiam dignificados, “enchiam-se de brio”.

Provavelmente, [o preso] não saiba expressar isso com palavras, nem ao menos tome consciência... Manifestará, entretanto, inadvertidamente, de

muito[s] modos – por sua conduta, sua equilibrada religiosidade ou (quem sabe?) alguma palavra que “escape”, algum gesto, uma expressão fisionômica, um brilho no olhar... (MIOTTO, [199?])

Também era considerado senso comum entre os voluntários de São José dos Campos que os presos cujos direitos eram respeitados, principalmente quanto aos prazos de cumprimento de pena, tornavam-se mais dóceis e causavam menos distúrbios. A APAC de Bragança Paulista seguiu um caminho semelhante ao considerar que a instauração da legalidade no cumprimento da pena podia servir para diminuir ou “até eliminar fugas e rebeliões, desde que se dê um mínimo de atenção e carinho que todo ser humano necessita” (MARQUES, [199-]). A percepção do respeito aos direitos parecia ter um papel importante na manutenção da disciplina no interior daquela unidade prisional. Os presos preferiam cumprir pena ali, onde seus direitos eram minimamente respeitados, que em qualquer outra unidade prisional onde isso poderia não acontecer. Talvez, o argumento do respeito aos direitos humanos recaia no âmbito da retórica ideológica. Mas, para aqueles presos, isso representava uma enorme vantagem frente ao sistema “tradicional” em que nem mesmo isso era garantido.

Os presos, como já foi visto, tinham uma relação ambígua com os funcionários da APAC, mas aprovavam a existência desses serviços vistos como garantias de direito. O apoio dos presos a esses serviços ficava evidente em duas situações: 1) quando eles eram utilizados para ameaçar os presos e 2) pela postura assumida pelos presos quando eles falhavam.

Em algumas ocasiões, a supressão ou ameaça de supressão de algum serviço poderia ser usada como forma de pressionar os presos a refrearem reclamações ou aceitarem alguma imposição. Durante uma já mencionada reunião entre a Diretoria da APAC e os presos, estes, após serem solicitados, timidamente levantaram alguns pontos com os quais discordavam na administração da unidade prisional. Um deles foi a restrição à entrada de sabonetes e xampus nos “jumbos” (pacotes levados por familiares em dias de visita). Após a reclamação feita por um preso, um dos membros da Diretoria da APAC – que era quem dialogava com os presos – argumentou rudemente que esta restrição havia sido imposta pela carceragem e que isso servia para agilizar o processo de revista. Após outra reclamação no mesmo sentido, o mesmo membro da Diretoria respondeu:

— Foi por isso que nós criamos a cantina aqui, para vocês poderem comprar os produtos cuja entrada foi proibida. — E completou, num tom de quem “lava as mãos”: — Se a entrada destes produtos for permitida, não haverá razão para a existência da cantina e ela poderá ser fechada.

Na mesma reunião, um preso solicitou a criação de um curso de teatro. A Diretoria enfaticamente rechaçou esta idéia, argumentando que o curso de teatro anteriormente oferecido era uma “simples exibição” para os presos e que tal tipo de curso não teria mais lugar ali (os presos que freqüentavam o curso, antes, tinham eventualmente a oportunidade de deixar a unidade prisional para se apresentarem fora). Disse, então:

— Os presos não freqüentam nem os cursos que já existem. Se continuar assim, não tem motivo para criar outros cursos. Aliás, se continuar assim, alguns cursos, como o de alfabetização e o supletivo, vão ser fechados no ano que vem.

A utilização desses serviços como fonte de ameaça mostrava bem que os funcionários podiam ser usados como fontes de punição para os presos, e que os serviços podiam ser vistos como “regalias” que poderiam ser suprimidas a qualquer momento. Por isso, sinto-me à vontade para me referir ao trabalho dos funcionários como “serviços”: não eram mais do que isso, apesar de legalmente contarem como direitos, pois os direitos só podem ser suprimidos em circunstâncias excepcionais e jamais como instrumento punitivo. Mesmo assim, sua existência contava como um suplemento de legalidade utilizado estrategicamente na manutenção do bom comportamento dos presos. Se o carcerário é a colonização do Judiciário por práticas disciplinares, como afirma Foucault (1991), o judiciário pode aparecer ainda, de forma secundária, como um elemento de justificação do carcerário.

Também ficava evidente o poder destes serviços no momento em que eles falhavam. Quando os presos sentiam que algum funcionário não se empenhava na execução de seu trabalho, podiam reagir violentamente, exigindo o que agora eles consideravam um “dado” institucional. Podiam também mostrar uma impotência que evidenciava o poder dos funcionários. Um exemplo pode mostrar o tipo de dependência dos presos frente a estes agentes institucionais. Após uma missa, um preso que chamarei de E. aproximou-se de mim para conversar. Havia muita movimentação no refeitório e alguns funcionários transitavam por ali. E. explicava-me que havia passado muito mal à noite pois sofria com um problema respiratório que se tornava especialmente agudo em noites muito frias como aquela. Explicou-me que precisava de oxigênio para melhorar, procedimento usado constantemente por ele antes da prisão. Quando o gerente da APAC passou perto de nós, E. o chamou e explicou-lhe o problema, alegando que já havia pedido a escolta médica, mas esta lhe havia sido recusada. O gerente chamou uma assistente social e pediu-lhe que resolvesse o problema. Ela perguntou-lhe qual era o problema. Ele explicou que estava passando muito mal, com falta de ar e precisava de oxigênio. Ela respondeu:

? Isso não interessa. Eu vou conversar com um médico e peço para ele lhe fazer uma visita. Você está com falta de ar?

Ele então tentou explicar que já possuía a receita médica necessária, e que já conhecia o médico que seria chamado. Estas informações poderiam agilizar seu atendimento. A assistente social não o deixou terminar, e começou a repetir sem parar, interrompendo-o:

? Eu só quero saber o que você está sentindo. O resto, é o médico que vai decidir.

Após algumas tentativas, ele se deu por vencido:

? É, eu tô com falta de ar.

Ela saiu, deixando-nos para trás. E. olhou para mim com ares de revolta, enfatizando a falta de sensibilidade da funcionária e confessou-me que não gostava de conversar com a assistente social:

? Conversar com ela me faz sentir mal.

Um exemplo de reação violenta foi dado por um preso que conversava comigo sobre o setor de atendimento jurídico da APAC. Apesar de apoiarem sua existência, isso não impedia os presos de questionarem sua eficácia quando entendiam que os funcionários do setor demoravam em atender seus pedidos. O preso em questão contou-me que já havia cumprido prazo suficiente de sua pena para solicitar progressão de regime (passando para o semi-aberto) mas um dos funcionários do setor jurídico da APAC não o ajudava a formular o pedido do benefício. A todo o momento, o funcionário estava circulando pelo interior da Cadeia Pública, mas ele sequer conversava com o preso. Quando este o solicitava, recebia sempre como resposta que o funcionário estava sem tempo e que em breve poderiam resolver o problema. Apesar do preso ter tentado iniciar os contatos três meses antes do prazo legal, para adiantar o pedido, finalmente, quando o prazo chegou, ele ainda não havia conseguido falar com o funcionário. Um dia, o irmão do preso, que era policial, estava dirigindo seu carro quando viu o funcionário no carro ao lado, na rua. Ele fez uma manobra arriscada e jogou seu carro sobre o carro do funcionário, parando-o. Desceu do carro e exigiu do funcionário que este se ocupasse de seu irmão. Dois dias depois, o funcionário fez o pedido e ainda entregou uma cópia para o preso, o que era considerado um procedimento raro.

Na mesma conversa, o preso cuja esposa foi condenada por tráfico ao tentar levar maconha para dentro da Cadeia Pública contou-me que seu filho, nascido já dentro da Cadeia (sua esposa foi presa durante a gravidez), havia sido, naquela manhã, quatro meses após a prisão da esposa, levado para um lar substituto sem ter sido registrado em nome dos pais. Isso evidentemente o desesperara, principalmente porque também ele havia dirigido insistentes

pedidos para o setor jurídico da APAC a fim de registrá-lo e também havia sido insistentemente ignorado. Ele temia que seu filho fosse registrado antes pela família substituta.

? Tem muito caso de tráfico de crianças que começa desse jeito ? disse ele, desolado.

Num outro exemplo, um preso que cumpria pena no regime semi-aberto contou-me que não podia deixar a unidade prisional pois não possuía vínculo formal de trabalho. Disse-me então que havia tido uma idéia: junto com mais dois presos em situação semelhante, ele se propôs a consertar as ambulâncias municipais que estavam quebradas. Para isso, porém, precisava que o setor de atendimento social da APAC encaminhasse uma solicitação para a Prefeitura, o que ainda não havia sido feito. O preso comentou:

— A assistente social falou que vai correr atrás. Mas ela não vai fazer nada: e só fogo de palha.

Como já visto anteriormente, as falhas nos serviços prestados pelos funcionários não podiam ser explicadas estritamente por uma tendência pessoal à distância, à atitude fria em relação aos presos, mas como sintomas das próprias condições de trabalho em que se encontravam. Más condições de trabalho, excesso de tarefas, excesso de solicitações pelos presos, podiam contar como elementos que explicam as razões para as falhas eventuais. O que importa mostrar é que os presos exasperavam-se com estas falhas, indicando a importância que atribuíam a estes serviços e explicando a possibilidade de utilizá-los como forma de controle. Estes exemplos mostram que os presos da APAC contavam com o auxílio destes funcionários e encontravam-se, de certa forma, em suas mãos. Quando os funcionários falhavam, os presos se irritavam profundamente, mas sua própria dependência os impedia de confrontar de forma mais direta os funcionários menos zelosos de suas obrigações.

*

A segunda ligação entre o papel dos funcionários e o controle social exercido sobre os presos era mais diretamente disciplinar: refere-se ao poder que os funcionários tinham de formular juízos técnicos sobre os presos, e que constituíam parte dos processos de progressão de regime ou de liberação condicional. Os funcionários diretamente envolvidos com estes processos eram alvo de desconfiança dos presos, que temiam confidenciar-lhes qualquer coisa que pudesse ser usada para incriminá-los posteriormente. O setor psicológico e o setor social eram os mais diretamente envolvidos com isso. Um funcionário contou-me que após uma rebelião, os presos se voltaram contra as salas dos funcionários e quebraram tudo o que lá havia. Pouparam apenas as salas do setor de saúde (médico, dentista, farmácia, enfermagem).

Isto, de acordo com o informante em questão, indicava, da parte dos presos, desagrado frente àqueles setores e respeito pelos últimos. Uma razão para isso, ainda conforme o depoimento, era a desconfiança dos presos frente à utilização por parte dos funcionários atacados das informações privilegiadas que eles possuíam sobre suas vidas.

Os presos desconfiavam dos funcionários, isto era um fato. Em certo momento, os presos tiveram que responder a um questionário sobre o desempenho do setor jurídico (questionário elaborado pelo próprio setor em questão) e todos os presos responderam que não havia qualquer problema com o setor (apesar de isto ser evidentemente falso para eles). Um dos presos confidenciou-me:

? Eu não acho uma boa idéia pagar veneno (reclamar, irritar) no questionário porque eu dependo deste setor pra obter qualquer benefício. Preso não tem direito de reclamar. Qualquer coisa pode piorar a situação do preso.

Outro preso concordou com ele e contou sua situação pessoal. Este relato foi justaposto ao anterior e, mesmo não se referindo a uma situação que envolvesse funcionários, foi usado para representar a relação entre estes e os presos. Quando foi condenado, Nagashi Furukawa ainda era Juiz Corregedor de Bragança Paulista. Além do crime pelo qual havia sido condenado, o preso estava respondendo a um processo por outro crime. Como ele não compareceu às audiências, foi condenado à revelia a dois anos em regime semi-aberto.

? Mas como eu ia comparecer se eu estava preso?

Um dia, Furukawa, seguindo a tradição – raríssima no sistema penitenciário brasileiro – que havia estabelecido, estava fazendo sua visita semanal à APAC e o preso, para aproveitar a oportunidade (era comum que fosse formada uma fila de dezenas de presos para falar com ele em dias de visita), mostrou-lhe o problema, apontando o erro do outro Juiz. Furukawa perguntou ao preso:

? Você não está contente com sua pena?

Ele imediatamente sentiu que, se confirmasse seu descontentamento, Furukawa poderia tentar puni-lo com uma pena maior ou de reclusão. Por isso, permaneceu calado e retirou a reclamação.

Apesar dos dois exemplos não terem obtido um desfecho punitivo, pois os presos não expuseram qualquer reclamação, alguns presos contaram-me casos em que, após uma solicitação, resolveram expor os problemas da prisão para Delegados ou funcionários e, como consequência, sofreram punições exemplares, justificando sua desconfiança frente a estes agentes.

Os funcionários também intervinham mais diretamente que os voluntários em aspectos determinados da subcultura carcerária, mostrando um outro lado do controle social que exerciam a partir de seu trabalho. Algumas funcionárias, por exemplo, explicaram-me que evitavam chamar os presos por seus apelidos. Os apelidos nas prisões costumam ser criados pelos companheiros de pena e apresentam significados específicos dentro da subcultura carcerária. Desta forma, são marcas da identidade prisional. Ao evitar chamá-los por apelidos, as funcionárias procuravam, na verdade, romper com as marcas da identidade prisional daqueles homens. Isto poderia ter um caráter progressista, mas recaía na contradição já apontada: ao combater a identidade prisional, marca do pertencimento do indivíduo ao “mundo do crime” e, portanto, a uma condição social de subalternidade, tirava-se dele exatamente aquilo que sustentava o sentido pessoal da sua existência. O mesmo pode ser dito sobre a postura da funcionária que tentava mostrar aos traficantes que aquilo que eles faziam não era um “trabalho”: ao investirem contra os valores da subcultura carcerária, os funcionários contraditoriamente podiam retirar dos presos qualquer possibilidade de resistência. Os presos reagiam, em geral, com obediência: evitavam dirigirem-se uns aos outros, quando na presença de funcionários ou voluntários, por seus apelidos ou usando gírias.

O controle dos funcionários sobre informações privilegiadas a respeito dos presos e a possibilidade de utilizá-las nos pareceres técnicos que elaboravam a seu respeito mostravam um aspecto do controle social exercido com fundamento institucional sólido e calcado nos procedimentos disciplinares de criação de um conhecimento estratégico sobre os presos e sua utilização intrinsecamente ligada a mecanismos específicos de poder. Ao contrário dos voluntários, que exerciam poder de forma quase sempre normativa, os funcionários exerciam um poder mais diretamente político ou coercitivo (segundo Guilhon de Albuquerque, 1980), apoiado na capacidade de seu discurso técnico de produzir efeitos repressivos diretos sobre os presos.

*

A terceira modalidade de controle social exercida pelos funcionários relacionava-se aos acordos informais estabelecidos entre eles e os presos. Havia, em certas circunstâncias, suspeitas ou confirmações de conluíus estabelecidos entre presos e funcionários fundamentados em vínculos pessoais entre ambos os grupos, ou mesmo na obtenção de vantagens recíprocas. Este tipo de relação ilegal era bastante complexo, a ponto de não poder ser entendido como algo homogêneo. A ilegalidade na ligação entre presos e funcionários podia ter várias origens e estar ligada a âmbitos variáveis de funcionamento institucional.

Devemos considerar a denúncia grave feita contra dois funcionários de que estariam arquitetando junto com alguns presos uma rebelião a fim de se manterem em seus cargos. Os presos não obteriam qualquer vantagem especial caso isto ocorresse, mas estariam protegendo o emprego de pessoas que eram admiradas por eles. Um destes funcionários – uma mulher – estava sob suspeita de namorar um preso muito respeitado, o que explicava, aos olhos de muitos agentes institucionais, a razão para esta admiração por parte dos presos. Este tipo de vínculo não era comum nesta forma, mas podia existir, mostrando uma outra face das relações entre presos e funcionários.

A ligação entre presos e funcionários podia adquirir contornos pessoais. Um funcionário costumava realizar pequenos favores para os presos – sendo, por isso, mal visto por diversos agentes institucionais – garantindo para si uma certa anuência dos presos a sua presença. Isto era ainda mais importante porque muitos presos consideravam este funcionário uma pessoa pouco produtiva e negligente.

Além disso, um outro aspecto da ilegalidade no contato entre presos e funcionários pode ser visto quando consideramos uma prática proibida mas grandemente tolerada na Cadeia Pública de Bragança Paulista: a ampla liberdade de movimentação permitida aos presos, especialmente aos galerias, que podiam desrespeitar inúmeras regras institucionais sem serem incomodados. Alguns funcionários e voluntários relataram terem encontrado presos fora do perímetro da Cadeia Pública e mesmo em lugares distantes. Um funcionário também relatou que era muito comum que os galerias utilizassem o telefone no interior da Cadeia Pública para se comunicarem com a família ou com amigos. Apesar de tolerada, esta prática era proibida por violar a restrição na troca de informações com o exterior a que os presos estavam submetidos. Um funcionário chegou a dizer que os galerias “mandavam e desmandavam” na Cadeia Pública de Bragança Paulista. Isto era visto pelos funcionários como algo desagradável e que era tolerado apenas pelo poder decisivo que os galerias tinham sobre o funcionamento da Cadeia Pública. Mas opor-se a esta prática também poderia representar para os funcionários o fim de seus empregos ou, ao menos, problemas no exercício de seus trabalhos. Era importante manter este vínculo ilegal que trazia para os funcionários vantagens específicas.

Esta ilegalidade era sustentada evidentemente pelo poder de que dispunham os presos para intervir no funcionamento da Cadeia Pública. Como a posição dos presos tinha muita importância na definição das ações da APAC, respeitá-los era visto como essencial para o sucesso do empreendimento. Por isso, os funcionários agiam com cuidado. Esta ilegalidade

era o espaço de manobra entre o poder político dos presos e o dos funcionários, uma espécie de terreno intermediário respeitado por ambos os grupos e que permitia a mútua aceitação.

Ao mesmo tempo, isto subvertia o caráter legalista da presença dos funcionários. Se eles estavam ali para fazerem valer os direitos dos presos, não poderiam tolerar a desigualdade nas relações prisionais expressa pelas regalias a que tinham direito os galerias. A tolerância a estas formas de ilegalidade mostra que os presos de menor status institucional tinham de se submeter à elite prisional, processo que reproduzia, no interior daquela unidade prisional, as desigualdades sociais existentes em nível macroscópico. A existência destas ilegalidades replicava um fenômeno típico do sistema penitenciário, que é a existência de acordos tácitos entre agentes prisionais e presos, e que permitem aos líderes prisionais controlarem o ambiente interno à unidade enquanto garante aos agentes do Estado a manutenção da ordem. Isto serve como controle social coercitivo sobre os presos do estrato social inferior, que se encontram submetidos a um grupo de presos apoiados institucionalmente. Este poder da elite prisional é um dos elementos importantes da subcultura carcerária e seu caráter hierárquico. Apesar dos presos se inserirem nesta subcultura de formas variadas, ela é um dos componentes do anátema que recai sobre todos eles. Neste sentido, a existência desta subcultura é algo que atinge a todos os presos e os persegue ao longo da vida, e que não deixa de apresentar seus efeitos mesmo para a elite prisional.

14.3. Galerias e a limitação da subcultura carcerária.

Chamaremos de “galerias” a todos os membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade, indiscriminadamente. Apesar das diferentes funções exercidas, que poderiam fazer variar o tipo de ação desempenhada por cada indivíduo, interessa-nos aqui sobretudo a discussão sobre o papel institucional desta classe de presos escolhida pela Diretoria da APAC e como exerciam o controle social sobre os outros presos. Por isso, apesar das diferenças entre eles, serão tratados como um único grupo.

O papel dos galerias era o de vigiar, organizar, controlar e punir os presos sob seu comando. Eles operavam concretamente aquilo que, em linhas gerais, podia ser definido pela gerência, pelos funcionários ou pela Diretoria da APAC. Ou seja, eles faziam cumprir as

determinações destas instâncias oficiais de controle. Tal papel lhes outorgava um enorme controle sobre a vida dos presos. Um ex-galeria definiu o trabalho deste grupo da seguinte forma:

— Eles são que nem a polícia no presídio. Eles são a única polícia do presídio. São eles que impedem a fuga, o tráfico de drogas...

Esta característica de seu trabalho espantou-me sobremaneira quando a descobri. Os galerias exerciam de fato uma função de patrulha muito semelhante à da polícia ou à da carceragem propriamente dita. Certa vez, ao conversar com um galeria – curiosamente, ele já havia tentado uma fuga e, na ocasião, trabalhava justamente na área externa da Cadeia Pública – ouvi-o relatar com algum detalhamento os procedimentos de segurança utilizados para coibir fugas ou agressões. Entre eles, havia a determinação de jamais manter abertas duas portas consecutivas de um mesmo corredor, a fim de evitar que os presos se atirassem sobre o galeria e tentassem uma fuga desesperada. Outro procedimento era a utilização de espelhos em todas as curvas dos corredores, de modo que um galeria posicionado numa certa área pudesse observar através dos espelhos o que ocorria em outra parte do corredor.

Numa outra ocasião, a reação de um galeria a minha presença mostrou como eles viam a si mesmos e o tipo de função que eles podiam desempenhar. Quando eu atravessava o pátio do Anexo 1, um rapaz que eu desconhecia pediu-me que fizesse uma ligação para sua família, que não o havia visitado na última quinta-feira. Ele entregou-me um pedaço pequeno de papel que já estava em seu bolso, contendo o nome de sua irmã e o número de telefone. Pediu-me também que instrísse sua irmã a lhe enviar dinheiro. Eu pedi que ele anotasse esse detalhe no papel para que eu não me esquecesse. Ele estava sem lápis. Então, foi até sua cela buscar um. Eu acompanhei o rapaz até lá, esperando do lado de fora. Enquanto eu esperava, um galeria que eu não conhecia, olhando-me seriamente, aproximou-se de mim vindo do corredor e perguntou-me o que eu estava fazendo ali parado. O tom da pergunta fez com que eu me sentisse imediatamente ameaçado. Ele me abordou como se ele comandasse a área e eu a estivesse invadindo. Respondi, por minha vez, que estava esperando pelo outro preso, que havia acabado de entrar na cela. Ele perguntou-me novamente, como um autêntico policial, se eu desejava alguma coisa ali naquela cela. Eu respondi que não, que estava apenas esperando pelo rapaz que havia acabado de entrar. Ele viu a máquina fotográfica que eu carregava e perguntou-me, em tom inquisitivo, o que é que eu estava fotografando. Eu respondi que fazia algumas fotos para os presos que me pediam. Ele perguntou-me, desconfiado, o que eu fazia com essas fotos, para quê eu as usava. Eu preferi esclarecer com um exemplo, dizendo que havia acabado de fotografar uma casinha de madeira feita por um preso. Nesse instante, o

primeiro preso saiu da cela e, com bom humor, disse para o galeria que ele não se preocupasse pois eu apenas estava esperando por ele. O galeria olhou-me ainda com ar sério e disse, em tom de voz grave, que era o galeria ali e que precisava manter a ordem. Como um autêntico policial. O preso entregou-me um lápis e pediu-me que fizesse as anotações que julgasse necessárias para transmitir o recado para sua irmã. Fui até a escrivaninha do galeria (que ficava no corredor) e comecei a escrever uma frase curta. Enquanto escrevia, o galeria e o outro preso me observavam, em pé, próximos de mim. O preso começou a brincar com o galeria por sua atitude séria e rigorosa e o galeria respondeu de forma grosseira, ordenando ao preso que não brincasse com ele. O preso, ignorando propositalmente o pedido, tocou o galeria no braço e este reagiu imediatamente, mandando que ele não o tocasse. Apesar da aparente severidade do galeria, o preso continuou falando com ele em tom de brincadeira e eu me apressei a devolver o lápis para ele e despedir-me, prometendo que faria a ligação assim que fosse possível. O desrespeito mostrado pelo preso frente ao galeria justificava-se pelo erro do galeria novato, que me havia tratado – a mim, um voluntário – como se eu fosse um preso. Mas o padrão de comportamento do galeria é bastante significativo da posição institucional que ocupava, situando-se como um agente de vigilância sobre o restante da população prisional.

Em outro episódio, eu jogava xadrez com um galeria quando um preso, cabisbaixo, com o corpo curvado e evidenciando respeito, aproximou-se da mesa e solicitou ao galeria que lhe permitisse caminhar um pouco pelo pátio. Sem sequer olhar para o rosto do rapaz, o galeria rechaçou o pedido com um meneio de cabeça. O rapaz permaneceu algum tempo ainda ao nosso lado, e o galeria reforçou sua resposta, com um “não” seco que não admitia discussão. O rapaz, parecendo humilhado, afastou-se de nós.

A função de galeria exigia do preso uma constante atenção à movimentação dos companheiros. Um deles disse-me:

— A gente tem que ficar prestando atenção o tempo todo. Tem vez que a gente percebe uma roda de presos que forma sempre com as mesmas pessoas, sempre no mesmo horário no pátio. Tem que ficar esperto porque pode ser que eles tão combinando uma fuga.

Certa vez, quando conversava com um deles, notei que ele mal prestava atenção ao que eu dizia. Ele pareceu perceber meu incômodo:

— Liga não. É que a gente tem que ficar atento pra tudo o que acontece nos corredores.

Os galerias exerciam uma vigilância constante sobre seus companheiros. Isso os colocava numa posição de destaque ao mesmo tempo vantajosa e incômoda, alterando a

relação entre eles e o restante de seus companheiros. Os galerias ocupavam uma posição sui generis na Cadeia Pública de Bragança Paulista.

Isto lhes dava alguma influência sobre toda a Cadeia Pública de Bragança Paulista. Sua influência se estendia mesmo sobre os carcereiros, que dependiam deles para o bom funcionamento da Cadeia Pública de Bragança Paulista. Certa vez, quando eu ingressava de carro na Cadeia Pública, o portão demorou mais que o normal para ser aberto. Após esperar algum tempo, fiz menção de descer do carro. O carcereiro provavelmente não tinha me reconhecido. Assim que pus os pés no chão, um galeria que estava na área externa do presídio me reconheceu e gritou para o carcereiro:

— Pode abrir!

Imediatamente o portão foi aberto. O galeria foi capaz de determinar a abertura do portão pelo carcereiro. Não é preciso notar que isto indica uma grande influência sobre o funcionamento da Cadeia.

Isso é corroborado pelo fato – já discutido – de que os próprios carcereiros reconheciam a importância dos galerias na manutenção da ordem no interior da Cadeia Pública. Signo do poder que isto representava naquela unidade prisional foi o tipo de represália adotado pelos galerias contra o Poder Judiciário num momento em que haviam entrado em conflito com o Juiz por considerarem que ele não estava cumprindo os prazos de saídas temporárias e livramento condicional dos presos: os galerias simplesmente deixaram de exercer suas funções, realizando uma espécie de “greve branca”. Quando alguns grupos de presos decidiam brigar, eles não intervinham e deixavam que as brigas chegassem a conseqüências mais graves. Uma voluntária comentou, assustada:

— O clima ali tá muito tenso. Se alguma coisa não mudar logo, eu acho que a APAC vai ter problema com os presos e com os funcionários.

Quando os galerias não intervinham, o controle sobre o comportamento dos presos era profundamente alterado.

Como o Conselho de Sinceridade e Solidariedade era uma estrutura hierarquizada, baseada na figura do Presidente, não havia regras específicas para a escolha de seus membros. O Presidente e o grupo já existente determinavam quem seria escolhido para o trabalho. Um galeria explicou que a seleção do novo integrante do grupo obedecia a critérios de confiança: não importava muito o tipo de crime cometido – com exceção, possivelmente, daqueles considerados desonrosos – e não importava o tempo de casa. Às vezes, um preso recém-ingressado na Cadeia Pública poderia ser escolhido como galeria se contasse com a confiança do grupo. Por outro lado, um preso com muito tempo “de casa” poderia ser preterido se os

galerias entendessem que ele não seria adequado para o trabalho. Pude observar isto acontecer com um preso recém-saído da cela 10, da triagem, com quem eu passei a jogar freqüentes partidas de xadrez. Poucas semanas após deixar a cela da triagem, ou seja, pouco depois de completar um mês de prisão, encontrei-o fora da cela em um horário atípico. Quando perguntei por que ele estava ali, ele respondeu:

— É que eu tô dando uma força aí pro pessoal da galeria.

Naquelas condições, ele era possivelmente um dos presos mais novos da Cadeia Pública.

Os galerias podiam também controlar os contatos entre presos e voluntários. Em algumas ocasiões, os galerias proibiam os presos de conversarem com os voluntários, exigindo que eles pedissem autorização antes de se dirigirem a nós. Isto era bastante evidente no caso dos estupradores. Havia, porém, a suspeita de que o mesmo procedimento se desse em relação a outros presos e por isso a coordenadora do grupo de Valorização Humana preferia que nós nos dirigíssemos pessoalmente a cada cela para conversar com os presos.

Signo da importância dos galerias no controle do cotidiano prisional era o fato de serem eles alvos de tentativas de subornos pelos outros presos. Como eles eram os responsáveis pelo controle exercido sobre as fugas e o tráfico de drogas, havia presos que procuravam sua colaboração na realização destas atividades. Um ex-galeria contou-me que isto era muito freqüente, principalmente em relação ao planejamento de fugas.

— Mas eu nunca aceitei.

Os galerias tinham razões para não aceitarem estas propostas, principalmente porque a descoberta do desvio poderia trazer graves conseqüências para alguém em sua posição.

A aceitação da função de galeria era facilitada por algumas regalias a que eles tinham direito e que eram vedadas aos outros presos. Em primeiro lugar, o direito de livre circulação: um galeria não estava submetido aos mesmos horários que os outros presos e podia deixar a cela e circular de forma quase irrestrita. Quando um dos presos com quem eu costumava jogar xadrez foi escolhido como galeria, encontrei-o sorridente numa missa. Ao notar minha presença, cumprimentou-me imediatamente e explicou:

— Agora a gente pode jogar xadrez qualquer hora do dia, que eu fico fora da cela o dia inteiro.

O valor desta liberdade de circulação, no ambiente prisional, jamais pode ser superestimada. Em segundo lugar, o direito a uma cela separada: eles habitavam a mesma cela, e esta costumava ser localizada em partes mais agradáveis da prisão. Em terceiro lugar, um complemento material: alguns equipamentos só eram permitidos aos galerias. Por

exemplo, apenas os galerias podiam ter em suas celas o que se costuma chamar de “perereca”, um equipamento elétrico em geral improvisado constituído de filamentos de resistência para chuveiro e que serve para aquecer a comida. Outro exemplo: apesar de todos os presos poderem possuir aparelhos de TV, lembro-me de encontrar um aparelho de videogame apenas na cela dos galerias.

Mas a função de galeria exigia um preço. O desgaste pessoal daqueles homens responsáveis pela vigilância dos companheiros de prisão saltava aos olhos. Um galeria que, prestes a receber o livramento condicional, se disse ansioso para deixar a prisão, explicou-me:

— Eu prefiro morrer do que voltar pra APAC. Aqui dentro da Cadeia a gente tem que ter cuidado toda hora e olhar sempre onde pisa.

Por isso, havia uma grande rotatividade entre os galerias e alguns dos que deixavam esta função diziam que jamais a exerceriam novamente. Em uma reunião com a Diretoria da APAC, um dos Presidentes do Conselho de Sinceridade e Solidariedade reclamou pela falta de colaboração de seus companheiros – principalmente os novatos – para o bom andamento da “casa” e disse que, caso isso não mudasse, abandonaria o cargo sem qualquer sentimento de culpa:

— Eu já fiz muito e não preciso mais ficar passando por isso.

A posição específica dos galerias podia levá-los a evitar confrontos, principalmente com os membros da APAC ou com carcereiros e Delegados. Como encontravam pouco apoio por parte dos próprios presos, era nestas instâncias exteriores de poder que eles buscavam sustentação. A delicadeza desta situação era expressa constantemente pelos galerias. Certa vez, encontrei um deles na cela do “seguro”:

— Eu preferi sair da galeria porque dá muita dor de cabeça. Galeria não é isso que vocês pensam, não. É duro demais trabalhar lá.

Muitas vezes, o galeria tinha de recolher-se, retirar-se do grupo de presos e passar a agir como um agente externo ou neutro. Um rapaz com quem eu conversei deu-me um exemplo deste dilema ao contar sua trajetória pessoal e como foi “traído” por um galeria. O Delegado visitou a APAC, logo depois de uma série de tumultos que ocorreram quando houve substituição dos galerias, para saber dos presos quem eles queriam que ocupasse aquela posição. Os tumultos haviam ocorrido em parte pela substituição em si, em parte por incitação dos galerias afastados. A situação era ambígua para todos os envolvidos, pois os novos galerias começaram a reprimir o tráfico de drogas de forma mais intensa, mas os antigos galerias, mais permissivos neste aspecto, eram também conhecidos pela brutalidade com que

tratavam os presos. Todos os presos, após a fala do Delegado, ficaram em silêncio. Esse rapaz que conversava comigo era novato, na época, por isso respondeu para o Delegado:

— Ó, eu vou falar o que eu penso, não sei se os meus companheiros vão concordar comigo. Eu acho que o M., que já estava aí antes, é que devia ocupar o cargo.

O galeria em questão havia sido substituído pelos novos galerias. A opinião dos presos estava um tanto dividida pois, mesmo querendo o afastamento dos galerias novos, eles temiam que a volta dos antigos galerias acabasse por representar a volta dos métodos violentos de controle do presídio adotados por eles. Após sua fala, porém, os presos surpreendentemente começaram a gritar o nome do galeria, ovacionando-o. O Delegado entendeu que o rapaz estava “acendendo a Cadeia” e repreendeu-o. Perguntou quem ele era e ameaçou-o de transferência. O rapaz respondeu que estava à disposição do Delegado, e que havia apenas dado sua opinião. No dia seguinte veio a ordem de transferência e ele, que estava ainda sem condenação, cumpriu quatro meses na Casa de Detenção de São Paulo, dos quais ele parecia lembrar-se com dor. Posteriormente, ele acabou conseguindo a transferência de volta para Bragança Paulista. Encontrando-se com M., que havia sido de fato recolocado na posição de galeria, o rapaz perguntou-lhe porque ele não conversou com o Delegado, “dando uma força” para ele não ser transferido. M. respondeu que sua posição era complicada e que ele não podia se envolver em conflitos com o Delegado. Depois, o rapaz refletiu:

— O galeria é eleito justamente para poder ter mais acesso às autoridades. Eu acho que o M. não teve interesse em me proteger.

Os galerias deveriam servir como ligação entre os presos e os agentes de controle institucional. Na posição de intermediários, eram os representantes dos presos, seus porta-vozes, e assim deveriam ter ampla liberdade de diálogo para poderem exercer adequadamente este aspecto de seu trabalho. Esta liberdade justamente não existia, e esta função ficava limitada pelos contornos coercitivos da instituição. E, ao mesmo tempo, suas funções de vigilância os colocavam em oposição a todo o restante dos presos, de tal forma que os presos muitas vezes não confiavam neles. O resultado final era o posicionamento dos galerias ao lado do poder institucional, único sustentáculo para seu trabalho.

Este posicionamento podia ser levado a extremos, dependendo de quem fossem os integrantes do Conselho de Sinceridade e Solidariedade. Entre os voluntários, eram comuns os comentários sobre o uso de violência física direta para reprimir os presos. Um voluntário disse-me certa vez:

— Quando um preso desobedece os galerias, às vezes ele apanha tanto que fica vários dias de cama. Teve um que quebraram todos os dentes. Ih! Quebraram osso do braço, da

perna... Tudo bem que os galerias têm que ser obedecidos, mas isso não podia acontecer aqui na APAC.

Um galeria, corroborando esta afirmação, disse-me certa vez:

— Quem mantém a ordem aqui dentro é a gente. Muitas vezes a gente tem que descer o braço no pessoal aí, senão não consegue controlar.

Havia amplas desconfianças sobre o período posterior à “recolha” (recolhimento dos presos para suas camas), quando todos os agentes externos deixavam a APAC. Um voluntário comentou essa desconfiança:

— Depois da dez horas da noite, é uma pancadaria só aqui na APAC.

Numa ocasião em que um grupo de voluntários conversava no refeitório, pude obter uma informação interessante: era consenso entre todos que os galerias batiam nos presos. O caráter quase oficial do papel dos galerias como agentes de controle era evidenciado por este reconhecimento unânime mas impotente por parte dos voluntários, que lamentavam o fato mas não sabiam o que pôr em seu lugar.

Em outra ocasião, um voluntário contou-me que um galeria estava batendo muito nos presos. Estes respondiam dificultando seu trabalho. O galeria chegou a ameaçar todos os presos da cela de triagem (em número de trinta, mais ou menos) que responderam: se ele ousasse entrar naquela cela, seria morto.

— Todos os galerias que entram agem assim depois de um tempo – completou o voluntário.

Ainda assim, não havia, entre todos os presos, pessoas mais gentis com os voluntários que os galerias. Colaboradores assíduos, faziam todo tipo de trabalho e nos ajudavam em tudo o que precisávamos. Jamais nos desrespeitavam ou exibiam qualquer comportamento mais exaltado na nossa frente. Quando estávamos na Cadeia, não se via qualquer sinal de discórdia entre aqueles homens. O mais assustador era justamente a discrepância entre a imagem que eu fazia da Cadeia Pública de Bragança Paulista através de minhas vivências pessoais e a imagem que era obrigado a fazer a partir destas informações esparsas mas consistentes que me chegavam das formas mais variadas.

Isto não quer dizer que os galerias obtivessem colaboração exclusivamente através da coerção direta. Havia, sem dúvida, um comprometimento moral dos presos com os galerias que permitia, na maior parte das vezes, uma obediência fundamentada na autoridade deste grupo. Se eram freqüentes os relatos de agressões, ainda mais freqüentes eram os exemplos de uma concordância geral dos presos com a idéia de que a APAC havia reduzido brutalmente os casos de agressões entre os presos. “Aqui tudo se resolve na conversa” era uma frase que eu

ouviam em praticamente todas as visitas que fazia à unidade prisional. Um galeria disse-me certa vez, criticando a transferência da Cadeia Pública para a Secretaria de Administração Penitenciária, que ali estava funcionando muito bem:

— Teve uma época que os galerias batiam nos presos pra conseguirem colaboração, mas depois que trocaram os galerias a gente começou a lidar com eles na base da conversa. Eu garanto pra você que hoje preso nenhum apanha na APAC.

O maior ou menor grau de violência física podia depender, assim, dos indivíduos que ocupavam a posição de galerias, mostrando que, se o posicionamento institucional deste grupo era definido, obedecendo a uma aproximação frente aos objetivos da instituição em detrimento dos interesses dos presos, a forma de executar esta atividade podia depender de inúmeros fatores que se alteravam com o tempo, desde o caráter dos próprios galerias até o tipo de oposição exercida pelos presos.

De onde provinha o poder institucional sobre os galerias? Se as vantagens diretas do exercício deste papel não podiam ser negadas, havia mais em jogo do que o direito de caminhar livremente pelos corredores da Cadeia. Era bastante conhecido o fato de que a APAC havia se inserido na Cadeia Pública a partir de acordos informais com as lideranças prisionais, firmados logo ao início dos trabalhos da APAC, no ano de 1994. Ao se estabelecer como uma força política, o voluntariado não contava com mais do que este apoio prisional. Mas depois de estabelecido seu poder, o voluntariado – e a APAC em geral – foi capaz de produzir um grupo formado não necessariamente pelos líderes prisionais “naturais”, ligados à subcultura carcerária, mas sim escolhido exteriormente e, portanto, artificialmente constituído, e outorgar-lhe o poder de controlar o cotidiano prisional. Operou-se assim uma significativa alteração no funcionamento do poder prisional, que estava ligado inicialmente aos líderes da subcultura e, depois, a líderes escolhidos pela APAC. Se inicialmente o poder voluntário se sustentava no poder prisional, depois a situação se inverteu. Que instrumento operava a APAC para manter seu poder sobre o grupo dos galerias?

Pode ser que a decisão de participar deste grupo fosse tomada individualmente por cada galeria como uma forma de obter vantagens imediatas. Muitos galerias eram presos jovens e pouco experientes, que viam ali uma posição de status e poder, além de uma posição de maior liberdade. Mas havia algo que impedia os galerias de se oporem aos poderes institucionais. É possível imaginar uma situação tal em que os galerias se unissem aos líderes prisionais tradicionais (grandes assaltantes, traficantes, entre outros) para operarem a Cadeia Pública de forma a que praticamente não houvesse diferença entre eles. Poderia ocorrer uma situação que levasse, como ocorre em diversos presídios paulistas, a uma relativa

independência do funcionamento interno à unidade prisional frente aos poderes externos. Neste caso, os valores da subcultura carcerária formariam a principal diretriz de comportamento para os presos e para a própria instituição. Sem dúvida que a influência da subcultura carcerária era importante, mas o funcionamento da instituição não podia ser explicado por ela. A proibição do tráfico de drogas, por exemplo, sobre o qual os galerias exerciam controle, é um exemplo disso. Na Cadeia Pública de Bragança Paulista, havia duas fontes principais de organização que dialogavam mas não se confundiam: o Conselho de Sinceridade e Solidariedade e a subcultura carcerária. A questão é: como era mantida esta separação?

Esta separação era sustentada pelo medo que os galerias sentiam de serem transferidos para outras unidades prisionais. Ocorria esporadicamente na Cadeia Pública de Bragança Paulista a transferência de presos considerados incapazes de se beneficiarem do sistema ali desenvolvido. O período de triagem servia exatamente para determinar se o preso poderia permanecer naquela unidade ou não. Para a maior parte dos presos, permanecer ali era uma forma de ter acesso mais freqüente à família – em geral, os familiares moravam na própria cidade – e garantir a permanência numa instituição visivelmente mais bem equipada em termos materiais e de serviços. Os presos relatavam também uma diminuição na violência, o que contava favoravelmente para a instituição. Assim, os presos não desejavam a transferência e procuravam garantir sua permanência, temendo, no geral, serem transferidos. Para os galerias, porém, o medo das transferências tinha um caráter específico e ligado estreitamente à função que desempenhavam na Cadeia Pública de Bragança Paulista.

Em meus primeiros contatos com a instituição, fui informado por um voluntário de que havia ocorrido pouco tempo antes uma grande fuga de presos motivada pela divulgação da notícia de que galerias acusados de permitir o tráfico de drogas seriam transferidos para outras unidades prisionais. Dois dos galerias planejaram a fuga e incitaram os demais a fazerem o mesmo. O total de fugitivos chegou a dez. Era unanimemente conhecido o temor que os galerias sentiam destas transferências. Apesar de meu contato com a APAC de São José dos Campos, jamais consegui perceber este temor naquela unidade prisional. Provavelmente, isso se deveu ao pouco tempo que tive para observá-la em funcionamento. Mesmo assim, lembro-me de algo que não me chamou a atenção na época e que eu só pude entender após conhecer Bragança Paulista. Eu estava atravessando o pátio quando um preso, irritado, aproximou-se de mim e começou a conversar. Logo depois, passou a reclamar de um dos funcionários da APAC de São José dos Campos. Eles haviam tido uma discussão e o funcionário o havia ameaçado de transferência.

— Eu falei pra ele: “Me transfere se você quiser, seu filho da puta. Eu tenho conhecidos em tudo que é Cadeia aqui da região. Ninguém tem nada contra mim. Eu sou considerado.”

Na época, eu imaginei que o problema era deixar uma unidade prisional menos coercitiva e ser alocado em uma unidade mais violenta e restritiva. Só depois de conhecer a APAC de Bragança Paulista é que pude entender o teor de sua fala. Ele não se importava com a transferência, alegava, porque não tinha motivos para temer os presos de outras unidades. O fenômeno era exatamente o mesmo que observei em Bragança Paulista. O medo da transferência também podia ser observado ali.

Devido ao papel de vigilância que desempenhavam, os galerias eram odiados em outras unidades, e uma transferência podia significar a morte para eles. A semelhança entre o papel dos galerias e o papel dos policiais ou carcereiros tornava-os desertores aos olhos dos presos, tornava-os criminosos de um tipo intolerável dentro da subcultura carcerária. Um galeria ameaçado de transferência podia preferir a fuga, pois sabia que, ao chegar a outra unidade, sua vida estaria correndo risco.

— Um galeria em outra Cadeia pode ser morto — confirmou um preso.

Eu conversava com um ex-galeria que reclamava da postura assumida pelo novo Juiz. Apesar da progressão de pena, ele não autorizava a saída dos presos em regime semi-aberto e negava sistematicamente os pedidos de saídas temporárias feitos pelos presos, mesmo aqueles com maior participação no trabalho da APAC. Os presos acreditavam que esta postura era devida a um ódio generalizado que o Juiz nutria contra os presos e o levava a assumir uma postura mais rígida que aquela adotada, por exemplo, por Nagashi Furukawa. O ex-galeria em questão disse:

— Ele não percebe o esforço que a gente faz pra manter isso aqui funcionando. Eu fiquei aqui me arriscando muito tempo. Hoje, se eu for transferido pra qualquer presídio, eu tô morto.

— Por quê? — perguntei-lhe.

— Ah, porque eu fiquei com as chaves na mão aqui. Preso que fica com a chave na mão e não foge já tá marcado. Pior ainda: eu não deixava os outros fugirem. Tive que dar muita pernada em preso que queria fugir.

Há algumas páginas relatamos o caso do galeria que ameaçou todos os presos da cela de triagem caso eles não colaborassem com seu trabalho. O voluntário que me contou o caso explicou:

— O nome dele tá correndo por todo o sistema penitenciário. Se ele for transferido, tá morto.

Este medo podia ser ainda mais justificado quando um galeria, tendo feito uso de métodos violentos para o controle do comportamento dos presos, encontrava em outra unidade prisional uma vítima de suas agressões. Neste caso, o preso vitimado podia denunciar o galeria aos companheiros e ele teria que responder às acusações. Caso fosse considerado um “traidor”, poderia ser punido com a morte. Quando era transferido, um galeria tinha que torcer para não encontrar alguém na nova unidade que pudesse denunciá-lo.

A relação entre os galerias e a subcultura carcerária era permeada por um antagonismo evidente. Após se tornar galeria, o preso não podia mais abandonar seu alinhamento aos objetivos repressivos da instituição, pois corria o risco de ser considerado um infrator, podendo ser transferido para outra unidade onde talvez encontrasse a morte. Esta era a armadilha institucional construída para os galerias e que permitia a separação entre seu trabalho e a subcultura carcerária. É provável que um preso desejasse a posição de galeria por garantir um status prisional mais elevado, mas uma vez ocupando aquela posição, jamais – mesmo após deixá-la – poderia descuidar-se e envolver-se em infrações que pudessem acarretar sua transferência. Era este o mecanismo institucional fundamental de controle sobre os presos: a constituição de um grupo separado de presos, seduzidos pela promessa de um cumprimento de pena menos restritivo e que, após aceitarem o trabalho, viam-se vítimas de um dilema cuja única solução possível era a manutenção do papel específico já desempenhado enquanto durasse sua pena, arcando com as consequências dos conflitos produzidos por sua separação frente aos outros presos.

Um galeria, confirmando este fenômeno, afirmou:

— Trabalhar de galeria é um incentivo a mais pra sair da criminalidade, porque o galeria perde a amizade com os outros presos. E também tem o seguinte: se ele for preso de novo, ele não volta na mesma posição de antes e aí a situação fica ruim pra ele.

Podemos afirmar, por outro lado, que esta abstração explicativa não correspondia exatamente ao que vivenciavam os galerias. Raramente os galerias viam-se como inimigos de seus companheiros; a recíproca era verdadeira. Os conflitos podiam ser mascarados no cotidiano por alianças específicas entre presos comuns e galerias, que garantiam o exercício de seu poder com um mínimo de violência física. Durante um campeonato de futebol, observei uma interação significativa entre um preso comum e um galeria que dá mostras do que podia ser esta relação. Eu tomava café na cela dos galerias, sendo servido por um deles. Ele aparentava aproximadamente cinquenta anos de idade. Usava bigode e cheirava sempre a

perfume forte. Apresentava-se com gel nos cabelos mesmo que tivesse acabado de acordar. Tinha um forte sotaque cearense. Era visto como um pai pelos presos, que o tratavam com muito carinho. Em determinado momento, um preso muito jovem e esbaforido entrou na cela, trazendo na mão uma xícara vazia. Trajava um uniforme de futebol: era um dos jogadores da partida em andamento. A partida encontrava-se em intervalo. O galeria perguntou-lhe:

— Filho, quer mais café?

O preso respondeu que não, apressado, repousou a xícara sobre uma bancada, agradeceu pelo café, deu as costas e voltou correndo para o pátio. O galeria tratou o rapaz como se fosse uma criança que brinca com os amigos e é chamado pelos pais para almoçar. Eu jamais vi qualquer um dos presos reclamar deste galeria. Ele costumava fazer caldo de mocotó – cujos ingredientes ele mesmo mandava comprar – e distribuía para todos os presos da Cadeia Pública. Nestes momentos, que costumavam ocorrer aos sábados à tarde, os presos, já recolhidos às celas, punham canecas para fora da grade enquanto um galeria passava despejando o alimento nos recipientes. Seu crime havia sido a vingança por um parente assassinado – crime digno e sério. Ele obtinha um grau considerável de colaboração dos presos sem qualquer necessidade de violência física imediata. Mais do que uma exceção, este tipo de interação costumava ser a regra. Mas os relatos de galerias sobre os sofrimentos experimentados durante o trabalho e os relatos sobre o temor da transferência eram bastante frequentes para atestarem a realidade deste fenômeno.

Havia um equilíbrio político que não podia ser rompido sem graves consequências. Os galerias podiam usar a violência, desde que respeitassem alguns limites. Ouvi relatos de que os grandes líderes prisionais ligados à subcultura carcerária não eram afrontados abertamente pelos galerias, que conheciam os riscos de fazê-lo. Da mesma forma, a repressão podia ser grande, mas não tão grande a ponto de obrigar os presos a se mobilizarem contra os galerias. A rebelião ocorrida pouco tempo antes de meu ingresso na instituição, e sobre a qual já discutiremos brevemente, foi explicada em parte por esta transgressão, por esta híbris, por este comportamento desmedido. Galerias mais experientes e que articulavam alianças específicas com os presos foram substituídos por galerias mais novos e mais repressores – especialmente quanto ao tráfico de drogas – levantando uma oposição violenta por parte dos presos, que organizaram então a rebelião. Para ressaltar o caráter repressivo do trabalho dos galerias, vale dizer que um dos galerias mais flexíveis a serem substituídos foi aquele que me confessou ter, eventualmente, que “descer o braço” nos outros presos. Finalmente, os galerias menos violentos foram recolocados em suas posições. Os presos impunham limites aos galerias,

limites que, devido ao mecanismo institucional já mencionado, não os impediam de exercerem um controle estrito e muitas vezes violento sobre a vida prisional.

E agora fica evidente o caráter dúbio do papel de voluntário. Os voluntários ingressavam na Cadeia Pública com o objetivo de auxiliarem os presos, e neste sentido seu trabalho tinha um caráter universalizante: não se fazia distinção entre os presos. Mas os voluntários só conseguiam se mover dentro da Cadeia Pública com a anuência dos galerias, e os voluntários sabiam que esta aliança era fundamental para seu trabalho. Por isso, os galerias serviam como intermediários entre os voluntários e os presos. Mas ao permitirem a existência destes intermediários, os voluntários alinhavam-se também com os galerias, símbolos da opressão, e seu trabalho passava a servir como fundamento para a perpetuação da autoridade dos galerias. Os galerias justificavam sua função através dos voluntários, afirmando para os presos que os voluntários, base da APAC, eram os responsáveis pelas melhorias físicas e organizacionais que eles experimentavam. Era necessário, assim, manter os voluntários trabalhando. Os presos conheciam o caráter muitas vezes volátil da presença voluntária, já que muitos abandonavam a unidade prisional após pouco tempo de trabalho. Os galerias produziam um discurso no qual afirmavam que a ordem no presídio era a única garantia de que a APAC continuaria trabalhando. Como eles próprios eram os mantenedores da ordem, isto justificava a necessidade de seu poder. Os voluntários serviam como intermediários para a transformação em autoridade moral daquilo que de outra forma poderia ser visto como simples exercício da violência. Por isso, presos mais alinhados aos padrões da subcultura carcerária raramente procuravam os voluntários e eu notava constantemente que os presos em geral tinham algum receio de nós. Eles sabiam que nós não os traíamos (contando segredos de seus crimes, por exemplo), mas percebiam em nós algo de opressivo. Creio que um dos elementos de opressão fosse justamente a proximidade entre voluntários e galerias.

*

Vale lembrar, por fim, que esses controles sociais que exerciam um papel importante no interior da unidade prisional também exerciam um papel importante exteriormente, contribuindo para que surgisse a percepção da APAC como unidade prisional reformada. Cada um desses elementos, portanto – o caráter normativo da participação da comunidade, o regime de legalidade e a limitação da subcultura carcerária –desempenhava um efeito importante simultaneamente em dois registros: no interno, contribuindo para a manutenção da ordem e no externo, contribuindo para uma percepção social favorável sobre a unidade prisional. Este segundo efeito é espantoso quando consideramos que muito do que ocorria na Cadeia Pública de Bragança Paulista ocorre também em outras unidades prisionais. É bastante

conhecida a aliança entre lideranças prisionais e carcereiros ou policiais que garante ao primeiro grupo poder sobre seus companheiros, enquanto garante ao segundo a manutenção da ordem. Há relatos conhecidos de terríveis humilhações impostas aos presos por seus próprios companheiros com a conivência dos carcereiros. Mas, sob a égide da APAC, esta ligação era unanimemente vista como um progresso penitenciário. Jocenir (2001: 143) relata que foi agredido na Cadeia Pública de Barueri, com a anuência dos carcereiros, por dois presos que exerciam um controle violento sobre o restante da população carcerária. Após ser transferido, descobriu que isto não existia na Casa de Detenção de São Paulo, onde havia ampla liberdade de organização dos presos, que se guiavam muito mais pelos valores prisionais:

No Carandiru desejei por muito tempo que os dois viessem habitar qualquer um de seus enormes pavilhões. Não haveria perdão. Tinha naquela época muita vontade de vingança, e depois, mesmo que eu não lhes quisesse mal, na Casa de Detenção não há perdão para os chamados malandros de distrito. Os que abusam, agridem e extorquem nas cadeias públicas [com o apoio dos carcereiros], sofrem violentas represálias dos verdadeiros malandros do Carandiru. É a lei da Detenção.

Talvez seja uma das características mais intrigantes desta unidade prisional reformada: a forma como ela é capaz de inverter a percepção sobre os fenômenos prisionais; a forma como tudo o que aparece como perversão no sistema “tradicional” ganha ali uma aura civilizatória e progressista que, ao invés de macular sua imagem, contribui para torná-la ainda mais aceitável pela população e pelos poderes públicos.

CAPÍTULO 15. A DIMINUIÇÃO DA VIOLÊNCIA FÍSICA

“Violência é coisa do passado”, diz Marcelo Natale, membro do conselho. “Aqui resolvemos tudo conversando, procurando convencer” (AZEVEDO; MUZI, 1999: 16).

As considerações anteriores a respeito dos presos que desempenhavam funções de segurança – os galerias – podem obstar a percepção de um fenômeno fundamental para a compreensão do funcionamento da Cadeia Pública de Bragança Paulista: a diminuição da violência física. Em Bragança Paulista, apesar das ações agressivas perpetradas pelos galerias e carcereiros, era quase unânime a percepção por parte dos presos de que a violência física era menor que no sistema penitenciário em geral, incluindo aqui as Cadeias Públicas e Penitenciárias, e isto em duas dimensões: por um lado, os presos relatavam uma diminuição na frequência de eventos de agressão física; por outro, relatavam uma diminuição em sua intensidade. No geral, os presos tendiam a minimizar a importância das agressões ocorridas no interior da Cadeia Pública como sendo episódios secundários no funcionamento da unidade, ou diziam mesmo que eles eram praticamente inexistentes. A frequência com que este tipo de afirmação era repetido convenceu-me da sinceridade dos presos que o comunicavam. Era um elemento cultural que apresentava grande coerência ao longo do tempo.

Certa vez, eu conversava com um preso no Anexo 1 e ele reclamava de seus companheiros que, após receberem a liberação, voltavam a cometer crimes e eram novamente presos. Eu comentei, procurando alongar a conversa, que talvez eles voltassem a delinquir porque “as pessoas se esquecem muito facilmente do sofrimento”. O preso corrigiu-me:

— O problema é que na APAC os presos não sofrem. Por isso que eles voltam pra cá. Se eles tirassem a Cadeia num lugar mais nervoso, eles não voltavam não. O problema é que eles só vão pegar um lugar assim quando tiram a segunda Cadeia. Tem muito nêgo aí que é solto e não se endireita.

Era muito comum que os presos expressassem este tipo de opinião sobre a APAC. Um lugar tranquilo, sem grandes sofrimentos, uma Cadeia “fácil de tirar”. Um preso disse certa vez:

— Pelo amor de Deus, isso aqui nem parece uma Cadeia. Eu falo, quem já conheceu outro lugar sabe: isso aqui nem parece uma Cadeia.

Os presos costumavam se referir à APAC como um lugar “mamão-com-açúcar”: um lugar “mole”, bem diferente de qualquer outra Cadeia Pública.

A diminuição das agressões físicas era uma das principais razões para esta percepção dos presos. A afirmação alocada no início do capítulo mostra bem a tônica do discurso dos presos. Havia uma grande concordância com a idéia de que em Bragança Paulista a obediência era conseguida através do diálogo e não através das agressões físicas. “Aqui, tudo se resolve na base da conversa” era uma afirmação tão comum quanto a de que a APAC era um lugar “fácil”.

Isto merece um comentário inicial, já que os galerias podiam exercer a violência de forma direta muitas vezes. É interessante, portanto, lembrarmos que esta violência variava com o grupo que estava no poder e que os presos detinham capacidade de resistência, não aceitando um comportamento demasiadamente agressivo. Os galerias tinham de lançar mão da autoridade, e não apenas da violência direta. A fala do galeria, já considerada anteriormente, ilustra bem este ponto: alguns galerias antigos batiam nos presos; os novos, já substituídos após a rebelião, lidavam com os presos na base da conversa.

Por conta disto, a Cadeia Pública de Bragança Paulista era vista pelos presos como um lugar melhor. Mais do que uma Cadeia “fácil”, era uma Cadeia “mais fácil”: havia sempre, implícita na fala dos presos, uma comparação com outras unidades prisionais, que eram sempre consideradas lugares “piores” que aquele. Numa ocasião, alguns voluntários da Valorização Humana conversavam com três galerias, quando o assunto se voltou para a APAC. Um deles afirmou:

— Aqui é um lugar muito melhor para tirar o xadrez.

Os outros dois concordaram prontamente. Eu perguntei por que eles pensavam assim.

— É que aqui na APAC só tem preso com pouco tempo de Cadeia. Ninguém quer confusão pro seu lado. Todo mundo só quer sair daqui. Ninguém vai tentar acender uma

rebelião, ou arranjar uma confusão muito grande, porque aí a situação dele pode ficar complicada. Ele pode ser transferido para outro presídio ou pode cair no xis 10 (a cela do “seguro”). Um presídio de verdade é muito mais violento do que aqui.

Curiosamente, um daqueles presos havia sido condenado a doze anos de prisão.

Em outra situação, um preso contava-me como era a vida em outras unidades prisionais:

— Tem lugar em que você pode apanhar de um preso mais forte por qualquer coisa. Já vi preso que apanhou só porque falou uma palavra errada e o outro achou que ele tava “tirando” (insultando-o). Já vi preso apanhar só porque olhou torto pro outro, e o outro achou que ele tava provocando... Uma vez eu apanhei de um preso só porque ele me provocou e eu respondi. Olha só: ele que tinha provocado. — Espontaneamente, ele comparou esta situação com a de Bragança Paulista: — Na APAC nada disso acontece. A APAC é melhor do que esses outros presídios. Aqui é mais tranqüilo, é um lugar para quem quer tirar a Cadeia tranqüilo. Mesmo assim, teve um movimento um tempo atrás. Tinha preso que queria fazer rebelião aqui. Mas é que eles puseram aqui uns presos de penitenciária que começaram a agitar a Cadeia. Se não fossem os galerias, a Cadeia tinha virado. Eu acho que esse tipo de preso, mais perigoso, não pode ser transferido pra cá, senão pode acabar acontecendo uma rebelião mesmo.

Note-se a percepção dos presos de uma diferença entre eles e presos de outras unidades como uma das explicações para a relativa “tranqüilidade” da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

Numa ocasião em que eu caminhava por uma oficina, deparei-me com um preso cuja perna estava imobilizada por uma estrutura metálica (que ele chamava de “gaiola”) devido a fraturas resultantes de uma fracassada tentativa de fuga, na qual ele havia pulado o alto muro que cercava o prédio da Cadeia Pública. Sua perna havia sido fraturada em diversos lugares, exigindo enorme cuidado e um tratamento que se revelou bastante prolongado. O preso disse-me que já estava melhor. Sua perna já não doía mais tanto, nem mesmo quando chovia – nem mesmo se trovejasse. Um preso que estava por perto se aproximou mais, cumprimentou-me e disse para o primeiro:

— Se fosse em outro lugar, você ia ter sofrido muito mais. A APAC trata os presos muito melhor que qualquer outro lugar.

O rapaz respondeu que sabia disso:

— Mesmo assim os funcionários da APAC pagam muito veneno ainda (tratam mal os presos).

O outro preso não permitiu que ele continuasse. Interrompeu-o novamente e disse:

— Se fosse em outro presídio, eles tinham cortado fora seu pé ao invés de te dar uma gaiola.

Em outro momento, um preso acusado de estupro contou-me que, na unidade prisional que ocupara anteriormente, as brigas ocorriam por motivos banais, como problemas com jogos de cartas. Os policiais, postados acima dos muros, apenas observavam o desenrolar dos acontecimentos. Desciam apenas quando, tendo a discussão chegado às vias de fato, surgia a necessidade de remover os corpos e limpar o local. Sua acusação – estupro – o obrigava a “comprar” sua vida, entregando para os presos de sua cela dinheiro, comida e outros bens que recebia durante as visitas.

— Eu tinha umas visitas fortes. Dava pra garantir uma certa paz.

Comparando a unidade prisional anterior com Bragança Paulista, ele afirmou:

— Aqui, tudo é muito diferente. Se tem briga, nunca chega a ter agressão mesmo. Tudo se resolve na conversa, e depois não fica aquele ódio entre os presos. Todos os presídios tinham que ser assim que nem a APAC.

Um rapaz que estava ao seu lado ouvindo a conversa, discordou dele:

— Tem preso que um lugar que nem a APAC não serve. Aqui só funciona porque aqueles presos mais perigosos vão pra outros lugares.

Além da comparação com os outros presídios, eventualmente presos mais antigos comparavam a situação atual da Cadeia Pública de Bragança Paulista com aquela anterior à presença da APAC. As comparações sempre ressaltavam as melhorias implementadas pela APAC. Um representante da cela de triagem contou-me que já havia sido preso naquele mesmo local na década de 1980:

— O xis 10 mesmo, quem ocupava aqui era os policiais. Eles dormiam aqui, era o convívio deles. Aquilo era o inferno. Tinha muito menos cela. Ficava tudo lotado, o pessoal ficava tudo amontoado pelo chão. — Sua expressão era significativa: olhos dirigidos para o chão, balançava a cabeça lamentando-se por suas lembranças. — Aqui era muito violento — completou.

Um outro preso, que também conheceu a Cadeia Pública antes da APAC, fez um relato semelhante.

— Antes, o pessoal dormia no chão. Não tinha as jegas de concreto. Cê quer ver? — Chamou um rapaz que passava por ali: — Não é verdade que antes a gente dormia no chão duro? Antes dos voluntários trabalharem aqui? — O rapaz confirmou o que ele dizia. — Então, esse aí é da minha época. Nessa cela aqui (a cela de triagem, que abrigava um número

pouco maior que vinte presos) chegava a ter oitenta presos. Eu mesmo ajudei a construir o Anexo 1 aí. Depois, já ficou bem melhor.

Ele se reportou especificamente ao problema da violência:

— Aqui hoje é um paraíso perto do que era na primeira vez que eu fui preso. Antes, todo mundo andava armado aqui com uns facções assim, ó! — Com a mão, ele mostrava que os facções eram tão grandes que iam da cintura ao chão. — Hoje, o presídio de Bragança é uma maravilha. Não tem mais briga que nem antes. Também não tem morte que nem antes. A APAC é o melhor lugar do mundo pra estar preso. Não tem outro presídio que nem a APAC.

Mesmo os carcereiros e agentes penitenciários concordavam com estas afirmações. Já relatei como os carcereiros gostavam do clima de “sossego” que reinava ali. Após a transferência da Cadeia Pública para a Secretaria de Administração Penitenciária, um agente penitenciário disse-me algo semelhante:

— Eu já trabalhei em outras Cadeias, mas eu mudei pra cá porque eu queria parar de fazer o tipo de trabalho que a gente faz numa Cadeia normal. Eu mudei pra cá pra aposentar mesmo. Ah, aqui é muito mais tranquilo que qualquer Cadeia do Interior de São Paulo.

Uma das causas atribuídas por presos e funcionários prisionais para estas diferenças era a ausência de presos perigosos. Da mesma forma, a ausência de facções criminais era considerada uma das razões para este clima mais ameno.

— Quase todos os presídios são dominados por facções — disse-me um preso. — A principal é o Partido, quer dizer, o PCC (Primeiro Comando da Capital). Tem presídio, que nem o Franco da Rocha, que é controlado por dois grupos e cada um controla metade dos presos. Lá, por exemplo, tem dois prédios. Cada prédio é controlado por uma facção. Se um preso ficou num prédio, foi solto e depois foi preso de novo, ele não pode trocar de prédio. Tem que ir pro mesmo prédio de antes. Mesmo se ele não for de nenhum grupo, os presos podem desconfiar dele e achar que ele é da facção rival. Podem até matar ele. Então, quando ele entra, ele já tem que dizer pro pessoal do presídio que ele era do prédio tal, e eles mandam ele pra lá.

Quanto a Bragança Paulista...

— Aqui não tem esses problemas. Aqui não tem nenhuma facção. A Diretoria não deixa. Quando eles sabem que um preso pertence a alguma organização, eles transferem imediatamente o sujeito pra outro lugar. Por isso que aqui não teve aquela rebelião geral que aconteceu em 2001.

Uma característica fundamental do funcionamento da Cadeia Pública de Bragança Paulista era a ausência de punições capitais entre os presos. Em suas falas, os presos

consideravam como um único processo a diminuição da violência entre os presos e a ausência de execuções, típicas de outras unidades prisionais. Mas, ao longo do tempo, se podiam restar dúvidas quanto à veracidade das afirmações de ausência de agressões entre os presos, a precisão do discurso sobre a ausência de mortes tornava-se cada vez mais evidente. De fato, nem mesmo os presos mais degradados eram assassinados por seus companheiros. Há alguns capítulos, foram relatados dois episódios de roubo que foram punidos com ostracismo ou agressões físicas. O informante fez questão de ressaltar que a punição merecida era a morte. Mesmo assim, isto não ocorreu. No segundo caso relatado, em que o preso foi flagrado com pertences alheios em sua mochila, houve um momento em que seus companheiros deliberaram sobre o que devia ser feito com ele. O informante relatou:

— Tinha uns lá que queriam matar ele, mesmo. Aí teve outros que falaram: “Não, deixa quieto, esse presídio não é pra isso. Aqui, os estupradores e os cagüetes (alcagüetes) andam no meio da gente, ficam tudo na convivência. Se a gente perdoou os outros, vamos perdoar ele também (não o matando)”. Eles bateram bastante nele, mas resolveram não matar. Agora, ninguém pode cumprimentar ele.

Estes casos não eram exceções. Na verdade, havia muitos outros casos semelhantes. Também já foi relatado o problema vivenciado por um preso que, após ser solto, começou a cortejar as esposas de outros presos. Após ser novamente detido na Cadeia Pública, ele foi alvo da hostilidade dos demais presos, que o consideraram um traidor. Um galeria, relatando o caso, refletiu:

— Os caras queriam bater nele aí. Ele só não morreu porque a APAC é um lugar tranquilo e ninguém vai fazer isso aqui.

Na verdade, a relação entre o tipo de crime cometido dentro ou fora do ambiente prisional e a punição merecida era muito complexa. Todos os casos, porém, mostravam que havia um limite bem definido para as punições: justamente, a iminência da morte. Um preso podia ser agredido, desde que sua vida não fosse posta em risco. Um exemplo particularmente complexo e significativo ocorreu quando dois homens acusados do estupro e assassinato de uma jovem foram presos na Cadeia Pública de Bragança Paulista. Este caso teve ampla repercussão na cidade, chamando a atenção de toda a mídia local. Recebidos com grande hostilidade pelos presos da Cadeia Pública, devido à crueldade de suas ações e à idade da vítima – ela tinha quinze anos de idade –, foram submetidos a uma dura punição física pelos presos. Os voluntários desconheciam o que lhes havia acontecido. Numa das visitas que o grupo de Valorização Humana realizava à Cadeia Pública, porém, a coordenadora do grupo, ao passar em frente à cela do isolamento, notou que ambos estavam ali, separados dos demais

(prática pouco comum naquela unidade, mesmo no caso de estupro). Alguns presos postavam-se à frente da cela, como se impedissem-na de olhar para seu interior. Os presos acusados de estupro, apesar do calor, trajavam calças e camisa de manga comprida. Ela se dirigiu, junto com outra voluntária, para o Anexo 2. Ao voltar para o Anexo 1, notou que um dos presos, já trajando calções, limpava o chão da cela com um pano. O chão estava sujo com um líquido vermelho que a coordenadora reconheceu como sendo sangue. Ela já havia sido avisada por alguns presos de que os dois estavam sendo agredidos. Quando o preso que limpava o chão notou que a voluntária o observava, rapidamente procurou ocultar-se ao fundo da cela, onde era mais escuro, para que ela não o visse. Imediatamente, a voluntária percebeu o que estava acontecendo. Os presos haviam acabado de ser agredidos e, para que isto não fosse notado, os agressores os obrigaram a usar roupas compridas. Quando as voluntárias se afastaram, um deles trocou a roupa e pôs-se a limpar a cela, possivelmente sob orientação dos mesmos agressores. Ao notar que a voluntária percebera o ocorrido ele, temendo represálias por parte dos presos, procurou ocultar-se. A voluntária exasperou-se. Gritando com os presos que estavam no corredor, recriminou-os pelas agressões, acusando-os de repetirem aquilo que a polícia fazia com eles. Respondendo aos insultos, um preso comentou com naturalidade as agressões, indicando a participação de um galeria que era muito próximo do nosso grupo. A coordenadora dirigiu-se aos carcereiros e, aos gritos, relatou o ocorrido. Para sua surpresa, o carcereiro aprovou as agressões, afirmando que os acusados haviam recebido o que mereciam. Nesta época, a Cadeia Pública já havia sido transferida para a Secretaria de Administração Penitenciária, e, junto com os carcereiros, havia também agentes penitenciários cuidando da segurança. A coordenadora, então, correu para os agentes, acusando os acontecimentos e nomeando o galeria responsável – prática temerária, dadas as consequências terríveis que poderiam advir para o galeria de uma transferência punitiva. Mas isto não ocorreu. Os presos acusados de estupro foram, “por segurança”, transferidos para outra unidade prisional. Os voluntários só foram informados destas transferências quando visitaram novamente a Cadeia Pública. Não houve represálias contra os presos agressores.

Nessa visita seguinte, quando entrávamos na Cadeia, eu senti um calafrio, temendo o que encontraríamos. A coordenadora do grupo, eu pensava, havia extrapolado o papel dos voluntários ao impetrar aquela denúncia. Havia, talvez, ultrapassado os limites estabelecidos para a confiança dos presos. O galeria acusado poderia ter sido punido com a morte no caso da transferência. Meus passos estavam pesados quando me aproximei da entrada da Cadeia. Ao olhar para a janela gradeada que mostrava a cela do “seguro”, entrevi o galeria, que, do

corredor em frente à cela, nos olhava fixamente. Ao perceber que o via, ele acenou amigavelmente. Respondi a seu aceno. Ele gritou a plenos pulmões:

— Vamos jogar xadrez mais tarde?

Respondi que sim. Ele fez sinal de “positivo” para mim, levantando o polegar. Percebi que estava tudo bem e entrei mais aliviado na Cadeia.

Mais tarde, enquanto transitávamos pelos corredores, os voluntários pararam para conversar com um grupo de galerias. Aquele considerado responsável pelas agressões não estava lá. Havia alguns presos próximos aos galerias e o tema da discussão rapidamente se desviou para as agressões, por iniciativa da coordenadora do grupo de voluntários. Inicialmente, a conversa transcorreu em relativa calma, não havendo muita divergência entre presos e voluntários. Isso mudou com o passar do tempo, conforme os voluntários radicalizavam suas críticas ao que tinha ocorrido. No momento em que eu me aproximei do grupo, um galeria defendia-se dizendo que os presos não são agressivos. Os carcereiros – estes sim – eram violentos e espancavam os presos. O galeria usou um exemplo ocorrido naquela semana:

— Olha só o exemplo do C. (um preso capturado tentando a fuga). Quando os carcereiros pegaram ele, bateram tanto aqui no meio do pátio que os presos que tavam nas celas (cujas janelas rodeavam o pátio) começaram a gritar e sacudir as grades. Mesmo assim, eles continuaram batendo.

— Os presos têm que se manifestar e defender seus direitos, principalmente o de não serem agredidos. Vocês têm que lutar contra essas agressões!

O galeria dizia, apoiado por mais dois presos que estavam ao seu lado, que os presos não podiam lutar contra os policiais:

— Quando o preso luta por seus direitos, ele sempre acaba perdendo. Sabe qual o direito do preso? Ficar quieto e apanhar da polícia — ele disse.

A coordenadora retrucou que se um filho dela estivesse preso, ela iria lutar com todas as forças para que ele tivesse uma condição digna na prisão. O preso respondeu que ela estava certa:

— Você seria capaz de lutar por um filho, mas não seria capaz de lutar por você mesma. Ninguém dá ouvidos pros presos. Se você estivesse presa, ninguém ia dar importância pra você. Se os carcereiros quisessem te bater, você não ia ter o que fazer.

Os argumentos do preso soaram-me tristemente lúcidos. Mas a coordenadora não se fazia de rogada e insistia na possibilidade de resistência. O preso trouxe o exemplo de um rapaz que foi espancado pela polícia até quase não poder mais andar. Eu o conheci, todo

coberto por faixas e engessado dos pés à cabeça no xis 10. Os presos deram o “xeque-mate” dizendo que o policial que o agrediu continuava trabalhando nas ruas.

— Por isso não adianta, por exemplo, o C. reclamar da agressão.

De certa forma, tendo perdido a discussão sobre as possibilidades de reação, a coordenadora voltou a falar sobre o espancamento dos dois presos. Ela disse que entendia que os carcereiros, inimigos dos presos, batessem neles. Mas ela não podia aceitar que os próprios presos batessem em seus companheiros. Uma outra voluntária acrescentou que eles nem sabiam se os dois haviam realmente estuprado as moças. O galeria respondeu, agora já exaltado, que um havia acusado o outro e que ambos, de certa forma, se entregaram.

— Um dizia: “Foi ele que transou com ela!”, o outro respondia: “Mas foi ele quem matou!”. Ah, na hora a gente descobriu que eles tinham feito aquilo sim.

Uma voluntária retrucou:

— Mas isso não é motivo pra bater nos dois. Os próprios voluntários não concordam com o que os estupradores fazem, mas também não concordam com os assassinos e os ladrões e mesmo assim a gente está no meio de todo mundo sem discriminar ninguém. Se os voluntários podem agir assim, então os presos também podem.

Essa tentativa de igualar os outros presos aos estupradores parece ter sido sentida pelos presos, que reagiram com mais energia. Durante todo o tempo, eles nunca chegaram a desrespeitar, nem sutilmente, os voluntários. Toda a agressividade de ambos os lados estava direcionada para a discussão em si mesma. Frente ao argumento da voluntária, os presos não tiveram mais saída a não ser mudar a resposta. O galeria alegou, então, que pelo menos na APAC não acontece com os estupradores o tipo de coisa que acontece em outras Cadeias:

— Aqui, eles tomaram alguns tapas e pronto. Ninguém mais ia encostar a mão neles, porque eles já tinham recebido o castigo que eles mereciam. Eu mesmo — garantiu o galeria — gritei pro pessoal, quando acabou o castigo, que ninguém mais podia bater neles, senão estaria arranjando encrenca. Eu mesmo — repetiu o galeria, de forma viril — garanti que ia bater em quem encostasse a mão neles dois de novo. Depois que eles tomaram uns tapas, eles podiam ficar tranquilos, eles tavam seguros aqui. Ninguém mais encostaria as mãos neles.

A coordenadora repetiu suas críticas:

— Mas eu acho errado bater neles e fazer “outras coisas” com eles.

Os presos se exaltaram. Um deles respondeu:

— Ninguém fez mais nada com eles, só bateu. O que o pessoal anda dizendo aí fora, que fizeram isso e aquilo com eles, é tudo mentira. Eu mesmo vi o que aconteceu. Eles tomaram uns tapas e ficou por isso mesmo.

As “outras coisas” se referem à violência sexual. A coordenadora contou-me mais tarde que chegaram aos seus ouvidos acusações de que os rapazes acusados de estupro haviam sido violentados “com garrafas e outros objetos”. O galeria disse ainda, para justificar as ações dos presos, que na APAC outras pessoas tomam tapas por outros motivos, não só por serem estupradores:

— Qualquer um que dá um vacilo aí toma uns tapas — ele argumentou, ficando já visivelmente impaciente.

Além disso, ele lançou mão de outra alegação, a de que havia vários jacks (estupradores) “no convívio”, ou seja, em meio aos outros presos.

— É só olhar no pátio — ele garantiu — que vocês vão ver um monte de jacks no meio dos outros presos. Todos eles tomaram uns tapas quando chegaram na APAC, mas depois ele viveram no meio dos outros presos sem problemas. E tem mais: a gente só bate quando tem certeza que o sujeito é jack.

Neste momento, um preso muito próximo dos voluntários e acusado de estupro entrou pelo portão. Pediu licença para passar em meio ao grupo e seguiu para uma cela do Anexo 1. Aproveitando o ensejo, o galeria tomou seu exemplo.

? Aquele ali, por exemplo. Quando ele chegou aqui, foi acusado de estupro, mas falou que a menina era namorada dele. A gente continuou tratando ele igual os outros e ficou esperando o resultado do processo. Ele foi inocentado. A própria menina falou que ele não forçou nada. Então, a gente não tem nada contra ele.

Após uma pausa, ele continuou:

— Os dois jacks apanharam sim, mas muito menos do que em qualquer outro presídio. E depois do castigo, eles podiam ficar sossegados porque ninguém mais ia encostar um dedo neles. Logo eles já iam ficar no convívio, que nem os outros estupradores.

O desfecho desta história, porém, foi bastante diferente. Após a denúncia de maus-tratos que a coordenadora dirigiu ao agente de segurança da COESPE, os dois presos foram transferidos, como forma de “garantir sua segurança”, para outros presídios da COESPE.

— Agora, com esse negócio de “garantir a segurança dos presos”, você pode ter certeza que eles já tão mortos. Esses presídios por aí não são que nem a APAC. Quando os presos do outro presídio souberem que eles foram transferidos por segurança, eles vão pensar: “Se lá eles não conseguiram matar, aqui a gente mata”.

De fato, mais tarde, ao comentar as transferências, a coordenadora me garantiu que isto era tudo o que ela não queria. Ela concordava com o galeria quanto a ser pior a transferência e sabia que provavelmente os dois já estariam mortos. Dentro da situação

particular da Cadeia, a ação da coordenadora de efetuar uma denúncia teve como resultado a provável morte dos dois estupradores. Sua tentativa de levar o respeito aos direitos humanos para um novo patamar, procurando coibir as agressões – papel típico do voluntariado – resultou, ao final, num mal maior. A situação da Cadeia Pública de Bragança Paulista encontrava ali uma espécie de limite institucional. Qualquer passo na direção do progresso representava, ao mesmo tempo, um passo na direção da regressão.

Considero esta narrativa representativa do tipo de contradição com que se deparava o trabalho voluntário. Ser voluntário era tatear sem segurança através de inúmeras e diversas ambigüidades. A mais bem intencionada ação poderia desencadear a mais triste consequência. Ela também revela o jogo sutil entre voluntários e galerias, através do qual os limites destes papéis e sua dependência mútua eram testados continuamente. Mas revela, principalmente, um papel fundamental desempenhado pelos galerias: o de instituir limites para a subcultura carcerária, especialmente para as punições vinculadas aos valores prisionais. A punição aos infratores não dependia essencialmente dos galerias – era algo típico da própria subcultura. O que dependia dos galerias era garantir que ela não chegaria ao ponto de levar os presos punidos à morte. Os galerias fixavam e administravam o ponto de limite para a subcultura carcerária. Eles não desarticulavam completamente a organização fundamentada nos valores prisionais. Mas, no que diz respeito ao papel desempenhado pela Cadeia Pública de Bragança Paulista no sistema penitenciário paulista – o papel de unidade prisional reformada – a função dos galerias, de impor alguns limites determinados, era fundamental – e suficiente.

Vamos procurar entender melhor agora por que os presos obedeciam aos galerias e de que forma obedeciam exatamente. Já discutimos algumas fontes de poder dos galerias, ressaltando duas: a violência física e a aliança com o voluntariado. A primeira pode ser considerada importante mas secundária, sendo usada em situações determinadas e dentro de certos limites impostos, em parte, pelos próprios presos. A segunda merece ser novamente considerada, já que ao nos referirmos a ela, no capítulo anterior, e descrevemos de forma necessariamente esquemática e abstrata. A forma como os galerias e os voluntários se relacionavam permitia à Cadeia Pública de Bragança Paulista contar com certas limitações à ação da subcultura carcerária que criavam em torno daquela unidade prisional uma aura de sucesso administrativo. Mas talvez esta aliança não fosse suficientemente forte para conseguir obediência se os galerias intervissem mais intensamente na vida prisional. Não era isso, porém, o que ocorria. Os galerias não se propunham a vigiar toda e qualquer área do funcionamento prisional, mas apenas as mais importantes para a manutenção da aura de sucesso. O controle sobre os homicídios, sobre as fugas, sobre as rebeliões, o impulso para

manter o tráfico de drogas dentro de limites aceitáveis mostravam uma preocupação em manter a imagem externa e interna do empreendimento apaqueano. Para o preso comum, estes limites eram considerados importantes para que os voluntários continuassem atuando. Muita coisa podia ser feita de forma escusa, mas era importante não ferir a sensibilidade dos voluntários. Por um lado, havia um interesse evidente nisto: os voluntários providenciavam o que lhes faltava e todos sabiam, após algum tempo “de casa”, que as diferenças entre a Cadeia Pública de Bragança Paulista e qualquer outra unidade prisional eram devidas – ao menos em sua origem – à ação dos voluntários. Além desta razão, havia um respeito aos voluntários que eu, pessoalmente, jamais deixei de encontrar em qualquer unidade prisional, e que, por isso, me parece típica da subcultura carcerária. Não apenas se respeitavam os voluntários para obter benefícios, mas porque eles “abriam mão de tudo para estar com os presos”.

Tive um exemplo disso quando, certa vez, a pedido de moradores da cidade de Araras, alguns voluntários bragantinos visitaram a Cadeia Pública local a fim de ampliar os trabalhos de uma APAC já existente. Quando íamos entrar na Cadeia, fomos repentinamente detidos por um membro da Pastoral Carcerária que nos informou da existência de rumores sobre uma possível rebelião. A coordenadora geral dos voluntários da APAC de Bragança Paulista – que estava no local e assumiu uma espécie de liderança consensual sobre todos os outros voluntários – aproximou-se do portão do pátio e, através das grades, pediu para conversar com os presos. Ela possuía muita experiência no contato com os presos, tendo sido uma das fundadoras da APAC de Bragança Paulista. Falando a plenos pulmões, para que todos a ouvissem, perguntou-lhes se haveria algum problema com nossa entrada no local. Os presos responderam que poderíamos ficar tranquilos. A coordenadora perguntou novamente:

— Vocês me dão sua palavra de que nada vai acontecer conosco? — Novamente, eles responderam afirmativamente. — Então nós vamos entrar. Em palavra de preso eu confio mais do que na palavra de quem está aqui fora.

Posteriormente, ela afirmou para mim que havia dito aquilo com absoluta sinceridade e que jamais um preso havia descumprido uma promessa feita para ela. Ao entrarmos, fomos tratados com a mais extremada delicadeza e quando ela se postou no meio do pátio para explicar aos presos como funcionava o sistema da APAC, foi ouvida com grande atenção e ovacionada entusiasticamente por todos ao final de sua fala. O preso escolhido por ela para chefiar os trabalhos de implementação do sistema naquela Cadeia foi incumbido de organizar a pintura e restauração das paredes do pátio. Algumas semanas depois, soubemos que, ao final dos trabalhos, ele foi, em sinal de agradecimento, lançado para o alto por todos os companheiros no pátio, enquanto lhe gritavam saudações. A força do papel do voluntário me

pareceu evidente e o respeito que eles demonstraram pareceu ultrapassar qualquer interesse direto.

O respeito aos voluntários em Bragança Paulista tinha um caráter cultural definido:

— Os presos têm um código de comportamento que é próprio deles — disse-me um voluntário. — Um dos pontos deste código é que os presos não podem nem tocar num voluntário. Quando aconteceu a rebelião aqui na APAC, eu estava entrando pra começar meu trabalho. Na hora em que abriram o portão, os presos saíram em disparada carregando uns espetos deste tamanho e um revólver. Eu fiquei muito assustado. Tudo o que eu conseguia pensar era em como aquele revólver havia entrado lá (depois, soube-se que o revólver em questão havia sido fabricado com sabão e pintado com tinta preta. Era inofensivo). Quando os presos viram que eu estava assustado, alguns começaram a gritar: “Não se preocupa que ninguém vai machucar o senhor! Pode ficar tranquilo!” Realmente, não me aconteceu nada.

Era importante não ferir a sensibilidade dos voluntários e, como efeito disto, obtinha-se obediência frente aos galerias e produzia-se o “sucesso” administrativo da APAC. Em Bragança Paulista, numa ocasião em que os presos ameaçavam realizar uma rebelião, um rapaz contou-me que estava fazendo o papel de “bombeiro”:

— Eu fico apagando o incêndio pra ele não se espalhar. Quando tem algum preso mais nervoso, a gente já corre pra acalmar. A gente não quer ver o sistema da APAC acabar.

Em outra ocasião, um preso disse-me:

— O sistema da APAC só fica de pé, funcionando, porque nunca prenderam um policial aqui. No dia que prenderem um policial, a gente não vai poder perdoar: vai ter que matar ele. Aí o método da APAC vai acabar.

Os presos percebiam sua obediência a certos limites como condição essencial para o funcionamento da APAC. Estes limites implicavam em uma diminuição das agressões físicas entre os presos e um respeito aos limites existentes contra a punição fatal, ambos orquestrados pelo poder dos galerias. Esta ligação estreita entre galerias, presos e voluntários produzia vantagens – reais ou imaginárias – para todos os grupos, e se reproduzia ao longo do tempo, cristalizada. Apresentava um caráter altamente estável e qualquer tentativa de modificá-la acabava produzindo conseqüências que lançavam esta relação de volta para seu estado anterior. Se os galerias tentavam aumentar seu poder, eram punidos por mecanismos como a transferência ou a rebelião. Se os voluntários tentavam o mesmo, produziam resultados opostos aos desejados, sendo inibidos em suas próximas tentativas. Falta ainda, porém, clareza quanto ao terceiro elemento desta relação: os presos. Sabemos que operavam com base em uma fantasia de dissolução institucional que os obrigava à obediência. O caráter

fantástico desta crença se revelava pela impossibilidade de sua comprovação na realidade. Afinal, só seria possível comprová-la com a efetiva dissolução da experiência apaqueana, quando então não haveria mais um grupo para portar a fantasia. Só a morte do grupo poderia comprovar aquela crença. Mas seria ela suficientemente forte para impedir os presos de minarem o funcionamento institucional? Parece pouco provável. Afinal, a prisão se fundamenta numa autoridade predominantemente coercitiva e o envolvimento dos presos é predominantemente alienado, destituído de fundamento moral. Eles podem outorgar autoridade à presença dos voluntários, mas não à existência da prisão. Talvez não se importassem em atacar a fonte de seu sofrimento. A instituição necessitava precaver-se contra este tipo de ação dos presos, combatendo-a em seu início – e ela de fato o fez. O exame deste mecanismo de contenção permitirá entender de forma mais ampla o funcionamento desta Cadeia Pública e compreender o segredo da existência e relativa estabilidade desta unidade prisional reformada.

CAPÍTULO 16. A TRANSFERÊNCIA

A existência da APAC produziu alterações significativas no funcionamento da Cadeia Pública de Bragança Paulista. Instalar esta experiência foi um trabalho árduo desenvolvido por voluntários ligados a certas instâncias do Poder Público ou ligados à comunidade de forma geral. Participaram do desenvolvimento desta experiência comerciantes, industriais, moradores dos arredores da Cadeia Pública, profissionais liberais, líderes religiosos. Arqueologicamente, seria interessante conhecer com exatidão como se estabeleceram os primeiros contatos entre os voluntários e os presos. Como os voluntários foram recebidos, como se dirigiam aos presos, que tipo de obstáculo os presos impuseram, como reagiram os funcionários prisionais, como reagiu a população da cidade. Um princípio dos estudos em genealogia é justamente o de que as grandes obras do espírito humano possuem origens vis e baixas – ou insignificantes. A APAC de Bragança Paulista poderia ser estudada com a preocupação de entender este processo de invenção. Mas uma vez estabelecida, alguns processos desenvolveram-se de forma tal que só se pode compreendê-los assumindo de antemão a existência da APAC. Alguns tipos de interações sociais pressupõem a existência da APAC para serem entendidos. Ela, uma vez criada, transpôs o funcionamento da Cadeia Pública de Bragança Paulista para um outro patamar, produzindo fenômenos específicos dificilmente observados em outras unidades prisionais. A própria existência destes fenômenos alimentava – ou repunha – o funcionamento da APAC. A Cadeia Pública de Bragança Paulista como unidade prisional reformada dependia dos efeitos que ela mesma produzia e que só podiam ser parcialmente explicados através de um estudo arqueológico. Isto porque, durante o processo de invenção da APAC estes efeitos possivelmente não poderiam ser observados. É sobre um destes efeitos que o presente capítulo se deterá. O que será discutido

aqui ocupava uma posição central no funcionamento da Cadeia Pública de Bragança Paulista, apesar de, na maioria das vezes, não aparecer assim para os agentes institucionais. O estudo deste efeito permite explicar boa parte do poder de que esta instituição gozava e como podia reproduzir a imagem de sucesso administrativo que lhe era outorgada. O processo em questão era a transferência dos presos para outras unidades prisionais – o “bonde”.

O “bonde” pode ser algo temido em todo o sistema penitenciário. Muitas vezes, as transferências ocorrem após rebeliões e outras infrações às normas prisionais. São usadas como forma de restabelecer o controle pelas autoridades prisionais e são sentidas como punições pelos presos, o que explica seu temor. As transferências também podem ser adotadas como prática rotineira a fim de desarticular possíveis quadrilhas em formação dentro do sistema penitenciário, sendo mesmo comum que alguns presos, na mesma condenação, tenham passado por diversas unidades prisionais em prazos bastante curtos. Nestes casos e em outros mais simples, os presos temem a transferência para um lugar desconhecido e a distância que poderá separá-los da família. Sempre é possível encontrar em uma nova unidade prisional um desafeto que persiga o recém-chegado ou um quadro de poder particularmente violento que seja sentido pelos presos como pior que a unidade antiga. Em outras ocasiões, as transferências são realizadas após rebeliões como exigências dos próprios presos, que assim procuram obrigar os administradores a diminuir a lotação da unidade prisional. Isto costuma ter como consequência a transferência do problema de uma unidade para outra, quando não são construídas novas vagas para acomodar os presos transferidos. Também podem ocorrer transferências de presos ameaçados de morte por seus pares que são deslocados, então, para uma unidade mais segura. Enfim, a figura do “bonde” é muito comum no sistema penitenciário e pode ter uma conotação muito negativa. Mas em nenhum outro lugar – exceto em unidades assemelhadas – a transferência tem o mesmo sentido que possuía na Cadeia Pública de Bragança Paulista. Referimo-nos, há alguns capítulos, ao medo que os galerias tinham de serem transferidos devido ao papel de vigilância que desempenhavam. Uma das características da Cadeia Pública de Bragança Paulista era que este medo se disseminava por todos os presos de alguma forma. Já foi relatado o episódio do preso que, trabalhando na área externa da Cadeia Pública, reclamou com o gerente da APAC pelos boatos que o envolviam e que, ele temia, poderiam levar a sua transferência. Naquele caso não se tratava de um preso que exercesse funções de galeria. Ao contrário, era um preso comum que havia recebido uma regalia especial. Era bastante usual que os presos compartilhassem com os voluntários seu medo de serem transferidos. De qualquer forma, o “bonde” era sentido por eles como algo ameaçador. O momento da partida podia ser emocionalmente intenso, com os demais presos

mostrando solidariedade ao companheiro que os deixava. Havia nestas ocasiões um tom de evidente tristeza. O exemplo a seguir, retirado de meu diário de campo, mostra um desses momentos. O preso que deixava a Cadeia Pública era reincidente e já havia permanecido em uma Penitenciária controlada pela COESPE. Era praxe que estes presos não permanecessem muito tempo em Bragança Paulista. O preso em questão estava sendo transferido para a Casa de Detenção de São Paulo:

Ele estava terminando de arrumar suas coisas. Cabisbaixo, segurou suas bolsas e malas e recebeu consternado o cumprimento sincero e emocionado de seus companheiros de cela. Parecia-me evidente que os cumprimentos eram sinceros e emocionados. Todos lhe desejavam boa viagem. Nenhum, que eu me lembre, desejou-lhe força ou coragem, ou “boa sorte” mesmo. Apenas apertavam-lhe a mão com força, olhares sérios, abraços fortes, como se nada houvesse para ser dito. Vários presos estavam no corredor esperando por sua saída. S. (uma voluntária) me disse que na semana passada ele perguntou por mim. Eu me senti ainda mais abatido por sua partida sabendo que ele se lembrava de mim. L. saiu da cela e passou por mim, levantando ligeiramente a cabeça e fazendo-me um aceno sem emoção. Eu dei-lhe um tapinha nas costas e desejei-lhe boa sorte. Falei alto, alto demais, minha voz soou forte e senti que todos me olhavam. Pareceu-me que minha frase havia sido inadequada para o momento. Acho que para eles, neste momento nada deve ser dito, ou não vale a pena dizer nada. Os presos do corredor o abraçavam mostrando afeição e proximidade, como se quisessem transmitir-lhe força. Ele cruzou o corredor e desapareceu. Os presos se dispersaram, tudo voltou ao normal.

Num documento de 1997, fica claro que a transferência era sentida como uma punição pelos presos de Bragança Paulista. Por isso, Nagashi Furukawa (FURUKAWA, 1997), autor do documento, preocupa-se em desfazer esta impressão dos presos numa situação específica.

Nossa Cadeia está quase sempre com mais de 180 presos, a cela 10 com absurda superlotação, como todos sabem.

Por isso, recentemente, vários presos foram transferidos. Dentre eles, alguns com ótimo comportamento.

A medida foi por mim determinada, e por ela assumo integral responsabilidade, porque esse assunto é de exclusiva competência do Juiz, conforme dispõe a Lei de Execução Penal (art. 66, V, letra “g”).

Outras remoções poderão ocorrer, sem caráter de punição, unicamente para manter a população carcerária em número suportável.

É preciso que todos entendam que essas medidas só são tomadas porque existem presos demais em pouco espaço. Quando o “Anexo 2” estiver concluído, talvez os presos com famílias em Bragança Paulista possam aqui cumprir a pena.

Paciência, que vamos chegar lá.

Para entendermos o que a transferência representava para os presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista, devemos começar pela discussão sobre o significado que aqueles presos atribuíam à unidade prisional que ocupavam. Como já repetimos ao longo do trabalho, os presos tendiam a considerar a Cadeia de Bragança Paulista diferente do restante do sistema penitenciário (incluindo aqui as demais Cadeias Públicas do Estado). Um preso afirmou, dando um exemplo disso:

— Não existe Cadeia melhor do que a APAC. Aqui é tranquilo, não tem problema. A comida daqui é boa, não é que nem a das outras Cadeias... Os carcereiros tudo confia em mim.

Como já dissemos anteriormente, até mesmo os carcereiros concordavam com esta opinião dos presos. Os dois policiais que fizeram a escolta do preso transferido, sobre o qual discorremos acima, comentaram com uma voluntária:

— Os presos aqui parecem ser bonzinhos.

A voluntária respondeu:

— São sim. Pelos menos os voluntários, eles tratam bem sempre.

Em minha Dissertação de Mestrado, discorri sobre o papel que a APAC de São José dos Campos desempenhava no sistema penitenciário local como prêmio. Os presos transferidos para lá costumavam ser escolhidos dentre os presos de bom comportamento em outra Cadeia Pública da cidade, esta dirigida sem o concurso de qualquer Associação comunitária. Em Bragança Paulista, não havia outra unidade prisional e por isso a Cadeia Pública abrigava todos os presos da cidade. A Cadeia Pública de Bragança Paulista não se apresentava como um prêmio para os presos, ao contrário de sua congênere, e isto fazia com que sua dinâmica não fosse absolutamente igual à da outra unidade. Em Bragança Paulista, a simples permanência na cidade já era uma espécie de prêmio dado aos presos de bom comportamento. Deixar a cela de triagem e ser mantido na própria Cadeia Pública era sinal de aceitação pela instituição. Um prêmio ainda maior era a transferência para o Anexo 2.

Os presos podiam ter uma visão altamente positiva daquela unidade prisional. Como afirmou um preso que trabalhava na cozinha:

— Se falar lá fora que aqui dentro é assim, ninguém acredita. Ninguém acredita que aqui as pessoas trabalham em paz e até se divertem. Claro que a gente preferia estar lá fora, mas aqui dentro nós tentamos até esquecer disso pra não ficarmos tristes. Aqui dentro, a gente faz como se estivesse lá fora.

Sob outro ângulo, um preso deu um depoimento que, pelo revés, mostrava como eles entendiam a Cadeia Pública de Bragança Paulista. Após criticar o novo Juiz Corregedor da Comarca, considerado displicente em relação aos direitos dos presos, ele afirmou:

— O Juiz acha que nós é tudo molenga, porque nós não damo trabalho. Por isso que ele não leva a sério o que nós fala. Se nós fosse uns presos nervoso que nem os do Carandiru, aí ele levava a sério.

Carcereiros, presos, agentes penitenciários repetidamente comparavam aquela unidade prisional com outras do sistema penitenciário. Era evidente, para todos, que havia diferenças fundamentais entre o sistema penitenciário em geral e aquela unidade prisional.

Esta diferente percepção está ligada aos fenômenos já estudados: isolamento institucional, ênfase gerencial, preponderância financeira (características que levam a uma melhor infra-estrutura), participação comunitária, regime de legalidade e limitação da subcultura carcerária através do poder dos galerias que levava a uma diminuição da violência direta entre os presos. É impossível considerar exatamente a forma pela qual a APAC havia produzido a percepção segmentar de sucesso prisional sem considerar ao mesmo tempo todos estes elementos acima relacionados. Juntos, eles produziam um fenômeno específico e que não podia ser reduzido a qualquer um deles em particular. A simples preocupação com o aprimoramento da infra-estrutura física não era suficiente para explicar o sucesso da APAC, que dependia para isso de todo o suporte dado por voluntários e funcionários. O isolamento institucional, por exemplo, que garantia o poder de ação da APAC, permitia ao mesmo tempo o surgimento da percepção, por parte dos galerias, de que eles estavam isolados de seus inimigos, os presos de outras unidades. Da mesma forma, o poder da APAC se fundamentava em parte no poder dos galerias, de forma tão estreita que seria impossível decidir qual elemento do funcionamento institucional surgiu primeiro. Ao contrário, um dos argumentos deste capítulo é o de que seria impossível definir um regime de precedência entre estas características, que são partes estruturais do objeto aqui pesquisado.

Temos aqui, assim, a primeira razão pela qual os presos temiam a transferência: o medo de perderem as vantagens apresentadas pelo sistema APAC e que compensava inclusive os problemas que este mesmo sistema apresentava. A idéia de que esta era uma das fontes do medo que os presos sentiam de serem transferidos era bastante difundida. Numa ocasião em que eu conversava com uma ex-voluntária, tomei conhecimento de que um antigo preso da Cadeia Pública de Bragança Paulista havia retornado por ter furtado, talvez, cinco compact disks de uma loja. Ingressou no “xis 10”, a cela da triagem, mas após uma confusão com alguns companheiros de cela foi transferido para outra unidade prisional.

— Falaram que ele tá sofrendo bastante lá, viu?

— Por quê? Lá eles não gostam de presos daqui? — arrisquei.

— Ah, acho que eles já sofrem só de serem transferidos daqui, né. Aqui não é uma Cadeia normal. Sai daqui pra uma Cadeia nervosa, que nem a que ele foi, sofre. Lá não tem que nem aqui, de preso ajudar preso; de preso conversar com funcionário, brincar com funcionário; de ter sempre os funcionários e os voluntários que ajudam – “correm do lado deles”, que nem eles falam. Na APAC não tem a violência que tem em um presídio normal. Acho que isso faz eles sofrerem bastante. — depois, continuou: — Nessas Cadeias, funcionário nem sabe qual é a cara do preso. Eles nem se falam.

Discorrendo sobre outro preso, ela comentou:

— O M. (lembra dele?) também foi embora. Ele tava trabalhando lá fora e fugiu. Mas parece que foi preso em outra cidade e também tá sofrendo muito na outra Cadeia.

Este medo era decorrência de uma característica do trabalho da APAC: a Associação deixava de se ocupar do preso – com raras exceções – imediatamente após sua transferência.

— Assim que sai da APAC, o reeducando deixa de existir para a instituição. — disse uma voluntária. — É por isso que os galerias têm tanto medo de saírem daqui: em outro lugar eles não têm mais a proteção que tinham aqui.

Mas isto não explicava completamente o medo que os presos sentiam da transferência. Mais do que a perda de regalias, eles freqüentemente relatavam fortes desconfiâncias frente ao restante da população prisional. O que eles temiam mais nas transferências era a forma como seriam recebidos pelos presos de outras unidades prisionais. Era uma crença bastante difundida entre os presos de Bragança Paulista a de que eles eram malvistos pelo restante do sistema penitenciário. Freqüentemente eles relatavam um medo quase fantástico do que poderiam encontrar em outras unidades prisionais. Mesmo aqueles que já haviam passado por outras unidades relatavam este medo da transferência, sustentado não pela perspectiva da perda de regalias, mas pelo ingresso num mundo hostil, especialmente para alguém vindo do sistema de trabalho da APAC. Eu conversava com um preso – que não ocupava posição de galeria – e ele me dizia ter sido transferido temporariamente para outra unidade a fim de responder a um processo. Perguntei-lhe como eram as relações entre os presos de Bragança Paulista e de outros locais.

— A gente lá não é muito considerado, não.

— Por quê isso?

— Porque aqui os presos mesmos é que ficam com a chave na mão. Em outras Cadeias eles não aceitam isso. Se o preso tá com a chave na mão, ele tem que tentar fugir.

Outra coisa é que aqui todos os presos tão na convivência. Aqui não tem isso de estuprador ficar separado. Isso, eles também não aceitam. Eles acham que se o estuprador tá no meio dos outros, ele tem que morrer.

— Mas você teve problemas? Como é que foi lá?

— Eu não tive problemas, porque o pessoal já sabia da minha situação, então me colocou separado dos outros. Eu não tive contato com os outros presos. Tinha as paredes que separavam as celas, mas dava pra ouvir tudo de um lado pro outro. Aí eles ficavam me ameaçando: “Aparece aqui que você vai morrer!”.

— E o que você fez?

— A gente não pode é mostrar medo. Quando eles me xingavam, eu xingava eles de volta. Ele me ameaçavam, eu ameaçava eles também. Depois de um tempo eles pararam de me provocar. Se você mostrar que não tá com medo, eles te respeitam.

Um outro preso, neste caso um galeria, que também havia sido transferido e readmitido, relatou que nas outras unidades do sistema penitenciário não se tem um conhecimento muito adequado de como funciona um lugar administrado pela APAC. Um preso deslocado corre o risco iminente de ser morto, mesmo que não seja galeria.

— Eles só sabem que aqui é a gente que fica com a chave na mão e cuida da tranca. Isso pra eles já é suficiente.

— E você teve muito problema?

— Eu não tive por que teve um camarada que me protegeu, que segurou o rojão pra mim. Mas o C. (preso transferido junto com ele) parece que sofreu bastante. Ouvi dizer que eles judiaram muito dele.

A proteção recebida lhe permitiu ganhar tempo para explicar aos presos como funcionava o sistema da APAC:

— Aí eu tive tempo de explicar pra eles que não é a gente que tranca o presídio, que a gente fica só com as chaves aqui de dentro, que quem tranca lá fora são os agentes. Eu falei pra eles que aqui a gente tem muita liberdade, que não precisa ficar fiscalizando os companheiros. Quer dizer, eu expliquei pra eles que aqui era sossegado, que quase não tinha briga. O pessoal, quando eu falava, respondia: “Ah! Eu pensava que não, que os presos é que trancavam os outros presos, que eles faziam papel de polícia...”

Alguns presos de Bragança Paulista, apesar dos episódios acima relatados, não pareciam convencidos de que havia uma hostilidade generalizada contra eles. Quando ganhavam o direito a cumprirem suas penas em regime semi-aberto, muitos encontravam-se frente a um dilema: deveriam permanecer em Bragança Paulista, onde muitas vezes, pela falta

de trabalho, cumpriam suas penas como se estivessem em regime fechado (já que um preso sem vínculo formal de trabalho não tem permissão para deixar a unidade prisional no horário de trabalho), ou seria preferível solicitar transferência para uma Colônia Penal, onde os limites físicos eram menos rígidos? Na maior parte das vezes, os presos permaneciam em Bragança Paulista. Um deles explicou-me a razão disto e, ao mesmo tempo, mostrou discordar desta escolha:

— Logo, logo eu tô ganhando o semi-aberto.

— E o que você vai fazer? — perguntei.

— Eu tô querendo pedir transferência pra uma colônia...

— Por quê?

— Porque a APAC tá preparada pra ser uma prisão fechada. Numa colônia a gente pode trabalhar ao ar livre e tem também as saídas de final de semana. Mas o pessoal não faz isso. Tem muito cara que ganha o semi-aberto e fica aqui que nem se tivesse no fechado.

— E por que eles não pedem a transferência?

— Eles têm medo de apanhar, né. Eles acham que em presídio agrícola tem muito espancamento. Mas isso é coisa da cabeça deles. Não é assim não.

Em outro dia, o mesmo preso repetiu a fala anterior e eu pude esclarecer melhor seu ponto de vista.

— Apanhar de quem? — perguntei.

— Ah, é comum ter briga entre os presos, aí os mais novos acabam apanhando de quem tem mais tempo de casa. Também tem o seguinte: às vezes eles não batem, mas eles falam assim: “Tudo bem, nós não vamos fazer nada com você. Mas pula o muro agora!”

— Ele é obrigado a fugir?

— É. Mas eu já trabalhei nessa colônia. Eu nunca dei nenhum problema. Nem faltar no serviço. Eu nunca faltei no serviço. Eu trabalhava numa empresa de ônibus. Como eu sempre fiz as coisas tudo direitinho, eu acho que quando eu voltar lá dá até pra pegar o mesmo emprego de volta. Eu sei como que funciona a colônia. Pra mim não vai ter nenhum problema lá. É só você ficar na sua que não tem problema não.

Para alguns presos, o temor demonstrado pelos companheiros era uma fantasia sobre o restante do sistema desprovida de fundamento na realidade. Os presos que tendiam a expressar esta opinião consideravam os demais ingênuos, ou novatos. Estas exceções, porém, contribuíram para fortalecer minha impressão de que os presos de Bragança Paulista, de modo geral, temiam as outras unidades prisionais e se esforçavam para não serem transferidos. Seria interessante pesquisar a existência de evidências empíricas para estas crenças e de que forma

os presos as interpretavam. Os relatos que ouvi foram suficientes para demonstrar que elas existiam, que os presos não expressavam uma mera fantasia. Mas outros relatos tendiam a diminuir a importância destes exemplos, contextualizando-os e considerando-os casos específicos das relações prisionais em geral. Os presos maltratados deviam ter cometido algum deslize; deviam ter encontrado inimigos importantes; deviam ter desobedecido às regras – nada, em especial, que se referisse a sua passagem por Bragança Paulista. Mas a “realidade” desta crença não precisa, aqui, ser demonstrada. O grupo formado pelos presos da Cadeia Pública operava com base na hipótese de que todo o restante do sistema lhes era hostil. Verdadeira ou não, esta crença estabelecia um vínculo intenso e particular entre aqueles homens.

A transferência soava como uma ameaça, um perigo a ser evitado. Aquilo que dissemos sobre os galerias – serem odiados no restante do sistema penitenciário – aplicava-se a todo o conjunto dos presos de Bragança Paulista, que tinham assim motivos para se identificarem com eles. Os galerias talvez tivessem razões mais concretas para temerem, já que se assemelhavam muito à figura do “malandro de distrito”, descrita por Jocenir (2001) e mencionada ao final do capítulo anterior. Mas um preso que jamais tivesse passado por outra unidade prisional poderia mostrar um receio semelhante ao dos galerias. Estes apenas sentiam mais diretamente este receio. Desta forma, não causa surpresa que os presos de outras unidades encontrassem dificuldades para entenderem o que se passava ali, onde os presos responsáveis pela vigilância podiam obter apoio daqueles que lhes eram subordinados.

Havia, entre os presos de Bragança Paulista, a percepção de que constituíam um grupo à parte por uma razão específica: terem abdicado de suas identidades criminais. Seu temor era fundamentado na percepção de que eles haviam abandonado o “mundo do crime”. Eram “desertores”, de certa forma. Ao romperem com os códigos de conduta prisionais, tornavam-se pessoas “desconsideradas” e “desonradas”. Um preso não pode tolerar a convivência com a “ralé”. Dentro dos valores da subcultura carcerária – ao menos sob o ponto de vista dos presos de Bragança Paulista – o que eles faziam era inaceitável. Por isso, eles não podiam se identificar com os presos de outras unidades prisionais. Os limites impostos à subcultura carcerária e que examinamos anteriormente como sendo determinados pelos galerias mostram agora um caráter mais amplo. Estes limites eram, na verdade, uma característica institucional e eram mantidos pela população prisional como um todo. Os galerias eram apenas os depositários desta função. Quando os galerias não fiscalizavam a aplicação dos limites punitivos, os próprios presos não demoravam a lembrar que aquele não era um presídio “para aquilo”. Mesmo quando não havia a fiscalização direta dos integrantes do Conselho de

Sinceridade e Solidariedade, os presos cuidavam de manter a ordem interna e os limites punitivos. Isto ficou evidente no caso do preso flagrado com objetos alheios em sua bolsa. A punição devida seria a morte e quem cuidou de evitá-la foram os próprios presos. Não houve qualquer menção aos galerias. No outro caso de roubo, o mesmo se deu. Se o acusador era “humilde” e não queria se envolver mais profundamente com as disputas de poder na unidade prisional, não expondo por isso publicamente uma denúncia e nem exigindo a morte do infrator, os outros prejudicados tampouco se manifestaram para cobrar aquilo que em outro contexto talvez lhes parecesse natural.

Os presos obedeciam a estes limites por não se considerarem mais exatamente presidiários, apesar da identidade prisional ainda marcar fortemente suas identidades pessoais. Da mesma forma que a Cadeia Pública de Bragança Paulista não era lugar para “aquilo” os presos que a ocupavam não eram pessoas para “aquilo”. Os presos ligados à APAC de Bragança Paulista se consideravam “reeducandos”, e para eles esta palavra podia ser mais do que um simples eufemismo. Podia marcar uma posição institucional diferenciada e específica, em oposição aos demais internos das unidades prisionais. Agora, é possível entender de maneira mais completa a importância atribuída pela APAC à utilização desta palavra. Pois se ela podia ser usada também, por exemplo, na Casa de Detenção de São Paulo (como se depreende do filme O prisioneiro da grade de ferro, 2003), possuía, porém, um sentido específico ligado ao trabalho da APAC e que dificilmente seria semelhante ao existente no maior presídio da América Latina: um sentido de exclusividade e separação que a levava, na verdade, a demarcar uma cisão entre os reeducandos – presos da APAC – e os “presos” – todo o resto. Faz-se sempre necessário, para entender adequadamente este tipo de jargão, conhecer as relações sociais em que ele se fundamenta. Este conhecimento torna-se mais importante no ambiente prisional paulista – marcado por um profundo ecletismo conceitual – do que o conhecimento preciso da história do conceito. A ideologia penal tem, atualmente, muito pouco de “ideológica”, no sentido marxista. Quando as palavras perdem seu caráter contraditório e passam a servir exclusivamente para a justificação do existente, torna-se necessário conhecê-lo a fim de criticar adequadamente as palavras.

A maneira como os presos de Bragança Paulista viam o restante do sistema penitenciário, enfim, era fruto de um conjunto complexo de processos institucionais. Era este conjunto que sustentava o valor punitivo da transferência. Os presos da APAC não tinham consciência de que constituíam um grupo com seus companheiros de outras unidades prisionais. E nem os outros presos com eles. Melhor dizendo: a possibilidade desta consciência não implicava em uma diminuição da oposição sentida pelos presos da APAC

frente ao restante do sistema penitenciário. Mesmo que eles tivessem consciência de tudo o que os unia aos presos de outras unidades, isto não implicava em um sentimento de comunidade com estes outros presos.

Uma das razões mais importantes para o sucesso da APAC foi justamente possibilitar a criação de uma cisão de grupo que modificasse a importância dos valores prisionais para a população da APAC. A APAC criava valores de grupo favoráveis aos limites punitivos e, por causa da obediência dos presos a estes limites, ao mesmo tempo conduzia os presos a perceberem na desobediência – que poderia resultar numa transferência – um grande perigo de morte. Por dois lados a APAC sustentava a obediência dos presos, e cada um destes lados ao mesmo tempo tornava o outro possível.

Por isso dissemos no início que este efeito pressupunha a existência da APAC: para que um preso se adequasse desta forma à instituição, era necessário que ela já existisse operando com força total. Mas para que ela existisse, este mecanismo já devia estar em operação. O salto da Cadeia Pública de Bragança Paulista – de instituição “falida” para instituição “modelo”, sob os auspícios da APAC – foi um salto qualitativo que deve ter produzido mudanças em larga escala e em curto espaço de tempo. O estudo da APAC permite mesmo diferenciar estes dois momentos: o momento de sua gênese histórica, que corresponde ao processo de formação desta experiência prisional; e o momento de sua gênese categorial, que corresponde ao período de sua já completa implementação e ao processo de reposição de seu funcionamento. Neste sentido, é possível que tenha havido heterogeneidade entre os dois momentos.

O trabalho da APAC se sustentava a partir de uma rede de controle social disseminada entre os próprios presos, de tal forma que eles mesmos coíbiam as ações que ultrapassassem os limites estabelecidos. Devemos nos lembrar do comentário de um preso, quando relatava a punição dada ao companheiro descoberto sem camisa no refeitório:

? Parece que é o próprio diabo que vigia a gente aqui dentro.

A vigilância hierárquica – um dos princípios de atuação da APAC – se efetua a partir da distinção entre níveis hierárquicos cuja função é fundamentalmente vigiar o nível imediatamente inferior. Talvez sua principal vantagem seja a economia: faz-se quase sem necessidade de intervenções reguladoras externas. Ao mesmo tempo, tem consequências para a auto-percepção dos presos e produz sofrimentos específicos. Esta lição foi-me ensinada de uma forma algo inusitada e que, ao mesmo tempo, mostrou a importância do papel de voluntário naquela unidade prisional. Eu havia ingressado no grupo de Valorização Humana havia apenas um mês e estávamos, uma voluntária do grupo e eu, caminhando no pátio

quando interrompemos os passos para conversar com um preso. Era seu horário de banho de sol e ele se mostrava animado. Muito jovem, magro, cabelos raspados, olhava-nos com firmeza enquanto conversava. Sua franqueza surpreendeu-me. Eu não esperava que um preso pudesse falar de forma tão aberta com alguém de fora de seu mundo.

— Eu tô tentando apelar contra a minha condenação. Mas a verdade é que eu cometi esses crimes mesmo. — começou ele.

Adotamos a postura mais neutra que podíamos e tentamos dar continuidade à conversa sem julgá-lo – princípio máximo do trabalho voluntário. Após algumas palavras que demonstravam interesse de nossa parte, ele continuou:

— Mas eu não queria continuar aqui não. Eu queria ser transferido pro Putim.

A Cadeia Pública do Putim, localizada em São José dos Campos, era considerada uma das mais violentas do Estado. Inaugurada em agosto de 1995 com capacidade para 512 presos, ficou famosa por dois episódios: o primeiro, ocorrido um ano após sua construção, foi uma rebelião que praticamente a destruiu, ocasionando prejuízos da ordem de 8 milhões de reais (o custo total da construção foi de 10 milhões de reais) e diminuindo sua capacidade para 480 presos; o segundo foi uma fuga ocorrida no dia 6 de junho de 1999. Fugiram de lá, de uma só vez, 345 presos, o maior número até então registrado em toda a história do sistema penitenciário brasileiro. Era para lá que nosso interlocutor pleiteava transferência. Trocar a pacata unidade prisional de Bragança Paulista pela tumultuada e superlotada unidade de São José dos Campos não me parecia racional.

— Mas por que você quer isso? — perguntei.

Sua resposta me surpreendeu:

— A minha família mora em São José dos Campos. — começou ele. Após uma breve pausa, continuou, enfático: — É que no Putim, preso é preso e polícia é polícia. Não tem o tipo de cagüetagem que acontece aqui na APAC.

— Como assim? — insisti.

Ao responder, o preso, titubeando no meio da frase, fez uma brincadeira que nos pôs a rir, à voluntária e a mim. Ele disse:

— Se eu comprar maconha... — Parou e assumiu ares de malandro: — Não, quero dizer, se alguém comprar drogas, porque a gente ouve dizer que tem muita droga por aí na Cadeia. Na real, se eu for comprar droga, aqui não dá pra ter certeza que ninguém vai denunciar. A gente nunca sabe em quem pode confiar. Às vezes, um irmão te entrega pros homens. Este tipo de coisa nunca ia acontecer no Putim.

Tornando-se sério, ele completou:

— Algumas coisas a gente não fala pra qualquer um, só pra quem consegue entender, que nem vocês.

Posteriormente, a voluntária me explicou o sentido do que eu tinha ouvido:

— Quem fica aqui na APAC quer sair do crime. Pra quem quer ser bandidão por aí, ter passado pela APAC não pega bem.

Ser denunciado pelos companheiros era possível em Bragança Paulista. Esta prática, tão condenada pelo “código prisional”, punha aquela Cadeia Pública num tipo de funcionamento raro no sistema penitenciário. Apesar das alianças entre líderes prisionais e carcereiros serem comuns, raramente contam com o tipo de apoio amplo existente em Bragança Paulista. Eram justamente os companheiros, os próprios presos, que fiscalizavam o cumprimento da ordem naquela Cadeia Pública. Por isso, devemos admitir, mesmo que as evidências empíricas sejam precárias, que, dado o afastamento típico dos carcereiros em relação à vida prisional, a principal função de vigilância fosse desempenhada pelos presos, em graus diversos, e que as informações que instruíam as transferências fossem transmitidas aos funcionários prisionais – carcereiros, Delegados – pelos próprios presos. A transferência só era possível em virtude desta rede de delação, que informava aos carcereiros imediatamente sobre a presença de algum preso que não se “ajustasse ao método”. O poder da transferência era sustentado pelos próprios presos.

Jocenir (2001) faz uma comparação que nos interessa neste momento: ele opõe à Casa de Detenção de São Paulo o funcionamento das Cadeias Públicas paulistas. Nestas, os presos eram dominados por uma perversa aliança entre policiais e “malandros de distrito”, ambos os grupos beneficiários do lucro advindo do tráfico de drogas. Naquela, por outro lado, não havia freios à subcultura carcerária, e os valores prisionais guiavam amplamente a conduta dos presos. A Cadeia Pública de Bragança Paulista situava-se numa posição intermediária, mas diferenciada. Havia grande influência dos voluntários e funcionários, que não exerciam o poder da mesma forma que os carcereiros, mas permitiam a constituição de um grupo artificial de elite prisional que controlava o cotidiano da unidade. Havia maior liberdade para os galerias que nas demais Cadeias Públicas, mas esta liberdade era fiscalizada por agentes que poderiam, em qualquer momento, decidir transferi-los, obrigando-os a manterem o exercício da violência em níveis aceitáveis pelos presos e pelos demais agentes. A Cadeia Pública de Bragança Paulista, enfim, mesclava características de uma Penitenciária e características de uma Cadeia Pública. Um preso que já havia passado pelo “sistema” (ou seja, por algumas penitenciárias) disse-me que seus companheiros não entendiam o que era a APAC:

— Na Cadeia, você tem que se encolher, porque não tem espaço pra ninguém. Não pode usar o banheiro quando um companheiro de cela tá comendo, não pode entrar de sapato nem tênis na cela... Na Penitenciária não, você tem que se abrir, ocupar espaço. Lá, tem espaço pra todo mundo. Só que aqui na APAC, a gente já tem espaço, que nem nas penitenciárias. Mas o pessoal continua pensando como se morasse numa Cadeia. Eu falo pra eles: eles têm que se abrir, ocupar espaço.

Este caráter diferenciado e intermediário perpassava diversas áreas da vida prisional.

O juízo sobre a compatibilidade de um preso com o método da APAC sofria grande influência – mesmo que não exclusiva – dos galerias e demais presos. A decisão sobre este assunto dependia de interações complexas através das quais os presos eram julgados institucionalmente e sua posição, estabelecida. Temos como consequência que no funcionamento da Cadeia Pública de Bragança Paulista – para adotarmos uma terminologia jurídica – os requisitos subjetivos tinham preponderância sobre os objetivos. Mais importante que os prazos de cumprimento de pena e tipo de crime, pesava a disposição demonstrada pelo preso de se adequar ao método de trabalho desenvolvido ali. O importante era saber se o preso era confiável e prestativo. Caso contrário, a instituição poderia se voltar contra ele. Um preso afirmou que, quando ingressou na Cadeia Pública de Bragança Paulista, sofreu boicote dos galerias, que desconfiavam dele. Supunham que, por ele não expressar arrependimento pelo crime cometido, não estaria disposto a cooperar para o bom funcionamento da Cadeia Pública e poderia tentar fugir a qualquer momento. Isto só mudou quando ele pediu explicitamente uma chance de trabalho aos galerias, que o auxiliaram na obtenção de uma vaga remunerada. Como ele nunca faltou a seus compromissos, ganhou a confiança dos galerias.

Isto permite suavizar a importância das características sócio-criminais dos presos – nível sócio-econômico, tipo de crime, tempo de condenação, local de moradia – para o sucesso da APAC. Se alguns presos as entendiam como importantes – devemos nos lembrar aqui dos presos que ligaram o sucesso da APAC à curta duração das penas – era possivelmente mais por uma dificuldade em entender os mecanismos de funcionamento da instituição do que pelo valor que elas possuíam. Isso não quer dizer que elas não possuam importância própria, mas sim que, na instituição específica que analisamos, elas deviam ser entendidas em um contexto institucional que procurava englobá-las e que, de qualquer modo, interagiu continuamente com elas. Um grande traficante podia permanecer em Bragança Paulista e exercer influência contrária à APAC e aos galerias junto aos presos. Mas a instituição tinha meios de isolá-lo e livrar-se dele, caso necessário. O período de um mês

despendido na cela de triagem tinha por objetivo permitir exatamente isto: dar tempo à instituição para julgar seu novo integrante.

Assim, o sucesso da APAC não se fundamentava na seleção a priori de presos de menor “periculosidade” mas na criação de um mecanismo institucional de seleção, avaliação e disciplinamento dos presos calcada nos próprios presos. Isto permite deslocar a ênfase tradicional no perfil criminal como regra para a boa administração penitenciária – quando se afirma, por exemplo, que é desejável não misturar presos com perfis criminais muito diferentes – e colocar em questão a própria instituição prisional. Se o objetivo de separar e isolar os presos por tipo de crime jamais – desde 1850 – chegou a ser realmente cumprido, devemos nos perguntar por que falharam os procedimentos institucionais responsáveis por isto. Há inúmeras razões, não se trata de discuti-las aqui. Trata-se apenas de reconhecer que o aspecto mais importante para o sucesso percebido da APAC não era o perfil de seus presos, mas o tipo de relação institucionalizada que estabeleciam. O perfil de seus presos dependia destas relações e, na ordem de análise, ganha importância secundária. Talvez fosse impossível implementar um sistema semelhante num presídio fervilhante de presos com perfil sócio-criminal urbano: menor idade, maior escolaridade, ligação com o tráfico de drogas – mas é sempre necessário reportar as instituições a sua história, e a história da Cadeia Pública de Bragança Paulista apresentava traços que a diferenciavam de unidades maiores e mais problemáticas. A inserção social de cada unidade prisional apresenta ao mesmo tempo ligação com fenômenos mais amplos e com fenômenos locais, e, de qualquer forma, Geertz (1989) já mostrou que, em estudos antropológicos, as comparações que recordam procedimentos experimentais não podem ser aplicadas sem grandes cuidados. É impossível, neste trabalho, isolar componentes do fenômeno observado. É necessário reportar o observado ao todo em que está inserido e a partir daí estabelecer conclusões. O detalhamento nas observações e a preocupação em justificar, a cada passo, as generalizações possíveis e as regras para sua realização, são duas características que determinam a importância dos estudos de caso para as ciências sociais.

Assim, a transferência era o mecanismo institucional central e que condensava todos os outros mecanismos institucionais. Só se pode compreender este mecanismo essencial para o funcionamento desta unidade prisional reformada se considerarmos ao mesmo tempo todos os outros mecanismos mencionados. A transferência era, portanto, o ritual punitivo máximo da instituição, para o qual todos os elementos anteriores contribuía e convergiam.

Apesar da complexidade de sua formação, não se pode dizer que o efeito final de sucesso prisional obtido em Bragança Paulista seja um caso único. Ao contrário, há outras

unidades prisionais dignas deste reconhecimento. Paixão (1991), num conhecido trabalho, afirma que a imagem associada à Penitenciária Agrícola de Neves, em Minas Gerais, era também de uma instituição modelar e superior ao restante das unidades prisionais do Estado. Em minha Dissertação de Mestrado, pude estudar uma outra unidade prisional modelo que também apresentava uma imagem de superioridade e ordem que contrastava com a imagem tradicionalmente associada à prisão (MASSOLA, 2001: 70-87). Talvez pudéssemos, numa breve revisão histórica, levantar indícios da existência de unidades prisionais como estas, que atraíam a aprovação quase unânime de observadores, desde a origem da prisão como pena. Desde a época em que o ideal penitenciário girava em torno do isolamento, ou seja, até a década de 1850, quando então dois importantes modelos se impunham – o modelo da prisão celular em que os presos mantinham-se segregados o tempo todo e o modelo da segregação parcial, com trabalho em conjunto –, passando pela época da “descoberta” do regime progressivo, quando as experiências desenvolvidas na Austrália despertavam a curiosidade dos especialistas, até a época em que a atuação da comunidade em conjunto com o modelo médico de atenção ao case study tornam-se os elementos centrais da ideologia penitenciária, no início do século XX, durante todo este tempo algumas unidades prisionais parecem ter assumido um papel de pioneirismo e de concretização dos ideais penais de suas épocas. Se, com Foucault (1991), podemos afirmar que a falência da pena de prisão é contemporânea de seu surgimento, também podemos afirmar que nunca deixaram de haver exemplos concretos de que a prisão poderia funcionar. Assim, sua famosa afirmação de que, “há um século e meio (...) a prisão vem sempre sendo dada como seu próprio remédio” (FOUCAULT, 1991: 237) deva talvez ser entendida à luz de uma outra constatação: a existência da “prisão-modelo” como uma instituição capaz de reconduzir os princípios “invariáveis da técnica penitenciária” (FOUCAULT, 1991: 237), processo exemplificado pela abertura da unidade prisional em Fleury-Mérogis em 1969, que, segundo o autor, nada mais fez do que utilizar o desenho panóptico em estrela já usado na unidade de Petit-Roquette em 1836. Para Foucault (1991: 239), neste caso, “é a mesma maquinaria de poder que aí se concretiza e assume forma simbólica”.

Podemos talvez concluir pela existência de uma certa regularidade na disposição da aplicação da pena nos últimos 150 anos, regularidade marcada pela existência de um arquipélago de instituições cujo objetivo é circunscrever um grupo fechado de delinquentes utilizáveis politicamente, e que produz uma impressão geral de fracasso, por um lado, ao mesmo tempo em que permite a existência de um pequeno número de instituições “bem-intencionadas” e marcadas por uma percepção geral de sucesso. Isso parece estar de acordo

com a forma pela qual Foucault entende o “sistema carcerário”, ou seja, como um conjunto formado por quatro termos: o suplemento disciplinar da prisão – isto é, o fato de que o sistema penitenciário suplementa a punição legal com um complexo processo de vigilância e controle sobre o preso e que é, afinal, o que o define; a produção de um saber sobre o delinqüente que está relacionado à origem das ciências humanas; a criação de uma delinqüência reincidente que constitui uma sociedade criminal quase fechada e é utilizada política e economicamente; a “repetição de uma reforma que é isomorfa, apesar de sua ‘idealidade’, ao funcionamento disciplinar da prisão – elemento do desdobramento utópico” (FOUCAULT, 1991: 239). Ao falarmos sobre as prisões-modelo, estamos lidando com o elemento utópico do funcionamento penal, aquele que reflete a imagem projetada do ideal penal. “Estamos mostrando que é possível a recuperação”, afirmou Nagashi Furukawa, organizador da experiência prisional desenvolvida em Bragança Paulista (NASCIMENTO, 1997).

Foucault não permite, no livro Vigiar e Punir, pensar adequadamente as modificações possíveis dentro do modelo prisional porque atém-se a examinar a configuração das estratégias de poder-saber (FOUCAULT, 1991: 30) nas sociedades disciplinares que inventaram o exame como tecnologia de poder (FOUCAULT, 1996c: 88). Isso lhe valeu o anátema de estruturalista, que ele fez questão de combater. Mas pode-se aventar a hipótese de que o elemento de idealidade, se não apresenta grande novidade, mostra ênfases diferenciais ao longo do tempo. O momento em que se enfatiza o ideal da participação comunitária é a Era Progressiva. E ela apresenta dois exemplos significativos da existência em outros momentos de unidades prisionais reformadas. É interessante notar suas contradições, seu destino e a razão para ele.

Nesta época, acreditava-se que a prisão deveria ser democratizada para produzir a reintegração à sociedade. Esta visão teve um idealizador em Thomas Mott Osborne, que tentou introduzir o conceito de autogoverno dos internos na Penitenciária. Osborne inspirou-se no modelo da George Junior Republic, de Freeville, Nova Iorque, uma “república” com aproximadamente 150 jovens delinqüentes e que promovia votações e participação dos pares na decisão sobre culpa e punição daqueles que quebravam suas regras. Em 1913, Osborne tornou-se chairman da comissão de reforma do sistema penal de Nova Iorque e começou a instaurar as idéias de autogoverno e auto-ajuda para presos adultos na prisão de Auburn. Criou a Mutual Welfare League, que incluía prisioneiros eleitos pelos pares para decidir questões disciplinares. Em 1914 foi nomeado Diretor (warden) da prisão de Sing Sing, onde organizou outra Welfare League. Também foi um líder mais tarde no movimento anti-

institucional, que procurou criar ambientes menos rígidos e mais variados no dia-a-dia institucional, promovendo mudanças nas vestimentas e a introdução de recreação e filmes. Pelo menos por um tempo, Osborne conquistou uma atmosfera em que os presos tinham mútua confiança para desempenhar ações ligadas à tomada de decisões. Enfim, porém, pressões dos oficiais correccionais e de políticos acabaram derrubando a Mutual Welfare League em 1929.

Um exemplo impressionante da prisão inovadora baseada nas crenças progressistas foi a Norfolk Prison Colony, construída em Massachussets (ROTMAN, 1998). Começou a ser construída em 1927. Howard Gill era um economista responsável por supervisionar a construção do muro externo por presos. Seu contato com os presos tornou-o um apaixonado pela reabilitação e impulsionou-o a querer tornar Norfolk um modelo de prisão reformadora. Ele aplicaria a medicina Progressiva ideal: tratamento individualizado baseado em categorias psicológicas e sociológicas em uma instituição que deveria emanar tanto quanto possível a atmosfera de uma comunidade normal. Gill queria adicionar novas técnicas sociais, médicas, psicológicas e educacionais à tradicional instrução industrial, reformativa e religiosa. Seu plano incluía a classificação dos presos e sua divisão em pequenos grupos de menos de cinquenta pessoas que constituiriam a base para o Norfolk Council, que operaria sob o princípio de uma ação conjunta entre internos e oficiais (officers) assumindo a responsabilidade pelo governo da instituição. Gill afirmou que o sistema de Norfolk não era nem um “honor system” (sistema baseado em mérito, ou seja, em estágios progressivos) nem “self-government” (auto-governo), mas sim um sistema de cooperação entre internos e oficiais. O sistema de grupo deveria promover tanto programas individuais quanto o desenvolvimento de responsabilidade social. Gill manteve um diário, “The Diary of the State Colony”, entre 1932 e 1933. O diário revela conflitos entre pessoal da segurança e pessoal de tratamento a respeito da autoridade na tomada de decisão. Os House Officers supervisionavam os internos em suas unidades domiciliares (housing units) e tinham pouco respeito pelos assistentes sociais responsáveis pelos programas de educação e treinamento. Os House Officers consideravam os assistentes sociais condescendentes demais com os internos, e eram considerados por aqueles como ignorantes e cruéis. Gill tentou posicionar-se ao lado dos assistentes sociais, mas os guardas tinham um poder enorme no dia-a-dia e estavam em condições de boicotar a letra e o espírito do programa de reabilitação. Os assistentes sociais estavam em desvantagem, pois não tinham os meios de mudar a vida das pessoas. No final, a ênfase reabilitadora pouco alterou a rotina punitiva da instituição. Ao relatar este exemplo, Rotman (1998) afirma que o experimento de Norfolk caiu vítima de um “mal comum”: a falta

de controle sobre o tipo de interno aceito. Começaram a surgir prisioneiros difíceis de trabalhar que se tornaram tão desobedientes que Gill foi levado a retomar a prática do confinamento solitário a pão e água. Em 1934, Gill foi despedido após algumas fugas. Apesar de Rotman (1998) concluir que Norfolk revelou muitas das fraquezas da agenda da reforma penitenciária, talvez ela tenha revelado um processo de maior generalidade, pois a ausência de controle sobre o tipo de interno pode indicar uma falha nos mecanismos institucionais de seleção, avaliação e disciplinamento dos presos.

Tanto o exemplo de Osborne quanto o exemplo da APAC de São José dos Campos mostram o quanto a eficácia deste mecanismo está relacionada atualmente a uma rede de poder que ultrapassa largamente a localidade, sendo insustentável exclusivamente pelas forças políticas internas à unidade prisional. O recorte institucional revela a ligação das unidades prisionais reformadas com o todo social. Sem a colaboração dos poderes políticos exteriores à unidade prisional reformada, sua existência pode encontrar um fim rápido.

A separação anteriormente destacada entre instâncias econômicas, ideológicas e político-jurídicas pode ser proveitosamente retomada aqui. Apesar dos problemas desta divisão estanque (GARLAND, 2001a: 85), ela pode permitir valiosos insights sobre o papel da Cadeia Pública de Bragança Paulista no sistema penitenciário. Sua atuação predominantemente econômica fez reduzir o grau de violência nas relações prisionais pois permitiu o surgimento de um maior consenso entre os presos, indicando portanto um marcante efeito ideológico. A obediência era conseguida através de uma tendência à justificação do existente e à impossibilidade de sua negação lógica (Tassara, 2005, informação pessoal¹⁵). A aderência dos presos ao ideal prisional, estimulada pela presença dos voluntários, garantia sua obediência. Ao inserir-se no sistema penitenciário desta forma, a Cadeia Pública de Bragança Paulista se destacava do efeito repressivo nele predominante. Assumia, assim, uma posição sui generis. Externamente, seu efeito predominante também era ideológico, na medida em que servia para repor o discurso que justifica a existência da prisão com base em seus méritos, dando-lhe um exemplo real. Quando Nunes (14 jan. 1997) elogia na APAC a reabilitação de homens “no cárcere” ou quando a Secretaria de Administração Penitenciária (SÃO PAULO, 2005) afirma que os Centros de Ressocialização mostram que a “pena de privação de liberdade deve servir como instrumento de reintegração à sociedade”, este não é um discurso casual: é central ao papel da Cadeia Pública de Bragança Paulista produzir a percepção de que existe algo que “funciona” no sistema penitenciário e, assim, que ele não deve ser descartado.

¹⁵ TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. Comunicação pessoal. São Paulo, abr. 2005.

O principal efeito produzido pela APAC, portanto, interna e externamente, é de cunho ideológico.

Mas este seu caráter ideológico mostra um progresso em relação ao sistema penitenciário como um todo. Como justificção, a ideologia é, ao mesmo tempo, a afirmação de uma verdade – tem um componente racional – e uma falsidade, na medida em que ignora os componentes sociais e históricos da verdade. Quando regem relações simples e imediatas de poder, não se pode falar em ideologia (ADORNO; HORKHEIMER, 1973: 191). Ao se constituir como uma instituição ideológica, a Cadeia Pública de Bragança Paulista supera a ênfase nas simples relações de poder que impera no sistema penitenciário, que permite a Adorno (1991) falar da violência como “código normativo de comportamento” no sistema penitenciário brasileiro. Isso representa um avanço civilizatório amplamente reconhecido e admirado pelos presos de Bragança Paulista, um progresso do qual eles resistem bravamente em abrir mão.

*

Uma das conseqüências mais importantes da existência da APAC foram as modificações profundas implementadas no funcionamento do código prisional. Vamos considerar duas destas alterações, que serão importantes futuramente. Uma primeira modificação foi a consciência por parte dos presos de uma ruptura entre seus valores e aqueles do restante do sistema penitenciário. A todo o momento, os presos justificavam seus valores e suas práticas fazendo referência a um ambiente exterior à Cadeia Pública, mas ainda interno ao sistema penitenciário, que servia de comparação e anteparo para reflexão. Quando o preso ao qual já nos referimos foi surpreendido com objetos alheios em sua bolsa, sua morte foi evitada através de argumentos como: “este presídio não é pra isso”, ou “a gente já deixa os estupradores na convivência, não vamos matar ele agora”. Implícita nestas falas está uma referência ao código prisional mas, principalmente, às diferenças apresentadas por ele entre a APAC e outras unidades. O discurso implícito era aproximadamente o seguinte: “talvez, em outra unidade prisional, ele fosse morto; mas aqui, que é um lugar diferente, ele deve ser preservado”. Também o egresso que cortejou as esposas de seus companheiros foi salvo por este tipo de discurso.

— Os caras queriam bater nele aí. Ele só não morreu porque a APAC é um lugar tranquilo e ninguém vai fazer isso aqui.

Temos aqui novamente a comparação: a APAC é um lugar tranquilo mas, principalmente, é um lugar mais tranquilo, onde traidores não são mortos, prática comum em qualquer outro lugar.

A segunda modificação importante refere-se ao fato de que, nesta comparação, a forma pela qual os presos lidavam com seus problemas em Bragança Paulista era considerada superior àquela utilizada em outras unidades prisionais. Enquanto em Bragança Paulista o sistema era mais “fácil”, o sistema penitenciário em geral era considerado mais violento, menos tolerante, e esta diferença era vista como positiva para Bragança Paulista. Com pouquíssimas exceções, não havia preso que defendesse uma volta a formas mais violentas de resolução de conflitos. Eles tendiam a considerar seu padrão de relacionamento uma conquista importante a qual não estavam dispostos a descartar.

A subcultura carcerária e os valores prisionais desempenhavam um papel curioso: apareciam como sombras de um passado violento já há muito tempo abandonado. Serviam de anteparo para que os presos pudessem julgar o valor do que possuíam. Mas, ao mesmo tempo, surgiam como o principal temor dos presos. Aos presos de “bom comportamento”, a APAC reservava prêmios, o maior de todos a permanência em Bragança Paulista. Aos presos “desajustados”, reservava a subcultura carcerária. Esta representava um perigo distante no tempo mas premente em suas histórias: eles reconheciam-se como presos e, nesta posição, irmanavam-se a todos os outros. Reconheciam sua dependência da instituição para quase tudo em suas vidas. Ao mesmo tempo, renegavam sua condição de presos comuns e chamavam-se, cheios de brio, de “reeducandos”. No papel de reeducandos, descortinava-se para aqueles homens uma perspectiva positiva sobre suas vidas; no papel de presos, sabiam-se lançados à mesma dura realidade que qualquer habitante das prisões no Brasil.

CAPÍTULO 17. CONTROLE E CONSCIÊNCIA

Neste capítulo, serão consideradas algumas consequências do tipo de controle social existente na Cadeia Pública de Bragança Paulista sobre a identidade dos presos e sobre o desenvolvimento por parte deles de uma consciência crítica de sua situação. Pela expressão “consciência crítica”, entenda-se a possibilidade do reconhecimento dos determinantes sociais da conduta. Na maior parte das unidades prisionais, o código prisional parece ter muita força, como mostram as entrevistas de Bisilliat (2003), e qualquer questionamento dos valores da subcultura carcerária é apenas incipiente. A transgressão é considerada algo grave, passível de punição severa. Os pavilhões da Casa de Detenção de São Paulo, por exemplo, se diferenciavam, entre outras coisas, pelo tempo “de casa” dos presos, havendo pavilhões para presos reincidentes e para presos primários. Nos primeiros, diziam alguns presos, eram comuns as desavenças, ocasionadas pelo desconhecimento, por parte dos jovens presos, das regras prisionais. Nos outros pavilhões, destinados a presos mais experientes, o contato era menos violento pois todos conheciam bem as regras. Por outro lado, enquanto era possível relevar o peso de uma transgressão cometida por um jovem preso, um preso experiente não tinha desculpa: se falhasse, não havia perdão (ver, a este respeito, VARELLA, 1999). As eventuais exceções ao código pareciam na verdade reforçá-lo, via de regra.

A relação dos presos com os valores prisionais em Bragança Paulista, por outro lado, não expressava a mesma adesão e o mesmo comprometimento que se observava no restante do sistema penitenciário. Os presos ali podiam questioná-lo e discordar abertamente dele. Como signo do pertencimento ao “mundo do crime” e ao sistema penitenciário, a adesão ao código prisional acaba por reproduzir as relações sociais que perpetuam as diferenças de classe relacionadas à constituição de um segmento social delinqüencial. Romper com o processo que leva à delinqüência exige transformar também o tipo de valor compartilhado por

estas pessoas. A APAC perseguia conscientemente este objetivo e o exercia continuamente, quando, por exemplo, seus funcionários desencorajavam o uso de apelidos pelos presos. Este tipo de ação teve repercussões nas relações prisionais. O exemplo a seguir servirá para pensarmos sobre algumas delas.

Durante as refeições, os presos agrupavam-se no refeitório da unidade prisional em mesas que formavam longos corredores. Os presos almoçavam e jantavam lado a lado, sentando-se em geral perto de seus conhecidos. Havia uma máquina de suco à disposição, da qual os presos podiam se servir à vontade, mas precisavam levar para isso seus próprios copos. Os presos costumavam pedir a seus familiares que levassem recipientes com molho de pimenta durante as visitas, que depois eles usavam para temperar a comida, sentida por eles como monótona, apesar de boa.

Certo dia, havia um preso sentado ao meu lado durante uma refeição e que tinha levado para a mesa consigo um grande vidro com molho de pimenta. Muitos presos pediam para usá-lo e ele não opôs qualquer resistência a esses pedidos. Em certo momento, falando baixinho, o rapaz sentado a sua frente fez o mesmo pedido. O preso cujo molho havia sido solicitado olhou fixamente para seu interlocutor. Houve um silêncio tenso. Com firmeza, respondeu:

? Este molho de pimenta é só para ladrão.

O rapaz pareceu ficar paralisado. Era um pedido simples. Por que havia sido respondido daquela forma? Não houve confrontação. Em seu lugar, apenas o silêncio. Ainda sério, o preso repetiu:

? Este molho de pimenta é só para ladrão. ? E depois perguntou, como quem desdenha: ? Você é ladrão?

O rapaz permaneceu em silêncio. Parecia temeroso. Os presos das mesas ao lado olhavam em expectativa. Qual seria o desfecho?

O preso sorriu. Pegou o vidro, estendeu-o ao rapaz e, como se fosse uma criança que tivesse acabado de pregar uma peça, ofereceu-o:

? Pode pegar.

Num segundo, tudo se dissipou.

*

Interessa-nos, aqui, a maneira como foi utilizada a referência ao código prisional.

Num outro estabelecimento penitenciário, esta interação poderia ter produzido conseqüências desastrosas. Em se tratando de presos do mesmo nível hierárquico, o preso afrontado teria que provar ser um “ladrão”, ou cairia em desgraça, podendo ser alvo de

violência de algum outro preso. Por seu turno, o acusador teria que manter a sua palavra. Ao acusar o outro de não ser “ladrão”, ele teria que entender as consequências do que fez e assumir a responsabilidade por elas. Caso ele, num súbito arrependimento, se desculpasse com o preso ofendido, ele próprio poderia cair em desgraça: seria um “comédia”. O resultado poderia ser um confronto violento.

Caso o preso ofendido fosse hierarquicamente inferior ao ofensor – se, por exemplo, não tivesse cometido algum crime importante, ou tivesse dado alguma “mancada” no meio criminal – sua única alternativa seria manter o silêncio respeitoso: baixar a cabeça, encolher-se. Isso provavelmente faria diminuir ainda mais o respeito dos outros presos por ele, o que significaria a possibilidade de maior violência poder ser exercida contra ele.

É a este código de honra que ambos faziam referência por suas ações. O preso ofendido congelou esperando a violência que lhe seria dirigida. O ofensor gozava do poder que momentaneamente a situação lhe outorgou de produzir aquele medo. Entre o prazer e a dor, um único objeto: o código. O código, neste caso, usado estrategicamente, tomado como fonte de poder ou submissão, mas, de qualquer forma, como parte fundamental do jogo.

O papel do código, ao final do jogo, é quase inteiramente solapado. O segredo do que acontecia, e que ficara oculto de todos, é finalmente revelado: tudo não passava de uma brincadeira. Esvazia-se o código de seu poder estratégico. Ele não vale. Aqui, no Centro de Ressocialização de Bragança Paulista, o código é motivo de chacotas.

O Centro de Ressocialização construiu sua identidade negando seu passado carcerário. Antes, era Cadeia; agora, é Centro de Ressocialização. Antes, era violento; agora, é pacífico. O próprio Estado opunha ao Centro de Ressocialização a palavra “presídio”: eram coisas diferentes¹⁶. Como negação de seu passado carcerário, o Centro de Ressocialização continuava trazendo o cárcere: ele era uma realidade do passado, que, porém, permanecia a única referência a dar identidade ao Centro de Ressocialização. Por conta disso, era uma realidade muito presente e muito temida: os presos temiam, acima de tudo, voltarem ao presídio. Por conta disso, temiam a transferência de lá para qualquer outra unidade prisional.

No capítulo anterior, foi dito que os valores sociais dos presos de Bragança Paulista se afirmavam em oposição a algo entendido como um ambiente exterior àquela Cadeia Pública:

¹⁶ Depreende-se isso, por exemplo, da forma como o Censo Penitenciário de 2002 organizou suas perguntas e conclusões. À página 9 do caderno Avaliação da experiência com os Centros de Ressocialização: estudo com os familiares dos presos (SÃO PAULO, 2004e), lê-se a seguinte conclusão: “O visitante que por algum motivo já teve alguma experiência com presídio comum (ou existe um na cidade onde está, ou o detento já passou por algum) tem a tendência de avaliar melhor o CR”. A oposição entre sistema “comum” ou “tradicional” e o sistema aplicado pela APAC era muito comum entre os agentes da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

o mundo prisional. Os presos notavam claramente as diferenças existentes entre sua forma de agir e a dos outros presos e justificavam-se sempre com fundamento nestas diferenças.

A referência ao código mostrava que ele continuava existindo. Por um lado, ele não existia: não estávamos em um presídio, mas em um Centro de Ressocialização, ou seja, estávamos circulando no espelho do presídio, na instituição que era igual mas produzia resultados ao inverso. Por outro, continuávamos no presídio: a violência era uma verdade subjacente ao discurso, que produzia resultados em outro nível. Jogar com o código consistia nisso: presentificar ao mesmo tempo a superação e o medo do retorno, que indicava logo que o passado continuava a agir. Não seria espantoso, por exemplo, que uma situação de brincadeira como essa progredisse para uma luta entre os oponentes. Na APAC, o oposto da contrafação é o confronto.

Era assim que os presos lidavam com o fato de serem “reeducandos”, o termo usado pela APAC para designá-los. Eles reconheciam a tensão presente em sua identidade como produto do fato de serem presos e arcavam com os custos disso, mas ao mesmo tempo não eram mais presos, mas algo diferente. Comportar-se como um preso – gabar-se por seus grandes crimes, por exemplo – era mal visto ali. Pertencer a uma facção criminosa era um passaporte certo para outra cidade. Todos os presos suspeitos de pertencerem a facções criminais eram transferidos dali. Um reeducando buscava acima de tudo a ressocialização, sair da “vida do crime”. Por isso, seu papel era delicado: ele era a negação do homem preso. Mas sendo o homem preso a negação do homem livre, ainda assim o reeducando não era um homem livre.

Esta tensão era resultado de uma tensão institucional. O Centro de Ressocialização fundava-se na crença de que não se podia treinar um homem para a liberdade sob ausência de liberdade. Por isso, o modelo adotado era o da comunidade: a comunidade entrava no presídio através da APAC, e o próprio presídio era aparentemente transformado em uma comunidade. Aos presos, por exemplo, era dado o direito de votarem em seus representantes. A APAC era a negação do presídio. Mas sendo a comunidade a imagem adotada de liberdade, e sendo o presídio a negação da comunidade, ainda assim a APAC não era uma comunidade.

Este exemplo de interação também permite ver em relance uma outra característica da APAC: nela, os presos se “descolavam”, por assim dizer, do código carcerário. Isso significa dizer que os presos podiam se distanciar do código, símbolo de sua opressão pelo mundo penitenciário e forma básica de defesa contra as dores do aprisionamento. Através deste distanciamento, os presos eram capazes de julgar o código, de refletir sobre ele, de miná-lo também. Não eram obrigados a adotá-lo como recurso de defesa, ao menos não na mesma

intensidade que outras unidades prisionais. Por isso, podiam jogar com ele – ali, ele não mobilizava da mesma forma as ações dos presos. Isso implica, da parte dos presos, um movimento de reflexão crítica que deve ser notado. Os presos tinham consciência da existência do código e passavam a compreendê-lo com certa profundidade. Sabiam comparar a maneira como agiam opondo-a à maneira como agiam os presos em outras instituições e buscavam as razões para essas diferenças. Tornavam-se capazes, enfim, de realizar uma reflexão ética sobre o mundo prisional.

O exemplo a seguir, extraído de meu diário de campo, mostra uma outra situação em que o código prisional foi posto implicitamente no centro de uma interação entre dois presos. Este episódio foi notavelmente semelhante ao anterior. Ocorreu durante uma festa de Natal organizada por voluntários e funcionários da APAC. A festa correu separadamente para os presos do Anexo 1 e do Anexo 2. Houve, assim, duas festas. Os lanches eram preparados na cozinha e tinham de ser levados até o Anexo 1, distante dali.

Um agente penitenciário pede ajuda para levar os lanches até o Anexo 1, onde outra festa acontecia. Um preso o ajuda. Quando o preso volta, M. (um galeria) me dirige um olhar brejeiro e afirma que vai brincar com aquele preso. Dirige-se a ele e diz, sério:

— Quer dizer que você está ajudando os homens agora?

O preso, assustado, fica sem saber o que responder durante dois segundos.

M. começa a sorrir e o preso percebe tratar-se de uma brincadeira.

— Que ajudando, o quê.

— Eu vi que você ajudou. Agora você está ajudando a polícia, é?

Os dois riem. Na APAC, dá para brincar com algumas coisas sérias.

Estava implícito na fala o reconhecimento de uma distância entre o ambiente prisional que poderíamos chamar de “comum” (como o Censo Penitenciário paulista de 2002 chamou de “comuns” os presídios distintos dos Centros de Ressocialização) e aquele típico da unidade prisional de Bragança Paulista. A reação do preso acusado de transgredir um valor prisional – não ajudar os policiais – foi significativa: a paralisia, o susto, uma reação arcaica de proteção. O primitivismo de sua reação pode ser explicado pela intensidade de seu medo: ele sabia que se tratava de uma violação gravíssima em qualquer presídio paulista. Aqui, da mesma forma que no exemplo anterior, vemos ressurgirem os medos ligados à subcultura carcerária. Esta brincadeira mostrou o quanto este medo estava próximo. Ele podia, a qualquer momento, fazer uma reaparição entre os internos da Cadeia Pública de Bragança Paulista. Por outro lado, em pouco tempo foi possível para o preso perceber que se tratava de uma brincadeira, que o código estava sendo usado como forma de chiste. Os presos confirmaram seu vínculo mútuo, nesta situação, apelando para um elemento comum de alteridade. Afirmaram suas

identidades confirmando o abandono da identidade prisional. Mostraram consciência de uma importante determinação do comportamento prisional – a subcultura carcerária – que é responsável, em parte, pela reprodução das relações prisionais. A conversa a seguir, transcrita do diário de campo, mostra esta capacidade reflexiva operando numa interação prisional em que o código é objeto de discussão, e não de chiste. Mais do que o chiste – que pode indicar uma angustiante proximidade com o assunto – a discussão refletida aponta para um distanciamento que permite o exercício do pensamento. Um preso contou-me o seguinte:

— Aqui é muito diferente de qualquer presídio do sistema. Nesta época do ano, os presos que saem com indulto não podem voltar não. — conta-me um preso.

— Ah, não podem?

— Não podem não. Se voltarem, correm o risco de apanharem dos outros presos.

— Mas por quê?

— Porque tem presos ali que estão condenados a vinte, trinta anos de prisão. Se eles vêem o sujeito sair dali e depois voltar para dentro da prisão com as próprias pernas, ficam muito bravos e batem no preso. Eu só conheço aqui, mas o que contam por aí é isso. Você pode falar com algum que já passou por outro presídio que ele explica melhor.

X. (um preso) atravessa nosso caminho neste momento e eu o chamo:

— X., quando um preso sai por indulto e depois volta, no sistema normal, é verdade que ele apanha? — pergunto.

— Não, não é que ele apanha. Mas, tipo assim, ele não vale mais nada dentro da Cadeia, entendeu? Ele só pode ficar em um canto, quieto, sem conversar com ninguém. Se surgir alguma discussão ele sempre vai estar errado, mesmo que esteja certo.

— E por quê isso?

— Ah... — ele mostra-se indeciso e o outro preso ajuda, falando dos condenados a longas penas — É isso mesmo! É que se um preso entra na Cadeia por suas próprias pernas, ele não merece a confiança dos outros presos.

Os presos de Bragança Paulista eram capazes de comparar opiniões sobre o assunto, discuti-lo, refutar impressões – exercer as funções do pensamento crítico, enfim.

Por outro lado, este movimento de esclarecimento não redundava em maior autonomia. Na vida dos presos, as escolhas continuavam limitadas por alternativas reduzidas dadas de antemão pela sociedade. Para eles, não havia a possibilidade de criar novas alternativas de vida. O Censo Penitenciário (SÃO PAULO, 2004e) informa que 32,5% dos presos em Centros de Ressocialização eram reincidentes. Este número deve ser analisado com cautela, já que quantifica a reincidência entre presos dos Centros de Ressocialização, e não

entre seus egressos. Conquanto menor que os 41,5% da população prisional total, o número sugere que os presos continuavam seguindo uma carreira criminal fora das prisões. Justamente, sua limitação vinha, entre outras coisas, do fato de que sua identidade como não-presos não encontrava respaldo social. Os galerias servem de exemplo disso. Um galeria estaria condenado à morte em outro presídio se fosse transferido. A APAC contava com a ajuda dos presos, mas não havia garantias para o preso de que ele receberia o apoio necessário no momento oportuno. Assim, ele não tinha internamente à APAC base para deixar definitivamente a vida do crime. Da mesma forma, não havia garantias externas: os reeducandos estavam submetidos aos mesmos limites que qualquer outro egresso do sistema penitenciário.

Considerando que um dos objetivos da APAC era o de permitir que os presos tivessem capacidade crítica, podemos dizer que seu objetivo foi parcialmente alcançado. Se a APAC, porém, tinha como objetivo produzir alternativas para que os presos pudessem deixar a “vida do crime”, isso estava longe de ser realidade. Por um lado, foi produzido esclarecimento; por outro, isso não se completou com a esperada emancipação.

*

Enfim, o empreendimento apaqueano, ao enfatizar os aspectos econômicos da administração prisional, produziu uma percepção de melhoria que estava na base da preferência dos presos pelo cumprimento de pena em suas dependências. Entre outras coisas, isso se relacionava diretamente à percepção de que o ambiente da APAC era diferente do ambiente de outras instituições penais, percepção esta que era ampliada pelo isolamento administrativo. Criou-se um fenômeno de endogrupo e exogrupo entre os presos da APAC e de outras instituições penais que desembocou numa hostilidade de parte a parte, ligada também àquilo que, na nova instituição, sobrevivia de seu passado como Cadeia Pública (a íntima relação entre lideranças e carcereiros, por exemplo). Assim, a Cadeia Pública de Bragança Paulista tornou-se um corpo estranho no sistema penitenciário paulista. O isolamento administrativo reverberou até mesmo nas manifestações da assim chamada “subcultura carcerária”. Ao isolá-la, a APAC permitiu à Cadeia Pública de Bragança Paulista o desenvolvimento de uma administração financeira e contábil separada, o que propiciou maior eficiência na utilização dos recursos econômicos. Esta ênfase econômica refletiu-se no surgimento de um órgão administrativo independente de efeitos repressivos no seio da instituição. Mas esta ênfase econômica deve ser relacionada aos efeitos repressivos produzidos pelo sistema penal. Ao buscarmos esta relação, nos deparamos com a prática punitiva máxima existente nesta instituição: a transferência. Esta prática indicava que a

punição para os presos que não se adaptavam ao sistema da APAC era bastante severa, podendo chegar à morte. Além das razões ligadas aos valores carcerários, que se diferenciaram por razões econômicas e institucionais, a força punitiva da transferência vinha do sucesso econômico do empreendimento apaqueano, que permitia aos seus presos contarem com uma infra-estrutura física e de serviços bastante superior ao de outras unidades prisionais. A ênfase econômica, portanto, produziu uma prática punitiva com sentido novo naquela instituição. Mas ao ligarmos este efeito repressivo ao sistema penitenciário como um todo, vemos que ele trazia uma consequência inusitada: ao contrário de outras práticas repressivas (como o isolamento em cela forte) que conspiram contra o sistema penitenciário e produzem uma percepção social de fracasso, as práticas punitivas implementadas em Bragança Paulista produziam uma percepção de sucesso. Ao fazê-lo, serviam para justificar a existência do sistema penitenciário. O resultado final, portanto, era fundamentalmente ideológico. Se compararmos este efeito com o produzido pelo restante do sistema, que deixou de se justificar ideologicamente para se sustentar com base na simples força, este movimento da APAC indica um aspecto progressivo. Torna-se possível, novamente, realizar a crítica ao sistema penitenciário, já que agora ele se sustenta também sobre argumentos ideológicos (e, portanto, falsos e verdadeiros ao mesmo tempo). Este movimento em direção à ideologia indica também um movimento em direção a um progresso civilizatório. E os presos da Cadeia Pública de Bragança Paulista refletem este progresso em seus discursos. Eles, ao mesmo tempo, percebem quanto são determinados pelos valores carcerários, e se tornam capazes de se descolarem desses valores realizando uma reflexão ética sobre os mesmos. Isso pode estar na base da diminuição da violência entre os presos. Paradoxalmente, porém, esse ganho de consciência não redundava numa maior liberdade para os presos de Bragança Paulista. Suas escolhas continuam limitadas pelos mesmos entraves econômicos e sociais que cerceiam os outros presos, e sua capacidade de organização para enfrentar essas limitações continua reduzida à opção delinquência/subemprego. De forma geral, o impulso no sentido de produzir igualdade nas relações entre os presos foi limitada e absorvida pelas determinações institucionais amplas que são típicas do modo de produção.

CAPÍTULO 18. PRELIMINARES: A TRANSFERÊNCIA PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Desde que Nagashi Furukawa passou a ocupar a Secretaria de Administração Penitenciária, em 17 de dezembro de 1999, ensaiava-se uma transferência da Cadeia Pública de Bragança Paulista para esta Secretaria. Mas foi apenas em meados do ano 2000 que ouvi notícias de que essa transferência realmente ocorreria. Com ela, a Cadeia Pública de Bragança Paulista passaria a ser administrada pela COESPE – Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo, ligada àquela Secretaria.

A criação da COESPE estava vinculada às tentativas por parte do Estado de centralizar a administração penitenciária. Isso começou a ser feito em São Paulo quando, em 1943, foi criado o Departamento dos Presídios do Estado. Até então, não se podia falar em um conjunto de unidades prisionais funcionando de modo articulado. Em 1959, o Departamento dos Presídios do Estado foi transformado no Departamento dos Institutos Penais do Estado – DIPE. A razão para esta mudança foi o acelerado crescimento na população prisional paulista na década de 1950. O DIPE foi transformado em COESPE com a edição do Decreto nº 13.412 de 13 de março de 1979. A COESPE estava subordinada à Secretaria de Justiça. A transformação do DIPE em COESPE trouxe duas importantes modificações: a criação do GPC – Grupo de Planejamento e Controle, responsável por planejar e acompanhar a política penitenciária estadual; e a criação do CRHAP – Centro de Recursos Humanos da Administração Penitenciária, cujas funções se voltavam para a seleção, treinamento e aperfeiçoamento dos funcionários do sistema penitenciário. A criação da COESPE significou, naquele momento, uma tentativa de “gerenciar o sistema penitenciário num sentido mais

amplo, envolvendo a necessidade do planejamento e controle técnico das ações, bem como o suporte para uma administração eficaz de recursos humanos específica para aquele sistema” (SÃO PAULO, 2004c) e procurou criar uma estrutura burocrática e uniforme para o sistema penitenciário paulista, a qual existe até hoje. Até 1991, os estabelecimentos penitenciários continuaram sob a responsabilidade da Secretaria de Justiça, quando então passaram para a Secretaria de Segurança Pública. Após um interregno de um ano, a Lei nº 8209 de 4 de janeiro de 1993 criou e o Decreto nº 36.463 de 26 de janeiro de 1993 organizou a Secretaria de Administração Penitenciária, a primeira Secretaria no Brasil a dedicar-se exclusivamente à administração penitenciária. A COESPE ficou vinculada, então, a esta nova Secretaria (SÃO PAULO, 2004c e 2004d).

A Secretaria de Administração Penitenciária, através do Decreto nº 45.403 de 16 de novembro de 2000 (SÃO PAULO, 2004a), revogado pelo Decreto nº 47.849, de 29 de maio de 2003 (SÃO PAULO, 2004b) que modificou o anterior em alguns pontos, implementou o Programa Cidadania no Cárcere, pelo qual ficava autorizada a firmar convênios com organizações civis sem fins lucrativos promovendo uma administração mista das unidades prisionais, ou seja, o Estado repassaria verbas para essas organizações civis administrarem os presídios. O objetivo era criar uma rede de instituições penais diferenciadas, que seriam chamadas de Centros de Ressocialização. Essas instituições contariam com um menor aparato de segurança e abrigariam presos com o fim de prepará-los para um retorno à sociedade. Em princípio, os presos selecionados para essas unidades penais seriam aqueles que apresentassem baixo risco para a sociedade. A primeira Associação Civil a assinar convênio com a Secretaria de Administração Penitenciária foi a APAC de Bragança Paulista. A Cadeia Pública de Bragança Paulista, até então ligada à Secretaria de Segurança Pública, seria, assim, transferida para a Secretaria de Administração Penitenciária. A voluntária que me trouxe a notícia mostrou-se preocupada:

? Todas as Cadeias vão passar para a COESPE. Isso vai mudar bastante as coisas. Não vai mais ter Delegado nem carcereiro. No lugar dos carcereiros vai entrar um pessoal mais bem equipado. Mas o pior é que, com a COESPE, as chaves vão sair das mãos dos presos. Os presos não estão sendo preparados para essas mudanças. E eles sentem as mudanças bruscas como perdas, como ameaças. Os presos são muito sensíveis a mudanças. Eles costumam organizar a vida deles dentro do presídio de uma forma bastante esquematizada: eles sabem que tal dia eles adquirem direito à progressão de pena e ficam esperando por isso. Se acontecer qualquer mudança, eles ficam muito nervosos.

A transferência começou a causar insegurança tanto nos voluntários quanto nos presos. Nos presos, porque sua vida estava para mudar; nos voluntários, porque temiam as reações dos presos a essas mudanças. Além disso, os voluntários viam com desconfiança as propostas da Secretaria. Pairava a suspeita de que o trabalho desenvolvido pela APAC pudesse ser afetado. Como exemplo bem-sucedido de administração penitenciária, os membros da APAC temiam a destruição de tudo o que havia sido construído com tantos anos de sacrifício. O assunto tornou-se explosivo e recorrente. A par de suas preocupações cotidianas, voluntários, funcionários da APAC e presos agora tinham mais este problema para equacionar: o que lhes estaria por acontecer? Como as informações chegavam incompletas aos voluntários, era muito difícil saber a razão pela qual o Conselho Deliberativo da APAC havia decidido aceitar o acordo. O Conselho contava com muitos membros que haviam construído a experiência de Bragança Paulista junto com Nagashi Furukawa e provavelmente esperavam torná-la mais consistente a partir desta mudança. Apesar disso, corriam informações sobre a existência de dissidentes no Conselho, pessoas que, tanto quanto os voluntários, viam com desconfiança as mudanças propostas.

Esta preocupação foi expressa por um dos galerias, que perguntou-me de chofre:

? Você não acha errada essa mudança que está acontecendo na APAC? ? e continuou, dando um belíssimo depoimento do que era a vida na Cadeia Pública ? O pessoal da COESPE gosta de impor disciplina. Hoje tem muitos presos que colaboram aqui com o trabalho da APAC. Se começar a apertar muito, esse pessoal pode começar a desobedecer. Ou então, eles podem pedir um bonde (transferência) coletivo. Teve uma coisa sobre estratégia que eu aprendi, que é o seguinte: em time que está ganhando, não se mexe. Se a APAC está funcionando bem, por que mudar o jeito como as coisas são feitas? Teve uma época que os galerias batiam nos presos pra conseguirem colaboração, mas depois que trocaram os galerias a gente começou a lidar com eles na base da conversa. Eu garanto pra você que hoje preso nenhum apanha na APAC. E também é difícil entrar droga aqui, porque os próprios galerias são contra as drogas e não deixam os outros usarem. Não vou dizer pra você que não entra, porque sempre entra um pouco. Mas os próprios presos serem contra as drogas, você acredita nisso? O pessoal de fora pode andar tranqüilamente por aqui, até mulher, até autoridade, e ninguém mexe com eles. Aqui é a maior tranqüilidade entre os presos. Aqui não tem aquilo de você achar que pode morrer de uma hora pra outra, ou de ter uma rebelião. Aqui não tem rebelião porque os próprios galerias não deixam ter. Se fosse depender da segurança aí de fora, ninguém ia poder impedir. A APAC tem que continuar do jeito que está, não tem que

mudar nada. E o pessoal da COESPE é muito corrupto, eles estão muito acostumados com tráfico de drogas. Se eles entrarem aqui, a APAC vai virar um sistema igual ao resto.

Nesta fala, ele expressava um medo típico de galeria: como beneficiário da ordem vigente, que lhe outorgava poder sobre os outros presos, ele temia qualquer mudança. Mas, além disso, expressava um medo típico dos presos da Cadeia Pública. Eles estavam acostumados a viver numa instituição que, em vários aspectos, constituía uma ilha de excelência.

A mudança provocou reações também em outros agentes. Alguns funcionários mostraram desde o início sua insegurança em relação à presença da COESPE. O gerente da APAC, como já visto, mostrou-se particularmente preocupado. Em seu temor, ele expressava a função específica que exercia, mas também o clima reinante na unidade. Ele explicou também não saber como se daria a relação entre a APAC e a COESPE:

? Acho que a COESPE vai se instalar e a relação entre as duas vai se definindo aos poucos.

Suas dúvidas eram reflexo de um movimento institucional profundo, fruto de um horror despertado pela perspectiva de mudança que, no sistema penitenciário, pode ser desastroso. Essas dúvidas perpassavam todos os agentes institucionais.

Um indício dessas dúvidas foi o fato de que a primeira visita em grupo dos futuros agentes e funcionários da COESPE à Cadeia Pública foi marcada para um dia de festa. Foi no dia 12 de outubro de 2000 que a primeira delegação da COESPE visitou a APAC para conhecer seu funcionamento. Passaram quase despercebidos. Em certo momento, ao entrar na instituição fui acompanhado por uma mulher. Posteriormente, soube tratar-se da nova Diretora do Centro de Ressocialização. O fato de sua visita ocorrer naquele dia era significativo. Num dia de festa, tem-se um contato mais humano com as pessoas. A APAC havia preparado aquela ocasião para que os agentes da COESPE pudessem ver a instituição em pleno funcionamento e para que não tivessem uma visão demasiadamente burocrática dos presos. Era uma ocasião em que, talvez, os funcionários pudessem ver os presos com outros olhos, pudessem vê-los como gente. Todos desconfiavam de que a entrada da COESPE fosse destruir a experiência da APAC.

Sobre os carcereiros, o efeito desta nova situação foi diferente. Eles eram os únicos com total garantia de que seriam expulsos dali, já que eram subordinados a outra Secretaria. Muitos começaram a adotar uma postura mais amena, mais gentil, mais humana. Cumprimentavam-nos, como sempre, de forma bastante amigável. Mas havia agora um brilho de despedida em seus olhos. No mesmo dia da festa, encontramos alguns agentes da COESPE

que checavam itens de segurança na parte externa do prédio. Os agentes estavam sendo assessorados pelos carcereiros, com quem conversavam distraidamente. Quando passei por eles, pude ouvir um dos carcereiros lamentar-se pela sua saída:

? Esse presídio é “mamão-com-açúcar”, como dizem os presos. Aqui é bem tranquilo. É um lugar pra aposentar mesmo ? os agentes balançavam a cabeça e concordavam com ele.

*

O dia sete de outubro de 2000, como todo primeiro sábado do mês, começou na APAC com uma missa. Como sempre, após a celebração, havia a distribuição de prêmios para os melhores reeducandos do mês e todos os presos cantavam parabéns para os aniversariantes. Naquele dia, porém, uma novidade chamou a atenção dos presentes: o Secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, surgiu no meio da missa e permaneceu em pé, num canto do refeitório, observando a tudo com sua habitual neutralidade. Ao término da cerimônia, o gerente pediu a atenção dos reeducandos, pois Nagashi Furukawa gostaria de conversar com eles. O Secretário tomou a palavra, solene. Enquanto se preparava para falar, eu imaginava o motivo de sua visita. Nagashi Furukawa raramente ia à APAC. Sua visita era uma surpresa, tanto para mim quanto para a grande maioria dos presos. Creio que tampouco os outros voluntários tivessem sido avisados. Um certo suspense percorreu a audiência. Houve o mais absoluto silêncio. Todos se postavam em seus lugares, esperando o que viria. Ele trajava uma camisa xadrez de manga curta e calças jeans desbotadas. Mesmo assim, sua seriedade outorgava-lhe um ar bastante formal. Sua visita devia ter um bom motivo.

? Bom dia. Minha presença aqui é para explicar as mudanças que vão acontecer em breve aqui na APAC e tirar as dúvidas sobre este processo ? começou ele. ? Algumas pessoas estão intimidadas com as mudanças que vão ocorrer e que serão concluídas dentro de sessenta dias. ? Fez uma pausa e prosseguiu: ? Em primeiro lugar, aqui vai passar a ser chamado de “Centro de Ressocialização de Bragança Paulista”. Além disso, a administração sairá das mãos do Delegado e passará para as mãos de uma Diretora ligada à COESPE. Para quem estiver lembrado, essa Diretora já visitou a APAC há algumas semanas, na festa do Dia das Crianças. No cotidiano dos presos não haverá muitas mudanças. Mas algumas regras novas vão ser criadas e os presos vão ter que obedecer com maior rigor. O horário de levantar, por exemplo. Não haverá mais tolerância com presos que acordam tarde. Os galerias também vão começar a desempenhar suas atividades de uma forma diferente, porque os presos vão ser vigiados mais de perto por agentes penitenciários. ? essa informação provocou uma troca de olhares entre todos os presos.

Não havia ficado claro com a sua colocação se os galerias seriam substituídos em sua função de vigilância pelos agentes penitenciários ou se apenas seriam eles próprios vigiados mais de perto. Esta me pareceu uma questão central. Alterar o poder dos galerias poderia significar uma alteração profunda em todo o funcionamento da unidade. Mais tarde, conversando com os presos, eles expressaram a mesma preocupação. A única pergunta dirigida a Nagashi Furukawa foi a este respeito. Um dos presos mais antigos da Cadeia quis saber exatamente o que aconteceria com os galerias. A resposta de Nagashi Furukawa foi novamente inconclusiva. Depois, ele arrematou:

? Além de um aumento na disciplina e da supervisão dos galerias, pouca coisa vai mudar. ? E como se estivesse apenas concluindo, desferiu: ? E os presos do Centro de Ressocialização vão passar a usar uniformes.

Houve um burburinho geral, incontido. Todos se entreolhavam espantados. Isso representava para aqueles presos um duro golpe. Usar uniforme significava tornar-se um preso qualquer. Significava, antes de tudo, ser controlado de forma absolutamente constante. Um preso que estava ao meu lado mostrou-se indignado:

? Eu falei pros caras, eles não acreditaram. A COESPE é foda.

Nagashi Furukawa continuou sua exposição:

? Treze agentes penitenciários serão trazidos para cá e se revezarão em turnos de dois. ? Seu rosto iluminou-se num lampejo, como se ele finalmente estivesse pronto a dar alguma boa notícia. ? Com a mudança para a COESPE, vai ser muito mais fácil “dar o bonde” para quem não se adaptar ao método, porque nós vamos ter muitos presídios para onde mandarmos os presos – e sorriu, como se de fato tivesse dado alguma boa notícia. ? Por último, nós vamos tentar acabar com a circulação de dinheiro dentro do presídio.

Ele olhou a audiência estarelecida e perguntou se alguém queria falar alguma coisa. Após um breve silêncio, um dos galerias levantou a mão. Tendo sido, com um meneio de cabeça, autorizado por Nagashi Furukawa a falar, ele levantou-se com o corpo rígido e pôs-se de pé. Os presos começaram a murmurar frases recriminatórias, como “Demorou pra falar”, “Ih, já vai começar” ou “Ele tinha que falar alguma coisa. Não podia ficar quieto”. Ignorando todos os comentários, ele passou a falar, a respeito do acréscimo de disciplina, que isso era uma coisa muito boa. Explicou para todos que durante o tempo em que esteve em penitenciárias, sempre foi submetido a disciplinas rígidas e que isso tinha sido bom para formar seu caráter.

? É a mesma coisa que acontece com o exército ? ele disse, comparando a necessidade de disciplina nos dois âmbitos. Os presos, que já não demonstravam muita

simpatia por ele, voltaram a sussurrar que ele era um “puxa-saco”, e continuaram murmurando até o fim de sua fala.

Nagashi Furukawa esperou alguma outra manifestação, que não veio:

? Então acabou. ? E encerrou assim, de forma abrupta, aquele encontro.

O sentimento geral foi o de confirmação dos temores dos agentes institucionais. Voluntários e presos, principalmente, tiveram reforçadas as suas suspeitas de que a Secretaria de Administração Penitenciária provavelmente tentaria abortar os aspectos sentidos como mais positivos da experiência da APAC, principalmente a relativa liberdade de que gozavam os presos dentro da instituição e o relacionamento próximo entre presos e voluntários. A maneira como Nagashi Furukawa lidou com esses temores, através da simples ameaça de transferência, mostrava também uma disposição coercitiva que não era bem-vinda pela APAC. Acostumada a relacionar-se com os presos através de sutis acordos informais, da confiança nos galerias e da transferência como último recurso, o uso excessivo da força parecia à APAC desestabilizar os tênues fios que ligavam voluntários, presos e funcionários.

CAPÍTULO 19. A POSSE DA NOVA DIRETORIA

Dentre os eventos que marcaram o período que antecedeu à transição da Cadeia Pública para a Secretaria de Administração Penitenciária, um dos que mais elementos trazem à reflexão sobre este processo foi a cerimônia de posse da nova Diretoria do Centro de Ressocialização. Nessa cerimônia, apareceram de forma implícita alguns elementos que posteriormente se tornaram centrais nas relações entre a Diretoria do Centro de Ressocialização e a Diretoria e os voluntários da APAC. Isso significa que, de forma ainda nebulosa, já se delineava durante a cerimônia a forma geral da relação entre APAC e COESPE. Além disso, personagens importantes ligados à criação de políticas penitenciárias no Estado estavam ali, mostrando que aquela pequena instituição tinha uma importância crucial para o sistema penitenciário paulista.

A posse da Diretoria do Centro de Ressocialização aconteceu no dia 3 de novembro de 2000, sexta-feira de um feriado prolongado em que as ruas de São Paulo estavam completamente vazias, iluminadas por um belo sol de primavera.

A Cadeia vibrava num surpreendente frenesi. Automóveis apinhavam-se a sua entrada, gente aglomerava-se nas proximidades do portão. As conversas eram amplas, gestuais. Tratava-se de uma festa. Ao aproximar-me de carro, tive que aguardar as manobras de uma viatura policial que havia deixado ali uma pessoa. Neste espaço de tempo, três automóveis atracaram em meu retrovisor – algo impensável em um dia normal. Ao superar a viatura, outra surpresa: o estacionamento, em geral desocupado, já estava lotado. Automóveis se enfileiravam, procurando um lugar no agora acanhado espaço em frente à Cadeia.

A gente que ali estava também surpreendia. Espocava da multidão um sem-fim de ternos e gravatas. Eram o Presidente da OAB de Bragança Paulista, o Secretário Nagashi Furukawa, o Secretário Adjunto da Secretaria de Segurança Pública, o Vice-Prefeito de

Bragança Paulista, vários membros da Câmara Municipal e uma mancha de advogados. Dentre os voluntários, notei apenas os do grupo de Valorização Humana. Os demais grupos pareciam não estar representados. Apenas o coordenador da Pastoral Carcerária estava lá. Um Delegado estava presente, além de dois representantes da polícia militar. Também o Presidente da APAC e alguns outros membros da Diretoria.

Assim que cheguei à Cadeia, procurei encontrar-me com os outros voluntários da Valorização Humana. Todos já haviam chegado. Quase todos os personagens que eu conhecia da Cadeia, incluindo funcionários, estavam lá também.

Conversamos de início do lado de fora. Logo, a coordenadora da Valorização Humana pediu a um funcionário que nos deixasse entrar. No momento em que íamos entrar, a assistente da promotoria pediu-me que a ajudasse a encontrar os outros voluntários, pois esses deveriam entrar antes dos outros e, além disso, todos juntos. Eu assenti, mas, quando voltei a olhar para a coordenadora, a quem eu ia pedir ajuda, ela já estava entrando na Cadeia junto com os outros voluntários, deixando-me para trás. Entrou pelo portão secundário, aquele que levava os visitantes diretamente para o Anexo 2, a parte “nobre” da Cadeia. Posteriormente, ao entrarmos também, fizemos uso deste portão. Todos os outros visitantes fizeram o mesmo trajeto. Assim, ao evitar o contorno pelo depauperado Anexo 1, encurtava-se o caminho para o refeitório, onde seria realizada a cerimônia. Além disso, evitava-se que os visitantes fossem obrigados a vislumbrar o desprazível espetáculo dos homens enjaulados nas celas sombrias. Afinal, tratava-se de outro tipo de espetáculo.

Aparentemente, não havia mais voluntários, então eu esperei que a assistente voltasse para entrarmos. Logo, nós dois estávamos na “gaiola”, o espaço entre a grade externa e a interna, esperando que a grade interna fosse aberta. Mas por alguma razão eles não quiseram abri-la para nós e então tivemos que esperar ali dentro durante vários minutos até que mais uma dezena de pessoas passasse para lá e nós pudéssemos entrar. Quiçá, questões de segurança.

Pela primeira vez, vi um carcereiro dentro do prédio da Cadeia Pública. Bem arrumado, vestindo calça social e camisa bastante colorida, ele começou a fazer brincadeiras a respeito do fato de estar atrás das grades, dizendo, por exemplo, que eu não devia confundir-lo com os presos e que ele logo ia sair. Disse-o num tom bem humorado, parecendo estar contente com a movimentação e a novidade do que estava acontecendo. Um preso estava logo na entrada, colado ao carcereiro, como a recepcionar os convidados. Ao seu lado, outro preso também ciceroneava os visitantes.

Logo que os cumprimentei, passei para o refeitório, onde estavam colocadas as cadeiras e a mesa para a cerimônia de posse. O refeitório estava muito bem arrumado. De um lado, assentos para a platéia; de outro, cadeiras brancas, diferenciadas, dispostas ao redor da mesa, para os convidados de honra. Havia flores e toalha branca na mesa. A coordenadora da Valorização Humana estava sentada à terceira fileira de cadeiras, bem próxima à mesa. As outras voluntárias estavam sentadas à parte de trás do refeitório. Eu aproximei-me e sentei-me ao lado da coordenadora.

Conforme os convidados iam entrando, Nancy procurava explicar-me quem eles eram. Ela conhecia a maioria das personagens importantes presentes à festa. Tanto na entrada quanto neste momento, eu pude ter uma noção mais clara do papel fundamental desempenhado por esta pequena instituição provinciana no quadro prisional do Estado. Isso, posteriormente, foi ressaltado por Nagashi Furukawa em seu discurso.

Devemos considerar aqui ao mesmo tempo a presença de tantos personagens importantes e o clima de festa que reinava na unidade prisional, pois esses dois elementos relacionam-se diretamente ao papel que o Centro de Ressocialização desempenhava no sistema penal. As cerimônias de celebração que ocorrem em torno de certos eventos relacionados ao sistema penal resultam muitas vezes no enaltecimento do próprio sistema. A punição em si mesma raramente é celebrada nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ela costuma ocorrer em âmbitos privados, ocultos da curiosidade pública, e isso é resultado de alterações sociais amplas ocorridas a partir do século XVIII na Europa, principalmente na Inglaterra, quando o público começou a mudar de atitude frente às execuções ordinárias que ocorriam em praça pública, mostrando, ao invés do respeito temeroso anterior, atitudes de irreverência e até mesmo de admiração pelo criminoso a ser executado. Apesar da dor, assim, não ser enalticida publicamente exceto em ocasiões raras, o sistema penitenciário o é. Visto como a superação das formas bárbaras de punição, como ponto de crise da transição para a modernidade, o sistema penitenciário apareceu como o anverso das cerimônias de execução. E, apesar de submetido a críticas ferozes desde 1820, quando as prisões tornam-se modernas na Europa e nos Estados Unidos – isto é, superlotadas, insalubres, ineficazes para isolar os presos, depauperadas e violentas – o sistema penitenciário continua a aparecer como a única forma civilizada de punição. E a forma de lidar com esta contradição é considerar que a proposta ressocializadora da prisão é boa por si mesma – a prisão precisa apenas ser reformada, ser expurgada de suas falhas casuais devidas a problemas pontuais, precisa, enfim, ser de fato implantada.

Um evento recente significativo em São Paulo foi a demolição da Casa de Detenção, que foi exibida ao vivo pela televisão e tornou-se símbolo ao mesmo tempo da preocupação política em afastar da população aquela instituição vista como infernal e perigosa (como mostra a reportagem de Sallum, 2001) e de aprimorar o sistema penitenciário ao alojar os presos em unidades mais adequadas. A demolição da Casa de Detenção não celebrou a intenção de acabar com o sistema, mas de aprimorá-lo, torná-lo mais eficiente. Isso justifica a existência do sistema, pois transmite a mensagem de que ele precisa apenas de ajustes que o tornem mais adequado a sua proposta ressocializadora.

O clima de festa no Centro de Ressocialização pode ser lido a partir dessas considerações. Ao transformar em atração uma experiência vista de forma geral como bem-sucedida, celebrava-se o próprio sistema penitenciário e seu sucesso reformador. A APAC era a imagem do ideal penitenciário concretizado pelas mãos da comunidade. Ao obter um clima organizacional em que os presos sentiam, de forma geral, que seu envolvimento era recompensado com um ambiente mais agradável e com menor violência, a APAC produziu aquilo que os reformadores penais sonharam. Mostrou, assim, que o ideal penitenciário era factível e dependia de não mais que empenho administrativo e respeito pelos presos. A transferência para a Secretaria de Administração Penitenciária era o coroamento deste sucesso e por isso deveria ser marcada com uma festa.

As unidades prisionais reformadas, ao se transformarem em imagens do ideal penal, justificam a existência do restante do sistema e permitem que se continue a defender sua existência. Entre as instituições “falidas” e as instituições “modelo” existe uma relação orgânica que permite uma mútua justificação. Se há instituições modelo, é porque, frente ao restante do sistema, elas são vistas como muito superiores. Mas se há instituições modelo, é porque as outras instituições podem vir a ser iguais àquelas. As unidades prisionais reformadas têm como uma de suas funções justificar a existência de um sistema opressivo e aparentemente ineficiente, não permitindo que se pensem alternativas reais ao que existe concretamente. Nas palavras de Rotman (1998), “a própria existência da retórica da reforma e a realidade de alguns casos limitados de sucesso em instituições particulares podem bem ter fornecido uma desculpa para evitar maiores e mais fundamentais mudanças”¹⁷. O papel das instituições reformadas e, por fim, das várias tentativas de reforma, é o de justificar ideologicamente a existência do sistema. O Centro de Ressocialização era importante para o restante do sistema penitenciário por seu papel ideológico e, por isso, deve ser defendido e

¹⁷ No original, em inglês: “the very existence of the rhetoric of reform and the reality of a few limited successes in particular institutions may well have provided an excuse to avoid wider and more fundamental changes”.

enaltecido. Nagashi Furukawa dirá, no seu discurso durante a cerimônia: o Centro de Ressocialização tem que dar certo, custe o que custar.

A presença de tantas pessoas importantes, então, torna-se inteligível: ali, não se tratava mais de uma simples Cadeia de interior, mas de uma experiência essencial para o futuro do próprio sistema. Sendo, como era, o aglutinador das políticas de ressocialização da Secretaria de Administração Penitenciária, o Centro de Ressocialização de Bragança Paulista era um importante trunfo ideológico do sistema para sua continuidade temporal.

*

Após esta discussão, voltemos à cerimônia. Em certo momento, ao ver o refeitório praticamente lotado, comecei a me perguntar se haveria lugar para os presos. De fato, quando todos os convidados acabaram de chegar, restavam poucos lugares disponíveis e vários presos tiveram que ficar de pé, no fundo da sala, para acompanharem o evento. Havia mais ou menos quinze presos assistindo à posse, tanto do Anexo 1 quanto do Anexo 2. Perto dos 230 presos que ocupavam a Cadeia naquela época, o número era baixo. Apenas os galerias tiveram autorização para assistir à cerimônia. Esse é um fato importante. A cerimônia ocorreu dentro da Cadeia Pública. A escolha do local mostra a intenção de enaltecer a experiência apaqueana, de torná-la parte do espetáculo. Ao mesmo tempo, mostra um movimento de aproximação em relação aos presos. A mensagem que parecia emergir desta escolha era a de que se confiava plenamente nos presos. Mais tarde, evidenciando esta intenção, um a um os convidados de honra, ao pronunciarem seus discursos, apelaram para os presos: eles eram, diziam os convidados, a parte mais importante da experiência do Centro de Ressocialização, aqueles sem cuja colaboração não poderia haver sucesso, enfim, os atores principais da vitoriosa história daquela unidade prisional. Ao mesmo tempo, eles eram postos no fundo da sala, em pé, sem direito a conforto – eram subalternos. Não haviam sido convidados para a cerimônia, assistiam à cerimônia demonstrando evidente incômodo. Os convidados, à exceção dos voluntários e funcionários, também pareciam incomodar-se com sua presença. Os presos eram o pretexto da cerimônia. Alguns deles tinham mesmo de estar ali, ou a farsa seria evidente. Eles eram o fundo necessário sobre o qual se assentava a razão da cerimônia: mostrar o sucesso da APAC, fazer propaganda da sua eficácia ressocializadora. Não se esperava que eles falassem, agissem, se tornassem protagonistas. Esperava-se apenas que ficassem ali, passivamente outorgando autoridade a tudo o que ocorria.

Quando todos já estavam a postos, foi iniciada a convocação dos convidados de honra para ocuparem seus lugares ao redor da mesa. Assim que todos se posicionaram, alguns convidados tomaram a palavra e fizeram breves pronunciamentos. Falaram o Delegado, o

Secretário Adjunto da Secretaria de Segurança Pública, o Juiz Corregedor, Nagashi Furukawa e, por fim, a nova Diretora do Centro de Ressocialização.

Na fala do Delegado, foi feita uma alusão aos problemas que a polícia civil enfrenta quando tem suas funções desviadas e é obrigada a tomar conta de presos. Ele ressaltou os casos de Delegados que usam de seus próprios recursos pessoais para comprarem itens em falta nas Cadeias, concluindo que há bravos casos de heroísmo entre os Delegados. Todo o seu discurso se deu com base no argumento de que era de fato melhor que a Secretaria de Administração Penitenciária tomasse conta dos presídios. Ele deu as boas-vindas à nova Diretora (como também todos os demais fizeram), enfatizando a responsabilidade que ela teria em administrar um presídio como aquele e encerrou sua fala.

O Juiz teve uma fala bastante breve na qual basicamente ressaltou a importância do Centro de Ressocialização de Bragança para todo o sistema penitenciário paulista – e agora podemos ler suas palavras sem ingenuidade – e deu as boas-vindas à nova Diretora.

Nagashi Furukawa, por sua vez, deixou bem claro o papel fundamental exercido pela APAC no cenário penitenciário estadual. Discorreu acerca dos problemas financeiros que impediam a total transposição da custódia dos presos para sua Secretaria, mas disse que esse era um objetivo a ser alcançado em médio prazo. Discorreu sobre a pena de prisão, acusando-a de ser uma instituição falida e um mal, necessário apenas na medida em que não se encontrou nada melhor para pôr em seu lugar. Num terrível pessimismo, ele afirmou acreditar que as futuras gerações, “senão no século que entra, mas no milênio que entra”, saberiam encontrar uma forma mais inteligente de punir e poderiam se perguntar, incrédulas, como havia sido possível que em pleno século vinte e um seus antepassados ainda punissem os semelhantes com algo tão bárbaro como a prisão. Nagashi Furukawa ressaltou que a pena de prisão contrariava um dos instintos mais preciosos do ser humano, que é o da liberdade, e por isso estava fadada ao fracasso. Ao final, deu um recado aos presos:

? Para a APAC dar certo, é imprescindível o concurso de vocês. Mas a APAC vai dar certo. Para aqueles que não quiserem colaborar ? ele garantiu ? haverá o privilégio de escolherem para qual presídio querem ser transferidos.

Os presentes riram, espantados. Eu não pude deixar de ficar constrangido.

Depois do discurso de Nagashi Furukawa, foi a vez da nova Diretora falar. Ela se levantou, visivelmente nervosa, trazendo à mão duas ou três folhas de sulfite. Pediu para que um senhor segurasse o microfone para ela e, com as mãos trêmulas, começou a ler. Sua fala, assim como a de Nagashi Furukawa, ressaltou que a pena de prisão estava falida e que o ideal era procurar outros modelos de punição que não aquele. Ressaltou que sua formação era em

Serviço Social, o que lhe trazia uma visão diferenciada sobre a administração de presídios. Enfatizando a importância dos presos, procurou pedir a todos que unissem forças para dar prosseguimento ao trabalho já realizado e melhorá-lo ainda mais.

É curioso notar como as pessoas agora mais diretamente envolvidas com a administração do Centro de Ressocialização fizeram questão de enfatizar que a prisão era uma instituição falida. Cabe-nos perguntar se a ambigüidade aparente – criticar a prisão e aceitar administrá-la – não pode ser entendida pela discussão feita acima sobre o caráter ideológico da reforma prisional. Pode ser consequência direta desse problema. A prisão talvez seja a única instituição no Brasil que dependa basicamente de seus inimigos para continuar existindo. Luiz Camargo Wolfmann, que foi Diretor da Casa de Detenção de São Paulo, afirmou, em um capítulo chamado “Réquiem por um sistema”, que os presídios do Estado de São Paulo, algo “tão sólido e com prognóstico, sem sombra de dúvida, promissor” num passado não muito longínquo, começaram a “deteriorar inexoravelmente e de forma tão melancólica” que se transformaram em simples “depósitos de presos, onde o homem, apenado ou não, ao passar pelo ‘portal do inferno’, vê a esperança, esse sentimento tão vital para a sobrevivência humana, evaporar-se como qualquer substância volátil, para dar lugar ao desespero” (WOLFMAM, 2000: 21).

Faz parte intrínseca do funcionamento do sistema penitenciário que o movimento de crítica seja a sua própria essência vital.

A maneira como os presos foram mencionados também deve ser mais bem entendida. Nos discursos dos convidados, os presos sempre foram mencionados como o grupo fundamental para o sucesso da APAC. Eles continuamente foram convidados a cooperar com o trabalho da APAC, já que sem seu empenho o trabalho não iria funcionar. Não havia nisso tom de ameaça, à exceção de Nagashi Furukawa. Eles não eram o objetivo da APAC, eram colaboradores. Os discursos portavam um tom ameno, conciliatório. Foi esse tom que Nagashi Furukawa quebrou. Quando ele fez menção às transferências, as pessoas riram, mas pude notar que ficaram espantadas. Em certo sentido, elas, como eu, também estavam desconcertadas.

Pode parecer, à primeira vista, que Nagashi Furukawa tenha sido grosseiro. Afinal, não se ameaça assim pessoas cuja colaboração estamos solicitando. Mas sua ameaça foi condizente com o clima geral da reunião. Talvez fosse mesmo necessária – um mal necessário, como a prisão. Se à gentileza demonstrada pela sociedade para com os presos, evidenciada no tratamento “igualitário” dispensado pelo Poder Judiciário, corresponde este mal necessário da prisão, à gentileza expressa nos discursos deve corresponder uma

deselegante advertência, a lembrar sempre que a força permanece atuante nos espaços em que o círculo cultural é ineficaz para impor a ordem. Mas numa sociedade em que este círculo encontra-se em estado de deterioração, talvez seja elogiável ainda a sua existência. Sem este contorno, não haveria APAC.

Os convidados de honra, nos seus discursos, sequer mencionaram os voluntários. Ao final, antes que todos saíssem, um preso levantou-se, pedindo a palavra, e entregou um vaso de flores à Diretora. Virou-se para a audiência. Em tom de discurso, ressaltou o papel fundamental que os voluntários desempenhavam para o bom funcionamento da instituição. Disse que todos deveriam ser gratos aos voluntários, que dedicavam seu tempo com amor aos presos, mostrando mais interesse que os funcionários, que recebiam um salário para trabalharem. Criou-se um evidente constrangimento na sala. O gesto de aproximação, porém, pareceu ter sido apreciado pela nova Diretora.

Não ficou claro para mim naquele momento se ele se devia à aparente depreciação do trabalho dos funcionários ou à exaltação do voluntariado. Sua fala, para ser bem entendida, deve ser situada no contexto da cerimônia. Havia nos discursos dos convidados uma evidente subvalorização do trabalho voluntário. Poderíamos considerar um lapso que alguns palestrantes tivessem se esquecido de mencionar os voluntários – o que seria já material de conjecturas – mas não podemos considerar um lapso a sua ausência de todos os discursos. O trabalho voluntário era a base explícita da proposta da APAC. A ressocialização através de um contato intensivo com a comunidade era buscada a partir do voluntariado, que perpassava desde a Diretoria da APAC – formada por voluntários – até os grupos de base que desenvolviam trabalhos terapêuticos ou de evangelização. A ausência da menção aos voluntários indicava uma tendência que perpassava o movimento institucional de crítica ao trabalho voluntário como era executado naquele momento. Os eventos futuros tornaram possível situar melhor esses acontecimentos. Conforme os funcionários da COESPE foram se adaptando ao funcionamento do Centro de Ressocialização, foram impondo restrições cada vez maiores ao trabalho voluntário. Em certo momento, os voluntários passaram a suspeitar mesmo que a COESPE tencionava destruir de uma vez por todas o trabalho voluntário. Os voluntários passaram a ser submetidos a humilhações freqüentes e começaram a entender algumas exigências da COESPE como ameaças veladas. Assim, a presença intensiva do Estado entrou em conflito com o trabalho voluntário e isso tornou a presença da comunidade menos importante. Em longo prazo, implicava em um ataque à própria atuação da APAC.

Depois de encerrada a cerimônia, permanecemos durante algum tempo conversando no refeitório. Alguns convidados palestravam com os presos e com os voluntários. Eu quis

puxar conversa com um preso, mas ele estava apressado. Pediu-me licença com educação: tinha que ir “vender seu peixe”. Aproximou-se do Juiz e enfrentou a fila de presos que já se formava, todos querendo informações sobre suas situações processuais.

Depois disso, todos os convidados se dirigiram à sala de aula, onde houve um pequeno coquetel. Grupos se formavam para trocar impressões. Olhei ao redor e, surpreso, notei uma ausência: não havia presos ali. Finda a cerimônia, eles não eram mais necessários.

CAPÍTULO 20. AS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS PELA NOVA DIRETORIA DO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO

As mudanças com a transferência para a Secretaria de Administração Penitenciária começaram a aparecer lentamente e se apresentaram como aquilo que os presos e os voluntários temiam: um aumento no rigor disciplinar, que foi se intensificando à medida em que os funcionários da COESPE adquiriram conhecimento prático sobre o funcionamento do Centro de Ressocialização. Esse maior rigor apresentou-se como alterações em diversas áreas da vida prisional, que trouxeram consequências para os agentes institucionais. Dentre essas alterações, algumas serão consideradas para exemplificar o processo. As percepções de presos, voluntários e funcionários serão analisadas para entender o impacto dessas mudanças. A forma como voluntários e presos entenderam essas transformações fez com que se iniciasse um movimento de resistência à COESPE liderado pela Diretoria da APAC e por alguns presos. As razões para essas alterações, sob o ponto de vista da COESPE, foram enunciadas explicitamente pela Diretora do Centro de Ressocialização.

A estrutura organizacional do Centro de Ressocialização passou a contar com uma Diretoria Técnica ligada à COESPE. A esta Diretoria estavam subordinados a Comissão Técnica de Classificação, responsável por elaborar laudos técnicos sobre os presos; o Núcleo Administrativo; a Equipe de Controle de Prontuários; a Equipe de Escolta e Vigilância; e o Núcleo de Segurança e Disciplina, ao qual estava subordinada a Equipe de Segurança e Disciplina. Foi com esta nova estrutura organizacional que a APAC passou a interagir diretamente. A Diretoria da APAC tinha agora que se reportar à Diretoria ligada à COESPE.

20.1. A estratégia adotada pela COESPE.

No início, não foi possível notar nenhuma alteração importante no funcionamento do Centro de Ressocialização com a presença da COESPE. Os carcereiros continuavam trabalhando à entrada, exatamente como antes. O objetivo era permitir que os agentes penitenciários recém-ingressados fossem lentamente aprendendo a adotar as práticas típicas daquele Centro de Ressocialização. Alguns dos agentes penitenciários teriam ali seu primeiro contato profissional com uma prisão.

Isso me levou a duvidar de que os funcionários da COESPE de fato estivessem trabalhando ali. Eu quase não os via – melhor dizendo, eu jamais os via nos primeiros dias. Perguntei a um carcereiro, que me garantiu:

? Eles já estão trabalhando com força total.

Alguns dias após a transferência, pude notar um primeiro sinal de mudança. Jogava xadrez com um dos galerias. Estávamos no Anexo 1, no setor pelo qual ele era responsável. Aproximou-se um galeria do Anexo 2, contando-nos algo que, para um ouvido voluntário, constituía uma estranha novidade:

? O Diretor de Disciplina (um dos membros da nova Diretoria) tá mandando todos os presos para as celas ou os pátios, tá mandando todo mundo sair do corredor. Ele falou que só pode ficar no corredor quem tiver mesmo que ir pra algum lugar.

Os presos reclamavam desta exigência.

? Mas eu falei pra eles que tá certo, que só os galerias têm que ficar no corredor.

Parecia uma intervenção pequena o bastante para que fosse aceita sem maiores contestações. A postura da COESPE parecia bastante respeitosa.

Lentamente, as alterações foram se tornando mais evidentes. As restrições começaram a se tornar incômodas e mudar substancialmente a maneira como atuavam os agentes institucionais. Isso mostrava por parte da COESPE a utilização de uma estratégia que não passou despercebida a ninguém, mas que foi identificada com precisão por um dos presos. Ele chamou a estratégia utilizada pela COESPE de “estratégia da catraca”: a COESPE estava, aos poucos, aumentando a rigidez do sistema para não permitir que houvesse retrocessos em suas decisões. O horário de dormir serve como exemplo. Primeiro, foi exigido o cumprimento rigoroso do horário de dormir (a permanência de todos os presos em suas celas a partir das 22:00h). Quando todos já estavam obedecendo, começaram a exigir que as luzes fossem apagadas exatamente às 22:00h. Depois, proibiram o uso de chuveiros a partir de um

determinado horário e passaram a ameaçar cortar a água do prédio a partir das 22:00h. Os funcionários da COESPE começaram a proibir o uso de aparelhos de som a partir deste horário e a exigir que os aparelhos de TV fossem assistidos sem som.

Esta forma de atuar se justificava pelas características da própria situação institucional da unidade prisional. O Centro de Ressocialização de Bragança Paulista era o primeiro de uma série, e por isso não havia experiências anteriores que apontassem o caminho a seguir, tanto para a COESPE quanto para a APAC. O gerente da APAC opinou que a relação entre as duas organizações se definiria lentamente, ao longo do tempo. Isso acabou se confirmando. Só foi possível delinear a posição da APAC na nova ordem institucional depois de decorridos alguns meses da transferência. Poderíamos, então, supor a existência de um processo complexo de forças que levasse lentamente a uma nova definição da posição relativa entre as duas organizações e que, em princípio, não tivesse sido planejada por nenhuma delas. Poderíamos dizer que os agentes sociais envolvidos não tivessem consciência do caminho que estavam percorrendo, sendo o resultado final fruto não casual, mas imprevisto, de uma situação dada. Mas não foi essa a percepção dos membros da APAC. Desde o começo temia-se a interferência da COESPE pelo seu caráter centralizador e coercitivo. Os presos, os voluntários, os Diretores da APAC, sabiam dos riscos que estavam enfrentando e procuraram se preparar. A intenção da COESPE parecia ser, desde o início, produzir alterações no cotidiano daquela instituição prisional. As alterações observadas faziam parte de um plano já delineado pela Secretaria de Administração Penitenciária que incluía o Centro de Ressocialização de Bragança Paulista numa posição específica e que deveria ser imposto contra todas as resistências de presos e voluntários. Mais do que a construção de uma tessitura social a partir das ações individuais, deu-se a concretização dos planos de antemão elaborados pela COESPE. De fato, a posição da APAC só ficou delineada algum tempo após a mudança, mas não porque a relação entre APAC e COESPE tivesse se modificado ao longo desse tempo, tendo um caráter em princípio indefinido, e sim porque a COESPE só aos poucos foi conseguindo impor seus planos. Isso quer dizer que o caráter indefinido da relação foi a maneira pela qual ela se apresentou inicialmente à consciência dos homens envolvidos no processo. Em nível macroscópico, esta relação tinha desde o início um caráter necessário.

20.2. Algumas alterações no cotidiano institucional.

20.2.1. Uma primeira alteração.

Quanto ao cotidiano dos presos, a primeira intervenção notável que presenciei ocorreu em uma situação até certo ponto fora do comum e que se justificava facilmente, tendo se dado alguns dias após a mudança administrativa. Encontrava-me na cela de um preso, para onde me dirigi logo que cheguei à APAC pela manhã. Alguns presos dormiam. Outros assistiam à televisão, que quase não emitia som. O preso, que me havia convidado para entrar, trabalhava entre pausas em um barquinho de madeira que estava construindo. Ele estendia no chão dois cobertores, acendia um abajur e concentrava-se na tarefa que lhe tomava todo o dia. Assim, não atrapalhava os presos que preferiam continuar “fora” da Cadeia. Acordar um preso é algo muito perigoso, é pô-lo de volta atrás das grades. Atrás do “come-quieto”, o lençol que eles apõem sobre os treliches para se isolarem em seus leitos, eles podem se sentir um pouco mais livres. E assim, o preso também trabalhava em paz.

Naquela época, eu era seu futuro padrinho de casamento. Sua esposa já me chamava de padrinho. Toda vez que o encontrava, eu perguntava impaciente pela data do casamento, que era sempre adiada para um futuro próximo por questões de segurança. Desta vez, com rosto crispado, ele contou-me que minha posição estava ameaçada:

? Gustavo, acho que não vai ter mais casamento.

Olhou para o chão.

? A Diretora não quer me liberar para ir pro cartório. Falaram que a COESPE não libera preso para sair a não ser em situação extrema.

? E não tem outro jeito? ? perguntei.

? O único jeito é trazer o cartório aqui pra dentro. Mas isso já é bem mais difícil de fazer.

E a Diretora parecia estar inclinada a dificultar ainda mais as coisas.

? A assistente social veio aqui me dizer que a Diretora não tá entendendo por que eu quero casar tão rápido. Falou que se não tiver um esclarecimento, não vai deixar eu me casar.

? E o que você respondeu?

? Eu falei: eu amo minha esposa e tenho três filhos com ela. Acho que isso é motivo mais do que suficiente para querer casar. ? E comentou, desanimado ? Mas eu sei que até o ano que vem não vai acontecer nada.

20.2.2. As visitas.

Áreas mais sensíveis do funcionamento institucional também começaram a ser afetadas pelas propostas da COESPE. Na mesma visita, o preso contou-me que a nova Diretora queria alterar o sistema de visitas, promovendo o que ela caracterizava como “melhorias”. Em primeiro lugar, propunha mudar os dias de visita. Tradicionalmente, eles ocorriam na quinta-feira e no domingo. Passariam a ocorrer aos sábados e domingos. Em ambos os dias havia visita íntima. Ela propunha que aos sábados só ocorressem visitas normais. Assim, alegava, seriam fortalecidos os laços familiares, com a realização de visitas mais “amenas” em que os pais presos pudessem estar mais tempo com os filhos e com os outros parentes. Os presos reagiram com indignação às propostas. Reclamavam pela mudança nos dias, já que muitos parentes haviam estruturado sua vida cotidiana a partir daqueles dias de visita e teriam problemas em reestruturá-los para conter as alterações; e reclamavam, principalmente, pela diminuição no número de visitas íntimas. Quanto às visitas íntimas, a Diretora propunha mais novidades. Elas tradicionalmente ocorriam em barracas de lona montadas nos pátios do Centro de Ressocialização. Agora, a Diretora propunha que elas fossem realizadas nas próprias celas dos presos. A justificativa para a proposta reportava-se a motivos de higiene. Mas os presos não concordavam com esta proposta. Enquanto havia no pátio a possibilidade de vários presos realizarem visitas íntimas ao mesmo tempo, a nova situação não permitiria que elas ocorressem simultaneamente para presos da mesma cela. Em muitas unidades prisionais isso ocorre de praxe. Os presos que recebem visita íntima levam suas companheiras para sua própria cela. Nesses lugares, foram encontradas formas de tornar os encontros simultâneos menos constrangedores. Usa-se um “come-quieto” sobre o beliche para que não seja possível ver o que ocorre em cada leito. E, como norma geral, são proibidos os comentários externos sobre o que acontece em cada cela. Os eventuais sons, conversas ou acidentes presenciados são guardados como segredo entre os “moradores” da cela, numa

forma de privacidade cujo substrato físico é bastante precário e que conta, por isso, com um poderoso fundamento simbólico. Uma evidência de que isso é sentido como humilhação pelos presos vem da resistência que os presos do Centro de Ressocialização fizeram à idéia. Para eles, desacostumados destes arranjos institucionais, a alteração soava como uma afronta. A alteração apresentava-se como uma forma cruel de coerção gratuita sobre suas vidas.

Os procedimentos de revista efetuados nos familiares nos dias de visita também foram alterados, tornando-se alvo de reclamações dos presos e de mobilização dos voluntários. Agora, esposas, crianças, senhoras idosas e demais visitantes deviam eventualmente se despir para poderem entrar no Centro de Ressocialização. Esse era o padrão nas instituições penais do Estado de São Paulo, mas era algo com que os presos do Centro de Ressocialização não estavam acostumados. Sob o controle da APAC, a Cadeia de Bragança Paulista tinha adotado uma forma mais branda, que não incluía a revista íntima. Um preso comentou a novidade, explicando-me o clima geral de irritação dos internos:

? Quando um preso recebe visita, ele quer espairecer um pouco, se desligar dos problemas do presídio. Antes, os visitantes chegavam alegres e ajudavam os presos a melhorar seu humor. Agora, por causa da revista, os visitantes já chegam no veneno e ficam reclamando por causa da humilhação que passaram na revista. Aí, os próprios presos ficam no veneno e começam a se sentir revoltados. Tem esposa que disse que ia parar de visitar o marido.

Algumas senhoras mais idosas, comentou outro preso, não tiravam a roupa sequer na frente do médico. Agora, eram obrigadas a ficar nuas na frente de desconhecidos que as examinavam minuciosamente.

Além disso, as normas com relação aos trajes dos visitantes tornaram-se mais rigorosas. Algumas pessoas, desavisadas das novas exigências, por causa das roupas que usavam, tinham que dar meia-volta e ir para suas casas. Não se permitia, sob hipótese alguma, mulheres de mini-saia ou blusas decotadas, ou homens com bermudas ou camisetas regata.

Além disso, agora só se admitiam irmãos, pais e filhos. Sobrinhos não entravam mais. Vários irmãos de presos, muitas vezes vindos de longe, tinham que desistir da visita, pois, por desconhecerem o novo regulamento, levavam juntos seus filhos pequenos que não podiam entrar.

Logo após a transferência para a Secretaria de Administração Penitenciária, o sistema usado para receber os visitantes era o mesmo anteriormente usado pela APAC. Os visitantes passavam pelo portão externo do Centro de Ressocialização e dirigiam-se a algumas mesas localizadas no estacionamento onde funcionários cuidavam de vistoriar os documentos

necessários para a entrada. Os visitantes barrados, porém, não o aceitavam de bom grado e às vezes reclamavam abertamente contra os funcionários. Estes, por sua vez, passaram a temer a ocorrência de problemas com a segurança. Por precaução, começou a ser planejado um sistema de guichês através do qual os familiares não entrariam mais no espaço físico da APAC para preencherem as fichas. O sistema de guichês foi construído com mão-de-obra presa e demorou alguns meses para ser concluído. Os visitantes se identificavam nesses guichês, que funcionavam como bilheterias de estádios de futebol. Assim, não tinham mais que entrar no espaço físico do presídio para preencherem as fichas, e não traziam mais problemas aos funcionários, que podiam dispensá-los de maneira mais impessoal. Se isso facilitava o trabalho dos agentes responsáveis pela entrada, tornava o contato dos visitantes com os presos ainda mais aversivo e distante, contrariando os princípios sobre os quais havia sido erguida a experiência apaqueana.

O rigor na entrada de visitantes teve ainda outro elemento restritivo: cada preso, agora, só podia receber uma namorada. Alguns presos tinham várias namoradas ou companheiras e costumavam receber uma a cada dia da semana. Agora, tinham que escolher quem eles queriam receber. Era provável que muitos contratassem prostitutas que se identificavam como namoradas. A nova Diretoria pediu para cada Anexo uma lista com o nome da visitante. O Anexo 1, onde os presos tinham menos mobilidade, elaborou a lista em três dias. Já o Anexo 2 demorou duas semanas para elaborar a lista. A Diretora brincou com o preso responsável pela lista:

? Vocês estão escolhendo quem vocês querem para a visita?

Além disso, apesar dos protestos de alguns presos, as namoradas todas foram registradas, para controle da Diretoria, como amásias, no caso de haver visita íntima. As reclamações se davam de duas formas diferentes: alguns presos queriam que a visitante fosse classificada como namorada e outros queriam que fosse classificada como esposa. Para ambos os grupos, o termo “amásia” soava como pejorativo. E, de fato, um dos sinônimos de “amásia” é “concubina”, que indica uma ligação conjugal extra-oficial. Esta padronização soava aos presos como desnecessária e vexatória. Quando a Diretora comentou a novidade deu-lhe um ar de vitória. Mostrou-se triunfante, como se agora fosse exigido dos presos o necessário comprometimento moral com as visitantes.

Alguns meses após a entrada da nova Diretoria, as visitas sofreram ainda outras alterações. Antes, nos dias de visita as celas eram abertas para todos os presos, independentemente de estarem recebendo visitas ou não. Depois, os presos que tinham visitantes podiam sair da cela; os outros não. Se uma pessoa resolvesse visitar um parente e,

criando amizade com outro preso, pedisse para visitá-lo, a Diretoria impediria imediatamente a visita, pois agora cada visitante tinha que escolher apenas um preso para visitar. Quando um preso excluía alguém de sua lista de visitantes, cujos nomes deviam constar do rol apropriado, ele só podia pedir o retorno da pessoa após seis meses.

As revistas íntimas continuaram ocorrendo, sendo uma das causas da demora na fila. Outra causa, mais importante, foi o incremento nos procedimentos burocráticos envolvidos na permissão para as pessoas adentrarem o Centro de Ressocialização. Antes, a simples apresentação de uma carteirinha credenciava a pessoa para entrar. Depois, o procedimento tornou-se muito mais complexo, envolvendo o preenchimento de uma série de formulários e apresentação de inúmeros documentos.

Essas alterações todas merecem um comentário. Percebe-se aqui uma tendência para formalizar o contato entre visitantes e presos, no sentido de considerar que haja uma norma de procedimento a ser seguida e tornada independente do caso em exame ou de questões de mérito, dando-lhe uma estrutura mais estável, menos variável com as situações. Isso pode estar ligado a um modelo administrativo mais burocrático e centralizador que, aos poucos, passou a ser adotado pela nova Diretoria, e sobre o qual se falará mais tarde.

Além disso, o argumento utilizado para justificar as mudanças era o aprimoramento das relações familiares. Este argumento, porém, deve ser questionado frente às ações concretas adotadas pela administração e frente ao pano de fundo histórico em que este debate se situa. Se considerarmos as alterações implementadas veremos que nem todas podem ser adequadamente explicadas a partir de um interesse em ampliar o contato do preso com sua família. Ao contrário, boa parte delas tem como consequência direta uma diminuição no contato com os familiares. Este é o caso da realização das revistas íntimas, das restrições a familiares em primeiro grau, da construção de guichês, da classificação das namoradas como amásias, da permissão para a saída exclusivamente para presos com visitantes, da restrição a um preso por visitante e do aumento nas exigências burocráticas. Portanto, não se pode considerar que a nova Diretoria estivesse buscando apenas este objetivo. Historicamente, a visita íntima foi implementada, entre outras coisas, com o objetivo de fortalecer os laços familiares e permitir que o preso tivesse meios de se reinserir socialmente após sua saída. É curioso que exatamente o mesmo argumento tenha sido levantado para explicar as restrições impostas pela Diretoria do Centro de Ressocialização às visitas íntimas. Ou seja, as relações familiares aparecem como uma espécie de curinga que serve para justificar as práticas mais opostas. Por isso, este argumento deve ser olhado com cautela e comparado às ações concretamente implementadas.

20.2.3. A entrada de materiais para os presos.

Além das restrições às visitas, a Diretoria passou a controlar com maior rigor a entrada de materiais destinados aos presos. Um preso que realizava trabalhos manuais desde que entrara na Cadeia, começou, por causa das restrições, a enfrentar problemas para trabalhar. Seus barcos de madeira eram construídos para serem colocados dentro de garrafas de vidro, servindo de adereço, e para isso muitas vezes os voluntários se mobilizavam atrás de adegas que pudessem fornecer os vasilhames adequados. Depois da mudança administrativa, porém, isso não era mais permitido. Os voluntários não tinham mais permissão de levar para os presos objetos feitos de vidro. O preso só podia utilizar lâmpadas elétricas queimadas, nas quais inseria seus barcos, o que tornava seu trabalho mais difícil e menos rentável. As pequenas lâmpadas de vidro exigiam do artesão muito mais paciência e precisão. Por outro lado, enquanto se pagava até cinquenta reais por um barco na garrafa, as lâmpadas não atingiam mais do que cinco reais.

A oficialização dessas restrições ocorreu durante uma reunião entre a nova Diretoria do Centro de Ressocialização e os coordenadores dos grupos voluntários. Um procedimento meticuloso passou a ser exigido dos voluntários. Cada grupo tinha que elaborar uma lista com os materiais necessários ao seu trabalho. A lista seria submetida à aprovação da Diretoria do Centro de Ressocialização. Os materiais permitidos seriam colocados numa lista definitiva que ficaria sob os cuidados dos agentes penitenciários. Quando da entrada do grupo para a visita, os materiais portados pelos voluntários seriam comparados à lista e só seriam admitidos aqueles que lá constassem. Comentando as inovações, a coordenadora da Valorização Humana resumiu:

? São adaptações feitas pra quando os agentes penitenciários substituírem de vez os carcereiros. Assim, os voluntários já vão se acostumando pra não terem problemas de relacionamento com eles no futuro.

Quanto à atividade voluntária, já não podíamos comprar produtos pedidos pelos presos e entregá-los no mesmo dia. A prática de sair da APAC, efetuar compras para os presos e entregá-las, começou a ser proibida. Certa vez, ao comprar um filme para máquina fotográfica

e tentar entregá-lo, fui barrado pelo carcereiro que, com muito tato, explicou-me as novas regras. Tive de deixar o filme com ele para que fosse entregue no dia seguinte. Mas, ao pedir para conversar com o preso e explicar-lhe o que acontecera, fui imediatamente autorizado, o que mostrou a sobrevivência ainda, neste primeiro momento, de práticas anteriores à COESPE.

A posição da COESPE a respeito da entrada de materiais foi se tornando cada vez mais evidente. Certa vez, ao atender a um novo pedido de compra de filme fotográfico, tive de depositá-lo nas mãos do agente. Fui tratado com uma frieza que não tinha experimentado desde as primeiras visitas que realizei ao DACAR-7 em 1999. Naquela instituição, ao entregar os remédios pedidos pelos presos, os carcereiros nos tratavam à base de palavrões e ameaças. Na APAC, a grosseria não chegou a este ponto. O agente responsável, porém, nem olhou para meu rosto. Quando cheguei, assistia à TV. Fez sinal para um agente mais novo, provavelmente um novato, que anotou meus dados pessoais. Terminado o processo, o agente mais velho abriu a caixa na minha frente. Abriu a embalagem interna de plástico. Virou o filme para um lado e para o outro, como se quisesse ter certeza da idoneidade do produto. Chacoalhou a caixinha de papel para verificar se algo não caía dali de dentro. Entrementes suspirava, impaciente. Ao terminar sua inspeção, pôs o produto de lado e não me olhou: voltou os olhos para a TV novamente e eu tive que supor estar encerrado o procedimento de revista. Até aquele momento, eu sempre havia travado contato principalmente com os carcereiros da Cadeia. Era sempre tratado com respeito, quando não com deferência. O tratamento agora me havia surpreendido. Senti-me afrontado. Tive vontade de dizer-lhe alguma coisa, mas nada me escapou. Pouco antes, por medo de incorrer em alguma infração, eu havia ido confirmar com o Diretor de Disciplina se poderia depositar o filme com o agente. Agora, sentia-me um pouco como Graciliano Ramos (1969: 72) ao ter sua correspondência revistada na prisão: o procedimento todo era evidentemente supérfluo e parecia ter a única intenção de afrontar o voluntário. Peguei-me pensando se não seria ainda um problema de adaptação. Os novos agentes não conheciam o funcionamento daquela instituição e por isso, talvez, tratassem daquela maneira os voluntários.

O processo de restrição à entrada de objetos levados pelos voluntários seguiu um padrão que variou no tempo. Pouco depois da entrada da COESPE, foram proibidos objetos que não fossem essenciais para o trabalho. Algumas semanas depois, os presos relatavam que certos objetos antes proibidos estavam sendo novamente liberados. Um dos presos contou ter trabalhado com um grande pedaço de madeira levado por Nancy, o que algumas semanas antes não seria permitido. Ao mesmo tempo, a COESPE publicou uma circular em que

proibia a posse de objetos pérfuro-cortantes desde que uma grande quantidade deles havia sido encontrada em uma cela. Em outro momento, variando o procedimento, e decorridos mais de dezoito meses desde a entrada da COESPE, participei de um trabalho junto com algumas voluntárias que realizavam estágio em Terapia Ocupacional e Psicologia. Para o trabalho que realizavam com os presos, utilizavam alguns produtos “perigosos”, como tinta e tesoura. Todos os voluntários que participavam do trabalho tiveram que assinar um termo de responsabilidade sobre os objetos: caso algum se extrviasse, seríamos os responsáveis. Ao final de cada dia de trabalho, os objetos eram colocados sob a responsabilidade de um preso de confiança da Diretoria da COESPE, que, a partir daí, se responsabilizava por eles. Os procedimentos variaram da seguinte forma, no geral: um primeiro momento voltado para a adaptação em que lentas restrições foram se impondo de forma quase imperceptível, a não ser para aqueles presos que trabalhavam com artesanato e por isso dependiam de um fluxo mais intenso de materiais; um segundo momento em que as restrições eram bastante rígidas e poucos materiais eram admitidos; e um terceiro momento, quando a transferência e a nova Diretoria já estavam consolidadas, em que eram permitidas diversas exceções às regras impostas, sem, porém, haver uma volta à grande liberdade experimentada sob a Secretaria de Segurança Pública.

20.2.4. As restrições aos horários dos grupos voluntários.

Transcorrido mais ou menos um mês desde a posse da Diretoria, recebi uma ligação da coordenadora da Valorização Humana . Não houve tempo para que eu formulasse perguntas. Ela foi logo me informando sobre a realização de uma reunião no dia anterior entre a Diretoria do Centro de Ressocialização e os coordenadores dos grupos voluntários. A pauta, que a coordenadora leu rapidamente, indicava uma reunião de troca de informações entre Diretoria e grupos voluntários. Cada coordenador faria uma exposição dos trabalhos realizados por seu grupo, complementada por uma avaliação sobre as dificuldades enfrentadas em suas tarefas específicas. Havia, porém, muito mais nesta reunião. Da parte da Diretoria, também algumas informações seriam transmitidas aos coordenadores. Uma delas era a de que não seria mais permitido que os voluntários ultrapassassem os horários estipulados para seus

grupos. O coordenador da Pastoral Carcerária, cujas reuniões costumavam sempre ultrapassar em meia hora o horário previsto, terminando por volta das dez horas da noite, foi particularmente advertido. Ele era membro da Diretoria da APAC.

Isso significava um ataque direto à própria APAC. Se um de seus Diretores estava sendo advertido pela Diretora de forma tão acintosa, o que deveriam esperar os outros voluntários? O coordenador da Pastoral Carcerária, algumas semanas depois, durante a comemoração do Jubileu do ano 2000, seria ultrajado de forma ainda mais grosseira, despertando um movimento de repúdio por quase todo o corpo da APAC. O poder desfrutado pela Diretoria e pelos membros da APAC estava seriamente ameaçado. A APAC passaria a ser um auxílio no sentido exato do termo. Suas prerrogativas anteriores começaram a ser cassadas.

Esta proibição mostra um fato importante sobre as novas restrições. Os horários dos grupos voluntários eram definidos pela Coordenadora dos Trabalhos Voluntários da APAC, cargo ocupado na ocasião por uma ex-voluntária. Era a APAC quem definia os horários dos voluntários. A COESPE não estava fazendo nada além de obrigar a APAC a seguir à risca aquilo que ela própria havia definido. Portanto, à primeira vista, não era uma verdadeira interferência externa. Tratava-se apenas de uma exigência de coerência interna. Mas esta exigência já era uma interferência fundamental no funcionamento da APAC. Ao obrigar a APAC a seguir esquemas rígidos de trabalho, mesmo que fossem propostos pela própria APAC, uma nova forma de organização, mais racional, mais burocrática, estava sendo imposta ao trabalho voluntário. Uma das características que dinamizava a atividade voluntária era justamente a ampla liberdade de que os voluntários gozavam, tornando sua estadia no Centro de Ressocialização facilmente tolerável, quase agradável. O contato com os presos seguia exigências próprias, voltadas para as necessidades do próprio contato. A partir desta exigência, os voluntários começaram a se tornar presas de listas, documentos, horários e cronogramas, que antes serviam para orientar de forma geral a direção do trabalho, e agora ganhavam a dimensão de finalidades a serem perseguidas prioritariamente por quem quisesse trabalhar com aqueles presos.

20.2.5. A assinatura do termo de compromisso.

Além disso, a nova Diretora informou que os voluntários seriam obrigados a assinar um termo de compromisso registrado em cartório pelo qual isentavam o Estado de responsabilidade no caso de danos “à integridade pessoal” resultantes de fatos que viessem a subverter “a ordem e a disciplina institucional, durante o período de realização dos trabalhos”. Os voluntários tinham 15 dias para cumprir a determinação. Talvez pelo tom ameaçador, esta exigência causou um enorme alarme entre os voluntários, a ponto de mobilizar muitos deles para uma atitude explicitamente contrária ao trabalho desenvolvido pela COESPE. Circulou entre os voluntários a recomendação de que todos esperassem o posicionamento da Diretoria da APAC e só assinassem o termo após uma autorização formal do Presidente da Associação. Em vista da recusa sistemática dos voluntários em cumprirem a determinação, o pedido foi retirado pela Diretoria do Centro de Ressocialização.

Este episódio mostrou que uma parte do temor despertado pela COESPE nos voluntários tinha um caráter irracional. Os voluntários não seriam prejudicados com a assinatura do compromisso, exceto pelo impedimento de processarem o Estado em caso de dano à integridade física. Os voluntários, porém, entenderam o pedido da Diretoria de outro modo. Era comum ouvir voluntários comentarem:

? Agora eles estão até ameaçando a gente ? como se a COESPE obrigasse à assinatura do termo para amedrontá-los.

Apesar de sua manifestação apresentar traços de irracionalidade, este temor também refletia a forma como a exigência havia sido feita e o próprio conteúdo da exigência. A assinatura do termo não havia sido discutida com os voluntários ou com a Diretoria da APAC – havia sido comunicada durante uma reunião em cuja pauta este assunto não constava. A exigência mostrou um profundo descaso com os voluntários e com a própria APAC. Além disso, o conteúdo do termo estabelecia a relação entre voluntário e Centro de Ressocialização na forma de um contrato formal. A formalização da relação escapava aos interesses de humanização propostos pela APAC. Ela era quase incompreensível para aqueles voluntários que estavam acostumados a considerar seu trabalho como uma missão ou um ato de caridade. Impor exigências contratuais para um trabalho realizado gratuitamente e à base de muito sacrifício era algo que lhes parecia afrontar o próprio sentido do que faziam. Deve-se ligar a

esta primeira exigência a tendência de profissionalizar o trabalho voluntário, que de forma indireta passou a ser realizada pela Diretoria, mormente em relação ao grupo de Valorização Humana. A coordenadora do grupo, por exemplo, foi contratada para trabalhar na cantina, enquanto duas outras voluntárias passaram a auxiliar gratuitamente os funcionários que recebiam os familiares de presos em dias de visita. O trabalho voluntário foi submetido a enquadramentos cada vez mais formais e sua espontaneidade original foi se perdendo com o tempo.

20.2.6. A circulação dos voluntários pelos corredores.

A circulação pelos corredores do Centro de Ressocialização foi proibida pela Diretoria do Centro de Ressocialização. Os grupos voluntários deveriam executar seu trabalho em um cômodo determinado e não poderiam se deslocar sem autorização do Diretor de Disciplina. A prática anterior era de uma permissão total de deslocamento pela APAC. Não havia qualquer restrição nesse sentido, exceto em situações especiais, como após fugas ou após a rebelião, quando os voluntários foram instruídos a não se deslocarem pela Cadeia.

Isso talvez não representasse um problema mais grave para outros grupos voluntários. As reuniões de evangelização, em geral, já ocorriam dessa forma para as várias denominações religiosas que trabalhavam na APAC. Para o grupo de Valorização Humana, porém, isso representava um duro golpe. O trabalho do grupo consistia em percorrer os corredores conversando com os presos e anotando seus pedidos, suas reclamações. Sem isso, o trabalho do grupo ficaria descaracterizado. A coordenadora do grupo pronunciou-se durante a reunião em que isso foi comunicado, opondo-se a esta exigência.

Alegou que essa era justamente a essência do trabalho de Valorização Humana. Sem esse contato próximo com os presos, a proposta de aumentar a auto-estima e criar um ambiente comunitário estaria ameaçada. A amizade era o trunfo da Valorização Humana. A nova Diretora do Centro de Ressocialização concedeu, então, permissão para que uma pessoa do grupo circulasse – no caso, a coordenadora. Esta barganhou um pouco mais, apontando a existência de uma certa injustiça nesta concessão exclusiva. A Diretora concedeu permissão de circulação, então, a três pessoas. Na época, esta era toda a constituição do grupo de

Valorização Humana, que havia sofrido algumas baixas. A coordenadora do grupo, ao contar-me o episódio, interpretou esta permissão como uma imensa concessão. E essa percepção já indicava o tipo severo de restrição a que se submetiam agora os trabalhos voluntários. Esta permissão foi decisiva para o futuro encaminhamento das relações políticas entre os grupos da APAC. Enquanto toda a APAC se mobilizava para fazer frente à política da COESPE, a Valorização Humana acomodava-se num terreno intermediário, ao mesmo tempo neutro e confortável. Em parte, este posicionamento se deveu a esta concessão específica.

Por outro lado, foi fruto de um caso inesperado. Anteriormente, foi feita menção ao caso da voluntária do grupo de Valorização Humana que era alvo da desconfiança de um dos carcereiros. Ele suspeitava que havia entre ela e um dos presos ligações que ultrapassavam o esperado para um trabalho cujo objetivo era a ressocialização. Pois bem: esta suspeita foi confirmada num caso que teve ares de escândalo. Certo dia, a coordenadora da Valorização Humana foi chamada às pressas para o Centro de Ressocialização. Ao chegar, o Diretor de Disciplina pediu-lhe explicações sobre o relacionamento amoroso entre a voluntária e o preso. Ela, surpresa, negou que isso estivesse ocorrendo. Frente à insistência do Diretor, empenhou sua palavra: nada estava havendo de ilícito no contato entre voluntárias e presos. O Diretor, então, convencido da inocência da coordenadora, sacou do bolso uma carta – era uma correspondência enviada pela voluntária para o preso, na qual havia detalhes que não deixavam dúvidas sobre o caso. A carta havia sido interceptada pelo carcereiro desconfiado e entregue ao Diretor de Disciplina. A coordenadora ficou lívida. Indignada, pediu uma cópia. Solicitou a presença da voluntária. Frente às acusações, esta negou veementemente. Imitando o Diretor, a coordenadora também empunhou a carta no nariz da voluntária:

? E o que você me diz disso?

Atônita, a voluntária não teve mais como negar. Foi expulsa do grupo e sugeriu-se que, se quisesse entrar em contato novamente com o preso, lhe pedisse para incluí-la em seu rol de visitas regulares.

O caso não terminou por aí. A Diretoria da COESPE cogitou em desligar o grupo da APAC e encerrar suas atividades. Tendo sido convencida pela coordenadora a não o fazer, sugeriu-se que, então, não fosse mais permitida a circulação dos voluntários da Valorização Humana pela APAC, à exceção da coordenadora e mais uma voluntária, as únicas em quem eles confiavam. Além disso, fomos informados de que nosso horário de visitas seria rigorosamente controlado e vigiado pessoalmente pelo Diretor de Disciplina.

Isso ocorreu mais ou menos uma semana antes da reunião na qual a Diretoria do Centro de Ressocialização anunciou restrições semelhantes para outros grupos voluntários.

Temos, como resultado, que o grupo de Valorização Humana foi o primeiro a sofrer as restrições que depois se ampliaram aos outros grupos. E temos, em segundo lugar, que toda a balbúrdia desencadeada pelo relacionamento íntimo da voluntária não passou de um excelente subterfúgio para impingir ao grupo limitações que de antemão já haviam sido planejadas para todos, com a vantagem adicional de jogar a culpa sobre os próprios voluntários. Esse movimento ficou bem representado na postura de gratidão assumida pela coordenadora que, nesta posição, era quem estava com a imagem imediatamente associada a tudo isso. Sendo depois gratificada com concessões especiais, era como se tivesse sido perdoada por sua grave falta como coordenadora. Passou a defender a Diretoria do Centro de Ressocialização contra as acusações dos outros grupos e mesmo contra as opiniões contrárias que às vezes nosso próprio grupo emitia. Foi levada a adotar, enfim, uma postura de penitente.

Uma evidência da nova posição da coordenadora veio logo a seguir. Perguntou-me qual era minha opinião a respeito da reunião na qual as novidades haviam sido comunicadas, já que todos os grupos deveriam elaborar um parecer sobre isso e ela queria, antes, consultar os voluntários do grupo. Após uma pausa em que meditei um pouco, comecei a apontar alguns problemas nesta postura da Diretoria: ela não consultava as opiniões dos presos, estava sendo insensível às consequências de suas decisões, ignorava as reclamações dos voluntários... Mas, antes que pudesse prosseguir, ela interrompeu-me e começou a elogiar a Diretora. Ela era experiente, perspicaz e, acima de tudo, havia favorecido nosso grupo, uma atitude que nós jamais deveríamos esquecer. Não me sobrou muito para falar. Em primeiro lugar, ela parecia querer me dizer, estava o grupo de Valorização Humana, e este devia muito à intervenção da nova Diretora .

Apontei para o fato de que o aumento de disciplina poderia desencadear eventos indesejáveis, como o surgimento de rebeliões. Ela respondeu, com um tom de voz ambíguo, não me permitindo saber inicialmente se ironizava ou concordava:

? Os agentes da COESPE não estão preocupados com isso não, viu Gustavo. Eles falaram disso. Disseram que não têm medo de rebelião, porque as famílias deles estão muito longe de Bragança Paulista e eles se consideram os agentes mais “bonzinhos” da COESPE. Se os presos não colaborarem, aí é que vão vir os agentes ruins mesmo, e vai ser pior para os próprios presos. ? e eu pude notar que ela não falava como quem tripudia dos perdedores, mas havia uma tensão em sua voz que indicava uma identificação dolorosa com a situação dos presos.

Os voluntários tornaram-se cada vez mais temerosos. Uma voluntária, certa vez, ao ver-me conversando com um preso na barbearia, aproximou-se acanhada, perguntando se

poderia ficar ali. Espantei-me com sua atitude. Ela, então, explicou-me que tinha ouvido a informação de que só algumas pessoas do grupo poderiam circular pelo presídio, e não tinha certeza de poder permanecer ali. Nós já não éramos mais convidados de honra. A sensação geral era a de sermos intrusos.

20. 2.7. O almoço.

Todos os sábados, o grupo de Valorização Humana almoçava com os presos antes de deixar o Centro de Ressocialização. Fazia parte da tradição do grupo. Indicava, de nossa parte, um desejo de aproximação e igualdade. O grupo desejava ser visto sempre à mesma altura que os presos. Pois bem: após o anúncio da restrição aos horários dos voluntários, fomos abordados durante o almoço por um agente que nos pediu assertivamente que encerrássemos a refeição e nos dirigíssemos para fora, pois nosso horário já havia terminado. O almoço era sempre servido perto do meio-dia e por isso nos sobrava pouco tempo para comer. A partir desse dia, almoçávamos como aquelas pessoas que atravessam um chão coberto de brasas em sinal de penitência: sapateávamos sem saber se corríamos ou esperávamos mais um pouco. Em outras ocasiões, voltamos a ser abordados por agentes que nos pediam insistentemente que saíssemos, mesmo quando ainda almoçávamos. Por isso, muitas vezes, deixávamos de almoçar com os presos. Certa vez, estávamos atrasados para sair e eu decidi não almoçar, temendo represálias dos agentes. Havia uma grande fila para o almoço. Duas voluntárias que já haviam almoçado insistiram comigo:

? Passe na frente da fila e almoce logo.

Eu continuei me sentindo incomodado com a situação. Um preso, então, tomou minha mão e saiu comigo na direção da fila. Pediu permissão ao preso que estava na frente da fila e colocou-me em primeiro lugar, o que, mesmo com pressa, me deu tempo para almoçar.

No mínimo, isso destruía qualquer sinal de naturalidade nesta interação. Frente às novas restrições, os poucos voluntários que ainda freqüentavam o Centro de Ressocialização no grupo de Valorização Humana deixaram de ir e o grupo ficou restrito à coordenadora, duas voluntárias e eu.

20.2.8. A entrada dos voluntários.

Dentre os eventos que marcaram a reorganização de forças no Centro de Ressocialização, um particularmente merece ser destacado: a comemoração do Jubileu no final do ano 2000, organizada pela Pastoral Carcerária. A comemoração, marcada para o dia 9 de dezembro, causou mal-estar entre os grupos de Valorização Humana e da Pastoral Carcerária devido à maneira como foi planejada, mostrando, por um lado, que a circulação de informação e o poder na instituição eram desiguais entre os grupos, e, por outro, que a COESPE agora controlava a instituição com mãos de ferro.

A história do atrito entre os dois grupos voluntários serve para indicar uma outra razão, além das mencionadas nos itens anteriores, pela qual a Valorização Humana se posicionou ao lado da COESPE contra os outros grupos voluntários: a percepção, por parte de alguns voluntários, de que a Diretoria da APAC os diferenciava de acordo com sua ascendência sobre a mesma, dando maiores regalias para aqueles que fossem mais influentes. A APAC deveria, em princípio, tratar a todos os voluntários de maneira equitativa, gerenciando as atividades para maior benefício dos presos. O critério para as decisões deveria ser a importância do trabalho realizado para a humanização e ressocialização dos presos. Qualquer outro critério era visto como uma deturpação das funções da Associação e como favorecimento indevido. Foi o que ocorreu na organização do Jubileu.

A comemoração do Jubileu foi marcada para um sábado. Em princípio, os sábados eram divididos entre o grupo de Valorização Humana, que trabalhava pela manhã, e o grupo da Pastoral Carcerária, que trabalhava à tarde. Além disso, o primeiro sábado de cada mês era reservado exclusivamente à Pastoral Carcerária, que realizava nesses dias a missa pela manhã, não havendo, após as dez horas, previsão de trabalho voluntário. A celebração do Jubileu foi marcada para o segundo sábado do mês. Por isso, o primeiro sábado do mês, dia 2 de dezembro, transcorreu sem a tradicional missa, e o grupo de Valorização Humana trabalhou normalmente. Esta mudança desencadeou um acirramento de ânimos que, se não passou de manifestações mais superficiais, como as reclamações esparsas dirigidas pelo nosso grupo contra a Pastoral, definiu a posição da Valorização Humana de apoiar a COESPE. Houve duas razões para isso: em primeiro lugar, nosso grupo, em nenhum momento, foi consultado a respeito desta mudança; em segundo lugar, o grupo foi proibido de tomar parte na celebração

do dia 9 de dezembro, decisão que, aos olhos do grupo de Valorização Humana, pareceu uma decisão discriminatória da Pastoral amplamente apoiada pela Diretoria da APAC.

Quanto ao primeiro ponto, é significativo que a primeira informação que recebi sobre a mudança de dia da missa não tenha vindo da Diretoria da APAC, da coordenadora e nem mesmo dos agentes penitenciários, que agora tinham participação sempre mais intensa no controle das atividades do Centro de Ressocialização, substituindo gradativamente os carcereiros. A primeira pessoa a me comunicar esta mudança foi um preso que, nesta condição, deveria ter sido informado apenas posteriormente. A decisão de alterar o horário do grupo foi tomada – assim o sentimos – às escondidas, e foi imposta ao grupo sem que este tivesse direito de se manifestar. Um reflexo disso foi que no dia 2 de dezembro, primeiro sábado do mês, ao chegar à APAC, eu não tinha certeza se seria ou não celebrada a missa, já que as informações chegaram até mim de maneira apenas parcial.

Além disso, fomos proibidos de participar do Jubileu. Durante algumas semanas, isso constituiu motivo de discussão no grupo de Valorização Humana – não nos parecia razoável esta decisão. Que mal poderia causar a nossa presença durante a celebração? Que interesse a Pastoral Carcerária poderia ter em vedar o acesso de outros voluntários à comemoração que eles haviam organizado? A comunicação neste episódio foi tão escassa que nosso grupo sequer soube ao certo de onde realmente havia partido a proibição. Tínhamos duas hipóteses: a primeira era que a Pastoral considerasse incômoda a presença de voluntários não diretamente envolvidos com a Igreja Católica numa reunião de cunho fortemente religioso. Assim, para preservar o clima do encontro, eles talvez houvessem decidido homogeneizar o público presente. A segunda hipótese era de que a COESPE estivesse considerando inadequada a presença de tantos voluntários ao mesmo tempo, numa celebração próxima ao Natal, e temesse pela manutenção da segurança no presídio. Assim, a proibição estaria vinculada não a razões religiosas, mas de simples segurança. Uma voluntária que participava ativamente do grupo de Valorização Humana e também era membro ativo da Igreja, defendia a segunda hipótese:

? Eu conheço bem algumas pessoas da Pastoral. Eu sei que eles jamais fariam isso conosco ? enfatizou, num momento em que discutíamos o assunto.

Para o restante do grupo, porém, o episódio apareceu como sinal de tratamento desigual entre os grupos e como evidência da necessidade de haver um controle externo sobre as decisões da APAC, necessidade que encontrava respaldo no poder da COESPE. A necessidade de controle vinha da percepção de que a APAC estava funcionando de maneira precária nos últimos anos, mesmo antes da COESPE tornar-se um problema. Esta

desigualdade no tratamento, dizia-me um voluntário, não existia algum tempo antes. Era fruto de arranjos da própria APAC que, nas disputas internas por poder ocorridas na Diretoria, havia produzido uma situação caótica na instituição. Portanto, a razão pela qual o grupo aproximava-se da COESPE tinha relação com o fato de que a COESPE podia ajudar a fazer o trabalho voluntário voltar a ocorrer de maneira mais eqüitativa, como era antes. Havia entre os voluntários a impressão de que algumas pessoas detinham poder em excesso na instituição e, acostumadas a isso, começaram a sentir medo das mudanças implementadas pela nova Diretoria. Desse modo, a atuação da Diretoria do Centro de Ressocialização encontrava um apoio parcial em alguns voluntários que viam neste poder exterior uma garantia de igualdade no tratamento e de restrição a um poder interno sentido como despótico. O grupo de Valorização Humana estava longe de ser o único em que esta tensão aparecia. Ela ecoava por todo o corpo de voluntários e mesmo pela Diretoria da APAC, que se questionava se, afinal, não seria bom ter um órgão externo que garantisse a segurança na unidade, liberando a Associação para o trabalho diretamente educativo ou ressocializador.

O Jubileu, por seu lado, mostrou a fragilidade da nova posição da APAC e a maneira truculenta pela qual a COESPE implantou seu poder no Centro de Ressocialização. A cerimônia foi marcada por grande expectativa por parte dos voluntários da Pastoral. Eles se programaram com bastante antecedência e procuraram realizar uma festa que fosse digna da importância de seu significado. O Jubileu foi a mais importante celebração católica daquele ano. Comemorado a cada quarto de século, teve um significado especial naquele ano. O Jubileu foi chamado de "Ano da Graça do Senhor" porque comemorou os 2000 anos do nascimento de Jesus. O poder de organização da Pastoral Carcerária já havia sido demonstrado em outras festividades no Centro de Ressocialização. As festas de Natal sempre contavam com grande mobilização desses voluntários, que de modo geral encabeçavam as equipes de trabalho responsáveis pelos detalhes das festas. O Jubileu potencializou esta mobilização. O coordenador do grupo era um dos voluntários mais antigos da APAC. Nessa condição, participava ativamente de toda a preparação da festa. Muito admirado, contava com a simpatia geral dos voluntários. Era presença constante nas cerimônias realizadas pela APAC e era visto como uma das pessoas mais aguerridas na luta pela melhoria da condição de vida dos presos.

No dia nove de dezembro a festa já estava preparada e, no interior do Centro de Ressocialização, aguardava-se apenas a entrada dos últimos voluntários para darem início à comemoração. Do lado de fora, alguns voluntários formavam fila para entrar. Cada voluntário

aproximava-se do agente responsável. Anunciava seu nome, que era checado numa lista previamente preparada, encaminhada para o agente pela Diretoria do Centro de Ressocialização a partir das informações fornecidas pela Diretoria da APAC. Confirmado o nome, era dada autorização para a entrada do voluntário. O procedimento era inédito nas comemorações da APAC. Em geral, cada voluntário mostrava sua carteirinha e entrava – se é que a carteirinha fosse exigida. O coordenador da Pastoral Carcerária estava acompanhado por sua esposa e aguardava sua vez. Aproximou-se do agente e identificou-se. Confirmado seu nome, foi autorizado a entrar. Sua esposa identificou-se. O agente checou a lista – seu nome não estava lá. Rispidamente, anunciou que ela não poderia entrar. Inicialmente perplexos, os voluntários supuseram uma falha qualquer do agente. O nome devia estar lá. O agente checou novamente e ratificou sua decisão. Houve protestos. Se alguém tinha que entrar, eram o coordenadora e sua esposa. O agente permaneceu irredutível. Amparado pelas orientações estritas de seus superiores, fez-se insensível aos apelos dos voluntários. Não houve como demovê-lo. O coordenador entrou sozinho para dar início à festa. Sua esposa partiu de volta para casa. A celebração, maculada pelo episódio, perdeu muito de sua graça. O brilho esperado havia sido embaçado. O episódio representou uma afronta ainda maior por ter ocorrido com o coordenador. Afinal, ele era membro da Diretoria da APAC.

O controle sobre a entrada dos voluntários na instituição foi uma modificação fundamental no funcionamento institucional. Os voluntários antes raramente eram impedidos e às vezes entravam fora de seus horários. O próprio grupo de Valorização Humana compartilhou seu horário algumas vezes com voluntários de outros grupos que não sabíamos o que faziam ali. E esta mudança foi percebida mesmo pelos presos. Em uma visita, após algumas semanas sem ir à APAC devido a problemas pessoais, encontrei-me com um preso, que imediatamente comentou:

? Há quanto tempo! Por que você não veio nas últimas semanas? ? e emendou, sem ironia ? A COESPE tá barrando vocês? ? Após minha negativa, ele reclamou do rigor com que a COESPE agora fiscalizava o horário dos presos e dos voluntários.

No dia 10 de fevereiro de 2001, um dos agentes da COESPE tomou conta integralmente do processo de entrada dos voluntários. Aí foi realizado pela primeira vez o ritual completo de entrada. Entregamos nossas carteirinhas, que foram recolhidas pelo agente. Nossos nomes foram anotados num caderno de controle de entrada e só então fomos admitidos. Isso não quer dizer que os carcereiros já tivessem deixado o Centro de Ressocialização. O agente da COESPE responsável pela segurança, que tinha aparência de

garoto e era novo ali, estava sendo assessorado por um carcereiro antigo. Ao abrir-nos o portão, o agente ouviu do carcereiro:

? Você nunca deve abrir o portão interno e o externo ao mesmo tempo. Um carcereiro fez isso uma vez e os presos pegaram ele numa rebelião e quebraram o braço dele. ? O agente fez cara de assustado e apressou-se em fechar o portão.

Os procedimentos para entrada dos voluntários variaram no tempo. Após algumas semanas de controle rigoroso, os agentes simplesmente grifavam nossos nomes numa lista preparada anteriormente e permitiam nossa entrada, sem exigir novamente as carteirinhas, que agora permaneciam sob a guarda dos agentes.

A burocracia da COESPE não se coadunava perfeitamente com o clima informal da instituição. Ali a movimentação era sempre muito intensa, gente entrava e saía a toda hora. A coordenadora dos voluntários exclamou uma vez, mais ou menos um mês antes da transferência, após ter de pedir novamente para que lhe abrissem o portão para ir até sua sala, cerimônia que diariamente se repetia à exaustão:

? Às vezes eu queria poder tirar essas grades daqui de uma vez!

Essa fala expressava seu uma relação particular dos funcionários e voluntários da APAC com o aparato de segurança. Ele era visto como inútil, na maior parte das vezes. Frente à intensa movimentação de voluntários, os portões eram mais um aborrecimento que qualquer outra coisa. Por isso, o excesso de zelo, o cuidado na vigilância, o cumprimento à risca das exigências burocráticas atingiram profundamente a ação dos voluntários e os fizeram perder o ímpeto pelo trabalho. Podemos citar Graciliano Ramos quando fala sobre o impacto do fascismo getulista sobre a arte de escrever: a COESPE também não proibiu o trabalho voluntário, apenas suprimiu o desejo de realizá-lo.

20. 2.9. A circulação de dinheiro.

A COESPE também desenvolveu o plano de acabar com a circulação de dinheiro no interior do Centro de Ressocialização. Para isso, o pagamento efetuado aos presos pelos trabalhos executados passaria a ser depositado em conta corrente, à qual o preso teria acesso

ao término da pena. Cada vez que um preso consumisse um produto da cantina, o seu preço seria debitado da conta corrente. Assim, o preso jamais precisaria ter contato com dinheiro.

Esta determinação tinha por objetivo evitar que os presos, de posse de dinheiro, realizassem atos ilícitos, como a compra de drogas. O resultado final, porém, atingia também as famílias dos presos. Alguns presos vendiam objetos artesanais que confeccionavam e davam o dinheiro para suas famílias. Para muitas, esse dinheiro era uma parte importante de seus rendimentos. Muitos presos já costumavam comprar produtos na cantina do Centro de Ressocialização para darem o produto a seus familiares nos dias de visita. A COESPE, em princípio, só permitiria esta forma de colaboração do preso. Mas nem tudo o que era necessário havia na cantina. Produtos alimentícios básicos, como arroz e feijão, eram inexistentes, já que a própria APAC providenciava a alimentação dos presos. Na cantina, havia apenas os produtos que podiam tornar menos monótona a alimentação dos presos. Por isso, não era possível que as famílias dependessem apenas dos produtos da cantina. Por outro lado, a APAC distribuía às famílias cadastradas dos presos uma cesta básica todo mês. Mas muitas famílias não buscavam essas cestas básicas. As razões para isso se ligavam em parte a um sentimento de humilhação que as famílias experimentavam quando iam buscar essas cestas. A proibição do uso do dinheiro até a liberação, assim, punia não só o preso, mas também sua família; impedia não só a realização de atos ilícitos, mas também atingia as práticas legais que dependiam do dinheiro do preso.

20. 2.10. A circulação dos presos.

Também começou a se tornar irritante a insistência com que os galerias, apreensivos, tangiam os presos para fora dos corredores.

? Vocês desculpem, mas não dá pra conversarem no pátio? É que os agentes não gostam quando os presos ficam nos corredores...

Na festa de Natal realizada em 2002, uma voluntária, criticando a posição mais rígida da COESPE a respeito da circulação dos presos, comentou:

? Tomara que esta festa seja melhor que a do ano passado. No ano passado os presos ficaram praticamente de fora da festa e só os voluntários puderam participar.

A proibição da presença dos presos na festa de Natal feita para os presos foi sustentada sobre o argumento da segurança: era perigoso misturar tantos presos e voluntários sem um controle rígido de sua circulação. Mas isso significava destruir a própria intenção de uma festa desse tipo, que era a de justamente promover este contato mais próximo.

20. 2.11. O controle sobre o portão 2 pela APAC.

Em meados de janeiro de 2001, uma das principais evidências do poder institucional da APAC foi anulada. O portão secundário, que era guardado por um plantonista da APAC, deixou de ser usado pelos funcionários ou voluntários da APAC. Agora, a entrada só podia se dar pelo portão principal, que ficava sob responsabilidade dos agentes da COESPE. O comunicado em que se estabelecia esta determinação estava assinado pelo gerente da APAC. É importante notar que o portão dois continuava a ser controlado pelo funcionário, mas os membros da APAC não podiam mais utilizá-lo. Só o utilizavam os funcionários da COESPE, que passavam por ali para ir até suas salas. Assim, apesar do controle continuar a ser exercido por um funcionário da APAC, ele não servia mais à APAC, apenas aos funcionários da COESPE.

20. 2.12. A violência contra os presos.

Por outro lado, a violência contra os presos, ao que parece, era cometida pelos novos agentes tanto quanto pelos carcereiros. Um egresso recente do Centro de Ressocialização cuja casa visitei a pedido de um preso começou, em certo momento, a conversar comigo a respeito da situação pela qual a instituição estava passando. Ele disse que eu, como voluntário, tinha que fazer alguma coisa para mudar a situação da entidade. Recomendou que um dos agentes da COESPE, cujo nome ele citou, deveria ser afastado do Centro de Ressocialização. Os agentes da COESPE, ele insistiu, estavam batendo muito nos presos. O que corria entre eles a

“boca pequena” era que logo a APAC iria “virar” e eles iam “pegar” todo mundo que estivesse ali dentro: funcionários, voluntários, agentes... Os presos tinham a intenção de matar pelo menos alguns agentes. De acordo com ele, em algumas celas havia até trinta facas escondidas de modo a que os agentes não as encontrassem. Após uma pergunta minha, ele afirmou que a vida na instituição penal havia piorado muito com a entrada dos agentes.

Não por acaso, pouco tempo depois foi afixado em um dos murais um comunicado da Diretoria do Centro de Ressocialização informando que estava proibida a posse de objetos pérfuro-cortantes desde que havia sido feita uma vistoria nas celas dos presos e foram encontradas dezenas de objetos deste tipo.

E o argumento utilizado pelos agentes para disciplinar os presos, mantê-los ainda sob controle, apesar da violência, era aquele já usado nos tempos do controle total pela APAC: “se você acha que isso é ruim, espere para ver o que acontecerá se mudar”. Ao dizerem para a coordenadora da Valorização Humana que eles eram “os agentes mais bonzinhos da COESPE”, estavam reproduzindo o discurso oficial da instituição. O uso desse argumento como forma de controle mostrava a sobrevivência de parte do aparato ideológico utilizado pela APAC para justificar sua existência. Ao mesmo tempo, justificava a existência do resto do sistema, ao afirmar que o preso que não se conformasse ao Centro de Ressocialização merecia o destino que lhe fosse imposto – o caótico e violento sistema penitenciário “comum”. Esse discurso isomorfo se manteve possivelmente porque não tinha origem nem na APAC nem na COESPE: era parte integrante dos discursos da reforma penitenciária. O que encontramos ali foi um eco longínquo das práticas penais desenvolvidas nos centros industrializados com tudo o que comportam paralelamente, inclusive suas justificativas.

*

As alterações implementadas pela COESPE atingiram uma série de práticas do Centro de Ressocialização e se exerceram tanto sobre os presos e seus familiares quanto sobre os voluntários. As alterações que pudemos observar atingiram práticas incomuns, como a realização do casamento do preso, e práticas corriqueiras, como a circulação de presos e voluntários pelo interior do Centro de Ressocialização e o trânsito de materiais. Algumas alterações tinham o objetivo de aumentar o controle sobre os presos e impedi-los de realizarem atos ilícitos, como a compra de drogas (caso da proibição da circulação de dinheiro), enquanto outras proibições pareciam não ter relação direta com a segurança no Centro de Ressocialização, como a proibição da realização de visitas íntimas com mais de uma pessoa. Apesar das limitações da observação, que não pôde se debruçar sobre todas as

áreas do funcionamento institucional, o que foi observado permite concluir que as alterações implementadas pela COESPE atingiram partes essenciais do funcionamento do Centro de Ressocialização e se estenderam por inúmeras áreas do mesmo. A vida no Centro de Ressocialização foi substancialmente alterada com a entrada da COESPE.

Enquanto algumas alterações podiam se justificar pelo aumento do controle sobre os presos com o objetivo de impedir a realização de atos que violassem a segurança, outras alterações pareciam não ser adequadamente explicadas por esta intenção. Assim, ao proibir o casamento, a Diretoria exigiu explicações sobre as razões para o casamento, e não apenas sobre os detalhes de como seria realizada a cerimônia, o que seria perfeitamente justificável pela preocupação com a segurança. As práticas disciplinares implementadas pela COESPE atingiram mais do que aquilo a que a instituição prisional se propõe, como fica evidente para as visitas íntimas.

As mudanças ocorreram em diversos âmbitos do funcionamento institucional, e as razões para as mudanças nesses diversos âmbitos não podem ser consideradas homogêneas. Por um lado, temos procedimentos que visavam a um aumento de controle sobre a população prisional, como as proibições de circulação de presos e de dinheiro. Por outro, temos procedimentos que indicavam uma maior formalização administrativa, como a exigência da assinatura do termo de compromisso pelos voluntários e de cumprimento rígido dos horários.

Temos também que, apesar das razões diferentes para cada alteração, elas todas se encontravam sob o signo da formalização administrativa. Isso quer dizer que havia graus hierárquicos entre essas alterações e o privilégio era dado às alterações que permitissem maior formalização do cotidiano da APAC. A segurança, por exemplo, ganhou destaque nos primeiros momentos após a mudança administrativa pelo medo despertado nos presos e voluntários pelo próprio processo de formalização. Depois, tornou-se novamente uma questão secundária. O processo de formalização ligava as várias alterações observadas que, apesar de serem em certa medida independentes, tinham em sua base um processo em comum.

A COESPE procurou impor um novo enquadramento a toda a vida institucional do Centro de Ressocialização. As relações que se baseavam em laços comunitários, ou seja, em laços de identificação pessoal baseados no sentimento de mútuo pertencimento, passaram a ser regidas por mecanismos burocráticos de controle baseados em princípios formais. O que se produziu foi uma nova forma de controle. Os acordos sutis entre Diretoria da APAC, carcereiros, voluntários, galerias e presos foram substituídos pelo exercício direto de controle pelos agentes. As agressões dos antigos carcereiros eram toleradas, em parte porque encontravam apoio dos galerias. As agressões dos agentes da COESPE, não. Eles exerciam

seu poder à revelia das tênues linhas de força presentes na instituição. A autoridade dos agentes e da COESPE era sentida como ilegítima, e em consonância com essa percepção se exercia com base na utilização constante da punição. Esse novo poder, mais impessoal, perpassou toda a vida institucional e substituiu as antigas formas de controle.

CAPÍTULO 21. A OPOSIÇÃO DA APAC AO TRABALHO DA COESPE

Todas essas alterações levaram a Diretoria da APAC a convocar uma reunião com os coordenadores dos grupos voluntários. O objetivo inicial era discutir as impressões de todos frente à reunião convocada anteriormente pela nova Diretora, da qual todos participaram, mas o objetivo subjacente era tomar posição frente aos recentes acontecimentos. Não causa espanto que a tendência geral tenha sido de repudiar veementemente a maneira como a COESPE estava gerenciando o trabalho voluntário. A coordenadora da Valorização Humana, que também participou da reunião, contou-me ter sido uma das poucas presentes a apoiar as ações da COESPE. Sentiu também ter sido alvo de uma certa censura por conta desta sua atitude. Um dos temas discutidos na reunião foi a restrição à movimentação dos voluntários implementada pela COESPE. Após manifestar-se a favor desta prática, ela ouviu do coordenador da Pastoral Carcerária:

? Ah, é porque você não sabe como é dar com a porta na cara...

A APAC decidiu-se por mobilizar os voluntários e realizar uma oposição sistemática às práticas coercitivas da COESPE. Ao longo do tempo, esta oposição assumiu a forma de pressão sobre a OAB local para questionar a realização de revistas íntimas nos visitantes, a confecção de questionários aplicados aos presos para mostrar a insatisfação com as mudanças promovidas, e considerou-se até mesmo a possibilidade de realizar abaixo-assinados entre voluntários e população local exigindo mudanças na organização do Centro de Ressocialização.

Um exemplo desta oposição ocorreu após um evento que marcou a história prisional do Estado de São Paulo. Em fevereiro de 2001, ocorreu uma rebelião que abarcou 29

presídios em todo o Estado e ficou conhecida como “a mega rebelião”. Foi organizada pelo Primeiro Comando da Capital, organização prisional supostamente originária da Casa de Detenção de São Paulo. Após o término da rebelião, o Secretário Nagashi Furukawa determinou punição para todos os presos da Secretaria de Administração Penitenciária. A punição incluía certas restrições ao número de visitantes: cada preso agora só poderia receber dois visitantes por dia. Os presos do Centro de Ressocialização, que não haviam participado da rebelião, receberam a mesma sanção. Ao final de uma missa realizada no dia três de março, uma senhora tomou o microfone e apresentou-se a todos como Vice-Presidente da APAC e também Vice-Presidente da OAB da cidade. Posicionando-se na segunda condição, ela informou aos presos que estava a par da situação anormal criada pela COESPE com relação à APAC. Isso foi considerado ilegal pela advogada, que se comprometeu com os presos a buscar ajuda de outros advogados para enviar uma carta a Furukawa reclamando pela punição descabida. Além disso, ela disse estar a par dos problemas relacionados ao rigor excessivo das revistas aos visitantes, citando um caso em que a carceragem revistou intimamente uma menina de doze anos de idade, pedindo que ela, nua, se agachasse e batesse palmas, levantando-se rapidamente. Alguns presos falaram que isso era uma humilhação perpetrada propositalmente pela COESPE. A Vice-Presidente fez questão de assegurar que cuidaria desses problemas pessoalmente e que procuraria resolvê-los rapidamente, principalmente no que se referia à revista. Após sua fala, os presos a aplaudiram entusiasticamente.

As animosidades entre APAC e COESPE atravessavam toda a instituição, produzindo efeitos nos presos, nos voluntários e nos funcionários. O sentimento reinante era o de indignação.

Numa discussão com alguns presos, ouvi-os reclamarem do que a COESPE estava fazendo com a experiência desenvolvida pela APAC. Então, um deles concluiu:

? A COESPE vai fazer a APAC virar um presídio normal e isso não vai demorar muito ? fala que revelava ao mesmo tempo a percepção de muitos presos sobre as mudanças e sobre a própria APAC como um “lugar melhor” para cumprir a pena.

Esta percepção foi permanente. Quase dois anos após a posse da Diretoria, durante uma conversa com um preso bastante antigo, ressaltai o fato de que estava escrevendo sobre o sistema de trabalho da APAC de Bragança Paulista, como já havia feito com São José dos Campos. Sua reação mostrou-me que ele não estava ciente disso. Ele, então, perguntou:

? E você está conseguindo diferenciar a APAC do Centro de Ressocialização? Porque você sabe que são muito diferentes, né.

? São?

? São. Agora com o Centro de Ressocialização não existe mais o sistema APAC do jeito que era.

Os voluntários, por seu lado, temiam as mudanças. Decorridos quase dois anos desde a posse da nova Diretoria, uma conversa entre uma antiga voluntária e uma agente de segurança, revelou algo daquele início. A primeira relatou as impressões dos voluntários e presos sobre aquelas transformações:

? Nossa, na época em que a COESPE ia entrar aqui, a gente pensava que ia acontecer alguma coisa aqui dentro. Os presos estavam muito nervosos. Mas também, falaram um monte de coisas para eles. Falavam que a COESPE ia fazer isso e aquilo. Aí, os presos ficaram com medo mesmo. Eu sei que tivemos que fazer de tudo aqui pra esses presos não fazerem uma rebelião.

A agente mostrou então o outro ponto de vista:

? Mas também, na época a situação aqui era um absurdo. A Secretaria de Segurança deixou tudo aqui nas mãos da APAC. Eles abriram mão do presídio para deixar tudo com a APAC. Voluntário entrava e saía daqui na hora que quisesse. Os voluntários entravam com sacola... não tinha segurança nenhuma aqui dentro.

Pelo lado dos funcionários, também havia um sentimento de indignação em relação às mudanças, que permaneceu ao longo do tempo. Numa já mencionada festa de Natal, os funcionários e voluntários haviam planejado agrupar todos os presos, tanto os do Anexo 1 quanto os do Anexo 2, num mesmo local – o refeitório – e realizar uma única festa em que não houvesse distinção dos presos por tempo de casa, crime ou periculosidade percebida. Por determinação da Diretoria do Centro de Ressocialização, porém, foi proibido o deslocamento dos presos do Anexo 1 até o refeitório, obrigando à realização de duas festas separadas. Ao saber disso, uma funcionária e uma voluntária abandonaram a festa. A funcionária, uma assistente social, disse, ao sair:

? Eu não fico nem mais um minuto aqui! Não foi esse o combinado.

Este sentimento ligava-se à percepção de que as mudanças implementadas pela COESPE diminuía o caráter ressocializador do trabalho da APAC, fazendo com que os presos se sentissem cada vez mais num presídio normal. As tentativas de aproximação dos voluntários e funcionários em relação aos presos eram boicotadas pela COESPE, que se preocupava, sobretudo, com questões relativas à segurança do Centro de Ressocialização, deixando em segundo plano a ressocialização. Assim, temia-se uma volta dos problemas mais graves associados à institucionalização e criminalização dos presos, implicando na destruição de tudo o que a APAC havia construído ao longo de sua existência.

O repúdio à nova Diretoria, porém, estava longe de ser unânime. Para muitos voluntários – como no caso da Valorização Humana – e para muitos funcionários da APAC, as mudanças traziam maior segurança, estabilidade e previsão para seus trabalhos. O poder exercido pela COESPE era sentido por muitos como uma força benéfica. Quanto aos funcionários da APAC, talvez a opinião geral fosse mais favorável que contrária ao trabalho da nova Diretoria. Entre outras coisas, as mudanças tornaram seu trabalho mais fácil e colocaram ordem em situações que eles percebiam como problemáticas. Uma funcionária comentou, transcorridos quase dois anos:

? Quando havia carcereiros, era como se não houvesse nada. Os presos mandavam. Com a entrada da COESPE, os agentes estão muito mais próximos. O Diretor trabalha dentro do presídio e não na delegacia, como o Delegado. Antes, os galerias tinham muito poder. Alguns galerias, na época em que a Cadeia era administrada pela Secretaria de Segurança Pública, recebiam autorização informal dos carcereiros para saírem aos sábados no período da tarde. Uma vez, a assistente social encontrou um preso perto da APAC, bêbado. Alguns galerias mandavam e desmandavam, inclusive nas funcionárias. Um deles usava o telefone ele mesmo (o que é proibido) e até trancava a porta da sala para ninguém ouvir. A gente não tinha coragem de freá-lo.

Outra funcionária comentou, a respeito do relacionamento que tinha com a nova Diretora do Centro de Ressocialização:

? A Diretora foi uma mentora, uma luz divina que deu orientação para meu trabalho.

Dentre os agentes institucionais ligados à APAC, os únicos em quem encontrei um apoio mais geral ao trabalho da COESPE foram os funcionários. Mesmo havendo apoio em outros níveis, mesmo por parte de alguns membros da Diretoria da APAC, sempre eram vozes dissonantes sobre um fundo geral de contestação. Isso é digno de nota. Os funcionários eram os únicos agentes institucionais, ao lado dos agentes da Secretaria de Administração Penitenciária, que estavam envolvidos com o trabalho junto aos presos principalmente por razões econômicas. Os outros tinham um envolvimento de tipo mais moral, em que a motivação para o trabalho ligava-se à aceitação dos valores nos quais o trabalho se pautava. Por isso, não era surpreendente que os funcionários fossem os maiores interessados em mudanças que tornassem o trabalho mais homogêneo e seguro: tinham todo o interesse em minimizar o peso do trabalho que executavam, o que é típico do envolvimento calculista produzido pela relação salarial. Conseqüentemente, eles eram os agentes cuja condição de envolvimento comportava um maior distanciamento em relação à ideologia da APAC e por isso podiam ter uma visão mais crítica da instituição. Contratados por suas qualificações

técnicas, eles estavam submetidos às determinações da Diretoria da APAC. Apesar de serem responsáveis diretos pelo gerenciamento do cotidiano da APAC, não eram os responsáveis pela formulação dos programas da APAC. A tônica geral do trabalho era desenvolvida em outros níveis – eles eram responsáveis pela sua execução. Os voluntários, que neste sentido também tinham de se submeter, enfrentavam uma situação bastante diferente da dos funcionários. Caso discordassem das propostas da APAC, podiam simplesmente se retirar. Os funcionários, que dependiam daquele salário, não tinham esta opção. Psicólogos, assistentes sociais, médicos, enfermeiros, advogados, estavam envolvidos de maneira mais formal e impessoal com a APAC. Nisso, se aproximavam bastante da proposta da nova Diretoria do Centro de Ressocialização, que procurava impingir um caráter mais formal ao trabalho da APAC. O apoio maior dos funcionários da APAC ao trabalho da COESPE estava ligado, assim, a uma semelhança entre a forma de seu envolvimento com a instituição e a forma de trabalho imposta pela nova Diretoria ao Centro de Ressocialização.

Em suma, logo após a transferência da Cadeia Pública para a Secretaria de Administração Penitenciária, a nova Diretoria do Centro de Ressocialização implementou mudanças no cotidiano da instituição que foram entendidas pelos agentes institucionais como uma tentativa de aumentar a coerção sobre presos e membros da APAC, diminuindo o potencial ressocializador de seu trabalho e aumentando os efeitos da institucionalização prisional sobre os presos. Isso desencadeou uma reação de oposição por parte dos membros da APAC ao trabalho da nova Diretoria, que assumiu diversas formas, algumas mais diretas, como a reação às revistas íntimas, outras mais indiretas, como a elaboração de pesquisas de opinião sobre as mudanças na população prisional. A exceção ficou por conta do grupo de Valorização Humana, que obteve regalias especiais da nova Diretoria e por isso apoiou seu trabalho, e dos funcionários, que, além de se beneficiarem do aumento de segurança no trabalho, tinham uma postura mais crítica em relação à ideologia da APAC e se envolviam com o Centro de Ressocialização de forma já mais parecida com as propostas da nova Diretoria.

CAPÍTULO 22. INGERÊNCIA E VOLUNTARIADO

Uma evidência de que a forma de trabalho proposta pela COESPE e a forma defendida pela APAC não eram homogêneas foi a interpretação dada pela nova Diretora para as alterações que estava promovendo no Centro de Ressocialização. A justificativa institucional para este processo foi por ela explicitada poucas semanas após sua posse, quando, a seu pedido, foi realizada uma reunião com os voluntários do grupo de Valorização Humana. Entre os participantes estávamos a coordenadora do grupo e eu.

Em certo momento da reunião, os voluntários começaram a questionar a Diretora sobre qual, afinal, era a nova situação da APAC. Ela respondeu, como quem houvesse decorado um texto: a APAC é uma organização civil que auxilia na execução da pena e no cuidado aos presos. Por isso, a APAC contava com um quadro de funcionários e com a ajuda de voluntários. Depois, completando, ponderou que até aquele momento a APAC havia atuado em áreas nas quais não deveria atuar. Isso se deveu a uma “ingerência” do próprio governo, que não ocupou os espaços devidos. Todas as mudanças que ela estava implementando, ressaltou, estavam previstas na legislação. Aquele presídio não era mais Cadeia Pública, mas também não era “APAC”. Era um Centro de Ressocialização gerenciado pela COESPE com o auxílio da APAC. Numa folha de papel, ela desenhou dois círculos em intersecção, um representando a APAC, o outro a COESPE. Apesar da Cadeia Pública estar sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública, na prática toda a instituição era gerenciada pela APAC com o auxílio dos galerias.

? Tinha até um funcionário que ficava com as chaves do portão 2, o que não podia acontecer ? ela enfatizou, talvez desconhecendo o fato de que o funcionário era o marido da coordenadora da Valorização Humana.

A nova Diretora, assim, colocou as práticas do Centro de Ressocialização anteriores à transferência para a Secretaria de Administração Penitenciária sob o signo da “ingerência”. A palavra ingerência significa influência, intromissão. Mas ela quis dizer que o Estado não geria a instituição, que o poder do Estado não estava sendo exercido. Que, por isso, a APAC geria a instituição, mesmo não tendo o direito de fazê-lo. Quis dizer, enfim, que o que ocorria na antiga Cadeia Pública era ilegal. Talvez por isso ela tenha achado importante ressaltar que as mudanças que estavam sendo implementadas agora eram legais, estavam previstas na legislação. A intenção da Diretoria do Centro de Ressocialização era submeter o funcionamento da instituição a um novo enquadramento. A Diretora jamais disse que era contra os resultados obtidos pelos voluntários, ou mesmo que era contra o trabalho voluntário, mas deixou clara sua intenção de intervir na forma como ele era executado.

Depois, a coordenadora da Valorização Humana fez uma pergunta aparentemente ingênua, mas de grande importância: ela perguntou “de quem” nós éramos voluntários. A Diretora respondeu:

? Vocês não são voluntários de ninguém, vocês trabalham para os presos.

A primeira devolveu:

? Essa é a visão de todos nós aqui sobre o nosso trabalho. Eu não venho aqui trabalhar para a APAC ou para a COESPE, mas para os presos. Eu não venho para conseguir algum benefício, o Gustavo não vem para fazer carreira lá fora, nem ninguém do grupo vem para isso.

? Bem ? continuou a Diretora ? vocês vão entender o que eu vou falar a seguir sem ficarem ofendidos: caso vocês não queiram aceitar meu pedido de ajuda, eu tenho condições de conseguir outros voluntários de outros lugares com os contatos que eu possuo.

O grupo ficou um tempo em surpresa, até que pôde entender melhor o significado de sua afirmação. Ela poderia, quando quisesse, obter apoio de outros voluntários sem passar pela aprovação da APAC. Isso colocava em segundo plano o papel desempenhado pela APAC no controle das próprias atividades voluntárias. A APAC havia criado, não muito tempo antes, o cargo de Coordenador dos Trabalhos Voluntários, cargo ocupado naquele momento por uma ex-voluntária. Uma evidência da maneira como a COESPE via o trabalho voluntário no Centro de Ressocialização era o fato de que naquela reunião, em que se discutia um assunto de grande importância para o destino de um grupo voluntário, a coordenadora geral havia sido posta de lado. A Diretora deixou claro que aquela havia sido comunicada de sua ocorrência. Caso quisesse participar, a Diretora havia permitido sua presença. O tom com que nos relatou o convite que havia feito deixava claro que ela não dava para o trabalho da coordenadora

geral qualquer importância. Esta ficaria, ali, numa posição de inferioridade que lhe seria, assim supusemos, intolerável. Portanto, recusou o convite e não apareceu na reunião. Havia agora, portanto, duas formas de entrar como voluntário no Centro de Ressocialização: através da APAC, como eu mesmo havia feito, ou por intermédio da Diretoria do Centro de Ressocialização. E mesmo a entrada pela APAC estava condicionada à autorização fornecida pela Diretoria da COESPE. A coordenadora geral era um dos agentes institucionais que mais relutava em aceitar a maneira como a COESPE gerenciava o Centro de Ressocialização. Talvez, uma das razões para isso fosse justamente esta perda de poder decorrente da mudança.

As oposições entre APAC e COESPE com relação ao trabalho voluntário ficaram claras numa ocasião em que ambas se encontraram por acaso na sala da gerência da APAC. Eu estava conversando com um preso no estacionamento e por isso não pude presenciar a conversa desde o começo. Só me dei conta do que estava acontecendo quando elas começaram a elevar a voz uma para a outra.

? Tem muita gente que só sabe me criticar mas não faz nada pra me ajudar ? exclamou a Diretora ? e ninguém vem abertamente falar nada pra mim. As pessoas só falam pelas costas. Eu não recebo nenhuma ajuda da APAC. ? Neste ponto da conversa, a Diretora já estava quase chorando. ? Quando eu comecei o trabalho aqui, eu tinha dez agentes, porque eu mesma solicitei este número. Agora, só tem três agentes aqui no Centro de Ressocialização. ? Virou-se para a coordenadora da Valorização Humana, que observava a conversa, e disse: ? Eu não podia ficar com aqueles agentes nem com os carcereiros. Você sabe como é que eles trabalhavam, não é? ? Voltando-se novamente para a coordenadora geral, completou: ? Toda hora eu fico sozinha aqui.

A Diretora exemplificou: naquele exato momento, ela havia acabado de intervir em um problema que estava acontecendo na cela de um travesti que “morava” no Anexo 1. Foi no momento em que a Diretora apareceu no corredor, antes de começar a conversar com a coordenadora geral. O namorado do travesti apareceu na grade do corredor, ao lado de um outro preso que ocupava a mesma cela, e os dois começaram a reclamar para a Diretora da presença um do outro na mesma cela. O namorado dizia que o outro rapaz havia chutado, sem qualquer motivo, os cestos que ele estava fabricando, e o outro, por sua vez, alegava que o travesti e o namorado o haviam ameaçado de morte, mostrando para ele as tesouras com as quais estavam trabalhando, de forma a amedrontá-lo. A Diretora não tinha a quem recorrer na situação, e, através das grades, contornou a situação, pedindo para que o rapaz ameaçado se mudasse de cela – o que, aliás, era mesmo seu desejo – e esperasse pelo agente de disciplina para levar suas coisas de uma vez para a outra cela. Isso porque não podia haver mudança de

cela sem a anuência do agente, e não havia nenhum no Centro de Ressocialização naquele momento. A discussão havia sido muito séria, e a Diretora teve que se haver com ela sem a colaboração de ninguém.

Mais tarde, num evento que dava razão à Diretora, um preso passou mal e teve que ser levado para o hospital, onde ficou internado. Era obrigatória a presença de um agente da COESPE para acompanhar o reeducando. Por causa disso, havia apenas um agente da COESPE no Centro de Ressocialização naquele momento. A Diretora tinha que levar marmita para os dois, o reeducando e o agente, mas não queria deixar o Centro de Ressocialização sozinho durante este período. A coordenadora da Valorização Humana prontificou-se a levar as marmitas para eles em seu carro.

A Diretora dizia agora que não havia condições adequadas de trabalho no Centro de Ressocialização. E isso, fundamentalmente, porque ela optou por dispensar os agentes mais velhos e que estavam mais habituados a lidar com os presos, justamente porque eles tinham mais cristalizados em seu comportamento os preconceitos típicos dos agentes da COESPE. Ela preferiu ficar com agentes mais novos e inexperientes, que agiriam de acordo com suas instruções e não teriam vícios. Sua preocupação primordial era com a integridade dos homens presos ali e tudo o que ela fazia visava à proteção deles. As pessoas da APAC criticavam sem saber o que diziam, sem conhecerem o trabalho da COESPE. Além disso, os membros da APAC nunca falavam abertamente com ela. Nunca procuravam o diálogo, quando tudo o que ela queria era trabalhar junto com a comunidade para melhorar a situação dos presos. A cena, para mim, foi impressionante. Ela parecia realmente comovida com o que estava acontecendo no Centro de Ressocialização, entendendo que os membros da APAC a criticavam sem conhecerem seu trabalho e não queriam uma solução conjunta para os problemas, pois nunca dialogavam com ela.

? O pessoal da APAC critica muito o trabalho da COESPE ? continuou ? mas não conhece o sistema prisional do Estado. Eu já trabalho na área há 17 anos. A APAC pensa que a COESPE é o Carandiru. Tem muitos trabalhos bons sendo feitos pela COESPE. A COESPE tenta por todos os meios ressocializar o preso. Há muita gente boa na COESPE que vê seu trabalho como um ideal. Eu sei que o trabalho dos voluntários é feito com idealismo. Eles não ganham nada por isso e mesmo assim continuam trabalhando. Mas tem muita gente na COESPE que trabalha por um sentido de ideal. Isso não é exclusividade dos voluntários.

Após alguns momentos, acrescentou:

? Eu acho importante o bem-estar dos presos. Mas tem que ter uma certa disciplina.
? Virando-se para mim, ela perguntou: ? Você, Gustavo, que está fazendo mestrado, se você não tiver disciplina você chega a algum lugar?

? Não, não chego ? respondi.

? Então, tem que haver disciplina.

A tudo isso, a coordenadora geral respondia com um silêncio constrangido, como se a explosão da Diretora a tivesse surpreendido. Meneava a cabeça como se concordasse, mas seu gesto dava mais a impressão de uma tentativa de apaziguamento. Em nenhum momento, a Diretora dirigiu qualquer acusação à coordenadora geral. Mas parecia evidente que era a ela que se referia. Isso ficou mais claro quando a Diretora usou o vocativo “querida” para interpelá-la, dando à palavra aquela entonação que a faz parecer uma ofensa e mostrando uma ironia que dispensava referências mais explícitas.

Esta conversa era significativa da forma pela qual APAC e COESPE disputavam o voluntariado. A APAC queria defender a forma anterior, vista como mais espontânea, de trabalho, enquanto a COESPE defendia que o trabalho se conformasse às restrições legais cabíveis. Em nenhum momento, a própria existência do trabalho voluntário foi posta em questão. Parecia que se tratava exclusivamente de uma discussão de superfície sobre questões que, no fundo, não trariam grandes transformações. A COESPE queria acabar com aquilo que, no trabalho voluntário, era entendido como “ingerência”. A APAC queria manter a liberdade de que gozavam seus voluntários antes da transferência. Uma questão aparentemente simples. Mas sob esta aparência de insignificância, a disputa assumia ares de verdadeira guerra. A coordenadora geral, que simbolizava naquele momento as forças de reação da APAC, e a Diretora, que personificava a COESPE, levavam a disputa para o plano pessoal. A disputa mobilizava suas emoções, transformava-as momentaneamente em inimigas, opunha-as de maneira radical. Não era uma disputa de menor importância. Era uma disputa que dizia respeito ao cerne da reforma penitenciária.

CAPÍTULO 23. A INTENÇÃO DA NOVA DIRETORIA

Pode parecer, à primeira vista, que a intenção da Diretoria do Centro de Ressocialização fosse, como pensavam os voluntários, transformá-lo em um presídio “comum”, ou seja, superlotado, violento, humilhante e fisicamente depauperado. Mas algumas ações implementadas pela Diretoria do Centro de Ressocialização indicavam que algo diferente estava ocorrendo. Não se tratava simplesmente de aumentar a rigidez da disciplina, anular aquilo que os voluntários viam como conquistas, tornar isomorfo o funcionamento do Centro de Ressocialização e o de outros presídios. Havia a intenção, por parte da Diretoria, de manter aquelas conquistas, mas de mantê-las sob outra forma.

A primeira evidência nesse sentido já foi mencionada. A nova Diretora, que inicialmente contava com dez agentes penitenciários, teve que, em certo momento, se contentar com três. Todas as informações que eu obtive sobre esta redução apontam para um único objetivo: eliminar qualquer possibilidade de que os agentes do Centro de Ressocialização adotassem práticas de extorsão e violência contra os presos. Há alguns capítulos fiz menção ao egresso que acusou os agentes penitenciários de agirem violentamente contra os presos. Pois bem: o agente mencionado especificamente por ele foi um dos primeiros a serem transferidos de lá. Em sua trilha, todos os outros nomes que o egresso mencionou de passagem como pessoas que “também” eram violentas acabaram sendo transferidas. Não se sabe exatamente de que forma essas denúncias chegaram aos ouvidos da Diretora, mas ela agiu prontamente na tentativa de eliminar o problema.

Um desses agentes mais experientes deixou claro, certa vez, qual era a postura da Diretoria do Centro de Ressocialização e como isso diferenciava aquela instituição de outras unidades penais:

? Você tem que saber usar da malícia no trato com os presos, mas a Diretoria não percebe isso e fica pressionando a gente a seguir todas as regras padrões. Quando um agente é transferido daqui para outro presídio, eu já aviso pra ele: o resto do sistema é muito diferente daqui. Em outros lugares, você tem que dosar sua força, tem que ter cuidado com os presos. Não pode se envolver ou se aproximar como acontece em Bragança.

A referência à força e à proximidade mostram bem o que ocorria no Centro de Ressocialização. Os agentes mais experientes viam os presos ali como pessoas mais fáceis de serem controladas, como pessoas mais pacatas. Por isso, os agentes não precisavam ter medo dos presos, ao contrário do que ocorria em outros lugares. Além disso, o contato com os presos era mais próximo no Centro de Ressocialização do que em outros lugares. No Centro de Ressocialização, os agentes podiam conversar tranquilamente com os presos, e estes com aqueles. Um dos presos mais antigos do Centro de Ressocialização afirmou, ao ser transferido de volta para Bragança Paulista após mais de um ano em outra instituição:

? Aqui não tem a distância entre preso e agente que existe no sistema [normal]. Lá, você não pode conversar com agente. É proibido. Quer dizer, não que seja proibido... mas os presos avisam, eu recebi vários avisos. É mal visto o preso que conversa com agente. Porque pode acontecer de um preso conversar com um agente e logo depois os policiais fazerem uma revista e encontrarem um celular ou alguma coisa assim. Aí, os presos vão pensar que foi aquele que estava conversando que caguetou. E se decidirem que o preso tem que morrer, aí ninguém salva. Quando eu cheguei de volta aqui, eu tive muita dificuldade no começo por causa disso. Eu não conversava com os agentes, porque já tinha me acostumado ao esquema do sistema. Eles passavam pelo corredor, eu ficava olhando para eles com cara feia, encarando. Aí eles começaram a pensar: ‘Pô, esse aí está um estranho no ninho.’ Porque aqui, ninguém é assim. Os agentes até trocam idéia com os presos. Minha esposa foi quem brigou comigo pelo meu comportamento. Aí, eu comecei a ver que estava agindo errado, né. ‘Onde você pensa que está’, eu comecei a perguntar para mim mesmo. E então eu fui voltando a me comportar do jeito de antes.

Além disso, é digna de nota a menção do agente penitenciário ao fato da Diretoria pressioná-los a adotarem os procedimentos padrões e não utilizarem a “malícia” que o agente adquire no dia-a-dia prisional. A mesma exigência de legalidade que a Diretoria fazia aos voluntários, dirigia a seus próprios agentes.

Como prova disso, vale mencionar um evento *sui generis* no mundo prisional. Em certo momento, um funcionário da APAC foi acusado, por pessoas que, em princípio, tinham plenas condições de o fazerem, de estar desviando dinheiro da Associação. A acusação foi

levada a sério por várias razões: a fonte da acusação era digna de confiança, havia provas de que as acusações eram verdadeiras, e o próprio acusado já estava sob suspeita por outras razões havia algum tempo. Mas a APAC demorou a tomar qualquer decisão a respeito disso. Pois bem, foi a nova Diretora do Centro de Ressocialização quem deu um ultimato à APAC: ou vocês se livram desse funcionário, ou nós (da COESPE) vamos tomar as providências cabíveis. Quando a APAC criticou esta postura como intervencionista, querendo dizer que a Diretora estava se intrometendo em assuntos que não lhe diziam respeito, conta-se que ela respondeu:

? Dos meus problemas eu já me livreí. Agora, vocês lidem com os seus.

O que chama a atenção é que os voluntários e membros da APAC em geral assentiram a esta fala. Ou seja, eles deram sua concordância à afirmação de que a Diretoria do Centro de Ressocialização havia se livrado de seus problemas. Isso, no mundo prisional, é digno de nota. Estando sob estreita vigilância da APAC, uma instituição que lhe era hostil, a Diretora conseguiu convencer a todos da idoneidade de seu trabalho.

Outro exemplo das intenções da nova Diretoria foram as contratações realizadas para substituir os agentes dispensados. Os agentes alocados para o Centro de Ressocialização tendiam a ser jovens e inexperientes. O motivo para isso, conforme ouvi da coordenadora da Valorização Humana, era que esses agentes mais inexperientes ainda não tinham cristalizadas as práticas extorsivas dos agentes mais velhos. Por isso, eram mais confiáveis. O que pude presenciar da interação entre esses novos agentes e os presos confirma esta opinião. Aqui, talvez seja interessante relatar a impressão que tive sobre esses agentes. Eu anotei em meu diário de campo:

Havia dois agentes jovens tomando conta do Centro de Ressocialização. Acho interessante que esses agentes jovens, escolhidos a dedo pela diretoria, conversam com os presos com naturalidade. Eles exibem uma certa desconfiança ingênua com relação aos presos, tentando mostrar que não são bobos. Mas são muito mais flexíveis no contato com os presos do que o restante dos agentes. Quanto mais velho o agente, mais ele parece ser “malandro”: ele exhibe códigos de comportamento que deixam perceber sua intimidade com o mundo do crime, uma intimidade hostil, a bem da verdade. Os agentes mais jovens não estão cristalizados na instituição carcerária, e por isso não mostram um padrão de comportamento tão rígido. Às vezes, eles não parecem saber o que fazer em determinadas situações e agem de forma graciosamente espontânea. Muitas vezes, seus olhos parecem fixos num ponto do horizonte enquanto eles se perguntam o que fazer naquele momento. Eles sentem-se inseguros frente aos presos e aos voluntários. Quando chegamos, eles não sabem o grau de respeito com que devem nos tratar e nem o grau de desprezo que

devem devotar aos presos. Por isso, os presos dizem que é fácil enganá-los.

Esses agentes novos, cumprindo a promessa feita por Nagashi Furukawa, vigiavam de perto a vida dos presos. Os galerias esbarravam o tempo todo com os agentes e qualquer círculo de conversas logo contava com a vigilância de um deles. Enquanto eu conversava com alguns presos certa vez, um rapaz que eu não conhecia se aproximou e ficou observando a uma distância curta nossa conversa. Os presos olhavam para ele de soslaio, e eu supus que ele fosse um preso novo, ainda não entrosado com os outros. Depois descobri tratar-se justamente de um desses novos agentes, que indiscretamente observava a conversa dos presos.

Um desses novos agentes, que havia sido transferido recentemente para o Centro de Ressocialização, deu outro depoimento de como a relação com os presos era próxima. Um grupo de pessoas conversava na cozinha do Centro de Ressocialização, entre elas o agente mencionado e uma ex-voluntária do grupo da Assembléia de Deus. Conversávamos sobre as unidades prisionais que já havíamos conhecido, e uma agente ali presente dizia que só conhecia o Centro de Ressocialização. A ex-voluntária, então, comentou, a respeito de um agente muito jovem que estava à mesa conosco:

? O (agente) já trabalhou em outros lugares antes de trabalhar aqui. Não é mesmo?

? Ah é? ? perguntei. — E como era?

? É, já trabalhei. — respondeu ele, um pouco a contragosto. E então, manteve silêncio.

Quebrando o silêncio, ela perguntou:

? Aqui é bem mais tranquilo, não é?

Ele esperou um pouco e respondeu com firmeza:

? Eu não acho. Para mim não há trabalho “tranquilo” em presídio. Para mim, qualquer lugar é perigoso, presídio é presídio. Eu tenho que ficar atento o tempo todo e a qualquer momento pode acontecer alguma coisa. A diferença é que aqui nós podemos andar no meio dos presos sem precisarmos nos preocupar muito. Aqui, a gente não precisa tratar os presos que nem bichos. Aqui, dá para tratá-los como gente. Outro dia, eu tinha terminado de jantar e saí para fazer uma ronda. Entre o refeitório e a saída, eu demorei quase quarenta minutos. Em todo lugar que eu passava tinha um preso que me cumprimentava e ficava conversando comigo, brincando com o meu time que tinha perdido o jogo. Eu respondia no mesmo tom, tirando o sarro deles, e fui assim até acabar o percurso. Quer dizer, aqui, a gente

não precisa tratar preso como animal. Ou melhor, aqui, eles não obrigam a gente a tratá-los assim. Aqui, eles deixam que a gente os trate como gente.

A opinião comum sobre a proximidade entre os agentes e os presos é confirmada pelo último relato. Com algumas exceções, as observações de eventos concretos tendiam a comprovar largamente essas opiniões.

Além disso, a tensão expressa na fala do agente entre a experiência vivida e os valores disciplinares era indicativa do quanto o Centro de Ressocialização se diferenciava daquilo que se supunha ser o trabalho típico de um agente penitenciário. Ele ao mesmo tempo afirmou que “presídio” era sempre perigoso e relatou a tranquilidade com que interagia com os presos. Entre a experiência vivida e o relato do ideal penitenciário, devemos, como alertou Malinowski (2003: 92), dar mais importância ao primeiro. A uniformidade que o agente emprestava à experiência prisional, neste caso, talvez fosse típica de sua inexperiência. Os agentes mais experientes sabiam identificar com precisão as diferenças entre esses ambientes. Neste caso, ao dizer que trabalhar em presídio era sempre perigoso, ele também parecia estar tentando mostrar valentia e seriedade, o que um agente mais experiente possivelmente não sentiria necessidade de fazer. Por outro lado, há uma relação intrínseca entre o ideal penitenciário e a realidade vivida: é o ideal penitenciário homogêneo que permite que experiências como as da APAC sirvam de justificativa ideológica para a manutenção do restante do sistema penitenciário. Ao dizer que “presídio é presídio”, diz-se que é necessária a existência do restante do sistema como um suporte para esses lugares mais amenos, para o caso de algum preso desobedecer à disciplina imposta. Além disso, também se afirma que as experiências bem-sucedidas devem ser vistas como momentos especiais, como exceções, e por isso é necessário haver a massa de instituições percebidas como falidas. Ao fazê-lo, ignoram-se as relações mais igualitárias concretamente estabelecidas em lugares como o Centro de Ressocialização ou mesmo em outras instituições penais não modelares, pois sua existência contradiz a crença atual de que o endurecimento penal seja a única forma adequada de conter a criminalidade. Se fosse possível reconhecer que o Centro de Ressocialização de Bragança Paulista não é necessariamente uma exceção, que as relações estabelecidas entre presos e agentes tendem a ser hostis devido às imposições institucionais, que o conceito de “perigo” utilizado pelo agente é falso, poderíamos, enfim, perceber que o conceito mais sensível de periculosidade também é falso e entender, como mostrou Foucault (1991), sua historicidade e seu papel como parte integrante do mecanismo de poder típico de nossa sociedade.

Além disso, ao corrigir-se e dizer que os presos ali não o “obrigavam” a tratá-los como animais, o agente parecia fugir de sua colocação anterior: “aqui, a gente não precisa tratar preso como animal”. A maneira como o agente se corrigiu foi sintomática. Corrigiu-se rapidamente, como se tivesse medo de alguma consequência imprevista de suas palavras. Se tomarmos sua afirmação anterior, “não precisa” indica um constrangimento, uma imposição, mas sem a declaração de fonte. A origem da imposição não foi explicitada. Foi isso que ele corrigiu a seguir, afirmando que a fonte do constrangimento estava nos presos. Ora, que outra fonte poderia haver além daquela? Quem mais os obrigaria a tratar os presos como bichos? Ao se corrigir, o agente evitou que concluíssemos com ele que ali no Centro de Ressocialização as pressões do poder estatal no sentido de brutalizar os presos não se exerciam da mesma maneira que no restante do sistema, e transferiu a origem do problema para os presos e sua “periculosidade”.

Este mesmo agente mostrou numa ocasião como se dava sua relação com os presos. Em sua atuação misturava-se uma tentativa de manter controle sobre a situação e de estabelecer contato com os presos. Eu conversava no pátio do Anexo 1 com um instrutor de boxe que estava preso havia muito tempo. Dois presos lutavam impetuosamente no pátio enquanto os observávamos pelas grades e o instrutor avaliava seu desempenho. Eram presos do xis 10, a cela da triagem, reservada para recém-ingressados. Discutíamos o esporte que estava sendo praticado. Ele me explicava, num suave sotaque caipira:

? O que falta aqui é o protetor da cabeça. Se eu tivesse o molde, eu mesmo fazia um com espuma. Mas não tem jeito...

Senti que ele me sugeria que o ajudasse. Perguntei:

? É muito caro um protetor?

? Não. No máximo trinta reais. Ganhei quatro pares de luvas na semana passada.

? Ah, é? Que bom.

? Mas aqui nós só bate do pescoço pra cintura. Na parte da cabeça nós não mexe.

? Eu ia perguntar isso. Dá pra dar nocaute com o protetor?

? Não, porque o protetor não deixa bater direito no queixo. E o ponto fraco do reeducando... da pessoa, é pegar no queixo. E também não pode ficar com os pés juntos.

? Como assim?

? Assim, ó (e ele postou-se numa quase posição de sentido). Desse jeito, a pessoa cai se o soco pegar de jeito. Mas assim, ó (afastou as pernas e dobrou levemente os joelhos), se o golpe pegar a pessoa já tem apoio. Tem que ter os jogo das pernas.

Eu imitei sua posição. O agente, que passava por nós, parou:

? Você sabe que eu não quero isso aqui! Depois, neguinho aparece com olho roxo, vão falar que foi o agente que bateu!

Eu supus uma brincadeira. O instrutor, porém, não riu. O agente continuou a falar:

? Amanhã, que é dia de visita, vai a família reclamar pro Juiz que os agentes tão batendo.

Houve um silêncio. Entendi que aquele comentário era uma quase brincadeira, mas havia nele um certo grau de seriedade. Era como se ninguém, nem o agente, tivesse a ousadia de rir. Eu intervi:

? Não se preocupa não. Eu só tava aqui explicando pra ele como é que se luta boxe.

Os presos ao redor, que se aproximavam de nós, riram. O agente não bem riu. Entre-sorriu.

? Mas eu não quero isso aqui.

E seguiu seu caminho.

Além da expulsão dos agentes suspeitos de corrupção e da contratação de agentes mais novos e inexperientes, a Diretoria do Centro de Ressocialização exercia sobre esses novos agentes um controle relativamente estrito, mostrando a intenção de transformar o Centro de Ressocialização em uma instituição diferenciada. Isso ficou evidente num episódio ocorrido durante uma sessão de terapia ocupacional com alguns presos, vários meses após a primeira Diretora ter deixado a Diretoria e ter sido substituída pelo antigo Diretor de Disciplina. Durante toda a sessão, que foi acompanhada por mim e por uma voluntária da Valorização Humana, um agente ficou ao lado dos presos, às vezes em silêncio, às vezes conversando com eles ou com os voluntários. Eu não notei nada de especial. No momento em que fomos guardar os produtos, uma das terapeutas comentou que o agente havia insultado um dos presos. O preso em questão era um rapaz que tinha evidentes sinais de problemas mentais, em grau que eu classificaria de sério, e que foi o tempo todo chamado pelo agente de “louquinho”, ou “retardado”. O rapaz respondia para o agente:

? Eu não tenho medo de policial, viu, seu filho da puta. Se você quiser pode me pegar que eu agüento com você! Policial é tudo filho da puta! ? num modo enrolado de falar e em tom de voz baixo, a ponto de eu, estando na sala, não ter ouvido suas reclamações.

O agente reforçava:

? Fica quieto seu louco, seu retardado! ? contando talvez que seus insultos não fossem surtir qualquer efeito.

Enquanto levávamos os itens para serem guardados, uma das terapeutas comentou que a postura do agente havia sido muito agressiva e que todos os presos sentiram-se intimidados pela presença do agente. Um dos presos comentou:

? Isso porque era ele (o preso com problemas mentais) quem estava falando. Se fosse eu a dizer aquelas coisas para o agente, neste momento eu já estaria no castigo, vocês podem ter certeza!

A terapeuta indignou-se:

? Mas isso é injusto! Foi o agente quem começou a agredir o rapaz!

O preso respondeu:

? Mas aqui dentro, estando certos, nós já estamos errados. Aqui dentro nós nunca temos razão.

Na semana seguinte, quando fomos guardar os produtos utilizados após a sessão, as terapeutas ocupacionais comentaram com a voluntária da Valorização Humana que o agente não havia aparecido naquele dia. Ela então contou que havia reclamado com a coordenadora geral dos voluntários pela conduta do agente na semana anterior. Esta levou a reclamação para o Diretor e ele indignou-se com a conduta do agente, determinando que nenhum agente ficasse na sala junto conosco. Isso mostrou, por um lado, que o voluntariado continuou tendo força na nova administração. Por outro, mostrou que a Diretoria do Centro de Ressocialização tinha a intenção de moralizar o funcionamento da prisão.

Um outro exemplo da intenção da Diretoria do Centro de Ressocialização foi a realização de eleições entre os próprios presos para a nomeação dos representantes do Anexo 2, ou, mais precisamente, dos Coordenadores de Trabalhos Internos do Anexo 2. Esse era o novo nome do Presidente e do Vice-Presidente do antigo Conselho de Sinceridade e Solidariedade. A justificativa para a mudança era que o novo nome, ao contrário do anterior, permitia remição de pena.

A primeira Diretora considerava a realização da eleição um dos passos fundamentais para transformar o Centro de Ressocialização em uma instituição de cunho realmente ressocializador. A eleição foi decidida da seguinte forma: houve uma reunião entre Diretoria da COESPE e representantes de cela que sugeriu dois nomes, um para coordenador, outro para substituto. O coordenador era um preso que trabalhava na cozinha; o substituto, um preso que trabalhava na cantina. Este foi colocado na posição de substituto porque sua situação de funcionário da cantina o impedia de percorrer a Cadeia toda resolvendo pequenos problemas, função do coordenador. A aprovação dos dois se daria por plebiscito, em que os presos escolheriam separadamente se queriam que eles ocupassem os respectivos cargos. Tudo isso

foi explicado para os presos, inclusive – e com ênfase – o fato de que, agora, o coordenador, ao contrário do que acontecia antes, não iria trabalhar mais sozinho, e sim em estreita consonância com as instruções da COESPE.

A realização do plebiscito indicava, por parte da Diretoria do Centro de Ressocialização, a intenção de dar voz aos presos, de permitir que eles se expressassem. Pode-se argumentar que o plebiscito limitava a escolha dos presos a nomes previamente designados pela própria Diretoria. Esta objeção está correta: os presos, de fato, não tinham ali liberdade de escolha, ou possuíam uma liberdade bastante reduzida. De modo geral, este procedimento não se diferenciava tanto daquele já adotado anteriormente pela Diretoria da APAC para a escolha de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Sinceridade e Solidariedade. Neste caso, a APAC designava os nomes a partir da consulta aos representantes de cela. A decisão final, porém, era sempre da APAC. A escolha dos galerias também era decidida a partir de uma consulta aos presos, mas, da mesma forma, eles não tinham poder de deliberação. Assim, os presos não tinham, também naquela época, o direito de protestarem ou indicarem seus representantes e o processo ficava todo nas mãos da APAC.

Qual a diferença entre esta situação e aquela implementada pela COESPE? A diferença fundamental é que a COESPE formalizou a escolha dos representantes. Todo o procedimento que era realizado pela APAC a partir de acordos informais, de consultas esporádicas e não registradas, foi transformado em um processo sistematizado de eleições em que a decisão era registrada por escrito, homologada por regras explícitas. O poder deixou de ser normativo, ou seja, exercido com base em critérios de bem e mal, justo e injusto, e coercitivo, ou seja, apelando para o uso da força, e passou a ser exercido com base numa mistura de poder coercitivo e autoridade racional-legal, quer dizer, ao lado do exercício da punição como forma de controle sobre os presos, o poder passou a ser estabelecido com base em regras mais ou menos explícitas e aceitas por todos.

A Diretoria do Centro de Ressocialização também alterou em alguns pontos importantes o trabalho voluntário. Essas alterações servem para mostrar o que tencionava fazer a Diretoria da COESPE. Dois meses após a transferência para a Secretaria de Administração Penitenciária, o grupo de Valorização Humana foi convocado para uma já citada reunião com a nova Diretora, em que ela propôs que trabalhássemos com os filhos dos presos para que não ficassem sozinhos nos dias de visita. No fim, este trabalho acabou não se concretizando.

Menos de um mês depois, recebi uma ligação da coordenadora da Valorização Humana me informando que a Diretora desejava envolver o grupo de Valorização Humana num trabalho de prevenção à AIDS. O Centro de Ressocialização receberia mensalmente do Estado uma cota de 2 mil camisinhas para serem doadas aos presos, mas seu recebimento estava condicionado à existência de algum programa de prevenção que tivesse cunho educativo e fosse realizado sistematicamente. A Diretora supôs que nosso grupo pudesse fazer o trabalho. Na reunião para debater o assunto, ela enfatizou várias vezes que queria usar o “espaço” da Valorização Humana para promover o trabalho de prevenção à AIDS. Ela disse, em certo momento, que desejava usar “melhor” o trabalho da Valorização Humana. O procedimento que adotávamos, continuou, era pouco produtivo e, além disso, era duplicado pela Pastoral Carcerária, que, afinal, fazia basicamente a mesma coisa. Apesar de darmos nosso consentimento à realização deste trabalho, eu senti a proposta como uma alteração profunda no que fazíamos. Deixaríamos de circular livremente pelo Centro de Ressocialização e ficaríamos alocados em alguma sala, dando palestras sobre AIDS para os representantes de cela, tentando transformá-los em agentes multiplicadores do conhecimento. Ficou decidido que eu cuidaria da palestra aos representantes de cela e duas voluntárias ficariam responsáveis pelo trabalho com as esposas dos presos. Antes de sua entrada para as visitas, as esposas receberiam das duas voluntárias uma palestra sobre a importância da prevenção. Para poderem se preparar para o trabalho, ambas ajudariam os agentes da COESPE nos dias de visita. Recolheriam os documentos, conversariam com os visitantes, conheceriam, enfim, estas pessoas, e seriam também por elas conhecidas. Após o estabelecimento de um vínculo de confiança, e após a sistematização das palestras, começariam o trabalho. Ambas as voluntárias se revezariam. A primeira iria aos domingos, a última, às quintas-feiras.

Passado mais um mês, realizamos uma reunião para discutirmos o andamento do projeto. A Diretora ainda não tinha novidades sobre o fornecimento de camisinhas, que não tinha sido iniciado. Eu continuava lendo artigos sobre AIDS. As voluntárias ainda estavam auxiliando os agentes nos dias de visita. A Diretora perguntou:

? O que vocês estão achando de trabalhar nos dias de visita? Vocês estão conseguindo ter contato com os visitantes?

Ambas responderam em uníssono:

? Não.

Ela ignorou a resposta e, com jovialidade, voltou a perguntar:

? E o que vocês estão achando do trabalho?

Ambas começaram a reclamar quase ao mesmo tempo, dizendo que aquele era um trabalho difícil: não eram respeitadas pelos visitantes, que as culpavam pela demora na entrada; tinham que ouvir as reclamações dos visitantes quando faltava algum documento; eram agredidas verbalmente pelas pessoas impedidas de entrar por causa dos trajes inapropriados, entre outras coisas. Ela mudou novamente de assunto e passou a dar informações mais técnicas sobre o fornecimento de camisinhas pelo Estado.

Um ano depois, a primeira Diretora já havia deixado o Centro de Ressocialização. O trabalho de prevenção à AIDS estava enterrado sem jamais ter saído do papel. O novo Diretor nunca havia sequer mencionado algo parecido. Ambas, porém, continuavam a auxiliar os agentes nos dias de visita. Por causa de uma falta de agentes que se estendia por vários meses, o auxílio das duas era essencial. Os agentes não podiam mais dispensá-las e elas, de boa vontade, continuavam ajudando. Isso deixava pouco tempo para que elas se dedicassem às atividades da Valorização Humana. Não iam mais ao Centro de Ressocialização aos sábados. Ao perguntar a uma delas como estava o trabalho, ela respondeu:

? Olha, eu acho que estou fazendo trabalho de funcionário, só que de graça.

Eu, então, sugeri, ironicamente, que fizessem uma greve. Ela respondeu, espantada:

? Onde já se viu, voluntário fazer greve?

A coordenadora da Valorização Humana, na época em que a proposta foi aventada, acabou sendo dispensada de ajudar, pois já desempenhava uma função similar: ajudava as assistentes sociais a agendarem consultas médicas para os presos. Posteriormente, quando a cantina foi transferida para o lado de fora do Centro de Ressocialização, ela foi contratada como responsável.

A ex-voluntária que exercia a função de coordenadora geral dos voluntários e que havia sido uma opositora ferrenha do trabalho da COESPE, acabou tendo de deixar o cargo, que passou a ser ocupado por uma outra funcionária da APAC. No lugar desse trabalho, ela foi contratada como advogada da APAC.

Curiosamente, foi ela quem explicitou o tipo de racionalidade que estava envolvido neste processo. Segundo disse, a nova Diretoria havia elaborado um plano que, em última instância, transformaria todos os voluntários em agentes assalariados do sistema prisional. Isso, segundo a ex-voluntária, se devia ao fato de que a Diretora não acreditava no trabalho voluntário. Quando ela manifestou sua opinião, eu apontei para o que estava acontecendo com o grupo de Valorização Humana. Seu funcionamento até certo ponto anárquico, refleti, estava sendo solapado pelas novas propostas da COESPE. Isso serviu como estopim para que ela disparasse a falar sobre o anarquismo como um auto-governo, que era o que havia ocorrido ali

até a entrada da COESPE, e que isso deveria ser preservado contra as tentativas de controle por parte da COESPE. Pesando os argumentos, parece-me necessário concordar com seu ponto de vista. Não diria que a COESPE desejava transformar a todos em assalariados. Diria, isto sim, que ela desejava inserir esses trabalhos num quadro sistemático, de tal forma que o anterior caráter espontâneo de alguns trabalhos fosse subsumido por determinações organizacionais precisas e bem planejadas. Entre isso e o trabalho assalariado propriamente dito restava pouca diferença. As funções de cada voluntário seriam determinadas tão centralmente quanto as de qualquer funcionário – este era o plano final da Diretoria do Centro de Ressocialização.

A intenção da Diretoria, portanto, não era de acabar com o trabalho voluntário. Não era a de acabar com os progressos obtidos pela APAC. Não era transformar o Centro de Ressocialização em um presídio normal. Não era exercer uma coerção brutal sobre os presos – ao menos, não mais do que anteriormente. A um primeiro momento de adaptação, em que parecia haver uma tendência de aumento da violência, sucedeu-se um período de relativa estabilização, em que os temores anteriores e imediatamente posteriores à entrada da COESPE foram se extinguindo. Após algumas transferências punitivas, como forma de liquidar a resistência dos presos, tudo voltou ao normal. Nem mesmo os presos restantes reagiram a essas transferências, apesar das indicações iniciais de que o fariam. A intenção da nova Diretora era pôr o trabalho da APAC em nova chave. Era alterar a forma como este trabalho se exercia. Era regulamentá-lo, formalizá-lo. Era controlá-lo centralmente, não permitindo que houvesse nada que lembrasse improvisado, livre iniciativa, espontaneidade. Obedecidos os critérios da COESPE, não fazia diferença se o funcionário era assalariado ou não. Não era o caráter voluntário do trabalho que estava sendo atacado: era seu caráter descentralizado, anti-hierárquico e, até certo ponto, espontâneo.

A partir do que foi colocado, torna-se possível estabelecer algumas conclusões. A primeira é a de que a nova Diretoria não tinha a intenção de alterar os procedimentos que eram utilizados pela APAC. Sua intenção era a de que continuassem a haver voluntários, e que eles desenvolvessem trabalhos junto aos presos, mesmo que esses voluntários fossem recrutados diretamente pela Diretoria da COESPE. Quando o grupo de Valorização Humana questionou o papel dos voluntários, a resposta foi esta: caso os voluntários da APAC não ajudassem, outros voluntários seriam contatados. Não se falava em transferir aqueles procedimentos para funcionários. Da mesma forma, os galerias não foram destituídos de suas funções: apenas foram colocados sob estreita vigilância. Os procedimentos utilizados pela APAC foram apropriados pela COESPE. Ao fazê-lo, a COESPE mudou a maneira como se

exerciam, mas não mudou os próprios procedimentos. Observando-se o cotidiano prisional do ponto de vista de um voluntário, dir-se-ia que nada havia mudado, mas, deste ângulo, a maneira como esses procedimentos passaram a ocorrer indicava um controle externo que antes não havia.

Em segundo lugar, a COESPE, apesar de sua intenção, transformou os procedimentos da APAC numa espécie de imitação do que havia antes. Em outras palavras, a COESPE contrafez os procedimentos da APAC. Vistos de fora, pareceriam a mesma coisa. O grupo de Valorização Humana almoçava com os presos. Mas este almoço foi destituído de seu sentido anterior de contato e igualdade. Os voluntários continuavam realizando trabalhos com os presos. Esses trabalhos, porém, tinham horários fixos e rígidos para acabarem. A aparência dos procedimentos era a mesma, mas eles haviam sido alterados em seu sentido. A presença do controle externo não foi anódina no funcionamento da instituição. Por isso, um preso pôde me perguntar se eu havia notado que “agora” não havia mais APAC: as situações de “agora” e de “antes” eram muito parecidas, mas não eram mais a mesma coisa. Depois da apropriação inicial, assim, tornou-se evidente uma mudança no sentido daqueles procedimentos para os voluntários e presos. A nova situação parecia artificial, em oposição à naturalidade anterior. Portanto, não se pode falar que havia homogeneidade nos dois casos, e a nova situação pode ser mais bem descrita como uma réplica, um simulacro.

As mudanças mostraram ainda que o Estado tornou-se mais presente no cotidiano prisional. A transformação da Cadeia Pública em Centro de Ressocialização significou não um abrandamento da presença estatal, mas um recrudescimento desta presença. Isso é importante para pensarmos a crítica comumente dirigida a esses Centros de que implicam em uma privatização da administração prisional. Sem dúvida, a administração financeira da instituição foi delegada a uma Associação civil, saindo do controle direto do Estado. Mas, assim que a alternativa administrativa tornou-se institucionalmente viável, foi reapropriada pelo Estado, que passou a mantê-la sob estreito controle. Assim, é superficial entendê-la como mera privatização, já que é um processo complexo e com várias nuances. Ao contrário, a criação dos Centros de Ressocialização implica em uma maior estatização de instituições penais que estavam de forma geral deixadas aos cuidados de associações comunitárias. Como exemplo disso, podemos considerar a resistência que outras APACs oferecem às propostas da Secretaria de Administração Penitenciária de transformarem-nas em Centros de Ressocialização. A Presidente de uma APAC localizada em outra cidade foi conhecer a experiência desenvolvida em Bragança Paulista. Saiu de lá afirmando estar convencida de que não queria aquilo para sua cidade, por considerar que o trabalho da APAC estava sendo

destruído pela COESPE. Ademais, a postura oficial da Secretaria de Administração Penitenciária era contrária à privatização dos presídios. Nagashi Furukawa, numa reunião organizada pela OAB de Bragança Paulista no dia 25 de outubro de 2000, explicou algumas das modificações que planejava para a então Cadeia Pública. Afirmou que não acreditava na privatização dos presídios e que apenas algumas funções poderiam ser terceirizadas. Entre elas, não era adequado incluir a segurança, pois isso poderia acarretar pressões para o aumento do tempo de cumprimento de pena pelos presos em vista de uma ampliação do lucro das empresas responsáveis. Portanto, não se pode entender as transformações operadas no Centro de Ressocialização como um processo de privatização prisional.

Ao contrário, o que pudemos observar parece indicar que a transformação da Cadeia Pública de Bragança Paulista em Centro de Ressocialização fez parte de um movimento de amplo alcance pelo qual o Estado procurou se apropriar de experiências bem-sucedidas de administração prisional comunitária, fundamentalmente aquelas ligadas à APAC. As APACs, apesar de serem órgãos auxiliares da Justiça, e de apresentarem inúmeras variações de região a região, têm uma tendência geral de questionar o papel do Estado na execução penal e de considerar que essa função seria mais bem executada por forças da sociedade civil ou da “comunidade”. Esta postura vem da APAC-mãe de São José dos Campos e foi defendida explicitamente pelo criador da experiência, Mário Ottoboni (OTTOBONI, 1997). Tanto quanto possível, as APACs fazem pressão para afastar os agentes do Estado de seu funcionamento e para descentralizar a administração prisional. Ao se transformarem em Centros de Ressocialização, porém, as instituições administradas pela APAC perderam seu caráter descentralizado e passaram a ser controladas diretamente por agentes do Estado que exercem uma vigilância constante. Assim, temos aqui uma centralização administrativa e um aumento do papel coercitivo do Estado nestas instituições. O Estado, ao criar os Centros de Ressocialização, não estava delegando à sociedade civil a administração penitenciária. Ao invés de representar a migração da execução penal para o âmbito comunitário, portanto, o movimento dos Centros de Ressocialização significou a reapropriação pelo Estado de experiências bem-sucedidas de controle disciplinar desenvolvidas no seio da comunidade.

CAPÍTULO 24. CONCLUSÕES

Cabe agora sistematizarmos as principais conclusões deste trabalho. Sendo um estudo de caso sobre uma unidade prisional pouco conhecida, houve uma ênfase intencional na apresentação das observações empíricas realizadas. Em parte por isso, muitas conclusões têm conseqüências que não puderam ser desenvolvidas integralmente. Este trabalho terá atingido seu objetivo se tiver deixado clara a íntima relação entre o funcionamento desta unidade prisional e o todo social. Num momento em que o penitenciarismo trabalha com problemas de gravíssimas proporções, torna-se fundamental analisar a utopia penitenciária mais recente e descobrir como se dá seu funcionamento real. Ao mesmo tempo, isto permite criticar a ênfase disciplinar que estas discussões têm tomado e mostrar os limites da intervenção técnica no âmbito punitivo.

Em primeiro lugar, a experiência da APAC é marcada por uma percepção geral de sucesso administrativo e prisional, que não é questionada por qualquer agente social envolvido no sistema penal. Mesmo as eventuais menções desabonadoras à experiência feitas por adversários do sistema tendem a considerá-la inadequada por não ser generalizável para outras unidades prisionais (no que concordamos com eles), e não por ter fracassado em Bragança Paulista. Ou seja, há uma percepção geral (com a ressalva a algumas instâncias sociais críticas) de sucesso prisional, em nítida contradição com a percepção social de fracasso associada ao sistema penal. Esta percepção de sucesso não se aplica a toda a sociedade, pois não há conhecimento geral desta experiência. Mas nos segmentos sociais direta ou indiretamente envolvidos com a experiência apaqueana, esta percepção é evidente. Chamamos à percepção produzida por esta instituição em segmentos sociais específicos de percepção segmentar. Esta percepção não se refere a determinada classe social, pois há concordância entre pessoas provenientes de diferentes setores da sociedade. Refere-se ao segmento da sociedade que possui vínculos com a instituição, independentemente da posição

social que ocupa. Chamaremos à Cadeia Pública de Bragança Paulista e a qualquer experiência prisional que produza a percepção segmentar de sucesso prisional de unidade prisional reformada. Por certo, só se pode fazer referência à reforma prisional com base em determinado ideário penal, e este ideário penal é variável historicamente. Atualmente, a Cadeia Pública de Bragança Paulista produz, em referência a um determinado ideário penal, a percepção de sucesso. O mesmo ocorria com a APAC de São José dos Campos, que, por este critério, também pode ser chamada de unidade prisional reformada. Nosso desafio foi explicar o funcionamento dessa unidade prisional reformada e suas conseqüências institucionais.

Notamos que, ao longo da história da APAC, houve por parte de seus membros uma preocupação em atacar diversos problemas da Cadeia Pública local, mas esses esforços centravam-se na questão da sustentabilidade financeira do empreendimento. A preponderância da preocupação econômica fica evidente nos textos produzidos pela instituição para explicar sua história, que enfatizam o acordo estabelecido com o governo estadual como um ponto de mutação. Neste sentido, o empreendimento apaqueano foi muito bem sucedido. Isso marcou uma diferença importante frente a outras unidades prisionais que se caracterizam pela falta de recursos. Uma evidência da centralidade da questão econômica foi a criação do cargo de gerente para administrar os recursos advindos do acordo com o governo. O gerente – cargo criado exclusivamente em virtude deste acordo – passou a ser o funcionário mais graduado da instituição, abaixo apenas da Diretoria da APAC, e responsável por todo o funcionamento da unidade prisional. O gerente tinha preocupação exclusivamente econômica, mas, desta posição, interferia em diversos aspectos do funcionamento institucional (como as desavenças entre outros funcionários e os presos). Isso implica em um destaque do aspecto econômico frente a outros aspectos da vida prisional. Os fatores econômicos, assim destacados, passaram a interferir em todos os outros aspectos da vida prisional.

Ao lado disso, a APAC ganhou enorme poder de decisão sobre o funcionamento da Cadeia Pública. Em certo sentido, podemos dizer que a APAC administrava quase completamente a unidade prisional, relegando a uma posição secundária o Delegado responsável e os carcereiros. Estes personagens só intervinham em momentos de crise, como ameaças de rebelião ou a transferência de presos indisciplinados. Em geral, contentavam-se em relegar para a APAC (representada pelo gerente) a administração da unidade. A percepção mais comum na Cadeia Pública era a de que havia ali um certo isolamento institucional frente a outras unidades prisionais, com sua administração relegada a uma organização não-governamental que os carcereiros temiam confrontar.

Essa disposição institucional produziu uma estrutura em que os principais agentes eram os funcionários (assistentes sociais, médicos, enfermeiros, psicólogos, gerentes), os voluntários e os presos. Acima deles, mas interferindo pouco no cotidiano prisional, estava a Diretoria da APAC (atrelada ao poder judiciário, mas em certa medida independente, assemelhando-se à constituição dos Conselhos de Comunidade). Apesar da presença mais constante dos funcionários, os presos tendiam a dar importância central à figura do voluntário como sendo a responsável pela existência da experiência apaqueana. A Diretoria da APAC também parecia concordar com a preponderância dos voluntários, e comumente os apoiava quando havia desavenças (o que ocorria frequentemente) com os funcionários. Portanto, o eixo político que parece explicar o funcionamento da instituição situa-se entre voluntários e presos, com o apoio da Diretoria.

Os presos organizavam-se de uma forma particular. Havia duas fontes principais de organização entre os presos: o código prisional e o Conselho de Sinceridade e Solidariedade. O primeiro relaciona-se aos valores prisionais difundidos nos estabelecimentos prisionais brasileiros e que determinam a posição hierárquica dos presos a partir da adesão a um sistema de conduta no qual o crime é exaltado em oposição ao “mundo de fora”. A obediência ao código implica em uma posição hierárquica superior. O Conselho de Sinceridade e Solidariedade foi uma organização criada pela APAC cujos membros eram escolhidos por ela e tinham como função estabelecer comunicação entre ela e os presos. Mas este Conselho desde logo assumiu a direção da vida prisional e o controle no interior da Cadeia Pública, de forma que os líderes prisionais “naturais” (ligados ao código prisional) submetiam-se aos dirigentes do Conselho de Sinceridade e Solidariedade. Assim, havia uma elite prisional ligada à APAC ao lado da elite prisional “criminal”. A primeira elite detinha mais poder que a segunda, havendo uma relação hierárquica entre ambas. O Conselho de Sinceridade e Solidariedade desde logo assumiu o papel de disciplinar a vida prisional, evitando inclusive as tentativas de fuga, para o que não hesitava em utilizar a força física contra seus colegas. Mas o clima entre Conselho de Sinceridade e Solidariedade e os outros presos não era de conflito constante. Ao contrário, parecia ter se estabelecido um certo equilíbrio entre eles, de tal forma que apenas alguns raros casos de transgressão tinham de ser punidos de forma exemplar pelo Conselho de Sinceridade e Solidariedade. Ademais, continuava a ser exercido o controle típico da sub-cultura carcerária, que normatiza as ações dos presos e determina as punições cabíveis em cada caso. O Conselho de Sinceridade e Solidariedade servia como limite para a sub-cultura carcerária: eram proibidas as punições excessivamente severas e, sob nenhuma hipótese, um preso podia ser punido com a morte. Por conta disso, a violência física no

interior da Cadeia Pública de Bragança Paulista foi bastante reduzida. Havia a crença entre os presos de que a ocorrência de apenas uma morte na Cadeia Pública poderia bastar para determinar o fim da experiência da APAC e de todos os benefícios materiais e institucionais que ela implicava. Por isso, os presos tendiam a assentir às instruções do Conselho de Sinceridade e Solidariedade. Quando o Conselho de Sinceridade e Solidariedade se tornava excessivamente violento, os presos podiam protestar. Num certo nível, os protestos podiam provocar represálias contra esses presos ou, por outro lado, caso os protestos se tornassem muito exaltados, provocar a substituição do Conselho de Sinceridade e Solidariedade pela APAC. Os presos costumavam dizer que tudo ali se resolvia “na base da conversa”, o que certamente era um exagero, mas representava bem o clima percebido pelos presos internamente. Havia também variações sazonais no grau de violência percebido, dependendo de quem estivesse exercendo as funções de segurança no Conselho de Sinceridade e Solidariedade.

Uma consequência fundamental deste quadro institucional era a percepção dos presos de Bragança Paulista de que eles constituíam um corpo separado frente aos outros estabelecimentos prisionais. Eles se consideravam presos especiais, ligados a uma instituição especial, e isso produziu como consequência algumas alterações no código carcerário. Como os presos tendiam a respeitar os limites impostos pelo Conselho de Sinceridade e Solidariedade quanto à punição dos presos (estupradores, por exemplo), eles percebiam claramente que estavam infringindo o próprio código prisional, que exigia a morte para esses entre outros casos. Por isso, os presos da Cadeia Pública tendiam a se considerar pessoas desvinculadas do “mundo do crime”. Como consequência desta condição, estes presos temiam a transferência para outras unidades prisionais, onde consideravam que seriam perseguidos e talvez até mortos como “desertores” da vida criminal.

O caso mais grave era representado pelos membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade que, entre outras atribuições, detinham as chaves do interior do presídio e controlavam a movimentação dos presos. Por sua semelhança percebida com o papel da polícia, eram igualmente odiados em outras instituições penais (ou assim pensavam ser) e por isso temiam mais do que todos a possibilidade de transferência. Algumas fugas de galerias (os membros do Conselho de Sinceridade e Solidariedade responsáveis pelas chaves) ocorreram após eles ouvirem boatos de que seriam transferidos. O risco era ainda maior quando o galeria encontrava algum desafeto na nova unidade prisional, que podia delatá-lo aos companheiros e exigir sua punição.

Esta disparidade frente às outras unidades prisionais fazia com que o código prisional fosse entendido de forma muito diferente na Cadeia Pública de Bragança Paulista. Enquanto em outras unidades ele parece ter muita força, sendo admitido como verdade quase incontestável.

Assim, os presos na APAC estavam numa posição propícia para o questionamento dos valores do código carcerário e, se considerarmos a hipótese segundo a qual este código é um dos elementos responsáveis pela manutenção dos presos na vida do crime, havia ali um componente potencialmente desestabilizador da identidade criminal dos presos. Ao que parece, porém, este esclarecimento (no sentido da possibilidade do reconhecimento dos determinantes sociais da conduta) não conduzia ao abandono da “vida do crime”, já que a reincidência ali se aproximava da verificada no sistema penitenciário como um todo. Ou seja, o esclarecimento não conduzia à emancipação, se considerarmos que os presos não conseguiam se libertar do anátema típico dos egressos do sistema e que os faz se perpetuarem na vida prisional.

Temos assim, no quadro de uma análise estrutural da experiência apaqueana, um conjunto de características que se relacionava para produzir um determinado efeito: preponderância econômica, isolamento institucional, caráter normativo da ação comunitária, regime de legalidade, limitação da subcultura carcerária, diminuição da violência física, enfraquecimento da presença de agentes estatais, produzindo uma diferenciação prisional, com um enfraquecimento dos valores carcerários e um conseqüente afastamento da vida do crime, que, em última instância, produzia a percepção do risco envolvido em estar em outra unidade prisional levando, conseqüentemente, à assunção da idéia de que a Cadeia Pública de Bragança Paulista era um lugar “melhor” do que as outras unidades prisionais do Estado. Os presos pareciam realmente aceitar isso como um fato e continuamente expunham-nos este seu ponto-de-vista. O ambiente físico primoroso, que sequer lembrava o de uma Cadeia Pública tradicional, e a forma de se relacionarem os presos, produziam também no visitante a percepção de um ambiente “melhor”, que era provavelmente corroborada pelo progresso nos indicadores de distúrbios prisionais (como fugas, agressões e mortes).

O símbolo deste lugar “melhor” era a transferência, cerimônia punitiva máxima da instituição e que marcava a saída de um ambiente aparentemente protegido para um outro repleto de riscos. Por isso, neste trabalho a transferência foi considerada o procedimento mais distintivo da Cadeia Pública de Bragança Paulista, já que seu sentido ali era diferente daquele de outras unidades prisionais, relacionando-se diretamente com a percepção de sucesso prisional. Como os voluntários eram em grande parte responsáveis pela percepção de

que ali era um ambiente mais propício para se estar, entravam como elementos estratégicos na manutenção do controle de comportamento dos presos, que assim, se exercia realmente sem forte coerção física, mas a partir de uma importante pressão simbólica.

O tipo de dilema resultante pode ser descrito da seguinte maneira: para um preso de Bragança Paulista, o abandono da vida do crime implicava na assunção de um enorme risco de morte nas mãos de companheiros de outras unidades prisionais, e o não-abandono implicava em um risco ainda maior, pois a transferência ocorreria de qualquer forma e ele poderia ser alvo de hostilidade. Ou seja, o preso de Bragança Paulista já não pertencia mais ao grupo maior dos presos comuns, mas sua situação era instável, pois ele não podia deixar de ser um preso. No geral, o ambiente criado pela APAC parecia fornecer suficiente proteção para que os presos se sentissem confortáveis ao assumirem as regras de conduta daquela unidade, mas não havia garantia absoluta de permanência ali, especialmente se o preso cometesse algum ato infracional. Como os carcereiros pouco interviam no cotidiano prisional, não havia ocasiões frequentes de confronto, mas elas eventualmente ocorriam e podiam ter como consequência a transferência do preso (determinada, afinal, pelo Delegado ou pelo Juiz). A vida do preso sob a APAC de Bragança Paulista não era livre de tensões, e havia sempre no horizonte a ameaça de morte nas mãos daqueles de quem eles deveriam ser protegidos. A experiência da APAC resultou em um ambiente prisional contraditório e que era controlado por uma elite prisional ligada a poderes externos.

O próximo problema a ser abordado é a transferência da Cadeia Pública de Bragança Paulista da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria de Administração Penitenciária. A nosso ver, a transferência mostrou o papel desta unidade prisional no sistema penal e tornou claro que a sua existência não era casual, apesar de vinculada a determinantes locais.

Era evidente o empenho do governo paulista no sucesso desta experiência, que passou a ser considerada modelo para o sistema penitenciário. A Carta de Araraquara, assinada pelos integrantes do 1º "Encontro de Cidadania no Cárcere sobre administração prisional mediante Convênio com Organizações não-Governamentais" - Secretário da Administração Penitenciária, Chefe de Gabinete, Ouvidor, Diretora Executiva da FUNAP, coordenadores, Diretores, assessores e técnicos, Presidentes e membros das entidades conveniadas com o Estado no projeto "Cidadania no Cárcere" – que foi realizado no dia 18 de maio de 2004, na cidade de Araraquara, teve como um de seus objetivos

divulgar à comunidade do Estado de São Paulo as recomendações e conclusões a que chegaram ao término dos trabalhos, conclamando os envolvidos e interessados na ressocialização do homem encarcerado a seguir as diretrizes dos enunciados adiante expostos. (CARTA DE ARARAQUARA, 2004).

Um desses enunciados foi o seguinte:

ENUNCIADO 4. - Ideologia dos Centros de Ressocialização. A metodologia dos Centros de Ressocialização deve ser progressivamente estendida a todas as unidades do sistema penitenciário.

Não é necessário alongarmo-nos para reconhecermos a importância atribuída a esta unidade prisional reformada. Seu papel central vem da percepção de sucesso na realização do ideal penitenciário de ressocialização do homem preso, percepção esta produzida pela rede de interações sociais específicas exposta acima, além de fatores históricos relacionados, segundo Garland (2001a) à modernidade tardia (GIDDENS, 1991). A transferência para a SAP significou o aval do Estado para a experiência desenvolvida naquela Cadeia, bem como o reconhecimento da necessidade do estabelecimento de parcerias entre o Estado e organizações da sociedade civil (organizações não-governamentais) para a administração penitenciária. Este movimento pode ser relacionado àquele observado em países europeus, mas principalmente nos EUA, de transferência parcial da atividade de administração prisional para a iniciativa privada. Há que se fazer, contudo, a ressalva de que, por mais que estes movimentos sejam semelhantes, comportam diferenças importantes e que marcam uma oposição. Ao menos em sua intenção, a APAC não se propõe a auferir lucros da administração penitenciária, e, ao contrário de uma privatização dos presídios, propõe a participação comunitária em sua administração, traçando um plano que redundaria, em última análise, num crescimento da importância da comunidade local na vida prisional e num enfraquecimento da centralização administrativa das unidades prisionais nas mãos do Estado. A idéia da participação comunitária na vida prisional é uma idéia antiga, que pode ser rastreada até os grupos quakers ingleses do início do século XIX, mas sem dúvida a Era Progressiva (no início do século XX, principalmente nos EUA) foi o momento em que se enfatizou a relação entre presídio e comunidade. Intensificou-se nesta época a idéia de se transformar o presídio numa comunidade e de fazer a comunidade adentrar o presídio com o objetivo de permitir ao homem preso a aprendizagem de comportamentos socialmente adaptados, idéia que recebeu o nome de social learning. Esta idéia, polêmica já em sua

origem, pode ser ligada à criação dos Borstals ingleses para jovens, donde se espalhou para o sistema prisional adulto. Pode representar – como parece ser o caso – uma colonização disciplinar da vida cotidiana por mecanismos de poder que iriam se inserir até mesmo nas capilaridades sociais (idéia relacionada ao trabalho de Foucault, 1991), e não, como se costuma pensar, uma vitória da comunidade local contra o poder centralizador do Estado. Se esta idéia, que teve uma origem antiga, volta com força no atual momento histórico, isto se deve a processos de profunda transformação social, dos quais são sinais as políticas repressivas adotadas na década de 1980 pelos governos da Inglaterra (com Margaret Thatcher) e dos EUA (com Ronald Reagan). Políticas altamente repressivas e parcerias com órgãos não-governamentais representam duas faces de um movimento contraditório e que redundou, nos EUA, no fenômeno do mass imprisonment, ou do aprisionamento em massa de amplas camadas da população. Atualmente, o contingente prisional estadunidense abarca mais de dois milhões de pessoas, e é composto de maneira desproporcional por negros e latinos. Em que pesem as diferenças evidentes de contexto, o Brasil se vê tomado por processos semelhantes, com um crescimento das preocupações com a segurança, fazendo eclipsar as preocupações com outras mazelas sociais (SOUZA, 2003).

A transferência da Cadeia Pública de Bragança Paulista para a SAP representou um momento das relações entre a iniciativa prisional da APAC e o Estado. À primeira vista, esta transferência tinha por objetivo ampliar o leque de ação de experiências deste tipo, dando-lhes apoio institucional e levando-as a assumir um papel decisivo na definição das políticas públicas penais no Estado de São Paulo. O programa que embasou esta transferência chamava-se Cidadania no Cárcere, e a APAC de Bragança Paulista foi a primeira instituição conveniada. O que se viu, porém, foi algo bastante mais complexo e que produziu mudanças estruturais no próprio funcionamento da APAC.

A primeira consequência desta transferência foi que o relativo poder decisório da APAC foi seriamente abalado e sua capacidade de organizar a vida prisional foi afetada. A Diretoria da APAC passou a ser coadjuvante na estrutura organizacional da Cadeia Pública de Bragança Paulista, já que seus componentes, ligados à OAB e ao Poder Judiciário, ou à Secretaria de Segurança Pública, passaram a subordinar-se a uma nova Diretoria, composta por funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária, e que ocupavam a centralidade administrativa da instituição. A Diretoria formada por funcionários da COESPE (Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo) passou a intervir diretamente no funcionamento do estabelecimento, alterando o eixo político que perpassava voluntários – galerias – Diretoria da APAC. O isolamento administrativo que

deixava de lado os funcionários públicos e fazia da APAC um lugar diferenciado foi profundamente abalado. Agora, em cada roda de conversa dos presos havia um agente penitenciário e os galerias já não detinham mais o mesmo poder.

Ao mesmo tempo, uma série de mudanças acompanhou essas. Entre essas mudanças, pudemos observar: proibições ou restrições ad hoc, como a interdição da realização do casamento de um dos presos; alterações na rotina das visitas, como exigências mais rígidas com relação à vestimenta e restrições às visitas íntimas e restrição na entrada de materiais para a confecção de trabalhos manuais pelos presos. A COESPE procurou formalizar o funcionamento da Cadeia Pública de Bragança Paulista. Seu caráter anterior, mais informal, cedeu lugar a uma tentativa de neutralizar a importância das variações locais e pessoais no trato dos presos. O poder foi centralizado pela nova Diretoria e as tentativas de fazer-lhe frente (através, por exemplo, de reações dos voluntários ou de reações organizadas de presos, que sentiram como prejudiciais as mudanças que ocorreram) foram sistematicamente desarticuladas pela nova administração.

Concomitantemente, ocorreram mudanças na atividade voluntária. O grupo de Valorização Humana praticamente deixou de existir, após a nova Diretoria recrutar todos os seus membros para atividades altamente estruturadas ou então remuneradas, tornando-os funcionários da APAC.

Os voluntários e os presos interpretavam essas mudanças, em geral, como sinal de que os objetivos de ressocialização haviam sido postos de lado em consequência de uma excessiva preocupação com a segurança. Na verdade, muitos voluntários passaram a considerar que seu trabalho já não existia mais da mesma forma, e era comum ouvir dizerem que “a APAC acabou”.

Frente a essas mudanças, é difícil entender o processo pelo qual passou a APAC como uma “privatização” da administração penitenciária, mesmo se incluirmos nesta expressão as experiências desenvolvidas por organizações não-governamentais. A criação dos Centros de Ressocialização representou uma tentativa por parte da Secretaria de Administração Penitenciária de passar para sua administração todos os presos sob guarda da Secretaria de Segurança Pública e de diferenciar de maneira racional os tipos de unidades prisionais a partir do tipo de prisioneiros. Os presos que apresentassem menor “periculosidade” deveriam ficar em unidades de segurança mínima e que apresentassem forte presença comunitária. Mas, se considerarmos – como faz o Estado – que a APAC seja representante das forças comunitárias e que o envolvimento da comunidade deve se dar a partir da presença de organizações deste tipo, o que pudemos observar foi um movimento de recuo nesta “participação comunitária” e

um grau muito maior de centralização administrativa. A APAC, sem dúvida, continuou a administrar o convênio com o Estado. Mas foi só. Já não havia mais espaço para as negociações informais entre presos e APAC.

A experiência da APAC gerou uma unidade prisional reformada que foi relegada pelo Estado ao poder local e depois reapropriada através de um movimento de centralização administrativa. Que isso ocorra no momento em que a atividade do Estado se torna mais e mais violenta, havendo um aumento no número de mortes causadas pelos órgãos policiais, por exemplo, parece revelar a natureza contraditória ou ambígua da participação do Estado na segurança pública. Não se trata de um movimento simples. Parece, antes, se tratar de um movimento que se espalha por toda a sociedade. O nível local de análise, portanto, é insuficiente para explicar todo o processo. As contradições expressas pela atividade da APAC parecem estar ligadas às contradições do próprio Estado e, no geral, da própria sociedade. No local que foi objeto de nosso estudo, as contradições ficaram evidentes. A realização do ideal Iluminista de um presídio humanizado e do ideal médico do presídio ressocializador só foi obtida através de uma quase privatização da unidade prisional, ou seja, através da própria anulação do ideal republicano. Isso promoveu a existência de um ambiente em que as regras de conduta eram decididas com grande participação de agentes externos ao mundo prisional, mas segundo as diretrizes de uma organização hierarquicamente estabelecida. Neste ambiente, a violência física tornou-se menos constante. Mas isso só foi conseguido à custa da criação de uma ambivalência que se exprimia para o preso no dilema da aceitação da vida na APAC em oposição à vida do crime, havendo riscos em ambas as escolhas. O “reeducando” da APAC não era um preso, mas não era um homem livre. A APAC não era um presídio, mas também não era a “comunidade”. A violência física foi recolocada em outro nível, implícito, e aparecia como pano de fundo para as relações que ocorriam na Cadeia Pública. A violência, portanto, sobreviveu sob a égide da APAC.

De forma geral, a experiência da APAC parece ter servido para repor o argumento segundo o qual é possível ressocializar os presos dentro do ambiente prisional desde que haja participação comunitária, o que implica em que a existência da APAC serviu para fortalecer o ideal penitenciário. A APAC teve o papel de tornar concretas as idéias de ressocialização e isolamento que ainda permeiam o sistema penitenciário, dando-lhes a força de um exemplo. Neste papel, ela não foi a única, e resta-nos como hipótese (que não poderemos desenvolver) que as unidades prisionais reformadas tenham como função dentro do sistema penal justificar sua existência, quer dizer, justificar a existência do sistema penal “falido” que não ressocializa e, pelo contrário, serve para impulsionar milhares de pessoas para uma carreira criminal. Ao

mesmo tempo em que serve para mostrar que o ideal penitenciário é factível, justifica seu fracasso atribuindo-o ao preso, já que muitos deles não permanecem na unidade prisional reformada e são transferidos sob alegação de indisciplina. Desta forma, ela permite defender a existência de instituições “falidas”, com ênfase na segurança, as únicas que se supõe possuírem condições de receber tais presos.

A ressocialização tentada pela APAC jamais ocorreu da forma como ela pretendia. Sem dúvida, os presos preferiam estar na APAC e consideravam que ali era um local propício para abandonar a “vida do crime”. Mas como este abandono implicava na transformação de forças macrossociais que estavam fora do raio de ação da entidade, não havia condições para que ele de fato se desse. Para o preso, isso podia se tornar fonte de uma importante tensão experimentada no entrechoque do ideal da vida “normal” e a realidade identitária da “vida do crime”. Mesmo que esta tensão aparecesse como pano de fundo para suas ações, e não estivesse o tempo todo presente em sua consciência, era um elemento importante e condicionante de suas ações.

Enfim, a APAC procurou aplicar integralmente a idéia da participação comunitária à administração prisional. Ao fazê-lo, criou um ambiente que se diferenciava do restante do sistema e aparecia como um “corpo estranho” (para retomar a expressão usada por Jones, Cornes e Stockford (1977) ao se referirem às prisões abertas), instaurando uma contradição que era vivenciada cotidianamente pelos presos. Mas a própria contradição servia de suporte ao empreendimento, na medida em que seu caráter revolucionário foi subsumido pelo sistema penitenciário, fazendo restar dela o que era útil ao disciplinamento dos presos. A grandiosidade do exemplo dado pela APAC vem do fato de que em nenhum momento seus membros falsearam o ideal comunitário. As dificuldades com que se depararam, seus descaminhos, foram fruto das condições objetivas que encontraram. E foi por forçarem o ideal comunitário ao seu extremo que permitiram ver os estreitos limites sociais que permeiam qualquer atividade transformadora.

REFERÊNCIAS

1. Fontes primárias

23 ANOS numa cela. Vale Paraibano, São José dos Campos, 09 ago. 1984.

AZEVEDO, Carlos; MUZI, Marcos. Isto é possível: você está vendo cenas de um presídio de verdade, no Brasil. Caros Amigos. São Paulo, p. 14-17, fev. 1999.

BARBIERI, Edna Regina. Relatório sobre função e atribuições [da coordenadora de voluntários]. Bragança Paulista, 14 ago. 2000. 7p. Impresso pela Associação de Proteção e Assistência Carcerária de Bragança Paulista (São Paulo).

BARSOTTI, Eduardo José. [Relação dos reeducandos, número de processo, matrícula, data da entrada, anexo, cela e artigo]. Bragança Paulista, 21 ago. 2000. 7p.

BRAGANÇA PAULISTA. Associação de Proteção e Assistência Carcerária. [Planilha de dias trabalhados por setor]. Bragança Paulista, 2000a. 6p.

BRAGANÇA PAULISTA. Associação de Proteção e Assistência Carcerária. [Quadro de funcionários]. Bragança Paulista, 2000b.

BRAGANÇA PAULISTA. Associação de Proteção e Assistência Carcerária. Relação dos grupos que visitam a cadeia, seus horários e atividades desenvolvidas. Bragança Paulista, 2000c. 18p.

BRAGANÇA PAULISTA. Poder Judiciário. Manual para voluntários da A.P.A.C. Bragança Paulista, 23 set. 1997. 4p.

BRAGANÇA PAULISTA. Associação de Proteção e Assistência Carcerária. Atividades desenvolvidas pela A.P.A.C. na Cadeia Pública de Bragança Paulista durante o ano de 1996. Bragança Paulista, 1996. 3p.

BRAGANÇA PAULISTA. Associação de Proteção e Assistência Carcerária. [Estatuto da Associação de Proteção e Assistência Carcerária de Bragança Paulista]. Bragança Paulista, 15 mai. 1978. 15p.

BRAGANÇA PAULISTA. Associação de Proteção e Assistência Carcerária. Cartilha cidadania na prisão. Bragança Paulista, [199-].

BRAGANÇA PAULISTA. Associação de Proteção e Assistência Carcerária. [Relação de vagas de trabalho]. Bragança Paulista, [199-?]. 2p.

BRASIL é mais negro que o Zaire: e a população negra poderia ser bem maior se muitos não se declarassem pardos. Estado de São Paulo, São Paulo, 18 mai. 2003, Caderno Economia.

CARTA de Araraquara: [1º Encontro de Cidadania no Cárcere sobre administração prisional mediante Convênio com Organizações não-Governamentais]. Diário Oficial. São Paulo (Estado). 20 mai. 2004. Poder Executivo, Seção I.

CLÓVIS Rossi. Nem Ele. Folha de São Paulo, São Paulo, página A2, 21 abr. 2004.

COMISSÃO da OEA cobra medidas. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 abr. 2004, Caderno Cotidiano, página C7.

CORRÊA, Sílvia. Cadeia de Bragança deu “lucro”. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 dez. 1999a. Caderno Cotidiano, p. 3.

CORRÊA, Sílvia. Juiz assumiu presídio e devolveu troco. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 dez. 1999b. Caderno Cotidiano, p. 3.

CRIADO grupo de trabalho para o sistema presidiário. Bragança-Jornal, Bragança Paulista, p. 1, 3 set. 1997.

DANTAS, Iuri. Acordo põe fim a rebelião em Rondônia. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 abr. 2004. Caderno Cotidiano, página C7.

É MUITO ruim, mas vamos ficar, diz mulher de preso. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 abr. 2004. Caderno Cotidiano, página C5.

ENTREVISTA [com Adolfo Rocco, coordenador do grupo de trabalho da APAC]. Jornal Papo 10, Bragança Paulista, p. 6, abr. 1997. Publicação dos voluntários da Associação de Proteção e Assistência Carcerária de Bragança Paulista e internos da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

ENTREVISTA [com Nagashi Furukawa]. Semeando: Pastoral Universitária, Bragança Paulista, p. 4, mar./abr. 1997. Publicação da Universidade São Francisco.

FURUKAWA, Nagashi. Os bondes. Jornal Papo 10, Bragança Paulista, p. 3, abr. 1997.

FURUKAWA, Nagashi. Opinião. Idéias e ideais, Bragança Paulista, ano 2, n. 3, p. 2, 1998. Publicação da Associação de Proteção e Assistência Carcerária.

GONÇALVES, Marcos Augusto. Novela macabra. Folha de São Paulo, São Paulo, p. A2, 2 jun. 2004.

INFORME APAC: visitas na APAC e Cadeia Pública. Idéias e ideais, Bragança Paulista, p. 6, 1998. Publicação da Associação de Proteção e Assistência Carcerária, ano 2, n. 3.

KADUBA, Rute; PAULA, Margarida Helena de; NUNES, Adriana de Melo. Relatório: visita ao APAC de Bragança Paulista. São Paulo, 22 abr. 1996. 11p. Autoras ligadas ao Grupo de

Estudo das Questões Carcerárias da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil.

MARQUES, Antonio Pedro. APAC – um breve histórico. JORNAL Papo 10, Bragança Paulista, p. 2, abr. 1997. Publicação dos voluntários da Associação de Proteção e Assistência Carcerária de Bragança Paulista e internos da Cadeia Pública de Bragança Paulista.

MARQUES, Antonio Pedro. A experiência da APAC de Bragança Paulista. Bragança Paulista, [199-]. 2p. Impresso pela Associação de Proteção e Assistência Carcerária de Bragança Paulista (São Paulo).

MAZUCHELLI, Sônia Aparecida Picinato. Educação, cultura e lazer na instituição prisional de Bragança Paulista/ São Paulo: projeto “Conhecer para ser livre”. Bragança Paulista, jun. 1999. 12p.

MICHELAN, Marcio. Relação dos presos recolhidos na Cadeia Pública de 01/09/2000 à 30/09/2000 por ordem de entrada. Bragança Paulista, 21 de setembro de 2000. 12p. Impresso na Associação de Proteção e Assistência Carcerária de Bragança Paulista.

MIOTTO, Armida Bergamini. A APAC e os direitos humanos. [199?]. Mimeo. Coletado na Associação de Proteção e Assistência Carcerária de São José dos Campos.

MONKEN, Mario Hugo; TORRES, Sergio; FIGUEIREDO, Talita. Guerra entre facções causa matança no Rio. Folha de São Paulo, São Paulo, 2 jun. 2004. Caderno Cotidiano, página C1.

NASCIMENTO, Gilberto. Iniciativa exemplar: moradores adotam cadeia, administram melhor os recursos e criam modelo elogiado no Primeiro Mundo. Isto é São Paulo, n. 1449, p. 42, 9 jul. 1997.

NUNES, Adriana de Melo. Cadeia Pública, uma proposta, uma organização não-governamental. Jornal dos Delegados, São Paulo, 14 jan. 1997.

OLIVEIRA, Nilton José de. Relatório das atividades de Grupo de Voluntários – Valorização Humana dos meses de março, abril e maio de 1996. Bragança Paulista, 1996. 30p.

ORNAGHI, Tiago. Amotinados matam oito em Porto Velho. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 abr. 2004. Caderno Cotidiano, página C11.

SALLUM, Érika et. al. O perigo mora ao lado. Veja São Paulo, São Paulo, 34 (9): 10-15, mar. 2001.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Administração Penitenciária. Apresentação [do programa Cidadania no Cárcere]. São Paulo Disponível em: <www.sap.sp.gov.br/common/download/0003/0003.html>. Acesso em: 10 jun. 2005. Arquivo para download.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 45.403, de 16 de novembro de 2000. São Paulo. Disponível em: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/dg280202.nsf/69aaa17c14b8cb5483256cfb0050146e/c460f07af8a5ee1f03256d05005f3e1c?OpenDocument>>. Acesso em: 15 out. 2004a.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 47.849, de 29 de maio de 2003. São Paulo. Disponível em:
<[http://www.legislacao.sp.gov.br/dg280202.nsf/69aaa17c14b8cb5483256cfb0050146e/d91bc4d133200c2403256d36004c2b91/\\$FILE/Dec.47.849.doc](http://www.legislacao.sp.gov.br/dg280202.nsf/69aaa17c14b8cb5483256cfb0050146e/d91bc4d133200c2403256d36004c2b91/$FILE/Dec.47.849.doc)>. Acesso em: 15 out. 2004b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Administração Penitenciária. Escola de Administração Penitenciária. Formação. São Paulo. Disponível em:
<<http://www.eap.sp.gov.br/formacao.htm>>. Acesso em: 15 out. 2004c.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Administração Penitenciária. Histórico. São Paulo. Disponível em:<<http://www.admpenitenciaria.sp.gov.br/Historico.htm>>. Acesso em: 15 out. 2004d.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Administração Penitenciária. Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP. Censo penitenciário [2002]. Disponível em:
<<http://www.pca.com.br/censofunap/Censo%20Penitenciario/>>. Acesso em: 10 set. 2004e.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Administração Penitenciária (São Paulo). Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP. Centro de Ressocialização, a questão penitenciária e a opinião pública. Disponível em:
<<http://www.pca.com.br/censofunap/Censo%20Penitenciario/>>. Acesso em: 10 set. 2004f.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Administração Penitenciária. Programa Cidadania no Cárcere – parceria com a iniciativa privada – Centros de Ressocialização. Disponível em:
<http://www.admpenitenciaria.sp.gov.br/Pri_acoes_2.htm#CIDADANIA>. Acesso em: 06 set. 2004g.

SÃO PAULO (Estado). Ordem dos Advogados do Brasil. Cartilha Cidadania no cárcere. São Paulo, 1997. 57p.

VERONESE, Hugo. A Psicologia e a Jornada. APAC em Revista. São José dos Campos, ano 2, v. 11, p. 9, nov./dez. 1988.

2. Fontes secundárias

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil. Revista USP, mar./mai. 1991, p. 65 – 78.

ADORNO, Sérgio; LIMA, Renato Sérgio de; BORDINI, Eliana B. T. O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999. 77p.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. 254p.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Temas básicos da sociologia. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. 205p.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 127p.

BATISTA, Nilton. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 4.ed. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

BISILLIAT, Maureen (org.). Aqui dentro, páginas de uma memória: Carandiru. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2003. 259p.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da pena de prisão: causas e alternativas. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 396p.

CAMARGO, Maria Soares de. Terapia penal e sociedade. Campinas: Papirus, 1984. 135p.

CARRARA, Renata. Presídio e Comunicação. APAC em revista: a informação possível. 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998.

CLEMMER, Donald. The prison community. New York: Rinehart & Company, Inc, 1958. 341p.

COSTA, Fernando Braga da. Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004. 254p.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. Pesquisa participante. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. 93p. (Coleção Educação Contemporânea.)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio. 2.ed. 8. reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838p. Edição de luxo, revista e aumentada.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3ed. São Paulo: Loyola, 1996a.

FOUCAULT, Michel. A política da saúde no século XVIII. In: _____. Microfísica do poder. 12.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996b, p. 193-207.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU, 1996c. 158p.

FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão. In: _____. Microfísica do poder. 12.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996d. p. 129-143.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 227p.

GARLAND, David. Punishment and modern society: a study in social theory. Chicago: The University of Chicago Press, 2001a. 312p.

GARLAND, David. The culture of control: crime and social order in contemporary society. Chicago: The University of Chicago Press, 2001b. 307p.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koorgan, 1989.

GIALLOMBARDO, Rose. Society of women: a study of a women's prison. New York : John Wiley, 1966. 244 p.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIDDENS, Anthony. Modernity and self-identity: self and society in the Late Modern Age. Stanford: Stanford University Press, 1997.

GOFFMAN, Erwing.. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva. 1974. 315p. (Coleção Debates).

GUARESCHI, Pedrinho A. Relações comunitárias – relações de dominação. In. CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 81-99.

GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto. Instituição e poder: análise concreta das relações de poder nas instituições. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 163p.

GUIRADO, Marlene. Psicologia Institucional. São Paulo: E.P.U., 1987. (Coleção Temas Básicos de Psicologia).

HESTER, Stephen K.; EGLIN, Peter. A sociology of crime. London and New York: Routledge, 1996. 303p.

JOCENIR. Diário de um detento: o livro. 2. ed. 5. reimp. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001. 184 p.

JONES, Howard; CORNES, Paul; STOCKFORD, Richard. Open prisons. London, Henley and Boston: Routledge & Kegan Paul, 1977. (Col. International Library of Social Policy).

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. O processo grupal. In: _____. Psicologia Social: o homem em movimento. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 78-98.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J.B. Vocabulário da psicanálise. 2.ed. 3. reimpressão. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 552p.

LÚKACS, Georg. O que é marxismo ortodoxo? In: _____. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 63-104. (Coleção Tópicos).

MALINOWSKI, Bronislaw. Crime e costume na sociedade selvagem. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. 100p. (Coleção Antropologia).

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 424p. (Coleção Os Pensadores).

MASSOLA, Gustavo Martineli. Sistema penitenciário: reforma ou reprodução. Um estudo da APAC de São José dos Campos. São Paulo. 470p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MCGOWEN, Randall. The well-ordered prison. In: MORRIS, Norval & ROTHMAN, David J. (ed). The Oxford history of the prison: the practice of punishment in Western Society. New York: Oxford University Press, 1998, p. 71-99.

MORRIS, Norval. The contemporary prison: 1965-present. In: _____; ROTHMAN, David J. The Oxford history of the prison: the practice of punishment in Western Society. New York: Oxford University Press, 1998, p. 202-231.

MYERS, David G. Introdução à Psicologia Geral. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MYERS, David G. Psicologia Social. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

NASCIUTTI, Jacyara C. Rochael. A instituição como via de acesso à comunidade. In: Regina Helena de Freitas Campos (org.). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 100-126.

O PRISIONEIRO da grade de ferro: auto-retratos. Direção: Paulo Sacramento. Produção: Gustavo Steinberg. São Paulo: Olhos de Cão, 2003. 1 DVD (123 min.).

O'BRIEN, Patricia. The prison on the continent: Europe, 1865-1965. In: MORRIS, Norval; ROTHMAN, David J. (ed.). The Oxford history of the prison: the practice of punishment in Western Society. New York: Oxford University Press, 1998, p. 178-201.

OTTOBONI, Mário. Ninguém é irrecuperável. APAC: a revolução do sistema penitenciário. São Paulo: Cidade Nova, 1997.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991. 87p. (Col. Polêmicas do nosso tempo).

RAMOS, Graciliano. Memórias do cárcere. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1969.

ROTHMAN, David J. Perfecting the prison: United States, 1789-1865. In: MORRIS, Norval; _____ (ed). The Oxford history of the prison: the practice of punishment in Western Society. New York: Oxford University Press, 1998, p. 100-16.

ROTMAN, Edgardo. The failure of reform. United States, 1865-1965. In: MORRIS, Norval; ROTHMAN, David J. (ed). The Oxford History of the Prison: the practice of punishment in Western Society. New York: Oxford University Press, 1998, p.151-177.

RUSCHE, George e KIRCHHEIMER, Otto. Punishment and Social Structure. New Brunswick: London: Transaction Publishers, 2003. 268p.

SALLA, Fernando. O trabalho penal: uma revisão histórica e as perspectiva frente à privatização das prisões. 1991. 176p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

SCHEIN, Edgar H. Psicologia Organizacional. 3ª ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1982. 211p.

SILVA, Benedicto (coord.). Dicionário de ciências sociais. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: Ministério da Educação e Cultura, 1987. 1421p.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Obsessão securitária e a cultura do controle. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 20, junho de 2003, p. 161-165.

SPIRENBURG, Pieter. The body and the State: Early Modern Europe. In: MORRIS, Norval; ROTHMAN, David J. (ed). The Oxford History of the Prison: the practice of punishment in Western Society. New York: Oxford University Press, 1998, p. 44 -70.

SYKES, Greshan. The society of captives: a study of a maximum security prison. 11. ed. Princeton: Princeton University Press, 1999. 144p. Edição original: 1956.

VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 297p.

WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, Hans H; Wright Mills, C. (org.). Ensaio de sociologia. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, p. 55-89.

WOLFMAM, Luiz Camargo. Portal do inferno... mas há esperança. São Paulo: WVC, 2000. 334p.